

FEIRA DE SANTANA 2035

ESTADO DA BAHIA

Carteira de Projetos Estruturadores 2022 - 2035

PRODUTO 1.2

*Alinhamento das Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico
Sustentável de Feira de Santana com a Agenda 2030*

Outubro, 2022



FEIRA DE SANTANA 2035

ESTADO DA BAHIA

Carteira de Projetos Estruturadores 2022 - 2035

PRODUTO 1.2

*Alinhamento das Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico
Sustentável de Feira de Santana com a Agenda 2030*

Outubro, 2022



Apresentação

Os serviços a serem prestados, no âmbito do Projeto BRA/17/019 - Desenvolvimento Regional Sustentável do Nordeste, através de contrato nº 145/2022 firmado entre o PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) e o CONSÓRCIO CONCREMAT - TESE, composto pelas empresas CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A e TESE TECNOLOGIA ARQUITETURA E CULTURA LTDA, objetivam a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores que contribua para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035, incluindo a elaboração de ficha de projetos para 10 Projetos Estruturadores, elaboração de documentos técnicos detalhados para 5 Projetos Estruturadores Prioritários da Carteira e capacitações para servidores e gestores do município para a implementação desses projetos.

Os trabalhos estão organizados em 5 etapas com os respectivos Produtos, a saber: PRODUTO 1 – Alinhamento das oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável de Feira de Santana com a Agenda 2030; PRODUTO 2 – Identificação das Soluções e Prospecção de Projetos; PRODUTO 3 – Detalhamento da Carteira de Projetos Estruturadores; PRODUTO 4 – Detalhamento dos Projetos Estruturadores Prioritários; PRODUTO 5 – Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários. A Etapa A e respectivo PRODUTO A é composta pelos documentos de base como Plano de Trabalho, Planos de Comunicação e Participação, além das fases de gerenciamento do Contrato.

O Presente Relatório é relativo aos **PRODUTOS 1.2**, que trata do **Alinhamento das oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável de Feira de Santana com a agenda 2030**. Foi desenvolvido a partir da Capacitação de Nivelamento para Agenda 2030 e da Oficina de Identificação das Fragilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana.

Os serviços prestados estão em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Solicitação de Proposta RFP nº JOF 3780/2022 ETENDERING EVENT ID 11659, referente à contratação de Consultoria Nacional (Pessoa Jurídica) para serviços técnicos especializados para a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores para o Município polo de Feira de Santana-BA, com horizonte de implementação até 2035.

SUPERVISÃO PNUD

Leonel Leal Neto	Coordenador do escritório de projetos – Salvador
Thalita T. V. Cavalcante de Holanda	Auxiliar de Projeto – Teresina

SUPERVISÃO SUDENE

Renato Arruda Vaz de Oliveira	Coordenador Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
José Aildo Sabino de Oliveira Junior	Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas
Paula Aragão de Souza	Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas

NÚCLEO GESTOR

Fernando de Fabinho Araújo Lima	Vice-prefeito
Sebastião Eduardo da Cunha	Secretário Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC)
Carlos Alberto Oliveira Brito	Secretário Municipal de Planejamento (SEPLAN)
Gilson Matos	Assessor do Vice-Prefeito
Marcia Ferreira	Diretora do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços
Arcênio de Oliveira	Diretor do Departamento de Turismo
Ana Paula Xavier Pena	Chefe de Gabinete

AGENTES LOCAIS

Edson Piaggio	Instituto Pensar Feira
João Baptista Ferreira	FIEB- Federação das Indústrias do Estado da Bahia e CIFS e Centro das Indústrias de Feira de Santana
Alfredo Falcão	Empresário Shopping Jomafa
Roberto Luiz de Cerqueira Lima	CDL/ Feira de Santana
Edson Nogueira	Sindicato do Vestuário de Feira de Santana
Helio Ponce	Universidade Estadual de Feira de Santana
Dilton Coutinho	Empresário da Comunicação

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CONSÓRCIO CONCREMAT/ TESE

GESTOR DO CONSÓRCIO	Engenheiro Civil CONFEA 060587600-2
Carlos Henrique Pires Leandro	
COORDENAÇÃO GERAL	Arquiteta e Urbanista CAU A0447-2
Mirna Cortopassi Lobo	

EQUIPE TÉCNICA – CONSULTORES ESPECIALISTAS

Fernando Leme Fleury	Economista CORECON/SP 31831
Francisco De Assis Mendonça	Geógrafo, CREA/PR 27916/D
Roseli Maria Da Rocha Dos Santos	Socióloga

EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA

Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista CAU A28547-1
Patrícia Costa Pellizzaro	Arquiteta e Urbanista CAU A28564-1
Mariano de Matos Macedo	Economista CORECON/PR 3345
Caroline Nayara Rech	Arquiteta e Urbanista CAU 202924-3

EQUIPE TÉCNICA COMPLEMENTAR

Gabriela Grossi F. De Pellegrini	Arquiteta e Urbanista CAU 211793-2
Bruno Ruchinski De Souza	Engenheiro Civil, CREA/PR 155298/D
Renata Lazinski Silva	Arquiteta e Urbanista CAU A179941-0
Camila Alves Maia	Engenheira Civil CONFEA 061184026-0
Mariane Gasquel Coelho	Engenheira Civil CREA/MG 169123
Leticia Schmitt Cardon	Arquiteta e Urbanista CAU A46913-0
Raquel Guidolin de Paula	Arquiteta e Urbanista CAU A260323-3

EQUIPE DE APOIO

Hellen Chaiane dos Santos	Administrativo e Financeiro
Alberto Lopes Dalosto	Administrativo e Logística
Lucas Albuquerque	Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo
Ariana Rebeca Silva	Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo
Giulia Mazeto	Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Sumário

Apresentação	3
Sumário	6
Lista de Figuras	8
Lista de Tabelas	11
Lista de Quadros	13
Lista de Siglas	14
1. Introdução.....	19
2. Referencial Analítico	23
2.1. Matrizes Analíticas dos Planos Existentes.....	28
2.1.1. Insumos apontados no Termo de Referência	28
2.1.2. Insumos Complementares Identificados pela Consultoria.....	37
3. Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana	40
3.1. Feira de Santana: escalas de aproximação	40
3.2. Análise da dinâmica econômica do município e da Região Imediata de articulação urbana de Feira de Santana	61
3.3. Análise da evolução do emprego formal (RAIS) e da estrutura econômica do município da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana	66
3.4. Análise do município e da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana segundo o estudo de complexidade econômica da região da SUDENE (SUDENE/PNUD)	77
3.5. Análise dos projetos incentivados pela sudene nos municípios da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana	77
4. Dimensão Socioambiental e Territorial Do Desenvolvimento Econômico Sustentável	78
4.1. Componente social	78
4.1.1. Histórico de Feira de Santana	78
4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	80
4.1.3. Evolução e distribuição da População em feira de Santana.....	82
4.1.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no contexto de Feira de Santana	84
4.2. Componente ambiental	105
4.2.1. Conservação Ambiental	105
4.2.2. Segurança Hídrica Áreas Protegidas	109
4.2.3. Mudanças Climáticas.....	117
4.3. Componente territorial.....	126
4.3.1. Ordenamento territorial	126
4.3.2. Distribuição espacial das áreas industriais, comerciais e de prestação de serviços de saúde e educação	148
4.3.3. Sistema viário.....	157
4.3.4. Mobilidade Urbana	169
4.3.5. Transporte aéreo.....	184

4.3.6.	Infraestrutura de Saneamento.....	191
4.3.7.	Grandes projetos previstos em Feira de Santana	207
4.3.8.	Análise Integrada.....	221
4.4.	Componente institucional	230
4.4.1.	Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal.....	230
4.4.2.	Conselhos Municipais e Órgãos de Apoio Específico	246
4.4.3.	Administração Pública	246
5.	Identificação das Fragilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana.....	253
	Apêndices.....	277
	Apêndice A – Política Nacional de Desenvolvimento Regional	278
	Apêndice B – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)	279
	Apêndice C – Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES).....	319
	Apêndice D – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana (PDDU)	323
	Apêndice E – Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PLANMOB)	349
	Apêndice F – Plano Diretor de Circulação, Sistema Viário e Tráfego	353
	Apêndice G – Projeto do BRT	357
	Apêndice H – Plano Municipal de Saneamento de Feira de Santana (PMSB)	358
	Apêndice I – Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana (PDMAP)	365
	Apêndice J – Conteúdo Apresentado na Capacitação Inicial de Nivelamento: Agenda 2030	368
	Apêndice K – Conteúdo Apresentado na Oficina de Identificação das Fragilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana.....	382
	Anexos.....	387
	Anexo 01 – Metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	388
	Anexo 02 – Relatório Consolidado Das Oficinas	397

Lista de Figuras

FIGURA 1: INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO.....	20
FIGURA 2: HIPÓTESE DE INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO	21
FIGURA 3: HIPÓTESE DE INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO	22
FIGURA 4: IDENTIDADE VISUAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS	30
FIGURA 5: FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO MODELO LÓGICO	30
FIGURA 6: MATRIZ SWOT DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA – PDES.....	35
FIGURA 7: CARTOGRAMA DA REGIÃO RURAL DA METRÓPOLE DE SALVADOR.....	42
FIGURA 8: CARTOGRAMA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR.....	46
FIGURA 9: CARTOGRAMA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA	48
FIGURA 10: CARTOGRAMA DAS CONEXÕES EXTERNAS DE FEIRA DE SANTANA	53
FIGURA 11: GRÁFICO DE TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA, DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR, DO ESTADO DA BAHIA E DO BRASIL, 2010-2019.....	63
FIGURA 12: DIAGRAMA: <i>FEIRA DE SANTANA'S ECONOMIC COMPOSITION</i> , 2020	71
FIGURA 13: DIAGRAMA FEIRA DE SANTANA: <i>INDUSTRY SPACE</i> (2020).....	72
FIGURA 14: DIAGRAMA <i>LAYOUT</i> REPRESENTATIVO DO CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO DE FEIRA DE SANTANA.....	76
FIGURA 15: CARTOGRAMA EVOLUÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA - DAS ORIGENS ATÉ 1967.	79
FIGURA 16: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA E O ENTRONCAMENTO DE RODOVIAS	80
FIGURA 17: GRÁFICO EVOLUÇÃO DO IDMH DE FEIRA DE SANTANA.	81
FIGURA 18: GRÁFICO EVOLUÇÃO DA RENDA, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO, FEIRA DE SANTANA, 1991 A 2010.....	81
FIGURA 19: CARTOGRAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA E SUA ÁREA DE EXPANSÃO – 2010.....	82
FIGURA 20: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DE FEIRA DE SANTANA, 1980-2017.	82
FIGURA 21: CARTOGRAMA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA - RMFS E SUA ÁREA DE EXPANSÃO – 2010.	83
FIGURA 22: GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE. FEIRA DE SANTANA, 2010	84
FIGURA 23: GRÁFICO RAZÃO DA MORTALIDADE MATERNA/100.000 NASCIDOS VIVOS.....	93
FIGURA 24: GRÁFICO INCIDÊNCIA DE COVID-19 E O PADRÃO EPIDEMIOLÓGICO EM FEIRA DE SANTANA.....	93
FIGURA 25: GRÁFICO CASOS DE AIDS EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021	95
FIGURA 26: FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS – DCNT.....	98
FIGURA 27: GRÁFICO RECURSOS DO PNAE TRANSFERIDOS PELO FNDE AOS ENTES FEDERATIVOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BRASIL 2014-2021 (VALORES PAGOS ATUALIZADOS PELO IPCA ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS PARA DEZ/2021)	103
FIGURA 28: IMAGEM AÉREA DO ESPAÇO OCUPADO PELO ALPHAVILLE.....	109
FIGURA 29: CARTOGRAMA REGIÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS ÁGUAS – RPGA DE FEIRA DE SANTANA.....	111
FIGURA 30: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS LAGOAS EM FEIRA DE SANTANA.....	113
FIGURA 31: CARTOGRAMA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO DA LAGOA GRANDE, 1999.....	115
FIGURA 32: CARTOGRAMA PONTOS DE ALAGAMENTO NO ENTORNO DA LAGOA GRANDE	116
FIGURA 33: CARTOGRAMA PONTOS DE ALAGAMENTOS EM FEIRA DE SANTANA.	118
FIGURA 34: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS.	123

FIGURA 35: CARTOGRAMA DAS MACROZONAS DE OCUPAÇÃO RURAL E URBANA DE FEIRA DE SANTANA.....	129
FIGURA 36: CARTOGRAMA DO ZONEAMENTO URBANO E MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA.....	132
FIGURA 37: CARTOGRAMA VETORES DE EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA.....	133
FIGURA 38: CARTOGRAMA DE EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DE FEIRA DE SANTANA – 2013 A 2021.....	134
FIGURA 39: CARTOGRAMA ZONEAMENTO URBANO DE FEIRA DE SANTANA.....	135
FIGURA 40: CARTOGRAMA DAS ZONAS URBANAS DE FEIRA DE SANTANA.....	138
FIGURA 41: CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS EM FEIRA DE SANTANA.....	141
FIGURA 42: CARTOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA HABITACIONAL PMCMV.....	142
FIGURA 43: CARTOGRAMA AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM FEIRA DE SANTANA.....	143
FIGURA 44: CARTOGRAMA DAS ZONAS DE USO ESPECIAL EM FEIRA DE SANTANA.....	145
FIGURA 45: CARTOGRAMA ZONAS TURÍSTICAS E EXPLORAÇÃO MINERAL.....	147
FIGURA 46: CARTOGRAMA CONCENTRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS EM FEIRA DE SANTANA.....	149
FIGURA 47: GRÁFICO PIB PER CAPTA DE FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2018.....	150
FIGURA 48: CARTOGRAMA CONCENTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.....	151
FIGURA 49: CARTOGRAMA DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.....	152
FIGURA 50: CONCENTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.....	154
FIGURA 51: DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.....	155
FIGURA 52: GRÁFICO GASTO TOTAL DO ORÇAMENTO MUNICIPAL EM SAÚDE, EM REAIS, PER CAPITA.....	156
FIGURA 53: GRÁFICO PERCENTUAL DE COBERTURA POPULACIONAL POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.....	156
FIGURA 54: GRÁFICO NÚMERO DE UNIDADES BÁSICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE, POR MIL HABITANTES.....	157
FIGURA 55: CARTOGRAMA SISTEMA RODOVIÁRIO DE FEIRA DE SANTANA.....	158
FIGURA 56: CARTOGRAMA DOS TRECHOS RODOVIÁRIOS ADMINISTRADOS PELA VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A.....	159
FIGURA 57: GRÁFICO VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO BR-116 E BR-324 DE 2015 A 2022.....	162
FIGURA 58: CARTOGRAMA HIERARQUIA VIÁRIA POPOSTA NO PLANO DE MOBILIDADE.....	164
FIGURA 59: CARTOGRAMA ALARGAMENTOS VIÁRIOS PROPOSTOS NO PLANO DE MOBILIDADE URBANA.....	166
FIGURA 60: CARTOGRAMA DAS VIAS URBANAS POR TIPOLOGIA DE PAVIMENTAÇÃO.....	167
FIGURA 61: CARTOGRAMA DAS OBRAS DE ARTE PROPOSTOS NO PLANO DE MOBILIDADE URBANA.....	168
FIGURA 62: GRÁFICO DA DIVISÃO MODAL DOS DESLOCAMENTOS EM DIA ÚTIL.....	170
FIGURA 63: GRÁFICO CRESCIMENTO NO NÚMERO AUTOMÓVEIS POR HABITANTES EM FEIRA DE SANTANA – 2000 A 2021.....	171
FIGURA 64: CARTOGRAMA PONTOS DE TÁXI EM FEIRA DE SANTANA.....	172
FIGURA 65: CARTOGRAMA PONTOS DE MOTOTÁXI EM FEIRA DE SANTANA.....	173
FIGURA 66: CARTOGRAMA DAS LINHAS DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE – SIT E BUS RAPID TRANSPORT – BRT.....	176
FIGURA 67: CARTOGRAMA DAS ESTAÇÕES DO BUS RAPID TRANSPORT – BRT.....	177
FIGURA 68: CARTOGRAMA DAS PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE – SIT E BUS RAPID TRANSPORT – BRT.....	178
FIGURA 69: CARTOGRAMA DE LOCALIAZAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO EM FEIRA DE SANTANA.....	179

FIGURA 70: CARTOGRAMA DAS CICLOVIAS EM FEIRA DE SANTANA	180
FIGURA 71: CARTOGRAMA CENTRO EXPANDIDO DE FEIRA DE SANTANA	183
FIGURA 72: CARTOGRAMA PONTOS ALAGAMENTO SEGUNDO CATEGORIA DE RISCO	193
FIGURA 73: CARTOGRAMA PONTOS RECOMENDADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE AMORTECIMENTO X PONTOS DE ALAGAMENTO	194
FIGURA 74: CARTOGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SIAA)	196
FIGURA 75: GRÁFICO DO ABASTECIMENTO NOS DISTRITOS DE FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.....	197
FIGURA 76: GRÁFICO POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA.	199
FIGURA 77: GRÁFICO ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.	200
FIGURA 78: GRÁFICO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.....	200
FIGURA 79: GRÁFICO POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO, POR 100 HABITANTES.....	201
FIGURA 80: GRÁFICO PERCENTUAL DO ESGOTO TRATADO SOBRE O VOLUME DE ESGOTO COLETADO.....	201
FIGURA 81: GRÁFICO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.....	202
FIGURA 82: GRÁFICO DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO AMBIENTAL INADEQUADO.....	202
FIGURA 83: CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS.....	208
FIGURA 84: CARTOGRAMA PROPOSTA DE TRAÇADO DO NOVO RODOANEL.....	210
FIGURA 85: CARTOGRAMA TRAÇADO DA FERROVIA BELO HORIZONTE (MG) / CANDEIAS (BA).....	211
FIGURA 86: CARTOGRAMA PROPOSTA DE MALHA FERROVIÁRIA.....	212
FIGURA 87: TRAÇADO FERROVIA PROPOSTA EM FEIRA DE SANTANA.	213
FIGURA 88: ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE AEROPORTO CARGUEIRO GOVERNO DO ESTADO	214
FIGURA 89: PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO – CENÁRIO 4.....	215
FIGURA 90: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO CENTRO INDUSTRIAL NORTE – CIN.....	216
FIGURA 91: PROJETO NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO	217
FIGURA 92: PROJETO NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO.....	217
FIGURA 93: CENTRO DE LOGÍSTICA INTEGRADO	218
FIGURA 94: TERMINAL RODOVIÁRIO DE FEIRA DE SANTANA 1967	219
FIGURA 95: VISTA DO SHOPPING POPULAR, CIDADE DAS COMPRAS.	220
FIGURA 96: VISTA DO <i>FEIRAGUAY</i> EM FEIRA DE SANTANA.....	221
FIGURA 97: DENSIDADE DEMOGRÁFICA.	222
FIGURA 98: AGLOMERADOS SUBNORMAIS.....	222
FIGURA 99: EIXOS DE EXPANSÃO URBANA.....	222
FIGURA 100: ZONEAMENTO URBANO.....	222
FIGURA 101: APPS, UCS E FORMAÇÃO FLORESTAL.....	223
FIGURA 102: ÁREAS DE RISCO.....	223
FIGURA 103: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SAÚDE E INDÚSTRIAS.	223
FIGURA 104: HIERARQUIA VIÁRIA.....	223
FIGURA 105: OBRAS VIÁRIAS.....	224
FIGURA 106: SIT – SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE.....	224
FIGURA 107: ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DOS USOS	225
FIGURA 108: CONFORMIDADE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	227
FIGURA 109: SITUAÇÃO DAS OBRAS VIÁRIAS.....	229
FIGURA 110: ORGANOGRAMA DO GABINETE DO PREFEITO.....	232
FIGURA 111: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE GOVERNO.....	233
FIGURA 112: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.....	234
FIGURA 113: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.....	234

FIGURA 114: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE GESTÃO E CONVÊNIOS	235
FIGURA 115: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.	236
FIGURA 116: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.....	236
FIGURA 117: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.....	237
FIGURA 118: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	237
FIGURA 119: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ..	238
FIGURA 120: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO	238
FIGURA 121: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	239
FIGURA 122: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	240
FIGURA 123: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	241
FIGURA 124: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	242
FIGURA 125: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA	243
FIGURA 126: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	244
FIGURA 127: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	245
FIGURA 128: DIAGRAMA INDICADORES DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL.....	248

Lista de Tabelas

TABELA 1: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA	49
TABELA 2: ÍNDICE DE ATRAÇÃO GERAL COMO DESTINO PARA MORADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS PARA CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	51
TABELA 3: REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS DE ARTICULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.....	55
TABELA 4: HIERARQUIA URBANA, POPULAÇÃO, TIPOLOGIA RURAL-URBANA E CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA.....	59
TABELA 5: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA, DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR, DO ESTADO DA BAHIA E DO BRASIL, 2010-2019.....	62
TABELA 6: PROPORÇÃO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA EM RELAÇÃO AO DE SUA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA (RIAU) E DO PIB DESSA REGIÃO EM RELAÇÃO AO PIB DO AP DE SALVADOR E DO ESTADO DA BAHIA, 2010-2019	64
TABELA 7: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO VALOR AGREGADO BRUTO DE FEIRA DE SANTANA E NO DE SUA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA (%).....	64
TABELA 8: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA NO VALOR ADICIONADO BRUTO POR ESSA REGIÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 2019 (%)	65
TABELA 9: NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL.....	67
TABELA 10: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO - 2019	68
TABELA 11: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE - 2019.....	68
TABELA 12: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ - 2019.....	68

TABELA 13: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - 2019.....	68
TABELA 14: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - 2019.....	69
TABELA 15: OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO EM FEIRA DE SANTANA - 2020.....	73
TABELA 16: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM 2000 E 2010, FEIRA DE SANTANA.....	81
TABELA 17: RENDA FAMILIAR PER CAPITA, BRASIL E FEIRA DE SANTANA – 2010.	85
TABELA 18: FEIRA DE SANTANA: PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO, POR SITUAÇÃO DE RENDA E FAIXA ETÁRIA - JULHO DE 2022.....	85
TABELA 19: PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO - POR SEXO E FAIXA ETÁRIA JULHO DE 2022.....	85
TABELA 20: TIPOS DE DOMICÍLIOS PERMANENTES EM FEIRA DE SANTANA, 2010.	86
TABELA 21: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS DE FEIRA DE SANTANA, 2010	87
TABELA 22: FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR FAIXA DE RENDA. FEIRA DE SANTANA, 2022.....	89
TABELA 23: PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FAIXA DE RENDA. FEIRA DE SANTANA.....	89
TABELA 24: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, FEIRA DE SANTANA, 2022.	91
TABELA 25: MORTALIDADE MATERNA EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.....	92
TABELA 26: NASCIDOS VIVOS COM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.....	94
TABELA 27: TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.....	94
TABELA 28: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022....	94
TABELA 29: INCIDÊNCIA DE AIDS POR ANO DO DIAGNÓSTICO EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021	95
TABELA 30: CASOS DE TUBERCULOSE EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021.....	96
TABELA 31: CASOS DE HEPATITE B EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021.	96
TABELA 32: NEOPLASIAS (C00-C97) EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2022	98
TABELA 33: DIABETES MELITUS (E10-E14) EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021	98
TABELA 34: DOENÇAS CARDIOVASCULARES (I00-I99) EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2022.....	99
TABELA 35: DOENÇAS RESPIRATÓRIAS (J30-J98). FEIRA DE SANTANA, 2016-2022	99
TABELA 36: ESCOLAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, FEIRA DE SANTANA, 2021.	100
TABELA 37: MATRÍCULAS POR ETAPA FEIRA DE SANTANA, 2021.	100
TABELA 38: MATRÍCULAS POR SÉRIE, FEIRA DE SANTANA, 2021.....	100
TABELA 39: MÉDIA DOS RESULTADOS DO SAEB E IDEB, FEIRA DE SANTANA – 2019. ..	101
TABELA 40: PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM APRENDIZADO ADEQUADO, SAEB E INEP, FEIRA DE SANTANA 2015 A 2019.....	101
TABELA 41: REGISTROS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM FEIRA DE SANTANA – 2021 E 2022.	104
TABELA 42: VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO BR-116 E BR-324 DE 2015 A 2022.	159
TABELA 43: SÍNTESE DOS DESLOCAMENTOS POR MODAL EM DIA ÚTIL.....	170
TABELA 44: FROTA DE VEÍCULOS DE FEIRA DE SANTANA PARA OS ANOS DE 2002, 2012 E 2022.....	170
TABELA 45: SISTEMAS INTEGRADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FEIRA DE SANTANA.	197
TABELA 46: SES DE FEIRA DE SANTANA.....	200
TABELA 47: FEIRA DE SANTANA: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - 2013 / 2019	250
TABELA 48: FAIXAS DE QUALIFICAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS REFERENTES À CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS PLEITEANTES DE GARANTIA OU AVAL DA UNIÃO	251
TABELA 49: QUALIFICAÇÃO FINAL DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS REFERENTES À CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS PLEITEANTES DE GARANTIA OU AVAL DA UNIÃO	251

Lista de Quadros

QUADRO 1: DIMENSÕES DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE FEIRA DE SANTANA E DE SUA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DE SUAS FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES E A ESPECIFICAÇÃO DE UMA CARTEIRA DE PROJETOS ESTRUTURADORES PARA O MUNICÍPIO POLO DE FEIRA DE SANTANA-BA	26
QUADRO 2: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – REGIC (2018): HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS	44
QUADRO 3: MATRIZ DE LIGAÇÕES DAS CIDADES DA SUB-REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA, NO CONTEXTO DE SUA INSERÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR	47
QUADRO 4: MATRIZ CONCEITUAL PARA A TIPOLOGIA MUNICIPAL RURAL-URBANA.....	57
QUADRO 5: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEGUNDO CÓDIGO FLORESTAL DE 2012.....	114
QUADRO 6: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS CONSOLIDADAS.....	114
QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS VETORES DE EXPANSÃO URBANA E DE DEMANDAS DE FEIRA DE SANTANA.....	131
QUADRO 8: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA RESIDENCIAL.....	137
QUADRO 9: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA COMERCIAL.....	139
QUADRO 10: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA INDUSTRIAL.....	139
QUADRO 11: AÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FEIRA DE SANTANA.....	198
QUADRO 12: AÇÕES RELACIONADAS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A SEDE E DISTRITOS DE FEIRA DE SANTANA.....	203
QUADRO 13: AÇÕES PARA A SEDE DE FEIRA DE SANTANA.....	205
QUADRO 14: ESTIMATIVA GERAL DE CUSTOS DAS ALTERNATIVAS DE TRAÇADO	209
QUADRO 15: ÓRGÃOS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS.....	245
QUADRO 16: CONSELHOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA	246
QUADRO 17: PAINEL DE FRAGILIDADE RESULTANTE DA OFICINA COM O NÚCLEO GESTOR E AGENTES LOCAIS.....	254
QUADRO 18: PAINEL DE FRAGILIDADE RESULTANTE DA ANÁLISE TÉCNICA	257
QUADRO 19: PAINEL DE OPORTUNIDADES RESULTANTE DA OFICINA COM O NÚCLEO GESTOR E AGENTES LOCAIS.....	263
QUADRO 20: PAINEL DE FORÇAS OPORTUNIDADES RESULTANTE DA ANÁLISE TÉCNICA	266

Lista de Siglas

AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicação da Bahia
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP	Amapá
APA	Área de proteção ambiental
APL	Arranjos Produtivos Locais
APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Brasil
BRT	Ônibus de trânsito rápido (<i>Bus Rapid Transit</i>)
C	Ciclovias
C&T	Ciência & Tecnologia
CadUnico	Cadastro Único
CAPAG	Capacidade de Pagamento
CCO	Central de Controle de Operações
CE	Ceará
CEASA	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais
CF	Ciclofaixas
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGLAB	Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública
CIA	Centro Industrial de Aratu
Cidacs	Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde
CIN	Centro Industrial Norte
CIS	Centro Industrial do Subaé
CLI	Centro logístico integrado
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAE	Código Nacional de Atividades Econômicas no Brasil
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COMAP	Consultoria Marketing Planejamento e Representações Ltda.
COOBAFS	Cooperativa dos Badameiros de Feira de Santana
COPEC	Complexo Polo Petroquímico de Camaçari
COVID-19	Doença do coronavírus 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTA	Central de Controle de Semáforos
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis

DEAM	Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher
DTN	Doenças tropicais negligenciadas
eCR	Equipe Consultório na Rua
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EMAD	Equipe Multiprofissional de Apoio
EMAP	Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMS-A	Estação Meteorológica de Superfície Automática
eNASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
EPTA	Estação Permissionária de Telecomunicações e Tráfego Aéreo
ES	Espírito Santo
Esb	Equipes de Saúde bucal
eSF	Equipes de Saúde da Família
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FCA	Ferrovias Centro Atlântica
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEB	Federação das indústrias do Estado da Bahia
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FNAC	Fundo Nacional de Aviação Civil
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GA	Gabaritos de Altura
GAL	sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial
H	Altura da Edificação em metros
ha	Hectare
hab	Habitante
HIS	Habitações de Interesse Social
HMP	Habitações de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Urbano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Urbano Municipal
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal
IFR	Regras de voo por instrumentos (<i>Instrument flight rules</i>)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IO	Índice de Ocupação
IP	Índice de Permeabilidade
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

IU	Índice de Utilização
JOF	<i>Joint Operations Facility</i>
LGBTQ+	Pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero
LOUS	Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MIF	Mulheres em Idade Fértil
MINFRA	Ministério da Infraestrutura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Ministério da Saúde
NDVI	Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (Normalized Difference Vegetation Index)
NV	Nascidos Vivos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PAB	Programa do Artesanato Brasileiro
PAEBahia	Plano Aeroviário do Estado da Bahia
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAN	Plano Aeroviário Nacional
PAPI	Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão
PCN	Número de Classificação de Pavimento (<i>Pavement Classification Number</i>)
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana
PDES	Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável
PDMAPFS	Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana
PDMAPFS	Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana
PE	Pernambuco
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PLANMOB	Plano Municipal de Mobilidade Urbana
PlanMob	Plano de Mobilidade Urbana
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Urbano
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA	Plano Plurianual
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos
PR	Paraná
PRADA	Plano de Recuperação de Área Degradada e Alterada
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
PRDNE	Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
R	Rodovias (Lei complementar nº 118/2018)
R	Recuos (Lei Municipal 2.987, de 29 de julho de 2009)
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RBAC	Regulamento Brasileiro da Aviação Civil
RCC	Resíduos da Construção Civil
RDO	Resíduos sólidos domiciliares
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RFP	Reco Frontal Progressivo
RIAU	Região Imediata de Articulação Urbana
RICMS/BA	Regulamento do ICMS do Estado da Bahia
RJ	Rio de Janeiro
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMFS	Região Metropolitana de Feira de Santana
RMM	Razão da Mortalidade Materna
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RPGA	Regiões de Planejamento e Gestão das Águas
RPU	Resíduos sólidos públicos urbanos
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
Rz	Reco mínimo zonal
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SC	Santa Catarina
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SDG	<i>Sustainable Development Goals</i> - (ver ODS)
SENATRAN	Secretaria Nacional de Trânsito
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SESCINC	Serviço de Salvamento e Combate a Incêndio, conjunto de recursos e atividades operacionais e administrativas do aeródromo.
SIAA	Sistema Integrado de Abastecimento de Água
SICLOM	Sistema de Controle Logístico de Medicamentos
SIG	Sistema de Informações Georreferenciadas
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISCEL	Sistema de Controle de Exames Laboratoriais da Rede Nacional de Contagem de Linfócitos CD4+/CD8+ e Carga Viral do HIV
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SIT	Sistema Integrado de Transporte
SLU	Sociedade Limitada Unipessoal
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SP	São Paulo
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SVC	Sistema Viário Central
SVP	Sistema Viário Principal
SVS	Secretária de Vigilância em Saúde
SVS	Sistema Viário Secundário
TCA	Tipos Climáticos Anuais
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i> - (ver PNDU)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPAS	Unidades de Pronto Atendimento
USF	Unidades de Saúde da Família
UTP	Unidade Territorial de Planejamento
VA	Via Arterial
VC	Via Coletora
VE	Via Exclusiva
VEX	Via Expressa
VFR	Regras de voo visual (<i>Visual flight rules</i>)
VL	Via Local
VM	Via Marginal
VP	Via de Pedestres
ZCIS	Zonas do Centro industrial do Subaé
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEM	Zona de Exploração Mineral
ZIT	Zona de Interesse Turístico
ZPA	Zona de Proteção Ambiental
ZPAM	Zona de Proteção Ambiental
ZUE	Zona de Uso Especial

1. Introdução

Constitui o presente relatório a primeira etapa do processo de elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores que contribua para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035, e capacitações para servidores e gestores do município para a implementação desses projetos.

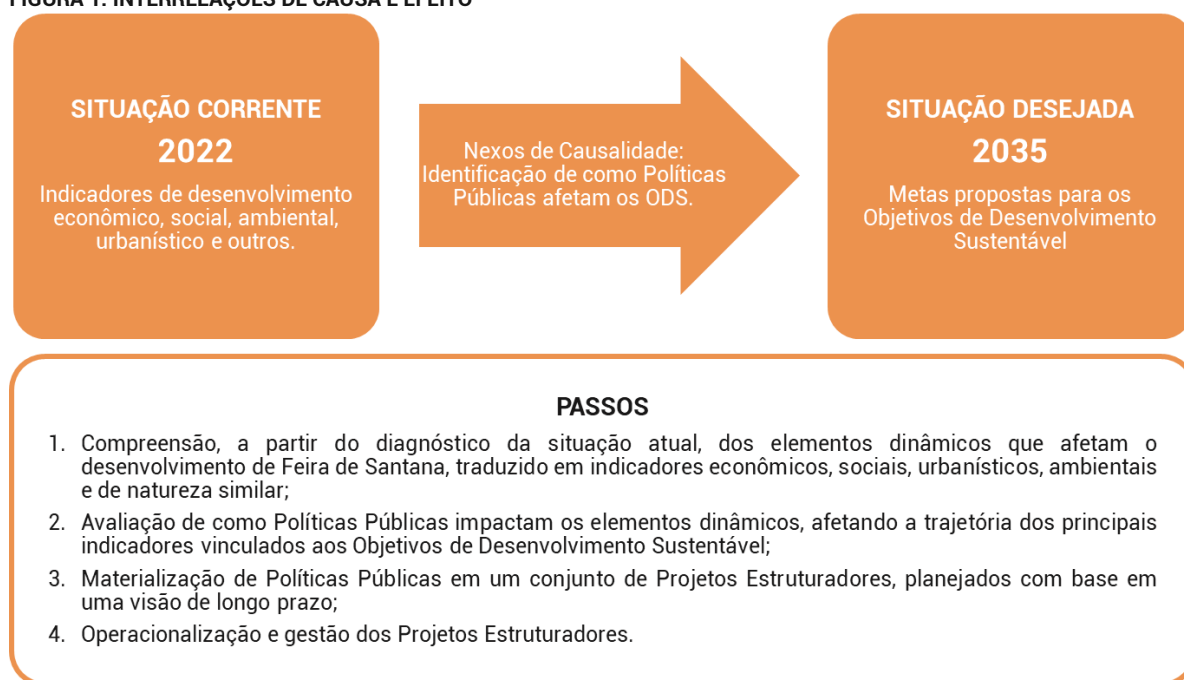
No enfoque dado nesta Consultoria, a elaboração de uma carteira de Projetos Estruturadores organiza-se sobre a coordenação de três vertentes de análise. A primeira vertente trata dos objetivos finais da política pública e como mensurá-los. De acordo com a proposta técnica elaborada, estabeleceu-se uma visão ampla sobre os objetivos de política pública, consignados em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Cada um dos 17 objetivos debatidos possui um sentido em si mesmo, expressa os interesses e as prioridades de desenvolvimento que a sociedade espera dos gestores da Política Pública do Município. Além de expressar interesses e prioridades, que possuem natureza qualitativa, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também possuem uma face quantificável, materializada em 231 indicadores que permitem comparar diferentes municípios em um momento do tempo, ou compreender como se dá a dinâmica de evolução de determinado Município ao longo do tempo. Sobre os ODS foram estabelecidas 169 metas, definidas como indicadores do que se pretende alcançar em um determinado espaço de tempo. No caso em tela, nos 12 anos entre os anos de 2023 e 2035.

Para que os objetivos pretendidos sejam alcançados, torna-se essencial ao gestor público compreender a íntegra de sua condição atual, sendo esta a segunda vertente de análise. A compreensão da situação atual não se limita somente à observação dos indicadores de referência, mas abrange também uma compreensão sobre quais são os processos dinâmicos que o trouxeram até a presente situação. Por trás de uma foto dos indicadores que mensuram onde estamos em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, há um filme que contém informações vitais para a compreensão sobre quais as forças que atuam na construção da realidade atual. Compreender a lógica de funcionamento e definir os espaços em que é possível atuar sobre a dinâmica por trás dos fatos observados traduz a capacidade de se transformar o futuro previsível, ou futuro possível, em um futuro desejável.

A relação dinâmica subjacente ao encadeamento entre os eventos que constroem a realidade como a entendemos constitui a base da terceira vertente chave, necessária para a identificação de uma carteira de Projetos Estruturadores do desenvolvimento social e econômico do Município de Feira de Santana: a compreensão dos nexos de causalidades entre as variáveis de controle e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para que se possa construir um futuro desejável, é necessário que se compreenda quais são as variáveis sobre as quais o gestor público pode atuar e quais são os efeitos esperados da atuação sobre tais variáveis.

A presente Consultoria busca a compreensão sobre as interrelações de causa e efeito entre os diversos elementos que resultam em sucessos ou insucessos da política pública, particularmente compreendidos à luz dos 17 ODS a partir de uma abordagem multidisciplinar. O diálogo entre o conhecimento macroeconômico, urbanístico e setorial permite ao agente público ter uma visão completa do seu campo do jogo.

FIGURA 1: INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO



Fonte: Consórcio Tese Concremat.

Na vertente econômica, a existência de um padrão metodológico e instrumentos analíticos bem estabelecidos ajudam a compreender como são processadas estas relações de causalidades.

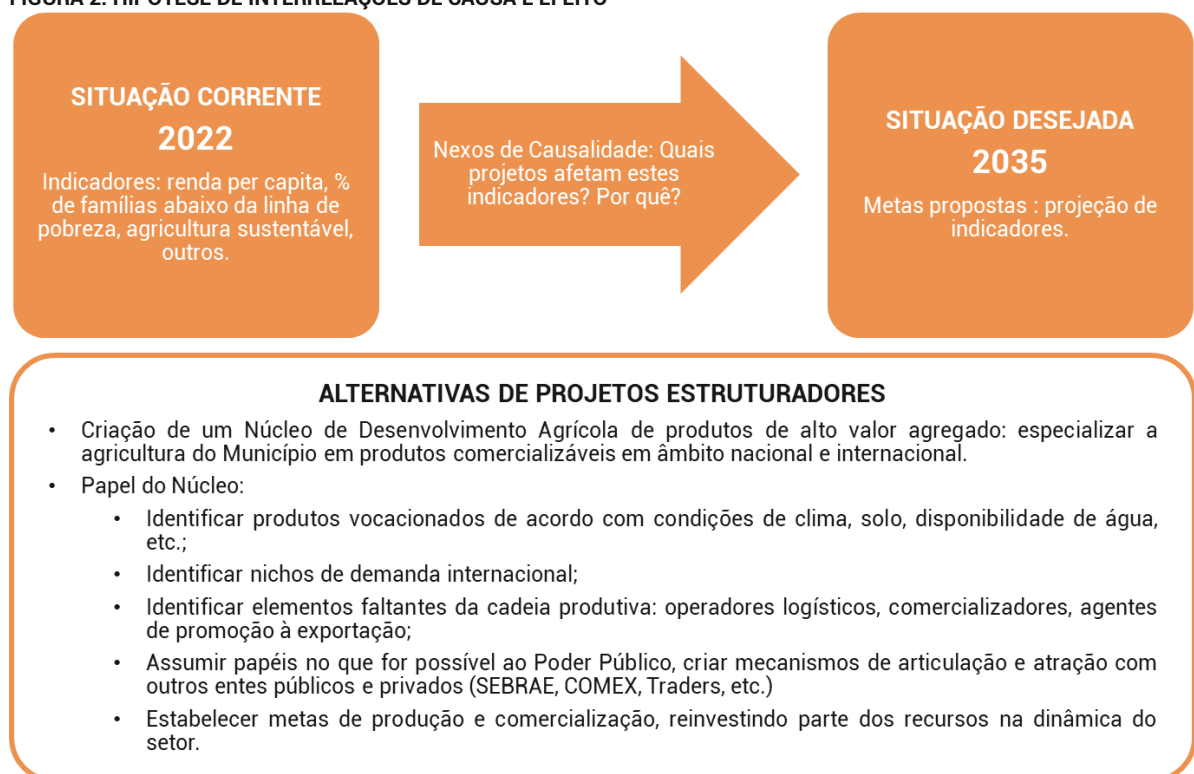
O primeiro instrumental é composto pelo levantamento e análise das relações de produção e comércio do Município, compreendidas em quatro níveis de desagregação. No primeiro plano, a compreensão da relação do Município com seu entorno imediato, definido como a Microrregião de Feira de Santana, parte da Mesorregião do Centro-Norte Baiano. A análise das condições de produção, fluxos e comércio permite compreender quais as atividades são desenvolvidas localmente e como tais atividades criam diferentes graus de conexões entre os municípios. No segundo plano de análise, as relações entre Feira de Santana, sua Microrregião e os demais municípios do Estado da Bahia. Ainda que pela proximidade geográfica exista a tendência a se dar ênfase aos municípios da Região Metropolitana de Salvador, tais como Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas, o diagnóstico realizado observa uma relação de interdependência mais relevante entre os Municípios do Oeste, Noroeste e Norte Baiano em relação a Feira de Santana do que de Feira de Santana em relação a Salvador. Em um terceiro plano, uma visão mais ampla entre as relações de produção, fluxos e comércio entre Feira de Santana e as demais regiões brasileiras, definido o nível de especialização de cada uma destas regiões na composição de um tecido produtivo nacional. Esta composição possui dois recortes igualmente importantes, um compreendido como o posicionamento em relação à Região Nordeste, enquanto o segundo se faz entre a região Nordeste e as Regiões Sul e Sudeste do Brasil. No quarto, e mais amplo nível de análise, são observadas as relações entre Feira de Santana e o restante do mundo.

O segundo componente do instrumental econômico é definido pela relação entre perfil de atividades e geração de empregos, renda e desenvolvimento social. A título de ilustração, a promoção ao desenvolvimento de determinados segmentos econômicos pode resultar em um crescimento econômico relevante, aumentando os índices de renda per capita. Porém, tal crescimento pode ser acompanhado em um processo de concentração de renda que mais do

que compensa o crescimento econômico. Isto é, apesar de um dos indicadores (PIB per capita) se mostrar mais robusto no futuro do que no passado, os demais indicadores (como equidade de renda e dinâmica social resultante) podem se mostrar mais fracos.

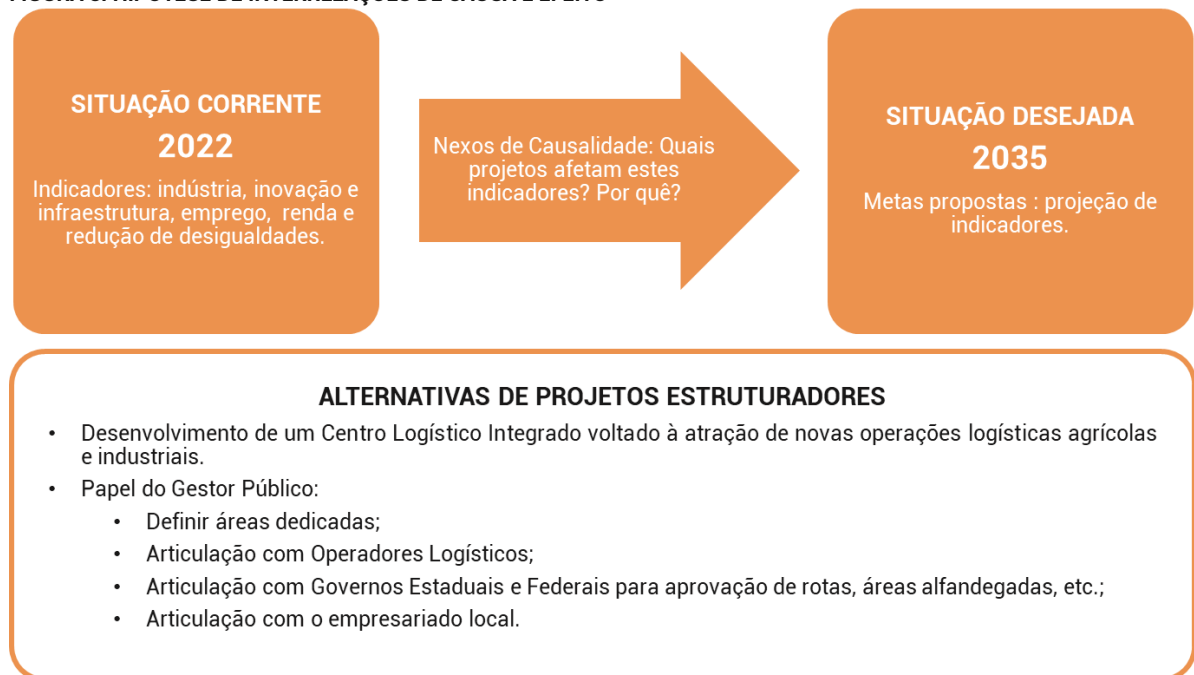
Uma vez construído este instrumental, é possível testar-se de forma qualitativa e quantitativa as hipóteses necessárias para a formulação de políticas públicas robustas, que produzam resultados duradouros. Inclusive, hipóteses quanto às oportunidades e ameaças futuras para Feira de Santana. A título de ilustração, uma força relevante de Feira de Santana no presente é seu Centro Industrial do Subaé, que a coloca em posição de destaque no valor agregado da produção industrial do Estado da Bahia. Contudo, parte importante das empresas de grande porte deste Centro Industrial estão intrinsecamente conectadas à montadora Ford, em Camaçari. Com o fechamento da Ford em Camaçari, em janeiro de 2021, este elemento deixa de atuar como força dinamizadora de empregos e renda no Município e passa a representar uma ameaça integrando as ameaças que poderão refletir-se sobre a dinâmica futura de metas e indicadores, tanto econômicos quanto sociais. As figuras a seguir buscam ilustrar como se processam estas hipóteses em diversas vertentes.

FIGURA 2: HIPÓTESE DE INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO



Fonte: Consorcio Tese Concremat.

FIGURA 3: HIPÓTESE DE INTERRELAÇÕES DE CAUSA E EFEITO



Fonte: Consorcio Tese Concremat.

Conforme ilustrado, o objetivo do presente relatório é compreender o espaço de atuação da política pública municipal e como esta pode atuar sobre a dinâmica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no futuro. A partir desta visão ampla, os próximos produtos do presente Projeto criarão a materialidade necessária para que as políticas públicas concebidas em seu sentido *latu se* tornem planos de ação efetivos a serem implementados pelo Município, sendo bem definidos os resultados esperados que deverão ser permanentemente monitorados durante e após sua implementação.

Para a consecução deste objetivo, o próximo Capítulo trata da elaboração de um referencial analítico que embasa a formulação de hipóteses sobre o padrão de desenvolvimento econômico de Feira de Santana e seus impactos sociais, urbanísticos e ambientais. A aceitação ou não destas hipóteses é necessária para que se possa propor recomendações consistentes para as políticas públicas que se pretende adotar como forma de atingir aos ODS propostos.

2. Referencial Analítico

Visando a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores para o município polo de Feira de Santana-BA, a solicitação de proposta (JOF 3057/2021, p. 34) enfatiza a relevância de uma abordagem territorial, conforme adotada pela Sudene no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste PRDNE, valorizando “a integração urbano rural e a conectividade entre as cidades que exercem a centralidade regional.”

A solicitação da proposta (p. 34) estabelece que o planejamento para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana deve ter como “pontos iniciais de referência a Agenda 2030 e o Atlas do Desenvolvimento Humano, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.”

Além disso, a solicitação orienta que devem ser identificadas inicialmente as fragilidades e oportunidades que influenciam o desenvolvimento econômico sustentável do território de Feira de Santana e que esta identificação deve ser feita em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e suas metas relacionadas. Para cada ODS aplicável à realidade do município, deverão ser discutidas e avaliadas quais são as fragilidades e oportunidades (JOF 3057/2021, p. 36).

Dado esse contexto, torna-se relevante delinear um referencial analítico que contemple essas definições e orientações. Esse referencial tem por base Macedo et al (2017).

Assim, Lastres et al (2010, p. 478) afirma a necessidade de ampliar o escopo das políticas de apoio ao desenvolvimento regional de forma a atribuir maior importância ao enfoque territorial e incorporar uma visão transetorial, sistêmica e multiescalar:

O retorno da preocupação com o desenvolvimento traz consigo uma nova percepção sobre a importância de abranger e articular escalas, para compatibilizar recortes territoriais, fortalecer as esferas federativas e suas interações e coordenar ações. (...). Nesta perspectiva, os modelos de política do terceiro milênio objetivam acolher e mobilizar diversidades e potencialidades, priorizando oportunidades relacionadas à implementação de estratégias de desenvolvimento trans e multiescalares (...).

Nesse contexto e no marco da expressiva desigualdade econômica e social que ainda permeia as regiões brasileiras - mesmo com os avanços recentes -, os modelos de política do terceiro milênio devem ir além de seus recortes setoriais e enfatizar a noção de território, como algo não natural ou imutável, mas como insumo e produto do processo de geração de riquezas ou como um ambiente socialmente construído.

O conceito de território como “insumo e produto do processo produtivo” encontra-se em Furtado (2010, p. 9). Quando a referência é uma concepção mais ampla de “processo produtivo”, de forma a considerar as suas diferentes dimensões (físicas, tecnológicas, organizacionais, sociais, institucionais etc.), esse conceito é convergente com o apresentado por BECKER (2007, p. 271): “Território é hoje o espaço da prática. Por um lado, é o produto da prática espacial; inclui a apropriação efetiva ou simbólica de um espaço, (...). Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio de sua prática”.

Com essa perspectiva, é necessário estabelecer estratégias de desenvolvimento regional assumindo integralmente a sua dimensão territorial e a sua natureza e dinâmica como um processo de transformações multidimensionais, reconhecendo que esse deve ser impelido simultaneamente em várias de suas escalas de planejamento (sistema de logística; estrutura e adensamento das atividades econômicas, inclusive serviços públicos; sistema de C&T; rede

de cidades;¹ qualidade e escala do urbano; capital social e instituições locais) nas e entre as diversas escalas espaciais do Território Nacional (local/lugar, regional, nacional, continental e global), articulando níveis de governo (União, estados e municípios) e tendo por base múltiplas formas de relações setoriais e institucionais (BRANDÃO, 2011).

Nesse sentido, conforme Lastres et al (2010, p. 449), esse tipo de estratégia implica também na necessidade de superar a dicotomia entre políticas *bottom-up* e *top-down*, ainda muito presente como um referencial analítico de orientação das estratégias de desenvolvimento regional. No contexto de suas diferentes escalas, essas estratégias, segundo Bacelar (2008), devem combinar dois movimentos: o de fora para dentro com o de dentro para fora.

É essa perspectiva analítica que imprime uma dimensão territorial às estratégias de desenvolvimento regional, de forma que nenhuma das escalas de planejamento e espaciais sejam vistas de forma isolada. Assim, o Território, nas suas múltiplas e interativas escalas, passa a ser o locus efetivo dessas estratégias, ao fazer convergir e interagir a diversidade das políticas setoriais, com as diferentes espacialidades - implícitas ou explícitas - em suas escalas de planejamento.

Nessas condições, conforme pode ser observado no QUADRO 1 (Coluna 1), as estratégias de desenvolvimento regional devem se voltar para o desenho de políticas que, convergindo no território, promovam a geração de externalidades positivas de diferentes tipos ou natureza, associadas à diferentes escalas de planejamento que caracterizam a dimensão territorial: perrouxianas, marshallianas, schumpeterianas, beveridgianas, jacobianas e institucionais (LE MOS et al, 2005).² A sustentabilidade ambiental permeia, potencializa e imprime condições de futuro a essas externalidades. A especificação dessas escalas de planejamento pode ser observada no Box 1.

O QUADRO 1 apresenta essas dimensões de forma articulada com os eixos setoriais de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, os eixos estratégicos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030) com vistas à elaboração de Projetos Estruturadores do desenvolvimento para o município polo de Feira de Santana-BA, quando possível, definidos a partir de Políticas Orientadas por Missão (*Mission Oriented Policies*).

Uma política de inovação orientada por missão é um pacote coordenado de políticas e medidas regulatórias adaptadas especificamente para mobilizar ciência, tecnologia e inovação a fim de

1 Segundo o IBGE (2008), a rede de cidades é a estrutura que organiza o território e é o substrato que o condiciona e sobre o qual atuam as políticas públicas e os agentes econômicos e sociais. MENDES et al (2011, p. 38) esclarece que “a visão territorial do papel de cidades-núcleos e da rede urbana regional pode ser complementada (...) por uma concepção que integre, no território, a estrutura produtiva (não somente os setores produtivos) e as instituições (e seus instrumentos) públicas e/ou privadas capazes (...) de intervir de maneira articulada e coordenada. Não se trata, somente, de uma estruturação de sistemas produtivos (à APL), mas de um ‘sistema institucional-territorial-produtivo’”.

2 “As externalidades territoriais em escala local são economias externa às firmas ou ao APL em seu conjunto, mas internas ao lugar em que se localizam. (...). Possuem uma dimensão produtiva relacionada às formas de organização da produção, uma dimensão inovativa, atinente à organização do arranjo cooperativo, uma dimensão transacional, ligada às formas de governança e coordenação, e, finalmente, uma dimensão urbana, relativa ao território urbano que vai muito além de um aglomerado produtivo especializado”. (LE MOS et al, 2005, p. 188).

abordar objetivos bem definidos relacionados a um desafio social, em um prazo definido.³

É importante também destacar que esse referencial analítico, centrado no conceito de território, é convergente com Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, instituída pela Lei nº 13.214/2014.⁴ Essa Lei estabeleceu o conceito de Território de Identidade como “a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, constituído por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial.”

³ Tradução livre do trecho que define as Políticas Orientadas por Missão “A mission-oriented innovation policy is a coordinated package of policy and regulatory measures tailored specifically to mobilise science, technology and innovation in order to address well-defined objectives related to a societal challenge, in a defined timeframe.” OECD (2021). The design and implementation of mission-oriented innovation policies a new systemic policy approach to address societal challenges. Disponível no sítio:

[https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/3f6c76a4-](https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/3f6c76a4-en.pdf?expires=1661201430&id=id&accname=quest&checksum=4C5E987A081629AF0C7833AA0B89C1EF)

[en.pdf?expires=1661201430&id=id&accname=quest&checksum=4C5E987A081629AF0C7833AA0B89C1EF.](https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/3f6c76a4-en.pdf?expires=1661201430&id=id&accname=quest&checksum=4C5E987A081629AF0C7833AA0B89C1EF)

⁴ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279550>.

QUADRO 1: DIMENSÕES DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO DE FEIRA DE SANTANA E DE SUA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DE SUAS FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES E A ESPECIFICAÇÃO DE UMA CARTEIRA DE PROJETOS ESTRUTURADORES PARA O MUNICÍPIO POLO DE FEIRA DE SANTANA-BA.

Sustentabilidade Ambiental	Território: dimensões de análise, escalas de planejamento / tipos de externalidades	Eixos setoriais de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Eixos estratégicos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030) / Atlas do Desenvolvimento	Estratégias	Identificação das fragilidades e oportunidades que influenciam no desenvolvimento econômico sustentável do território de Feira de Santana-BA, segundo as diferentes escalas de planejamento e eixos estratégicos e de intervenção.	Políticas Orientadas por Missão - Mission Oriented Policy	Carteira de Projetos Estruturadores para o Município Polo de Feira de Santana-BA
<p>12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis</p> <p>13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos</p> <p>14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável</p> <p>15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade</p>	Marshallianas / Perrouxianas	Desenvolvimento produtivo	Dinamização e Diversificação produtiva	8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Promover a agricultura sustentável (ODS 2)	Apoio à integração produtiva de regiões no entorno de projetos estruturadores			
	Schumpeterianas	Ciência, tecnologia e inovação	Inovação	9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Articulação em rede das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da Região Nordeste com o setor produtivo com foco na inovação			
	Beveridgianas	Educação e qualificação profissional	Desenvolvimento de capacidades humanas	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	Promoção de ações materiais e institucionais que viabilizem e incentivem o estudo e a qualificação do trabalho em diferentes áreas e especializações.			
	Jacobianas	Infraestrutura econômica e urbana	Conservação Ambiental e Segurança Hídrica	6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Desenvolver projetos e parcerias com agentes públicos e privados que apoiem o financiamento, a implantação e a gestão de infraestruturas econômicas e urbanas críticas.			
	Beveridgianas	Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais	Desenvolvimento social	1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Atuar como agente ignitor de transformações urbanas e sociais, materializadas em projetos, programas e ações institucionais, que produzam uma dinâmica própria de recuperação e melhoria das condições de vida em Feira de Santana.			
	Institucionais	Fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos.	Desenvolvimento institucional	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	1. Estruturação do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional, para assegurar a articulação setorial das ações, a cooperação federativa e a participação social 2. Aprimoramento da inserção da dimensão regional nos instrumentos de planejamento e orçamento federal, bem como em políticas e programas governamentais diversos			

Fonte: Tese Ltda/Concremat.

Box 1

Externalidades na escala regional e urbana: perrouxianas, marshallianas, schumpeterianas, jacobianas e institucionais

O primeiro tipo de externalidades (perrouxianas) tem por referência a análise dos polos de crescimento realizada por Perroux, em 1955. Segundo Perroux, as ligações dos polos “por vias e meios de transporte [...] compõem [...] a infraestrutura de mercado”. Uma adequada infraestrutura de transporte, mobilidade e concetividade favorece a circulação de pessoas, mercadorias e o acesso aos serviços.

As externalidades marshallianas estão relacionadas ao adensamento das atividades produtivas. Externalidades desse tipo decorrem do conceito de “distritos industriais”, conforme estabelecido, por Marshall (Princípios de Economia, 1890). As características básicas são as seguintes: alto grau de especialização e forte divisão de trabalho; fácil acesso à mão-de-obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; e sistemas de comercialização e de troca de informações entre os agentes. Argumenta-se que um adensamento das atividades produtivas dessa natureza permite às empresas usufruírem de externalidades, via ganhos de escala e redução de custos.

As externalidades schumpeterianas decorrem das contribuições de Schumpeter para a “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (1911). Conforme Possas (1997), Schumpeter relaciona os períodos de prosperidade ao fato de que o empreendedor inovador, ao criar novos produtos, é imitado por um verdadeiro ‘enxame’ de empreendedores não inovadores que investem recursos para produzir e imitar os bens criados pelo empresário inovador. Assim, a criação de um ambiente que favoreça o empreendedor inovador constitui uma externalidade relevante para o dinamismo das atividades econômicas.

As externalidades jacobianas se referem às análises elaboradas por Jane Jacobs em “*The economy of cities*” (1969). Elas podem ser definidas como vantagens aglomerativas locais externas às empresas, mas derivadas da força gerativa das cidades decorrentes da diversidade econômica e da escala urbana: causalidade urbana, estímulo da aglomeração urbana, “capital espacial” ou synekism (Soja, Posmetropolis, 2000). Segundo Jacobs (1969) o motor da inovação, diversificação e novas atividades das cidades decorrem das possibilidades abertas pela maior escala do urbano que proporciona mercados e gargalos que impulsionam desdobramentos na divisão social do trabalho, operando como um processo de realimentação de expansão de novos mercados / produção de novos bens e serviços. A escala e a qualidade do sistema urbano favorece a inovação. De acordo com Jacobs, cidades diversificadas favorecem o partilhamento e a fertilização cruzada de ideias, facilitando que soluções tecnológicas e inovadoras de um setor sejam aplicadas em outro setor.

As externalidades beveridgianas, cuja referência é o Report Social Insurance and Allied Services (*Beveridge Report*, 1942) diz respeito a quesitos relativos ao Estado de Bem Estar Social (políticas sociais, distribuição de renda, etc), pressupondo que condições de baixa vulnerabilidade social pode favorecer ou criar externalidades positivas.

Finalmente, as externalidades institucionais se relacionam com o papel das instituições na dinâmica econômica. Segundo Richard Nelson (*What makes an Economic Productive and Progressive? What A the Needed Institutions?*, 2006), as instituições devem ser entendidas de forma ampla, mais na forma como as coisas são feitas do que com as regras que regem ou as estruturas que condicionam o comportamento. Dependendo de “como as coisas são feitas”, podem ser criadas externalidades positivas ou negativas, favorecendo ou não a “produtividade e o progresso econômico”.

Fonte: Macedo et al (2017).

2.1. Matrizes Analíticas dos Planos Existentes

O Termo de Referência - TR estabelece que o planejamento proposto para a elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores que contribua para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035 tenha como “pontos iniciais de referência a Agenda 2030 e o Atlas do Desenvolvimento Humano, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste”, além de indicar outros insumos complementares como subsídios mínimos na elaboração dos produtos do presente trabalho.

Além disso, orienta que devem ser identificadas as Fragilidades e Oportunidades que influenciam no desenvolvimento econômico sustentável do território de Feira de Santana relacionando-as com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e suas metas, parte integrante do Produto 1 da especificação, para definição dos Projetos Estruturadores.

Em princípio, a análise dos documentos indicados no TR possibilitaria o conhecimento dos documentos já elaborados e a identificação de políticas e áreas programáticas, que possuem efeitos catalisadores e "aceleradores" dos ODS, por exemplo, permitindo atingir múltiplos ODS e metas de forma integrada e transversal. Permite também identificar possíveis gargalos que impeçam a operacionalização de ações convergentes para os projetos, direcionando o Município para o pleno alcance dos objetivos de sustentabilidade.

Neste contexto, são apresentados a seguir, as análises e sistematização dos insumos indicados no TR, sua sinergia com o desenvolvimento dos produtos esperados, bem como referências complementares identificadas pela Consultoria consideradas relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos.

Dentre os documentos de referência indicados existem aqueles que possuem função de Instrumentos, e aqueles que são Planos e Políticas que sistematizam o processo de organização e implementação de ações, tendo sido categorizados conforme apresentados a seguir.

2.1.1. Insumos apontados no Termo de Referência

Política Nacional Desenvolvimento Regional – PNDR

A PNDR deixa claro que na proposição de qualquer política, programa e projeto, em âmbito nacional, é essencial estimular a promoção do desenvolvimento intra e inter-regionais, de forma a facilitar a cooperação federativa e o apoio do governo estadual e federal, de modo a possibilitar a sua efetiva implementação. Isto significa que para a identificação dos potenciais Projetos Estruturados para Feira de Santana é de extrema importância que eles estejam em consonância com os objetivos e estratégias regionais do PNDR apontados no Decreto nº 9.810, de 2019, para identificar oportunidades de desenvolvimento e reduzir as desigualdades econômicas e sociais, que impactem não apenas em Feira de Santana, como também o seu entorno regional. Por esta razão esta política é parte integrante do Referencial Analítico (Capítulo 2) do presente trabalho, com a elaboração adicional da Matriz Analítica da PNDR, (Apêndice A), que apesar não apresentar nenhuma ação definida e ser bastante sintética, apresenta os seus quatro objetivos e oito estratégias estruturados segundo os seis eixos setoriais de intervenção: desenvolvimento produtivo; ciência, tecnologia e inovação; educação

e qualificação profissional; infraestrutura econômica e urbana; desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais e fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos.

Conforme se observa, a PNDR concebe princípios basilares para que a sociedade brasileira reflita sobre a necessidade e importância de se criar políticas de desenvolvimento regionalizadas, que busquem a recuperação dos espaços e tempos perdidos pelas regiões de menor renda e maiores necessidades. Não obstante a importância de se estabelecer um alinhamento da sociedade em torno destes temas, a PNDR não constitui um instrumento de políticas públicas específicas que alcance a execução de projetos ou programas que visem dar materialidade aos conceitos trazidos. Por esta razão, a integra do trabalho desenvolvido observará os princípios enunciados, partindo destes princípios para dar materialidade a um plano de ações públicas conduzidas pela Municipalidade de Feira de Santana.

Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste –PRDNE

O Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste elaborado pela Sudene busca através de estratégia territorial o fortalecimento da rede policêntrica de cidades, tendo a inovação como eixo condutor de enfrentamento das desigualdades regionais. O Plano foi estruturado em seis Eixos Estratégicos, nos quais são apontadas ações para diversos municípios e estados, objetivando o desenvolvimento sustentável do Nordeste: Segurança Hídrica e Conservação Ambiental; Inovação; Dinamização e Diversificação Produtiva; Desenvolvimento das Capacidades Humanas; Desenvolvimento Social e Urbano e Desenvolvimento Institucional. O PRDNE direciona diversas das ações para municípios-polos das regiões geográficas intermediárias, dentre eles, Feira de Santana. O PRDNE também integra o Referencial Analítico (Capítulo 2) do presente trabalho. Foi elaborada sua Matriz Analítica (Apêndice B), na qual pode ser verificado que das 481 ações propostas, 250 delas estão direta ou indiretamente relacionadas com Feira de Santana e seu entorno, englobando ações de diversas escalas de intervenção. Este Plano servirá como elemento balizador na priorização dos Projetos Estruturadores para Feira de Santana, sendo priorizados, dentre outros critérios, aqueles que tenham correlação com as ações ali apresentadas, em conjugação com o potencial deste Plano como acelerador dos ODS em escala regional.

Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS

Através de um processo global participativo com diversas instituições e coordenado pela ONU foi elaborada a Agenda 2030, que busca alcançar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e 169 metas de ação global até 2030.

FIGURA 4: IDENTIDADE VISUAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS



Fonte: PNUD, 2015.

A Agenda 2030 seus ODS culminam como o principal elemento norteador no desenvolvimento do presente trabalho, porque objetiva que a implementação dos Projetos Estruturadores, a serem propostos, contribua para o atendimento da Agenda 2030, ou seja, com a melhoria dos indicadores de Feira de Santana e o atingimento das metas dos ODS (Anexo 1). Por esta razão este subsídio teórico será utilizado ao longo de todas as etapas do trabalho.

Guia Prático de Análise Ex Ante

O Guia Prático de Análise Ex Ante é um documento elaborado pelo Governo Federal (IPEA) em 2018, visando tornar a governança no setor público mais eficiente através de um processo de tomada de decisão mais racional e fundamentado. Para que isso ocorra segundo o método de Análise Ex Ante os projetos desde sua concepção devem “verificar se a política responde a um problema bem delimitado e pertinente, se há um objetivo claro de atuação do Estado e se esse pode ser alcançado por meio de um desenho efetivo”. Este subsídio será essencial na Etapa 4 do trabalho, especialmente para detalhar o Modelo Lógico do Projeto, parte integrante do Relatório Técnico de Projeto, definindo quais são os recursos e atividades que geram produtos, resultados e seus respectivos impactos, e a racionalidade de conexão entre eles.

FIGURA 5: FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DO MODELO LÓGICO



Fonte: IPEA, 2018

Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura - Ministério da Economia

O Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício – Guia ACB, elaborado pelo Ministério da Economia, busca padronizar a metodologia de avaliação de projetos e programas. Apresenta recomendações e diretrizes, que auxiliem na avaliação e seleção de projetos de investimento de infraestrutura permitindo, através da sua metodologia a sistematização do projeto desde a sua concepção e a priorização dos investimentos, apontando os principais impactos diretos e indiretos, ao longo do ciclo de vida do projeto. Este Guia é “reconhecido como principal entrave para a efetividade e qualidade do investimento em infraestrutura no Brasil (Banco Mundial, 2017; FMI, 2018)”. Tem como foco grandes projetos, que possuam além de elevado custo, um caráter estratégico e uma elevada capacidade de geração de valor e de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2021). Este insumo terá um papel essencial, em conjunto com o Guia de Análise Ex Ante⁵, na Etapa 4 do trabalho, especialmente nas análises e detalhamento dos projetos e em especial na elaboração do Relatório Técnico de Projeto.

Plano Plurianual – PPA de Feira de Santana (2022 – 2025)

O Plano Plurianual – PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo previsto na Constituição Federal, no qual a cada quatro anos são definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, contemplando também as despesas de capital estimadas para o atingimento das metas. O PPA de Feira de Santana tem como eixos estruturadores as diretrizes de inclusão social e produtiva e a qualidade de vida da população; infraestrutura e desenvolvimento econômico sustentável; gestão pública de excelência, transparente e democrática e a gestão do poder legislativo. O PPA Municipal, assim como demais planos, servirá como elemento balizador na priorização dos Projetos Estruturadores para Feira de Santana, visando identificar projetos diretamente relacionados com as diretrizes, objetivos e metas previstas no PPA municipal.

Plano Plurianual – PPA Estadual da Bahia (2020 – 2023) e revisões

Trata-se também de um instrumento de planejamento elaborado a cada quatro anos no qual são definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública, nos quais serão despendidos os recursos arrecadados no Estado naquele período. O PPA Estadual, assim como demais planos, servirá como elemento balizador na priorização dos Projetos Estruturadores para Feira de Santana.

⁵ Fonte: Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade. Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura. Guia geral de análise socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimento em infraestrutura / Ministério da Economia, Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura. -- Brasília: SDI/ME, 2021.

Programa de Parcerias de Investimentos – PPI do Governo Federal

O PPI é uma Lei Federal, que fomenta a interação e a parceria entre o poder público e as empresas privadas. Este Programa tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento e geração de empregos além de estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial; garantir a expansão com qualidade da infraestrutura pública; promover ampla e justa competição na celebração das parcerias e na prestação dos serviços; assegurar a estabilidade e a segurança jurídica dos contratos e fortalecer o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras. O PPI é de extrema importância para captar investimentos e parcerias, sendo um insumo importante especialmente para as Etapas 4 e 5 do trabalho.

Diagnóstico de Feira de Santana, relatório de oficinas e Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável – PDES

O PDES, elaborado em 2018, é um documento que começou a ser desenvolvido no município de Feira de Santana, porém contou apenas com a etapa de Diagnóstico e o Relatório das Oficinas realizadas com setores variados do município na época. Apesar do Plano não ter sido finalizado a Consultoria elaborou matrizes analíticas do PDES (Apêndice C), compilando os resultados identificados nas Oficinas em uma planilha, bem como a identificação das Fragilidades e Oportunidades apontadas no Diagnóstico elaborado em outra planilha, as quais foram validadas e/ou descartadas na presente etapa do trabalho a partir das atividades realizadas na oficina, na capacitação e nos questionários realizados. O relatório apresenta um conjunto de proposições de políticas públicas, contudo sem que as mesmas sejam materializadas em um plano de ações.

O Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana – PDES, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil, com o apoio de consultorias especializadas em planejamento estratégico, partiu de um diagnóstico amplo das condições sociais e econômicas de Feira de Santana, procurando compreender como a estrutura produtiva deste Município se insere em um panorama local e global. O diagnóstico parte da observação sistematizada dos principais fatos nas seguintes dimensões:

- Capital Humano;
- Internacionalização;
- Mercado Produtivo e Empresarial;
- Mercado de Trabalho;
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- Setor Financeiro;
- Sustentabilidade Fiscal e Governabilidade;
- Ambiente de Negócios;
- Infraestrutura para a competitividade;
- Sustentabilidade Ambiental;
- Sustentabilidade Urbana;

No que tange o tema capital humano, o diagnóstico realizado no âmbito do PDES aponta para questões como o baixo nível de escolaridade médio da população e a perda de capital humano de alto potencial para outros municípios da região ou mesmo de outras regiões

do país em virtude da ausência de instituições de ensino e pesquisa de ponta. De outro lado, o estudo aponta para demanda existentes nos setores industriais e agrícola que não conseguem ser supridas pela oferta local, resultando em um desencadeamento entre a oferta e a demanda por capital humano qualificado. Uma vez que esta é uma fraqueza do município, aponta-se a existência de uma oportunidade relevante, em que as políticas públicas procurem promover instrumentos de ensino que viabilizem, de um lado, a retenção de profissionais qualificados no Município e, de outro, a oferta de mão de obra para funções de nível técnico e superior necessárias para o desenvolvimento da agricultura e indústria local.

Quanto à Internacionalização, o diagnóstico realizado no âmbito do PDES aponta para questões como a integração internacional da atividade econômica de Feira de Santana. Ao concentrar a maior parcela de sua geração de renda em atividades de serviços, tipicamente consideradas “não exportáveis”, Feira de Santana aparece com um nível de internacionalização relativamente menor do que apontaria seu potencial econômico. Contribui para esta dinâmica a conexão da indústria de Feira de Santana com cadeias produtivas locais, e não internacionais. Indica-se, não obstante, a importância logística do Município em meio à matriz produtiva regional e nacional.

Sobre o Mercado Produtivo e Empresarial, o diagnóstico realizado no âmbito do PDES indica para os ciclos econômicos bem caracterizados da região, sendo observado um crescimento médio superior a 10% ao ano no período de 2010 a 2014, caindo para cerca de 2% em 2015. Estes ciclos demonstram a dependência do desenvolvimento econômico de políticas públicas bem estruturadas, inclusive de uma política tributária que viabilize a atração de empresas de grande porte para o Centro Industrial do Subaé. O estudo aponta para a importância de se desenvolver projetos de infraestrutura que apontem para o aumento da competitividade industrial do CIS, além de promover os sistemas regionais de ciências, tecnologia e inovação. O estudo também aponta para o incentivo ao desenvolvimento empresarial local por meio da promoção de feiras de negócios, congressos e outros eventos.

O tema mercado de trabalho aponta para três desafios importantes. O primeiro é um patamar de desemprego alto e resiliente para a média nacional. O estudo indica que este desemprego estrutural se cria a partir da urbanização de Feira de Santana, que atrai populações do interior para residência, sendo que parte expressiva desta população atraída não está preparada e qualificada para as funções ofertadas no Município. O segundo elemento é a desigualdade de gênero, onde o desemprego feminino é muito mais elevado do que o desemprego entre homens. Resultado destes dois fenômenos é o aumento da informalidade das relações de trabalho e produção em Feira de Santana.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação, na ótica do PDES, representa um importante insumo para a dinamização da economia de Feira de Santana, em particular no que tange seu crescimento industrial. O Plano apresenta um panorama do posicionamento das entidades de ensino superior e do número de patentes registradas no Município. Entende que o Município está aquém de seu potencial, precipuamente devido às desconexões existentes entre o perfil de formação de mão de obra e as necessidades efetivas da indústria.

Quanto ao Setor Financeiro, o estudo destaca o papel dos Bancos de Desenvolvimento, particularmente do BNDES e do BNB, no financiamento de atividades industriais e agrícolas. Apesar de destacar a importância do dinamismo do setor financeiro para a promoção de crescimento e desenvolvimento econômico, não é realizado um diagnóstico dos entraves e desafios deste setor para Feira de Santana.

No tema sustentabilidade fiscal e governabilidade, o PDES apresenta uma fotografia da situação fiscal corrente do Município. Esta situação, entendida como moderadamente positiva, passa a ser entendida como fortemente positiva quando se atualizam os dados para 2021, conforme será apresentado nos capítulos seguintes.

No tocante a ambiente de negócios não há considerações relevantes para a definição de forças, fraquezas, oportunidades ou ameaças a Feira de Santana. Apenas destaca-se a necessidade de se criar um ambiente favorável, seguindo o padrão de recomendações emanado do Banco Mundial. A infraestrutura para a competitividade abrange um diagnóstico de telecomunicações, sendo que os temas abordados, como carga tributária, compartilhamento de cabos com a rede de energia e custos de direito de passagem, são comuns a todo o território nacional. Sobre logística, não há informações ou análises relevantes além da descrição da infraestrutura de conexão de Feira de Santana com o restante do Estado e do País.

Quanto a sustentabilidade ambiental, o estudo destaca, de um lado, a elevada correlação entre os investimentos desta área e os ODS tratados no restante deste Relatório. Particular ênfase é dada à redução de mortalidade infantil, melhoria dos indicadores de saúde e desenvolvimento urbano a partir de projetos de tratamento de água, esgoto e resíduos sólidos. O estudo destaca a existência do Plano Diretor de Saneamento e a importância de sua implementação tempestiva.

Por fim, ao tratar de sustentabilidade urbana, o PDES trata de questões relacionadas ao acesso a serviços de saúde, educação, meios de transporte e áreas verdes. Inicialmente o estudo destaca o elevado percentual da população vivendo abaixo da linha de pobreza, mesmo face às melhorias ocorridas no transcurso das últimas duas décadas. Esta população encontra-se espacialmente segregada, residindo em regiões do Município com menores níveis de acesso a serviços públicos essenciais. Neste capítulo apresenta-se, adicionalmente, um diagnóstico sobre problemas comuns a grandes centros urbanos, como trânsito e demanda por saúde pública.

A partir deste diagnóstico é estruturada uma matriz de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças reproduzida na FIGURA 6.

FIGURA 6: MATRIZ SWOT DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA – PDES



Fonte: Adaptado de Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana – PDES, elaborado por Ernst & Young.

Conforme se observa, a matriz formulada a partir do diagnóstico apresenta-se como um instrumento preliminar de análise. Os principais pontos destacados nas fraquezas estão relacionados aos temas educacionais e ambientais expostos. A partir desta matriz inicial foram realizados encontros presenciais para que, a partir da interação com agentes públicos, a matriz proposta fosse convertida em um plano de ações efetivo. Não obstante a ocorrência de um grande número de encontros, este processo não foi concluído. No Anexo 2 do presente Relatório são transcritas as principais matrizes elaboradas ao longo dos encontros.

Atlas Eólico e Atlas Solarimétrico da Bahia

O Atlas Eólico da Bahia é um mapeamento que visa monitorar, em tempo real, os dados de instalação, medição e produção de energia eólica no estado baiano, visando a atrair empresas investidoras no setor. Este dado é importante visto que a Bahia tem se consolidado como um dos principais polos do País em geração de energia eólica. O Atlas Solarimétrico é um mapeamento que também visa monitorar em tempo real os dados de instalação, medição e produção de energia eólica no estado baiano, visando fomentar o desenvolvimento de competência científica e tecnológica na área de energia solar, e a atração de investimentos no Estado, promotores de desenvolvimento. Ambos os atlas são importantes para identificar o potencial que Feira de Santana pode dispor neste âmbito em correlação com o objeto do trabalho.

Base de dados do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FNE e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, para Feira de Santana e sua região intermediária

As bases de dados FNE e do FDNE relativas a Feira Santana e sua região intermediária, são essenciais para nortear as possíveis fontes de investimentos para os Projetos Estruturadores. No entanto ainda não conseguimos ter acesso a estes dados até o momento.

UNDP *SDG Acceleration Toolkit* (Kit de ferramentas aceleradoras de ODS do PNUD)

O UNDP *SDG Acceleration Toolkit* é um documento que apresenta um conjunto de ferramentas para acelerar o atingimento das metas dos ODS. É um insumo importante para auxiliar na identificação de projetos com características aceleradoras de ODS.

***A Guide to SDG Interactions: from Science to Implementation* (Um Guia para interações com os ODS: da ciência à implementação)**

O relatório *A Guide to SDG Interactions: from Science to Implementation* analisa as interações entre os diversos ODS e suas respectivas metas, identificando sua mútua potencialização ou eventuais conflitos, visando auxiliar os países a atingir os ODS de forma mais eficaz. Este insumo é um subsídio importante para auxiliar na priorização dos Projetos Estruturadores que possam ter um papel acelerador devido a suas múltiplas interações.

Atlas de Desenvolvimento Humano

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma interativa de consulta a mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, em especial do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH). Permite a compreensão da realidade municipal e a evolução dos indicadores municipais nas áreas sociais, embasando as análises e as propostas do presente trabalho.

Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Parte integrante da coletânea de Territorialização dos ODS, o “Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” é o último dos quatro volumes lançados pelo PNUD em conjunto com a Petrobrás, para guiar gestores públicos locais, organizações da sociedade civil e do setor privado, para implementar e cumprir a Agenda 2030 e os seus ODS. Trata-se de subsídio auxiliar para a elaboração da carteira de Projetos Estruturadores com a identificação dos projetos aceleradores de ODS, de grande importância para o trabalho.

Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos ODS

Assim como o insumo anterior, o “Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, parte integrante da coletânea de

Territorialização dos ODS, é o terceiro dos quatro volumes lançados pelo PNUD em conjunto com a Petrobrás. É direcionado para auxiliar na Mobilização das parcerias, sendo um insumo importante especialmente nas Etapas 4 e 5 do trabalho.

2.1.2. Insumos Complementares Identificados pela Consultoria

Visando complementar com o máximo de informações relevantes a respeito de Feira de Santana e conhecimento de suas Fragilidades e Oportunidades além de projetos já existentes ou propostos, estão sendo considerados os insumos adicionais relacionados a seguir, para subsidiar as análises que integram o trabalho, somando-se aos dados e informações repassados pela Prefeitura de Feira de Santana à Consultoria.

Guia de Territorialização e Integração dos ODS e Guia de Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais de Indicadores ODS

Estes dois guias completam a coletânea de Territorialização dos ODS, o “Guia de Identificação de Aceleradores para o Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” sendo os dois primeiros volumes lançados pelo PNUD em conjunto com a Petrobrás, em busca do atingimento da Agenda 2030 e os seus ODS. O primeiro Guia é focado na territorialização dos ODS apontando a necessidade do desenvolvimento localizado, integrado, adaptado e traduzido para o contexto local, significando que quanto mais localizadas e mais desagregadas forem as informações e indicadores, mais fácil ficará a identificação de áreas e territórios que mais precisam de investimentos. O segundo guia foca na Elaboração de Diagnósticos Situacionais Municipais a partir dos Indicadores dos ODS, auxiliando e exemplificando modelos já elaborados em diversos municípios brasileiros. Estes dois Guias são importantes para identificar os possíveis projetos que visem melhorar os indicadores dos ODS e sua efetivação.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU

O PDDU, é um instrumento importante de planejamento urbano definido pela Lei Complementar nº 117/2018. Foi elaborada uma Matriz Analítica deste plano (Apêndice D), que tomou como base suas Diretrizes advindas de oito Políticas Municipais: Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município; Habitacional; Meio Ambiente; Cultural; Infraestrutura, Equipamentos e Serviços Urbanos Básicos; Urbana; Mobilidade Urbana e Rural e gestão democrática e do desenvolvimento político-institucional. Este Plano servirá como elemento balizador na priorização dos Projetos Estruturadores para Feira de Santana, sendo potencializados aqueles que tenham correlação com as ações já apresentadas no PDRNE.

Indicadores dos ODS no Nordeste – Cidades Sustentáveis

O levantamento dos Indicadores dos ODS no Nordeste, compilado e apresentado pelo Programa Cidades Sustentáveis, funciona como subsídio de extrema importância para a identificação das principais deficiências do município, além de ressaltar qual é a situação do município em relação ao atingimento dos ODS em Feira de Santana, na Bahia, no Nordeste e

no Brasil. Esta ferramenta será utilizada ao longo de todo o trabalho, mas em especial na Etapa 1, Produto 1.2 para a identificação das Fragilidades e Oportunidades.

Mission Economy: Mazucatto

O *Mission Economy* é uma teoria da economista Mariana Mazucatto, que introduz um novo conceito econômico que busca solucionar as crises que ameaçam a economia mundial, através da inovação e do pensamento colaborativo, sendo necessário para tal uma relação mútua entre os setores público, privado e a sociedade. Uma política de inovação orientada para a “missão” é um pacote coordenado de políticas e medidas regulatórias adaptadas especificamente para mobilizar a ciência, a tecnologia e a inovação, a fim de abordar objetivos bem definidos relacionados a um desafio social, em um prazo definido.⁶

Plano Municipal de Mobilidade Urbana – PLANMOB

O Plano Municipal de Mobilidade Urbana - PLANMOB é um instrumento de Planejamento setorial direcionado à mobilidade. Para identificar sua compatibilidade com os Projetos Estruturadores foi elaborada sua Matriz Analítica além de ter sido elaborada a Matriz Analítica (Apêndice E). O PLANMOB estabeleceu os princípios e diretrizes para a integração entre os modos de transporte, para a melhoria da acessibilidade, mobilidade das pessoas e cargas dentro do Município.

Plano Diretor de Circulação, Sistema Viário e Tráfego

O Plano Diretor de Circulação, Sistema Viário e Tráfego, também é um instrumento de Planejamento setorial, tendo como foco principal propostas de organização do Sistema Viário Principal, Secundário e Central; Medidas de Circulação, Pavimentação, Sinalização, Iluminação e Obras; Carga e Descarga; Zona Azul e Estacionamentos; Central de Controle de Semáforos – CTA e Semáforos; Central de Controle de Operações – CCO; Transporte Coletivo e Segurança de Pedestres; Ciclovias; Fiscalização; Radares e Lombadas. Para este Plano também foi elaborada a Matriz Analítica (Apêndice F), para identificar sua compatibilidade com os Projetos Estruturadores.

Projeto do BUS RAPID TRANSPORT – BRT

O Projeto Operacional para a implantação do BRT, foi elaborado pela empresa PRISMA Consultoria e Engenharia LTDA, e conta com seis objetivos e seis metas. O projeto visou trazer diversas propostas de intervenções físicas apresentadas pelo Plano de Circulação, Sistema Viário e Tráfego de Feira de Santana. A área de intervenção escolhida foi embasada nas diretrizes e na concepção do transporte público municipal, visando a implantação do sistema

6 OECD (2021). the design and implementation of mission-oriented innovation policies a new systemic policy approach to address societal challenges. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/3f6c76a4-en.pdf?expires=1661201430&id=id&accname=guest&checksum=4C5E987A081629AF0C7833AA0B89C1EF>.

integrado de transporte público com a implantação ideal do Sistema de Transporte BRT do Município. Para este Projeto também foi elaborada a Matriz Analítica (Apêndice G), para identificar sua compatibilidade com os Projetos Estruturadores.

Plano Municipal de Saneamento de Feira de Santana – PMSB

O PMSB é uma ferramenta de planejamento estratégico que orienta os investimentos a serem realizados quanto ao Abastecimento de Água e o Esgotamento Sanitário, buscando diagnosticar a situação atual do município e estabelecer um planejamento de curto, médio e longo prazo, em consonância com as políticas públicas previstas para a área de estudo, em especial regiões de planejamento de recursos hídricos dos rios Paraguaçu, Subaé e Pojuca. Para este Plano também foi elaborada a Matriz Analítica (Apêndice H), para identificar sua compatibilidade com os Projetos Estruturadores.

A análise dos insumos propostos pelo TR, complementados pela Consultoria através da elaboração das Matrizes dos Planos existentes alinhadas com o Referencial Analítico, contribui para sistematizar o panorama dos esforços em planejamento dos órgãos públicos e dos gestores do presente contrato na área de estudo, de forma objetiva e sintética. Permite a leitura da realidade municipal e regional de Feira de Santana e subsidia com informações a tomada de decisões para a elaboração da carteira de Projetos Estruturadores do Desenvolvimento Sustentável do Município e de sua região de influência.

Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana – PDMAP

O PDMAP, é um instrumento de desenvolvimento setorial que define ações de prevenção e redução dos desastres ambientais relacionados à drenagem urbana, além de orientar o crescimento urbano sustentável. Este Plano estabeleceu Programas de Controle de Cheias para as Bacias Subaé, Jacuípe e Pojuca, além de programas ambientais e de uso e ocupação do solo, visando reduzir as ocorrências de relacionados à inundação na cidade. Para este Plano também foi elaborada a Matriz Analítica (Apêndice I), para identificar sua compatibilidade com os Projetos Estruturadores.

3. Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana

Este tópico tem por objetivo analisar a inserção regional do município de Feira de Santana e os principais aspectos de sua economia, com base nos dados do Produto Interno Bruto e do número de vínculos de empregos formais, sistematizados conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

Além disso, apresenta uma análise da gestão fiscal e da capacidade de endividamento da Prefeitura Municipal de Feira de Santana.

3.1. Feira de Santana: escalas de aproximação

Este tópico tem como objetivo analisar estudos recentes do IBGE relativos à divisão regional, redes e fluxos geográficos e tipologias do território, de forma a referenciar o processo de elaboração da Carteira de Projetos Estruturadores para o município polo de Feira de Santana-BA.

As características da inserção regional do município de Feira de Santana são relevantes para a elaboração dessa Carteira.

Esses estudos são os seguintes:

- Projeto Regiões Rurais (2015);
- Região de Influência das Cidades - REGIC (2018);
- Divisão Urbano Regional (2021); e
- Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos (2017).

Parte-se do mais geral em direção a aqueles cujas escalas de análise mais se aproximam do recorte espacial e institucional (municípios) do município de Feira de Santana.

Projeto Regiões Rurais (2015) ⁷

Segundo o IBGE, esse projeto “tem por objetivo elaborar a divisão regional do Brasil a partir da **dinâmica geográfica traçada pela produção agroindustrial no território nacional**.”⁸Assumiu o desafio “de ultrapassar as definições substantivas do rural, passíveis de serem expressas em um único critério ou dimensão, para outras onde sejam possível vislumbrar o conteúdo relacional entre o rural e o urbano com as dinâmicas territoriais que as envolvem”.⁹

O Projeto parte do princípio de que “uma das dimensões mais caras da informação geográfica contemporânea se refere aos fluxos de comando e controle dos centros urbanos sobre o território (...). No contexto da globalização, quando novas tecnologias permitem a

⁷ IBGE. Projeto Regiões Rurais 2015: relatório técnico. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_regioes_rurais.shtm.

⁸ IBGE (2015, p. 5).

⁹ IBGE (2015, p. 6).

comunicação instantânea entre grande parte das cidades e entre elas e o espaço rural, é importante para a definição das Regiões Rurais brasileiras conhecer a geografia das inúmeras redes forjadas através das articulações entre empresas, estejam elas localizadas no campo e/ou nas cidades.” Considera que a “estratégia das grandes empresas agroindustriais para garantir ou ampliar sua participação nos mercados nacional e mundial ocorre através do processo simultâneo de centralização de capital e de expansão/diversificação de suas plantas e produtos, o que pressupõe, portanto, uma forte estratégia espacial a ela associada seja no campo ou na cidade. (...) Na visão territorial contemporânea, as cidades, de diferentes tamanhos e funções, se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social, tanto entre o campo e a cidade, como entre as cidades, exprimindo e, ao mesmo tempo, influenciando as formas pretéritas e atuais de apropriação e uso do território, aí incluídos os diversos usos ligados às atividades agroindustriais.”¹⁰

Neste contexto, a regionalização do espaço rural proposta pelo Projeto está lastreada em conceitos como os de território-rede e território-zona ou contíguo, superando, entre outros, a dicotomia cidade-campo. Segundo o IBGE, o território-rede é constituído por “redes múltiplas que compõem os diversos segmentos e interesses da agropecuária brasileira, alocados em seu território, seja no campo e/ou nas cidades, onde se superpõem e se emaranham, contrastando com os padrões espaciais pautados na contiguidade que caracteriza o ‘território de zonas’.”¹¹

As Regiões Rurais foram “designadas por uma ou mais cidades que articulam essas regiões. Essas cidades foram classificadas segundo sua importância na rede urbana brasileira, o que permite uma leitura conjugada das Regiões Rurais aos centros urbanos de importância local, regional e nacional”.¹²

Nesse contexto, **o município de Feira de Santa se localiza na Região Rural da Metrópole de Salvador** (2906). Essa região é formada por 133 municípios e tem por fronteira as Regiões Rurais das Capitais Regionais de Ilhéus (2907) e de Vitória da Conquista (2909), dos Centro Sub-regionais de Guanambi (2910), Bom Jesus da Lapa (2902), Irecê (2903) e das Capitais Regionais de Petrolina-Juazeiro (2904) e Juazeiro (2905) – FIGURA 7

A inserção do Município de Feira de Santana no território-rede que caracteriza a Região Rural da Metrópole de Salvador decorre, em grande parte, do fato de ser um dos principais nós da infraestrutura logística dessa região.

O município de Feira de Santana, segundo maior município da Bahia, a 116,4 km de Salvador, “apresenta localização estratégica nos contextos regional e nacional, em função das possibilidades de interligação com outros eixos produtores do país e do estado e de seu posicionamento como rota de passagem dos fluxos entre centro-sul e o nordeste brasileiros, dada sua inserção na confluência de três das principais rodovias do país: a BR-324, que liga o Maranhão à Bahia, e a BR-116 e BR-101, eixos estruturadores que unem [as regiões rurais vizinhas ao município] e os extremos longitudinais do Brasil, se estendendo do Ceará e do Rio

¹⁰ IBGE (2015, p. 6-7).

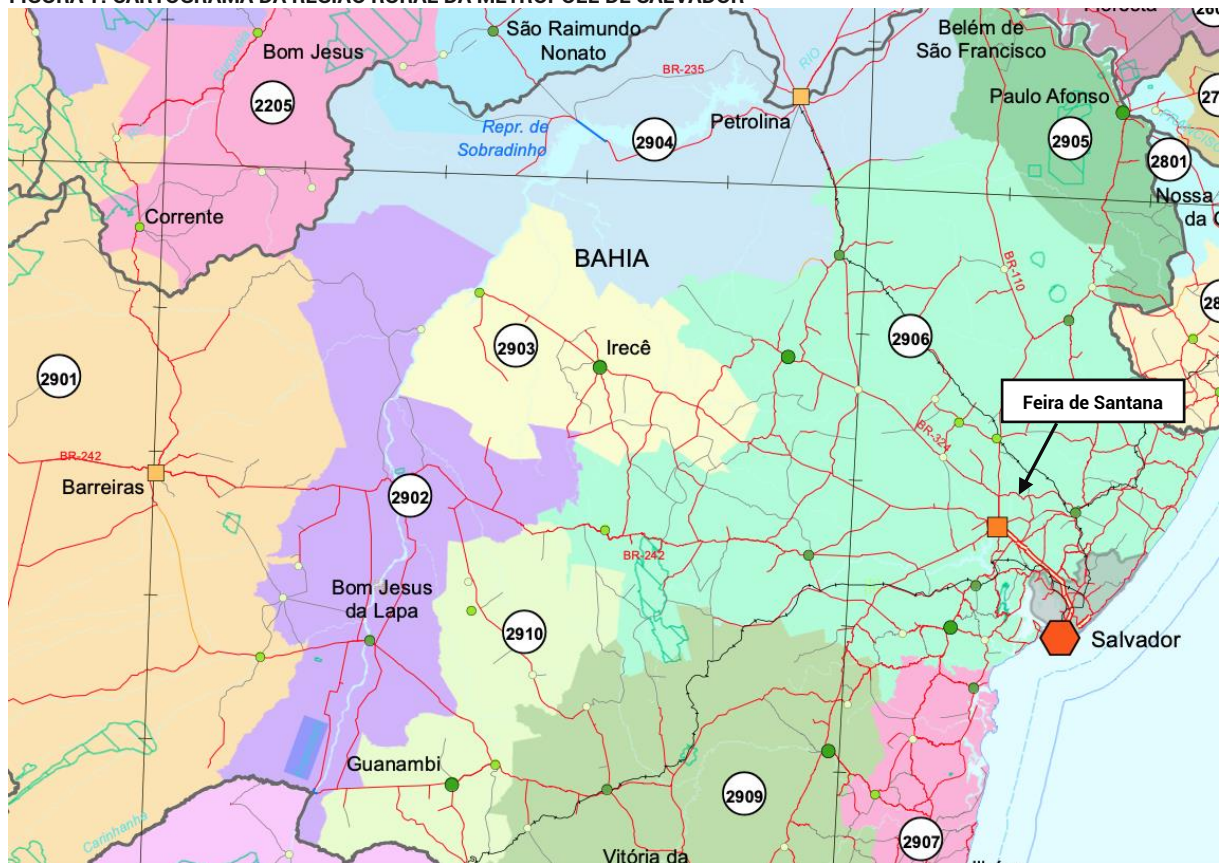
¹¹ IBGE (2015, p. 7).

¹² Informação disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15422-ibge-define-104-regioes-rurais-no-brasil>.

Grande do Norte ao Rio Grande do Sul.”¹³ Além disso, a BR-242 que conecta Feira de Santana a Salvador.

Além das rodovias federais, existem outras rodovias estaduais que cortam Feira de Santana: (a) BA052, conhecida como Estrada do Feijão, que liga Feira de Santana a Xique-Xique, passando por Morro do Chapéu e Irecê (cerca de 470km de extensão); (b) BA502 - Feira de Santana-BR101 via São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira, que, além de dar acesso a várias indústrias localizadas no Centro Industrial do Subaé (CIS), tanto em Feira de Santana como em São Gonçalo dos Campos, também é uma das principais vias de escoamento da produção de frangos de Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos, além da ligação entre Feira de Santana e as cidades do Recôncavo; (c) BA503 - Feira de Santana-Coração de Maria - via de acesso ao Aeroporto de Feira de Santana; e (d) BA504 – BR116/Norte – Alagoinhas.

FIGURA 7: CARTOGRAMA DA REGIÃO RURAL DA METRÓPOLE DE SALVADOR



Fonte: IBGE (2015).

¹³ Informação disponível em: “Estudo de viabilidade do centro logístico integrado – CLI de Feira de Santana”: https://www.systra.com.br/pt_br-projeto/estudo-de-viabilidade-do-centro-logistico-integrado-cli-de-feira-de-santana; e https://www.systra.com.br/IMG/pdf/fichas_coord_planejamento_-_seinfra_cli_feira_de_santana_oficial.pdf.

Nesse contexto, uma das fragilidades do município é a atual expansão de sua malha urbana sobre o Anel de Contorno, construído nos anos 1970. “Estrangulado pela expansão demográfica e a consequente ocupação imobiliária, esse Anel já não cumpre os objetivos viários para os quais fora planejado, há quase cinco décadas.”

A construção de um novo anel é considerada como necessária para a consolidação do polo de logística regional, do Centro Logístico Integrado do município e a expansão do Centro Industrial do Subaé. O novo anel de contorno deverá ser construído nas proximidades da BR 101, passando pelo Aeroporto João Durval Carneiro, sendo entroncado na BR 116 Norte.¹⁴

Região de Influência das Cidades - REGIC (2018)¹⁵

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC “tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas. Por dar visibilidade às centralidades e à dinâmica dos fluxos que as conectam, essa pesquisa constitui um instrumento importante para as decisões locacionais e aplicações práticas, tanto do planejamento estatal quanto da sociedade em geral. Como exemplo de sua aplicabilidade, a REGIC serve para subsidiar a implantação de unidades administrativas de órgãos públicos, a criação de critérios para fomento de investimentos, a decisão de onde instalar uma filial de empresa, ou ainda a identificação de locais mais adequados para o atendimento de serviços de saúde e educação” (REGIC, 2018, p. 11).

No REGIC (2018), a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis (QUADRO 2). As regiões de influência são identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. “O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional”.

¹⁴ Informações disponíveis em:

¹⁴ Informações disponíveis em:
<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Novo%20Anel%20de%20Contorno%20ser%E1%20projeto%20com%20per%EDmetro%20de%2064%20quil%F4metros,%20destaca%20Colbert%20em%20entrevista%20&id=1&link=secom/noticias.asp&idn=22610>.

¹⁵ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>.

QUADRO 2: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – REGIC (2018): HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS

Níveis Hierárquicos	Características
Metrópoles	São os 15 principais centros urbanos, dos quais todas as Cidades existentes no País recebem influência direta, seja de uma ou mais Metrôpoles simultaneamente. A região de influência dessas centralidades é ampla e cobre toda a extensão territorial do País, com áreas de sobreposição em determinados contatos: Metrópole Nacional (Arranjo Populacional de São Paulo/SP); Metrópole Nacional (Arranjos Populacionais de Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ); Metrópole - os Arranjos Populacionais de Belém/ PA, Belo Horizonte/MG, Campinas/SP, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Salvador/BA, Vitória/ES e o Município de Manaus (AM)
Capitais Regionais	São os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles.
Capital Regional A	Composto por nove Cidades, em geral Capitais Estaduais das Regiões Nordeste e Centro-Oeste com exceção do Arranjo Populacional de Ribeirão Preto/SP. Apresentam contingente populacional próximo entre si, variando de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018. Todas se relacionam diretamente a Metrôpoles (2A).
Capital Regional B	Reúne 24 Cidades, geralmente, centralidades de referência no interior dos Estados, exceto pelas Capitais Estaduais Palmas/TO e Porto Velho (RO). Caracterizam-se por possuírem, em média, 530 mil habitantes, apenas com o Arranjo Populacional de São José dos Campos/SP em um patamar populacional superior (1,6 milhão de habitantes em 2018). São numerosas na Região Sul, onde se localizam 10 das 24 Capitais Regionais dessa categoria (2B);
Capital Regional C	Possui 64 Cidades, dentre elas três Capitais Estaduais: os Municípios de Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o Arranjo Populacional de Macapá/AP, todas pertencentes à Região Norte. As demais Cidades localizam-se, principalmente, na Região Sudeste, onde 30 das 64 Capitais Regionais C se encontram. A média nacional de população das Cidades dessa categoria é de 300 mil habitantes em 2018, sendo maior na Região Sudeste (360 mil) e menor na Região Sul (200 mil) - 2C.
Centros Sub-Regionais	Neste terceiro nível hierárquico, as 352 Cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil).
Centro Sub-Regional A	Composto por 96 Cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, e média populacional de 120 mil habitantes; e
Centro Sub-Regional B	Formado por 256 Cidades com grande participação das Regiões Sudeste e Nordeste, apresenta média nacional de 70 mil habitantes, maiores no Sudeste (85 mil) e menores no Sul (55 mil).

Fonte: REGIC (IBGE, 2018).

A unidade urbana de análise do REGIC (2018) é o conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais. “Isto se deve ao fato de que a unidade funcional Cidade, objeto do REGIC, pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários Municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana.”¹⁶

Segundo o IBGE, um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais.¹⁷ Esses arranjos “apresentam alto grau de integração entre os municípios componentes, em particular com o núcleo, possuindo grande tamanho populacional e podendo ter manchas de urbanização que resultam da expansão de uma ou mais cidades, formando conurbações com formas variadas”.¹⁸

Nesse contexto, “as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade”, conforme os cinco níveis da hierarquia dos centros urbanos.

No contexto da rede urbana brasileira, conforme definida pelo REGIC (IBGE, 2018), o município de Feira de Santana se conforma como uma Capital Regional B localizada na Região de Influência do Arranjo Populacional de Salvador/BA - Metrópole (1C) - FIGURA 8.

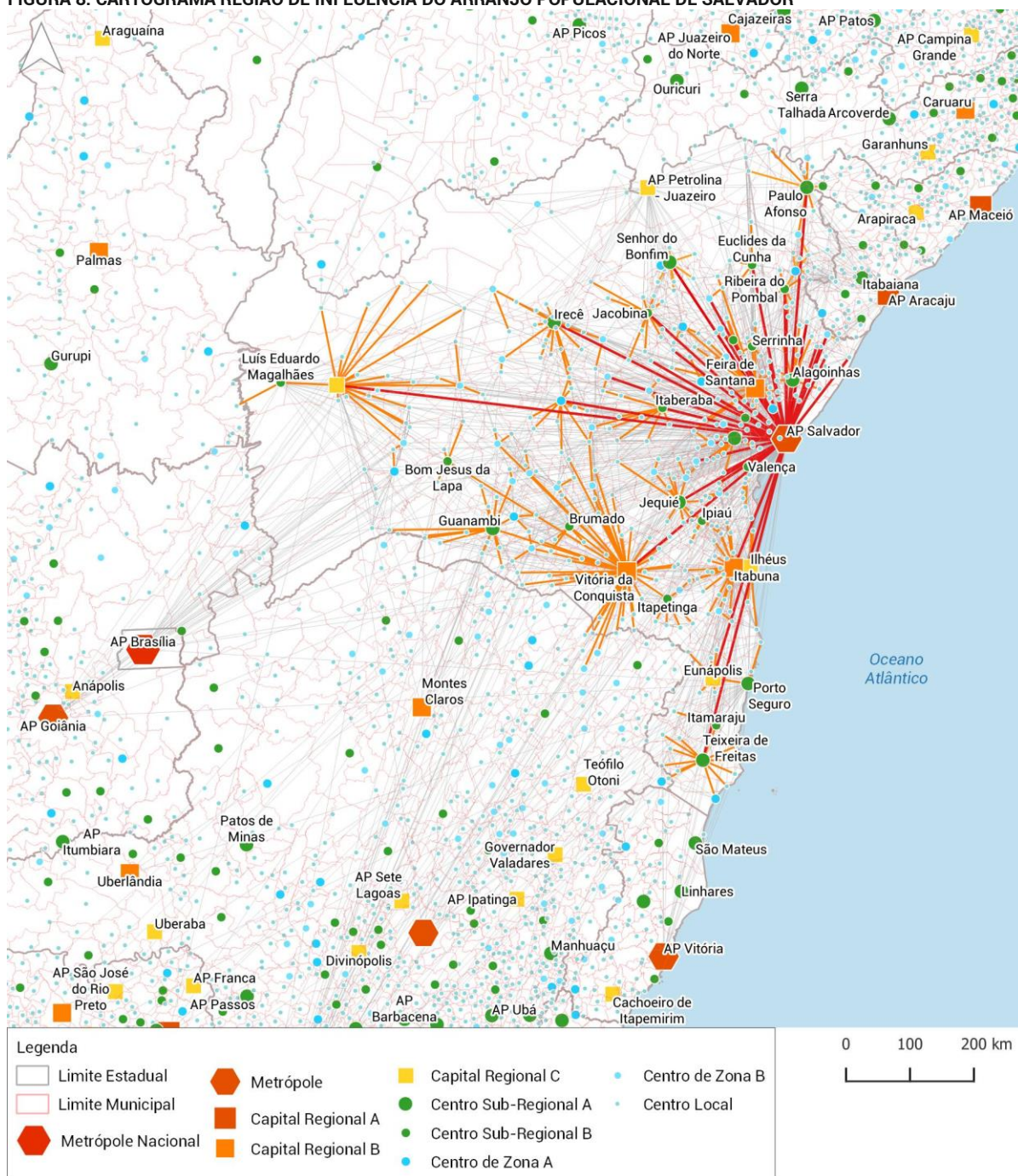
¹⁶ Essa é uma novidade metodológica do estudo REGIC (2018) em relação ao REGIC (2007). O estudo “Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil” foi realizado pelo IBGE, em 2016.

¹⁷ Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv99700.pdf>.

¹⁸ Informação disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/tipologia_intraurbana/Dados/01_L_EIA_ME.txt.

FIGURA 8: CARTOGRAMA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR



Fonte: REGIC (2018). A matriz de ligações e hierarquia urbana das cidades Região de Influência de Feira de Santana, no contexto de sua inserção na Região de Influência do Arranjo Populacional de Salvador¹⁹ pode ser observada no Quadro 3 e na Figura 9. A distância entre Feira de Santana e a cidade de Salvador é de apenas 116,4 km, via a BR 324. Esse é o trecho mais importante dessa rodovia, pois nesse segmento a BR-324 faz conexões com a BR-116, BR-101 e BR-110. Com pista duplicada, está sob administração privada da Viabahia Concessionária de Rodovias S. A.²⁰

¹⁹ O Arranjo Populacional de Salvador é formado pelos seguintes municípios: Salvador, Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho.

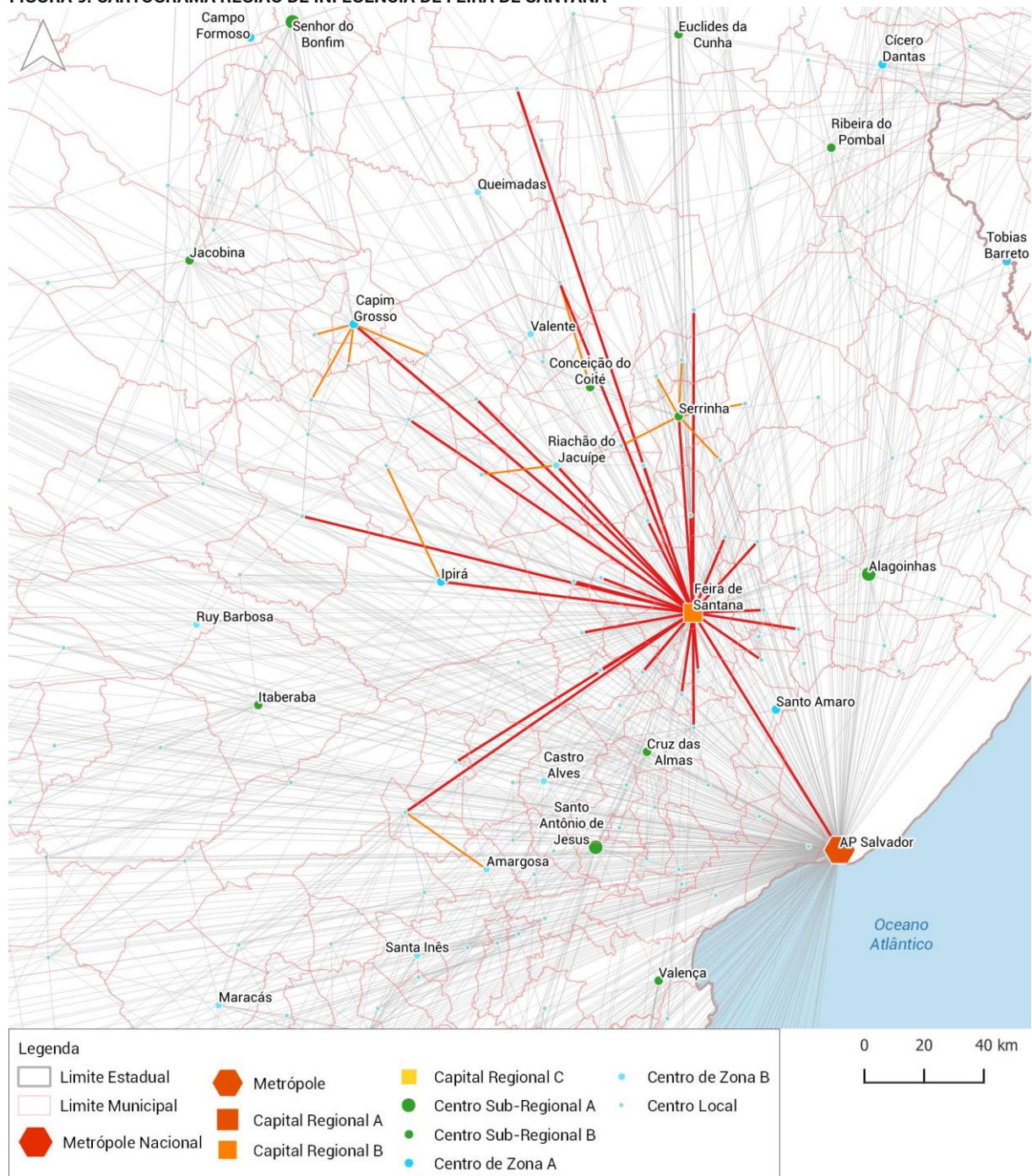
²⁰ Informações disponíveis em:

QUADRO 3: MATRIZ DE LIGAÇÕES DAS CIDADES DA SUB-REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA, NO CONTEXTO DE SUA INSERÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR

Metrópole	Capital Regional B	Centro Sub-Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
Arranjo Populacional de Salvador	Feira de Santana	Serrinha			Barrocas
					Biritinga
					Ichu
					Lamarão
					Teofilândia
			Capim Grosso		Gavião
					Quixabeira
					São José do Jacuípe
					Várzea da Roça
			Ipirá		Pintadas
					Pé de Serra
				Riachão do Jacuípe (BA)	Amélia Rodrigues
					Anguera
					Antônio Cardoso
					Araci
					Baixa Grande
					AP Cachoeira - Muritiba - Governador Mangabeira
					Candeal
					Cansanção
					Capela do Alto Alegre
					Conceição da Feira
					Coração de Maria
					Ipecaetá
					Irará
					Itatim
					Milagres
					Nova Fátima
					Santa Bárbara
					Santaluz
					Santanópolis
					Santo Estêvão
					São Gonçalo dos Campos
					Serra Preta
					Tanquinho
					Teodoro Sampaio

Fonte: REGIC (2018).

FIGURA 9: CARTOGRAMA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: REGIC (2018). As principais características da Região de Influência de Feira de Santana podem ser observadas na Tabela 1. A centralidade dessa cidade na sua região de influência é muito expressiva: 39,9% da população regional; 58,3% do PIB total; 66,7% do PIB dos serviços; e 60,8% do PIB da indústria. O PIB da agropecuária de Feira de Santana é pouco expressivo no contexto regional (8,1%). O valor do PIB per capita regional é relativamente baixo, equivalente a cerca de 50% desse valor no Brasil.

TABELA 1: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FEIRA DE SANTANA

Características	Região de Influência de Feira de Santana (A)	Participação da Região de Influência de Feira de Santana no Brasil (Ax100/Valor Brasil)	Núcleo da Sede Feira de Santana (B)	Participação de Feira de Santana em sua da Região de Influência de Feira de (Bx100/A)
População (2018)	1.529.660	0,7	609.913	39,9
Área (km²)	23.553	0,3	1.304	5,5
Densidade Demográfica (Hab/km²)	65	265,1	468	719,9
Cidades	40	0,8	1	2,5
PIB 2016 (1.000 R\$)	22.482.733	0,4	13.107.354	58,3
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	10.607.047	0,4	7.070.541	66,7
Valor adicionado indústria	3.838.2020	0,3	2.332.292	60,8
Valor adicionado agropecuária	753.957	0,2	61.212	8,1
Valor adicionado administração pública	4.567.270	0,5	1.659.882	36,3
Impostos	2.716.233	0,3	1.983.427	73,0
PIB per capita (R\$)	14.698	48,9	21.491	146,2

Fonte: REGIC (2018).

É importante destacar que o território do município de Feira de Santana tem uma parte com característica do agreste (Distrito de Humildes, por exemplo, com vegetação típica da Mata Atlântica) e outra, significativa, com característica do sertão (semiárido, com vegetação típica da caatinga, como se observa no caso do Distrito de Jaguará). Consequentemente, a agricultura tem um peso mais familiar ou até de subsistência do que de produção em larga escala. Essa é uma das razões do PIB da Agropecuária ser pequeno. A atenção que a produção de frangos, por exemplo, que ocorre em escala industrial, está mais concentrada em Conceição da Feira e São Gonçalo dos Campos do que em Feira de Santana.

No ranking dos 20 municípios baianos, segundo “Índice de atração ²¹ geral como destino para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços”, Feira de Santana apresenta a 2ª posição, com um índice inferior ao de Salvador (TABELA 1).²²

Nesse contexto, Feira de Santana se destaca nos índices de atração como destino para moradores de outros municípios, para compra de itens de calçados e vestuário (1º), móveis e eletroeletrônicos(1º) e para serviços de saúde de baixa e média complexidades (2º) e de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo (2º).

²¹ REGIC (2018, p. 73) apresenta a metodologia de cálculo do Índice de Atração.

²² Segundo REGIC (2018, p. 72 e 73), “em cada Município, informantes foram consultados a respeito de quais eram os Municípios mais procurados pela população daquela localidade em busca de nove produtos e serviços selecionados. O objetivo foi obter uma resposta representativa do comportamento habitual para o conjunto dos habitantes da unidade urbana pesquisada. Os temas foram: compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no Município. Um 10º tema foi adicionado aos resultados do questionário a partir da pesquisa Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016, por meio da adaptação dos resultados dessa pesquisa ao mesmo formato das nove questões do questionário principal da Regic, obtendo-se as principais conexões de cada Município via transporte público com outros Municípios. Foram atribuídos percentuais em função da frequência das ligações de transporte público rodoviário e hidroviário.”

Como pode ser observado, o Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para aeroporto é baixo, inferior, por exemplo, ao de Juazeiro e Guanambi. As atuais condições do aeroporto João Durval Carneiro são consideradas uma das fragilidades do município.

TABELA 2: ÍNDICE DE ATRAÇÃO GERAL COMO DESTINO PARA MORADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS PARA CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS

Município	Hierarquia Urbana	População (2018)	Índice de atração geral como destino para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de itens de calçados e vestuário	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de móveis e eletroeletrônicos	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de baixa e média complexidades	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de alta complexidade	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para ensino superior	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades culturais	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades esportivas	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para aeroporto	Índice de atração como origem da editoração de jornais que circulam em outros municípios ou sem circulação de jornais	Índice de atração do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo
Salvador	Metrópole	2.857.329	2.991.638	1.199.906	1.041.453	1.743.894	5.163.687	2.614.167	2.569.822	3.112.046	6.714.741	4.316.063	729.760
Feira de Santana	Capital Regional B	609.913	786.091	1.564.251	1.657.998	1.023.498	926.279	989.096	549.847	309.559	55.824	17.806	583.370
Vitória da Conquista	Capital Regional B	338.885	732.134	1.017.877	911.987	817.373	799.469	860.435	841.750	480.199	1.106.080	43.815	268.826
Itabuna	Capital Regional B	212.740	402.530	541.924	536.393	750.219	765.372	693.374	263.541	154.323	-	2.797	171.306
Ilhéus	Capital Regional C	164.844	358.339	226.049	282.532	306.127	276.599	467.972	385.515	360.115	932.669	-	100.969
Juazeiro	Capital Regional C	215.183	273.023	280.435	425.079	552.095	295.041	236.429	231.741	360.214	-	120.957	186.367
Irecê	Centro Subregional A	72.386	240.237	408.995	411.440	384.450	164.474	134.320	326.415	237.724	-	31.249	160.478
Santo Antônio de Jesus	Centro Subregional A	100.605	215.866	423.154	455.419	352.297	171.684	169.495	269.414	134.533	-	-	78.221
Teixeira de Freitas	Centro Subregional A	158.445	193.679	269.864	276.369	299.182	180.082	269.118	195.331	118.544	104.849	96.423	122.627
Guanambi	Centro Subregional A	84.014	169.933	243.052	234.673	309.844	95.396	270.144	189.696	116.000	-	117.013	107.728
Porto Seguro	Centro Subregional A	146.625	140.209	20.777	34.937	68.550	38.028	43.988	330.389	154.497	567.657	68.986	66.789
Eunápolis	Capital Regional C	112.318	131.596	243.932	255.525	217.740	68.265	127.309	82.840	136.190	-	626	169.955
Paulo Afonso	Centro Subregional A	117.014	116.181	177.474	170.836	118.143	18.764	185.163	151.372	64.041	95.042	15.208	107.086
Jequié	Centro Subregional A	155.800	111.924	152.670	149.062	188.717	92.512	181.582	89.459	111.683	-	23.545	85.089
Jacobina	Centro Subregional B	80.394	105.285	170.591	175.325	126.621	9.421	128.210	108.088	116.818	-	65.399	122.843
Senhor do Bonfim	Centro Subregional A	78.588	104.586	134.205	149.565	135.436	1.767	101.017	217.806	118.457	-	-	179.156
Ribeira do Pombal	Centro Subregional B	52.956	75.874	93.167	128.161	145.975	33.408	43.377	116.383	51.838	-	-	103.590
Serrinha	Centro Subregional B	80.411	75.415	92.470	97.138	82.294	11.094	51.682	174.138	104.077	-	-	116.547

Município	Hierarquia Urbana	População (2018)	Índice de atração geral como destino para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de itens de calçados e vestuário	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para compra de móveis e eletroeletrônicos	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de baixa e média complexidades	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para serviços de saúde de alta complexidade	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para ensino superior	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades culturais	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para atividades esportivas	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para aeroporto	Índice de atração como origem da editoração de jornais que circulam em outros municípios ou sem circulação de jornais	Índice de atração do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo
Itaberaba	Centro Subregional B	64.325	73.198	133.546	98.483	118.660	31.334	84.614	58.626	44.339	-	86.977	54.633
Valença	Centro Subregional B	95.858	69.082	88.228	94.469	118.326	17.483	125.378	52.839	43.297	4.506	86.236	50.871

Fonte: REGIC (2018).

A FIGURA 10 apresenta as principais conexões externas da cidade de Feira de Santana: Salvador, Recife, Brasília e São Paulo.

FIGURA 10: CARTOGRAMA DAS CONEXÕES EXTERNAS DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: REGIC (2018).

Divisão Urbano Regional (2021)

Segundo o IBGE (2021), ²³a Divisão Urbano-Regional constitui uma “análise da dinâmica territorial brasileira, fornecendo uma visão regional do Brasil a partir dos fluxos articulados por sua rede urbana. A identificação e delimitação dos novos desenhos regionais, aqui chamadas de Regiões de Articulação Urbana, encontram-se fortemente vinculadas à compreensão das transformações socioespaciais que ocorrem no país e também à maneira como se apreende essas transformações. Todas as regiões identificadas são formadas a partir de uma cidade que comanda a sua região, estabelecendo relacionamentos entre agentes e empresas nos respectivos territórios.”

Uma Região de Articulação Urbana constitui um “espaço pautado numa organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos determinam as vinculações e o arranjo regional. As Regiões de Articulação Urbana compatibilizam a rede urbana a feições zonais, contíguas e sem superposições, comandadas por uma Cidade que polariza uma área de influência própria.”

²³ Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15777-divisao-urbano-regional.html?=&t=o-que-e>.

As Regiões de Articulação Urbana se subdividem em três níveis: Regiões Ampliadas de Articulação Urbana, Regiões Imediatas de Articulação Urbana e Regiões Intermediárias de Articulação Urbana:

- **Região Ampliada de Articulação Urbana:** recorte regional, em nível macrorregional, que revela o comando e o alcance das principais Cidades sobre o Território Nacional, bem como a complementaridade socioeconômica necessária a um federalismo cooperativo. As Regiões Ampliadas de Articulação Urbana são delimitadas a partir das Cidades cabeças-de-rede, ou seja, aquelas com posição de destaque e liderança na distribuição e configuração da rede urbana do País e que, em geral, são Metrópoles;
- **Região Intermediária de Articulação Urbana:** região conformada a partir da subdivisão das Regiões Ampliadas de Articulação Urbana. Distinguem-se por possuir Centros Urbanos nos níveis de Capital Regional A, B e C e Centro Sub-Regional A²⁴, formando regiões com centralidades medianas no conjunto da classificação e com população e área de tamanhos que variam conforme a localização. Outro traço característico das Regiões Intermediárias de Articulação Urbana é a capacidade de polarizar um número grande de Municípios no atendimento a bens e serviços de alta e média complexidades. Essas regiões concentram atividades de gestão pública e privada e articulam, na escala regional, órgãos e empresas privadas; e
- **Região Imediata de Articulação Urbana:** região que possui, de maneira geral, ligações que refletem a acessibilidade e a capacidade de atender a demandas de amplitude mais restritas. As Regiões Imediatas de Articulação Urbana refletem, em grande parte, a área vivida pela população e o seu deslocamento cotidiano para fornecimento e busca de bens e serviços corriqueiros, como serviços de advocacia, contabilidade, oftalmologia, ortopedia, entre outros, e busca de bens, como geladeiras, televisões, automóveis, entre outros;

O município de Feira de Santana faz parte da Região Ampliada de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Salvador. Os municípios das Regiões Intermediárias e Imediatas de Articulação Urbana do município de Feira de Santana podem ser observados na TABELA 3. A população dessas regiões são correspondem a 1,8 e 1,5 milhão de pessoas.

O fato de o município estar integrado a essa região amplia as oportunidades de Feira de Santana.

²⁴ Ver Quadro 3

TABELA 3: REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS DE ARTICULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Região Intermediária de Articulação Urbana de Feira de Santana	Região Imediata de Articulação Urbana	População 2021 Estimativas (IBGE)
Muritiba	Feira de Santana	29.420
São Félix		14.784
Governador Mangabeira		20.800
Cachoeira		33.659
Conceição do Jacuípe		33.631
Conceição da Feira		22.933
Amélia Rodrigues		24.997
Anguera		11.369
Santanópolis		8.987
Tanquinho		7.936
Teodoro Sampaio		7.296
Irará		29.305
Antônio Cardoso		11.670
São Gonçalo dos Campos		38.315
Nova Fátima		7.830
Santa Bárbara		20.971
Santo Estêvão		53.666
São José do Jacuípe		10.546
Quixabeira		8.939
Ipecaetá		14.229
Coração de Maria		22.391
Gavião		4.417
Candeal		8.109
Capim Grosso		31.055
Nordestina		13.197
Várzea da Roça		14.135
Itatim		14.588
Serra Preta		14.531
Pé de Serra		13.535
Capela do Alto Alegre		11.597
Pintadas		10.353
Água Fria		17.096
Mairi		18.535
Baixa Grande		20.431
Rafael Jambeiro		22.643
Riachão do Jacuípe		33.498
Feira de Santana		624.107
Cansanção		34.929
Araci		54.903
Queimadas		25.428
Ipirá		59.281
Ichu	Serrinha	6.232
Lamarão		8.078
Barrocas		16.225
Teofilândia		22.590
Biritinga		15.989

Região Intermediária de Articulação Urbana de Feira de Santana	Região Imediata de Articulação Urbana	População 2021 Estimativas (IBGE)
Serrinha	Conceição do Coité	81.693
Retirolândia		14.588
São Domingos		9.085
Valente		29.111
Conceição do Coité		67.394
Santaluz		37.704

Fonte: Divisão Urbano Regional (IBGE, 2021).

Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos (2017)²⁵

Este estudo do IBGE visa apresentar uma proposta de classificação, por município, dos espaços rurais e urbanos, identificados a partir de critérios comuns para todo o Território Nacional (QUADRO 4)

Para definir uma **tipologia independente da classificação legal de populações rurais e urbanas**, que possui critérios variados de identificação em cada município, optou-se por obter a população total nas áreas de ocupação densa utilizando o critério de densidade e contiguidade das manchas de ocupação a partir da Grade Estatística do IBGE²⁶. A Grade Estatística permite obter informações sobre população total e o total de domicílios do Censo Demográfico 2010 para áreas que não precisam respeitar os limites políticos administrativos nacionais, ampliando assim a possibilidade de análise e agregação de dados.

A Grade Estatística divide o território em células de 200m x 200m nas áreas legalmente urbanas e 1km x 1km nas áreas legalmente rurais. Porém, para delimitar as áreas urbanas e rurais a partir de critérios homogêneos foi utilizada a grade com células 1km x 1km para todo o Território Nacional. É importante considerar a densidade como critério para delimitar a ocupação urbana, pois esse é um indicador apropriado para refletir o espaço construído” (IBGE, 2017, p. 43).²⁷

Após “a classificação das células, a grade foi associada à malha municipal a fim de se obter a população total em áreas de ocupação densa e ocupação dispersa para todos os municípios brasileiros” (IBGE, 2017, p. 46).

Para a elaboração da tipologia, foram estabelecidas as seguintes premissas:

²⁵ Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15790-classificacao-e-caracterizacao-dos-espacos-rurais-e-urbanos-do-brasil.html?=&t=o-que-e>.

²⁶ Segundo o IBGE (2017), “as grades estatísticas constituem uma forma de disseminação de dados que permite análises detalhadas e independentes das divisões territoriais, visando atender, principalmente, a necessidade de se ter dados em unidades geográficas pequenas e estáveis ao longo do tempo, facilitando sobremaneira a comparação nacional e internacional”.

²⁷ Segundo o IBGE (2017), “esse critério está presente em influentes abordagens de órgãos internacionais, como a União Europeia e a OCDE, além de ser reconhecido pela literatura. Nesse sentido, Veiga (2003, p. 33) afirma que “o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado ‘índice da pressão antrópica’, quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas”. Conforme: VEIGA, J. E. da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

Nas unidades populacionais que possuíam mais de 50 000 habitantes em áreas de ocupação densa ou que faziam parte de concentrações urbanas os municípios foram classificados como predominantemente urbanos;

Nas unidades populacionais com população em áreas de ocupação densa menor que 3000 habitantes os municípios foram classificados como predominantemente rurais.

Após definir os critérios iniciais foi elaborada uma matriz conceitual (QUADRO 4) baseada na análise da inter-relação entre a classificação obtida segundo a população total em áreas de ocupação densa e o percentual da população em áreas de ocupação densa das unidades populacionais” (IBGE, 2017, p. 58).

QUADRO 4: MATRIZ CONCEITUAL PARA A TIPOLOGIA MUNICIPAL RURAL-URBANA

Faixas de população total em áreas de ocupação densa	Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa			
	Maior que 75%	50 a 75%	25 a 50%	Menor que 25%
Unidades Populacionais com mais de 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano			
Unidades populacionais que possuem entre 25.000 e 50.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 10.000 e 25.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 3.000 e 10.000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais com menos de 3.000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente rural			

Fonte: IBGE (2017).

Diante disso, segundo o IBGE (2017):

foi possível definir a tipologia rural urbano dos municípios cujas respectivas classes são:

d.1) Município predominantemente urbano:

- municípios em Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa;
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 50%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

d.2) Município intermediário:

- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 25 e 50%;
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização entre 50 e 75%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização superior a 75%.

d.3) Município predominantemente rural:

- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 25%;
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 50%; e
- municípios em Unidades Populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa com grau de urbanização inferior a 75%.”

Além disso, foi realizado um outro cruzamento contemplando a localização dos municípios “de forma que a distinguir, dentre os municípios classificados como intermediários e rurais, aqueles adjacentes a centros urbanos de maior hierarquia daqueles que se encontram remotos” (IBGE, 2017, p. 58 e 59).

A TABELA 4 apresenta a hierarquia urbana, a população, a tipologia rural-urbana e algumas características da estrutura econômica dos municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana. Grande parte dos municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana (41) são rurais e adjacentes (27) ou intermediários adjacentes (7). Somente sete são urbanos. Exceto Feira de Santana, Ipirá, Araci e Santo Estêvão, todos os demais municípios são de pequeno porte, com menos de 50 mil habitantes. Somente o município de Feira de Santana é de grande porte, acima de 200 mil habitantes. Ipirá, Araci e Santo Estêvão ficam a 96,6 km, 105,0 km e 42,3 km de distância de Feira de Santana.

Essa tessitura regional, relativamente frágil, também é marcada pelos baixos níveis do PIB per capita na maior parte dos municípios, vis a vis ao do estado da Bahia (R\$ 19.716,00, em 2019) e uma estrutura econômica centrada na Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (1).

TABELA 4: HIERARQUIA URBANA, POPULAÇÃO, TIPOLOGIA RURAL-URBANA E CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA

Municípios	Hierarquia na Rede Urbana	População	Tipologia rural urbano	Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes, 2019 ¹ (R\$ 1,00)	Atividade ² com maior valor adicionado bruto	Atividade com segundo maior valor adicionado bruto	Atividade com terceiro maior valor adicionado bruto
Água Fria	Centro Local	17.096	Rural Adjacente	7.722,13	1	2	4
Amélia Rodrigues	Centro Local	24.997	Intermediário Adjacente	13.191,02	2	1	3
Anguera	Centro Local	11.369	Rural Adjacente	7.572,87	1	2	3
Antônio Cardoso	Centro Local	11.670	Rural Adjacente	9.442,99	1	2	3
Araci	Centro Local	54.903	Rural Adjacente	8.005,65	1	2	8
Baixa Grande	Centro Local	20.431	Rural Adjacente	7.669,59	1	2	4
Cachoeira	Centro Local	33.659	Urbano	12.882,29	2	2	5
Candeal	Centro Local	8.109	Rural Adjacente	7.080,22	1	2	4
Cansanção	Centro Local	34.929	Rural Adjacente	8.210,10	1	2	3
Capela do Alto Alegre	Centro Local	11.597	Rural Adjacente	8.311,99	1	2	4
Capim Grosso	Centro de Zona A	31.055	Urbano	13.925,19	2	1	3
Conceição da Feira	Centro Local	22.933	Intermediário Adjacente	13.763,25	1	2	5
Conceição do Jacuípe	Centro Local	33.631	Urbano	88.567,45	5	2	1
Coração de Maria	Centro Local	22.391	Rural Adjacente	8.903,90	1	2	4
Feira de Santana	Capital Regional B	624.107	Urbano	24.229,74	2	3	1
Gavião	Centro Local	4.417	Rural Adjacente	9.197,45	1	2	4
Governador Mangabeira	Centro Local	20.800	Urbano	9.062,74	1	2	3
Ipecaetá	Centro Local	14.229	Rural Adjacente	6.113,51	1	2	4
Ipirá	Centro de Zona A	59.281	Intermediário Adjacente	10.533,94	1	2	6
Irará	Centro Local	29.305	Rural Adjacente	9.048,53	1	2	3
Itatim	Centro Local	14.588	Intermediário Adjacente	25.525,36	3	2	1
Mairi	Centro Local	18.535	Rural Adjacente	6.914,61	1	2	4
Muritiba	Centro Local	29.420	Urbano	9.247,08	1	2	6
Nordestina	Centro Local	13.197	Rural Adjacente	12.151,70	1	7	2
Nova Fátima	Centro Local	7.830	Rural Adjacente	11.118,12	1	2	3

Municípios	Hierarquia na Rede Urbana	População	Tipologia rural urbano	Produto Interno Bruto per capita, a preços correntes, 2019 ¹ (R\$ 1,00)	Atividade ² com maior valor adicionado bruto	Atividade com segundo maior valor adicionado bruto	Atividade com terceiro maior valor adicionado bruto
Pé de Serra	Centro Local	13.535	Rural Adjacente	7.775,63	1	2	4
Pintadas	Centro Local	10.353	Rural Adjacente	8.570,20	1	2	4
Queimadas	Centro Local	25.428	Rural Adjacente	8.998,42	1	2	4
Quixabeira	Centro Local	8.939	Rural Adjacente	7.278,11	1	2	4
Rafael Jambeiro	Centro Local	22.643	Rural Adjacente	15.839,53	3	1	2
Riachão do Jacuípe	Centro de Zona B	33.498	Intermediário Adjacente	10.720,56	2	1	3
Santa Bárbara	Centro Local	20.971	Rural Adjacente	8.046,02	1	2	3
Santanópolis	Centro Local	8.987	Rural Adjacente	6.674,38	1	2	4
Santo Estêvão	Centro Local	53.666	Intermediário Adjacente	13.942,59	2	1	5
São Félix	Centro Local	14.784	Urbano	11.557,09	1	6	3
São Gonçalo dos Campos	Centro Local	38.315	Intermediário Adjacente	26.290,04	3	2	5
São José do Jacuípe	Centro Local	10.546	Rural Adjacente	8.489,80	1	2	3
Serra Preta	Centro Local	14.531	Rural Adjacente	7.641,07	1	2	4
Tanquinho	Centro Local	7.936	Rural Adjacente	7.219,55	1	2	4
Teodoro Sampaio	Centro Local	7.296	Rural Adjacente	10.697,76	1	2	3
Várzea da Roça	Centro Local	14.135	Rural Adjacente	6.773,46	1	2	4

Fonte: IBGE.

[1] Último ano para o qual a informação encontra-se disponível.

[2] 1. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; 2. Demais serviços; 3. Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; 4. Pecuária, inclusive apoio à pecuária; 5. Indústria de Transformação; e 6. Construção.

Observação. A classe Demais Serviços compreende as seguintes atividades de Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e Comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Educação e saúde privados; e Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços domésticos.

Em 2019, o PIB per capita dos municípios de Conceição de Jacuípe (R\$ 88.567,45)²⁸, Feira de Santana (R\$ 24.229,74), Itatim (R\$ 25.525,36) e São Gonçalo dos Campos (R\$ 26.290,04)²⁹ foram são superiores ao estado da Bahia (R\$ 19.716,00). Nesse ano, o PIB per capita do Brasil alcançou R\$ 35.161,70.³⁰

Essas características econômicas e sociais da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana constituem uma das fragilidades do município

3.2. Análise da dinâmica econômica do município e da Região Imediata de articulação urbana de Feira de Santana

Em 2019,³¹ o Produto Interno Bruto - PIB do município de Feira de Santana ou a escala de seu processo de geração de riquezas na forma de bens e serviços ou de suas “funções urbanas ou rurais” alcançou R\$ 14,9 bilhões. O PIB de sua Região Imediata de Articulação Urbana somou R\$ 26,9 bilhões e os do Arranjo Populacional de Salvador e da Bahia, R\$ 121,0 bilhões e R\$ 293,0 bilhões, respectivamente.

As taxas anuais de crescimento do PIB do município de Feira de Santana, da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana, do Arranjo Populacional de Salvador, do estado da Bahia e do Brasil, no período 2010-2019, podem ser observadas no gráfico da FIGURA 11. A partir de 2014, os impactos da crise da economia brasileira levaram a um declínio dessas taxas. A TABELA 5 apresenta as taxas médias anuais dessas escalas territoriais.

28 Informação disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/ibge-pib-cresceu-12-em-2019-chegando-r-7389-trilhoes>.

29 O município de Conceição do Jacuípe fica a pouco mais de 30km de Feira de Santana e tem ganhado indústrias relevantes, como a Mondial (fabricação de eletrodomésticos) e a São Braz (em construção). Informação disponível em:

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2022/05/industria-sao-braz-investe-r-136-milhoes-na-implantacao-de-unidade-industrial-em-conceicao-do-jacuipe/#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20C3%A9%20que%20a,de%20milho%2C%20color%C3%ADfico%20e%20temperos>.

30 O município de Conceição do Jacuípe fica a pouco mais de 30km de Feira de Santana e tem ganhado indústrias relevantes, como a Mondial (fabricação de eletrodomésticos) e a São Braz (em construção). Informação disponível em:

<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2022/05/industria-sao-braz-investe-r-136-milhoes-na-implantacao-de-unidade-industrial-em-conceicao-do-jacuipe/#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20C3%A9%20que%20a,de%20milho%2C%20color%C3%ADfico%20e%20temperos>

31 Último ano para o qual os dados do PIB dos municípios brasileiros encontram-se disponíveis. Ver: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>

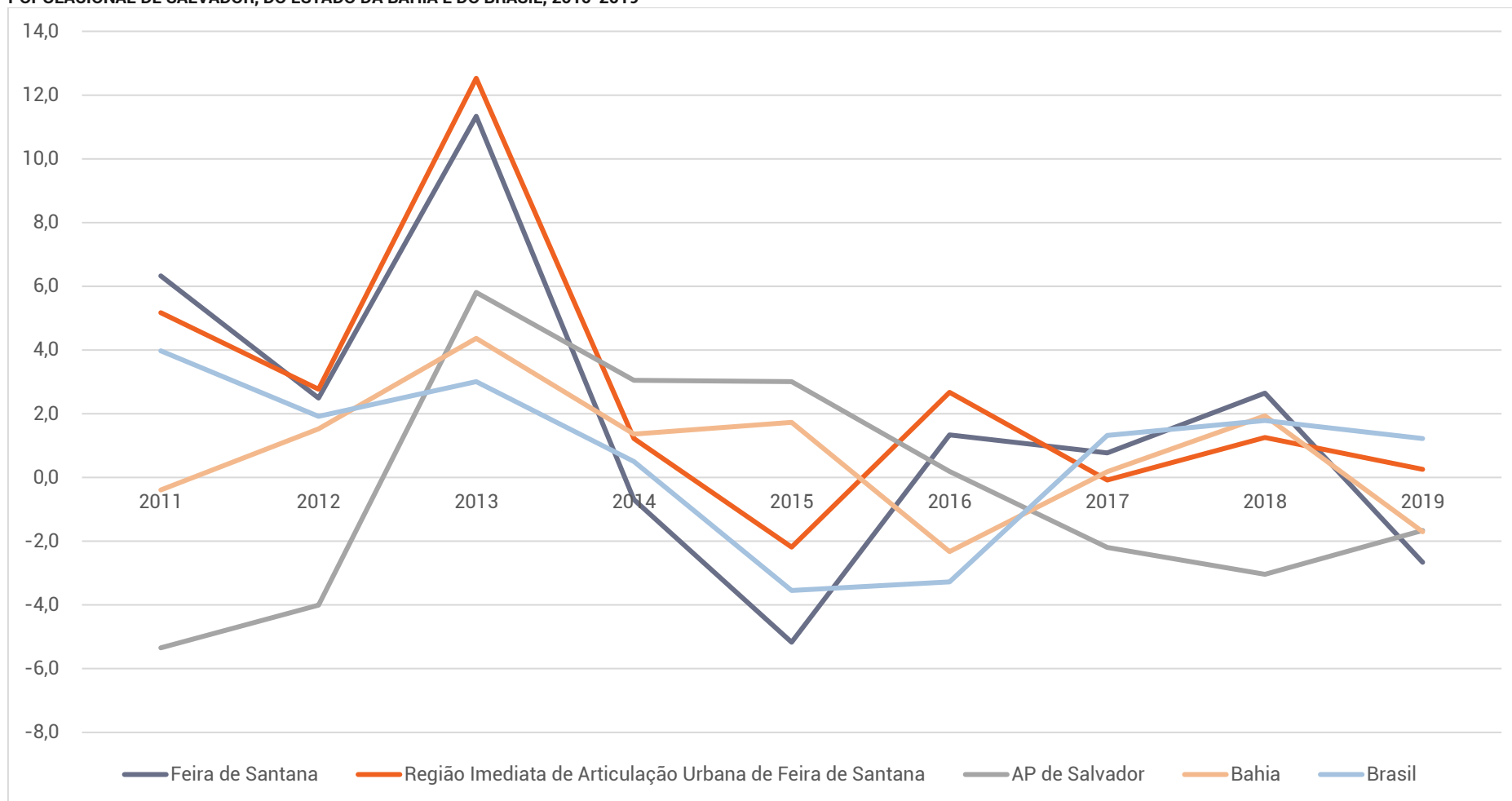
TABELA 5: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA, DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR, DO ESTADO DA BAHIA E DO BRASIL, 2010-2019

Região	Taxas médias anuais de crescimento do PIB (% a.a.)
Feira de Santana	1,7
Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana	2,5
AP de Salvador	-0,5
Estado da Bahia	0,7
Brasil	0,7

Fonte: IBGE.

No período entre 2000 e 2019, com taxas médias anuais de crescimento do PIB relativamente expressivas, as economias de Feira de Santana (1,7% a.a.) e de sua Região Imediata de Articulação Urbana (2,5% a.a.) se revelaram bem mais dinâmicas que as do AP de Salvador, do estado da Bahia e do Brasil (TABELA 1 e FIGURA 11). Nesse período, merece ser destacado que a taxa média anual de crescimento do PIB do município de Feira de Santana foi inferior ao de sua Região Imediata de Articulação Urbana.

FIGURA 11: GRÁFICO DE TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA, DO ARRANJO POPULACIONAL DE SALVADOR, DO ESTADO DA BAHIA E DO BRASIL, 2010-2019



Fonte: IBGE (2010, 2019).

Como pode ser observado na TABELA 6, no período 2010-2019, a proporção do PIB município de Feira de Santana em relação ao de sua Região Imediata de Articulação Urbana (RIAU) diminuiu (-4,2 pontos percentuais). A proporção do PIB da RIAU de Feira de Santana em relação ao PIB do AP de Salvador e do estado da Bahia aumentou (+5,3 e 1,4 pontos percentuais, respectivamente). Esse contexto tende a ampliar as oportunidades para a definição de uma carteira de projetos estruturadores para o município.

TABELA 6: PROPORÇÃO DO PIB DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA EM RELAÇÃO AO DE SUA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA (RIAU) E DO PIB DESSA REGIÃO EM RELAÇÃO AO PIB DO AP DE SALVADOR E DO ESTADO DA BAHIA, 2010-2019

Proporção do PIB	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feira de Santana/RIAU	59,6	60,3	60,1	59,5	58,3	56,6	55,8	56,3	57,1	55,4
RIAU de Feira de Santana/AP de Salvador	16,9	18,8	20,1	21,4	21,0	19,9	20,4	20,9	21,8	22,2
RIAU de Feira de Santana/Estado da Bahia	7,8	8,2	8,3	9,0	9,0	8,6	9,1	9,0	9,0	9,2

Fonte: IBGE (2010, 2019)

A participação do PIB da atividade Agropecuária no PIB total do município de Feira de Santana e no de sua Região Imediata de Articulação Urbana é relativamente pequena, inferior participação do PIB dessa atividade no PIB total do estado da Bahia (8,0%). Merece ser destacada a participação da Indústria no PIB dessa região (TABELA 7).

TABELA 7: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO VALOR AGREGADO BRUTO DE FEIRA DE SANTANA E NO DE SUA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA (%)

Ano	Abrangência	Agropecuária	Indústria	Serviços - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2010	Feira de Santana	0,8	25,2	59,9	14,1
	RIAU de Feira de Santana	5,4	23,4	48,8	22,4
2019	Feira de Santana	0,4	19,6	63,7	16,2
	RIAU de Feira de Santana	2,8	22,0	52,5	22,7
2010	Estado da Bahia	7,9	27,1	-	-
2019		6,8	21,8	-	-

Fonte: IBGE (2010, 2019)

Em 2019, os municípios Feira de Santana (54,7%) e Conceição do Jacuípe (9,7%) responderam por 64,4% do valor adicionado bruto ³²na Região de Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana (TABELA 8). O valor adicionado bruto da Indústria desses municípios corresponde a 79,0% do total regional. A participação da Indústria no valor

³² Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. Informação disponível em: https://serieestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_economicas.pdf.

adicionado bruto total no município de Conceição do Jacuípe alcança 30,2%. Via a BR 324, esse município fica a 27,4 km de Feira de Santana.

TABELA 8: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO IMEDIATA DE ARTICULAÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA NO VALOR ADICIONADO BRUTO POR ESSA REGIÃO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 2019 (%)

Nome do Município	Agropecuária	Indústria	Serviços, - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes	Valor adicionado bruto total
Água Fria	3,0	0,2	0,2	1,3	0,5
Amélia Rodrigues	5,0	0,5	1,2	1,8	1,3
Anguera	0,4	0,1	0,3	0,8	0,3
Antônio Cardoso	0,9	0,1	0,3	0,9	0,4
Araci	7,8	0,6	1,2	3,7	1,8
Baixa Grande	2,0	0,2	0,4	1,5	0,6
Cachoeira	3,8	1,6	1,4	2,2	1,7
Candeal	1,1	0,1	0,1	0,6	0,2
Cansanção	4,4	0,3	0,8	2,7	1,2
Capela do Alto Alegre	1,8	0,2	0,2	0,9	0,4
Capim Grosso	1,3	0,5	1,9	2,2	1,6
Conceição da Feira	4,8	1,4	0,8	1,6	1,2
Conceição do Jacuípe	5,4	30,2	4,4	2,5	9,7
Coração de Maria	2,2	0,4	0,5	1,8	0,8
Feira de Santana	8,2	48,8	66,5	39,1	54,7
Gavião	0,9	0,0	0,1	0,4	0,2
Governador Mangabeira	2,6	0,2	0,6	1,5	0,8
Ipecaetá	0,8	0,1	0,2	1,1	0,4
Ipirá	6,6	2,2	1,9	3,8	2,5
Irará	2,0	0,3	0,8	2,2	1,1
Itatim	0,5	0,4	1,8	1,1	1,3
Mairi	1,9	0,1	0,3	1,2	0,5
Muritiba	1,5	0,8	0,9	2,0	1,1
Nordestina	0,8	1,1	0,3	1,0	0,7
Nova Fátima	1,1	0,1	0,3	0,6	0,3
Pé de Serra	2,0	0,2	0,2	1,0	0,4
Pintadas	2,0	0,1	0,2	0,8	0,4
Queimadas	3,0	0,2	0,6	2,1	0,9
Quixabeira	0,7	0,1	0,2	0,7	0,3
Rafael Jambeiro	1,5	0,3	1,6	1,7	1,3
Riachão do Jacuípe	3,1	0,6	1,4	2,2	1,5
Santa Bárbara	1,2	0,2	0,5	1,4	0,7
Santanópolis	0,4	0,1	0,1	0,7	0,2
Santo Estêvão	1,5	2,9	2,5	3,6	2,8
São Félix	3,8	0,9	0,3	1,1	0,7
São Gonçalo dos Campos	3,8	3,7	3,7	2,6	3,5
São José do Jacuípe	2,0	0,1	0,2	0,7	0,4
Serra Preta	1,8	0,1	0,3	1,0	0,5
Tanquinho	0,7	0,1	0,2	0,5	0,2
Teodoro Sampaio	0,8	0,1	0,2	0,6	0,3

Nome do Município	Agropecuária	Indústria	Serviços, - exceto Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a preços correntes	Valor adicionado bruto total
Várzea da Roça	1,2	0,1	0,2	0,9	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2019).

3.3. Análise da evolução do emprego formal (RAIS) e da estrutura econômica do município da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana

O IBGE, por questões metodológicas, quando estima o PIB dos municípios, discrimina as estruturas setoriais de suas economias de forma agregada, com base em estimativas do Valor Adicionado Bruto da “Agropecuária”, da “Indústria”, dos “Serviços (exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)” e da “Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social”.

A esse nível de agregação, embora seja possível analisar a escala e ganhos de participação do PIB e de centralidade dos municípios, não é possível avaliar a tessitura ou estrutura das atividades econômicas municipais, sua natureza e tendências de transformação.

Nesse contexto e com o objetivo de entender a estrutura econômica na escala municipal, a alternativa metodológica de uso corrente é o recurso à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) que, no entanto, sistematiza somente os vínculos de emprego formal existentes nos municípios, ³³em 31 de dezembro do ano de referência. Desde 2006, a RAIS vem organizando os seus dados segundo CNAE 2.0. A análise dos vínculos de empregos formais nos municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana tem por base os dados da RAIS de 2010 e 2019 é feita na escala de Grupos de atividade econômica (285).

³³ São relacionadas pela RAIS, os seguintes vínculos de emprego: empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência; servidores da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas; trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, ou do sindicato da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores temporários, regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998; diretores sem vínculo empregatício, para os quais o estabelecimento/entidade tenha optado pelo recolhimento do FGTS (Circular CEF nº 46, de 29 de março de 1995); servidores públicos não-efetivos (*demissíveis ad nutum* ou admitidos por meio de legislação especial, não-regidos pela CLT); trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973); aprendiz (maior de 14 anos e menor de 24 anos), contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Estadual; trabalhadores com Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido por Lei Municipal; servidores e trabalhadores licenciados; servidores públicos cedidos e requisitados; e dirigentes sindicais. Informação disponível em: http://www.rais.gov.br/sitio/quem_deve_ser_relacionado.jsf.

Apesar de não captar as ocupações informais, as informações da RAIS, por se restringir aos vínculos de empregos formais, são relevantes para a análise da economia de qualquer município, região ou estado brasileiro, pois, desta forma, revela, em geral, as atividades econômicas e estabelecimentos³⁴ de maior vigor, produtividade ou competitividade local / regional, dado que, no Brasil, o custo ou encargos da formalização das relações de trabalho são expressivamente elevados.

Os municípios de Feira de Santana, Santo Estêvão, Conceição do Jacuípe, Ipirá e São Gonçalo dos Campos responderam em 2010 e 2019 por pouco mais de 80% do total de vínculos de empregos formais existentes na Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana. O município de Feira de Santana respondeu por cerca de 68% do total desses vínculos (TABELA 9).

TABELA 9: NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL

Número de vínculos de emprego formal	2010		2019	
	Número de vínculos	%	Número de vínculos	%
Feira de Santana	103.904	68,9	120.602	68,6
Santo Estêvão	5.808	3,9	7.182	4,1
Conceição do Jacuípe	6.192	4,1	7.330	4,2
Ipirá	4.388	2,9	5.901	3,4
São Gonçalo dos Campos	3.469	2,3	5.784	3,3
Subtotal (% municípios)	123.761	82,1	146.799	83,5
RIAU	150.740	100,0	175.865	100,0
Estado da Bahia	2.139.232		2.232.576	
RIAU/Estado da Bahia		7,0		7,9

Fonte: RAIS (2010, 2019).

Mesmo no contexto da crise que permeia a economia brasileira desde 2014, o número de vínculos de emprego formal no município de Feira de Santana e de sua Região Imediata de Articulação Urbana aumentou entre 2010 e 2019. Esse fato indica a força do dinamismo da economia local e oportunidades para o município.

As principais atividades econômicas e número de vínculos de emprego formal em 2019 nos municípios de Feira de Santana, Santo Estêvão, Conceição do Jacuípe, Ipirá e São Gonçalo dos Campos podem ser observadas nas TABELA 10 a TABELA 13.

O município de Conceição do Jacuípe, Ipirá e São Gonçalo dos Campos se destacam pela Fabricação de eletrodomésticos, Fabricação de calçados e Abate e fabricação de produtos de carne, respectivamente. Ao contrário dos demais municípios, em Ipirá o número de vínculos de emprego formal em uma atividade industrial (Fabricação de calçados) é maior do que o número desses vínculos na Administração do estado e da política econômica e social.

³⁴ As informações da RAIS podem ser sistematizadas por vínculos de empregos e / ou por estabelecimentos e atividades econômicas.

TABELA 10: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO - 2019

841:Administração do estado e da política econômica e social	3.472
478:Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	1.622
Subtotal relativo às atividades anteriores (a)	5.094
Total do município (b)	7.182
(a)/(b) %	70,9

Fonte: RAIS (2019)

TABELA 11: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE - 2019

275:Fabricação de eletrodomésticos	2.309
841:Administração do estado e da política econômica e social	1.046
472:Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	271
Subtotal relativo às atividades anteriores (a)	3.626
Total do município (b)	7.330
(a)/(b) %	49,5

Fonte: RAIS (2019)

TABELA 12: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ - 2019

153:Fabricação de calçados	1.508
841:Administração do estado e da política econômica e social	1.481
152:Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro	433
Subtotal relativo às atividades anteriores (a)	3.422
Total do município (b)	5.901
(a)/(b) %	58,0

Fonte: RAIS (2019)

TABELA 13: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DOS CAMPOS - 2019

101:Abate e fabricação de produtos de carne	1.255
841:Administração do estado e da política econômica e social	978
463:Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	673
493:Transporte rodoviário de carga	519
464:Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	238
Subtotal relativo às atividades anteriores (a)	3.663
Total do município (b)	5.784
(a)/(b) %	63,3

Fonte: RAIS. (2019)

Conforme pode ser observado na TABELA 14 e de forma compatível com a sua centralidade na rede urbana regional, o município de Feira de Santana apresenta uma expressiva diversificação de atividades econômicas:

- Comerciais: comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados; comércio varejista não-especializado; comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; comércio varejista de material de construção; comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos; comércio

varejista de combustíveis para veículos automotores; e comércio de peças e acessórios para veículos automotores; comércio de veículos automotores; comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção; e comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar

- Transporte rodoviário de carga e de passageiros;
- Industriais: fabricação de calçados; fabricação de eletrodomésticos; fabricação de produtos de borracha; fabricação de produtos de material plástico; e abate e fabricação de produtos de carne
- Ensino: educação infantil e ensino fundamental; e ensino superior;
- Saúde: atividades de atendimento hospitalar; e atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos;
- Serviços diversos: atividades de teleatendimento; instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções; incorporação de empreendimentos imobiliários; intermediação monetária - depósitos à vista; serviços combinados para apoio a edifícios; e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas
- Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas
- Construção de edifícios; e
- Pecuária.³⁵

TABELA 14: PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS E NÚMERO DE VÍNCULOS DE EMPREGO FORMAL NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - 2019

841:Administração do estado e da política econômica e social	6.223
478:Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	5.496
471:Comércio varejista não-especializado	4.801
493:Transporte rodoviário de carga	4.282
463:Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	4.251
153:Fabricação de calçados	4.069
822:Atividades de teleatendimento	3.932
475:Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação	3.714
412:Construção de edifícios	3.649
851:Educação infantil e ensino fundamental	3.349
561:Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	3.304
861:Atividades de atendimento hospitalar	2.870
474:Comércio varejista de material de construção	2.764
472:Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	2.600
477:Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	2.519
863:Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	2.410
853:Educação superior	2.222

³⁵ Merece ser destacado o fato da atividade Pecuária no município de Feira de Santana contar, em 2019, com 2.041 vínculos de empregos formais. O aumento do emprego formal que vem acontecendo na atividade agropecuária brasileira pode ser explicado pela crescente modernização tecnológica e de gestão dessa atividade.

275:Fabricação de eletrodomésticos	2.179
473:Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	2.103
453:Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	2.091
015:Pecuária	2.041
221:Fabricação de produtos de borracha	1.728
464:Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	1.705
492:Transporte rodoviário de passageiros	1.579
222:Fabricação de produtos de material plástico	1.573
101:Abate e fabricação de produtos de carne	1.436
432:Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	1.260
109:Fabricação de outros produtos alimentícios	1.165
411:Incorporação de empreendimentos imobiliários	1.158
642:Intermediação monetária - depósitos à vista	1.116
811:Serviços combinados para apoio a edifícios	1.098
829:Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	1.068
812:Atividades de limpeza	1.048
943:Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1.041
451:Comércio de veículos automotores	1.038
467:Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção	1.003
Subtotal relativo às atividades anteriores (a)	89.885
Total do município (b)	120.602
(a)/(b) %	74,5

Fonte: RAIS (2019)

A diversificação das atividades econômicas de Feira de Santana indica oportunidades para o município.

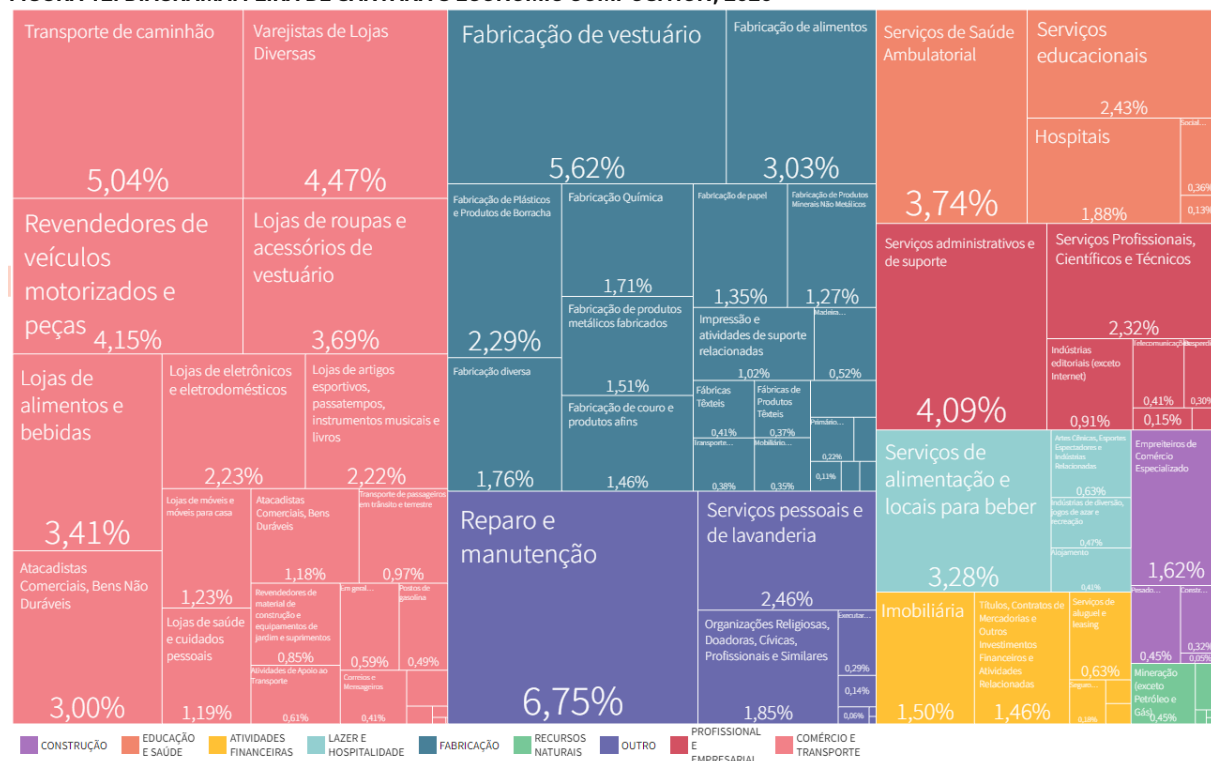
Nesse contexto, o *Growth Lab at Harvard University*, *Metroverse*³⁶, apresenta informações relevantes sobre a estrutura da economia do município de Feira de Santana (FIGURA 12):

“O maior setor de Feira de Santana é composto pelas indústrias de comércio e transporte, com 36,01% dos funcionários da cidade. Um excelente exemplo é o Transporte Rodoviário, responsável por 5,04% do emprego da cidade. Da mesma forma, mostra uma grande presença

³⁶Metroverse é um navegador de economia urbana construído no Growth Lab da Universidade de Harvard. Baseia-se em mais de uma década de pesquisa sobre como as economias crescem e se diversificam e oferece uma visão detalhada dos padrões de especialização das cidades. Como um recurso dinâmico, a ferramenta está em constante evolução com novos dados e recursos para ajudar a responder perguntas como: Qual é a composição econômica da minha cidade?; Como minha cidade se compara às cidades ao redor do mundo?; Quais cidades mais se parecem com a minha?; Quais são as capacidades tecnológicas que sustentam a economia atual da minha cidade?; Que caminhos de crescimento e diversificação isso sugere para o futuro? A Metroverse oferece novos insights sobre essas questões, colocando as capacidades tecnológicas e o know-how de uma cidade no centro de suas perspectivas de crescimento, onde o alcance e a natureza das capacidades existentes influenciam fortemente como a diversificação futura se desenrola. Metroverse torna visível o que uma cidade é boa hoje para ajudar a entender o que ela pode se tornar amanhã. Informação disponível no sítio: <https://metroverse.cid.harvard.edu/about/what-is-metroverse>.

na Indústria (23,91%), em indústrias como a Fabricação de Vestuário (5,62%)” - FIGURA 12.³⁷

FIGURA 12: DIAGRAMA: FEIRA DE SANTANA'S ECONOMIC COMPOSITION, 2020



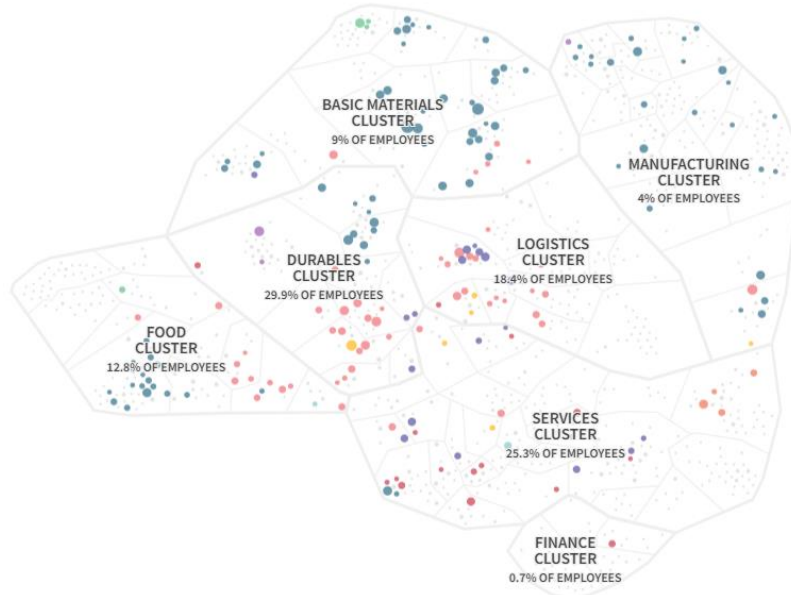
O estudo também aborda a dinâmica espacial do desenvolvimento econômico de Feira de Santana (FIGURA 13):

Qual é a posição da Feira de Santana no espaço da indústria? O Industry Space mostra o relacionamento tecnológico entre todos os setores, indicados como pontos nesta visualização, e os agrupa em clusters de conhecimento. As indústrias que estão próximas umas das outras normalmente exigem know-how semelhante. O tamanho dos pontos mostra a presença relativa em comparação aos pares globais. Assim, obtemos uma visão panorâmica da composição econômica de Feira de Santana em termos de clusters de conhecimento em que se destaca. O posicionamento de Feira de Santana no Espaço Indústria ajuda a entender quais caminhos de diversificação podem estar

³⁷ Tradução livre do trecho: “The largest sector in Feira de Santana consists of Trade and transportation industries, accounting for 36.01% of employees in the city. A prime example is Truck Transportation, providing 5.04% of the city’s employment. Similarly, it shows a large presence in Manufacturing (23.91%), in industries such as Apparel Manufacturing (5.62%).” Informações disponíveis no sítio: <https://metroverse.cid.harvard.edu/city/1411/economic-composition>.

disponíveis para a cidade, pois indústrias próximas às que já estão bem desenvolvidas em Feira de Santana são prováveis candidatas ao crescimento. – FIGURA 13³⁸.

FIGURA 13: DIAGRAMA FEIRA DE SANTANA: *INDUSTRY SPACE* (2020)



Fonte: Metroverse.

Quanto às oportunidades para o desenvolvimento do município (TABELA 15) estas são relacionadas principalmente:

Quais são as oportunidades de crescimento em Feira de Santana? (...), podemos classificar as indústrias não apenas por sua relativa presença em Feira de Santana, mas por sua relativa adequação tecnológica à estrutura produtiva do município. Esse tipo de medida pode ajudar os analistas a entender como os pontos fortes e fracos econômicos de Feira de Santana se comparam aos de seus pares globais por população semelhante. Além disso, pode ajudar a identificar indústrias surpreendentemente grandes (ou pequenas) em Feira de Santana - TABELA 15³⁹

³⁸ Tradução livre do trecho: "What is Feira de Santana's position in the industry space? The Industry Space showcases the technological relatedness between all industries, shown as dots in this visualization, and groups them into knowledge clusters. Industries that are near each other typically require similar know-how. The size of the dots shows the relative presence in comparison to global peers by similar population of each industry in Feira de Santana. Thereby, we obtain a bird's eye view of the economic composition of Feira de Santana in terms of the knowledge clusters in which it excels. Feira de Santana's position in the Industry Space, helps understand which diversification paths may be available to the city, as industries close to those that are already well-developed in Feira de Santana are likely candidates for growth." Informações disponíveis no sítio: <https://metroverse.cid.harvard.edu/city/1411/industry-position>.

³⁹ Tradução livre do trecho: "What are the growth opportunities in Feira de Santana? (...), we can rank industries not only by their relative presence in Feira de Santana, but by their relative technological fit to Feira de Santana's

TABELA 15: OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO EM FEIRA DE SANTANA - 2020

	Atividades	Presença Relativa	Ajuste Tecnológico	Categoria SWOT
	Alojamento	0,4	0,067	Oportunidade
	Serviço administrativos e de suporte	0,59	-0,24	Fraqueza
	Serviços de Saúde Ambulatorial	1,44	0,15	Força
	Indústrias de diversão, jogos de azar e recreação	1,06	0,2	Força
	Fabricação de vestuário	4,47	0,82	Força
	Fabricação de Produtos de Bebidas e Tabaco	0,17	0,19	Oportunidade
	Transmissão (exceto Internet)	0,98	-0,76	Fraqueza
	Fabricação Química	1,79	0,04	Força
	Fabricação de Computadores e Produtos Eletrônicos	0,13	-0,17	Fraqueza
	Intermediação de Crédito e Atividades Relacionadas	0,064	0,1	Oportunidade
	Processamento de dados, hospedagem e serviços relacionados	0	-0,39	Possíveis Participantes
	Serviços educacionais	0,54	0,077	Oportunidade
	Fabricação de Equipamentos Elétricos, Aparelhos e Componentes	0,17	-0,29	Fraqueza
	Fabricação de produtos metálicos fabricados	1	0,012	Força
	Fabricação de alimentos	1,62	-0,039	Ameaça
	Fundos, Trustes e Outros Veículos Financeiros	0,27	-0,47	Fraqueza
	Fabricação de Móveis e Produtos Relacionados	0,61	0,54	Oportunidade
	Hospitais	0,78	0,12	Oportunidade
	Operadores de Seguros e Seguros e Atividades Relacionadas	0,28	-0,17	Fraqueza
	Fabricação de couro e produtos afins	4,06	1,13	Força
	Arrendatários de Ativos Intangíveis não Financeiros (exceto Trabalhos com Direitos Autorais)	0	-0,32	Possíveis Participantes
	Fabricação de máquinas	0,21	0,053	Oportunidade
	Gestão de Empresas e Empreendimentos	0,047	-0,49	Fraqueza
	Atacadistas Comerciais, Bens duráveis	0,22	0,16	Oportunidade
	Atacadistas Comerciais, Bens não duráveis	0,62	-0,03	Fraqueza
	Fabricação diversa	1,63	0,46	Força
	Autoridades Monetárias - Banco Central	0	-1,27	Possíveis Participantes
	Indústrias cinematográficas e de gravação de som	0,32	-0,12	Fraqueza
	Museus, Locais Históricos e Instituições Similares	0,031	-0,34	Fraqueza
	Fabricação de Produtos Minerais não Metálicos	1,2	0,38	Força
	Outros serviços de informação	0,03	-1,49	Fraqueza
	Fabricação de papel	3,01	0,69	Força

productive structure. These measures can help analysts understand how Feira de Santana's economic strengths and weakness compare to those of global peers by similar population. Additionally, it can help identify industries that are surprisingly large (or small) in Feira de Santana.” Informações disponíveis no sítio: <https://metroverse.cid.harvard.edu/city/1411/growth-opportunities/table>.

	Atividades	Presença Relativa	Ajuste Tecnológico	Categoria SWOT
	Artes Cênicas, Esportes Espectadores e Indústria Relacionadas	107	0,1	Força
	Fabricação de Produtos de Petróleo e Carvão	0,77	-0,57	Fraqueza
	Fabricação de Plásticos e Produtos de Borracha	2,99	0,45	Força
	Fabricação de Metal Primário	0,4	0,23	Oportunidade
	Impressão e atividades de suporte relacionadas	2,29	0,33	Força
	Serviços Profissionais, Científico e Técnico	0,29	-0,28	Fraqueza
	Indústrias editoriais (exceto Internet)	1,48	-0,17	Ameaça
	Serviços de aluguel e leasing	1,31	0,15	Força
	Títulos, Contratos de <i>Commodities</i> e Outros Investimentos Financeiros e Atividades Relacionadas	2,62	-0,46	Ameaça
	Telecomunicações	0,86	-0,32	Fraqueza
	Fábricas Têxteis	0,58	1,37	Oportunidade
	Fabricação de Produtos Têxteis	2,43	0,08	Força
	Fabricação de equipamentos de transporte	0,46	0,09	Oportunidade
	Mercados eletrônicos de atacado e agentes e corretores	0	0,42	Possíveis Participantes
	Fabricação de produtos de madeira	1,4	0,0063	Força
	Construção	Muito Alta (n ≥ 2,07)	Muito Alta (n ≥ 2,07)	Força
	Educação e saúde	Alta (n > 1,24 & n < 2,07)	Alta (n > 1,24 & n < 2,07)	Oportunidade
	Atividades financeiras	Esperado (n ≥ 0,64 & n ≤ 1,24)	Esperado (n ≥ 0,64 & n ≤ 1,24)	Fraqueza
	Lazer e hospedagem	Baixo (n < 0,64 & n > 0,19)	Baixo (n < 0,64 & n > 0,19)	Ameaça
	Fabricação	Muito Baixo (n < 0,19 & n > 0)	Muito Baixo (n ≤ 0,19)	Possíveis Participantes
	Recursos naturais	Nenhum (n = 0)		
	Outros			
	Profissional e empresarial			
	Comércio e transporte			

Fonte: Metroverse.

Nesse contexto, o município de Feira de Santana conta com o Centro Industrial do Subaé - CIS, composto por três núcleos industriais localizados no município de Feira de Santana e em áreas circunvizinhas: Núcleo CIS Tomba, Núcleo BR-324 e Núcleo São Gonçalo. Segundo a FIEB (2019, p. 2), atualmente, a área geográfica de atuação do CIS abarca diversos municípios na região de Feira de Santana, como Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Conceição da Feira, **Conceição do Jacuípe**, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta, **São Gonçalo dos Campos** e Tanquinho.

⁴⁰ FIEB. Guia Industrial do Estado da Bahia para 2019. v. 1. Salvador, FIEB. 2019.

Segundo Araújo Silva (2021, p. 14-16), ⁴¹o CIS continua sendo um distrito voltado para a indústria de bens de consumo não-duráveis, com destaque para os ramos de alimentos e bebidas e nesses ressalta-se a importância da presença da Nestlé, Pepsico e da Ambev na composição industrial, que por sua vez corresponde a 19% da composição industrial distrital. Outros setores que merecem destaque são os setores metalúrgico (16%) e químico (14%). “Ao observar a relação das 10 empresas mais relevantes em termos de emprego no Distrito ao final do ano de 2019, verifica-se que elas empregam juntas um total de 6.876 funcionários. Há também heterogeneidade de setores observados, de modo que são encontradas, [dentre outras], indústrias de pneus (Pirelli Pneus), fabricação de sucos (Brasfrut-Frutos do Brasil), arames de aço (Belgo Bekaert Arames), e alimentos para animais (Primor do Nordeste LTDA).”

Araújo Silva (2021, p. 15-16) faz algumas conclusões relevantes sobre o CIS, como as seguintes:

- As maiores empresas do distrito, em termos empregatícios são dos ramos alimentícios, construção civil e químico indiretamente dominam a relação das empresas que mais empregam no distrito, sendo a multinacional Pirelli, localizada no núcleo BR- 324, a líder empregatícia com 1427 funcionários e quase 11% dos empregos distritais;
- Percebe-se que há sinais de que a sua lógica obedece a uma das premissas da reestruturação produtiva: o sistema hierárquico. As grandes empresas têm em suas companheiras de distrito indústrias que, ou fornecem produtos complementares aos produtos das indústrias principais ou fornecem matérias primas para a fabricação desses produtos. A lógica do CIS já não obedece apenas aos princípios da teoria de localização, ou seja, a busca pelo melhor lugar para o escoamento da produção que ofereça maior proximidade dos centros consumidores e minimização dos custos de transporte. Agora também a lógica da localização obedece a um sistema hierárquico: as empresas dominantes possuem a vantagem e o poder de se localizarem nos melhores lugares primeiro, de modo que cabem as empresas menores acompanharem a esse movimento e se estabelecer em regiões ou cidades próximas a essas empresas, e assim servir de complemento à atividade industrial;
- Há um sistema hierárquico entre o CIS e outros centros industriais localizados próximos à cidade de Feira de Santana como o Centro Industrial de Aratu (CIA) e, principalmente, o Complexo Polo Petroquímico de Camaçari (COPEC). CIA e, principalmente o COPEC. A predominância de indústrias como Pirelli, Geral Tec (Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos), Metaf Industria (Estruturas Metálicas) e a Viva Ambiental indicam a aproximação de complementariedade à produção do Polo

⁴¹ ARAÚJO SILVA, Gesner Brehmer. Centro Industrial do Subaé enquanto instrumento de desenvolvimento econômico e regional: Atualidades e perspectivas futuras. Geopauta, Volume 5, nº 3, 2021. Disponível em:

Petroquímico de Camaçari ou até mesmo de serviços auxiliares.

Araújo Silva (2021, p. 15-16) aponta também alguns problemas que o CIS vem enfrentando:

- Problemas de gestão. Até 2018, o CIS era uma autarquia. A Lei Estadual no 14.032/2018) extingui o CIS, como uma autarquia. A gestão do CIS foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), em Salvador. “A transferência das responsabilidades do CIS para uma sucursal dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Estadual dificulta e afasta geograficamente os diálogos dos diversos setores industriais com o governo, uma vez que não estará inserida na realidade local tornando difícil o pleito de novas indústrias, assim como a geração empregos, de melhorias de infraestrutura e de investimentos no polo industrial;
- Má utilização dos terrenos disponíveis para instalação industrial às margens da BR-116;
- Falta de coordenação e de planejamento governamental, tanto por parte do município quanto por parte dos Estado em se pensar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial do CIS; e
- Problemas de infraestrutura (expansão das vias urbanas) e de redesenho do transporte público para atender as demandas do centro industrial de modo a desafogar o fluxo de pessoas no centro da cidade e reduzir o tempo de espera nos pontos de transporte e o tempo de chegada ao destino.

Apesar desses problemas, o Centro Industrial do Subaé – CIS constitui uma das oportunidades do município de Feira de Santana.

Outra oportunidade que está sendo criada para o município refere-se ao Centro Logístico Integrado (Figura 14).

De acordo com o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Financeira e Ambiental desenvolvido pela Vetec Engenharia, o projeto Centro Logístico Integrado de Feira de Santana incorpora um terminal de contêineres com estrutura para armazenamento, pesagem e movimentação, infraestrutura intermodal disponível para integração entre os modos de transporte rodoviário e ferroviário e serviços diversos. Estão previstos nesse Estudo de Viabilidade, serviços de apoio, como estacionamento, oficinas de manutenção e serviços, postos de gasolina, hotel e restaurante, parques logísticos especializados para receber operadores logísticos, empresas de inovação tecnológica, incubadoras de empresas inovadoras e, ainda, parque empresarial com locação de escritórios para organizações, salas de imprensa, conferências, auditórios, entre outros.

FIGURA 14: DIAGRAMA LAYOUT REPRESENTATIVO DO CENTRO LOGÍSTICO INTEGRADO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: VETEC ENGENHARIA (2013).

3.4. Análise do município e da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana segundo o estudo de complexidade econômica da região da SUDENE (SUDENE/PNUD)

Análise a partir dos relatórios a serem repassados pela SUDENE.

3.5. Análise dos projetos incentivados pela sudene nos municípios da região imediata de articulação urbana de Feira de Santana

Análise a partir dos relatórios a serem repassados pela SUDENE.

4. Dimensão Socioambiental e Territorial Do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Partido da premissa que o desenvolvimento econômico sustentável está relacionado às dimensões socioambiental e territorial, sendo suas características determinantes a proposição de políticas ou projetos e ações, compreendendo suas condições atuais ou impactos futuros decorrentes do processo. Dessa forma neste capítulo o diagnóstico dos componentes social, ambiental e territorial do município, sua relação com os ODS e projetos previstos.

4.1. Componente social

A abordagem dos itens tratados neste tema componente foi realizada a partir dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, tendo em vista a sua importância para este relatório. Assim, o exame das questões sociais tentou corresponder aos indicadores brasileiros definidos na conferência da ONU de 2015 para o desenvolvimento sustentável.

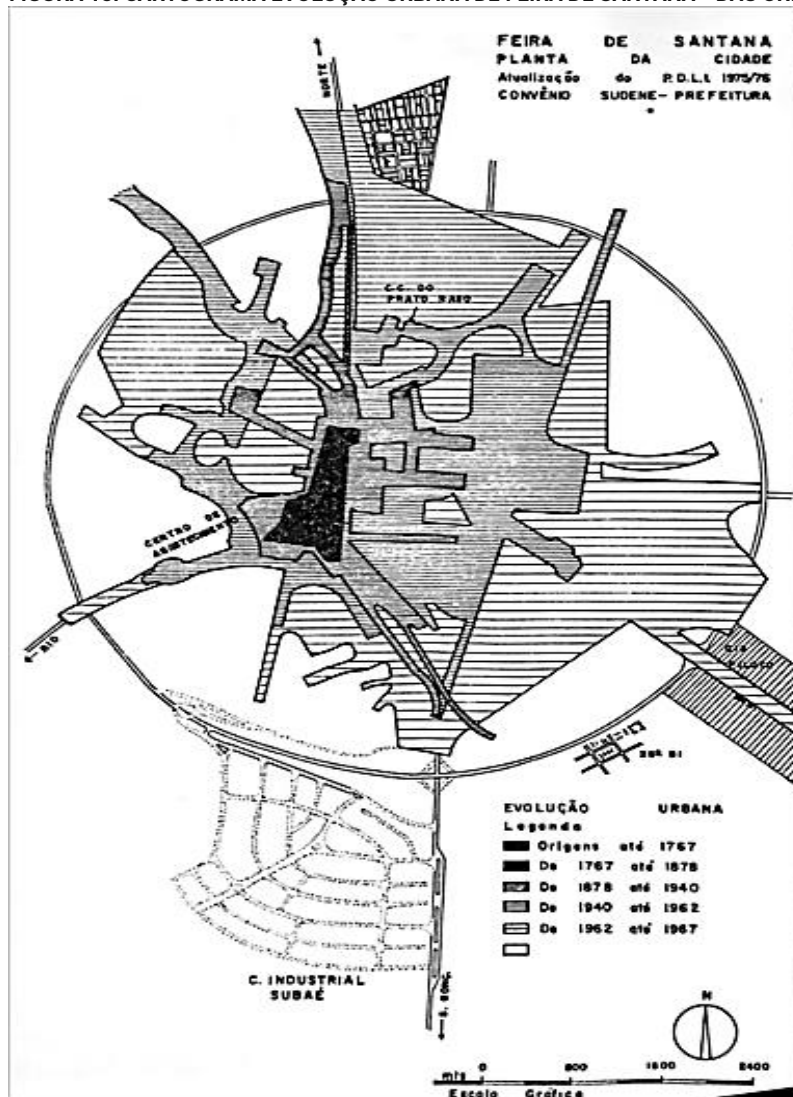
Este item compreende um breve histórico da cidade de Feira de Santana, sua localização e uma caracterização do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. A seguir, os ODS 1, 2, 3, 4 e 5 são tratados no município. O destaque para a área de saúde seguiu a linha sugerida pelo Instituto de Economia Aplicada – IPEA, do governo brasileiro na apresentação da agenda 2030. Os dados permitem verificar que houve uma inflexão da evolução positiva em vários aspectos do desenvolvimento social no município provocada pela Covid 19. No entanto, foi possível observar também que Feira de Santana dispõe de equipamentos de gestão e serviços para desenvolver uma melhoria nos índices.

4.1.1. Histórico de Feira de Santana

A cidade de Feira de Santana foi instalada em 1832 (FIGURA 15), tem uma população de estimada em 627.477 em 2022 pelo IBGE, área de 1.304,40 km², portanto com uma densidade demográfica de 481,05 hab./km² e um PIB per capita em 2019 de R\$24.229,74.⁴²

42 IBGE Cidades

FIGURA 15: CARTOGRAMA EVOLUÇÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA - DAS ORIGENS ATÉ 1967.

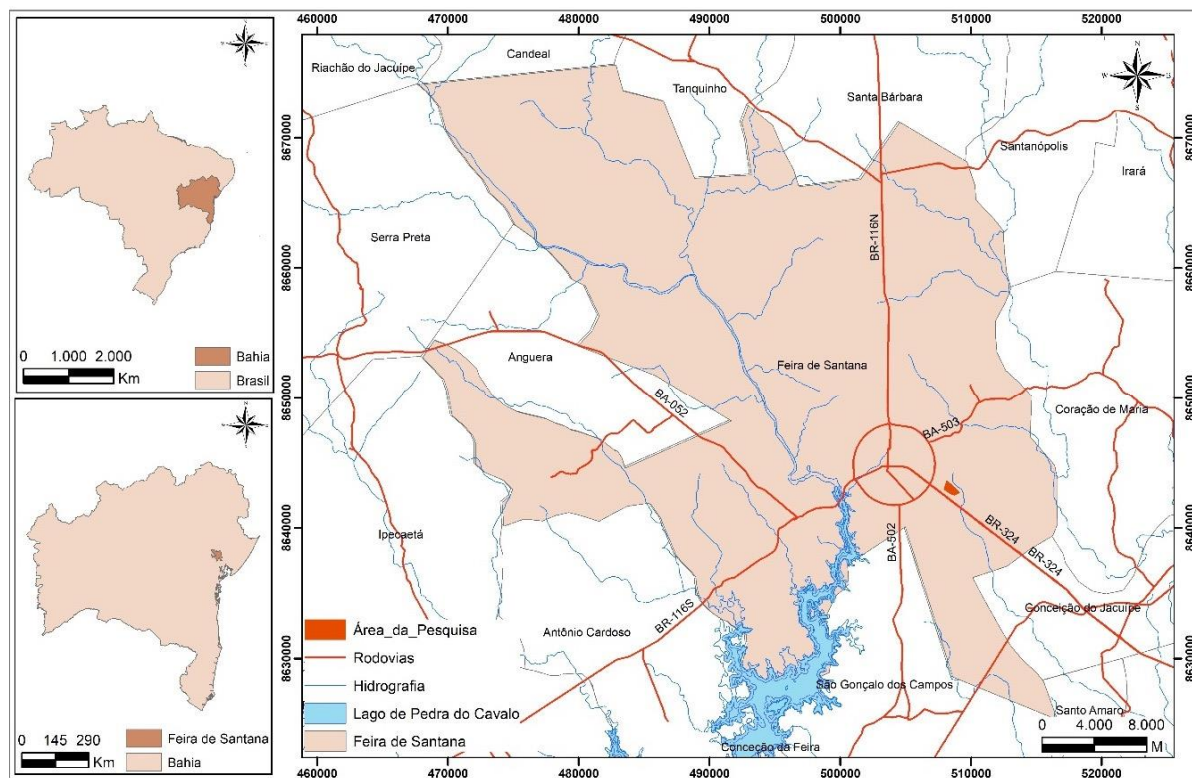


Fonte: PDLI de Feira de Santana, 1968, reproduzido em L. A Helfenstein, 2018, in Valorização do espaço urbano em Feira de Santana: estudo sobre política habitacional e o Programa Minha Casa Minha Vida.

A origem de Feira de Santana data do século XVII, a partir de sua localização favorecida para o transporte e a criação de gado. Essa condição possibilitou a criação de uma feira para a comercialização do gado e produtos relacionados e em consequência sua estruturação como centro comercial. Em 1819, a localidade foi elevada à categoria de povoado, denominada Santana dos Olhos d'Água. Em 1828, considerada a maior feira de gado da província da Bahia. Com o grande crescimento da população, o Governo Imperial, em 13 de novembro de 1832, elevou o povoado à categoria de Vila, desmembrando do município de Cachoeira.

A estrada de ferro ligando Feira de Santana ao porto de Cachoeira em 1876 foi importante para o desenvolvimento da cidade, assim como a construção da estrada ligando à capital do Estado em 1926. Na década de 1970, com o desenvolvimento da política de transportes rodoviários, Feira de Santana tornou-se passagem obrigatória de muitas rotas, constituindo-se no principal entroncamento do Nordeste (FIGURA 16).

FIGURA 16: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DE FEIRA DE SANTANA E O ENTRONCAMENTO DE RODOVIAS



Fonte: Aguiar, 2021.

A atual Região Metropolitana de Feira de Santana - RMFS7 é formada pelos municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho, visando o planejamento e a execução de projetos que atendam ao interesse comum da população residente nesses municípios. A Lei Estadual N 35 de 06 de julho de 2011 também prevê a inclusão de outros municípios, definindo, então a Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana com 10 municípios: Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta e Riachão do Jacuípe. A Região Metropolitana de Feira de Santana - RMFS conta com cerca de 752mil habitantes, conforme estimativas do IBGE para 2021, com uma taxa de crescimento populacional de 1,01 % a.a., no período 2010/2021, próximo à média brasileira.

4.1.2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

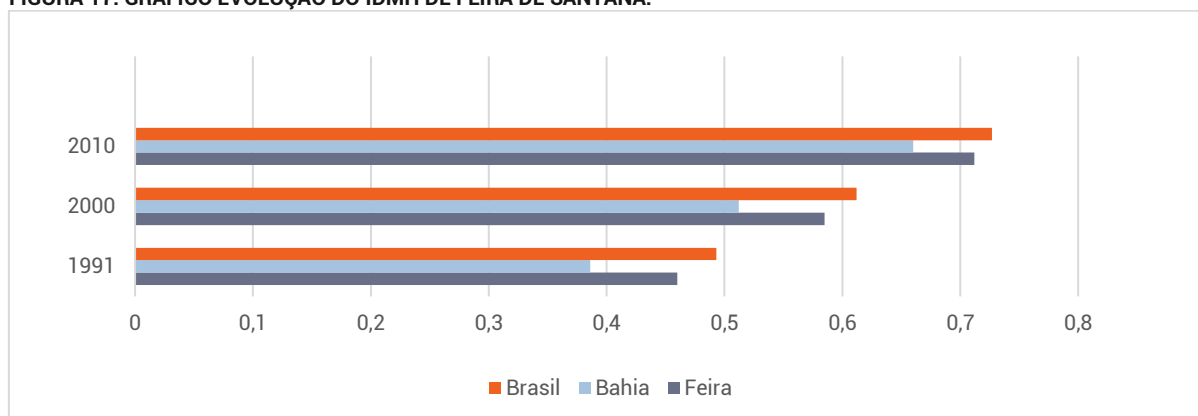
O IDHM mostra a evolução do município em três dimensões, desde 1991. Nesse ano o município tinha um IDHM de 0,460, atingindo 0,585 em 2000 e 0,712 em 2010 (TABELA 16 e FIGURA 17). O nível de 0,712 foi considerado alto, estando Feira de Santana mais bem classificada que o estado da Bahia, mas um pouco abaixo da posição do Brasil que era de 0,727.

TABELA 16: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDHM 2000 E 2010, FEIRA DE SANTANA

IDHM	2000	2010
Educação	0,440	0,619
Longevidade	0,716	0,820
Esperança de vida ao nascer (anos)	67,93	74,20
Renda	0,654	0,710
Renda per capita (\$)	412,85	662,24
Geral (IDHM)	0,585	0,712

Fonte: Atlas Brasil, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

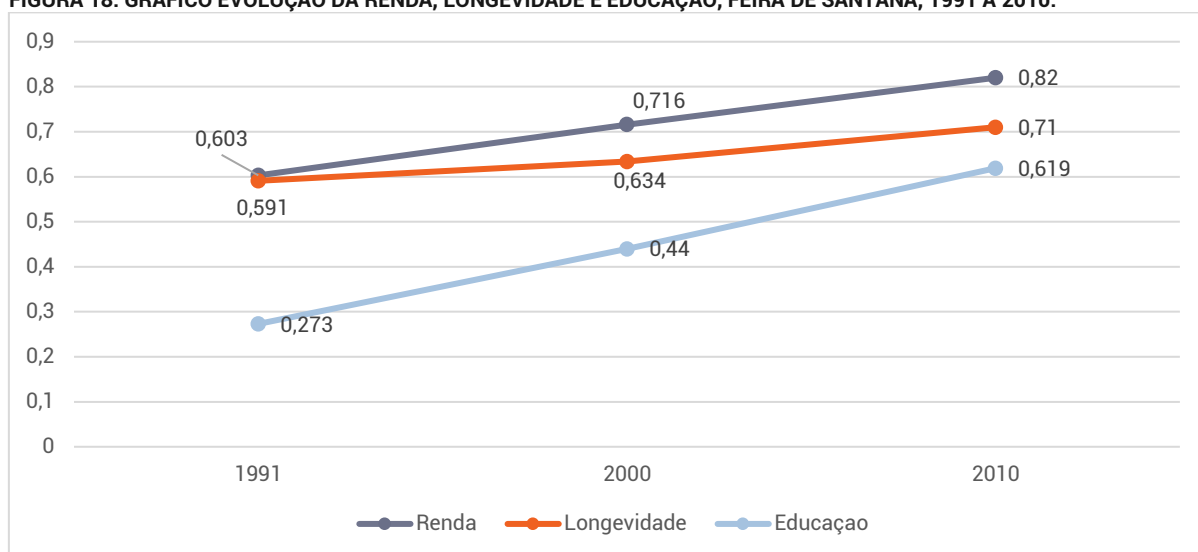
FIGURA 17: GRÁFICO EVOLUÇÃO DO IDHM DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

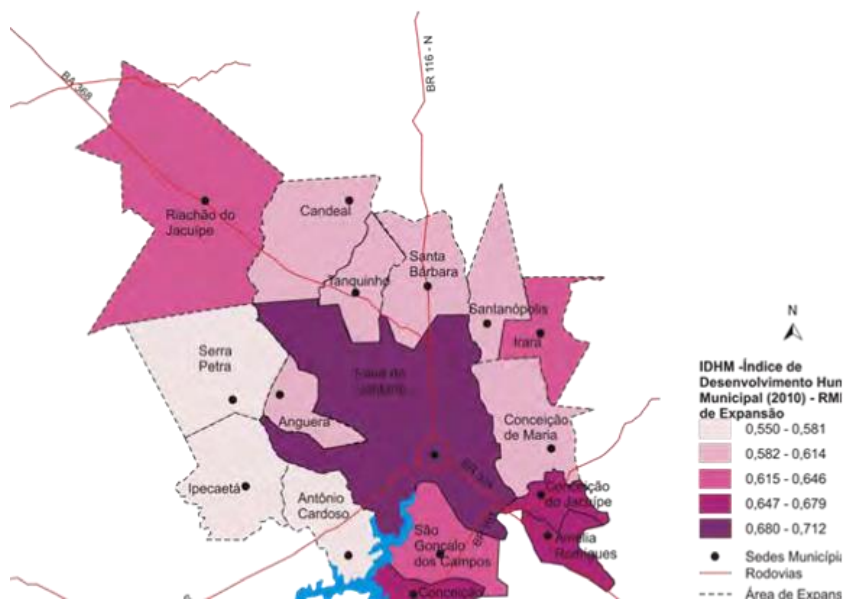
A dimensão que mais contribuiu para o IDHM em 2010 foi a Renda, com índice de 0,820, seguida de Longevidade (0,710) e em último lugar a Educação (0,619). De todo modo, houve uma evolução positiva nos três períodos do Censo e é importante observar que a Educação teve o maior crescimento desde 1991 (FIGURA 18), embora seu índice ainda se mantenha relativamente baixo.

FIGURA 18: GRÁFICO EVOLUÇÃO DA RENDA, LONGEVIDADE E EDUCAÇÃO, FEIRA DE SANTANA, 1991 A 2010.



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

FIGURA 19: CARTOGRAMA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA E SUA ÁREA DE EXPANSÃO – 2010.

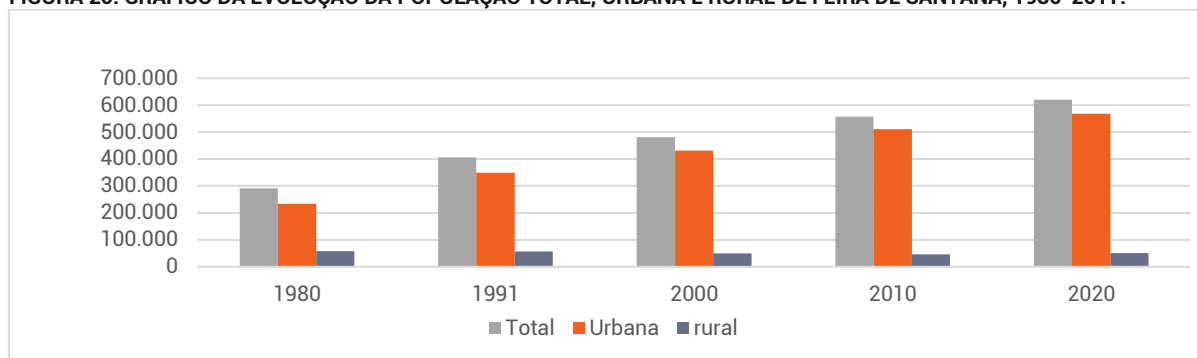


Fonte: Elaborada por Santo (2018) com base nos dados do IBGE⁴³

4.1.3. Evolução e distribuição da População em feira de Santana

O crescimento populacional de Feira de Santana foi significativo entre as décadas de 1960 aos 1990, conforme os censos demográficos e a estimativa para 2020 (IBGE, 2020). Pelo gráfico da FIGURA 20 é observado que a população do município é essencialmente urbana, correspondendo a 92% do total em 2020.

FIGURA 20: GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DE FEIRA DE SANTANA, 1980-2017.

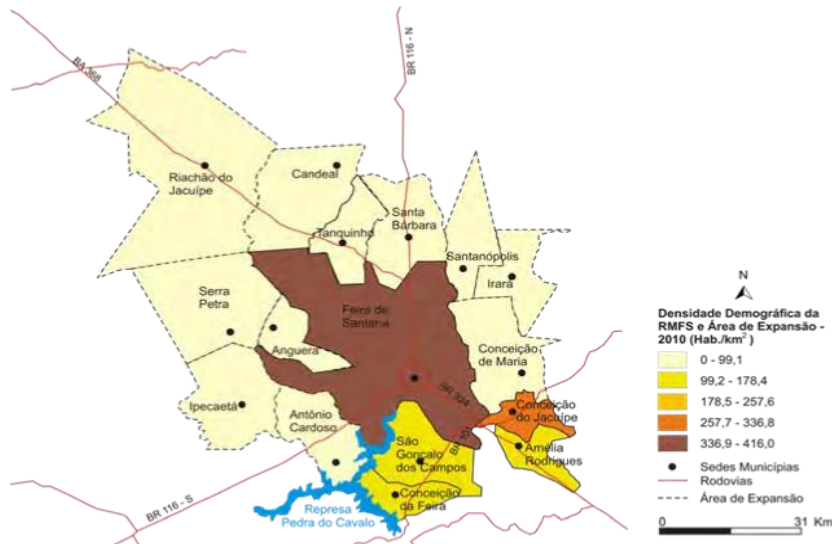


Fonte: IBGE, Cidades e Censos Demográficos de 1980 a 2010, e estimativas para 2020.

⁴³ Santo

Em 2021, a estimativa da população total para Feira de Santana era de 624.107 hab., tendo crescido a uma taxa de 1,47% a.a. na década de 2000 e tem uma estimativa de crescimento de 1,05% a.a. entre 2010 e 2021, sendo o município com maior densidade demográfica da região (FIGURA 21).

FIGURA 21: CARTOGRAMA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FEIRA DE SANTANA - RMFS E SUA ÁREA DE EXPANSÃO – 2010.

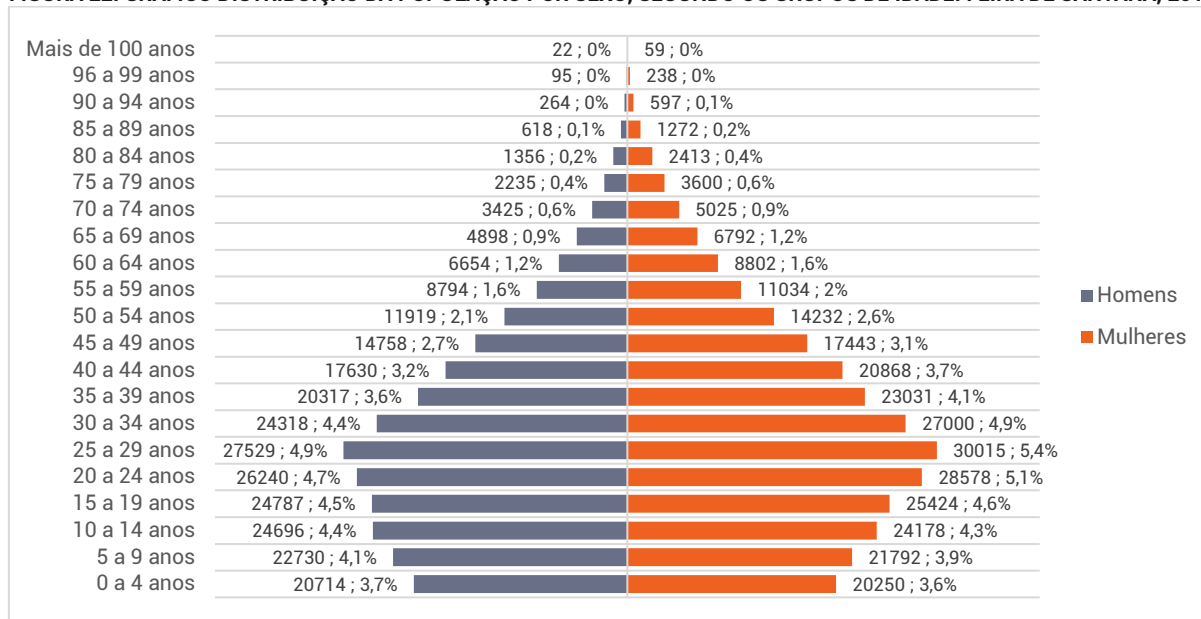


Fonte: Elaborada por Santo (2018) com base nos dados do IBGE (2009 e 2018) e LCE 35/2011⁴⁴

Observando a pirâmide etária para Feira de Santana, em 2010, verifica-se que a maior parte da população se concentra entre os 20 e 59 anos (FIGURA 22), com uma quantidade maior de mulheres (principalmente a partir dos 20 anos).

⁴⁴ Extraído de Fernandes, R B, Santo, SM, Giudice, DS, Falcão, Figueiredo, SMC, Regiões Metropolitanas no Brasil: Origens, Conceito, Evolução e Repercussões com Ênfase no Estado da Bahia In: **Ciudades y Territorios XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, Pontificia Universidad Católica del Ecuador. Quito, 2021

FIGURA 22: GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE. FEIRA DE SANTANA, 2010



Fonte: IBGE Cidades (2010)

4.1.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no contexto de Feira de Santana

Os grupos de trabalho que se dedicam à realização do ODS no Brasil, em especial a rede PENSSAM, consideram que esses objetivos devem fazer parte da formulação das políticas públicas, seja no âmbito feral, estadual ou municipal. Em 2021, a Frente Parlamentar Mista em Apoio aos ODS, no Congresso Nacional, elaborou o Projeto de Lei 1308/202.⁴⁵

4.1.4.1. ODS 1 Erradicação da pobreza

Esse item se apresenta com notas baixas em quase todos os municípios brasileiros. A pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades econômicas e as projeções são de que houve um aumento da extrema pobreza em 2021. A criação do Auxílio Brasil e a retomada das atividades econômicas com a vacinação não trouxeram melhoria nessa condição, devido ao aumento das taxas inflacionárias. Os avanços observados entre os anos de 2000 e 2010 foram seguidos de retrocesso na década seguinte.

Em 2000, Feira de Santana tinha 36,46% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual que foi reduzido para 17,34% em 2010 (TABELA 17). Mesmo apresentando uma redução de 52,44% no período, eram 94.940 pessoas nessa condição de pobreza.

⁴⁵Brasil, Câmara dos Deputados, Gabinete do Deputado Nilto Tatto, abril de 2021
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0ahojpgpqmonmgn26uvkrbvah4203921.node0?codteor=1988016&filename=PL+1308/2021 acesso em 20/9/22

TABELA 17: RENDA FAMILIAR PER CAPITA, BRASIL E FEIRA DE SANTANA – 2010.

Renda familiar per capita	Brasil	Feira de Santana
% de extremamente pobres 2010	6,62	5,38
% de pobres 2010	15,2	15,8
% de vulneráveis à pobreza 2010	32,56	39,42
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres 2010	11,47	9,1
% de crianças pobres 2010	26,01	26,43
% de crianças vulneráveis à pobreza 2010	49,41	56
Renda per capita dos extremamente pobres 2010	31,66	37,05
Renda per capita dos pobres 2010	75,19	85,33
Renda per capita dos vulneráveis à pobreza 2010	142,72	154,72

Fonte: Atlas Brasil⁴⁶

O registro das pessoas e famílias no CadÚnico permite uma atualização desses dados. O número de famílias de Feira de Santana cadastradas no programa federal Bolsa Família ou Auxílio Brasil em julho de 2022 era de 292.861, sendo que 118.689 (40,5%) em situação de Extrema Pobreza, 55.656 (19%) em situação de Pobreza e 83.205 (28,41%) consideradas de Baixa Renda⁴⁷ (TABELA 18).

TABELA 18: FEIRA DE SANTANA: PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO, POR SITUAÇÃO DE RENDA E FAIXA ETÁRIA - JULHO DE 2022

Faixa etária	Extrema Pobreza	Pobreza	Baixa Renda	Acima de 1/2 S.M.	Total
Entre 0 e 4	13.305	4.388	3.644	258	21.595
Entre 5 a 6	7.008	2.506	2.168	150	11.832
Entre 7 a 15	22.214	9.364	10.341	762	42.681
Entre 16 a 17	5.769	2.556	3.171	229	11.725
Entre 18 a 24	14.791	6.823	10.112	1.719	33.445
Entre 25 a 34	16.488	7.138	11.161	3.219	38.006
Entre 35 a 39	9.319	4.496	6.846	1.636	22.297
Entre 40 a 44	8.609	4.691	7.706	1.871	22.877
Entre 45 a 49	6.834	4.061	6.966	1.903	19.764
Entre 50 a 54	5.538	3.410	6.301	2.012	17.261
Entre 55 a 59	4.543	2.675	5.418	2.302	14.938
Entre 60 a 64	3.070	1.757	3.984	2.805	11.616
Maior que 65	1.201	1.791	5.387	16.445	24.824
Sem Resposta	0	0	0	0	0
Total	118.689	55.656	83.205	35.311	292.861

Fonte: CadÚnico, acesso em setembro de 2022.

As crianças de 0 a 15 anos extremamente pobres constituem 29,27% da população registrada no CadÚnico. Destaca-se ainda a predominância de mulheres (59,84%) (

TABELA 19).

TABELA 19: PESSOAS CADASTRADAS NO CADÚNICO - POR SEXO E FAIXA ETÁRIA JULHO DE 2022

⁴⁶ Informações disponíveis em: <http://www.atlasbrasil.org.br>

⁴⁷ Informações disponíveis em: <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php#>)

Faixa Etária	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total	% Etária Total
Entre 0 e 4	9.985	51,12%	9.547	48,88%	19.532	7,61%
Entre 5 a 6	4.979	51,47%	4.694	48,53%	9.673	3,77%
Entre 7 a 15	23.347	50,83%	22.585	49,17%	45.932	17,89%
Entre 16 a 17	5.457	50,93%	5.258	49,07%	10.715	4,17%
Entre 18 a 24	13.945	43,98%	17.766	56,02%	31.711	12,35%
Entre 25 a 34	10.069	29,97%	23.525	70,03%	33.594	13,09%
Entre 35 a 39	5.566	29,32%	13.420	70,68%	18.986	7,40%
Entre 40 a 44	5.634	31,62%	12.185	68,38%	17.819	6,94%
Entre 45 a 49	4.999	33,14%	10.086	66,86%	15.085	5,88%
Entre 50 a 54	4.493	33,45%	8.937	66,55%	13.430	5,23%
Entre 55 a 59	3.653	34,56%	6.918	65,44%	10.571	4,12%
Entre 60 a 64	3.082	35,75%	5.540	64,25%	8.622	3,36%
Maior que 65	7.893	37,51%	13.151	62,49%	21.044	8,20%
Total	103.102	40,16%	153.612	59,84%	256.714	100,00%

Fonte: CadUnico, acesso em setembro de 2022.

As famílias e pessoas em situação de pobreza são atendidas pelo poder público dentro do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF do Ministério da Cidadania. Feira de Santana tem 16 Centros de Referência de Assistência Social- CRAS e quatro Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS.⁴⁸

A situação de pobreza se reflete também na carência de habitação ou na existência de moradias precárias, muitas vezes sem as condições adequadas de saneamento, acesso a transportes etc. Muitas vezes são localizadas em periferias e distantes dos centros comerciais das cidades e dos serviços de saúde e educação.

A ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis objetiva tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Dentro desse ODS, o Brasil se comprometeu, até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Condições de habitação

Conforme pode ser observado na

TABELA 20, há predominância de habitações unifamiliares (92,02%). Quanto à condição de ocupação dos imóveis na cidade, verificava-se uma alta participação de casas próprias (77,37%), uma menor quantidade de imóveis alugado” (18,27%) e menos de 5% em condições de cedido ou outra condição, conforme os dados da apresentados na TABELA 21.

TABELA 20: TIPOS DE DOMICÍLIOS PERMANENTES EM FEIRA DE SANTANA, 2010.

48 SEDESO- TERRITÓRIOS DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CRAS) 03/2022
Disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/sedeso/arq/cras2022.pdf> . Acesso em 12/09/22

Tipos	Domicílios	%
Casa	149.867	92,02
Casa em condomínio	6.512	4,00
Apartamento	5.881	3,61
Habitação em casa de cômodos, cortiço ou "cabeça de porco"		0,37
Oca ou maloca	0,0	0,0
Total		100%

Fonte: IBGE 2010.

TABELA 21: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DOS IMÓVEIS DE FEIRA DE SANTANA, 2010

Condição	Domicílios	%
Próprio	126.007	77,37
Alugado	29.750	18,27
Cedido	6.523	4,01
Outro	584	0,36
Total	162.864	100,00

Fonte: IBGE 2010.

De acordo com as estimativas, realizadas, em 2020, havia em Feira de Santana, 204.420 domicílios ocupados, sendo 14.686, ou seja 7,2% em aglomerados subnormais (IBGE, 2020), sendo:

Nos Aglomerados Subnormais, residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de saneamento e de moradia mais precárias. Como agravante, muitos Aglomerados Subnormais possuem uma densidade de edificações extremamente elevada, o que pode facilitar a disseminação do COVID-19. Os resultados definitivos dos Aglomerados Subnormais serão divulgados após a realização da operação censitária, podendo sofrer ajustes. Além do mapeamento, está sendo disponibilizada a estimativa de domicílios ocupados para os Aglomerados Subnormais. Essa estimativa é o quantitativo estimado pelo IBGE de domicílios ocupados a serem recenseados em determinado recorte territorial.⁴⁹

O levantamento completo das habitações até agora é o do IBGE, datando de 2010. Com 22 anos de defasagem, provavelmente a situação mudou bastante, sobretudo com relação as habitações irregulares.

Com base nos dados levantados, tem-se que principais fragilidades relacionadas a esta ODS seriam: Feira de Santana tem 118.689 pessoas em condição de extrema pobreza, ou seja, 19% da população; as crianças de 0 a 15 anos extremamente pobres constituem 29,27% da população registrada no CadÚnico; as mulheres são a maioria (59,84%) das pessoas

49 IBGE, Tipologias do território- Aglomerados subnormais, página web
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717>
<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=27720&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 12/09/22

registradas no CadÚnico; do total de domicílios ocupados, 7,2% eram localizados em aglomerações subnormais.

4.1.4.2. ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável

A fome é a principal e mais grave consequência da pobreza. De acordo com a Rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), no primeiro semestre de 2022, mais da metade da população no Brasil vivia em insegurança alimentar em algum grau.⁵⁰

A ONU considera que o apoio à agricultura familiar pode constituir uma política de combate à fome nos países subdesenvolvidos. No entanto, com a urbanização crescente, como na maior parte do Brasil, a oferta de alimentos vai depender das políticas de segurança alimentar e da intervenção do poder local no sentido de viabilizá-las. Ao Ministério da Saúde é atribuído o papel de formular as políticas de alimentação, que é um direito constitucional, assim como a saúde, o que é previsto na lei que criou o Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do SUS permite o acompanhamento da situação alimentar e nutricional da população atendida nos serviços de Atenção Primária à Saúde. O município é quem realiza esse acompanhamento e a execução do Programa Auxílio Brasil, que substituiu o Programa Bolsa Família. Em Feira de Santana, a estrutura da Atenção Básica é composta pelas unidades de saúde da família (USF) e as unidades básicas de saúde (UBS).

Esses dados são agrupados e disponibilizados para consulta pública na página web do SISVAN⁵¹. Os dados são bem detalhados por idade, sexo, situação escolar, cor etc. Para este estudo foram escolhidos os dados para crianças de 0 a 5 anos. Assim, os registros da avaliação antropométrica e dos marcadores do consumo alimentar para Feira de Santana indicam que dentre as 3.876 crianças pesquisadas, as de 0 a 2 anos com peso muito baixo para a idade eram 53 (1,37%), com o peso baixo para a idade eram 81 (2,09%), com o peso adequado eram 3.384 (87,31%) e 358 (9,24%) com o peso elevado para a idade. Entre as 2.567 crianças de 2 a 5 anos de idade, 19 (0,74%) tinham o peso muito baixo para a idade, 78 (3,04%) tinham o peso baixo para a idade, 2.203 (85,82%) tinham o peso adequado e 267 (10,4%) tinham o peso elevado para a idade.⁵²

De acordo com os dados do Ministério da Cidadania (

TABELA 22 e TABELA 23) havia em julho de 2022, 68.063 famílias e 176.522 pessoas registradas no CadÚnico e que recebiam auxílio do PAB, sendo a grande maioria dentre as que tinham renda de até 1 salário-mínimo.

50 Pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), com execução do Instituto Vox Populi, e tem apoio e parceria de Ação da Cidadania, ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo

51 Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde e Ministério da Cidadania, Cadastro Único, página web, acesso em 10/09/22. (<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/estadonutricional>)

52 Informações disponíveis em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/estadonutricional>

TABELA 22: FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR FAIXA DE RENDA. FEIRA DE SANTANA, 2022

Recebe PAB família	Faixa da renda total da família				
	Até 1 S.M.	Entre 1 e 2 S.M.	Entre 2 e 3 S.M.	Acima de 3 S.M.	Total
Não	69.001	10.997	1.314	279	81.591
Sim	67.708	352	3	0	68.063
Sem Resposta	0	0	0	0	0
Total	136.709	11.349	1.317	279	149.654

Fonte: CECAD53

TABELA 23: PESSOAS ATENDIDAS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA FAIXA DE RENDA. FEIRA DE SANTANA

Recebe PAB família	Faixa da renda total da família				
	Até 1 S.M.	Entre 1 e 2 S.M.	Entre 2 e 3 S.M.	Acima de 3 S.M.	Total
Não	115.079	30.139	4.176	880	150.274
Sim	174.942	1.562	18	0	176.522
Sem Resposta	0	0	0	0	0
Total	290.021	31.701	4.194	880	326.796

Fonte: CECAD⁵⁴

Para atender a população de baixa renda, tanto os inscritos no CadÚnico como a população em situação de rua, o município de Feira de Santana dispunha em 2017 de uma estrutura de Atenção Básica formada por: ⁵⁵

- 96 Unidades de Saúde da Família (USF);
- 07 Unidades Básicas de Saúde (UBS TRADICIONAIS);
- 133 Equipes de Saúde da Família (eSF) com médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente administrativo, serviços gerais e agentes comunitários de saúde;
- 05 Unidades de Saúde na Hora, com médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, assistente administrativo, serviços gerais com atendimento até as 21 horas.
- 25 médicos do Programa Mais Médicos;
- 44 Equipes de Saúde Bucal (eSB) com odontólogo e auxiliar de consultório dentário;
- 35 odontólogos que atuam nas UBS tradicionais;
- 22 Equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família (eNASF): configuram-se como equipes multiprofissionais (fisioterapeuta, professor de educação física, nutricionista, psicólogo, assistente social, farmacêutico) que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF), assistindo as populações específicas das áreas de abrangência das USF e do Programa Academia da Saúde;

53 Informações disponíveis em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php julho de 2022

54 Informações disponíveis em: https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php julho de 2022

55 Informações disponíveis em: http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=14&link=sms/atencaobasica/estrutura_aten_bas.asp

em:

- Equipe de Melhor em Casa: constitui uma nova modalidade de atenção à saúde, substitutiva ou complementar às já existentes, oferecida no domicílio e caracterizada por um conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado a nível domiciliar e integrado às Redes de Atenção à Saúde. Os pacientes elegíveis para essa modalidade de atenção, são definidos pelos Protocolos do Ministério da Saúde.
- 01 Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar (EMAP)
- 01 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAD)
- 01 Equipe Consultório na Rua (eCR): equipe de saúde multiprofissional itinerante, voltada a assistir as pessoas em situação de rua. Visa ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.
- 01 Academia da Saúde: Desde 2011, o Ministério da Saúde vem promovendo a implantação e implementação de polos da Academia da Saúde nos municípios brasileiros. Os polos são espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissionais qualificados, com o objetivo de contribuir para a promoção da saúde e produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população⁵⁶.

Com base nos dados levantados, tem-se que principais fragilidades relacionadas a esta ODS seriam: em julho de 2022, havia Feira de Santana 68.063 famílias e 176.522 pessoas registradas no CadÚnico e que recebiam auxílio do PAB, sendo a grande maioria que tinham renda de até 1 salário-mínimo; pouca integração com a agricultura familiar para o fornecimento adequado ao PNAE.

4.1.4.3. ODS 3 Saúde e bem-estar

O item saúde está estreitamente vinculado a outros ODS, especialmente com o ODS 1 e o ODS 2, a garantia de educação de qualidade (ODS 4) e o combate às mudanças climáticas e seus impactos (ODS 13). Para a Agenda 2030, o Brasil se propôs a acabar com os problemas de saúde pública, como as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis. A expressão “acabar como problema de saúde pública” deve ser entendida como a redução da incidência, das sequelas, mortes e do risco potencial de epidemias causadas por estas doenças (IPEA, 2018)⁵⁷.

Feira de Santana apresenta-se como um referencial na área de assistência médico-sanitária, sobretudo na rede pública, sendo a sede de uma das macrorregiões de saúde do

⁵⁶ Feira de Santana, Secretaria Municipal de Saúde,

http://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?id=14&link=sms/atencabasica/estrutura_aten_bas.asp

⁵⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>

estado da Bahia contando com 839 estabelecimentos destinados aos diversos serviços de saúde, onde se destaca a representatividade das Clínicas e Centro de Especialidade, com 366 estabelecimentos (TABELA 24).

TABELA 24: ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, FEIRA DE SANTANA, 2022.

Tipo de Estabelecimento	Número
Centro de saúde/unidade básica	108
Policlínica	14
Hospital geral	11
Hospital especializado	20
Consultório isolado	184
Clínica/centro de especialidade	366
Unidade de apoio diagnóstico e terapia (sadt isolado)	54
Unidade móvel terrestre	6
Unidade móvel de nível pré-hospitalar na área de urgência	12
Farmácia	10
Unidade de vigilância em saúde	2
Cooperativa ou empresa de cessão de trabalhadores na saúde	9
Hospital/dia - isolado	11
Central de gestão em saúde	4
Centro de atenção hemoterapia e ou hematológica	1
Centro de atenção psicossocial	5
Pronto atendimento	3
Polo academia da saúde	1
Central de regulação médica das urgências	1
Serviço de atenção domiciliar isolado (home care)	8
Central de regulação do acesso	2
Central de abastecimento	6
Centro de imunização	1
Total	839

Fonte: CNES/Net/ DATASUS/MS, ago/2022)

Pelos relatórios do CNES/Net, do DataSus é possível obter a relação desses estabelecimentos. Verifica-se por essa fonte que em Feira de Santana havia 1317 leitos hospitalares, sendo 944 SUS. Desses leitos 336 eram de saúde complementar, sendo e 156 SUS. Segundo o DataSus, havia 19 hospitais com leitos de obstetrícia e neonatologia em Feira de Santana e 21 estabelecimentos de atenção à saúde reprodutiva.

Razão de mortalidade materna

Para atingir as metas do ODS 3, redução da mortalidade materna é um grande desafio para os sistemas de saúde, tanto em nível nacional como local. Desde os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da ONU, vigente de 2000 a 2015, o compromisso com a saúde materna está na agenda do Brasil. Em 2015, quando foi aprovada a nova agenda global, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi definido que a meta global para a mortalidade materna seria de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos até 2030. Para adaptar os ODS a realidade nacional o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) propôs a meta 3.1 para no máximo 30 mortes para 100 mil nascidos vivos

Segundo o Boletim Epidemiológico – Vigilância do Óbito Materno da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, no período de 2016 a 2022 (TABELA 25), no período ocorreram 43 óbitos obstétricos em Feira de Santana. E, a média da Razão da Mortalidade Materna (RMM), foi de 74,26 mortes por 100.000 Nascidos Vivos (NV). Porém, em 2021, os números são atípicos em decorrência da COVID 19.

Para a caracterização da mortalidade materna, neste trabalho foi utilizado o código O00-O99 (exceto o O96 e o O97) do CID 10, do DataSus⁵⁸.

Em Feira de Santana, foram obtidos os seguintes resultados:

TABELA 25: MORTALIDADE MATERNA EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.

Ano	Nº Óbitos Maternos Obstétricos	Nº Nascidos Vivos	RMM (p/100.000 NV)
2017	11	10.294	106,6
2018	6	10.315	58,2
2019	5	9.819	50,9
2020	5	9.466	52,8
2021	15	9.383	159,9
2022*	1*	*5.617	*17,8

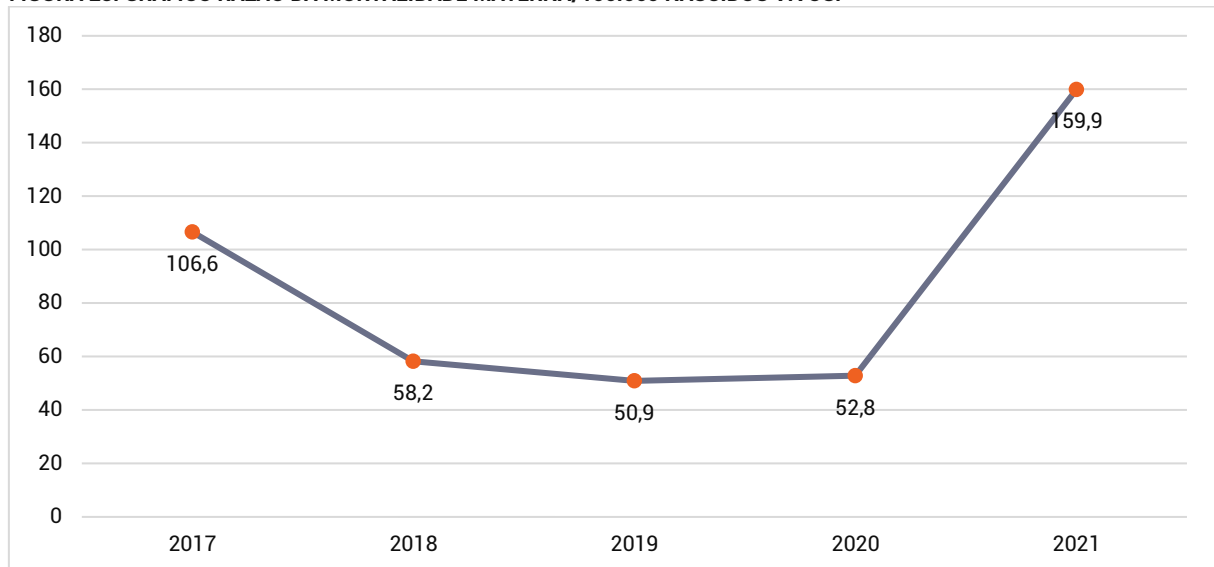
Fonte: DataSus- SIM e Nascidos Vivos. DIVEP/SUVISA, MS. Os dados sobre 2022 vão até julho, e não estão ainda confirmados.

No gráfico da FIGURA 23 é observado que a taxa de mortalidade materna que vinha caindo desde 2017, havendo um aumento repentino em 2021. Esse crescimento elevado entre 2020 para 2021 deve se seguramente a incidência de COVID 19, que atingiu fortemente as grávidas e puérperas e que futuros estudos devem confirmar.

No Brasil em 2021, segundo a mesma fonte do DataSus, foram 3.221 mortes maternas, com 2.672.046 nascidos vivos, sendo que a RMM ficou em 120,5. Segundo A Secretaria de Vigilância em Saúde, vol. 53, no. 20, 2022, do MS, 17 % dos óbitos maternos em 2020 foi devido a complicações da COVID 19.

58 Governo federal, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, disponível em <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>

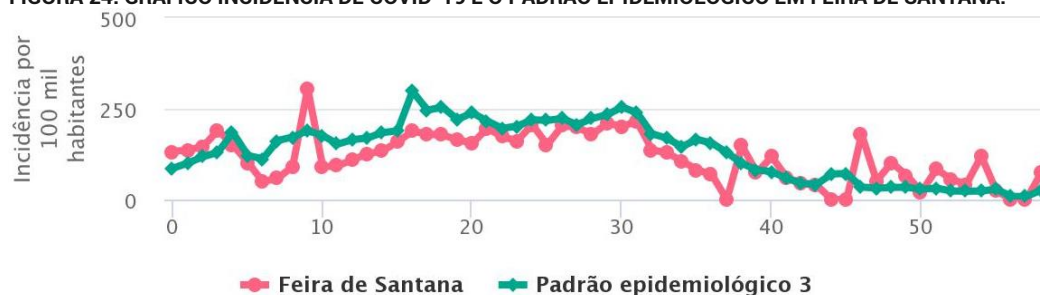
FIGURA 23: GRÁFICO RAZÃO DA MORTALIDADE MATERNA/100.000 NASCIDOS VIVOS.



Fonte: DataSus⁵⁹

Conforme pode ser observado na FIGURA 24, houve a maior incidência de Covid-19 em pessoas em idade reprodutiva. Essa condição explica a variação excepcional na curva de mortalidade materna em 2021 no município de Feira de Santana, assim como no Estado da Bahia e no Brasil. O estudo do Cidacs da Fiocruz ⁶⁰ mostra também que a desigualdade social impactou fortemente os 4 e 5 quintis de renda em todos os momentos da pandemia em Feira de Santana, ainda que tenha havido relativa dificuldade de acesso aos equipamentos de saúde para a COVID (como leitos de UTI e ventiladores). Assim, o município apresentou um nível médio no estudo da Cidacs Fiocruz DS-COVID-19, comparativamente aos outros municípios da Bahia.

FIGURA 24: GRÁFICO INCIDÊNCIA DE COVID-19 E O PADRÃO EPIDEMIOLÓGICO EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Cidacs, Fiocruz DS-Covid 19.

⁵⁹ Informações disponíveis em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>

⁶⁰ Informações disponíveis em: <https://ids.cidacs.org>

Meta 3.2 ODS: reduzir a mortalidade das crianças até 5 anos

Na atenção à maternidade estão incluídas também as consultas pré-natais. O DataSus dispõe as informações sobre a percentagem de crianças nascidas com 7 ou mais consultas de pré-natal. Porém, 59,8% das gestantes não tiveram acompanhamento pré-natal (TABELA 26), fator que contribui significativamente para incremento da taxa de mortalidade neonatal.

TABELA 26: NASCIDOS VIVOS COM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.

Ano	Nascidos Vivos	Com 7 ou + consultas de Pré-natal	%
2017	16.195	12.354	76,3
2018	16.046	11.037	68,8
2019	15.141	9.462	62,5
2020	14.644	8.039	54,9
2021	14.318	8.348	58,3
2022*	6.365*	3.807*	59,8

Fonte: DataSus* dados preliminares

Quanto a taxa de mortalidade neonatal, a ONU preconiza 12/1000 nascidos vivos até 2030, e o Brasil definiu 5/1000 NV até 2030. Conforme dados apresentados na TABELA 27, o município atende a meta da ONU, contudo está abaixo daquela definida pelo Ministério da Saúde.

TABELA 27: TAXA DE MORTALIDADE NEONATAL FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.

Ano	Mortalidade Neonatal	Taxa Mortalidade Neonatal
2017	134	8,2
2018	102	6,4
2019	105	6,9
2020	112	7,6
2021	96	6,7
2022*	51*	8

Fonte: DataSus * dados preliminares

Ainda se verifica que o município atende a meta preconizada pela ONU de menos de 25/1000 óbitos de crianças menores que cinco anos, porém ainda não atende ao definido no âmbito nacional, que tem como meta até 2030 ter no máximo 8/1000 mortes.

TABELA 28: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM FEIRA DE SANTANA – 2017 A 2022.

Ano	Mortalidade infantil até 5 anos	Taxa
2017	158	9,8
2018	134	8,3
2019	135	8,9
2020	144	9,8
2021*	127	8,9
2022*	66	10,4

Fonte: DataSus * dados preliminares

Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.

O Brasil se comprometeu a acabar, até 2030, com o problema de saúde pública, com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária, hepatites virais, doenças negligenciadas, doenças transmitidas pela água, arboviroses transmitidas pelo *aedes aegypti* e outras doenças transmissíveis⁶¹.

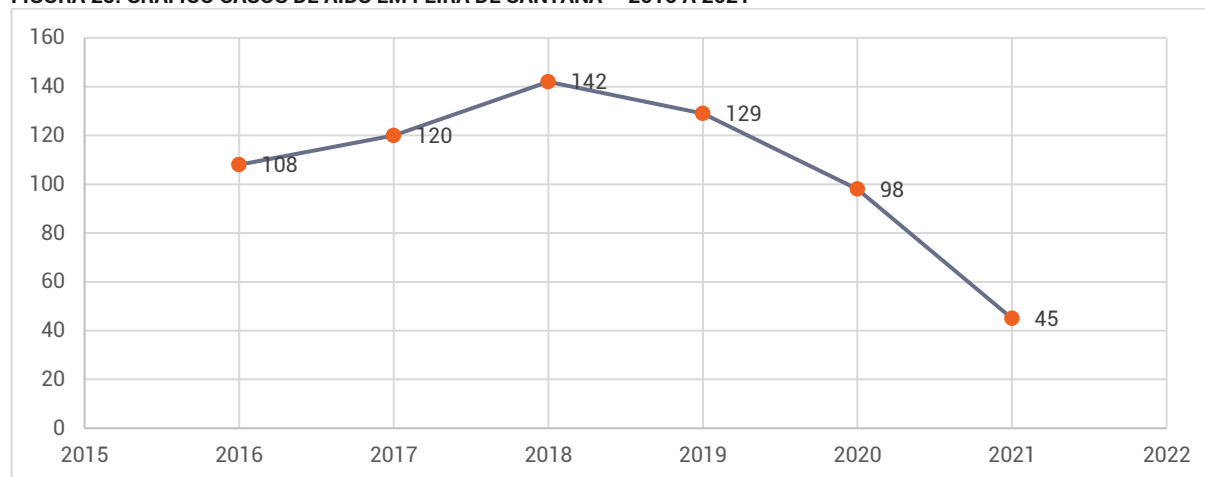
Quanto a **AIDS**, os casos registrados no município reduziram significativamente no período entre os anos de 2016 e 2021 (TABELA 29 e FIGURA 25).

TABELA 29: INCIDÊNCIA DE AIDS POR ANO DO DIAGNÓSTICO EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021

Ano	Casos
2016	108
2017	120
2018	142
2019	129
2020	98
2021	45

Fonte: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) SICLOM utilizado para validação dos dados do SISCEL; (2) SINAN de 1980 até junho/2021, SISCEL de 2000 a junho/2021 e SIM de 2000 a 2020; (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

FIGURA 25: GRÁFICO CASOS DE AIDS EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021



Fonte: MS/SVS/Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis.

O Brasil continua entre os 30 países de alta carga para a **tuberculose** e para coinfeção TB-HIV, sendo, portanto, considerado prioritário para o controle da doença no mundo pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

⁶¹ https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html#coll_3_3

Em 2020, o Brasil registrou 66.819 casos novos de tuberculose, com um coeficiente de incidência de 31,6 casos por 100 mil habitantes. Em 2019, foram notificados cerca de 4,5 mil óbitos pela doença, com um coeficiente de mortalidade de 2,2 óbitos por 100 mil habitantes.

A taxa de incidência de tuberculose em 2021, calculada sobre a estimativa populacional do IBGE para Feira de Santana era de 30,1 por 100 mil hab., abaixo da média para o Brasil que era de 31,6 por 100 hab, porém não foram observados avanços quanto a redução destes índices no período analisado (TABELA 30).

TABELA 30: CASOS DE TUBERCULOSE EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021.

Ano	Casos
2016	186
2017	239
2018	249
2019	192
2020	165
2021	188

Fonte: DataSus

Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, em junho de 2022, havia em Feira de Santana 1.461 pacientes com **hepatites**. Desses pacientes, 708 possuíam a hepatite B, que é transmitida por contato sexual ou sanguíneo e 753 tinham a hepatite C, transmitida por via sanguínea ou compartilhamento de objetos cortantes com infectados. Também segundo a mesma secretaria, os pacientes são atendidos pelo Programa Municipal de Hepatites Virais e acompanhados por uma equipe multidisciplinar de saúde.

TABELA 31: CASOS DE HEPATITE B EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2021.

Ano	Casos
2016	451
2017	405
2018	475
2019	306
2020	148

Fonte: DataSus

As notificações dos casos de hepatites virais referem-se aos casos atendidos nas unidades públicas de saúde (UBS e USF), o que significa que há subnotificação para a população como um todo.

Meta 3.4: Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio da prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e bem-estar.

As **doenças tropicais negligenciadas** são um grupo de 20 doenças, que recebem no Brasil baixo investimento para o desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas. Com a pandemia de COVID-19, o controle e o tratamento dessas doenças foram altamente prejudicados. O “Relatório Saúde Brasil 2017 uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, lista como negligenciadas as

doenças: hanseníase, doença de Chagas, esquistossomose mansoni, hanseníase, filariose linfática, leishmaniose tegumentar, leishmaniose visceral, oncocercose, raiva humana, tracoma (Brasil, 2018). Mesmo com a redução das ocorrências e da mortalidade pelas doenças tropicais, elas continuam sendo um problema de saúde pública por sua vinculação com a vulnerabilidade social. Assim, é muito importante o seu controle.⁶²

Os dados estatísticos das DTN para Feira de Santana não puderam ser obtidos junto ao DataSus. O sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial – GAL foi desenvolvido pela Coordenação Geral de Laboratórios de Saúde Pública (CGLAB), em parceria com Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e a Secretária de Vigilância em Saúde (SVS). O GAL é um sistema informatizado aplicado aos exames e ensaios de amostras de origem humana, animal e ambiental, com padrão nacional, e desenvolvido de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde, no entanto, o acesso é restrito, com login e senha. Em âmbito nacional existem estudos bem detalhados e atualizados sobre as DTN, assim como guias de vigilância em saúde para essas doenças.⁶³

A Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana observou a redução no número de casos notificados de arboviroses – doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*. De janeiro até o dia 8 de abril deste ano, foram notificados 156 casos suspeitos de dengue, 52 de Chikungunya e 3 de Zika. Desses, 24 foram confirmados para a dengue, 12 para Chikungunya e 1 para Zika. No mesmo período de 2021, foram 50 casos confirmados para as três doenças. No entanto, esses dados podem esconder uma notificação abaixo do esperado. De acordo com a Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde, pode estar ocorrendo uma subnotificação dos casos em Feira de Santana, pois a população não estaria buscando os serviços de saúde para relatar sintomas dessas doenças, como reflexo da pandemia da Covid-19.⁶⁴

As quatro principais **doenças crônicas não transmissíveis** (DCNT), no Brasil, segundo o Ministério da Saúde, são: as doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, o diabetes mellitus e as neoplasias que teriam em comum quatro fatores de risco: tabagismo, pouca atividade física, alimentação não saudável e uso nocivo do álcool (FIGURA 26). Para enfrentar as DCNT, o Ministério da Saúde construiu havia construído o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis 2011-2022, que orientou a vigilância dos DCTN, tendo como meta a redução de 2% a.a.

⁶² Informações disponíveis em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2017_analise_situacao_saude_desafios_objetivos_desenvolvimento_sustentavel.pdf

⁶³ Informações disponíveis em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude_5ed_21nov21_isbn5.pdf

⁶⁴ Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Secretaria de Comunicação Social. Disponível em <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/noticias.asp?idn=30127>

FIGURA 26: FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS – DCNT.



Fonte: CGDANT/MS.

No estado da Bahia, a taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) pelos principais grupos de DCTN apresentou variações no período de 2010 a 2016, com crescimento entre 2010 a 2012, 2013 a 2016 e declínio entre 2012 a 2013. O incremento da taxa entre 2010 e 2016 foi de 4,3%. Em 2016 as DCNT representaram 48,7% (17.446) do total das mortes (35.836) ocorridas no Estado na faixa etária de 30 a 69 anos.

Para o cálculo das taxas são utilizados os códigos da 10a Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): Neoplasias: C00 - C97, Diabetes mellitus: E10 - E14, Doenças cardiovasculares: I00 - I99, Doenças respiratórias crônicas: J30 - J98 (exceto J36).

Conforme pode ser observado nas TABELA 32 a TABELA 35, com exceção da diabetes, foi observada queda significativa do número de casos registrados dessas doenças.

TABELA 32: NEOPLASIAS (C00-C97) EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2022

Ano	Número de casos
2016	897
2017	950
2018	894
2019	967
2020	1014
2021*	959
2022*	440

Fonte: Datasus * Dados preliminares

TABELA 33: DIABETES MELITUS (E10-E14) EM Feira de Santana – 2016 A 2021

Ano	Número de casos
2016	348
2017	480
2018	437
2019	425
2020	530
2021*	480

Ano	Número de casos
2022*	205

Fonte: Datasus * Dados preliminares

TABELA 34: DOENÇAS CARDIOVASCULARES (I00-I99) EM FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2022

Ano	Número de casos
2016	1345
2017	1599
2018	1512
2019	1628
2020	1752
2021*	1718
2022*	749

Fonte: Datasus * Dados preliminares

TABELA 35: DOENÇAS RESPIRATÓRIAS (J30-J98). FEIRA DE SANTANA, 2016-2022

Ano	Número de casos
2016	322
2017	402
2018	390
2019	415
2020	294
2021*	318
2022*	179

Fonte: Datasus * Dados preliminares

4.1.4.4. ODS 4 Educação de qualidade

Nesse item, ainda mais que nos anteriores, várias conquistas em direção à Agenda 2030 foram ameaçadas, limitadas ou mesmo apresentaram retrocesso por imposição do ensino à distância em decorrência da COVID 19. A desigualdade de acesso à internet e a outros equipamentos aumentou a exclusão escolar causou aumento da distorção idade-série. O aumento da pobreza obrigou também jovens e crianças a entrarem no mercado de trabalho, tanto formal como informal.

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, em Feira de Santana 10% de alunos estavam fora da escola em 2021 em razão da falta de vagas em alguns bairros até o afastamento de estudantes por mau desempenho ou pelas dificuldades criadas pela pandemia.

Visando reduzir este índice a Secretaria de Educação Municipal, implantou em 2021, a campanha Busca Ativa Escolar, em parceria com a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).⁶⁵

⁶⁵ Informações disponíveis em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Feira-de-Santana-inicia-campanha-Busca-Ativa-contra-evasão-escolar.html&id=7&link=secom/noticias.asp&idn=27435>

Feira de Santana tinha em 2021, 410 escolas, 73.228 alunos matriculados e 3.597 professores.

TABELA 36: ESCOLAS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, FEIRA DE SANTANA, 2021.

Escolas por dependência administrativa	
Total	410
Federal	1
Estadual	54
Municipal	201
Privada	154
Total de Públicas	256

Fonte: Censo, INEP – 2021* A partir de 2021 os dados de professores são a soma da contagem dos Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio. 66

TABELA 37: MATRÍCULAS POR ETAPA FEIRA DE SANTANA, 2021.

Matrículas por etapa	
Creches	2.891
Pré-escolas	7.980
Anos Iniciais	26.683
Anos Finais	25.139
Ensino Médio	21.451
Ensino EJA	12.741
Educação especial	4.152

Fonte: INEP, 2021

TABELA 38: MATRÍCULAS POR SÉRIE, FEIRA DE SANTANA, 2021.

Matrículas por série		
Série		Número de matrículas
Anos iniciais	1º. ano	4.605
	2º.ano	4.540
	3º.ano	5.298
	4º. ano	6.526
	5º ano	5.669
Anos finais	6º. ano	4.665
	7º. ano	7.494
	8º. ano	6.803
	9º. ano	6.197
Ensino médio	1º. ano	6.258
	2º. ano	6.557
	3º. ano	7.201
Outros		1.115

Fonte: INEP, 2021

⁶⁶ Informações disponíveis em: <https://novo.qedu.org.br/municipio/2910800-feira-de-santana>

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, é o principal indicador de qualidade da educação no Brasil, sempre referenciado para qualificar a educação de uma determinada escola, município ou unidade da federação. Ele é obtido pela média dos resultados dos exames de proficiência – SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica, em português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.

Na TABELA 39 é observada diminuição dos índices conforme o avanço dos níveis de ensino, sendo verificada uma queda de aproximadamente 66% entre os anos iniciais e o ensino médio.

TABELA 39: MÉDIA DOS RESULTADOS DO SAEB E IDEB, FEIRA DE SANTANA – 2019.

	Matemática	Português	Aprovação	IDEB
Anos iniciais	5,51	5,38	0,88	4,8
Anos finais	4,83	4,79	0,74	3,6
Ensino médio	4,42	4,58	0,71	3,2

Fonte: INEP, 2019

O SAEB é realizado de dois em dois anos pelo INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os dados mais recentes para Feira de Santana são de 2019, uma vez que o Censo Escolar de 2021 ainda não foi totalmente publicado. Entre os anos de 2015 e 2019 houve melhora no desempenho dos alunos de Feira de Santana, sendo mais significativo em português, passando de 22% para 28% que apresentaram aprendizado adequado. Contudo, é possível que o afastamento obrigatório às aulas presenciais pela Covid 19 repercuta negativamente nas avaliações realizadas em 2021.

TABELA 40: PERCENTUAL DE ESTUDANTES COM APRENDIZADO ADEQUADO, SAEB E INEP, FEIRA DE SANTANA 2015 A 2019

	2015	2017	2019
Português	22%	25%	28%
Matemática	9%	9%	11%

Fonte: INEP, 2019

Segundo a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Feira de Santana, das 28 escolas avaliadas em Feira de Santana em 2021 e com o IDEB já computado, 16 escolas municipais tiveram índices superiores a 4,0. Os maiores índices foram: Regina Vidal, Nóide Cerqueira e Mãe da Previdência com 4,9, Godofredo Coutinho Pereira, com índice de 4,8 e Adelaide Cavalcanti com 4,7.⁶⁷

O desempenho escolar na educação básica depende de muitos fatores, e muitos estudos mostraram a importância da formação dos professores. A lei municipal de Feira de Santana que instituiu o plano diretor em 2018 dedicou vários itens relacionados a esse aspecto, em especial os itens XIII, XIV, XV e XVI do artigo 153.

Quanto a infraestrutura das escolas públicas, Feira de Santana está um pouco acima da média das escolas do estado da Bahia, com exceção para os laboratórios de ciência e de informática. Pelo Censo escolar de 2021, 100% das escolas tinham acesso à rede elétrica,

67 Informações disponíveis em: <http://www.feiradesantana.ba.gov.br/secom/noticias.asp?idn=31196>

92% à água tratada, 21% aos laboratórios de informática, 87% com banheiro dentro da escola e 45% com acessibilidade para estudantes com deficiência.

Um dos aspectos geralmente negligenciados nas políticas públicas para a educação básica é o da alimentação escolar. Inúmeros estudos no Brasil demonstraram a sua importância no desempenho escolar, na permanência dos alunos na escola, na integração à agricultura familiar e mesmo no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis.⁶⁸ Para cumprir seus objetivos ela deve envolver também as políticas de educação, de segurança alimentar, de desenvolvimento da agricultura familiar e da saúde, ou seja, está relacionada aos ODS 1, 2, 3 e 4 da Agenda 2030.⁶⁹

O Plano Diretor de 2018 de Feira de Santana contempla a alimentação escolar no Art. 150 VII, capítulo IV Da Educação: “Regularidade no fornecimento da merenda escolar, com regionalização do cardápio, atendendo à nutrição e segurança alimentar, priorizando a agricultura familiar;”⁷⁰

A finalidade da alimentação escolar, regulamentada no Brasil em 2009, pela Lei 11.947/2009 tem por objetivo colaborar para aprendizagem e desempenho dos alunos, devendo: responder no mínimo a 15% das necessidades nutricionais diárias; efetivar a educação nutricional adaptada ao programa pedagógico; estimular a agricultura familiar local; e ainda colaborar para constituir hábitos alimentares saudáveis.

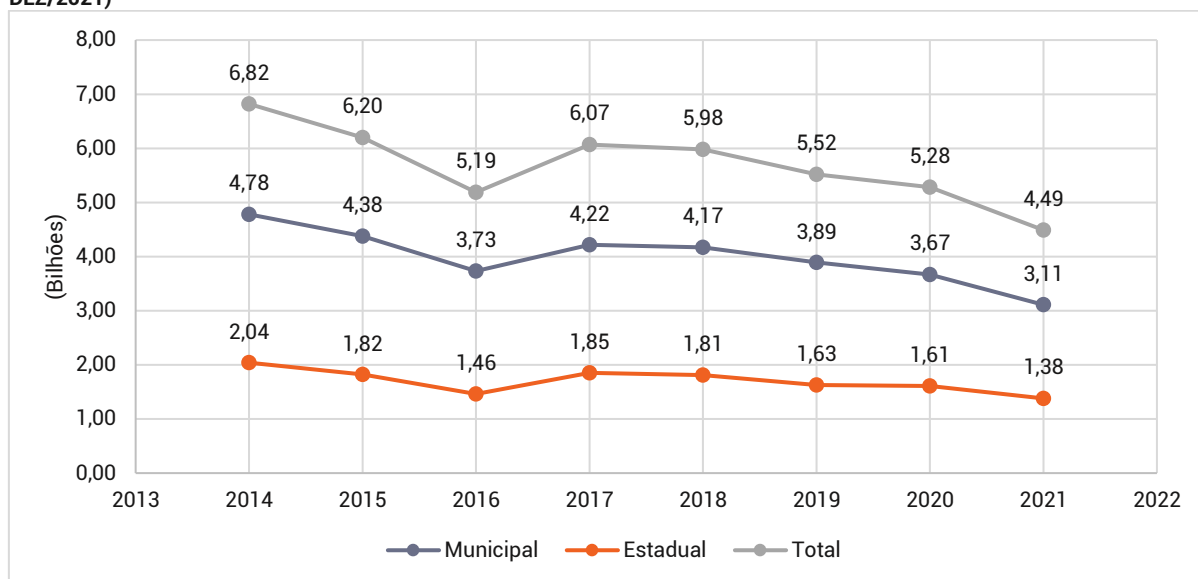
Na FIGURA 27 fica evidente a diminuição dos recursos do PNAE ao longo dos anos, sendo que o menor volume de recursos foi para os municípios, que justamente são os responsáveis pela educação básica pública.

68 Elias, L et ALIi IMPACTOS socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>

69 Sobre a importância da alimentação escolar para a sobrevivência dos agricultores familiares do município ver trabalho de PEREIRA, M. R. P.; SODRÉ, M. L. S. Políticas públicas e participação social: o cenário do PNAE – Bahia. In: Seminário Nacional De Sociologia Da UFS, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

70 Lei 117_2018_ Feira de Santana PDDU 2018

FIGURA 27: GRÁFICO RECURSOS DO PNAE TRANSFERIDOS PELO FNDE AOS ENTES FEDERATIVOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, BRASIL 2014-2021 (VALORES PAGOS ATUALIZADOS PELO IPCA ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS PARA DEZ/2021)



Fonte: Adaptado de FINEDUCA. ÓAE. Nota em defesa de reajustes nos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar. São Paulo, ago. 2022 a partir de Sigefweb Liberações. Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberações>;

Com base nos dados levantados, tem-se que principais fragilidades relacionadas a esta ODS seriam: alto índice (10%) de alunos fora da escola; índices do IDEB abaixo de 4,0 nos anos finais da Educação Básica e no Ensino Médio; baixos percentuais de alunos com aprendizado adequado em português e matemática nas provas do SAEB; e diminuição dos recursos para a alimentação escolar.

4.1.4.5. ODS 5 Igualdade de gênero

A igualdade de gênero pode ser medida de vários aspectos e dentre eles a participação das mulheres nos parlamentos e a situação de enfrentamento a violência.

Em 2015, quando promoveu e aderiu à Agenda 2030, o Brasil ocupava a 115ª. posição no ranking que indicava a participação feminina nos parlamentos nacionais. Já em maio de 2020, o país passou para a 143ª. posição entre 188 nações e continuou nessa mesma posição. A representação feminina na Câmara dos Deputados passou de pouco mais de 10% para 15%, enquanto- no Senado se manteve em 16%. Apenas 16% das pessoas eleitas para câmaras municipais são mulheres e somente 6,3% das cadeiras de vereança são ocupadas por mulheres negras ⁷¹.

⁷¹ Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento Sustentável Brasil, 2022.

Em Feira de Santana, participam da Câmara de Vereadores duas mulheres e quatro em cargos de direção em Secretarias Municipais. No entanto, o TSE informa existiam em 2022, 424.521 eleitores, sendo 234.577 mulheres (55,26%) e 189.943 homens (44,74%).⁷²

Quanto ao enfrentamento da violência contra as mulheres, há no município uma experiência acumulada desde a década de 2010. Há escassez de dados estatísticos para o acompanhamento da evolução, porém há dados mais recentes da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) apresentados na TABELA 41.

TABELA 41: REGISTROS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM FEIRA DE SANTANA – 2021 E 2022.

Registros	2021	2022*
Ocorrências	2.751	854
Ameaças	1.301	492
Agressão moral	636	155
Lesão corporal	494	151
Estupro	53	11
Feminicídio	01	0

Fonte: * até 31/05/22. DEAM, Feira de Santana⁷³

Para enfrentar a violência contra a mulher existe em Feira de Santana, há uma rede de apoio e atenção às vítimas. Essa rede é formada por serviços da área da saúde, setores jurídicos, policiais e de assistência social, como o Centro de Referência da Mulher, a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM, com duas unidades), os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e os serviços de saúde como as policlínicas, as UPAS e os hospitais.

De acordo com um estudo em hospitais de Feira de Santana, Gomes Silva et alii, os profissionais da saúde da família apresentam grande potencialidade para a detecção, abordagem e acompanhamento qualificado das vítimas, pois esses lidam cotidianamente com situações de violência doméstica e sexual e vivenciam na prática as dificuldades inerentes ao processo de assistência e acompanhamento dos casos. Os profissionais entrevistados pelo estudo afirmaram que as unidades de atenção básica realizam periodicamente atividades de prevenção à violência contra a mulher, como: rodas de conversas, oficinas, dinâmica de grupo, palestras e empoderamento dos Agentes Comunitários de Saúde nas ações realizadas nas visitas domiciliares.⁷⁴

72Informações disponíveis em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/evolucao-do-eleitorado?session=15264703650812>

73Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2022/06/06/feira-de-santana-registra-mais-de-800-casos-de-violencia-contramulher-entre-janeiro-e-maio.ghtml>

74 Gomes Silva, M.; Estrela, F.M.; Peixoto, T.M.; Moreira, R.M.O.; Moraes, A.C.; Couto, P.L.S.; Portela, P.L.S.; Violência contra a mulher em Feira de Santana-BA: Encaminhamentos e articulação em rede <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i65p5956-5669>

Os atendimentos são, portanto, realizados em diversos órgãos municipais, além dos serviços especializados, como a Vara de Violência Doméstica, a Defensoria Pública, o Centro de Referência Maria Quitéria, a Delegacia da Mulher e a Ronda Maria da Penha.⁷⁵

Com base nos dados levantados, tem-se que principais fragilidades relacionadas a esta ODS seriam: pequena participação das mulheres em cargos eletivos e na administração municipal; e, apesar de um bom atendimento no enfrentamento da violência contra mulheres, ainda há um grande índice de ocorrências no município.

4.2. Componente ambiental

O Desenvolvimento Sustentável pode ser compreendido como uma estratégia para reduzir e mitigar os impactos causados pela ação predatória humana, com vistas a garantir o presente e o futuro da vida humana no Planeta. As grandes conferências mundiais para o meio ambiente e seus acordos buscam, desde os anos 1960, compreender os limites do crescimento econômico, seus impactos e reverberações nas sociedades, principalmente nas mais marginalizadas do mundo. Tal consciência advém do aumento significativo, e em diferentes escalas geográficas, dos impactos socioambientais e das denúncias dos movimentos ambientais.

Nesse contexto a ONU e suas agências estabeleceram, tendo por base o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda para 2030. Esta agenda tem o intuito de promover uma mudança global das ações e atividades humanas, através do reconhecimento de dimensões essenciais à vida, como único caminho para o equilíbrio e visão de mundo ecológica e sistêmica. Para isso, os ODS foram planejados como propulsores dos direitos humanos de todos, colocados de forma integrada e indivisível, para equilibrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

4.2.1. Conservação Ambiental

A análise referente à Conservação Ambiental para o município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.
 - **Meta 15.1:** assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em

75 Comarca de Feira de Santana: Vara de violência doméstica: (75) 3614-5835 e 3624-9615 | E-mail varadamulherfsa@tjba.jus.br; Defensoria Pública – (75) 3614-8376; Centro de Referência Maria Quitéria – (75) 3616-3433
Delegacia da Mulher – (75) 3602-9298; Ronda Maria da Penha – (75) 99121-9062

conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

- **Meta 15.2:** promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
- **Meta 15.9:** integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza, e nos sistemas de contas.

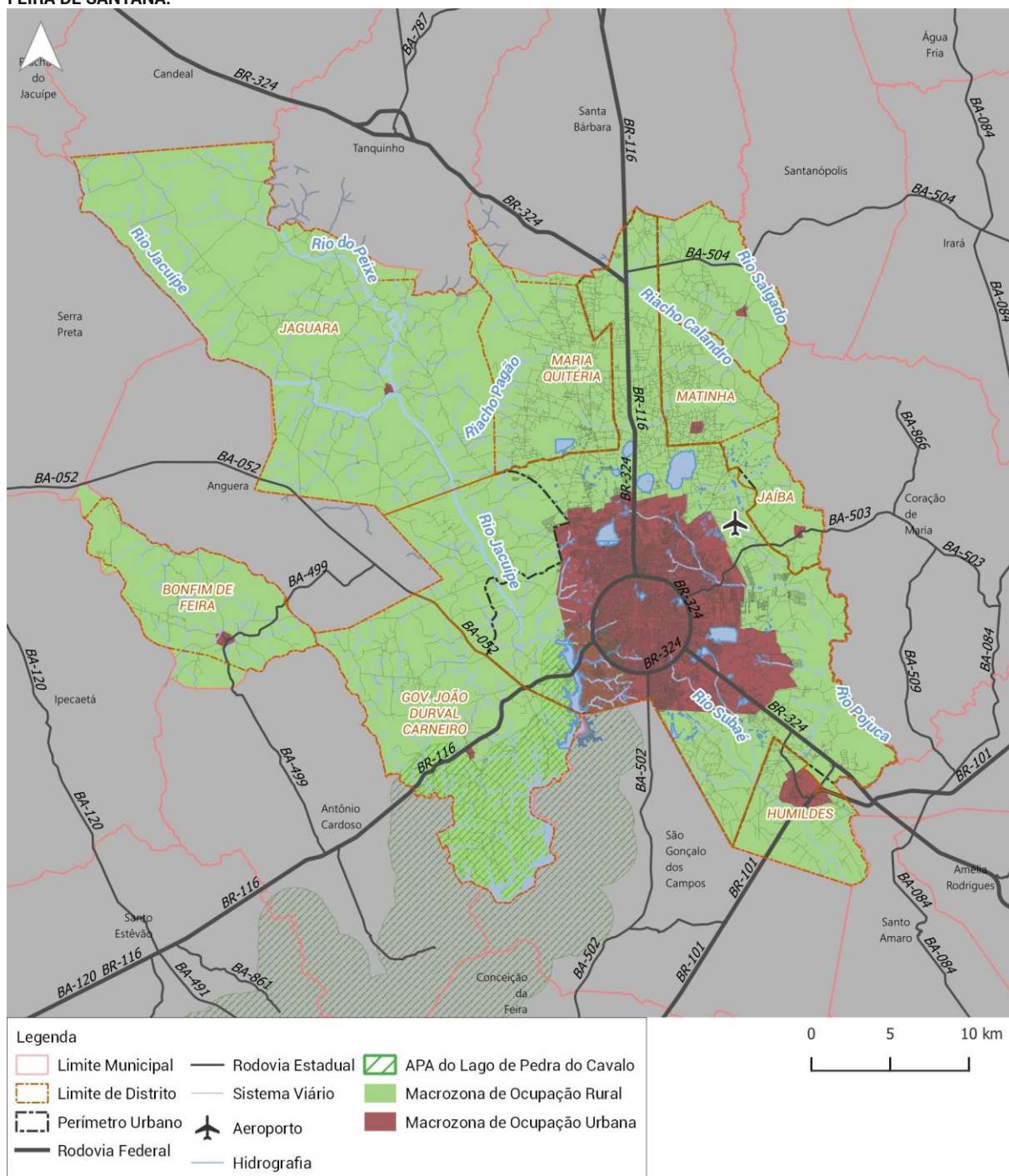
As Unidades de Conservação são áreas constituídas como “um espaço de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para garantir a proteção e conservação dessas características naturais tem respaldo na Constituição Federal” (BRASIL, 2000, s/p). Os municípios e estados podem assegurar a delimitação e proteção de UCs de uso sustentável ou indireto nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) definidas dentro do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, BRASIL, 2000) como áreas naturais de uso sustentável. Tais áreas possuem finalidades exatamente importantes para o equilíbrio natural, social e econômico, dimensões estas atreladas aos princípios do Desenvolvimento Sustentável e ODS da ONU, Agenda 2030.

Em Feira de Santana, segundo o Código Municipal de Meio Ambiente (2018) que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, quatro Unidades de Conservação Ambiental foram definidas: APA Rio do Peixe, APA do Rio Subaé, APA do Rio Pojuca e APA do Rio Jacuípe - correspondente às nascentes de córregos e riachos tributários aos rios Subaé, Pojuca e Jacuípe.

Tais áreas foram definidas tendo por meta “preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012).

Além destas, segundo o Plano Diretor do município há três Macrozonas - Macrozona de Ocupação Urbana, Macrozona de Ocupação Rural e a Macrozona de Conservação Ambiental. Esta última, contemplando outras áreas de preservação e conservação como a APA Lago Pedra do Cavalo (definida em nível estadual); áreas verdes e de interesse ecológico e espécies endêmicas, como as matas da Serra de São José/Distrito de Maria Quitéria e os morros e colinas no Distrito de Jaguará.

FIGURA 27: CARTOGRAMA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, MACROZONEAMENTO E REDE HIDROGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: SEMA, 2022 (UCs); FEIRA DE SANTANA, 2018 (Macrozonas); ANA, 2013 (Hidrografia).

O município de Feira de Santana está situado na região semiárida brasileira, criada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1989. Dias (2022) coloca que a região é uma delimitação política, definida por critérios biofísicos, sob a justificativa de direcionar recursos específicos sob a égide de promover iniciativas de desenvolvimento social e econômico no Nordeste (BRASIL, 2021).

A delimitação atual segue os preceitos técnicos delimitados pelo Ministério da Integração Nacional definidos em 2017, sendo eles: Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; Índice de Aridez até 0,50 (*Thornthwaite*); Percentual diário de déficit

hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (BRASIL, 2017 e DIAS, 2022, p.117). Contudo, a complexidade climática da região exige que outras variáveis sejam lidas e colocadas em análise, angariando para tal “a circulação das massas de ar, a composição do relevo, o sistema de pressão atmosférica e a atuação de fenômenos como El Niño” (DIAS, 2022, p.117).

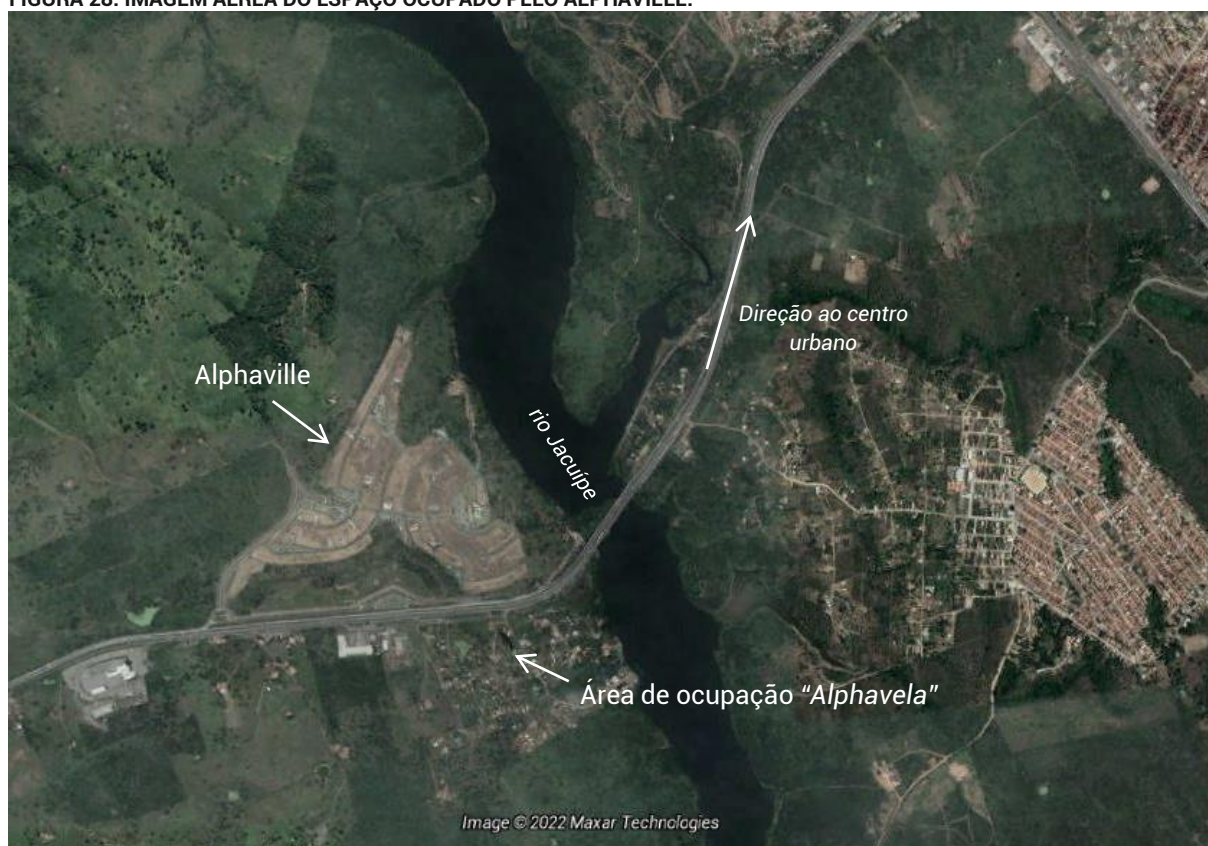
Apesar de estar sob a influência do regime semiárido, em faixa de transição climática, Feira de Santana detém ampla rede hidrográfica, com inúmeras nascentes e lagoas intermitentes corroboradas por relevo com extensas áreas planas, sendo classificadas como tabuleiros interioranos. “Essa característica foi de suma importância para o crescimento da mancha urbana, sendo considerada, atualmente, como um dos espaços de maior relevância econômica da cidade” (DIAS, 2022, p.23).

Com economia diversificada e histórico uso do solo voltado para a produção agropecuária e extração mineral, a notória localização do centro regional atraiu grandes contingentes populacionais que migraram de áreas próximas e também de outros estados nordestinos assolados pelas secas, assim como, as indústrias, incentivadas pela isenção de impostos e mão de obra barata, espalhando a mancha urbana da cidade.

A crescente urbanização, expansão industrial e a busca por moradias adentraram as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) de Feira de Santana, principalmente nas regiões de Campo Limpo, Asa Branca, Parque dos Coqueiros (BR-116 Norte e BR-324 Norte), Nova Esperança, Vale do Jacuípe, (Faixa Sudeste – BR-116 Sul), Centro Industrial, Tomba (BA-502), Lagoa Salgada e Subaé (BR-324 Sul). Na mesma perspectiva encontram-se as lagoas que vêm sofrendo com a intensa ocupação irregular de uso residencial e comercial, apresentando assoreamento e contaminação por resíduos urbanos. Tal dinâmica social é uma resposta a “(...) carência de serviços essenciais, sobretudo de fornecimento de água, que conduz a população carente a ocupar as áreas desvalorizadas” e de proteção ambiental do entorno de lagoas e nascentes (DIAS, 2022, p.91).

A ocupação em áreas de proteção ambiental também está presente nas camadas mais elitizadas, com os condomínios de alto padrão, caso do Alphaville de Feira de Santana (FIGURA 28), construído em 2011 às margens do Rio Jacuípe, legitimado como espaço territorial de ampliação da mancha urbana que viabiliza novas dinâmicas segundo definição da Macrozona de Ocupação Urbana (DIAS, 2022, p.53). A presença dos imóveis de luxo em área de preservação ambiental indica a força do capital imobiliário e os ritmos ainda mais agressivos ao sistema ambiental. Ao longo da BR116, no sentido oposto e muito próximo aos condomínios de luxo concentram-se habitações subnormais, popularmente chamadas de “Alphavela”, com características de autoconstrução revelam índices consideráveis de pobreza e vulnerabilidade.

FIGURA 28: IMAGEM AÉREA DO ESPAÇO OCUPADO PELO ALPHAVILLE.



Fonte: Google Earth, 2022 – Modificado por Consorcio Tese Concremat.

Segundo Dias (2022, p.111) o município, em geral, está com uma mancha urbana dispersa e desorganizada, apresentando um espraiamento com avanços significativos em direção às áreas tipicamente rurais, impondo novas demandas de uso e de infraestrutura.

Todos esses fatores moldaram o desenho territorial e ambiental de Feira de Santana que devem ser considerados dentro de planejamentos detentores de diagnósticos e que, quando esmerados, podem fortalecer a organização de toda dinâmica fluida do espaço urbano e amenizar os problemas socioambientais urbanas, riscos e vulnerabilidades.

Ademais, políticas de controle, fiscalização e recuperação das áreas naturais tornam-se urgentes para conter o avanço urbano-industrial em ecorregiões de intenso sufocamento, como é o caso da Caatinga, ecorregião de Feira de Santana. Necessita-se ainda de investigações sobre os níveis de cobertura vegetal do contexto urbano, análise sobre o aumento da fragilidade da drenagem pluvial local e incisivo planejamento que reverta a precária e vulnerável condição social e ambiental de moradias, com ocupações irregulares e insalubridade.

4.2.2. Segurança Hídrica Áreas Protegidas

A análise referente à segurança hídrica para o município de Feira de Santana apoia-se nos objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

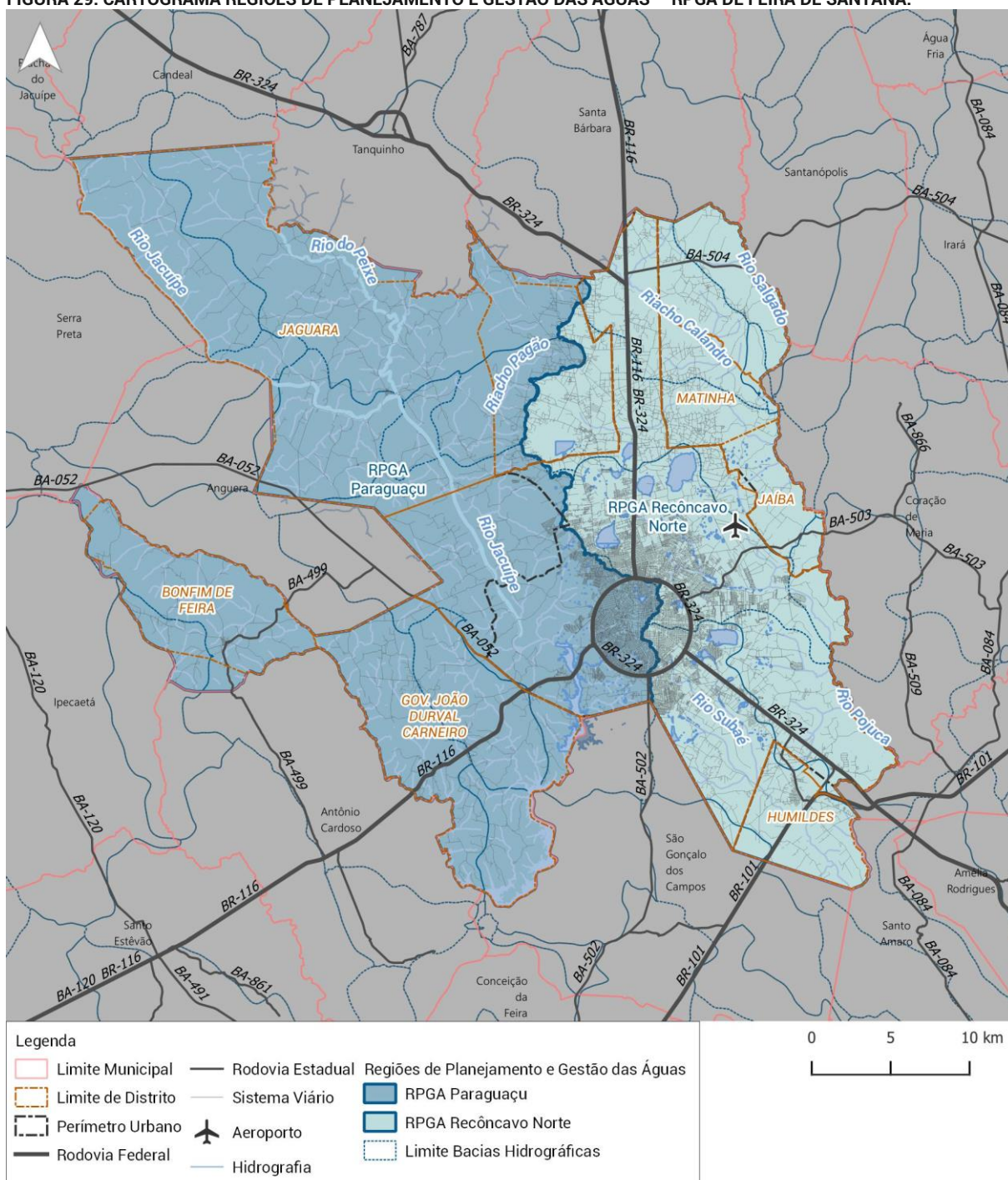
- **Objetivo 6.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
 - **Meta 6.b.** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

- **Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
 - **Meta 11.b:** até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
 - **Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater mudança do clima e seus impactos.
 - **Meta 13.2:** Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.

A hidrologia da região de Feira de Santana é caracterizada pela existência de dois setores distintos (FIGURA 29), o primeiro situado sobre o tabuleiro, com grande número de nascentes e mais de cinquenta lagoas; estas localizam-se sobre interflúvios pouco acidentados e servem de nascentes para as mais importantes bacias hidrográficas, que se originam nesta região: bacia do rio Jacuípe a oeste da cidade, bacia do rio Pojuca a leste e bacia do rio Subaé que nasce ao sul do centro da cidade. O segundo setor encontra-se sobre o embasamento cristalino e a sua rede de drenagem está atrelada a esta estrutura geológica (ALMEIDA, 1992; FEP, 2018).

De acordo com Souza e Machado (2011) o município de Feira de Santana divide-se em nove sub-bacias hidrográficas, estando três delas localizadas na região administrativa RPGA - Regiões de Planejamento e Gestão das Águas - das Bacias do Recôncavo Norte e Inhambupe: Sub-bacia do Rio Pojuca, Sub-bacia do Rio Subaé e Sub-bacia do Rio Salgado (trecho alto do rio Pojuca); e as outras seis sub-bacias na região administrativa RPGA da Bacia do Rio Paraguaçu: Sub-bacia do Rio Jacuípe, Sub- bacia do Riacho Calandro, Sub-bacia do Rio Corumbataí, Sub-bacia do Rio do Peixe, Sub-bacia do Rio Tocó e Sub-bacia do Ribeirão do Cavaco (FEP, 2018, p.100).

FIGURA 29: CARTOGRAMA REGIÕES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS ÁGUAS – RPGA DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: ANA, 2013 (Sub-bacias); PMSB, 2018 (RPGA) – Modificado por Consorcio Tese Concremat.

Além dos rios que compõem as unidades de gestão RPGAs, Feira de Santana apresenta em seu território um conjunto de Lagoas de relevada importância por terem sido fator influenciador na ocupação do território e também por consistirem nas nascentes dos rios que nascem no município, como o rio Subaé (FEP, 2018, p.100).

As lagoas e nascentes de Feira de Santana estão situadas tanto na área urbana como na área rural e, de acordo com a análise territorial e observação do espraiamento da mancha urbana, considera-se que as mesmas devam ser alvo de recuperação e novas delimitações para o redesenho de suas áreas de preservação.

Segundo o Código de Meio Ambiente de Feira de Santana (2018), Lei Municipal Complementar nº 120 de 20 de dezembro de 2018, constitui-se como uma das Diretrizes Gerais da Política Municipal de Meio Ambiente voltadas para as áreas de segurança hídrica:

VIII - incentivo específico para proteção de recursos hídricos, mediante planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

XIX - proteger, conservar e recuperar os ecossistemas aquáticos, com especial atenção para as áreas de nascentes, áreas de preservação permanente e outros relevantes para a manutenção dos ciclos hídrico e biológico;

XX - monitorar e acompanhar a evolução do índice de toxicidade e as quantidades dos poluentes lançados nos corpos d'água que atravessam o Município;

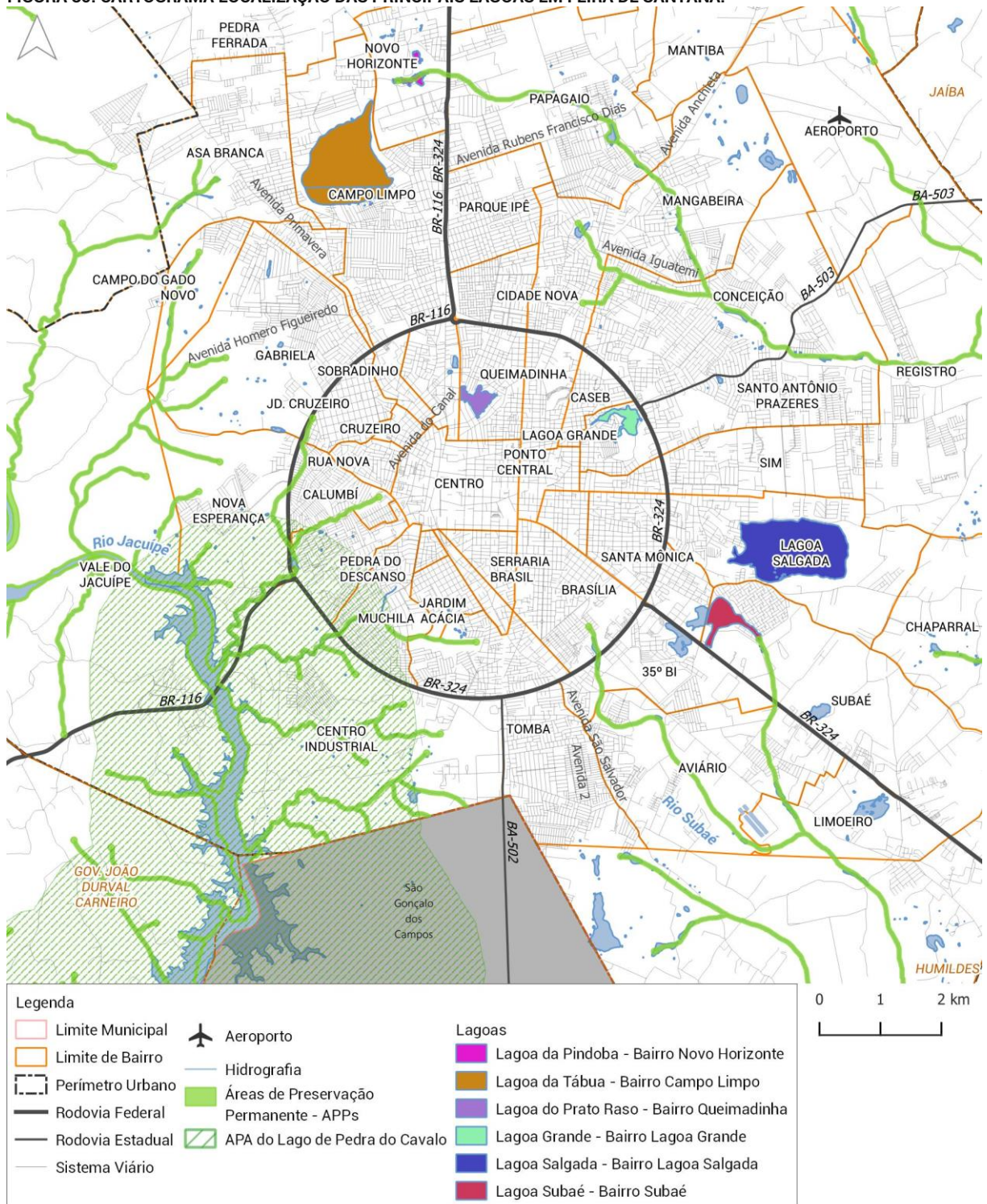
XXI - monitorar os processos erosivos que resultem no transporte de sólidos, no assoreamento dos corpos d'água e da rede pública de drenagem; XXII - exigir a adequação do tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, visando preservar a qualidade dos recursos hídricos.

O planejamento da drenagem urbana é de suma importância para mitigar as ações dos fenômenos hídricos e climáticos, considerando como questão crucial para integrar os serviços sendo compatível com as características geográficas, climáticas e hídricas da cidade (SILVA, 2020).

Segundo o Diagnóstico Físico e Biótico (2018) para o município de Feira de Santana existem cerca de 52 lagoas no platô sedimentar, 65% na zona rural do município; a maioria possui regime intermitente e permanecem, a maior parte do tempo, secas. As seis principais lagoas feirenses ainda existentes são: Lagoa da Pindoba, Lagoa da Tábua, Lagoa do Prato Raso, Lagoa Grande, Lagoa Salgada e Lagoa Subaé (FIGURA 30).

Assim, consideram-se alguns ambientes e localidades alvos de análise: Complexo de lagoas Conceição, Lagoa da Terra Dura, Nascente Olhos D'Água, Casarão Olhos D'Água, Fonte dos Milagres, Fonte de Lili, Lagoas do Subaé, Lagoa do Messias, Lagoa da Berreca, Lagoa do Prato Raso, Lagoa do Geladinho, Lagoa Salgada, e demais áreas que compõem o mosaico de toda a biodiversidade vegetal, animal e aquática.

FIGURA 30: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS LAGOAS EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: SEMA, 2022 (UCs); FBDS, 2021 (APPs); FEP, 2018 (Lagoas).

O Código de Meio Ambiente de Feira de Santana (2018) também estabelece algumas diretrizes para a qualidade ambiental. Contudo, compreende-se que essa só é possível de ser aferida se houver engajamento e estudos interdisciplinares, compreendendo a necessidade de uma série de cartas ambientais que possibilitem a identificação, métricas e prognósticos. No documento supracitado, a qualidade ambiental configura-se como norma, parâmetro e padrão motivados por:

Art.45 - Valores limites de concentrações de componentes físico - químicos e biológicos admissíveis no ambiente, de modo a resguardar a saúde humana, a biodiversidade, as atividades econômicas e o meio ambiente em geral;

§ 1º Os padrões de qualidade ambiental deverão ser expressos, quantitativamente, indicando os valores ou as concentrações máximas toleráveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor;

§ 2º Os padrões de qualidade ambiental incluirão, entre outros, a qualidade do ar, das águas, do solo e a emissão de ruídos;

Ademais, Nucci (2008) vai considerar que para a leitura mais próxima da realidade deve-se escolher de forma adequada a escala espacial dos dados, e a partir disso, construir cartas temáticas - ferramenta de espacialização dos atributos ambientais potencialmente diminuidores da qualidade ambiental e posterior análise sistêmica.

A proximidade das ocupações humanas das áreas de nascentes e corpos hídricos, incluindo as diversas lagoas do município, pressionam os ecossistemas que não conseguem proceder com suas filtragens e possíveis recuperações. Dessa forma, a, que dispõe sobre o Código do Meio Ambiente para Feira de Santana, indica a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (QUADRO 5) e as faixas mínimas para recomposição as APPs em áreas consolidadas (QUADRO 6).

QUADRO 5: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEGUNDO CÓDIGO FLORESTAL DE 2012

Cursos de água	APP - faixa marginal
De 10 m	30 m
De 10 m a 50 m	50 m
De 50 m a 200 m	100 m
De 200 m a 600 m	200 m
Superior a 600 m	500 m

Fonte: BRASIL (2012)

QUADRO 6: DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS CONSOLIDADAS

APP - faixa marginal	Descrição
30 m	Ao longo de cursos de água de menos 10m de largura.
30 m	Ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água natural ou artificial, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente.
50 m	Ao redor das nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados olhos de água, qualquer que seja a sua situação topográfica.
100 m	No entorno das lagoas, a partir do seu nível mais alto, em locais considerados como Áreas Sujeitas à Regime Específicos (ASRE) na Subcategoria de Áreas de Preservação dos Recursos Naturais (APRN).
5 m	Ao longo de cursos de água e lagos e lagoas naturais em imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal.
8 m	Ao longo de cursos de água, lagos e lagoas naturais em imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos.
15 m	Ao longo de cursos de água lagos e lagoas naturais em imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais.

Fonte: FEIRA DE SANTANA (2018)

No Art.129 do Código do Município indica-se ainda que os limites físicos das Áreas de Proteção Ambiental - APA do Rio Jacuípe, do Rio Pojuca, Rio do Peixe e do Rio Subaé, correspondem a uma faixa de 300 (trezentos) metros, medida horizontalmente, em faixa marginal ao longo do Rio Jacuípe, Rio Pojuca, Rio do Peixe e Rio Subaé, em ambas as

margens, limitadas nas suas extremidades pelas áreas limites do Município, observando-se que:

A partir das iniciativas estatais de requalificação, das formas de ocupação e das mudanças implementadas pela Lei Federal nº 12.651/2012, a delimitação no entorno das lagoas sofreu importantes alterações. A Lei Federal em vigor considera como APP “as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular em largura mínima de: 30 (trinta) metros” para o entorno de lagos e lagoas naturais do espaço urbano (BRASIL, 2012, p. 5 citado por DIAS, 2022, p.193).

Especificamente, analisa-se o contexto da Lagoa Grande (FIGURA 31), localizada na porção mais a nordeste da região central do município e, segundo Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana (2017), responsável pelo abastecimento da cidade até 1959, reduzida a menos de um décimo da sua extensão original (FEP, 2018, p.113).

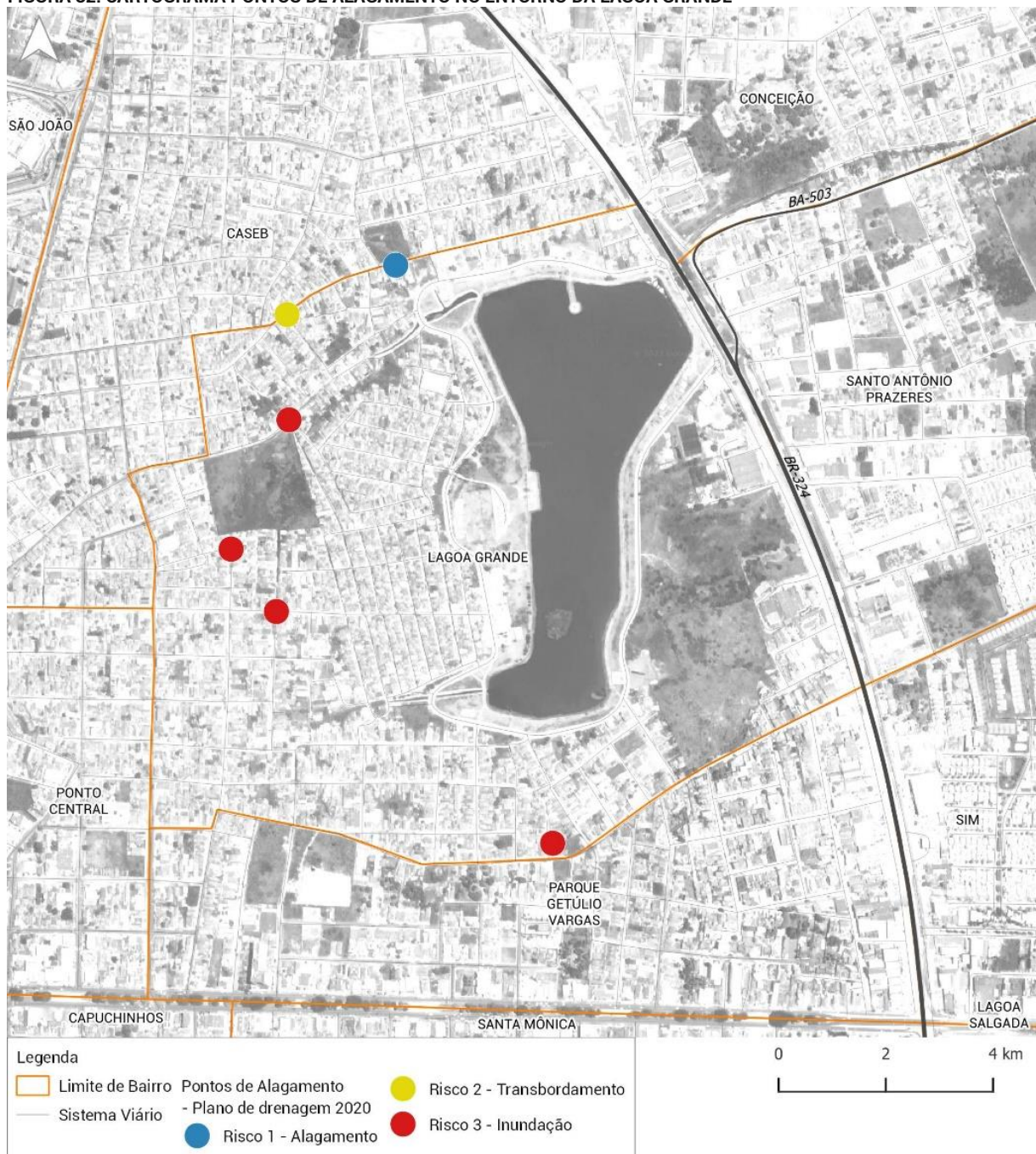
FIGURA 31: CARTOGRAMA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO DA LAGOA GRANDE, 1999.



Fonte: DIAS, 2022.

O seu entorno possui elevado risco de inundação, conforme apontado na FIGURA 32, em diferentes graus: Risco 3 – inundação; Risco 2 – transbordamento; e Risco 1 – alagamento. De acordo com Neto et al. (2005) impactos são identificados em praticamente todos os corpos hídricos localizados no platô sedimentar, e algumas lagoas protegidas em regime especial, como o Complexo do Prato Raso e a Lagoa Grande encontram-se em avançado processo de extinção, em especial a lagoa Grande, que já tem cerca de 90% de sua área aterrada e ocupada. (FEP, 2018, p.116).

FIGURA 32: CARTOGRAMA PONTOS DE ALAGAMENTO NO ENTORNO DA LAGOA GRANDE



Fonte: Plano Municipal de Drenagem, 2020.

As margens da Lagoa Grande foram ocupadas de modo irregular e pouco planejada a partir de 1970. Tornaram-se reconhecidas por abrigar a Favela da Rocinha, lócus de extrema pobreza e situações de risco (SANTO, 1995; OLIVEIRA, 2014).

O processo de ocupação desse espaço ocorreu inicialmente pela doação de lotes pela Prefeitura Municipal através do PLANOLAR nos anos de 1980 e 1990. Gradativamente, o terreno foi sendo preenchido por famílias carentes, tendo início um processo acelerado de aterramento e contaminação da lagoa. (DIAS, 2022, p. 193).

Do ponto de vista socioambiental, o bairro Estação Nova, onde está situada a Lagoa Grande, revela dificuldades naturais de escoamento e de infiltração das águas em meio as construções. Trata-se do domínio dos planaltos inumados, com baixa altitude (209 a 255m) e

relevo muito plano (0° a 1° de declividade). A ocupação no entorno da lagoa se traduz na classificação do NDVI através da ausência de biomassa. A dificuldade de infiltração da água faz com que a retenção desta na superfície dure por dias, o que causa transtornos à população. Como se não bastasse, as principais ruas e avenidas do bairro em questão são marcadas por esgoto a céu aberto, fazendo com que sejam constantemente úmidas e fétidas. As águas servidas, ao se misturar com as águas pluviais, ampliam as doenças de veiculação hídrica. A comunidade, por conviver diariamente com o risco das inundações, implementa ações paliativas de convivência, tais como a abertura de buracos em muros construídos próximos a lagoa, o que facilita a drenagem das águas pluviais, a construção de passeios elevados e de pequenos obstáculos de alvenaria nos vãos de acesso aos domicílios, o que pode barrar temporariamente o acesso da água ao interior das residências. (DIAS, 2022, p.195).

4.2.3. Mudanças Climáticas

A análise referente às Mudanças Climáticas e seus impactos para o município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
 - **Meta 13.1:** reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
 - **Meta 13.2:** integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
 - **Meta 13.3:** melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima;
 - **Meta 13.3.b:** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

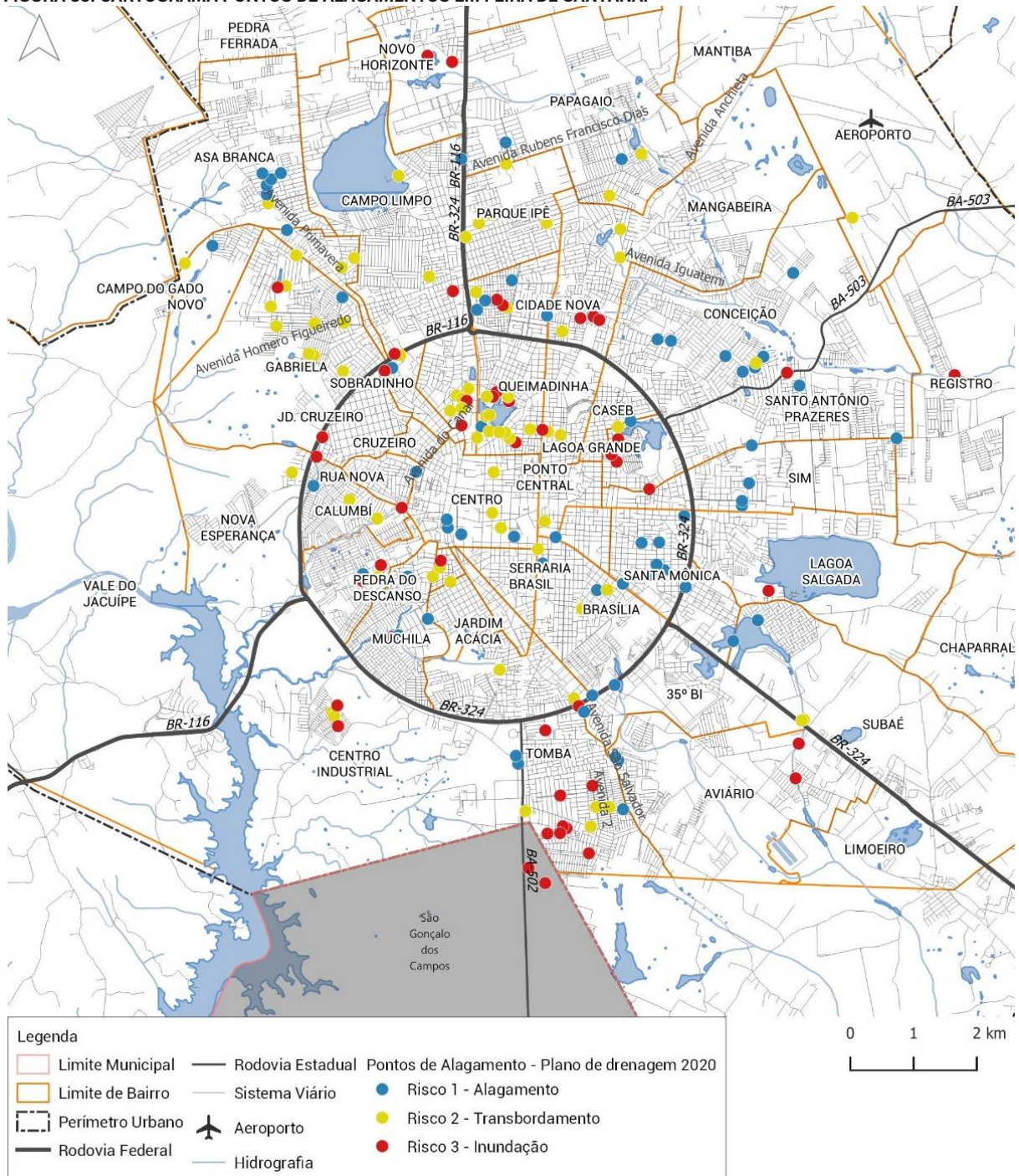
Os problemas socioambientais urbanos “testemunham as graves falhas de um processo parcial e excludente”, prevalecendo o “interesse econômico e político na condução do desenvolvimento urbano e regional” (MENDONÇA, 2010, p.55; DIAS, 2022, p.35). A abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade – natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico (MENDONÇA, 2010, p.155).

Feira de Santana pode ser contextualizada, assim como a maioria das cidades brasileiras que apresentam intensa urbanização desordenada, como um município no qual se registra a formação de riscos e perigos à sua população, e segundo estudo de Dias (2022) podem ser colocados como agravos físico-naturais climáticos: alagamentos/enchentes/inundações, as secas/estiagens e a erosão/deslizamento - este último considerado como um risco futuro à cidade, já que as margens do Rio Jacuípe estão sendo ocupadas na direção Sudoeste, de declividade acentuada.

Tais evidências confirmam que o avanço da mancha urbana está associado às alterações na rede hidrografia e no processo de escoamento, ampliando a ocorrência das enchentes/alagamentos/inundações em diferentes contextos do município e sua região metropolitana (DIAS, 2022).

O Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana (PDMAPFS, 2020) identificou diversos pontos e riscos de alagamento, transbordamento e inundação na cidade e adjacências da mancha urbana (FIGURA 33).

FIGURA 33: CARTOGRAMA PONTOS DE ALAGAMENTOS EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Município de Feira de Santana – Modificado por Consorcio Tese Concremat.

Segundo Monteiro “quase todas as nossas áreas metropolitanas têm problemas anuais de inundações do espaço urbano em diferentes graus de intensidade e, de quando em quando teatros de calamidades” (MONTEIRO, 2015, p.120 citado por SILVA, 2020, p.32). A problemática socioambiental urbana está, dessa forma, associada “as condições pluviométricas intensas com a configuração da drenagem, do escoamento areolar e fluvial. Desse modo, constitui riscos de alagamentos frente a presença da rede hidrográfica e excedentes provenientes das chuvas concentradas que potencializam com a rede de drenagem pluvial deficiente” (SILVA, 2020, p.32).

Dias (2022, p.186) indica o seguinte contexto para o município de Feira de Santana e suas lagoas:

A concentração natural de corpos hídricos no espaço urbano de Feira de Santana advém do sistema biofísico da região. Na faixa dos tabuleiros interioranos, encontram-se as depressões reconhecidas pelo acúmulo de água que dão origem as lagoas. Estas, de aspectos variados, oscilam seu comportamento em decorrência dos períodos secos, dos meses chuvosos, da estrutura litológica e do grau de interferência humana. A superficialidade do lençol freático conduz o afloramento de nascentes e gera uma dinâmica particular nas lagoas. Ao longo do período seco, a lâmina d'água das lagoas, situadas em terrenos sedimentares, tende a desaparecer. Com isso, as depressões expõem parte do material presente no fundo, o que submete o solo as elevadas temperaturas capazes de intensificar a formação das chamadas fendas de dissecação. Na estação chuvosa, com a diminuição do processo de evaporação, as lagoas recuperam a lâmina d'água e retornam as condições de ambiente úmido. As pequenas fendas passam lentamente a auxiliar no reabastecimento do lençol freático. Logo, “o nível das lagoas que, na estação seca, encontrava-se em posição inferior ao nível freático, assume posições mais elevadas, invertendo a relação fluxo lagoa/água subterrânea, passando a lagoa a alimentar o lençol subterrâneo” (ALMEIDA, 2000, p. 12 citado por Dias, 2022, p.187).

O município de Feira de Santana é influenciado por massas de ar quentes de origem tropical e equatorial, e também por massas de ar frias vindas de origem sul. O clima predominante na cidade é, no verão, quente e seco, com médias máximas de 29°C e mínimas entre 21°C. No inverno é frio e chuvoso, com máximas entre 24°C e mínimas entre 17°C. A precipitação média anual é de 888mm, e o índice de aridez é de 22,0%, hídrico: -19,0 mm e umidade 48% (média anual) (PMSB, 2018; MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007).

A análise e tratamento das informações e dados secundários permite afirmar que a configuração do sistema físico natural caracteriza, regionalmente, o município de Feira de Santana como área de transição climática, por ser influenciado pelo ar úmido, provindo da região litorânea, e seco do interior do continente (MENDONÇA e DANNI-OLIVEIRA, 2007). Essa característica, geoambiental territorial, além de promover a formação de diferentes paisagens, influencia nas formas de utilização das terras, nas disponibilidades e demandas hídricas, em alguns indicadores sociais e econômicos vinculantes (PMSB, 2018).

Sendo o clima um dos mais importantes componentes abióticos, é lógico iniciar a caracterização do meio físico com uma síntese da dinâmica climática identificando suas principais características. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET),

referentes ao período de 1961 a 1970 e a partir de 1999, a menor temperatura registrada em Feira de Santana foi de 8,7°C em 17 de junho de 1997, e a maior atingiu 39,4°C em 12 de fevereiro de 1961. Os maiores acumulados de precipitação registrados em 24 horas foram 100,3 mm em 25 de novembro de 2005 e 100 mm em 17 de março de 2011. O menor índice de umidade relativa do ar foi registrado em 3 de fevereiro de 2002, de 17% (PMSB, 2018).

Dubreuil et. al., (2018) fez uso da classificação climática de Koppen para evidenciar e comparar cenários de mudanças climáticas no Brasil. Como método organizaram os dados médios mensais de temperatura e precipitação para um conjunto de 208 estações, representativas da diversidade climática do Brasil para o período de 1964 a 2015. O tratamento estatístico e cartográfico das informações permitiu que aos autores definir os limites dos climas do Brasil e observar sua evolução mostrando a diversidade de situações regionais no Brasil.

Os resultados mostram que o tipo tropical (Aw), árido e semiárido (B) progrediram entre os dois períodos evidenciando modificações significativas dos limites climáticos no Brasil: extensão da aridez no Nordeste do Brasil, caso de Feira de Santana. Entre os dois períodos analisados pode-se considerar: “i) intensificação da “tropicalidade” do clima em vastas áreas do território brasileiro e ii) significativos deslocamentos e modificações dos limites climáticos no Brasil: aridificação do clima no nordeste do país (inclusive para estações que já eram classificados como áridos)” (DUBREUIL et al, 2018, p.8).

A mudança climática, portanto, manifesta-se quando a distribuição dos Tipos Climáticos Anuais (TCA) apresentam diferentes configurações em termos de frequência entre os dois períodos. O método integra assim a variabilidade do sistema climático: levando em conta a variabilidade interanual, o estudo da evolução das frequências dos TCA permite apreender com mais precisão as mudanças climáticas ocorridas no Brasil.

Assim, “o planejamento urbano envolve pensar estrategicamente em áreas com potencial regularização hidroclimática, como espaços verdes, que possuem função importante para o balanço hídrico” (MENDONÇA, 2010 citado por DIAS, 2020, p.53).

Situada numa região dominada por clima tipicamente tropical, com verão quente, a cidade de Feira de Santana indica a formação de inúmeras situações de desconforto térmico pelo calor durante o ano. Tema com forte produção científica internacional e brasileira, a formação de Ilhas de Calor Urbano coloca-se como um importante desafio aos gestores das cidades; o papel da vegetação urbana, associada às superfícies líquidas (lagos e lagoas) e à utilização de materiais e veículos com menor emissão de calor nas estruturas da cidade deve ser sempre considerados no momento de repensar as cidades (MONTEIRO e MENDONÇA, 2004).

A mitigação da emissão de gases de efeito estufa coloca-se, na atualidade, como um dos principais desafios aos gestores urbanos na perspectiva de fazer frente ao processo de aquecimento climático global e de mudanças climáticas globais. Neste sentido torna-se imperativo se investir em mobilidade e uso de energia na cidade com a menor capacidade de emissão de gases; tal indicação deve ser motivo de reflexão e ação de todo o setor produtivo (rural, urbano e industrial), mobilidade urbana e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Ao promover a mitigação será preciso também investir nas diversas possibilidades de adaptação urbana aos cenários presentes e futuros das mudanças ambientais globais, bem como concebê-las como uma oportunidade de, ao implementar ações positivas, poder participar de relações internacionais de investimentos em melhoria ambiental com repercussões no município de Feira de Santana.

A Fundação Escola Politécnica da Bahia em 2020 elaborou estudos voltados ao diagnóstico e apoio ao planejamento das três principais bacias do município de Feira de Santana: a Bacia do Rio Subaé, Bacia do Jacuípe e Bacia do Pojuca. Os documentos voltam-se para o “planejamento do setor de drenagem urbana e manejo de águas pluviais no município, norteados as ações que serão empreendidas pela administração municipal no sentido de reduzir os inconvenientes e os prejuízos causados por inundações no meio urbano” (2020, p.12); estes estudos têm como produto final a proposição de medidas estruturais, medidas não-estruturais, análise benefício custo, plano de ações, e principalmente o controle de cheias.

Para cada bacia urbana foi elaborado um Programa de Controle de Cheias compreendendo medidas de controle de inundações e intervenções para mitigar ou compensar os eventuais impactos ambientais das obras. Para as três bacias foram propostas as seguintes medidas não-estruturais (FEP, 2020, p.15):

- medidas relacionadas à regulação do uso e ocupação do solo com vistas à garantia da qualidade do ambiente urbano;
- controle do uso e ocupação do solo a serem incorporadas pelo Plano Diretor do Município incluindo o zoneamento das áreas de risco e a redução da impermeabilização do solo;
- reformulação do sistema de gestão considerando-se as características do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais proposto;
- obtenção de recursos por meio de repasses, financiamentos e tributação específica;
- legislação voltada ao manejo das águas pluviais e controle de impactos decorrentes do desenvolvimento municipal;
- bases para um programa de educação ambiental;
- criação de parques lineares ao longo das várzeas de inundação natural ainda não ocupadas;
- criação de parques nas cabeceiras dos rios principais para proteção dos rios contra assoreamento e proteção da qualidade da água;
- monitoramento climático e controles em tempo real;
- monitoramento da qualidade das águas urbanas;
- medidas para evitar efeitos nocivos da urbanização sobre o ciclo das águas, especialmente aquelas voltadas a não sobrecarregar os sistemas públicos de drenagem e corpos receptores.
- diretrizes para novos parcelamentos e outros empreendimentos;
- diretrizes específicas para assentamentos urbanos em situação de risco, que considerem as situações de vulnerabilidade social, as características ambientais e soluções sustentáveis de drenagem.
- definição de diretrizes para espaços públicos, como vias, praças e parque em conexão e integração com as soluções de drenagem propostas;
- proposição de eventuais ajustes na legislação urbanística que possam contribuir na qualidade e sustentabilidade do ambiente urbano, considerando um conjunto de diretrizes de drenagem que venha a ser propostas.

Estas foram pensadas tanto para áreas urbanizadas, como para áreas de expansão, considerando ainda que a implantação das medidas de controle de cheias não implicará na

transferência dos impactos para os terrenos à jusante das áreas urbanas, o que significa que as vazões dos exutórios dos sistemas de drenagem e manejo pluvial propostos serão limitadas. Logo, foram fixados, para cada bacia ou sub-bacia urbana, a vazão de restrição que não deverá ser ultrapassada durante o horizonte de planejamento (FEP, 2020).

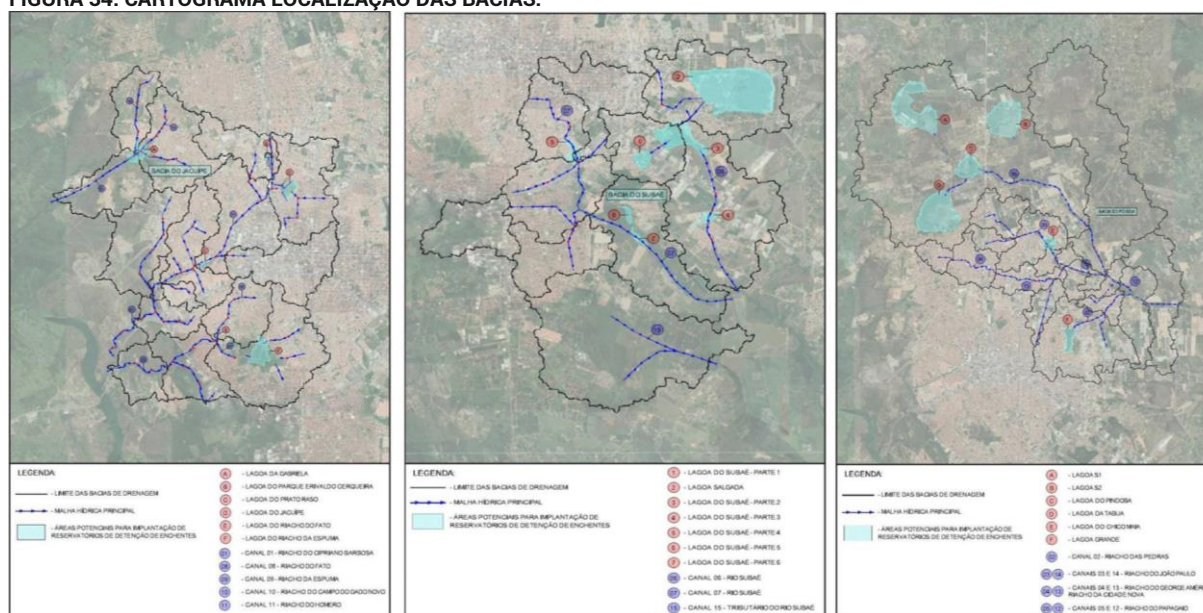
Em relação a planos de ações mais específicos, em cada bacia ou sub-bacia urbana prospecta-se para 2040 etapas que se voltam para à exposição e vulnerabilidade da população e dos ativos econômicos sujeitos ao risco e (ii) às restrições técnicas e socioambientais, sendo elas:

- Etapa de implantação imediata, ano 2020 – engloba ações de menor complexidade como remoção de interferências, desobstrução de galerias, recuperação ou adequação de estruturas hidráulicas deficientes ou condenadas estruturalmente, com capacidade de promover benefícios imediatos em áreas críticas ocupadas por população de baixa renda ou assentamentos urbanos sujeitos a perdas humanas durante eventos hidrológicos impactantes;
- Etapa de curto prazo, ano 2025 – compreende propostas para aprimoramento institucional e sustentabilidade dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, além das medidas estruturais destinadas à expansão da capacidade de controle de cheias em áreas críticas ocupadas por população de baixa renda ou assentamentos urbanos sujeitos a perdas humanas durante eventos hidrológicos impactantes;
- Etapa de médio prazo, ano 2030 – envolve as medidas para a ampliação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e atendimento das demandas previstas para o ano de 2030;
- Etapa de longo prazo, horizonte de planejamento, ano 2040 – abrange as medidas para a ampliação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e atendimento das demandas previstas para o ano de 2040. (FEP, 2020, p.16).

Para que as medidas sejam colocadas em ação, indica-se ainda a realização de modelagens que possibilitem mensurar os efeitos/benefícios obtidos com a implementação das medidas previstas em cada etapa de planejamento.

A seguir, na FIGURA 34 apresenta-se localização e análise de cada uma das bacias, Bacia do Jacuípe (esquerda) Bacia do Subaé (centro) e Bacia Pojuca (direita).

FIGURA 34: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO DAS BACIAS.



Fonte: FEP, 2020

Bacia do Jacuípe: O sistema de drenagem pluvial da Bacia do Jacuípe é principalmente definido por três córregos mais importantes, doravante denominados de Canal 01 – Riacho do Cipriano Barbosa, Canal 09 – Riacho da Espuma e pelo Canal 11 – Riacho do Homero. Entre outros, para o Canal 09 – Riacho da Espuma é afluente o Canal 08 – Riacho do Fato, enquanto para o Canal 11 – Riacho do Homero é afluente o Canal 10 – Riacho do Campo do Gado Novo. O Canal 01 – Riacho do Cipriano Barbosa e os Canais 08 – Riacho do Fato e 09 – Riacho da Espuma estão totalmente inseridos dentro do perímetro urbano da cidade. Os Canais 10 – Riacho do Campo do Gado Novo e 11 – Riacho do Homero já estão localizados em área de expansão da cidade em área externa ao traçado da Avenida Eduardo Fróes Mota (Anel de Contorno).

Bacia do Subaé: O sistema de drenagem pluvial da Bacia do Subaé é principalmente definido por dois córregos de montante localizados nas partes definidas como sendo de cabeceiras da bacia. Estes córregos são denominados com os nomes de Canal 06 – Rio Subaé e Canal 07 – Rio Subaé, cujas amplitudes das suas bacias hidrográficas abordam significativas parcelas do perímetro urbano e de áreas de expansão da sede do município. É definido, também, o Canal 15 – Tributário do Rio Subaé, cuja bacia de drenagem é de menor porte e que aborda apenas uma área de expansão urbana da cidade.

Bacia do Pojuca: o sistema de drenagem pluvial da Bacia do Pojuca é, principalmente, definido por quatro córregos mais importantes, doravante denominados de: Canal 02 – Riacho das Pedras; Canais 03 e 14 – Riacho do João Paulo; Canais 04 e 13 – Riacho do George Américo / Cidade Nova; Canais 05 e 12 – Riacho do Papagaio. Com exceção de parte do Canal 02, todos esses canais estão localizados na área de expansão norte da cidade, acima da Avenida Eduardo Fróes Mota (Avenida de Contorno).

Pode-se perceber que a maioria dos Canais estão localizados em áreas urbanas já consolidadas ou ainda em vias de expansão, como anteriormente informado, Feira de Santana apresenta eventos de inundação e as lagoas não consegue suprir a água das precipitações, extrapolando os seus leitos.

Assim, de acordo com estudos da FEP (2021), alguns mecanismos de prevenção de inundações, instrumentos de monitoramento e fiscalização e medidas integradas preventivas podem ser previstos:

- fiscalização de transporte e deposição de resíduos de construção e demolição e resíduos sólidos domiciliares e públicos;
- coibição do lançamento de lixo e esgoto na rede de drenagem;
- atendimento do sistema de macrodrenagem em todos os empreendimentos públicos e privados aprovados pelos órgãos competentes;
- combate ao desmatamento e à formação de novos assentamentos precários;
- intensificação da fiscalização e controle da ocupação de várzeas e áreas de preservação permanente ao longo dos cursos, lagoas, e demais espelhos d'água, preservando a vegetação existente;
- recuperação de várzeas e matas ciliares;
- criação de parques lineares;
- estabelecimento de campanhas de esclarecimento público e sensibilização das comunidades no planejamento, implantação e operação das ações de manejo das águas pluviais e drenagem, buscando incrementar políticas ecoeficientes para captação de águas pluviais e reutilização de águas servidas;
- medidas de fomento (exemplo: IPTU verde);
- revisão e adequação à legislação voltada à proteção da drenagem, estabelecendo parâmetros de tratamento das áreas de interesse, tais como faixas sanitárias, várzeas, e aquelas destinadas à futura construção de reservatórios;
- disciplinamento da ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando a recuperação;
- ampliação da geração de dados e conhecimento dos processos hidrológicos:
 - a) pontos de alagamento;
 - b) áreas de interesse para drenagem e manutenção da permeabilidade como parques lineares, espaços para recreação e lazer, hortas comunitárias e manutenção da vegetação nativa;
 - c) cadastro físico das redes de macro e microdrenagem de águas pluviais do Município, visando melhor fiscalização do uso do solo nas faixas sanitárias, várzeas e áreas de inundação;
- investimento na renaturalização e melhorias das calhas fluviais e na recuperação dos sistemas de macro e microdrenagem;
- construção de reservatórios de contenção de cheias e excessos de águas de chuvas, contribuindo para sua infiltração;
- desenvolvimento de projetos de ampliação da rede pública de drenagem de águas pluviais urbanas e desobstrução dos existentes. (FEP, 2021, p.62).

Organiza-se ainda uma abordagem mais efetiva no desenvolvimento de programas de manejo de risco ao incorporar junto aos monitoramentos os seguintes princípios:

Prevenção: prevenir danos causados por enchentes evitando a ocupação de áreas de vulnerabilidade e ribeirinhas, adaptação de projetos levando em conta o risco de inundação, elaboração do plano de drenagem e projetos estruturadores; controle do uso e ocupação do solo pela agricultura, indústria e expansão urbana.

Proteção: implementar medidas estruturais e não estruturais para reduzir a probabilidade de inundações e danos relativos;

Preparação: Informar a população sobre os riscos de inundações e o que fazer no caso de um evento;

Resposta de Emergência: desenvolver planos estratégicos de resposta de emergência em caso de inundação;

Recuperação e Aprendizados: promover intervenções para retornar às condições de normalidade o mais breve possível, mitigando impactos sociais, físicos e econômicos da população afetada.

Ademais, deve-se considerar os equipamentos urbanos e fluxos que compõem o tecido urbano, para isso, o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Feira de Santana (2017) indica alguns focos ambientais pautados pelas diretrizes gerais para a Mobilidade Urbana: Priorizar o transporte coletivo em relação ao transporte individual com relação ao sistema viário; Compatibilizar a mobilidade urbana e de transporte público com o meio ambiente; Incentivar a utilização de modais não motorizados; Estabelecer estímulos para a mobilidade adequada ao meio ambiente.

Na Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecida pela Lei da Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587/2012, o princípio da Sustentabilidade é destacado como alvo por meio da “utilização de energias alternativas e renováveis, redução dos níveis de emissão de poluição atmosférica e sonora”. De acordo com o indicado pelo Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana, Boareto a define como a “capacidade de fazer as viagens necessárias para a realização de seus direitos básicos de cidadão, com o menor gasto de energia renovável possível e menor impacto no meio ambiente, tornando-a ecologicamente sustentável”. (PLANMOB, 2017, p.25). O conceito adotado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) considera como “mobilidade o trânsito de pessoas e por sustentável a busca de equilíbrio entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social”. (PLANMOB, 2017, p.25). Para isso, desenham-se algumas ações estratégicas de acordo com Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana e PlanMob de Feira de Santana (2017, p.28):

- Considerar a acessibilidade universal e cidadã nos projetos e na implantação de todos os espaços públicos de circulação do Município;
- Compatibilizar o sistema viário com o uso do solo, considerando a estrutura viária prioritária como referencial para as maiores densidades e para a concentração de atividades de comércio, serviços e habitação;
- Exigir dos projetos de ordem privada a consecução de medidas construtivas que considerem igualmente a acessibilidade universal e cidadã;
- Conceder prazo regulamentar para a adequação de edificações e pavimentações existentes, sejam públicas ou privadas, às normas de mobilidade e acessibilidade universais;
- Promover tratamento paisagístico adequado às vias, de modo a proporcionar segurança e conforto à mobilidade dos cidadãos e a preservação do patrimônio cultural da Cidade;
- Adequar o Plano Cicloviário Municipal, prevendo a ampliação da malha de ciclovias e ciclofaixas, a ordenação e a educação para o seu uso;

- Planejar e ordenar o transporte coletivo urbano, instituindo a concessão de sua exploração, mediante processo licitatório pertinente;
- Ordenar o uso do espaço apropriado em vias e logradouros públicos para estacionamentos de veículos e vagas específicas, indicando a possibilidade e a forma de oneração para sua utilização;
- Planejar a viabilidade de anéis viários nas centralidades urbanas, restringindo o acesso de veículos incompatíveis com o uso adequado da malha viária naquela zona específica.

Todas as considerações e informações apresentadas revelam contextos de uma urbanização descontrolada e pouco alinhada aos propósitos do ODS e aos princípios do Desenvolvimento sustentável, indicando que a população mais periférica está em constante situação de risco e em contexto de vulnerabilidade social, econômica e ambiental.

4.3. Componente territorial

Este tópico tem por objetivo apresentar o panorama síntese dos componentes territoriais do município de Feira de Santana. São abordados temas ao ordenamento territorial, a expansão urbana e a distribuição espacial das áreas industriais, comerciais e serviços de saúde e educação, com o objetivo de melhor entendimento do uso do solo do município e suas distribuições espaciais. Da mesma forma, foram analisados aspectos viários e de circulação, mobilidade e o transporte aéreo.

Foram analisadas as infraestruturas de circulação, saneamento compreendendo drenagem, esgotamento sanitário e resíduos além de projetos especiais em implantação ou previsto para o Município de Feira de Santana.

4.3.1. Ordenamento territorial

A análise referente ao ordenamento do uso e ocupação do solo municipal de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 11:** Cidades e comunidades sustentáveis.
 - **Meta 11.1:** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
 - **Meta 11.2:** Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
 - **Meta 11.3:** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
 - **Meta 11.6:** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

- **Meta 11.7:** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- **Meta 11.a:** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
- **Meta 11.b:** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
- **Objetivo 8** – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
 - **Meta 8.1:** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
 - **Meta 8.2:** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
 - **Meta 8.3:** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
 - **Meta 8.4:** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
 - **Meta 8.9:** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

Este configura-se pela instituição de legislação específica que tem por objetivo regular o uso e a ocupação do solo municipal, abrangendo áreas urbanas e rurais. Em Feira de Santana este compreende a definição das macrozonas e macroáreas e zonas urbanísticas, de acordo com o PDDU, Lei Complementar nº 117 de 20 de dezembro de 2018.

O **macrozoneamento** tem como sua principal característica, ser um mecanismo orientador que estabelece normas que visam ordenar o desenvolvimento territorial a partir da estruturação e o disciplinamento territorial, tendo em vista as condições do desenvolvimento socioeconômico e espacial do Município de Feira de Santana, devendo orientar a Política Urbana, no sentido de espacialização do uso e ocupação do solo, no âmbito do território municipal.

O macrozoneamento ainda tem como finalidade atender as demandas sociais e econômicas, como as necessidades de conservação do ambiente, da valorização da paisagem

urbana e da melhoria dos padrões de qualidade de vida, sendo estabelecidas três macrozonas, sendo elas: Macrozona de Ocupação Urbana, Macrozona de Ocupação Rural e Macrozona de Conservação Ambiental (FIGURA 35).

A Macrozona de Ocupação Urbana abrange as áreas urbanas do Município, tanto na área central como nos distritos e destina-se fundamentalmente às atividades urbanas, tais como habitação, lazer, locais de comércio e serviços e áreas industriais.

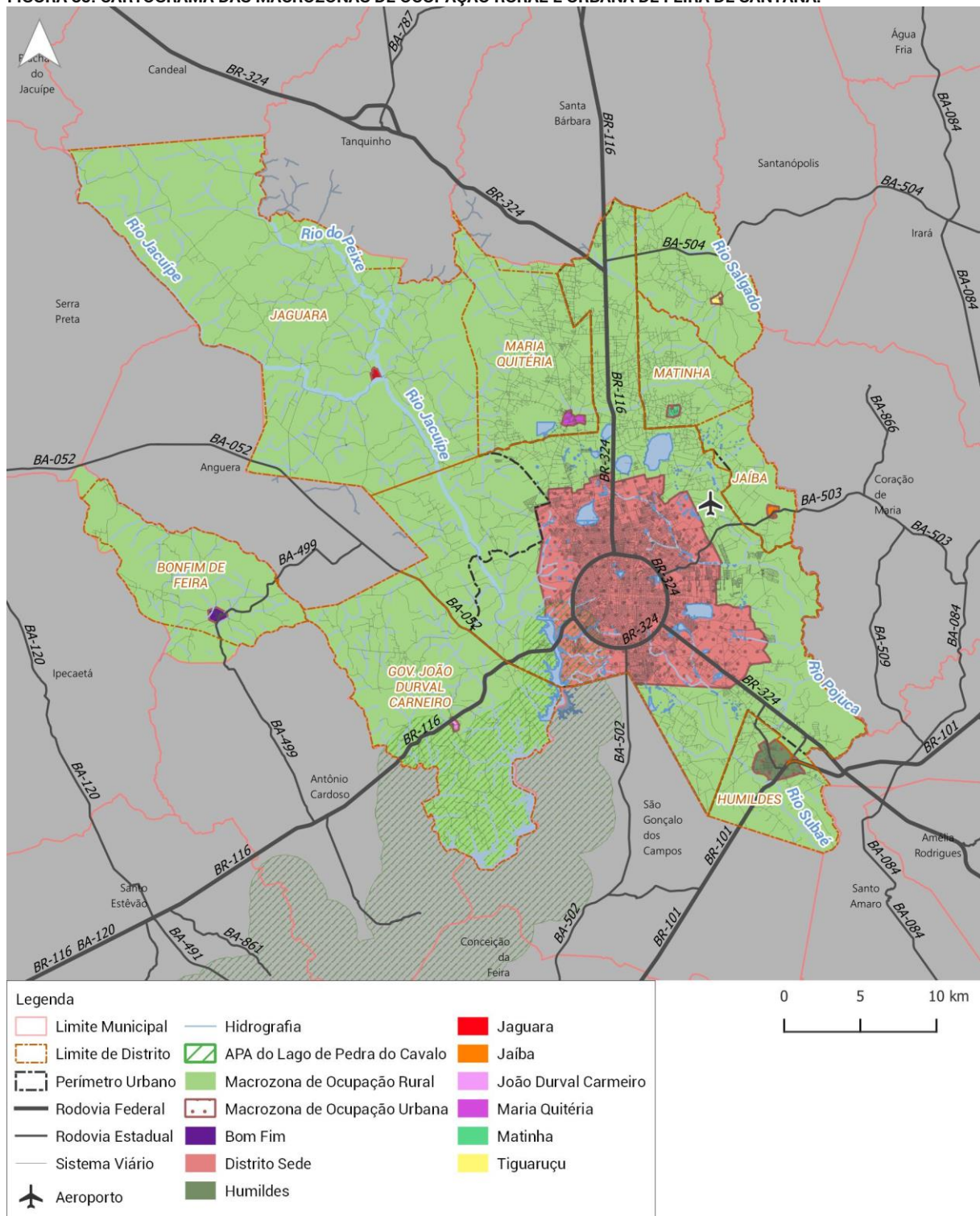
A mesma ainda se subdivide nas seguintes macroáreas: Macroárea de Integração Metropolitana, Macroárea de Urbanização Consolidada, Macroárea de Reestruturação da Borda do Lago de Pedra do Cavalo e Macroárea de Expansão Urbana.

A Macrozona de Ocupação Rural, de acordo com o PDDU, é destinada às atividades agropecuárias, extrativistas, agroindustriais e turísticas, compreendendo os espaços não urbanizados do Município, seus distritos e povoados, nos diversos estágios de estruturação, qualificação e consolidação, destinando a atividades econômicas, agropecuárias e sociais predominantemente rurais. Poderá ainda comportar outras atividades, desde que compatíveis com a preservação do meio ambiente.

A Macrozona de Conservação Ambiental é integrada por áreas de interesse ambiental e por áreas destinadas à proteção, preservação, recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis.

Nessa Macrozona estão incorporadas áreas como a APA Lago Pedra do Cavalo, os parques urbanos, as áreas indicadas para Unidades de Conservação ambiental (como as matas da Serra de São José, no Distrito de Maria Quitéria e morros e colinas no Distrito de Jaguará), pequenos ecossistemas de espécies endêmicas remanescentes no território municipal e áreas de Preservação Permanente (APP), correspondente às nascentes de córregos e riachos tributários aos rios Subaé, Pojuca e Jacuípe.

FIGURA 35: CARTOGRAMA DAS MACROZONAS DE OCUPAÇÃO RURAL E URBANA DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a - Modificado por Consorcio Tese Concremat.

A **Macrozona de Expansão Urbana** do município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 11.** Cidades e comunidades sustentáveis.
 - **Meta 11.3:** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

A macrozona de Expansão Urbana (FIGURA 36) “caracteriza-se como um avanço da malha urbana, prioritariamente para os sentidos nordeste e sudeste do território, avançando pela zona rural da sede, até atingir os limites do município, na margem direita do rio Pojuca, e, como segundo vetor de expansão, pelo lado oeste, seguindo pelo Vale do Jacuípe, nas cercanias do condomínio residencial Alphaville” (FEIRA DE SANTANA, 2018^a, Art. 197 § 1º), tendo as seguintes estratégias de ordenamento do solo:

- I - incentivo ao disciplinamento e à concentração de usos, serviços e equipamentos urbanos;
- II - promoção do maior aproveitamento da terra urbana, por meio do adensamento demográfico e construtivo e da implantação de novas atividades econômicas, atendendo a critérios de sustentabilidade;
- III - estímulo à provisão habitacional para a população de baixa e média renda;
- IV - qualificação da oferta de diferentes sistemas de transporte coletivo, articulando-os aos modos não motorizados de transporte e promovendo a expansão urbana com melhorias socioambientais, conforto urbano e segurança pública;
- V - expansão da infraestrutura existente, permitindo novos padrões de uso e de ocupação do solo e de densidades populacionais, nos termos deste PDDU e da LOUOS com manutenção das áreas verdes existentes. (FEIRA DE SANTANA, 2018a, Art. 199)

O estudo da expansão urbana, realizado pelo Plano de Mobilidade, analisou a organização setorial da cidade de acordo com sua estrutura viária, com o espaço de produção delimitado pelo Anel do Contorno, a descentralização do comércio e de serviços condicionado pelos novos corredores, caracterizados pelas avenidas Getúlio Vargas, João Durval Carneiro, Maria Quitéria e Presidente Dutra (QUADRO 7 e FIGURA 37). Essas avenidas estruturadoras foram identificadas como vetores da organização da cidade, onde existe a concentração de comércio e serviços, em consonância com o disposto no PDDU, os vetores de expansão estão localizados nas porções nordeste e sudeste.

Conforme pode ser observado na FIGURA 38, as ocupações urbanas mais recentes estão predominantemente localizadas nos eixos norte, nordeste e leste, sendo verificado incremento das ocupações ao longo da BR-324 a partir de 2015 (FIGURA 38).

QUADRO 7: CARACTERIZAÇÃO DOS VETORES DE EXPANSÃO URBANA E DE DEMANDAS DE FEIRA DE SANTANA.

Eixo norte	Corredor Norte - Avenida José Falcão da Silva - BR-116 (Transnordestina)	- Ocupação residencial; - Localização da UEFS; - Intenso uso de transporte coletivo.
Eixo sul	Corredor sul (Tomba) - Rua Senador Quintino - Rua Dr. Araújo Pinho - Rua Papa João XXIII - Rua Pedro Américo de Brito - Avenida Colbert Martins	- Ocupação residencial; - Ocupação industrial; - Intenso uso de transporte coletivo municipal e intermunicipal.
Eixo nordeste	- Avenida João Durval Carneiro - Avenida Ayrton Senna - Avenida Maria Quitéria - Avenida Francisco Fraga Maia	- Área de grande e recente expansão; - Ocupação residencial; - Existência de polos (shopping); - Intenso uso de transporte coletivo e transporte individual.
Eixo leste	- Avenida Getúlio Vargas - Avenida Nóide Cerqueira - Avenida Presidente Dutra - BR-324	- Área de grande e recente expansão; - Ocupação industrial (BR-324); - Ocupação residencial (leste); - Existência de polos; - Intensivo uso de transporte coletivo e transporte individual.
Eixo noroeste	Corredor Pampalona - Rua Voluntários da Pátria - Rua Arivaldo de Carvalho - Rua Primavera - Rua Landulfo Alves - Rua Amaralina	- Área de expansão; - Ocupação residencial.

Fonte: Plano de Mobilidade de Feira de Santana, 2017.

FIGURA 36: CARTOGRAMA DO ZONEAMENTO URBANO E MACROZONA DE EXPANSÃO URBANA.

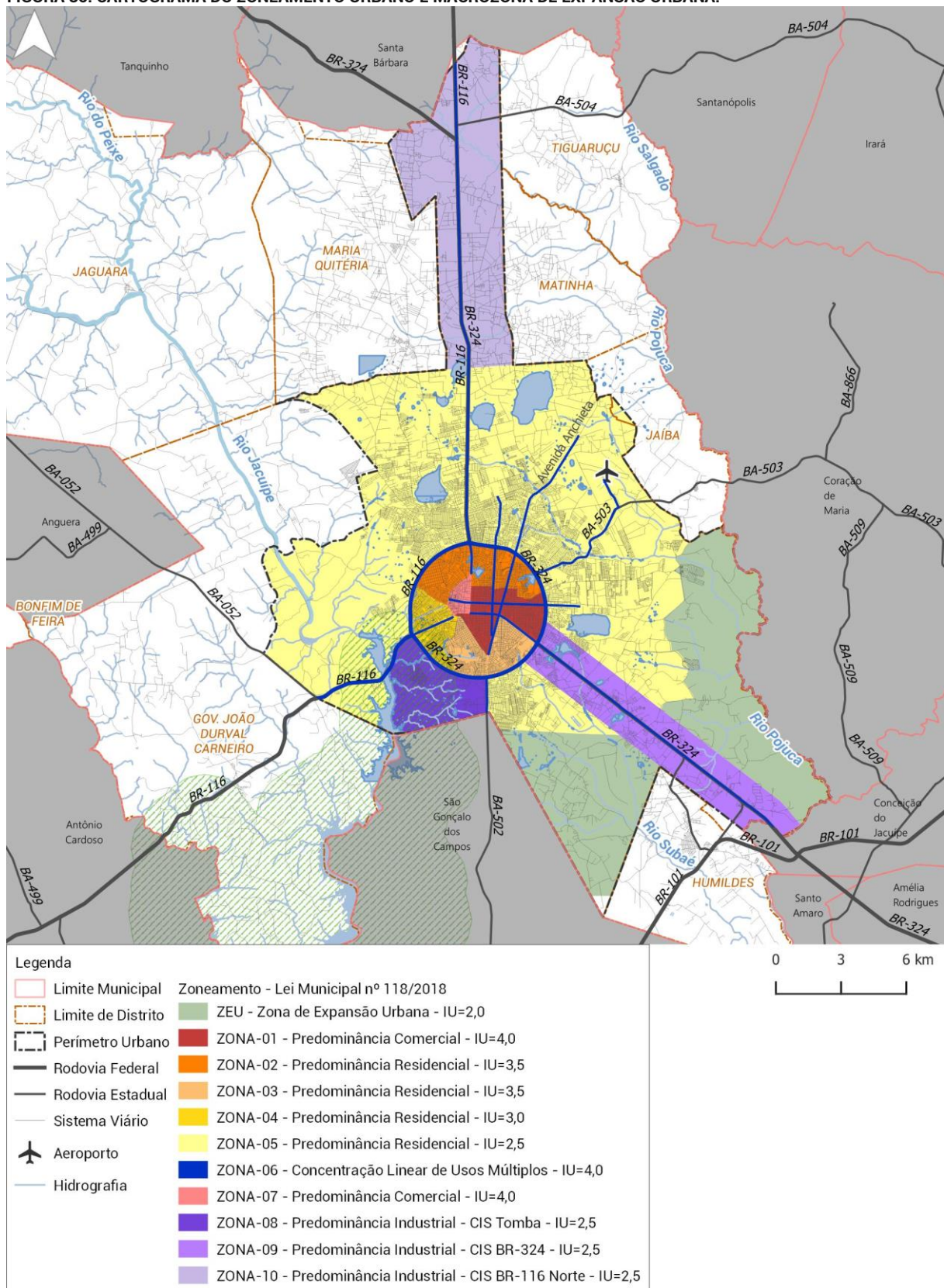
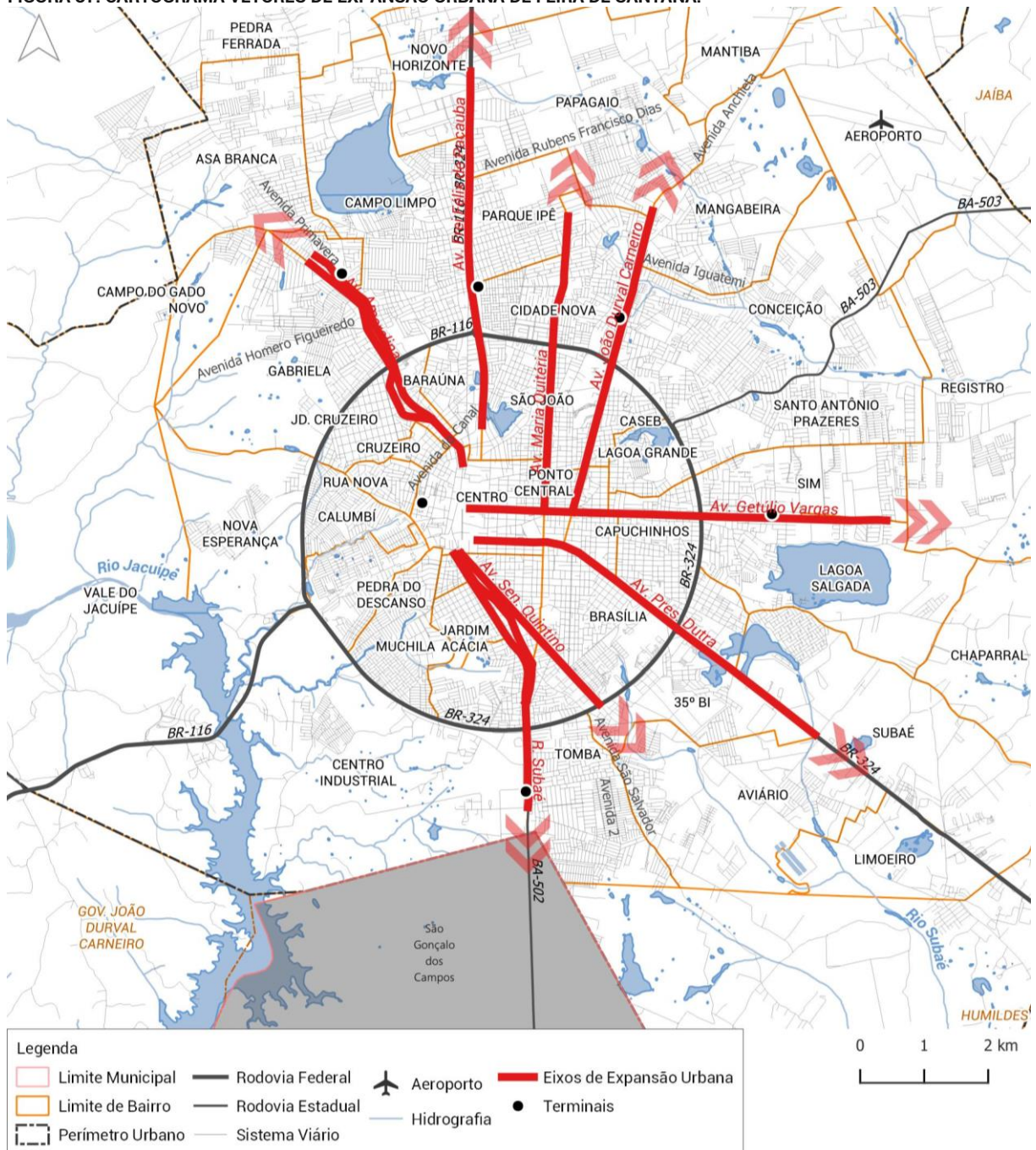
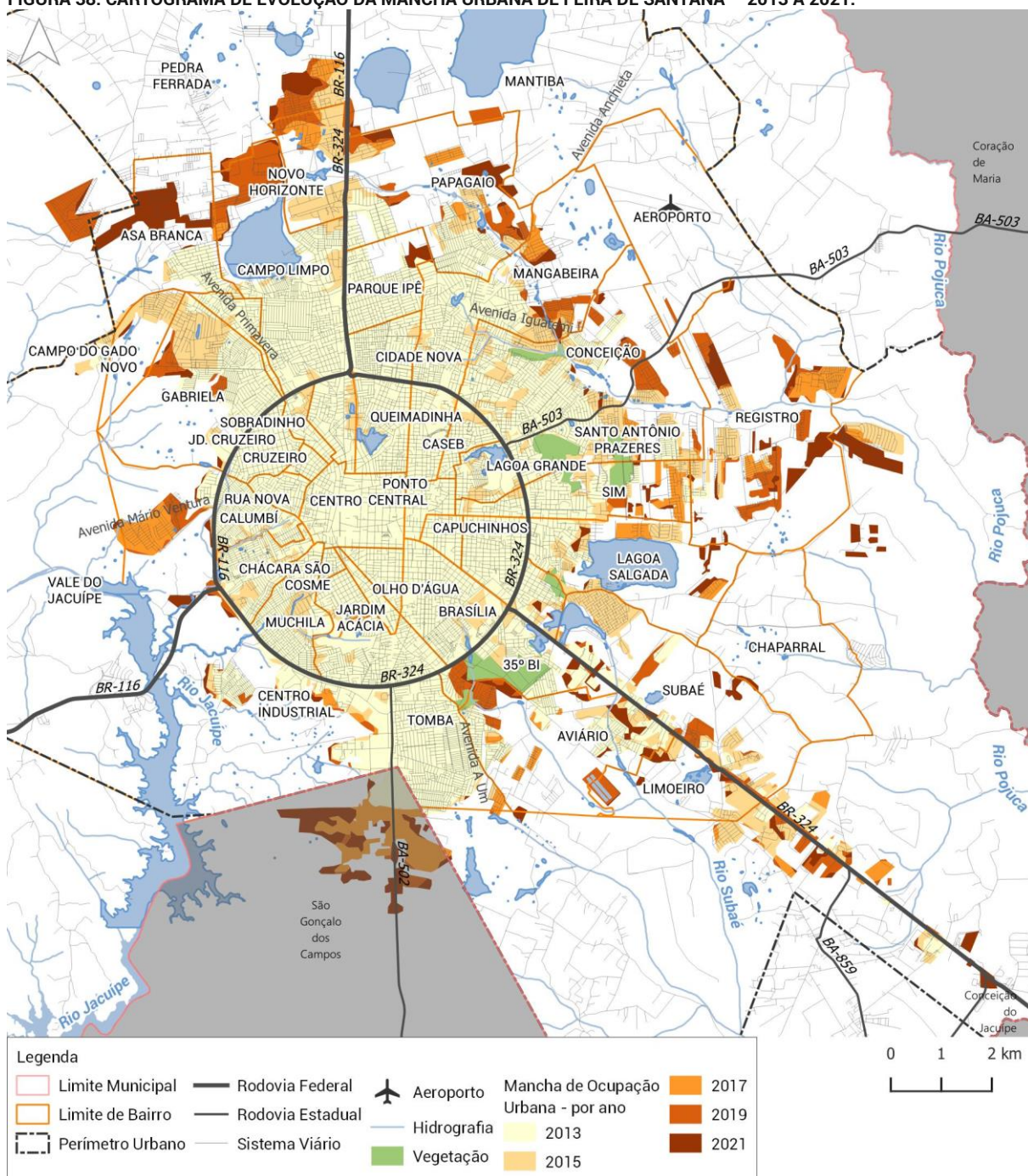


FIGURA 37: CARTOGRAMA VETORES DE EXPANSÃO URBANA DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

FIGURA 38: CARTOGRAMA DE EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DE FEIRA DE SANTANA – 2013 A 2021.

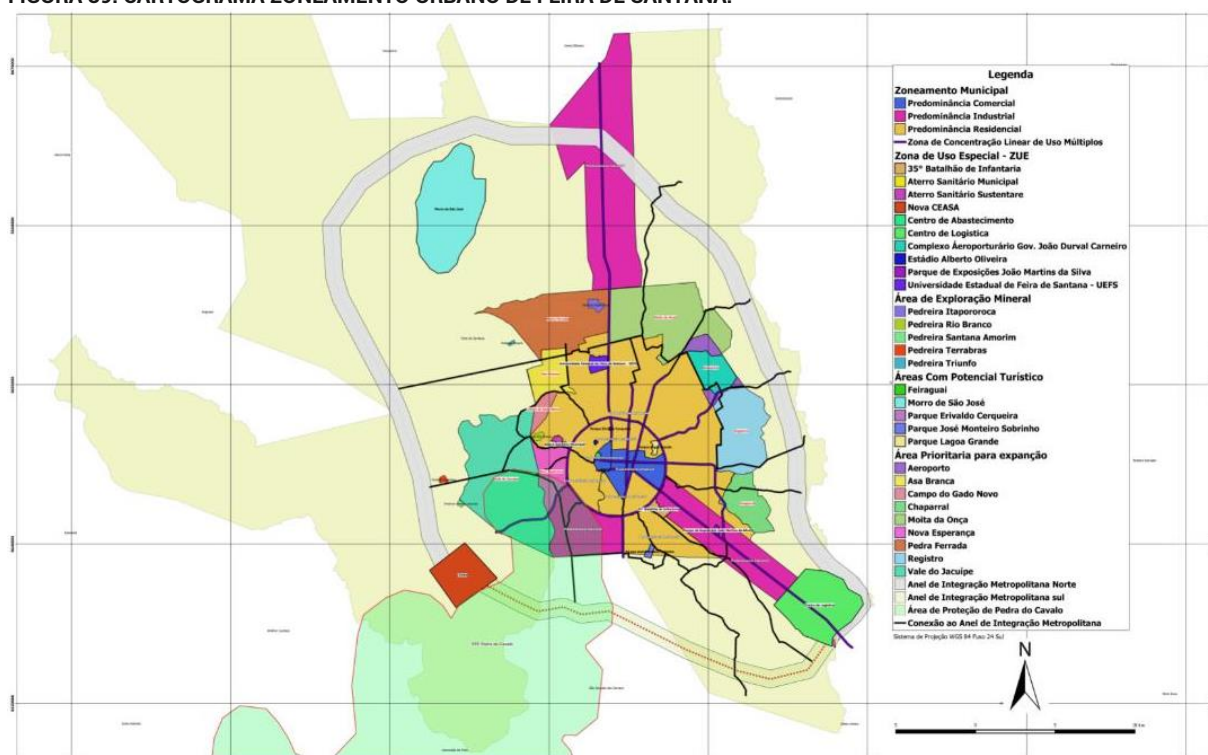


Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

Para as áreas inseridas na Macrozona de Ocupação Urbana, foi estabelecido o **zoneamento urbano** (FIGURA 39) que compreende as seguintes Zonas:

- Zona de Predominância Residencial;
- Zona de Predominância Comercial;
- Zona de Predominância Industrial;
- Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;
- Zona de Interesse Turístico - ZIT;
- Zonas do Centro Industrial do Subaé - ZCIS;
- Zona de Exploração Mineral - ZEM;
- Zona de Proteção Ambiental - ZPA;
- Zona de Uso Especial - ZUE;

FIGURA 39: CARTOGRAMA ZONEAMENTO URBANO DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a

Na Lei Municipal Complementar nº 118 de 20 de dezembro de 2018 (FEIRA DE SANTANA, 2018b) são definidos cinco parâmetros urbanísticos sendo eles: os Índices de Utilização (IU), o Índice de Permeabilidade (IP), o Índice de Ocupação (IO), os Gabaritos de Altura (GA) e os Recuos (R), conforme disposto no Anexo 4 desta Lei:

V - GABARITO DE ALTURA (GA)

- a. Não será considerado como pavimento, para fins de computo do limite de gabarito de altura, aquele correspondente à cobertura da edificação, desde que atenda conjuntamente às seguintes exigências:
- A área computável no Índice de Utilização não exceda a 30% (trinta por cento) da área computável do pavimento imediatamente inferior;
 - O pé direito do pavimento de cobertura não exceda a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros);
 - A área construída não se constitua em uma nova unidade imobiliária.

b. O gabarito de altura máximo dos empreendimentos de edificação deve ser computado a partir da cota de implantação definida para o pavimento térreo até o teto do último pavimento.

- O pé direito máximo para efeito do gabarito de altura é de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), exceto na condição de Galeria, cujo pé direito está estipulado em 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) para o pavimento térreo;

- As garagens dos empreendimentos que estiverem localizadas em subsolo e acima do terreno até o 3º (terceiro) pavimento, não serão computadas como pavimento para efeito do gabarito de altura, exceto nos edifícios garagem que serão computadas apenas os pavimentos que se localizem acima da cota de implantação.

VI.1 - Do recuo frontal

a. Para empreendimentos com até 12,00m (doze metros) de altura ou 4 (quatro) pavimentos:

- Para empreendimentos localizados em terrenos lindeiros à Via Local (VL), o recuo mínimo será de 3,00m (três metros);

- Quando localizados em terrenos lindeiros à Via Coletora (VC), o recuo frontal mínimo será de 4,00m (quatro metros);

- Quando localizados em terrenos lindeiros à Via Arterial (VA), o recuo frontal mínimo será de 6,00m (seis metros);

- Quando localizados em terrenos lindeiros à Via Expressa (vex), o recuo frontal mínimo será de 7,00m (sete metros);

- Quando localizados em terrenos lindeiros à Rodovias (R), o recuo frontal mínimo será de 15,00m (quinze metros);

- Quando localizados em condomínios o recuo em relação às vias particulares internas será de no mínimo 2,00m (dois metros) e em relação às vias públicas os mesmos adotados nos itens anteriores.

b. Para empreendimentos com mais de 12,00m (doze metros) de altura ou acima de 4 (quatro) pavimentos:

- Deverá haver progressividade, no recuo, em função da altura da edificação, aplicando-se a seguinte fórmula $RFP = Rz + 0,20(H - 12,00)$, respeitado o recuo mínimo estabelecido para a Via em que se localize:

1 -RFP = Recuo Frontal Progressivo;

2 -Rz = Recuo mínimo zonal;

3 -H = Altura da Edificação em metros.

Os Índices de Utilização (IU), o Índice de Permeabilidade (IP) e o Índice de Ocupação (IO), são definidos conforme a localização de cada Zona.

A Zona de Predominância Residencial é subdividida em quatro Zonas, sendo elas: Zona 2, Zona 3, Zona 4 e Zona 5 (Figura 40). Estas são destinadas, predominantemente, o uso unifamiliar e multifamiliar, porém são permitidos usos como edificações com uso misto, com atividades comerciais e de prestação de serviços, desde que com entrada independente do uso residencial, os parâmetros urbanísticos destas zonas são apresentados no QUADRO 8.

QUADRO 8: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA RESIDENCIAL

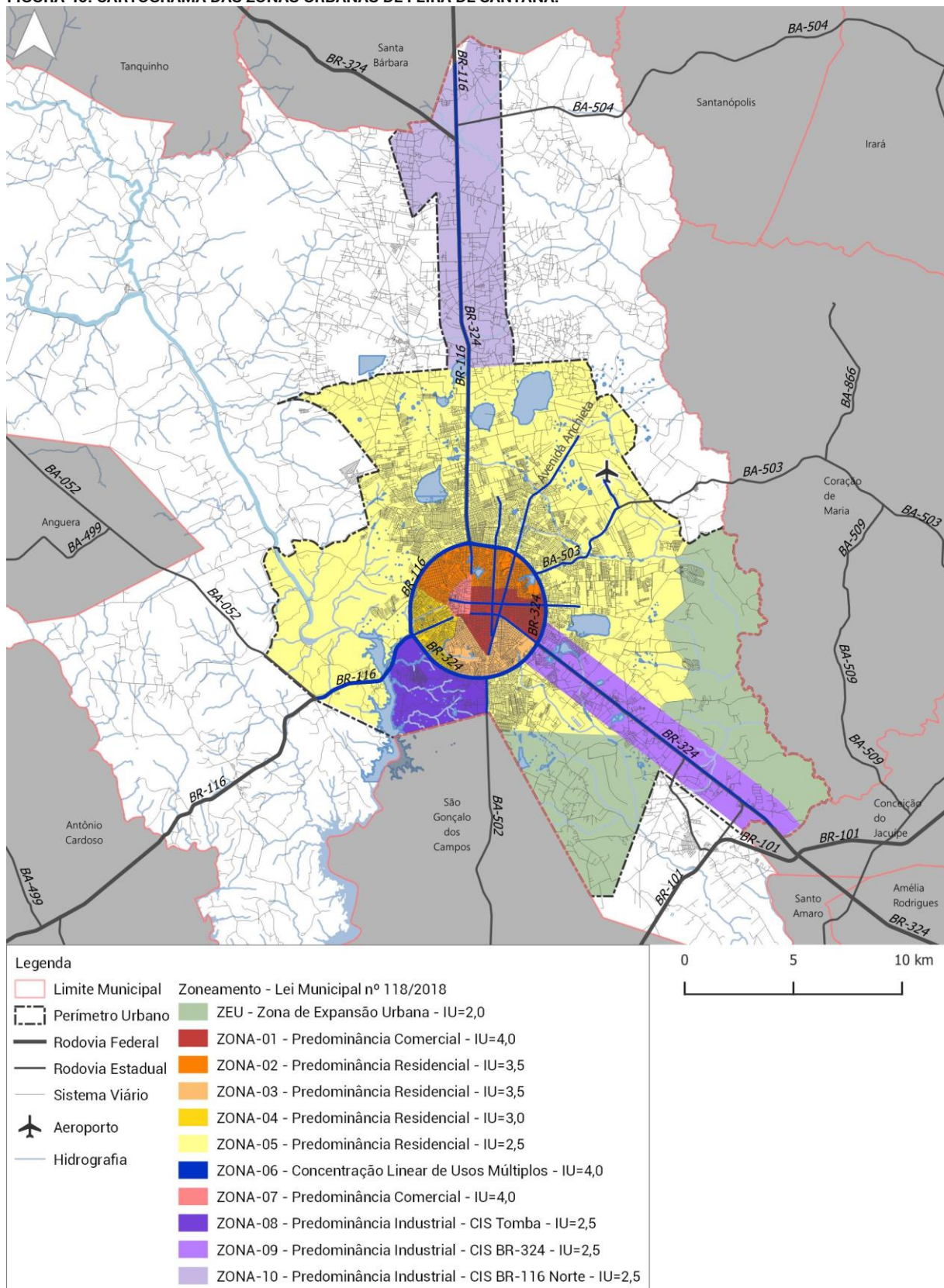
Zona	Usos		Ocupação		
	Permitidos*		Índice de Utilização (IU)	Índice de Ocupação (IO)	Índice de Permeabilidade (IP)
Zona 02	Usos Habitacionais	Unifamiliar	3,5	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,65	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,70	0,20
		Industrial		0,70	0,30
Zona 03	Usos Habitacionais	Unifamiliar	3,5	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,65	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,70	0,20
		Industrial		0,70	0,30
Zona 04	Usos Habitacionais	Unifamiliar	3,0	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,65	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,70	0,20
		Industrial		0,70	0,30
Zona 05	Usos Habitacionais	Unifamiliar	2,5	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,65	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,70	0,20
		Industrial		0,70	0,30

Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018b

*Usos permitidos: R- 1; R- (1, 2, 3, 4 e 5); CS- (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11); Id -1; M - (1 e 2); In- (todos).

A Zonas de Predominância Comercial é compreendem as Zona 1 e 7 (FIGURA 40), são porções do território destinadas ao uso predominantemente comercial, admite-se outros usos desde que compatíveis com atividades comerciais, os parâmetros urbanísticos dessas zonas são apresentados no QUADRO 9.

FIGURA 40: CARTOGRAMA DAS ZONAS URBANAS DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a - Modificado por Consorcio Tese Concremat.

QUADRO 9: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA COMERCIAL.

Zona	Usos		Ocupação		
	Permitidos*		Índice de Utilização (IU)	Índice de Ocupação (IO)	Índice de Permeabilidade (IP)
Zona 01	Usos Habitacionais	Unifamiliar	4,0	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,65	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,80	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,80	0,20
		Industrial		0,70	0,30
		Edifício Garagem	5,0	-	-
Zona 07	Usos Habitacionais	Unifamiliar	4,0	0,70	0,20
		Multifamiliar		0,75	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,90	0,10
		Institucional		0,80	0,30
		Misto		0,80	0,20
		Industrial		0,80	0,30

Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018b

*Usos permitidos: R- 1; R- (1, 2, 3, 4 e 5); CS- (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11); Id -1; M - (1 e 2); In- (todos).

A Zona de Predominância Industrial, é definida por zonas de interesse para a economia regional, elas são determinadas pelas localizações privilegiadas, para a chegada de matérias primas e o escoamento de produtos fabricados e montados. As Zonas são classificadas em Zona 8 - CIS TOMBA, Zona 9 – CIS BR 324 e Zona 10 – CIS BR 116 NORTE (FIGURA 40). Os parâmetros urbanísticos desta zona são apresentados no QUADRO 10.

QUADRO 10: PARÂMETROS URBANÍSTICOS DAS ZONAS DE PREDOMINÂNCIA INDUSTRIAL.

Zona	Usos		Ocupação		
	Permitidos*		Índice de Utilização (IU)	Índice de Ocupação (IO)	Índice de Permeabilidade (IP)
Zona 08	Usos Habitacionais	Unifamiliar	2,5	0,50	0,20
		Multifamiliar		0,50	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,60	0,20
		Industrial		0,80	0,30
Zona 09	Usos Habitacionais	Unifamiliar	2,5	0,50	0,20
		Multifamiliar		0,50	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,60	0,20
		Industrial		0,80	0,30
Zona 10	Usos Habitacionais	Unifamiliar	2,5	0,50	0,20
		Multifamiliar		0,50	0,20
	Usos não Habitacionais	Comercial		0,70	0,10
		Institucional		0,60	0,30
		Misto		0,60	0,20

Zona	Usos		Ocupação		
	Permitidos*		Índice de Utilização (IU)	Índice de Ocupação (IO)	Índice de Permeabilidade (IP)
		Industrial		0,80	0,30

Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018b

*Usos permitidos: R- 1; R-(2, 3, 4 e 5); CS- (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11); Id -(todos, inclusive as que não estão relacionadas); M - (1 e 2); In- (todos).

As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, especializadas na FIGURA 41, estão localizadas predominantemente em áreas periféricas, são destinadas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação de Mercado Popular – HMP (FEIRA DE SANTANA, 2018b, art. 217).

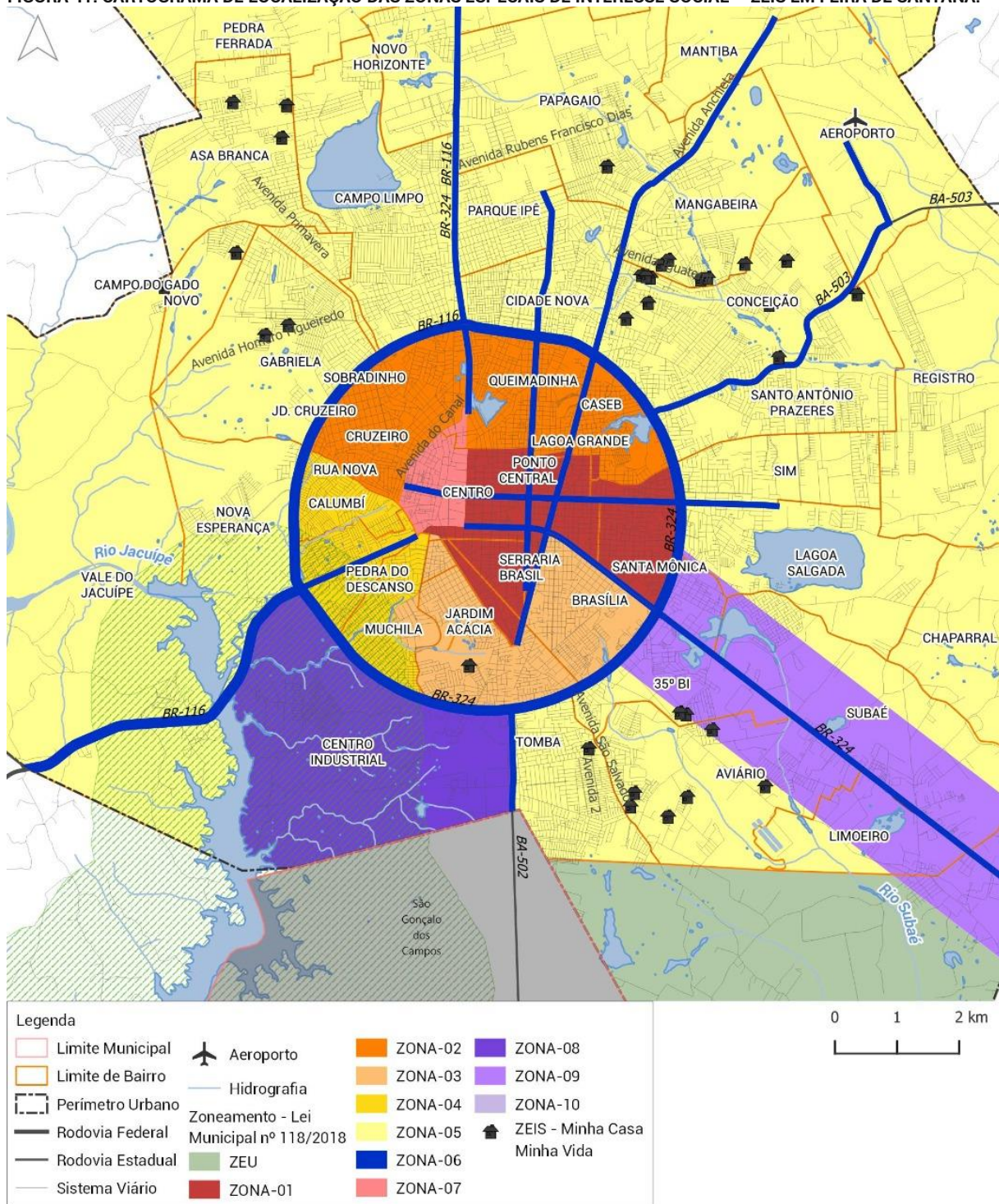
Conforme descrito no PDDU (FEIRA DE SANTANA, 2018a, art. 219) são objetivos da ZEIS:

- I - Promover a regularização fundiária sustentável, levando em consideração as dimensões patrimonial, urbanística e ambiental, dando segurança jurídica da posse da terra e da edificação aos moradores de áreas demarcadas;
- II - Assegurar as condições de habitabilidade e integrar os assentamentos precários ao conjunto da cidade;
- III - Incentivar a utilização de imóveis não utilizados e subutilizados para programas habitacionais de interesse social;
- IV - Permitir a participação e controle social na gestão desses espaços urbanos;
- V - Promover o respeito às áreas de proteção cultural e ambiental;
- VI - Flexibilizar os parâmetros urbanísticos com vistas à regularização fundiária – urbanística e jurídico legal – dos assentamentos precários e conjuntos habitacionais.

As Zonas Especiais de Interesse Social, estão classificadas em:

- I - ZEIS 1: áreas públicas ou privadas ocupadas e, ou, parceladas irregularmente ou clandestinamente, cujas condições urbanísticas, jurídicas, de infraestrutura equipamentos e serviços urbanos não atendem aos requisitos técnicos e sociais, destinados a programas de regularização fundiária sustentável de interesse social;
- e II - ZEIS 2: áreas não ocupadas ou mal utilizadas de interesse para a implantação de programas habitacionais de interesse social (FEIRA DE SANTANA, 2018a, art . 217, § 1º)

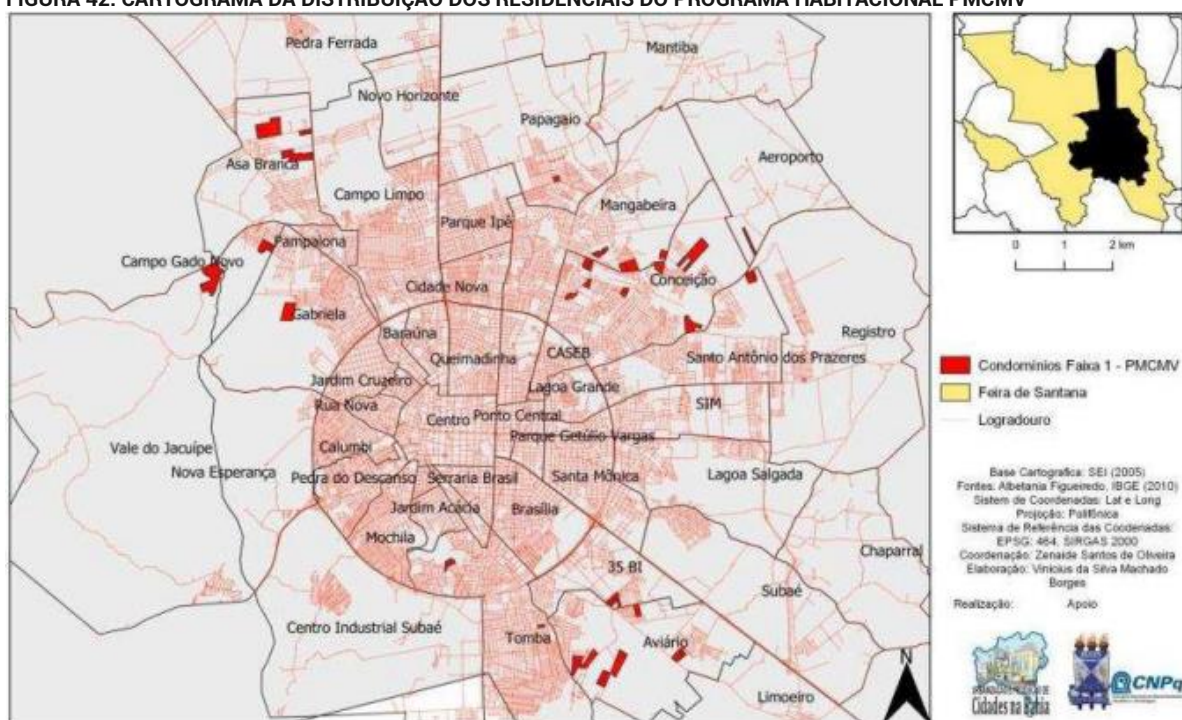
FIGURA 41: CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a - Modificado por Consorcio Tese Concremat

Conforme Oliveira (2020), a distribuição desses residenciais PMCMV situa-se nos bairros afastados do Centro, como Asa Branca, Campo do Gado Novo, Gabriela, Aviário, Subaé, Santo Antônio dos Prazeres, entre outros (Figura 42). Como dito, foram delimitados enquanto ZEIS pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana no Plano Diretor 2018.

FIGURA 42: CARTOGRAMA DA DISTRIBUIÇÃO DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA HABITACIONAL PMCMV

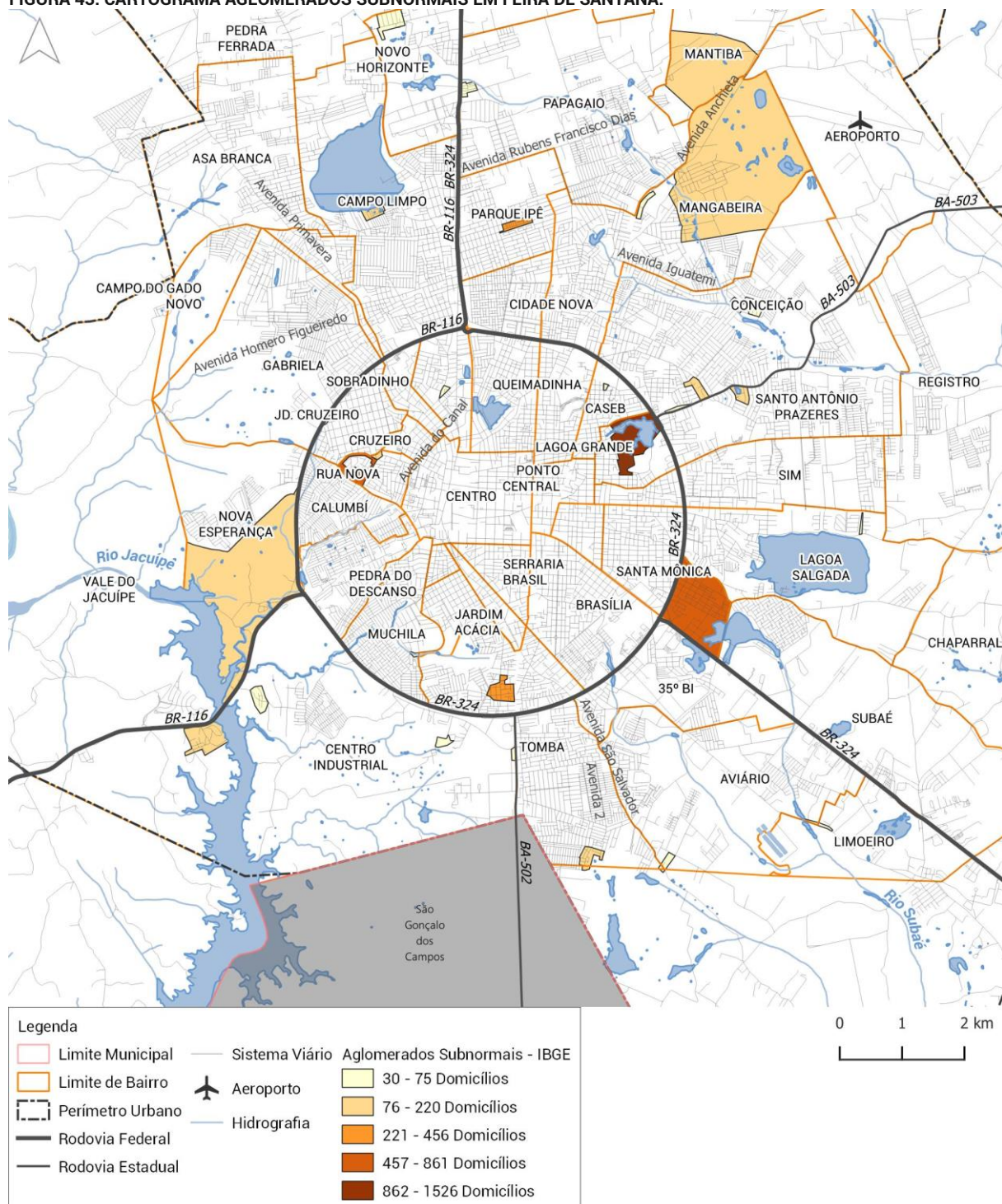


Fonte: OLIVEIRA, 2020

Quanto a **Meta 11.1** considerando o indicador de população residente em aglomerados subnormais, 7,18% das residências estão localizadas Aglomerados Subnormais (IBGE, 2019), o que significa que ainda há grandes desafios para atingir a porcentagem considerada como objetivo atingido, para tanto o valor deve ser inferior a 1,04%.

No cartograma da FIGURA 43, como exposto na análise da componente ambiental, é observado que os aglomerados subnormais estão localizados em áreas periféricas sendo que muitos estão no entorno de áreas ambientalmente frágeis, especialmente no entorno do Lago da Pedra do Cavalo e das lagoas Grande e do Subaé.

FIGURA 43: CARTOGRAMA AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM FEIRA DE SANTANA.



As Zonas de Uso Especial – ZUE (FIGURA 44), são áreas consideradas pelo Poder Público como prioritárias para o planejamento e execução de programas de incentivo à produção e melhoria da qualidade de vida ou destinadas a complexos urbanos específicos voltados a funções administrativa, educacionais e de serviços de alta tecnologia, portanto estas zonas estão diretamente relacionadas ao **Objetivo 8** – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

- **Objetivo 8** – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos. Em especial as metas:

- **Meta 8.1:** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
- **Meta 8.2:** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
- **Meta 8.3:** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
- **Meta 8.4:** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

De acordo com o PDDU (FEIRA DE SANTANA, 2018a Art. 226), são classificadas como Zonas de Uso Especial:

I - ZUE-1 – Centro Logístico Integrado (CLI), compreendendo até bens e serviços de alta tecnologia e valor agregado, de pesquisa e desenvolvimento, ensino, manufatura de produtos, institucionais, além de comércio e serviços especializados, de apoio e complementares a estas atividades, inseridos no contexto de criação e ambiente de inovação, que necessitam de localização estratégica em relação às vias estruturais e de transporte e nas proximidades de universidades;

II - ZUE-2 – Complexo Aeroportuário de Feira de Santana Governador João Durval Carneiro, correspondente às instalações do aeroporto e do terminal aeroportuário de passageiros e de cargas;

III - ZUE-3 – Centro de Abastecimento;

IV - ZUE-4 – 35º Batalhão de Infantaria do Exército, compreendendo instalações e atividades do Exército Brasileiro, localizado na Av. Eduardo Fróes da Mota, nº 7770 – Anel de Contorno;

V - ZUE-5 – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), campus localizado à margem esquerda da BR-116 Norte;

VI - ZUE-6 – Parque de Exposições João Martins da Silva, localizado à margem da BR-324, bairro Subaé;

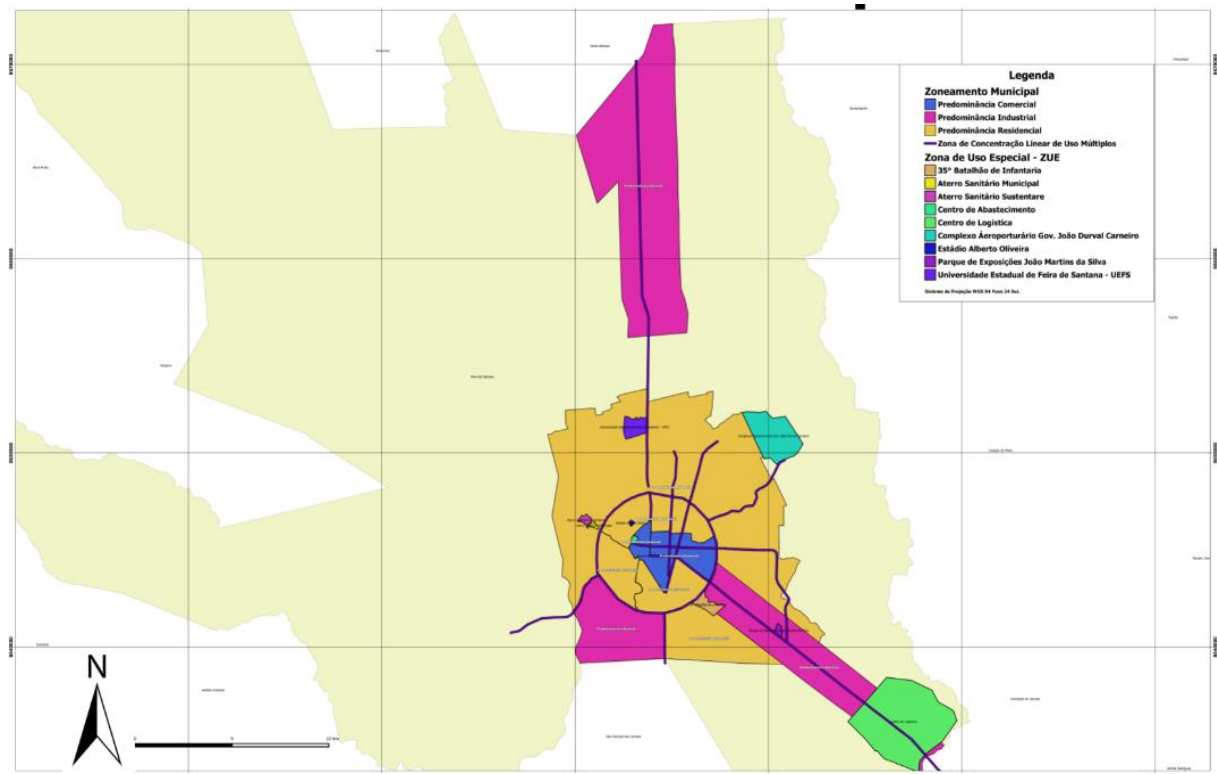
VII – ZUE-7 – Aterro Sanitário de Feira de Santana, localizado na Rua João Batista Figueiredo, bairro da Gabriela;

VIII – ZUE-8 – Centro Industrial de Subaé (CIS), com três núcleos: BR-324 e Tomba, já instalados e BR 116 Norte, a ser implantado;

IX – ZUE-9 - Estádio Alberto Oliveira (Jóia da Princesa), localizado à Rua Gonçalo Alves, bairro do Cruzeiro.

X – ZUE 10 – Estação/Terminal Rodoferroviário contíguo ao Centro Logístico Integrado.

FIGURA 44: CARTOGRAMA DAS ZONAS DE USO ESPECIAL EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a

Ainda relacionado ao desenvolvimento socioeconômico do município (Objetivo 8), há as zonas de Predominância Industrial (Zona 8 - CIS TOMBA, Zona 9 – CIS BR 324 e Zona 10 – CIS BR 116 NORTE - FIGURA 40) classificadas em:

- I – Zona 8 - CIS TOMBA, destinada à localização de usos industriais diversificados, de armazenamento e comércio atacadista consolidado, com localização estratégica no bairro do Tomba, nas cercanias do anel de contorno rodoviário sul, corredor de circulação de transporte de média capacidade;
- II - Zona 9 – CIS BR 324, destinada à localização de usos industriais diversificados consolidados, de armazenamento e comércio atacadista e logística de distribuição, aproveitando a infraestrutura rodoviária existente e a localização estratégica às margens do corredor de circulação de transporte de massa de média capacidade nas modalidades rodoviária e ferroviária, visando sua expansão;
- III - Zona 10 – CIS BR 116 NORTE, destinada à localização de futuros estabelecimentos e empreendimentos de usos industriais diversificados, de armazenamento e comércio atacadista, aproveitando a infraestrutura rodoviária existente e a localização estratégica às margens de rodovia federal, corredor de circulação de transporte de massa de média capacidade. (FEIRA DE SANTANA, 2018a, Art. 215, parágrafo único)

Zonas do Centro Industrial do Subaé - ZCIS aos usos não residenciais diversificados, voltados ao fomento e à modernização de atividades produtivas e à logística, em especial e prioritariamente para usos industriais, sendo admitidos usos comerciais e de prestação de serviços. Sendo estas:

I - ZCIS 1 – Centro Logístico Integrado (CLI) – BR324/BR-101:

A área destinada para o CLI tem início no entroncamento da BR-324 com a BR-101, estende-se até o limite sudeste do CIS Núcleo BR-324, apresentando boa mobilidade por rodovias e futuramente por ferrovia, e destina-se a abrigar estruturas atacadistas, logísticas, centros de distribuição, serviços de manutenção industrial e comercial, indústrias não poluentes, garagens de empresas de transporte de carga e de passageiros, configurando-se como zona de concentração de atividades geradoras de tributos, empregos e renda, sendo vedado o uso residencial (FEIRA DE SANTANA, 2018a, Art. 221 § 1o)

II - ZCIS 2 – Futuras Instalações do CIS Norte – BR-116. “Localiza-se ao longo da BR-116 Norte, logo após o campus da UEFS, até o limite do território Feirense com o município de Santa Bárbara, destinada a atividades industriais, comerciais, e serviços diversificados, não poluentes” (FEIRA DE SANTANA, 2018a, Art. 221 e § 2o).

São consideradas Zonas de Interesse Turístico (ZIT), áreas com extensão superior a 10.000 m², com boa infraestrutura e cenários com belezas naturais, onde serão incentivadas atividades voltadas para o turismo: hotéis, resorts, pousadas, locais para eventos e exposições, restaurantes, cafés, livrarias e atividades comerciais.

Essas áreas estão localizadas no Vale do Jacuípe, lindeiras ao lago de Pedra do Cavalo, na Serra de São José, no Distrito de Maria Quitéria e nos morros do distrito de Jaguará além de parques municipais e edificações históricas (FIGURA 45), portanto o desenvolvimento dessas porções do território está alinhado com a **Meta 8.9:** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

A Zona de Exploração Mineral – ZEM, é destinada a atividades de extração mineral, podendo admitir atividades industriais limpas e usos de armazenamento de pequeno e médio porte, mais especificamente pedreiras. Não é permitido qualquer tipo de uso que não seja com a atividade de lavra.

São diretrizes, conforme descrito no PDDU, para a ZEM:

I - Compatibilização do exercício das atividades de exploração mineral com as atividades urbanas e a conservação ambiental da superfície territorial do Município de Feira de Santana, mediante os critérios de uso estabelecidos nas Zonas de Exploração Mineral (ZEM), com a respectiva normatização, de forma a evitar os efeitos incômodos da atividade de mineração, ruídos e vibrações;

II - Definição de usos adequados, após a recuperação das áreas degradadas pela atividade de exploração mineral, bem como do enquadramento destas áreas, de acordo com as diretrizes do macrozoneamento estabelecidas neste Plano;

III - Garantia da recuperação adequada do ambiente degradado pelas empresas mineradoras, conforme exigência a ser estabelecida no processo de licenciamento ambiental municipal, em conformidade com Código de Meio Ambiente;

IV - Incentivo às empresas mineradoras para implantação de áreas revegetadas, predominantemente constituídas por espécies, nativas no entorno das lavras, com vistas a conter ocupações nas proximidades;

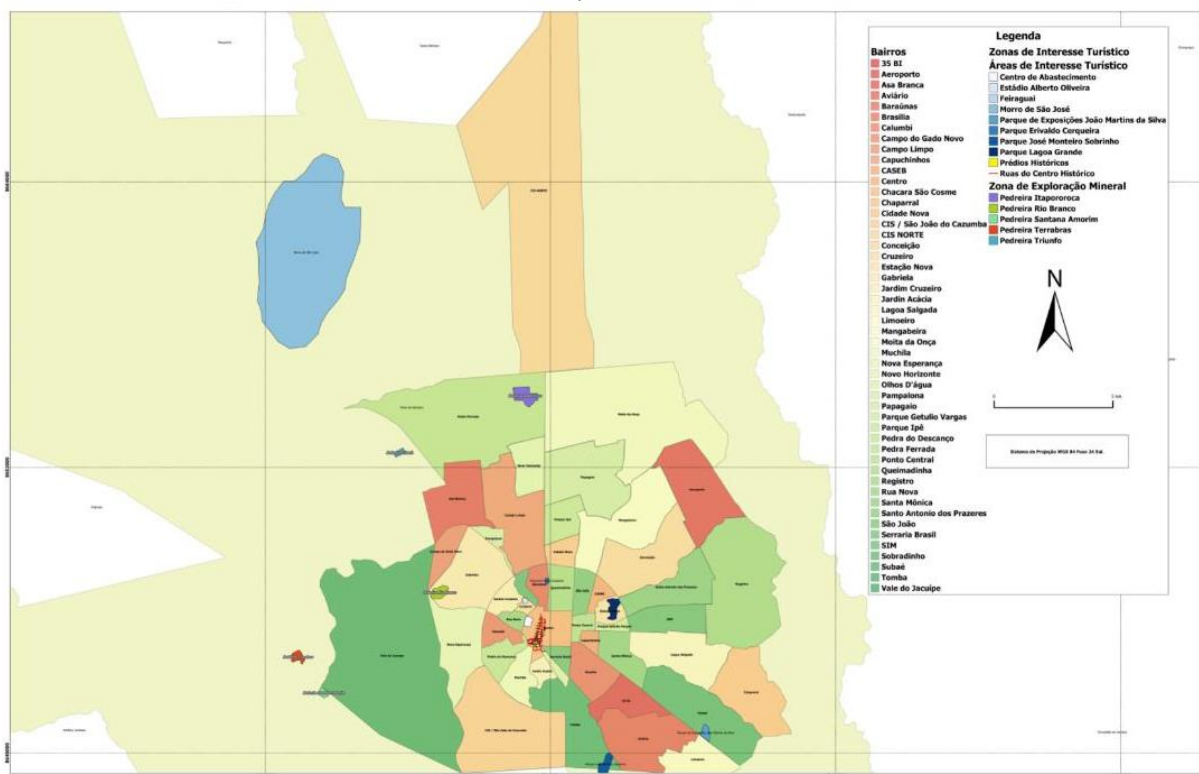
V - Enquadramento dos imóveis integrantes das ZEM como uso não residencial, enquanto forem utilizados para fins de extração mineral, comprovado pelo órgão competente;

VI - Obrigação de recuperação urbanística e ambiental por meio do Plano de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADA), aprovado pelo órgão ambiental competente como pré-requisito para emissão da licença;

VII – Elaboração de um plano de ocupação, após o encerramento definitivo das atividades de extração mineral, definindo setores destinados às áreas residenciais, não residenciais e de preservação e recuperação.

E conforme o PDDU, fica determinado que quando houver o encerramento definitivo das atividades de extração mineral, fica autorizado o Executivo Municipal a realizar revisão de enquadramento da zona de uso onde estão inseridos os imóveis que deixaram de ser utilizados como locais de lavra, após a aprovação do PRADA e parecer favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

FIGURA 45: CARTOGRAMA ZONAS TURÍSTICAS E EXPLORAÇÃO MINERAL



Fonte: FEIRA DE SANTANA, 2018a

As Zona de Proteção Ambiental (ZPAM), têm como objetivo principal garantir a preservação, manutenção e recuperação do patrimônio histórico, paisagístico, cultural ou ambiental. Por isso permite-se apenas usos residenciais de baixa densidade construtiva e populacional, bem como atividades de recreação e lazer da população. Quaisquer mudanças urbanísticas nas ZPAM terão que ter autorização órgão responsável pelo planejamento urbano do Município, que irá definir os índices urbanísticos e de uso e ocupação do solo.

4.3.2. Distribuição espacial das áreas industriais, comerciais e de prestação de serviços de saúde e educação

A análise referente a configuração territorial para os **usos/atividades industriais de maior porte** do município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 8.** Trabalho decente e crescimento econômico
 - **Meta 8.1:** Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.
 - **Meta 8.2:** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
 - **Meta 8.3:** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

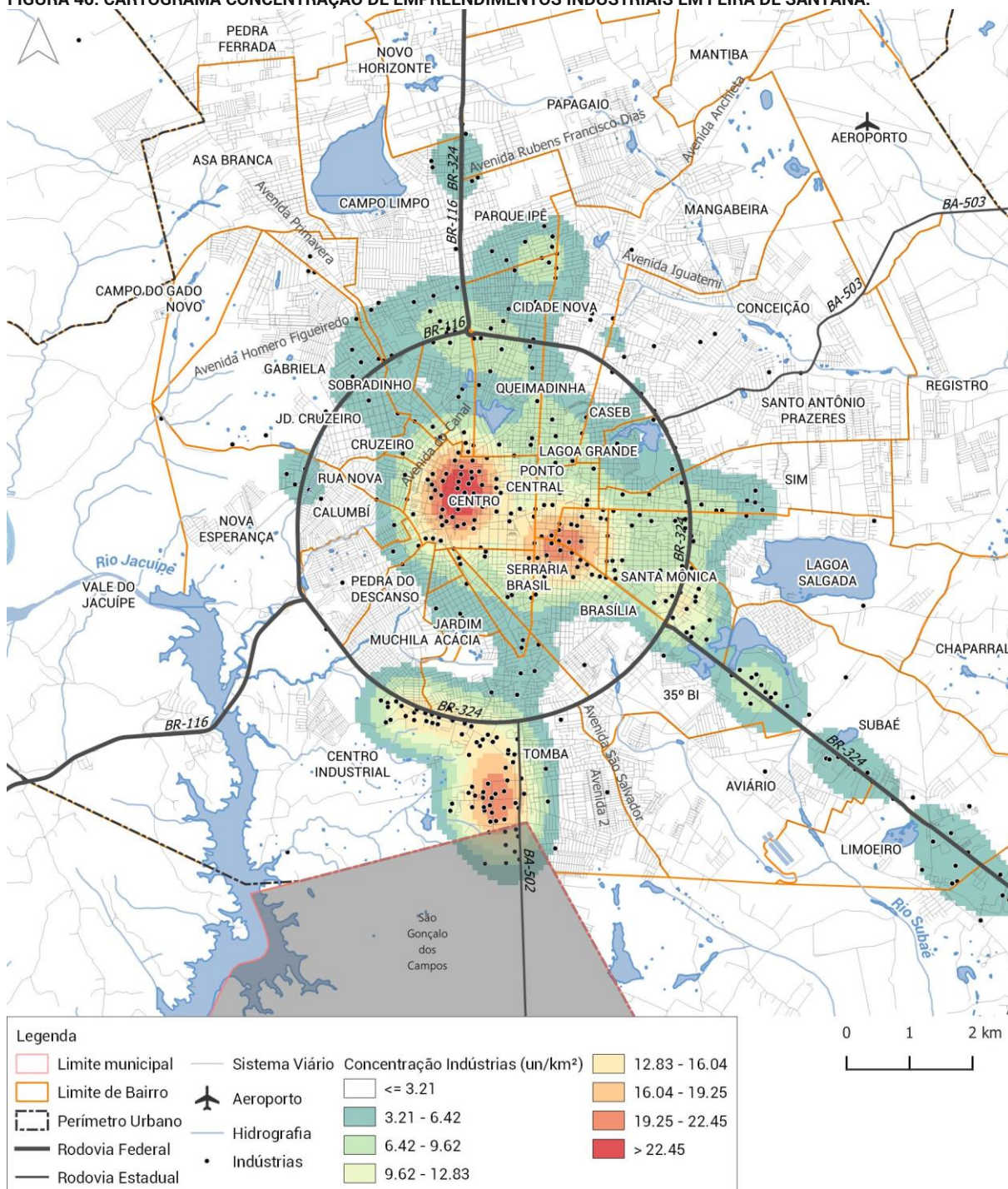
Quanto às indústrias em Feira de Santana, no ano de 2020, havia 767 cadastradas na Federação das indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

Como pode ser visualizado na FIGURA 46, estes empreendimentos estão dispersos por a área urbana, com maior concentração no interior do Anel de Contorno especialmente no centro da cidade. Sendo observado, ainda quantidade significativa de empreendimentos na porção sul, onde está instalado o CIS do Tomba, sentido distrito de Humildes e São Gonçalo, e CIS BR-324, sentido Conceição do Jacuípe. Nos últimos anos, indústrias na área do CIS BR-116 Norte (SANTOS e BASTOS, 2022).

Quando se fala na densidade de indústrias por habitante, o Centro e o bairro Subaé foram os que registraram um maior número, seguido do SIM, Limoeiro e Nova Esperança. Isso se deve, dentre outros fatores, ao fato de não ter sido contabilizada população residente no Centro Industrial. (FIGURA 46)

Dentre as principais atividades estão as ligadas ao ramo alimentício, vestimenta, metalúrgico, construção, instalação e manutenção e outros.

FIGURA 46: CARTOGRAMA CONCENTRAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS EM FEIRA DE SANTANA.

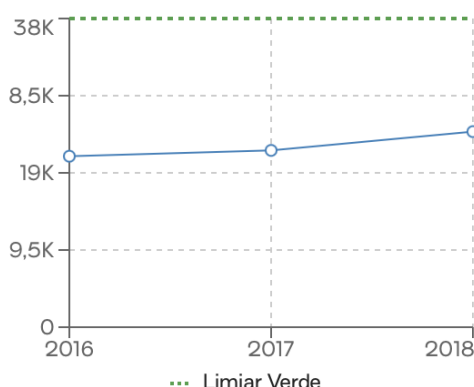


Além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas, levou-se em consideração os seguintes indicadores para as metas a seguir:

- **Meta 8.1:** PIB per capita;
- **Meta 8.3:** Desemprego.

Conforme apresentado na FIGURA 47, o Município de Feira de Santana teve um aumento PIB *per capita* entre os anos de 2016 e 2018 chegando a aproximadamente 24 mil reais, porém ainda há desafios significativos para alcançar o valor de atingimento do objetivo que é de 38 mil.

FIGURA 47: GRÁFICO PIB PER CAPTA DE FEIRA DE SANTANA – 2016 A 2018.



Fonte: IBGE PIB dos municípios, 2018. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

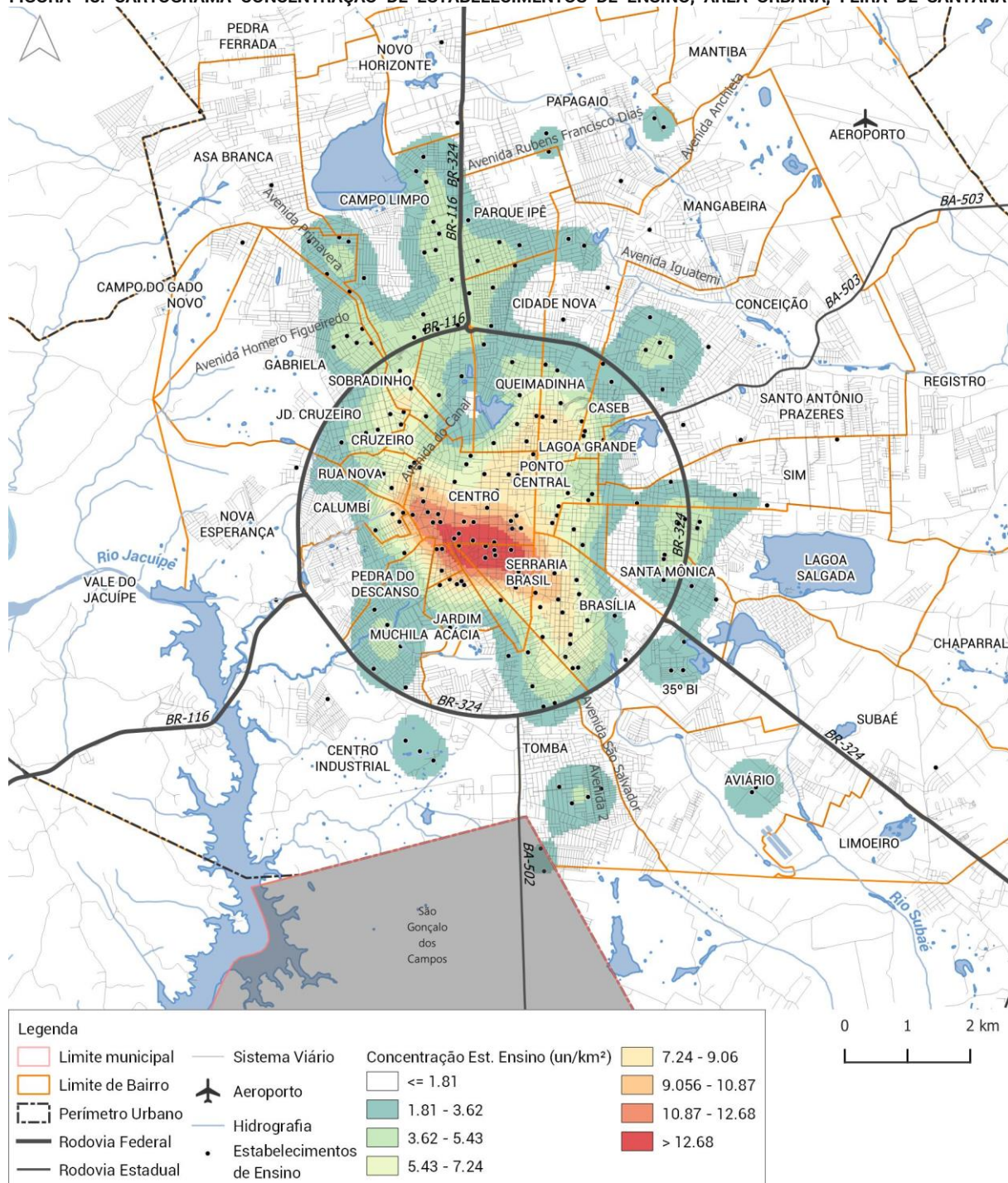
Para o indicativo de desemprego a taxa média de desemprego em 2010 era de 10,50, indicando que há grandes desafios para o atingimento do objetivo, visto que esta deve ser inferior a 3.

Segundo dados⁷⁶ do Plano de Mobilidade Urbana (AGKF Serviços de Engenharia, 2017), foram identificados 255 **estabelecimentos de ensino** na área urbana de Feira de Santana, no ano de 2017. Verifica-se a concentração desses estabelecimentos na área central, englobando os bairros Centro, Serraria Brasil, Olhos D'Água, e Chácara São Cosme, conforme pode ser visto na FIGURA 48. As cores indicadas no mapa representam a quantidade de unidades por quilômetro quadrado, demonstrando que somente na mancha vermelha há mais de 12 un/km². Nos bairros mais distantes, nota-se uma quantidade insignificante, ou até mesmo inexistência desses estabelecimentos.

Quando analisado em relação à densidade populacional, o Centro também se destaca, sendo o local com maior número de estabelecimentos de ensino por habitante. No entanto, verifica-se que alguns bairros mais distantes da porção central, como o SIM e Nova Esperança e Serraria Brasil tem uma concentração intermediária. Assim como alguns bairros como o Olhos D'Água, Cruzeiro e Rua Nova, mesmo próximos do Centro, apresentam um número menor de empreendimentos educacionais por habitante (FIGURA 49).

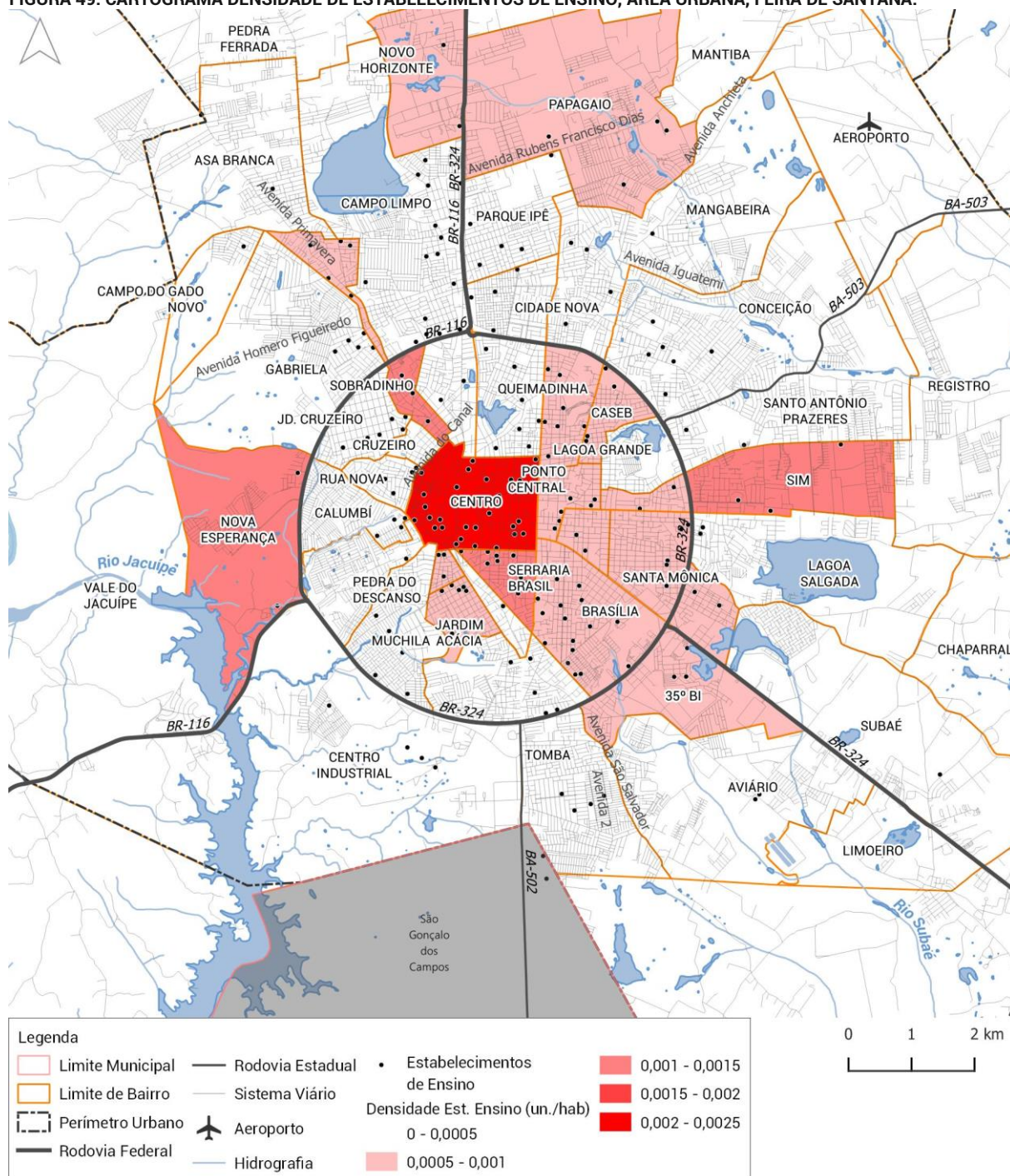
⁷⁶ Atividades Comércio e Serviço de Varejo – informação solicitadas à Prefeitura

FIGURA 48: CARTOGRAMA CONCENTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.



Fonte: AGKF Serviços de Engenharia, 2017. Elaborado por Consórcio Concremat-Tese, 2022.

FIGURA 49: CARTOGRAMA DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.



A análise referente às atividades relacionadas ao **serviço de saúde** do município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 3. Saúde e Bem-Estar**

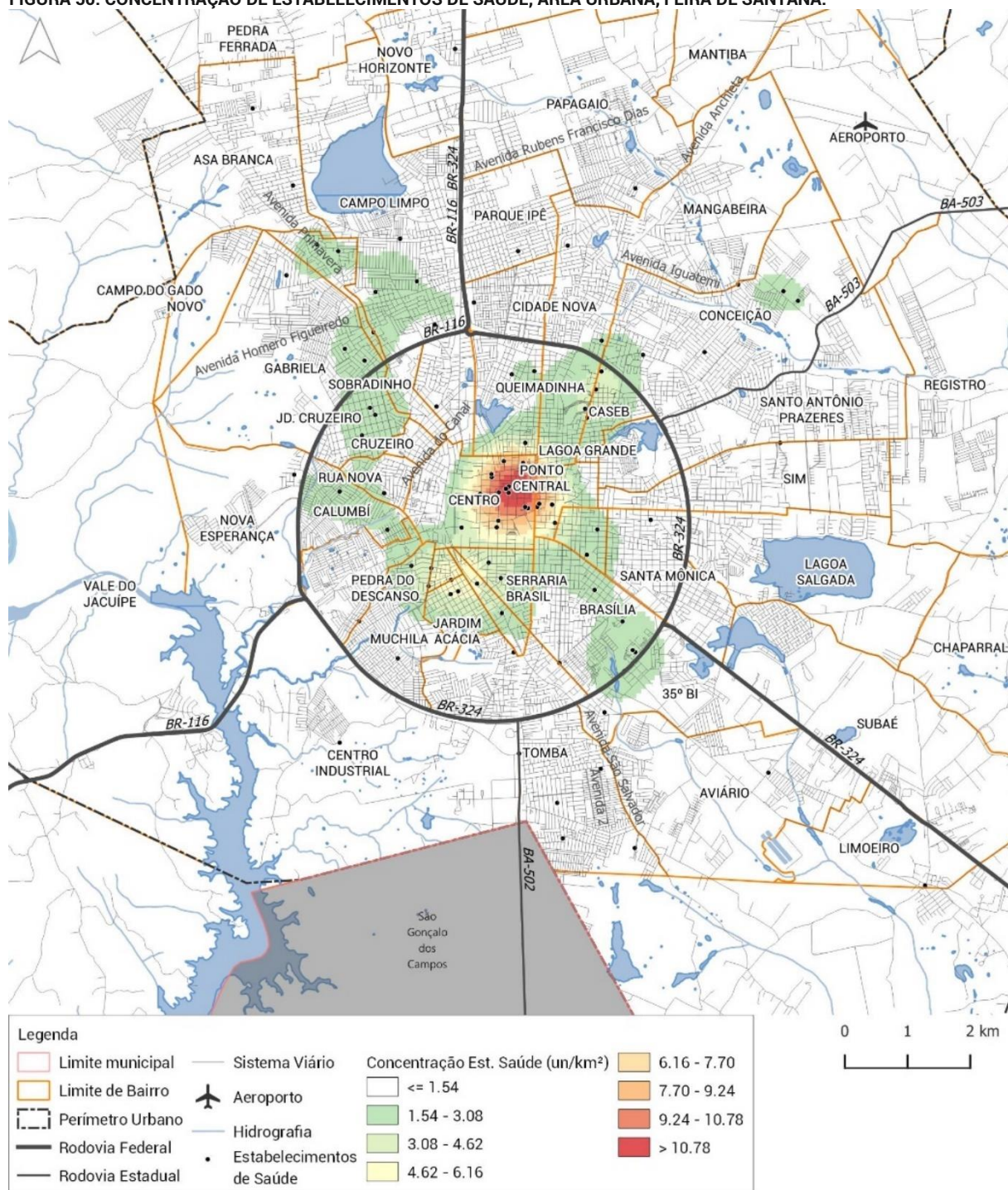
- **Meta 3.4:** Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.
- **Meta 3.8:** Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de

qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

Segundo dados do IBGE (2019), há, em Feira de Santana, 97 unidades de saúde, sendo 25 hospitais, três unidades de pronto-atendimento e 68 unidades básicas de saúde. No Centro foi verificada maior concentração – mais de 10 unidades por quilômetro quadrado, seguido da região abrangida pelos bairros Chácara São Cosme, Jd. Acácia, Olho D'Água e Serraria Brasil, com média de 4,62 a 6,16 un./km². Não foram identificadas unidades em alguns bairros como Lagoa Grande, Parque Getúlio Vargas, Sobradinho, Cruzeiro, e Pedra do Descanso – FIGURA 50.

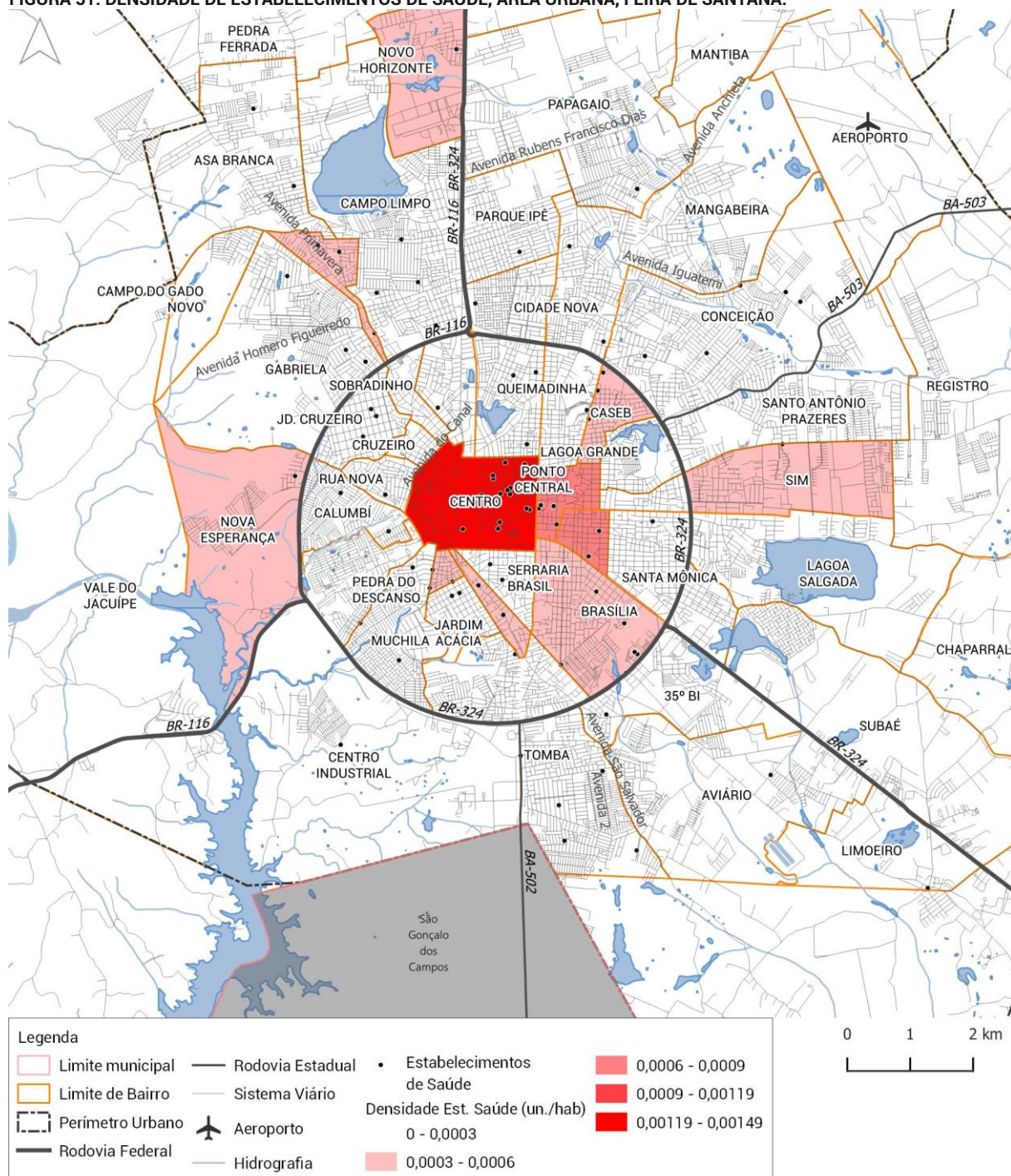
Quando comparado com sua população, entretanto, bairros como Caseb e Brasília apresentam mais unidades por habitante do que o Jardim Acácia e Serraria Brasil, por exemplo. (FIGURA 51).

FIGURA 50: CONCENTRAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.



Fonte: IBGE, 2019. Elaborado por Consórcio Concremat-Tese, 2022.

FIGURA 51: DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, ÁREA URBANA, FEIRA DE SANTANA.



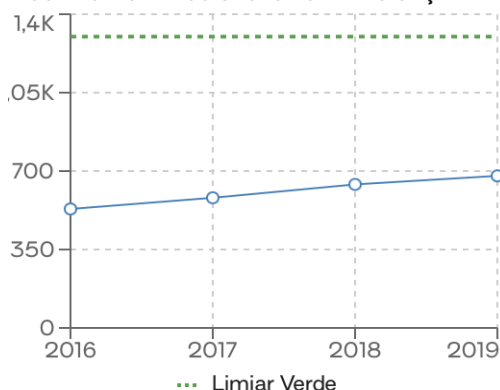
Fonte: IBGE, 2019. Elaborado por Consórcio Concremat-Tese, 2022.

Além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas, levou-se em consideração os seguintes indicadores para a meta 3.8:

- Orçamento municipal para a saúde
- População atendida por equipes de saúde da família
- Unidades Básicas de Saúde.

O primeiro indicativo para o orçamento municipal para a saúde, encontra-se com desafios significativos, pois apesar de uma média crescente nos últimos anos, como pode ser observado gráfico da FIGURA 52, ele ainda está baixo da meta. Seu valor em reais per capita no ano de 2019 era de 678,74, o valor ideal para o objetivo é de 1.300 reais per capita.

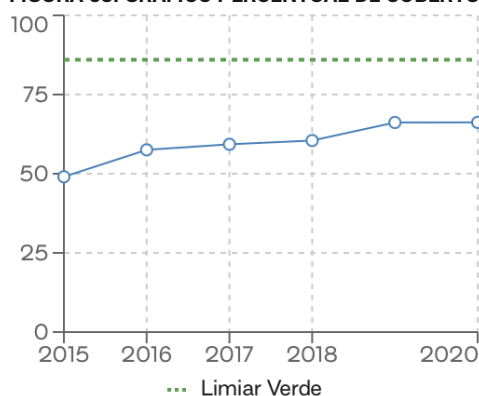
FIGURA 52: GRÁFICO GASTO TOTAL DO ORÇAMENTO MUNICIPAL EM SAÚDE, EM REAIS, PER CAPITA.



Fonte: DataSUS, 2019. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

O segundo indicativo, apesar da melhora dos índices nos últimos anos, também apresenta desafios significativos para atingir a meta (86%), pois a cobertura populacional por equipes de saúde da família era de apenas 66,2% em 2020 (FIGURA 53).

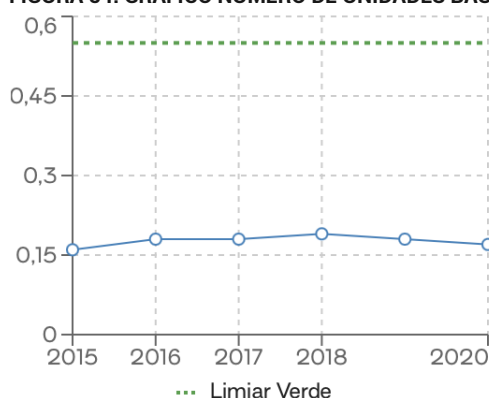
FIGURA 53: GRÁFICO PERCENTUAL DE COBERTURA POPULACIONAL POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA.



Fonte: DataSUS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

Já para o terceiro e último indicativo, referente à quantidade de unidades básicas públicas de atendimento em saúde não foi observada alteração significativa no período entre 2015 e 2020 (FIGURA 54), em 2020 era de 0,15 unidades/mil habitantes, bem inferior à meta de 0,55 unidades/mil habitantes. Contudo, o município apresenta elevado índice de atração para serviços de saúde de baixa e média complexidade (Ver TABELA 2: ÍNDICE DE ATRAÇÃO GERAL COMO DESTINO PARA MORADORES DE OUTROS MUNICÍPIOS PARA CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS no item 3.1Feira de Santana: escalas de aproximação)

FIGURA 54: GRÁFICO NÚMERO DE UNIDADES BÁSICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO EM SAÚDE, POR MIL HABITANTES.



Fonte: DataSUS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

4.3.3. Sistema viário

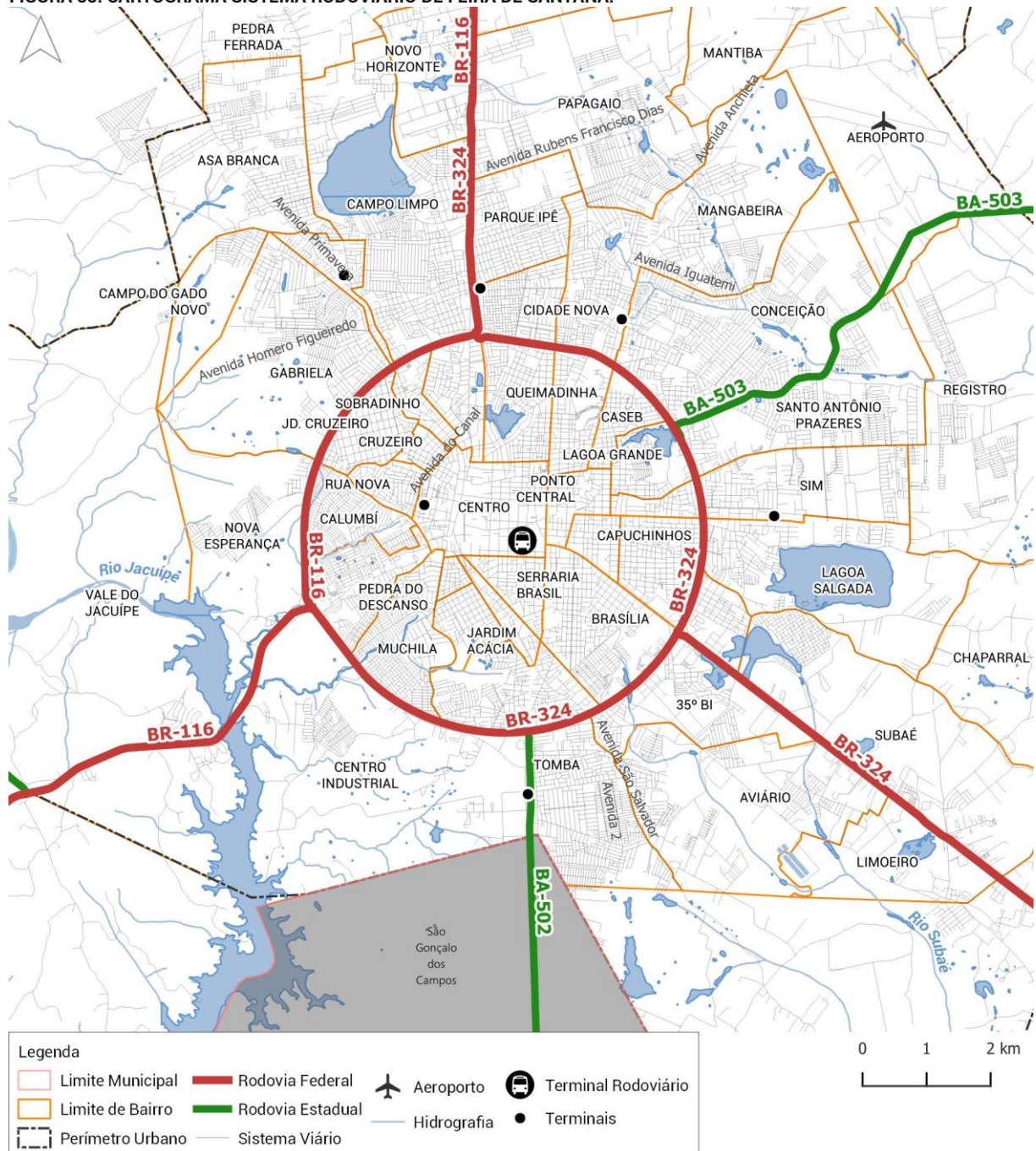
A análise referente ao Sistema Viário e Circulação do município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 9:** Indústria, inovação e infraestrutura
 - **Meta 9.1:** Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
 - **Meta 9.2:** Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
 - **Meta 9.3:** Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.

Em Feira de Santana, o **sistema viário** é condicionado e caracterizado pelo sistema regional, ou seja, rodovias federais, estaduais e municipais: O **sistema rodoviário regional** afeto à Feira de Santana é composto pelas:

- BR-324 – Rodovia Eng. Vasco Filho (Salvador – Feira de Santana) – 113,2 Km: importante interligação estadual, que atravessa a região de alta densidade demográfica. Salvador e Feira de Santana são fortes polos de atração de viagens de veículos de passeio.
- BR-116 – Rodovia Santos Dumont (Feira de Santana – Divisa BA/MG) – 554,1 km: caracteriza-se pelo intenso tráfego de veículos comerciais, exercendo um papel de eixo de integração norte-sul do país, interligando a região Nordeste às regiões Sul e Sudeste.
- Rodovias estaduais: BA-502 ao sul e BA-503 ao nordeste, conforme FIGURA 55 a seguir.

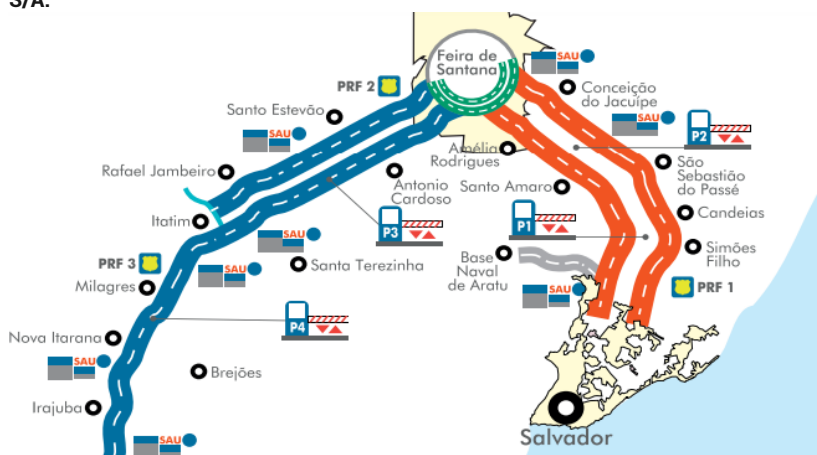
FIGURA 55: CARTOGRAMA SISTEMA RODOVIÁRIO DE FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

As rodovias são administradas pela ViaBahia Concessionária de Rodovias S/A – Serviço ao Usuário: BR-116 – 0800 6000 116 – BR-324 – 0800 6000 324. A concessionária administra o trecho da BR-324, entre Salvador e Feira de Santana, e o trecho da BR-116, entre Feira de Santana e a divisa com o estado de Minas Gerais, como demonstrado na FIGURA 56.

FIGURA 56: CARTOGRAMA DOS TRECHOS RODOVIÁRIOS ADMINISTRADOS PELA VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A.



Fonte: Via Bahia⁷⁷

Por estar localizada no entroncamento de diversas rodovias, entre elas duas das principais rodovias federais (BR-116 e BR-324), além das estaduais, Feira de Santana possui sérios problemas com o tráfego circulação de veículos pesados na área urbana, conforme identificado no Plano de Mobilidade (PlanMob) (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Os dados demonstram que o maior fluxo, em ambos os sentidos, é na BR-324, em torno de 5 milhões de veículos em cada sentido, enquanto na BR-116 o fluxo chega a aproximadamente 2 milhões de veículos por sentido.

Os números de veículos mais expressivos são os da categoria 1 - automóvel, caminhonete e furgão (dois eixos), seguido pelos da categoria 6 - caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (quatro eixos) e categoria 3 - automóvel e caminhonete com semirreboque (três eixos) (TABELA 42).

TABELA 42: VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO BR-116 E BR-324 DE 2015 A 2022.

Categoria (a)	Volume total BR-116		Volume total BR-324	
	Sentido crescente (b)	Sentido decrescente	Sentido crescente	Sentido decrescente
2015				
Categoria 1	673.699	664.901	3.884.486	3.910.181
Categoria 2	136.835	143.118	466.398	449.841
Categoria 3	260.124	239.823	343.997	359.133
Categoria 4	126.329	170.782	147.346	152.015
Categoria 5	197.020	185.477	156.270	160.205
Categoria 6	293.165	278.437	173.015	193.263
Categoria 7	111.498	109.728	75.377	86.350
Categoria 8	2.290	2.571	1.799	1.491
Categoria 9	95.605	61.514	58.889	40.276
Categoria 10	8.069	7.794	15.373	15.161
Categoria 11	2.404	2.396	3.691	3.636
Categoria 12	24.756	24.887	104.471	106.415

⁷⁷Informação disponível em: <https://www.viabahiasa.com.br/downloads/>

Categoria (a)	Volume total BR-116		Volume total BR-324	
	Sentido crescente (b)	Sentido decrescente	Sentido crescente	Sentido decrescente
Total	1.931.794	1.891.428	5.431.112	5.477.967
2016				
Categoria 1	725.696	684.434	3.837.350	3.892.220
Categoria 2	142.023	157.625	480.566	456.966
Categoria 3	241.346	217.693	294.490	320.921
Categoria 4	145.079	178.683	179.898	164.475
Categoria 5	184.655	170.861	135.917	138.038
Categoria 6	263.316	248.585	127.644	161.576
Categoria 7	91.933	94.413	55.535	72.767
Categoria 8	2.117	2.620	1.869	1.430
Categoria 9	87.636	59.347	45.449	36.524
Categoria 10	8.401	7.893	15.497	15.686
Categoria 11	2.423	2.379	3.794	3.849
Categoria 12	26.682	26.532	109.314	111.475
Total	1.921.307	1.851.065	5.287.323	5.375.927
2017				
Categoria 1	734.222	720.894	3.927.491	3.953.556
Categoria 2	147.697	168.532	496.368	459.933
Categoria 3	243.911	217.254	283.194	317.716
Categoria 4	152.194	197.134	187.143	178.933
Categoria 5	190.481	178.585	140.011	143.764
Categoria 6	277.424	265.289	134.970	178.097
Categoria 7	98.145	106.146	66.241	84.350
Categoria 8	2.802	3.161	3.083	1.742
Categoria 9	115.264	61.542	73.595	40.829
Categoria 10	8.711	8.323	16.706	16.667
Categoria 11	2.557	2.552	5.324	5.317
Categoria 12	24.569	24.605	106.305	107.473
Total	1.997.977	1.954.017	5.440.431	5.488.377
2018				
Categoria 1	709.954	696.032	3.913.398	3.938.739
Categoria 2	149.681	166.249	507.595	475.975
Categoria 3	236.959	213.770	287.099	311.841
Categoria 4	153.933	196.601	190.519	180.157
Categoria 5	187.256	182.223	137.429	148.427
Categoria 6	276.660	269.881	128.774	187.799
Categoria 7	88.900	100.511	61.189	83.021
Categoria 8	3.826	3.226	4.332	2.389
Categoria 9	136.468	64.093	93.971	45.196
Categoria 10	9.092	8.626	16.858	16.647
Categoria 11	2.550	2.517	4.898	4.938
Categoria 12	25.066	25.132	107.948	109.607
Total	1.980.345	1.928.861	5.454.010	5.504.736
2019				
Categoria 1	690.927	673.101	3.889.549	3.926.307
Categoria 2	149.816	163.715	523.206	478.601

Categoria (a)	Volume total BR-116		Volume total BR-324	
	Sentido crescente (b)	Sentido decrescente	Sentido crescente	Sentido decrescente
Categoria 3	221.725	206.405	278.870	315.407
Categoria 4	157.018	184.442	194.863	183.035
Categoria 5	187.225	176.313	139.119	145.769
Categoria 6	266.241	274.111	139.254	193.229
Categoria 7	72.112	85.552	51.656	72.597
Categoria 8	4.051	2.964	4.233	2.312
Categoria 9	140.094	71.786	100.615	53.313
Categoria 10	8.677	8.190	17.364	17.297
Categoria 11	2.684	2.635	5.288	5.316
Categoria 12	23.702	23.269	109.687	111.381
Total	1.924.272	1.872.483	5.453.704	5.504.564
2020				
Categoria 1	654.889	646.105	3.322.460	3.387.839
Categoria 2	139.997	159.453	454.844	413.769
Categoria 3	199.642	184.993	253.409	287.375
Categoria 4	155.218	180.781	193.624	181.436
Categoria 5	184.711	171.513	132.610	139.283
Categoria 6	291.238	303.287	145.468	207.972
Categoria 7	66.910	78.947	54.362	66.434
Categoria 8	3.596	2.916	3.928	2.407
Categoria 9	153.920	85.924	110.112	65.226
Categoria 10	8.374	7.775	17.108	17.504
Categoria 11	2.622	2.532	5.570	5.704
Categoria 12	23.978	23.456	100.467	102.844
Total	1.885.095	1.847.682	4.793.962	4.877.793
2021				
Categoria 1	652.865	600.808	3.378.393	3.501.830
Categoria 2	143.025	151.871	415.578	456.923
Categoria 3	198.417	191.133	294.282	266.281
Categoria 4	173.683	176.944	192.447	196.611
Categoria 5	178.030	172.977	135.298	135.944
Categoria 6	295.822	309.587	212.642	156.904
Categoria 7	81.190	85.287	74.781	62.251
Categoria 8	7.956	7.836	6.835	6.934
Categoria 9	141.847	97.539	74.473	98.476
Categoria 10	17.360	14.769	22.588	22.400
Categoria 11	3.314	3.230	7.504	7.142
Categoria 12	22.442	22.452	89.359	96.360
Total	1.915.951	1.834.433	4.904.180	5.008.056

Notas: (a) categorias:

- 1 - Automóvel, caminhonete e furgão (2 eixos);
- 2 - Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão (2 eixos);
- 3 - Automóvel e caminhonete com semirreboque (3 eixos);
- 4 - Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus (3 eixos);
- 5 - Automóvel e caminhonete com reboque (4 eixos);
- 6 - Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (4 eixos);
- 7 - Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (5 eixos) e;
- 8 - Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (6 eixos);
- 9 - Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (7 eixos);

10 - Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque (8 eixos)

11 - Motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas motorizadas;

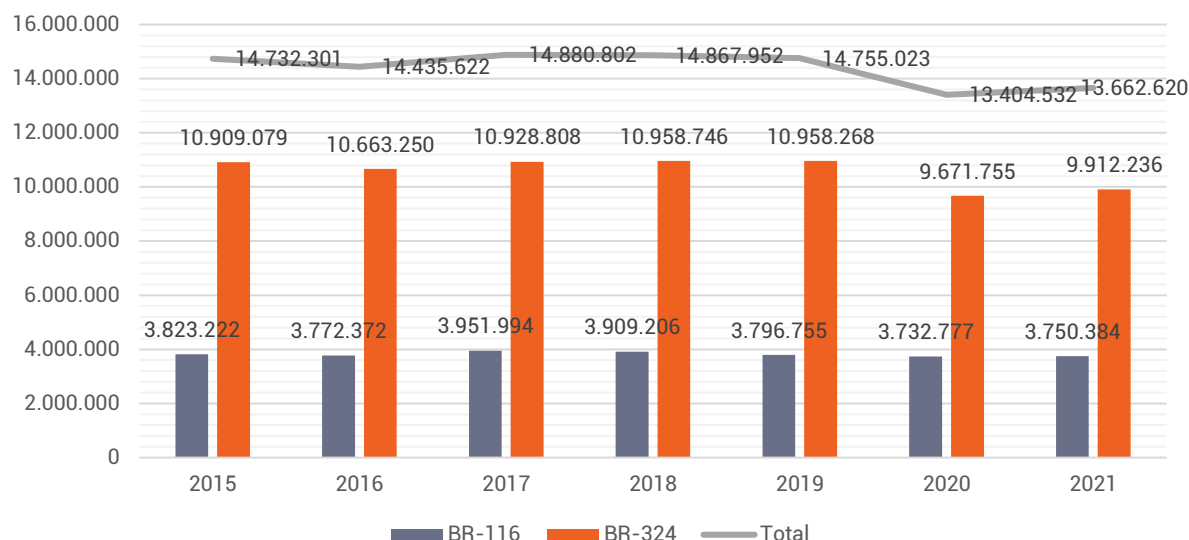
12 - Ambulância, veículos oficiais e do corpo diplomático.

(b) Orientação de direção geral (ANTT, 2022b).

Fonte: ANTT, 2022c.

No gráfico da FIGURA 57, é observada uma queda no volume de tráfego em 2020, sobretudo na BR-324, mas com uma recuperação em 2021, fato que pode ser explicado pela redução de deslocamentos decorrente da pandemia.

FIGURA 57: GRÁFICO VOLUME DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS NAS PRAÇAS DE PEDÁGIO BR-116 E BR-324 DE 2015 A 2022



Fonte: ANTT, 2022c.

O **sistema viário urbano** corresponde às vias de circulação inseridas nos perímetros urbanos do município, constituído por ruas, avenidas, alamedas, travessas e outros tipos de denominações. De acordo com o PlanMob, o sistema viário de Feira de Santana apresenta uma malha viária ortogonal regular em grande parte de sua Área Urbana e Central, com exceção de grandes espaços vazios junto ao Anel de Contorno que caracteriza uma malha viária irregular e descontínua. Em especial, cita-se a ausência de vias de integração no sentido Leste-Oeste e irregularidade nas larguras de caixa de rolamento, de calçadas e de perfis das vias urbanas, mas que possuem potencial para se ligarem e formam um sistema integrado (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Em Feira de Santana, a Lei complementar nº 118 de 20 de dezembro de 2018 (FEIRA DE SANTANA, 2018b) que institui o Plano de Mobilidade de Feira de Santana define:

via arterial (va): destinada a atender a grandes demandas de viagens urbanas, assegurando melhor fluidez no tráfego, adequadas condições de acesso e circulação dos transportes coletivos, bem como, segurança na travessia de pedestres, conciliando os tráfegos de passagem local;

via coletora (vc): com função de coletar e distribuir o tráfego de todas as nucleações residenciais e/ou comerciais, de serviços e outros, efetuando a alimentação às vias arteriais (va) e/ou corredores de transportes próximos, proporcionando acesso direto às propriedades lindeiras, apresentando alta acessibilidade e menor fluidez de tráfego;

via exclusiva (vex): aquela cuja função básica é atender a uma determinada especificidade e exclusividade de transporte de passageiros e cargas;

via expressa (ve): aquela cuja função básica é atender aos grandes volumes de tráfego em percurso interurbano e com acesso às propriedades lindeiras através de via marginal;

via local (vl): aquela cuja função básica é permitir o acesso às moradias e/ou as atividades comerciais, de serviços, industriais, institucionais, especiais, etc;

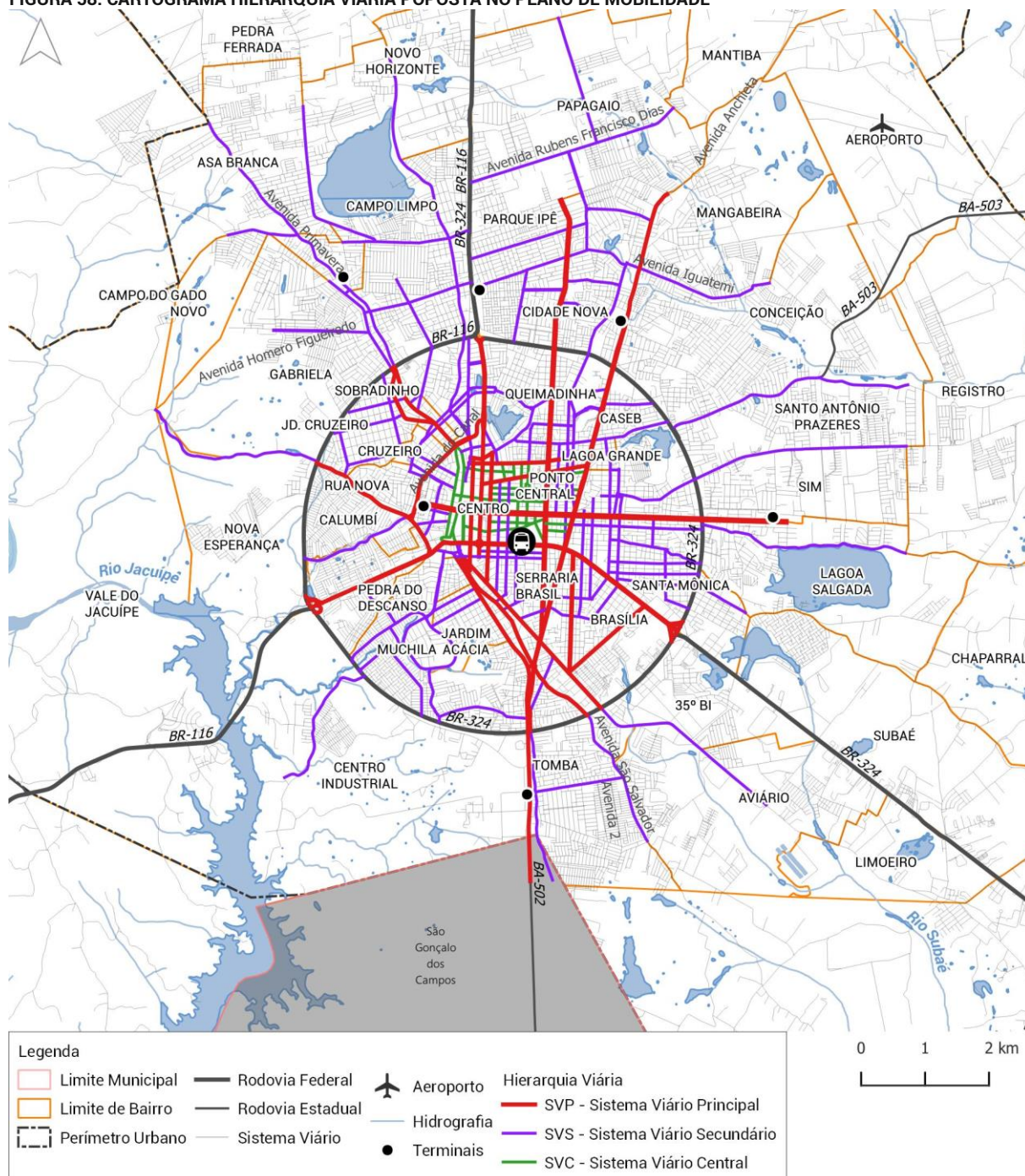
via marginal (vm): auxilia ao sistema de vias expressas (vex) e/ou arteriais (va). Se desenvolve paralela a estas, possibilitando o acesso às propriedades lindeiras e às vias hierarquicamente inferiores;

via de pedestre (vp): destina-se exclusivamente a circulação de pedestres com padrões geométricos de desenho variável de acordo com as exigências específicas do sítio, clientela ou usuário. Ocasionalmente, podem se caracterizar como espaços públicos de lazer;

Atualmente proposições do Plano de Mobilidade de 2017 (FIGURA 58) não estão regulamentadas, no qual as vias foram divididas em:

- Sistema Viário Principal – SVP: compreende os corredores de tráfego como: Anéis de contorno para o tráfego pesado e de passagem; Vias de contorno ou perimetrais que contornam a cidade e possibilitam a ligação de um extremo a outro sem passar pela área central; Vias com características rodoviárias na área urbanizada; Vias principais: composto pelas principais avenidas; Vias arteriais: dão acesso e distribuição à cidade, onde se encontra a área comercial e possuem maior intensidade de tráfego.
- Sistema Viário Principal – SVS: é configurado por um sistema de vias coletoras que ligam as vias locais às vias arteriais de contorno ou às vias rodoviárias, com tráfego de passagem e pelas vias locais que dão acesso às áreas residenciais e não apresentam a circulação de tráfego de passagem.
- Sistema Viário Central – SVC:

FIGURA 58: CARTOGRAMA HIERARQUIA VIÁRIA POPOSTA NO PLANO DE MOBILIDADE

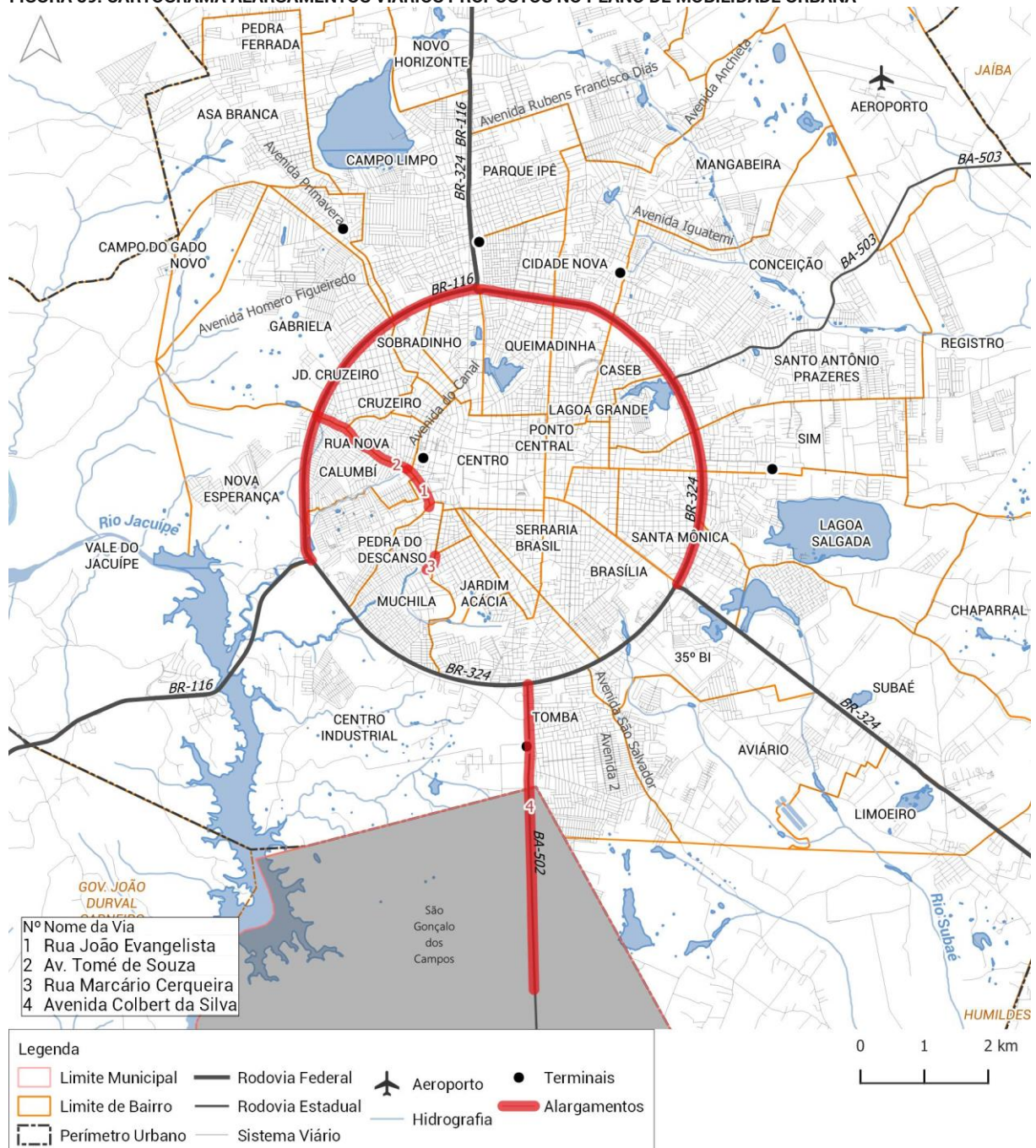


Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consórcio Tese Concremat

As principais **intervenções no sistema viário** propostas no Plano de Mobilidade Urbana (FEIRA DE SANTANA, 2017). Juntamente com a equipe da Prefeitura, pretende-se identificar quais obras apresentadas já estão em processo de execução.

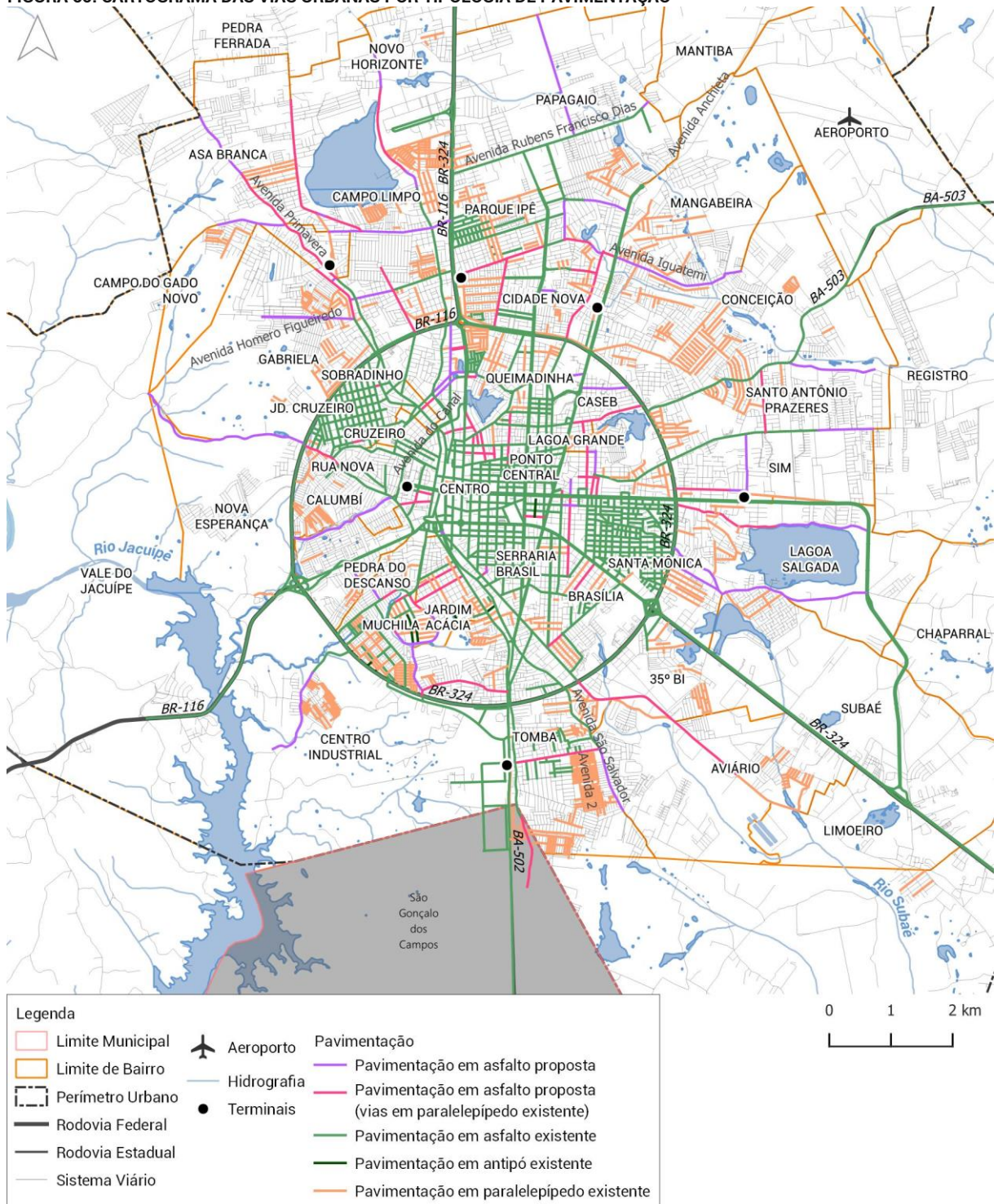
- **Duplicação da Avenida Padre José de Anchieta (Avenida Canal):** a Avenida do Canal é de grande importância estratégica, configurando-se no futuro o “Anel Oeste”, de contorno do Centro Tradicional, interligando a Avenida José Falcão, acesso norte, com a Avenida Rio de Janeiro, acesso oeste. Esta avenida de 2 km de comprimento servirá de perimetral central e de circulação obrigatória para o tráfego pesado com destino ao centro de abastecimento.
- **Duplicação da Avenida Mário Pessoa, entre João Evangelista e JJ Seabra:** a Avenida Mário Pessoa é de grande importância estratégica, absorvendo o tráfego proveniente das rodovias federais BR-116 e BR-324, além do tráfego do anel de contorno e das Avenidas Rio de Janeiro e Presidente Dutra, constituindo-se em um dos principais eixos viários de Feira de Santana. Esta avenida de 0,85 km de comprimento servirá de circulação obrigatória para o tráfego pesado com destino ao centro tradicional.
- **Estruturação e complementação das Avenidas Maria Quitéria e Francisco Fraga Maia:** a Avenida Maria Quitéria é interrompida no seu trecho sul próximo da Avenida João Durval Carneiro. É proposta a complementação da Avenida Maria Quitéria até a Avenida João Durval Carneiro. A Avenida Francisco Fraga Maia é a continuação da Avenida Maria Quitéria ao norte. É proposto o prolongamento da Avenida Francisco Fraga Maia na direção norte de modo a conectar-se com a BR 116 Norte nas proximidades da UEFS.
- **Perimetral Norte :** é proposta a execução do projeto existente da Perimetral Norte de Feira de Santana que interliga a BR 324 e BR 101 passando pela BA-503 até a BR-116 Norte, passando próximo ao aeroporto de Feira de Santana. Portanto, de vital importância para a logística da região, conecta as principais rodovias federais e estaduais com o aeroporto, viabilizando a potencialização do equipamento e solucionando sua deficiência de conexões viárias.
- **Aumento de capacidade ou alargamento de vias:** Rua João Evangelista, entre Rio de Janeiro e Avenida do Canal; Rua Tomé de Souza, até o Anel; Rua Marcário Cerqueira, trecho entre rua Sete de Setembro e rua L.; duplicação da Avenida Colbert Martins da Silva (corredor sul), trecho urbano; duplicação de todo o trecho norte do Anel de Contorno, entre a BR-324 e BR-116 Sul, além da complementação das vias marginais do referido trecho (FIGURA 59).
- **Pavimentação Asfáltica:** visando pavimentar a totalidade das vias urbanas dos SVP, SVS e SVC, é proposta a pavimentação de algumas vias que hoje possuem paralelepípedo, além de vias que atualmente não estão pavimentadas (FIGURA 60).
- **Obras de Arte:** construção de viadutos sobre as vias existentes ou trincheiras sob as vias existentes, de modo a garantir a fluidez e mobilidade da cidade, considerando a tendência de continuação de crescimento da frota e dos fluxos de veículos. Em médio prazo, é proposta a implantação das seguintes obras de arte: Binário do Pampalona (Amaralina/Primavera) com Anel de Contorno; Avenida Maria Quitéria com Avenida Presidente Dutra; Binário Senador Quintino / Rua do Salvador com Anel de Contorno (FIGURA 61).

FIGURA 59: CARTOGRAMA ALARGAMENTOS VIÁRIOS PROPOSTOS NO PLANO DE MOBILIDADE URBANA



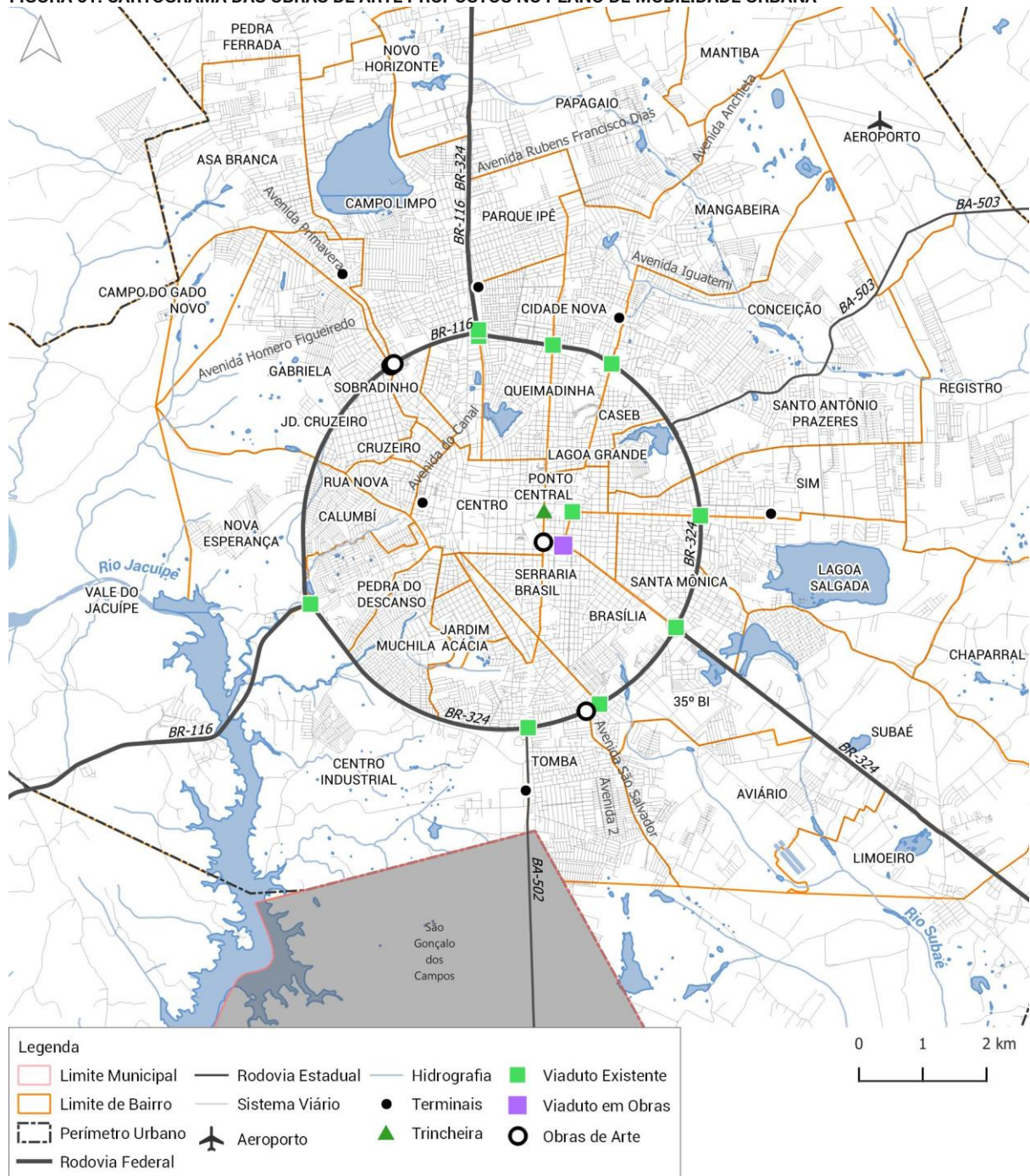
Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

FIGURA 60: CARTOGRAMA DAS VIAS URBANAS POR TIPOLOGIA DE PAVIMENTAÇÃO



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

FIGURA 61: CARTOGRAMA DAS OBRAS DE ARTE PROPOSTAS NO PLANO DE MOBILIDADE URBANA



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consórcio Tese Concremat

4.3.4. Mobilidade Urbana

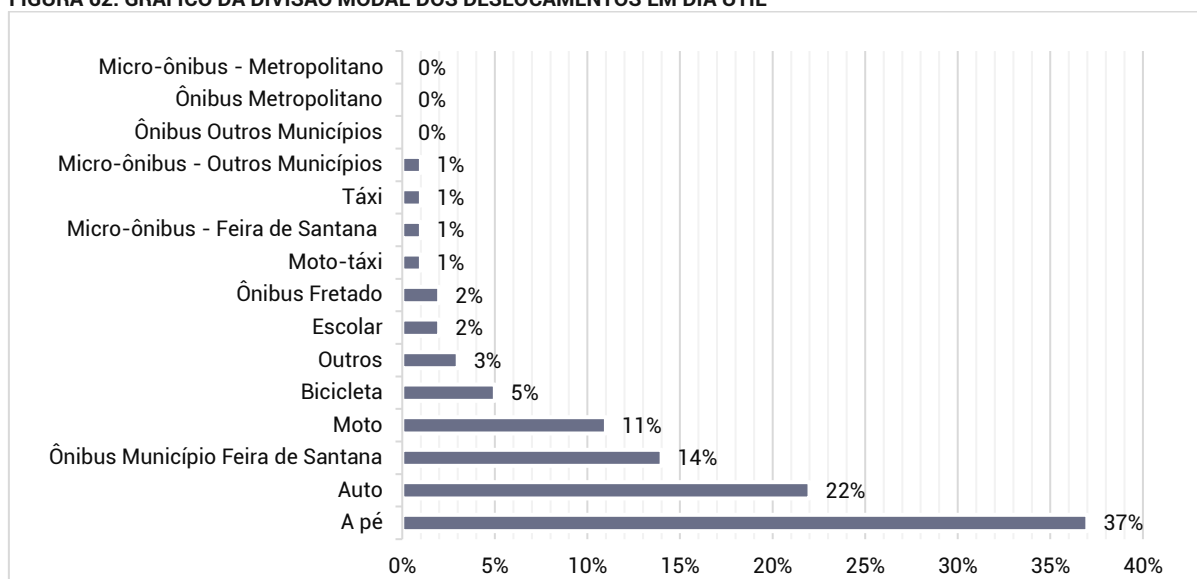
A análise referente a Mobilidade Urbana do município de Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 9:** Indústria, inovação e infraestrutura
 - **Meta 9.1:** Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis
 - **Meta 9.2:** Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos
 - **Meta 9.3:** Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
- **Objetivo 11.** Cidades e comunidades sustentáveis
 - **Meta 11.2:** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
 - **Meta 11.6:** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
 - **Meta 11.7:** Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Em 2014, foi realizada a Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de Feira de Santana, pela COMAP Consultoria Marketing Planejamento e Representações Ltda., que levantou informações acerca do deslocamento da população em um dia útil típico e, através dos dados coletados, foi possível mensurar a projeção das informações, considerando os horizontes previstos para os projetos na região.

A pesquisa identificou os modos de deslocamentos, como demonstrado na FIGURA 62 e TABELA 43, onde o transporte não motorizado representou 42%: a pé com 37% e de bicicleta apenas 5%; e o transporte motorizado correspondeu a 58%: o individual 38% (automóvel 22%, motos 11% e 5% outros); e o coletivo correspondendo a 20%: transporte coletivo municipal a 14% e 5% outros.

FIGURA 62: GRÁFICO DA DIVISÃO MODAL DOS DESLOCAMENTOS EM DIA ÚTIL



Fonte: Pesquisa de Mobilidade – Região Metropolitana de Feira de Santana. Elaborado por Consórcio Concremat-Tese, 2022.

TABELA 43: SÍNTESE DOS DESLOCAMENTOS POR MODAL EM DIA ÚTIL

MODO					
Não motorizado	48%	A pé	37%		
		Bicicleta	5%		
Motorizado	58%	Individual	38%	Automóvel	22%
				Motocicleta	11%
				Outros	5%
		Coletivo	20%	Municipal (SIT)	14%
				Outros	6%

Fonte: Pesquisa de Mobilidade – Região Metropolitana de Feira de Santana.

Segundo SENATRAN (2022) a frota de veículos em Feira de Santana nos últimos 20 anos houve um crescimento significativo da frota de veículos (383,4%), especialmente de automóveis (272,7%) e motocicletas (737,2%), conforme dados apresentados na TABELA 44.

TABELA 44: FROTA DE VEÍCULOS DE FEIRA DE SANTANA PARA OS ANOS DE 2002, 2012 E 2022.

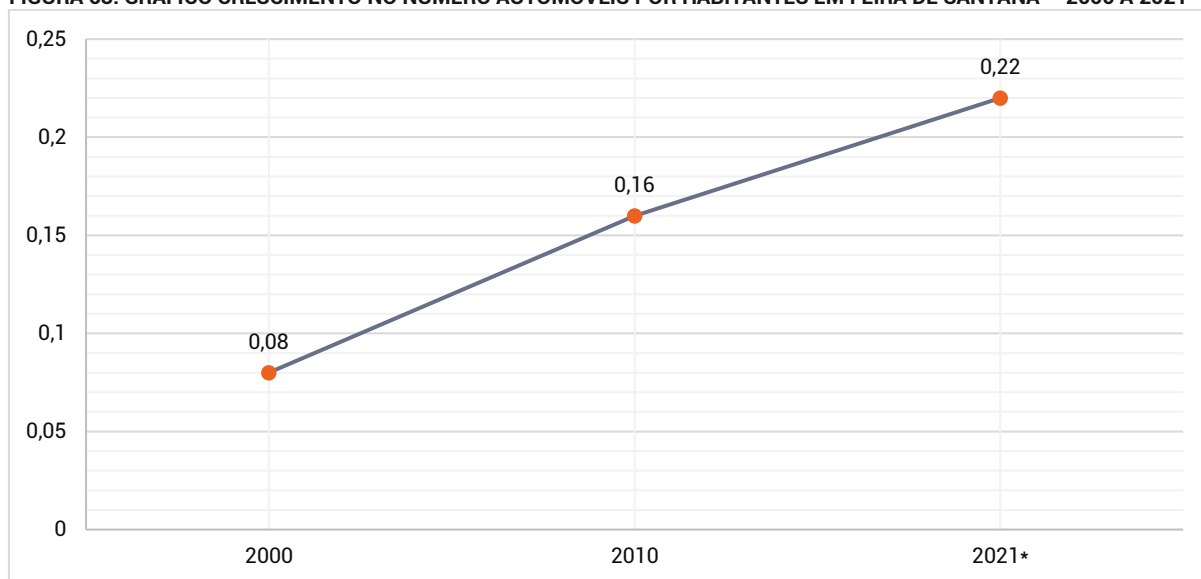
	2002	%	2012	%	2022	%
Automóvel	37.652	56,67	88.163	44,82	140.332	43,69
Bonde	0	-	0	-	0	-
Caminhão	4.460	6,71	8.321	4,23	10.165	3,16
Caminhão trator	629	0,95	1.690	0,86	2.545	0,79
Caminhonete	1.962	2,95	14.259	7,25	24.871	7,74
Camioneta	5.806	8,74	4.303	2,19	8.692	2,71
Chassi plataf	34	0,05	11	0,01	10	0,00
Ciclomotor	7	0,01	11	0,01	5.263	1,64
Micro-ônibus	439	0,66	1.119	0,57	1.632	0,51
Motocicleta	10.528	15,84	58.223	29,60	87.088	27,11
Motoneta	2.328	3,50	13.236	6,73	25.796	8,03
Ônibus	720	1,08	1.201	0,61	1.445	0,45

	2002	%	2012	%	2022	%
Quadriciclo	0	-	0	-	0	-
Reboque	960	1,44	2.816	1,43	5.755	1,79
Semi-reboque	790	1,19	2.064	1,05	3.228	1,01
Side-car	96	0,14	147	0,07	147	0,05
Outros	8	0,01	6	0,00	800	0,25
Trator estei	0	-	0	-	0	-
Trator rodas	3	0,00	10	0,01	23	0,01
Triciclo	1	0,00	123	0,06	217	0,07
Utilitário	21	0,03	1.003	0,51	3.179	0,99
Total	66.444	100%	196.706	100%	321.188	100%

Fonte: SENATRAN, 2022.

O gráfico a seguir apresenta o crescimento no número automóveis por habitantes nos últimos 20 anos. Em 2000 a população era 480.949 pessoas, passando para cerca de 624 mil em 2021, conforme estimativa do IBGE, um crescimento de 30%, enquanto o crescimento do número de veículos foi muito mais acentuado. Esse cenário apontou que nos anos 2000, o número de automóvel por habitante era de 0,08, enquanto em 2021 esse número passou para 0,22, um aumento de 175% (FIGURA 63).

FIGURA 63: GRÁFICO CRESCIMENTO NO NÚMERO AUTOMÓVEIS POR HABITANTES EM FEIRA DE SANTANA – 2000 A 2021

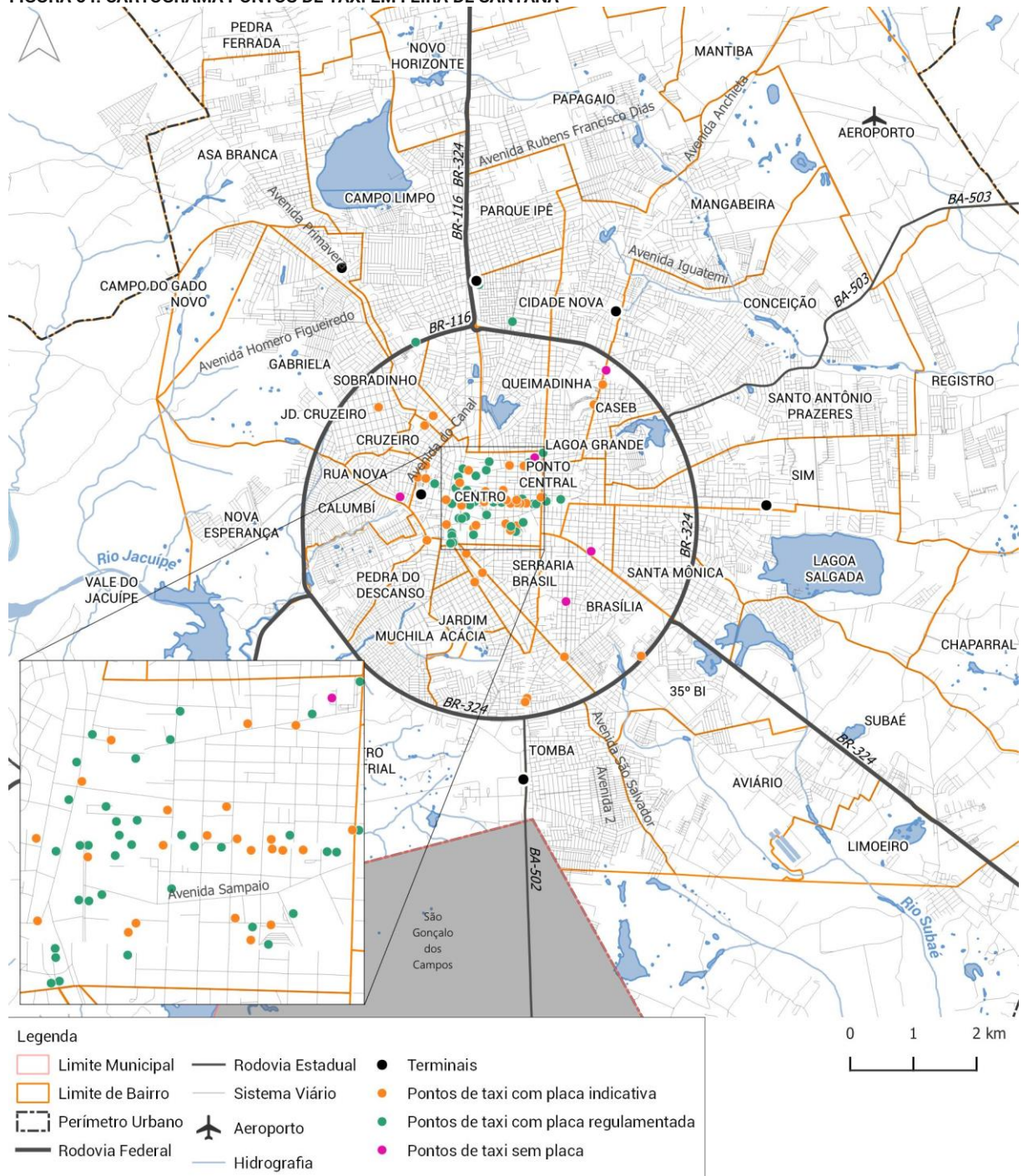


Fonte: IBGE, 2022; SENATRAN, 2022.⁷⁸

Ainda, com relação ao **transporte privado**, segundo o Plano de Mobilidade, atualmente a cidade de Feira de Santana possui uma frota de 1349 táxis e 484 mototáxis regulares em operação. Essas frotas estão distribuídas em pontos apresentados na FIGURA 64 e FIGURA 65.

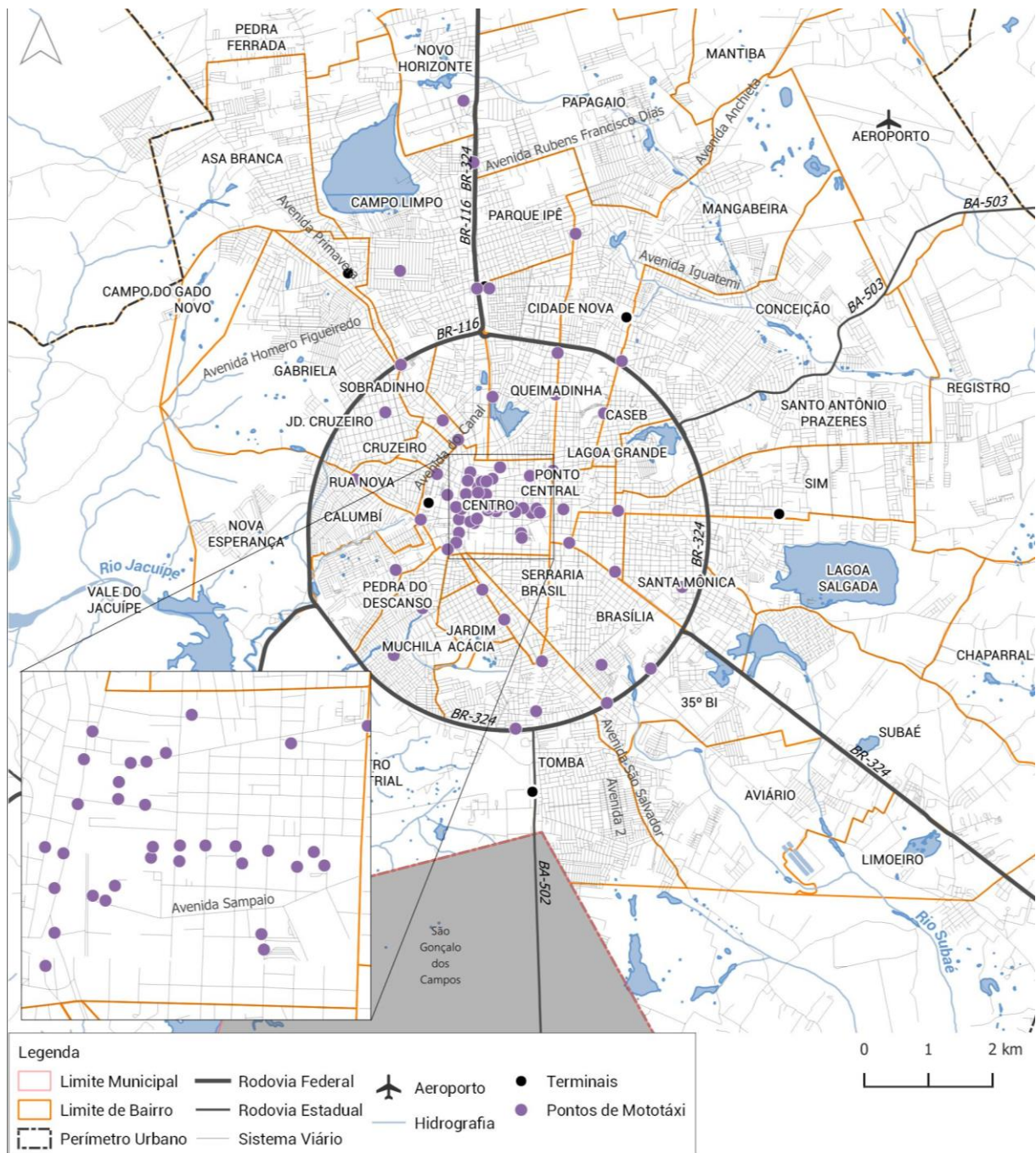
⁷⁸ População estimada 2021 do IBGE.

FIGURA 64: CARTOGRAMA PONTOS DE TÁXI EM FEIRA DE SANTANA



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

FIGURA 65: CARTOGRAMA PONTOS DE MOTOTÁXI EM FEIRA DE SANTANA



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

Embora a oferta atenda o município, aponta-se para a necessidade de redimensionar a frota total de veículos, para melhor equilíbrio entre número de veículos e a demanda da população. Indica-se também a importância na modernização dos regramentos a certa das permissões, principalmente para taxistas, e apontam sistemas tecnológicos baseados em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para melhor monitoramento e segurança no sistema.

Destaca-se que o PlanMob ao ser desenvolvido, em 2017, ainda não se atentava ao transporte público individual prestados pelas plataformas digitais de transporte. Ponto ausente no plano e que possui relevância atualmente.

Identificou-se o seguinte indicado para a Meta 11.2: Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora. Ainda existem desafios para alcançar a meta de 5% visto que em Feira de Santana era de 9,80% em 2010 (PNUD, 2010).

O **transporte coletivo** em Feira de Santana teve uma grande mudança a partir de 2005 com a implantação do SIT – Sistema Integrado de Transporte, que estava sendo planejado através de um Estudo de Racionalização e Modernização do Sistema de Transporte desde o ano de 2002. O sistema implantado promoveu:

- Corredor Norte-Sul: Avenida José Falcão – Rua Araújo Pinho / Rua Senador Quintino;
- Implantação de três Terminais de Integração;
- Implantação de quatro linhas troncais, proporcionando deslocamentos com pagamento de tarifa única e ônibus dotado de 3 portas
- Implantação de linhas alimentadoras gratuitas nos Terminais Norte e Sul;
- Utilização dos veículos do Sistema Complementar Operado por Vans;
- Linhas pagas por quilômetro rodado, contratadas e controladas pelas empresas operadoras;
- Implantação do sistema expressinho, operado por micro-ônibus nas linhas de curta distância, dentro do Anel de Contorno), sem integração, com itinerário racionalizado e circulação rápida no Centro (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Para realizar a implementação do sistema, foram necessárias algumas alterações no sistema viário e circulação, como pavimentação e alargamento de vias; Implantação de faixas exclusivas destinadas ao tráfego de transporte coletivo; e Implantação de binários de tráfego, no corredor Sul e Centro. Em 2006, um novo Estudo foi realizado com objetivo de apresentar alternativas de expansão do SIT, com o estudo de dois novos corredores: o Corredor Getúlio Vargas e Corredor Pampalona/Sobradinho, o Norte e o Sul, além das vans do sistema distrital STPAC, o incremento das linhas troncais e o reforço em algumas linhas alimentadoras gratuitas existentes. Para a implantação de novas integrações foram propostas medidas de melhoria da pavimentação, sinalização e circulação (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Em 2012, com base nos estudos e projetos anteriores do SIT, foram propostas ações visando a implantação do sistema *Bus Rapid Transport* – BRT em Feira de Santana e em 2015 foi realizada pela prefeitura uma nova licitação para operação das linhas de transporte, que determina que o SIT deve operar com as seguintes características:

- Corredor Norte-Sul, composto pelas Avenida José Falcão e Rua Araújo Pinho / Rua Senador Quintino;
- Três terminais de integração;
- Seis linhas troncais operando com ônibus Padron (três portas);
- 77 linhas convencionais (urbanas e distritais) operando com veículos básicos, midiônibus ou miniônibus, definidos de acordo com a demanda de cada linha;
- Dez linhas alimentadoras no Terminal Norte operando com miniônibus;
- Nove linhas alimentadoras no Terminal Sul operando com miniônibus (FEIRA DE SANTANA, 2017).

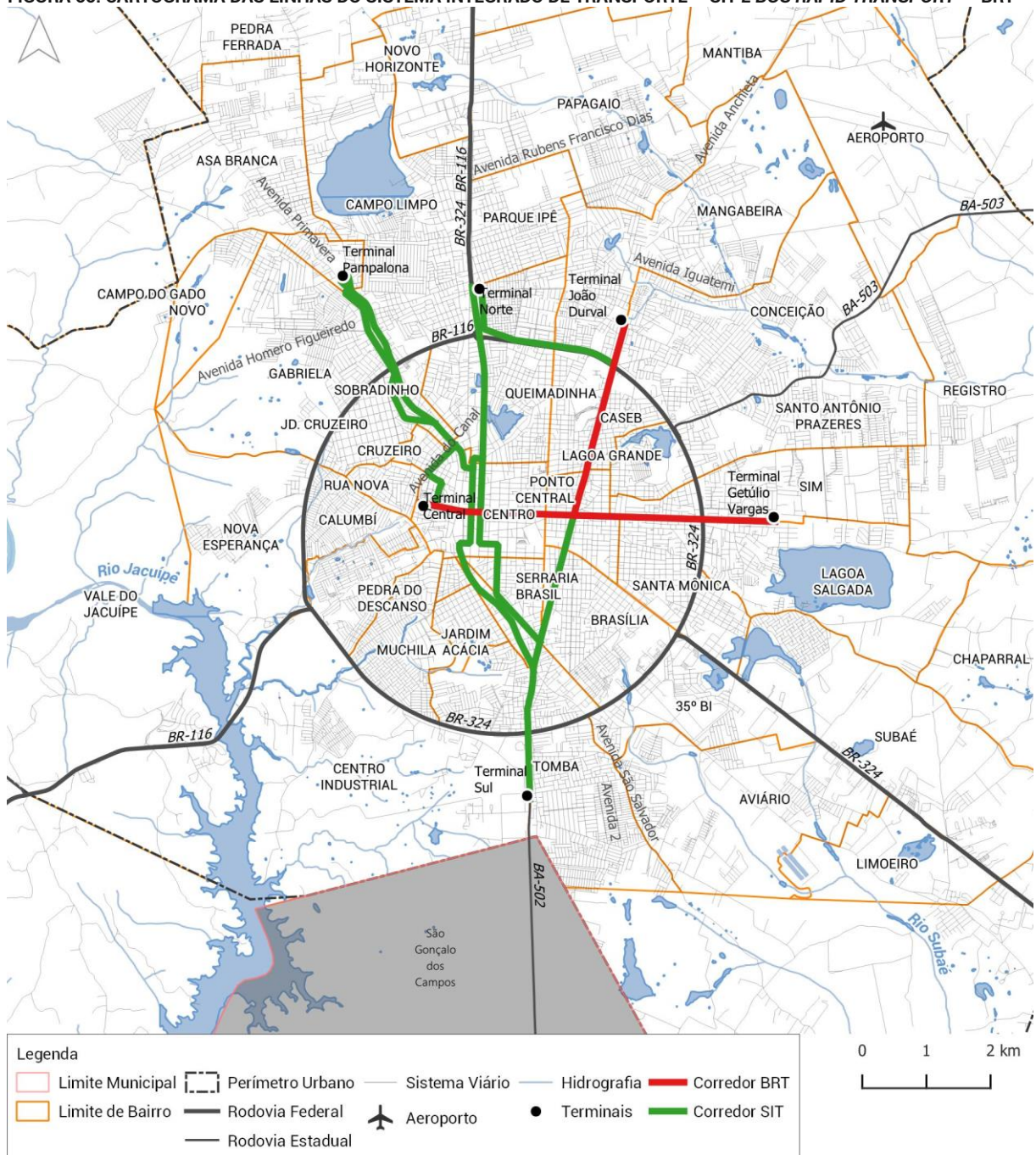
O sistema possui ao todo 102 linhas que são operadas por uma frota de 248 veículos por dia, realizando 3.558 viagens que totalizam cerca de 55.500 quilômetros circulados e transporta mais de 118 mil passageiros por dia útil (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Feira de Santana possui também uma rede de 3,4 quilômetros de faixas exclusivas para a circulação de ônibus em algumas vias centrais. Essas faixas são delimitadas por tachas, no entanto não são respeitadas pelos motoristas e são constantemente invadidas por veículos não autorizados que acabam tornando a velocidade média dos ônibus abaixo do mínimo desejável, de 16 km/h (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Na FIGURA 66 é possível identificar o percurso propostos para o SIT e BRT, atualmente com 13 estações (FIGURA 67).

No momento da elaboração do PlanMob, em 2017, pesquisas específicas para o BRT foram realizadas e a principal proposta apresentada foi a continuação do corredor João Durval, conectando a cidade sentido norte-sul. Essa proposta encontra-se como uma segunda etapa para a implementação do BRT e ampliações do SIT conforme apresentado na FIGURA 68.

FIGURA 66: CARTOGRAMA DAS LINHAS DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE – SIT E BUS RAPID TRANSPORT – BRT



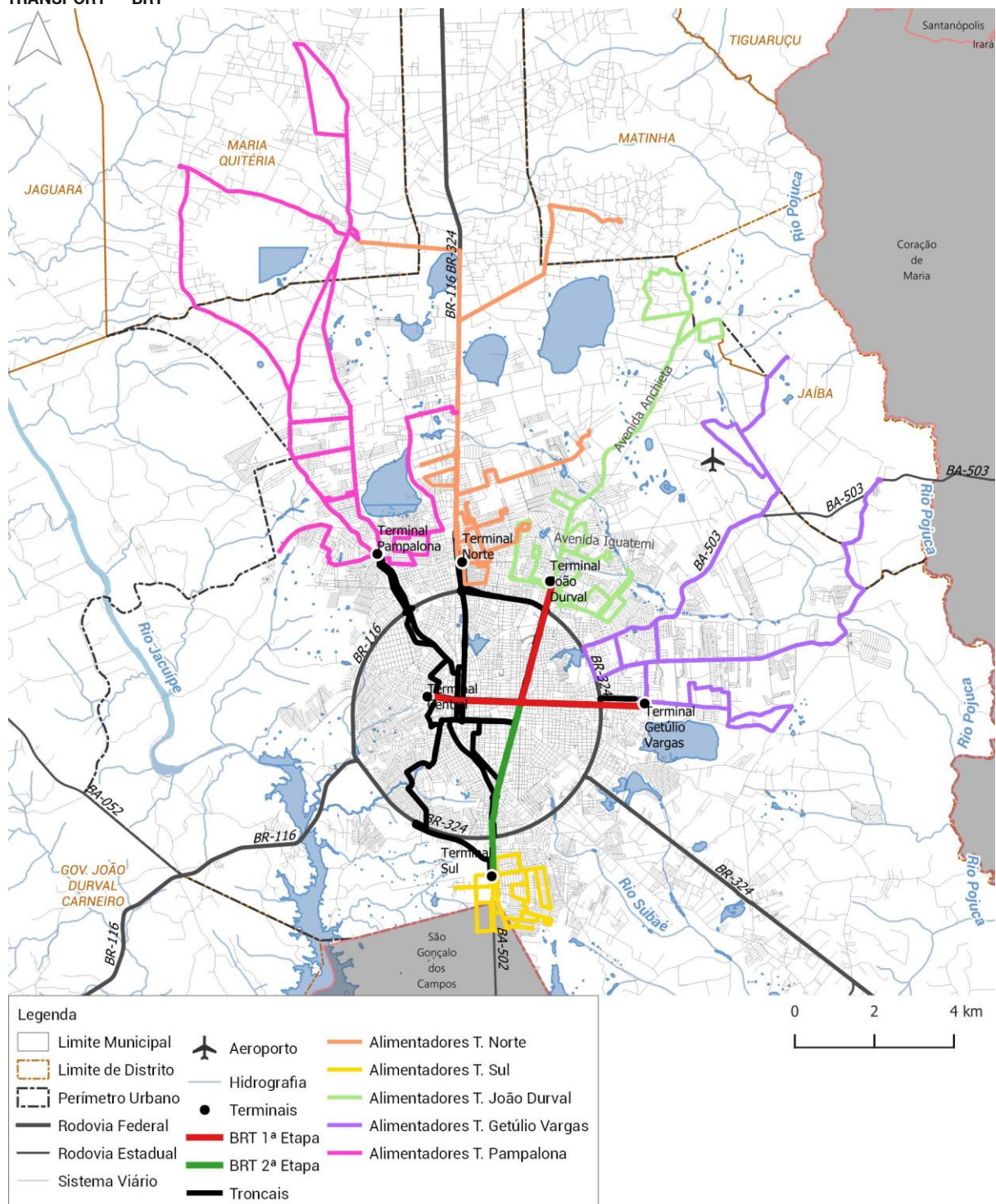
Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consórcio Tese Concremat

FIGURA 67: CARTOGRAMA DAS ESTAÇÕES DO BUS RAPID TRANSPORT – BRT.



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

FIGURA 68: CARTOGRAMA DAS PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE – SIT E BUS RAPID TRANSPORT – BRT



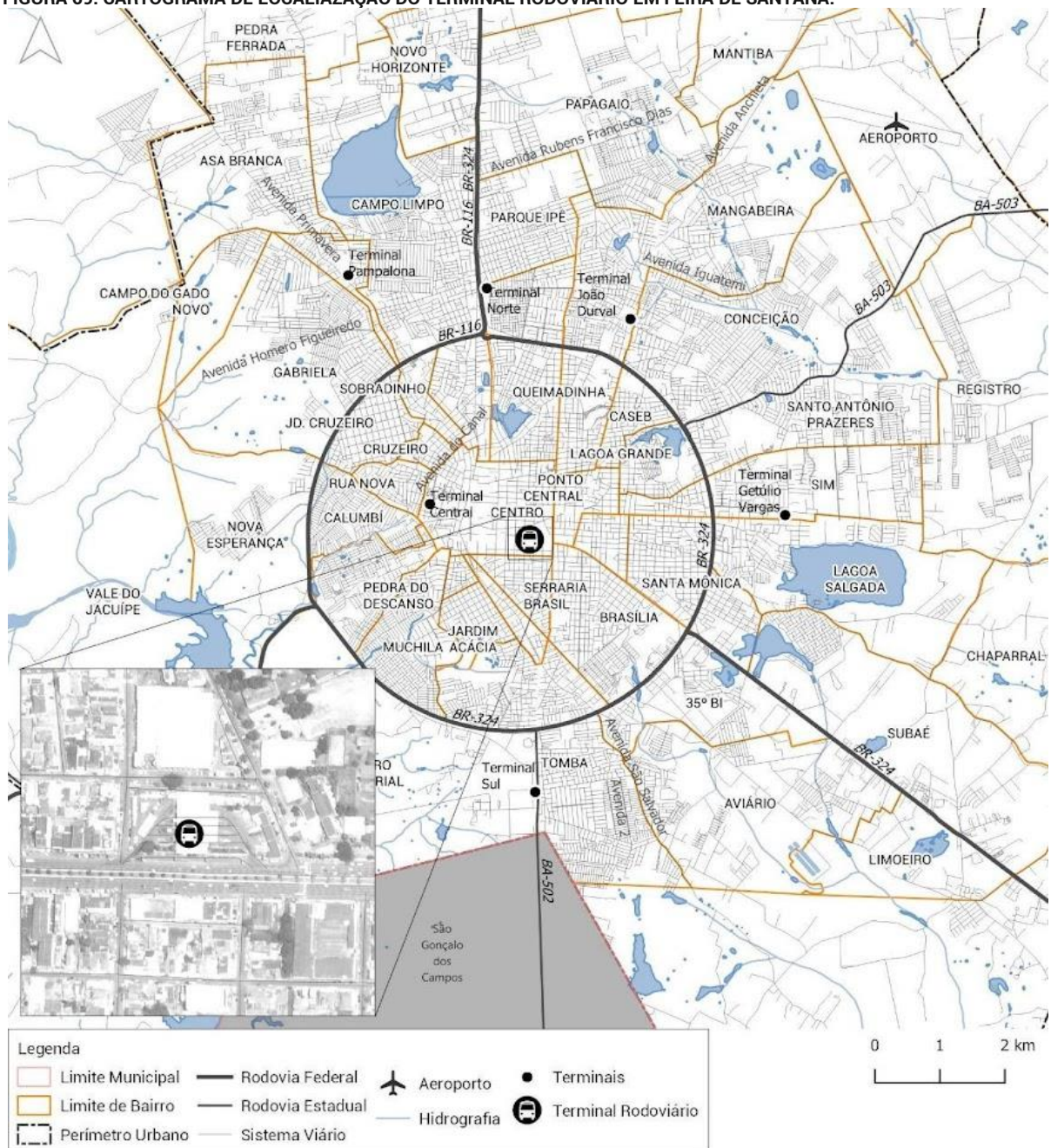
Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

O sistema de **transporte intermunicipal** em Feira de Santana é realizado por empresas privadas e utilizam a rodoviária municipal para os embarques, desembarques e apoio aos usuários. Sob concessão, a administração da rodoviária encontra-se em responsabilidade da SINART e fiscalizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicação da Bahia (AGERBA).

Em função das características socioeconômicas de Feira de Santana, que concentra um considerável fluxo de passageiros atraídos pelo comércio atacadista presente na região, a cidade se mantém bem atendida com linhas intermunicipais, sendo 47 linhas no terminal na Rodoviária Municipal de Feira de Santana, e outras 107 linhas utilizam a mesma como ponto de parada. Mensalmente em média, passam pelo terminal rodoviário cerca de 170 mil passageiros e aproximadamente 8 mil ônibus.

Dentro dessa temática, por estar localizado na porção central da cidade (FIGURA 69), o ponto de maior atenção foi a necessidade de replanejar as rotas dessas linhas que passam pela região central da cidade ou outras áreas de fluxo intenso, causando impactos negativos a mobilidade de Feira de Santana.

FIGURA 69: CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DO TERMINAL RODVIÁRIO EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

Em relação aos **deslocamentos individuais não motorizados**, tem-se as bicicletas e o pedonal. Em Feira de Santana, o número de deslocamentos a pé e por bicicletas correspondem a 37% e 5%, respectivamente (FEIRA DE SANTANA, 2017). Apesar dos deslocamentos por bicicletas representar apenas 5% dos deslocamentos, ou 88.387 viagens, é um percentual superior à média brasileira (2,8%) e à média de cidades com mais de 1 milhão de habitantes (0,9%). No caso de deslocamentos para ida à escola, o uso de bicicleta representa cerca de 51% do total de viagens (FEIRA DE SANTANA, 2017).

Conforme identificado pelo PlanMob, a topografia e o clima da cidade de Feira de Santana são favoráveis ao modo não motorizado como as bicicletas para deslocamentos até 5 km. No entanto, os principais fatores que restringem a ampliação do uso do modal são a falta de segurança e infraestrutura de ciclovias (FIGURA 70) composta por trechos desconexos, subutilizados, nem sempre em bom estado de conservação e não integrados com o sistema de transporte público (FEIRA DE SANTANA, 2017).

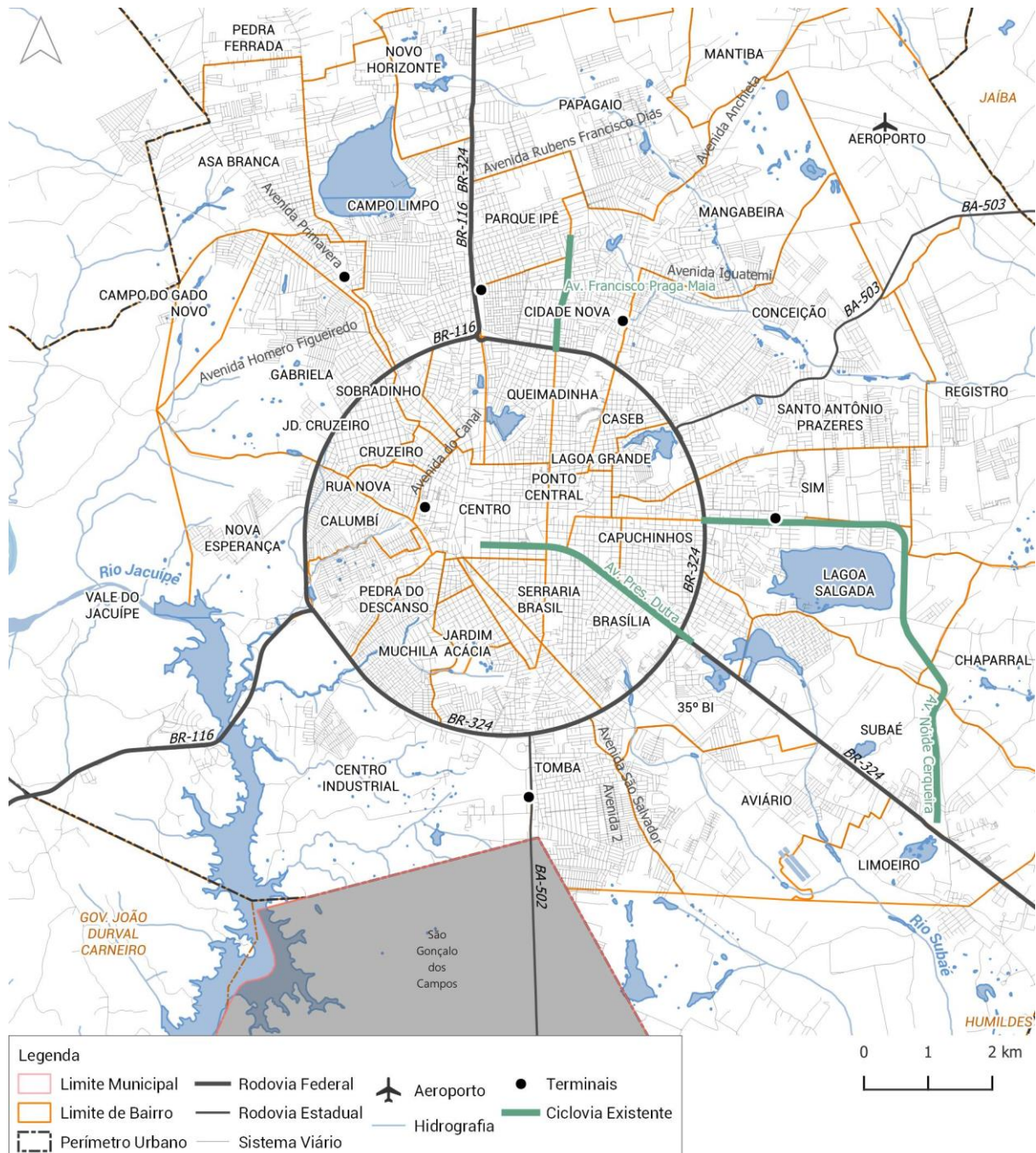
O Plano de Pedestrianização, apresenta as questões relativas à circulação de pedestres em condições seguras e adequadas. Priorizando a circulação pedonal, como destacado nas recomendações nacionais do Ministério das Cidades.

Partindo dessa premissa, a cidade de Feira de Santana encontrava-se defasada em suas regulamentações acerca da circulação de pedestres. Foi notado considerável grau de indisciplina e ausência de políticas públicas de conscientização de trânsito, para o devido respeito a faixa de travessia para pedestres, assim como a ausência dessas em cruzamentos, inclusive em muitos casos, com a ausência de sinalização semafórica em áreas que a demandam.

Do ponto de vista infraestrutura, o PlanMob destacou a falta de qualidade nas calçadas. Na região central, por exemplo, mesmo em áreas de grande circulação, foi identificado problemas de manutenção, assim como calçadas muito estreitas e com usos inadequados para sua largura.

A cidade conta também com ruas de circulação exclusiva de pedestres, essas, se caracterizam pelo comércio de rua. Esses calçadões encontram-se exclusivamente na região do centro histórico da cidade, em regiões que se consolidaram com o tempo como centros comerciais do município.

FIGURA 70: CARTOGRAMA DAS CICLOVIAS EM FEIRA DE SANTANA

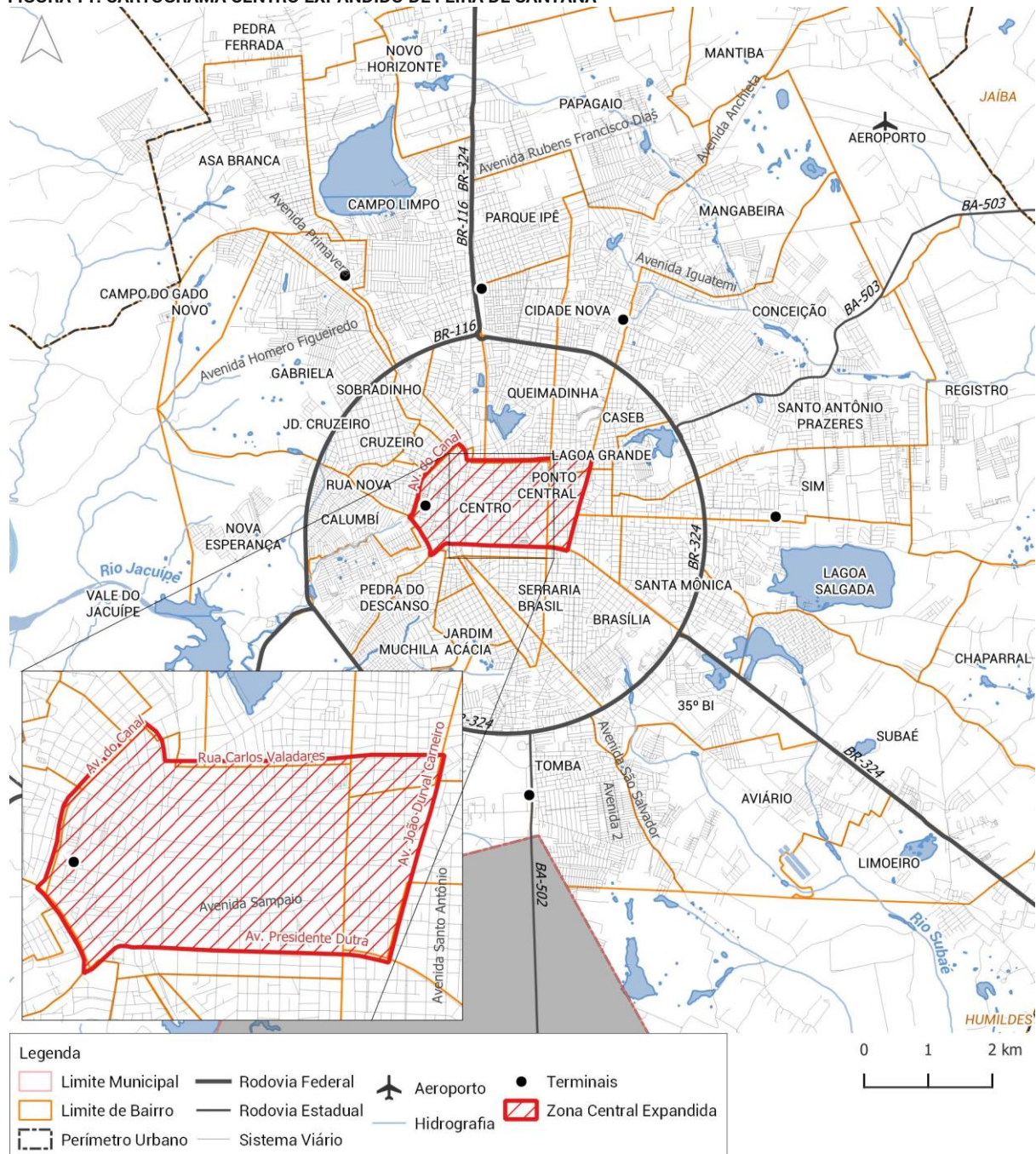


As questões relativas à **acessibilidade** foram abordadas pelo PlanMob de diversas formas, seja no detalhamento das rampas, piso tátil e outras sinalizações como elementos fundamentais das calçadas, como também no fortalecimento das legislações, gestão, fiscalização e monitoramento das vias.

As intervenções propostas no PlanMob (2017) foram:

- Implantação da segunda etapa do BRT;
- Novas Linhas no transporte coletivo: implantação de linha especial ou executiva :Terminal Central – Shopping Boulevard com tarifa maior e ar-condicionado e de linhas interterminais (Pampalona – Norte- João Durval – Getúlio Vargas) e o retorno de operação das linhas troncais diametrais 001 e 004 conforme estabelecido no edital de transporte coletivo.
- Terminais de sistemas alternativos distrital e rural – implantação de Centros de Convergência dos Serviços Alternativos Complementar por Vans, dimensionados para o atendimento das linhas distritais e rurais, que deverão ser implantados nos extremos do Centro Expandido de Feira de Santana, sendo previstos os seguintes centros:
 - Norte: localizado na Praça João Barbosa de Carvalho (Praça do Fórum), próximo a importantes polos de viagem, como o Fórum, e da Avenida Senhor dos Passos, principal via de tráfego e comércio do Centro.
 - Sul: localiza-se na Praça Carlos Bahia, próximo da Praça da Matriz e Feiraguay, importante polo de comércio, além de ser próximo à Catedral e às principais vias comerciais do Centro Antigo (Marechal Deodoro e Conselheiro Dantas).
 - Leste: localiza-se na rua Barão de Cotegipe, importante polo de comércio, além de ser próximo à avenida Getúlio Vargas
 - Oeste: localiza-se no Centro de Abastecimento próximo ao Terminal Central de ônibus, na praça do Tropeiro, importante polo de comércio, além de ser próximo à Catedral e às principais vias comerciais do Centro Antigo. Adequação da Central de Controle de Operações – CCO – apontado como uma proposta central para a eficiência da operação das linhas troncais da cidade.
- Melhoria das calçadas no centro expandido – adoção de medidas que proporcionem a circulação segura dos pedestres pelas vias da região. O Centro Expandido (FIGURA 71), também denominado Zona Central Expandida, compreende 150 ruas e avenidas, que somam 3,45 km², e concentram os maiores fluxos, de pedestres e de veículo automotores na área urbana de Feira de Santana.

FIGURA 71: CARTOGRAMA CENTRO EXPANDIDO DE FEIRA DE SANTANA



Fonte: Relatório final da Elaboração do PlanMob do Município de Feira de Santana/BA 2017 – Modificado por Consorcio Tese Concremat

- Ampliação dos calçadões: estes podem assumir um papel preponderante não somente para mudanças e melhorias no aspecto físico das ruas, mas também sociais, ambientais, e econômicas para áreas urbanas como um todo, considerando as demandas consolidadas e características de uso das ruas, promovendo melhorias nas qualidades físicas e nas características sociais, culturais e econômicas. E proposta a implantação de calçadões no Centro Tradicional e nas seguintes vias:
 - Rua General Pedra
 - Rua Dezoito de Setembro
 - Rua Intendente Freire

- Rua Vitorino Gouveia
- Rua Sales Barbosa
- Rua Recife
- Rua Sete de Setembro
- Rua Intendente Rui
- Rua Marechal Deodoro
- Avenida Antônio Borja
- Rua de Santana
- Feiraguay
- Ampliação do número de passarelas de pedestres: implantação de novas passarelas de pedestres deve contemplar os seguintes locais:
 - Rodovia BR-116 (em frente à UEFS);
 - Avenida Presidente Dutra (em frente à Rodoviária);
 - Rua Doutor Olímpio Vital com Avenida Marechal Deodoro (no corredor BRT);
 - Anel de Contorno com Corredor Pampalona (Rua Primavera / Avenida Amaralina);
 - Ao lado do Feiraguay com Rua Doutor Olímpio Vital

4.3.5. Transporte aéreo

No que concerne aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), este projeto estruturador está em linha com o ODS nº 9, que visa construir infraestruturas robustas, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Subsidiariamente, também se relaciona com o ODS nº 8, na sua interface que visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, assim como com o ODS nº 10, ao impulsionar oportunidades de desenvolvimento que resultam na redução das desigualdades, e com o ODS nº 11, ao proporcionar acessibilidade a um tipo relevante de transporte público.

As metas associadas aos ODS mencionados estão coadunadas com o papel do aeroporto enquanto projeto estruturador. A principal associação é com a Meta 9.1 – Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos. Esta associação se manifesta pelo fato de um aeroporto com as condições adequadas e compatíveis para o transporte de passageiros e de cargas garantir uma infraestrutura de qualidade, permitir a ligação a centros econômicos e políticos estratégicos e criar condições para o desenvolvimento econômico local e regional. Além disso, reforça o papel do município como referência para o seu entorno, como também atende à característica regional pela abrangência dos municípios direta ou indiretamente beneficiados. Consequentemente, melhora a competitividade dos agentes econômicos e abre caminho para novas oportunidades de negócios e de desenvolvimento local e regional;

Considerando os ODS subsidiariamente relacionados com o aeroporto, pode-se destacar as metas a seguir:

- **Meta 8.2** – Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por

meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra – tem ligação direta com a infraestrutura aeroportuária, por tornar a economia local e regional mais competitiva e diversificada, com possibilidade de ampliação da base econômica e de elevação dos níveis de produtividade para Feira de Santana e municípios do entorno. Além disso, a indústria aeroportuária atrai uma diversidade de novos serviços, aumentando as alternativas de emprego e renda;

- **Meta 10.1** – Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional – dentre os efeitos esperados de uma infraestrutura que contribui para a dinamização da economia regional está o aumento da competitividade e das oportunidades de negócios, que resultam em maior desenvolvimento, com consequente aumento do emprego e da renda, bem como de diminuição das desigualdades.
- **Meta 11.a** – Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento – além de permitir o aumento do acesso da população a um tipo de transporte público relevante para a mobilidade, que é o aéreo, também facilita o acesso a bens e serviços e aumenta a atratividade do município perante os agentes econômicos.

Estas características convertem o projeto estruturador de um aeroporto em estratégico para Feira de Santana, além de ter papel relevante no apoio às relações econômicas e reforço do planejamento regional de desenvolvimento.

O município de Feira de Santana é considerado a principal economia do interior do Nordeste e a terceira maior da Bahia, tendo alcançado um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 14,9 bilhões em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷⁹. Um recente estudo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) revelou que Feira de Santana acumulou o maior crescimento econômico da Bahia entre 2002 e 2018 em comparação a outros grandes municípios baianos em termos populacionais, com 150,08% de crescimento do PIB no período analisado e com a maior taxa de crescimento anual, de 5,9%⁸⁰. Tem também um PIB per *capita* superior ao da capital.

Estes números são resultado das características do município, que ocupa o posto de maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste, referência logística, polo de atração de investimentos e com papel relevante como centro provedor de produtos e serviços para mais de uma centena de municípios, o que justifica uma infraestrutura logística qualificada para o transporte aéreo de cargas e passageiros.

⁷⁹ Informação disponível em: <https://www.jornalfolhadoestado.com/geral/com-r-14-6-bilhoes-feira-de-santana-mantem-3-pib-da-bahia>

⁸⁰ Informação disponível em: <https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?titulo=Estudo%20socioecon%F4mico%20consolida%20crescimento%20de%20Feira%20de%20Santana&id=12&link=secom/noticias.asp&idn=30302>

Entretanto, as condições atuais do Aeroporto João Durval Carneiro (ICAO: SDIY; IATA: FEC), que deveria servir de forma adequada a Feira de Santana e região, resultam em fragilidades importantes para o município e seu entorno, por diversas razões.

A primeira fragilidade é relativa à **inefetividade da concessão do aeroporto à iniciativa privada**. A concorrência para outorga da concessão foi realizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) em 2012, tendo como vencedor um consórcio formado pelas empresas UTC Participações S/A e Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico (Sinart), responsáveis pela gestão dos aeroportos de Viracopos (SP) e Porto Seguro (BA). Foi constituída uma sociedade de propósito específico denominada A.F.S – Aeroporto de Feira de Santana S/A e o contrato foi assinado em maio/2013. Entretanto, a UTC Participações, principal empresa do consórcio, entrou em recuperação judicial em 2017, sob a alegação de forte crise financeira enfrentada desde 2014⁸¹, o que levou a uma sequência de transferências do controle acionário da A.F.S. e à não realização de investimentos que dotassem o aeroporto de condições adequadas. Ou seja, embora a concessão do aeroporto à iniciativa privada tenha sido efetuada em 2013 e esteja prestes a completar 10 anos, os ganhos até agora podem ser considerados residuais para dotá-lo das condições ideais de funcionamento.

A segunda fragilidade é a **não concretização das indenizações para haver espaço disponível à adequada ampliação do aeroporto local**. O Governo do Estado da Bahia publicou em 07 de outubro de 2011 o Decreto Estadual nº 13.340/2011⁸², por meio do qual desapropriou 4,318 milhões de m² para a ampliação do Aeroporto de Feira de Santana. Ao fazer a concessão do aeroporto, o Estado da Bahia se obrigou contratualmente a desapropriar e efetuar o cercamento da área mencionada no decreto de 2011 para possibilitar a expansão do equipamento, o que deveria acontecer em até 12 meses a partir da assinatura do contrato, ou seja, até maio/2014. Entretanto, além de não ter cumprido tais obrigações, o Governo da Bahia publicou o Decreto Estadual nº 17.114/2016, de 06 de outubro de 2016⁸³, reduzindo a área para 3,286 milhões de m², em desacordo com o próprio contrato de concessão.

Existem duas ações judiciais da concessionária A.F.S. contra o Estado da Bahia, exigindo o cumprimento do contrato⁸⁴ e uma indenização à concessionária por não ter feito as desapropriações a tempo, comprometendo o cumprimento do objeto⁸⁵, as quais encontram-se em tramitação. O Estado da Bahia ingressou com ações judiciais em 2021 para tomar posse de parte dos terrenos desapropriados, mas, segundo noticiado, para uma área muito menor e apenas parcial em relação àquelas estabelecidas em ambos os decretos⁸⁶. A falta de indenizações da área para ampliação, como previsto no contrato de concessão, é um evento crítico pelo risco de ocupação do entorno, compromete a possibilidade de expansão das operações e inviabiliza a construção de uma pista de dimensão adequada para o recebimento de operações maiores de cargas, principal atrativo logístico de Feira de Santana. Cabe

⁸¹ Informação disponível em: https://utcpaticipacoes.com.br/conteudo/docs_2020/UTCPar_Nota_Explicativa_Recuperacao_Judicial.pdf

⁸² Informação disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-13340-de-07-de-outubro-de-2011>

⁸³ Informação disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17114-de-06-de-outubro-de-2016>

⁸⁴ Informação disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/ba-aeroportos-do-interior-litoral-do-estado.473900/post-173904407>

⁸⁵ Informação disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/ba-aeroportos-do-interior-litoral-do-estado.473900/post-171795235>

⁸⁶ Informação disponível em: <https://www.skyscrapercity.com/threads/ba-aeroportos-do-interior-litoral-do-estado.473900/post-178646691>

salientar que sem a desapropriação é inviável ampliar a pista atual para alcançar as dos aeroportos de referência justificados no próprio edital de concessão: Viracopos (3.240x45m.), Petrolina (3.250x45m.) e Juiz de Fora/Zona da Mata (2.525x45m.).

A terceira fragilidade para o município é a **falta de homologação do aeroporto para voo por instrumento** (*Instrument Flight Rules* – IFR), responsável por reduzir a chance de voos cancelados quando houver condições climáticas adversas que impossibilitem operações visuais, assim como por viabilizar voos comerciais noturnos. Como não ocorreram as desapropriações, o muro atual viola a distância mínima em relação ao centro da pista para operações IFR com base no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 154. Como resultado, os voos comerciais, iniciados pela Azul Linhas Aéreas desde 2014, têm sido escassos e inconstantes, com redução de frequências por cancelamento, troca frequente de destinos e suspensão de operações comerciais por mais de 2 anos (desde maio/2020). A Azul anunciou o retorno das operações no aeroporto a partir de dezembro/2022, com cinco voos semanais para Recife (PE). No entanto, embora importante por garantir conectividade aérea com o Norte-Nordeste, este não é o destino economicamente mais estratégico nem o mais demandado de acordo com o Plano Aeroviário Nacional 2018-2038 (PAN, 2018)⁸⁷, elaborado pelo Ministério da Infraestrutura. Consequentemente, a ausência dessa homologação diminui a atratividade do aeroporto perante as companhias aéreas e torna a conectividade do município mais limitada em relação ao centro econômico do país – São Paulo.

A quarta fragilidade destacada é a infraestrutura deficiente do aeroporto. A pista para pousos e decolagens possui 1.500x30m, dimensões consideradas insuficientes para operações com aeronaves maiores e inviáveis para cargas. Além disso, o PCN (*Pavement Classification Number*, que revela a capacidade da pista para suportar peso) é nº 30, considerado baixo para permitir pousos e decolagens das principais aeronaves utilizadas no país sem restrição, isso quando não impede tal operação. O pátio de aeronaves possui apenas duas posições para aeronaves da aviação comercial, sem possibilidade de expansão enquanto não houver desapropriações em função da proximidade do muro atual. Isto diminui a expectativa de voos com conexão, pois dificulta a oferta destes em horários próximos por falta de espaço.

O terminal de passageiros também é bastante limitado, com cerca de 240m², em processo de expansão para 614m², segundo dados disponíveis na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Não há terminal de cargas e nem área disponível para construção deste sem a concretização das desapropriações. Somado a isso, o atual acesso ao aeroporto precisa ser repensado, por ocorrer através de uma rodovia estadual (BA 503 – Feira de Santana-Coração de Maria), que cruza um trecho urbano densamente povoado, sem adequada iluminação noturna e sem possibilidade de alargamento da via.

A consequência prática dessas limitações é a baixa oferta de voos regulares, com a diminuição da competitividade do município perante outros em decorrência da dificuldade de acesso por via aérea. Comprometem também a consolidação da Região Metropolitana de Feira

⁸⁷ <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-aereo/plano-aeroaviario-nacional>

de Santana, criada pela Lei Complementar Estadual nº 35/2011⁸⁸, ao não desenvolver um dos vetores fundamentais para ela, que é a infraestrutura logística do modal aéreo.

Essas fragilidades são destoantes quando se leva em conta a importância econômica de Feira de Santana para o interior da Bahia. Portanto, a ausência de um aeroporto que atenda adequadamente a demanda de carga e de passageiros de Feira de Santana e região é um gargalo importante ao desenvolvimento não apenas do município, mas do interior do Estado, que precisam de uma melhor infraestrutura logística aérea para aumentar a competitividade.

Diante da relevância econômica de Feira de Santana e das fragilidades identificadas em relação ao aeroporto local, é preciso reconhecê-lo e tratá-lo como um projeto estruturador, com potencial para contribuir para o desenvolvimento do município e do seu entorno e capaz de trazer um novo momento econômico para o interior do Estado. Portanto, a oportunidade identificada é: dotar Feira de Santana e seu entorno de uma infraestrutura aeroportuária adequada para atendimento do transporte de passageiros e de cargas.

A fim de caracterizar mais detalhadamente a situação atual do Aeroporto de Feira de Santana, é importante ressaltar que, em relação ao RBAC nº 107 – Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Operador de Aeródromo, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)⁸⁹, a classificação do aeroporto é Classe AP-1, conforme Portaria nº 7.863/SIA, de 25 de abril de 2022.

Embora classificado pelo RBAC nº 153 – Aeródromos – Operação, manutenção e resposta à emergência como Classe I, por causa do número de passageiros/ano, o aeroporto possui Seção contra Incêndio (SESCINC) desde 2014, a qual era homologada como Categoria 5, e conta com um veículo de ataque principal (AP-2) doado pela extinta Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR)⁹⁰, atualmente incorporada pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra). Também teve um segundo veículo AP-2, adquirido pela Secretaria da Infraestrutura do Estado da Bahia, o qual foi transferido para o Aeroporto de Vitória da Conquista quando a emenda ao RBAC mencionado dispensou a exigência de SESCINC para aeroportos da Classe I (até 200.000 paxs/ano).

O Aeroporto também possui equipamentos complementares de segurança e auxílio à navegação, a exemplo do pórtico de raio X e Estação Meteorológica de Superfície Automática (EMS-A)⁹¹, ambos cedidos pela Secretaria Nacional de Aviação Civil/Minfra. Conta ainda com balizamento noturno, farol rotativo e Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão (PAPI)⁹² homologado na cabeceira 13 da pista de pousos e decolagens. Está sendo instalado um PAPI secundário na cabeceira 31, fruto do Termo de Compromisso nº 02/2019⁹³, entre o

⁸⁸ Informação disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-complementar-no-35-de-06-de-julho-de-2011>

⁸⁹ Informação disponível em: <https://www.anac.gov.br/acesso-a-informacao/dados-abertos/areas-de-atuacao/aerodromos/lista-de-aerodromos-publicos/aerodromospublicosv1.xls>

⁹⁰ Informação disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/noticias/aeroporto-de-feira-recebe-novo-caminhao-de-combate-a-incendios/>

⁹¹ Informação disponível em: <https://www.facebook.com/AeroportoDeFeiraDeSantana/posts/1022935827890297/>

⁹² Informação disponível em: <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2016/02/forca-aerea-brasileira-realiza-inspecao-do-sistema-papi-no-aeroporto-de-feira-de-santana/>

⁹³ Informação disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/acesso-a-informacao/convenios-e-transferencias/termos-de-compromisso>

Estado da Bahia e o Ministério da Infraestrutura, com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Além disso, o aeroporto possui uma Estação Permissionária de Telecomunicações e Tráfego Aéreo (EPTA), desativada por custos elevados e falta dos voos regulares.

As operações aéreas regulares em Feira de Santana foram iniciadas pela Azul Linhas Aéreas em setembro de 2014, com voos com o ATR 72, turboélice de 70 assentos, nas seguintes rotas: (a) Salvador-Feira de Santana-Salvador – dois voos semanais; e (b) Confins (MG)-Vitória da Conquista-Feira de Santana-Vitória da Conquista-Confins(MG) – um voo semanal. Estes voos foram substituídos a partir de fevereiro de 2015⁹⁴, para operações com o jato Embraer 190, com capacidade de 106 assentos, na rota Campinas (SP)-Feira de Santana-Campinas (SP), com cinco frequências semanais. Esta rota foi alterada posteriormente para Confins-Feira de Santana-Confins, com a mesma quantidade de frequências, mas operadas com o Embraer 195, com 118 assentos.

Em 2015, foram transportados cerca de 32 mil passageiros pelo Aeroporto de Feira de Santana, havendo relatos de episódios em que clientes ou bagagens foram deixados por causa do peso da aeronave, dado que a ocupação dos Embraer 190 e 195 era alta, a temperatura elevada no horário das decolagens, próximas do meio da tarde, além de a pista ser relativamente curta, o que evidencia que há uma demanda real, mas com aeronave adequada.

Como o Aeroporto opera apenas em condições visuais (*Visual Flight Rules* – VFR) e houve várias ocorrências de cancelamentos por mau tempo, a operação da Azul em Feira de Santana acabou sendo reduzida para um voo semanal para Confins a partir do último trimestre de 2015, posteriormente alterada para a rota Recife-Feira de Santana-Recife e, em seguida, Recife-Feira de Santana-Salvador-Recife, todas com o E195. Isto perdurou até a suspensão, em março de 2020. O retorno das operações da companhia Azul em Feira de Santana está anunciado para 16 de dezembro de 2022, com cinco frequências semanais com o turboélice ATR, na rota Recife-Feira de Santana-Recife.

A aeronave crítica para o Aeroporto de Feira de Santana é da categoria 3C11. O Embraer 195, aeronave que foi utilizada em Feira de Santana entre 2015 e 2020, atende a este perfil, sendo a mesma categoria de outros modelos como o Airbus A319 e o Boeing 737-700. Entretanto, como o PCN da pista é 30 e as dimensões são de 1.500x30m, aeronaves mais pesadas terão mais restrições de operação, sem, contudo, indicar pela inviabilidade.

Um aspecto importante a considerar é que o Estado da Bahia instituiu uma política de concessão de incentivo fiscal à aviação civil, por meio da redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte e Telecomunicações (ICMS) sobre o querosene de aviação (inc. XVIII do Art. 268 do RICMS/BA). O Governo do Estado já possui acordo para tal concessão com as companhias aéreas Azul, Gol e Latam.

Para contextualizar a importância e o sentido prático deste projeto, vale a pena lançar luz sobre alguns aspectos.

⁹⁴ Informação disponível em: <http://www.acordacidade.com.br/noticias/134249/azul-solicita-novos-voos-para-aeroporto-de-feira-de-santana.html>

O primeiro é que **o Aeroporto de Feira de Santana não atende a uma demanda apenas local**, portanto, deve ser visto com um aeroporto regional do Território de Identidade do Portal do Sertão, com atendimento a diversas cidades do entorno e a outras não tão próximas. Isto decorre da limitação da cobertura de transporte aéreo no interior da Bahia e do fato de Feira de Santana ser rota para a população de dezenas de cidades do interior chegar à capital.

O segundo ponto a considerar é que **o atendimento do transporte aéreo no interior é comprometido pelas distâncias e pela inadequada distribuição dos voos regulares**. A demanda de transporte aéreo a ser atendida no interior da Bahia é elevada e este atendimento hoje é comprometido pelas distâncias em relação aos aeroportos existentes com voos regulares. Segundo o IBGE, a população estimada do Estado da Bahia (2021)⁹⁵ é de cerca de 15 milhões de habitantes. Entretanto, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) concentra em torno de 4 milhões de habitantes, ou seja, apenas cerca de 27% da população baiana está na RMS, mas o aeroporto da capital acaba sendo o destino de significativa parcela dos passageiros do interior por falta de alternativa. Além disso, os aeroportos do interior da Bahia que contam com voos regulares diários não são distribuídos de forma adequada, sendo em sua maioria localizados no contorno litorâneo, à exceção de Barreiras e Vitória da Conquista. Consequentemente, passageiros de cidades centrais do território estadual, localizadas a centenas de quilômetros de distância de Salvador, passam por Feira de Santana para chegarem ao aeroporto da capital e o de Feira de Santana se torna um atrativo por reduzir o tempo de viagem, diminuir custo, ter acesso facilitado e por ser em uma cidade que já é referência para o interior para diversos serviços.

O terceiro aspecto a se destacar é **que estudos indicam uma demanda significativa a ser atendida pelo aeroporto, o que viabiliza a sustentabilidade**. Os dados do Plano Aeroviário Nacional (PAN) (MINFRA, 2018)⁹⁶ demonstram que a Unidade Territorial de Planejamento (UTP) Feira de Santana tem um movimento aéreo estimado de 360 mil passageiros/ano, dos quais cerca de 145 mil se destinam à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Se expandir o horizonte de análise para outras UTPs que não são atendidas direta e frequentemente por voos regulares, mas que estão em área de influência de Feira de Santana ou cujos usuários passam por Feira de Santana para alcançarem o aeroporto de Salvador, o total de passageiros seria em torno de 1 milhão/ano, sendo que 460 mil seriam de/para a RMSP. Os demais destinos preferenciais seriam Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Brasília que, somados a São Paulo, representam 68% da demanda do Aeroporto de Feira pelo PAN. O Plano Aeroviário do Estado da Bahia – PAEBahia (2014)⁹⁷ também descreve uma significativa movimentação potencial em Feira de Santana, tanto para passageiros como para cargas aéreas.

Outra abordagem considerada relevante é que o aeroporto abre espaço para **a consolidação da Região Metropolitana de Feira de Santana e reforço do papel da cidade**

⁹⁵Informação disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>

⁹⁶ Informação disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transporte-aereo/plano-aeroviario-nacional>

⁹⁷Informação disponível em: <http://www.infraestrutura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

como capital regional. Conforme descrito no art. 2º da Lei Estadual Complementar nº 35/2011, “A organização, o planejamento e a gestão da Região Metropolitana de Feira de Santana têm como finalidades precípua a promoção do desenvolvimento socioeconômico integrado, equilibrado e sustentável no âmbito metropolitano e a redução das desigualdades entre os Municípios que a compõem”. Portanto, dotar a RMFS de uma adequada infraestrutura de modal aéreo está em linha com o planejamento da criação da mesma.

De forma resumida, é possível entender que o modal aéreo para Feira de Santana se materializa como uma oportunidade de desenvolvimento e pode significar:

- Possibilidade de expansão e diversificação da base econômica do município;
- Ligação rápida a centros econômicos e políticos estratégicos;
- Aumento de oportunidades de geração de emprego e renda a partir da expansão e surgimento de novos negócios e empreendimentos;
- Reforço do papel do município como uma capital regional de referência para diversas cidades do interior do Estado;
- Melhoria da competitividade dos agentes econômicos locais e consequente dinamização dos negócios;
- Facilitação de acesso a bens e serviços por parte da população local e do entorno;
- Aumento da atratividade do município e, por consequência, de dezenas de outras cidades do interior para futuros investimentos;
- Diminuição significativa das distâncias para acesso ao transporte aéreo para a população do interior do Estado;
- Redução das desigualdades regionais, ao aumentar as oportunidades e a competitividade para os municípios que estão distantes dos grandes centros e dos eixos de desenvolvimento existentes.

Quanto aos princípios estratégicos, a inclusão do aeroporto como um equipamento estruturador prioritário para o município de Feira de Santana está associada à competitividade e ao desenvolvimento territorial e ambiental.

4.3.6. Infraestrutura de Saneamento

A análise referente ao Saneamento em Feira de Santana apoia-se nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas a seguir:

- **Objetivo 6.** Água potável e saneamento
 - **Meta 6.1:** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.
 - **Meta 6.2:** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
 - **Meta 6.3:** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.

- **Meta 6.4:** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
- **Meta 6.5:** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
- **Meta 6.6:** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.
- **Meta 6.a:** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.
- **Meta 6.b:** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

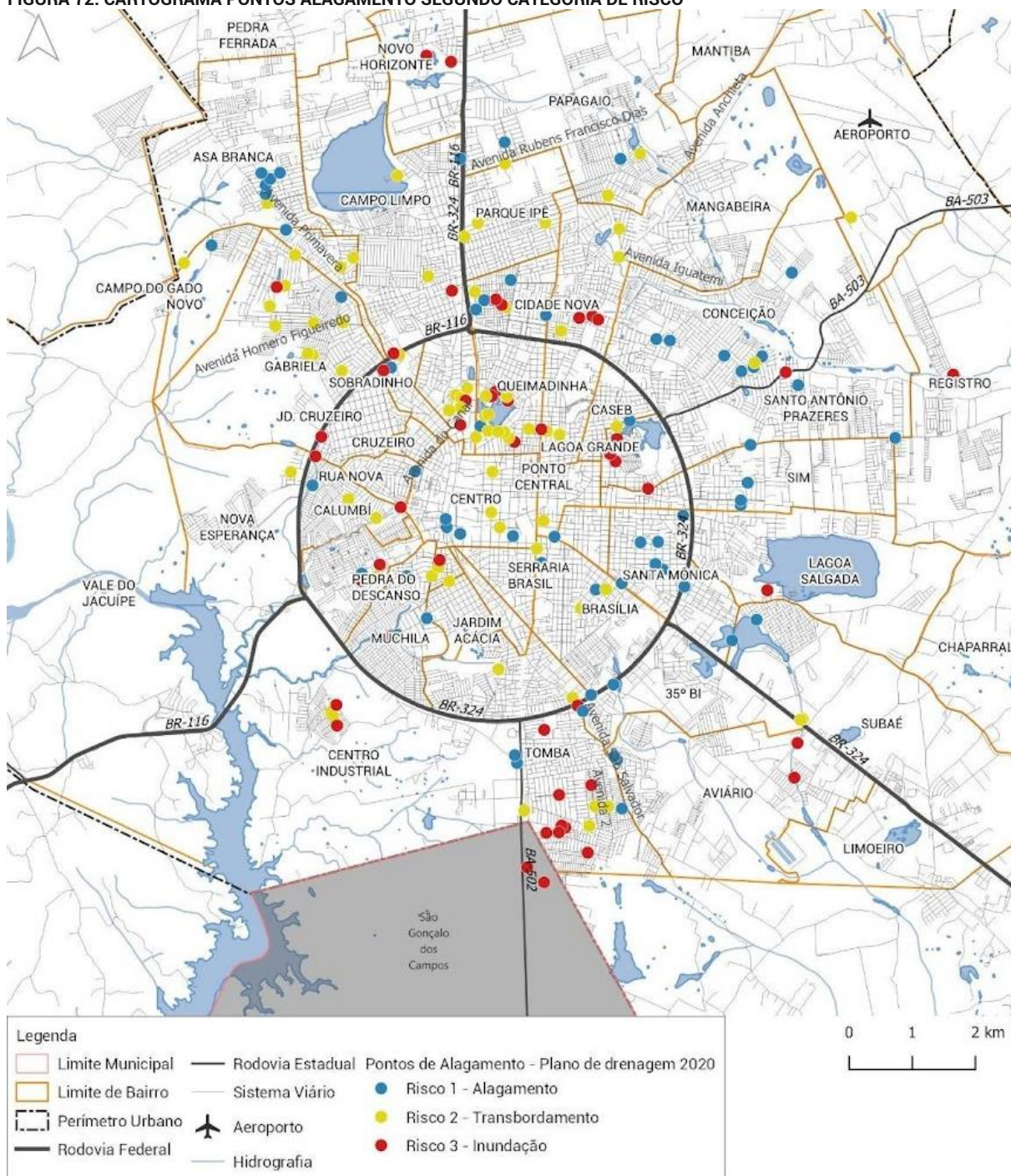
Conforme as conclusões do Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana de outubro de 2020, a maior parte do **sistema de drenagem** do Município de Feira de Santana é “completamente ineficaz”, onde a análise e avaliação efetuada pelo estudo do plano Diretor de Drenagem justifica a necessidade de que sejam tomadas ações imediatas para o planejamento de obras que visem soluções para a lista de problemas detectados.

Em resumo os tipos de problemas vão de canais de drenagem subdimensionados para a vazão prevista, afunilamento da seção de canais, construções irregulares sobre o canais, lajes construídas sobre córregos, a presença de efluentes e acúmulo de resíduos sólidos no leito dos córregos, assoreamento do leito de córregos, a variabilidade dos tipos de superfície (rugosidade variável nas paredes e margens dos córregos/canais, fator que dentro de certas condições aumenta a ocorrência de transbordo e inundações ao redor de córregos), a presença de vegetação densa (como arbustos e plantas aquáticas) sendo necessária a manutenção e limpeza dos canais, ausência de mata ciliar em córregos;

O Plano de drenagem mapeou (FIGURA 72) pontos de alagamento segundo três categorias de risco:

- **Nível 1- Alagamento:** alagamento limitado às vias e calçadas podendo atingir que edificações com baixo risco de danos.
- **Nível 2 – Transbordamento:** alagamento de várias vias com transbordamento para áreas marginais livres ou edificadas. riscos médios de danos às vias equipamentos urbanos e edificações, porém sem risco de desabamentos.
- **Nível 3 – Inundação:** alagamento de grande extensão envolvendo várias vias e áreas edificadas com alto risco de danos à infraestrutura urbana e as edificações e com o registro de desabamentos.

FIGURA 72: CARTOGRAMA PONTOS ALAGAMENTO SEGUNDO CATEGORIA DE RISCO

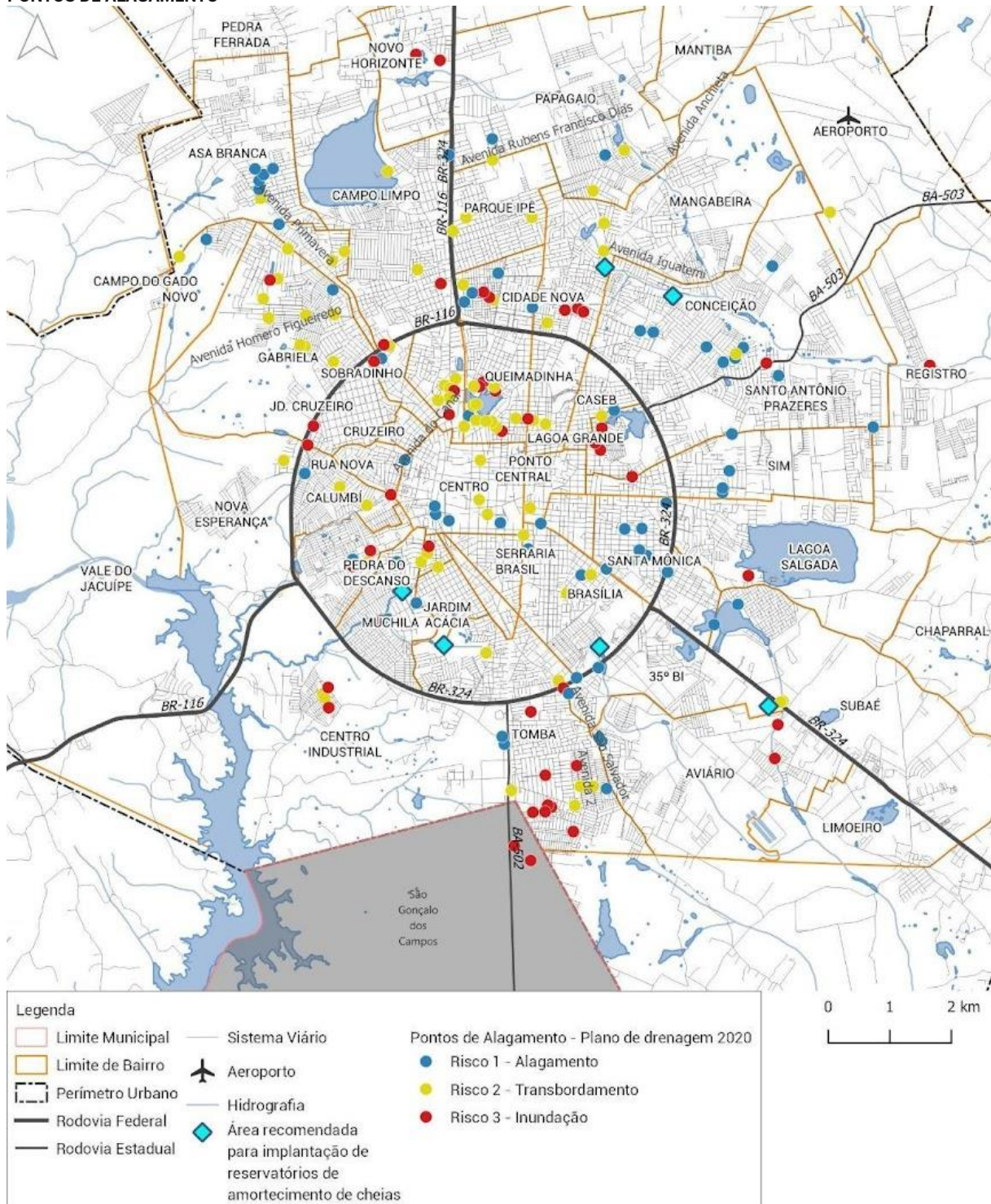


Fonte: FEIRA DE SANTANA (2020) – Modificado por Consorcio Tese Concremat

O Plano Diretor de Drenagem prevê a adoção de medidas:

Estruturais: na Bacia do Subaé, que consiste numa série de sete lagoas e três canais, para compor o sistema de drenagem da bacia; implantação de reservatórios de amortecimento de cheias (FIGURA 73).

FIGURA 73: CARTOGRAMA PONTOS RECOMENDADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE AMORTECIMENTO X PONTOS DE ALAGAMENTO



Fonte: FEIRA DE SANTANA (2020) – Modificado por Consorcio Tese Concremat

Não Estruturais: compostas por diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo, a serem revisadas na legislação urbanística do Município, e que estejam sumariamente relacionadas com as ODS's. O Plano de Drenagem também propõe programas que se recomenda a serem seguidos.

No plano diretor de drenagem são previstos os seguintes programas e seus objetivos:

- programa de proteção e valorização das lagoas

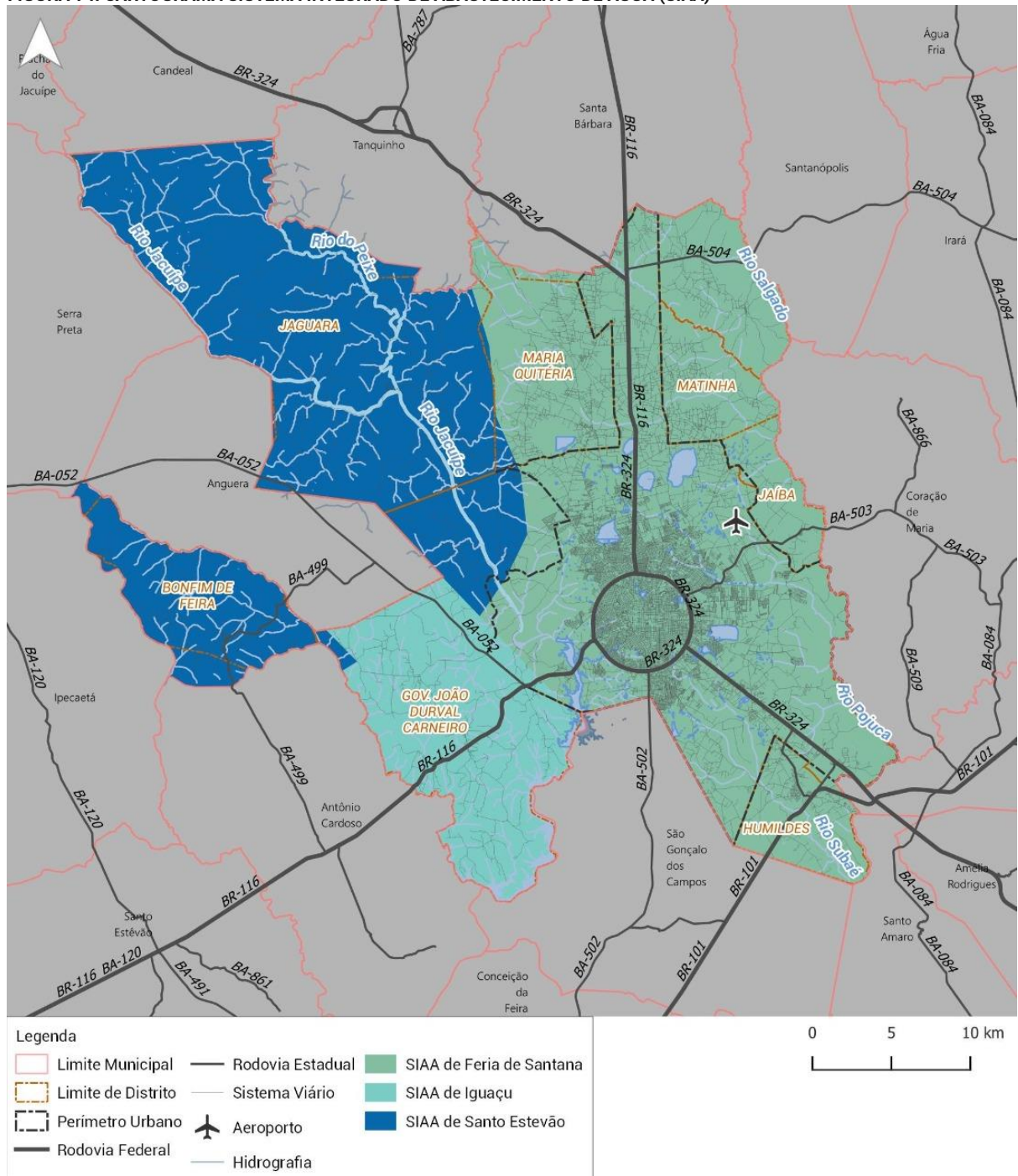
- implementar ações e medidas para conservação e valorização das lagoas;
 - possibilitar o uso e fruição dos recursos hídricos pela população, através de equipamentos urbanos para convívio, lazer e turismo;
 - integrar as lagoas à paisagem da cidade.
- programa de integração dos rios urbanos à cidade
 - propor ações e medidas para conservação, integração e valorização dos rios urbanos.
 - possibilitar o uso e fruição das bordas dos rios pela população, através de equipamentos urbanos para convívio, lazer e turismo.
 - programas de educação ambiental e soluções sustentáveis
 - conservação de recursos hídricos;
 - gestão de áreas verdes urbanas;
 - drenagem urbana sustentável;
 - gestão e prevenção de enchentes;
 - sistema viário vicinal;
 - movimentações de terra e controle de erosões
- programas de meio ambiente e sustentabilidade
 - programa de conservação das águas municipais
 - programa de regularização de estradas vicinais
 - programa de manutenção de áreas verdes permeáveis
 - programa de educação ambiental
 - programa de fomento a medidas de drenagem sustentável
 - programa de prevenção e alerta de inundações em tempo real
 - programa de controle de movimentações de terra e erosões
 - programa de implementação do produtor de água (ANA)
 - programa produtor de água (ANA)

Quanto ao **abastecimento de água**, o Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) administrado pela Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (Embasa), desde 1955, atende aos municípios Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana, Tanquinho, Santonópolis e Santa Bárbara e algumas localidades dos municípios de Cachoeira, Coração de Maria e Candéal.

Conforme dados da Embasa (2016), o sistema atende 734.425hab em Feira de Santana. O sistema tem como Manancial o Rio Paraguaçu, com captação na Barragem da Pedra do Cavalo, onde a água é elevada até uma estação de tratamento de água.

O Município é atendido por três sistemas com ponto de captação no Lago Pedra do Cavalo.: SIAA de Feira de Santana (área urbana, distritos de Maria Quitéria, Tiquaruçu, Matinha, Jaíba e Humildes), SIAA de Ipuaçu (Distrito de Governador João Durval) e SIAA de Santo Estevão (Distritos de Jaguará e Bonfim de Feira), conforme FIGURA 74.

FIGURA 74: CARTOGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SIAA)



Fonte: Embasa (2017)

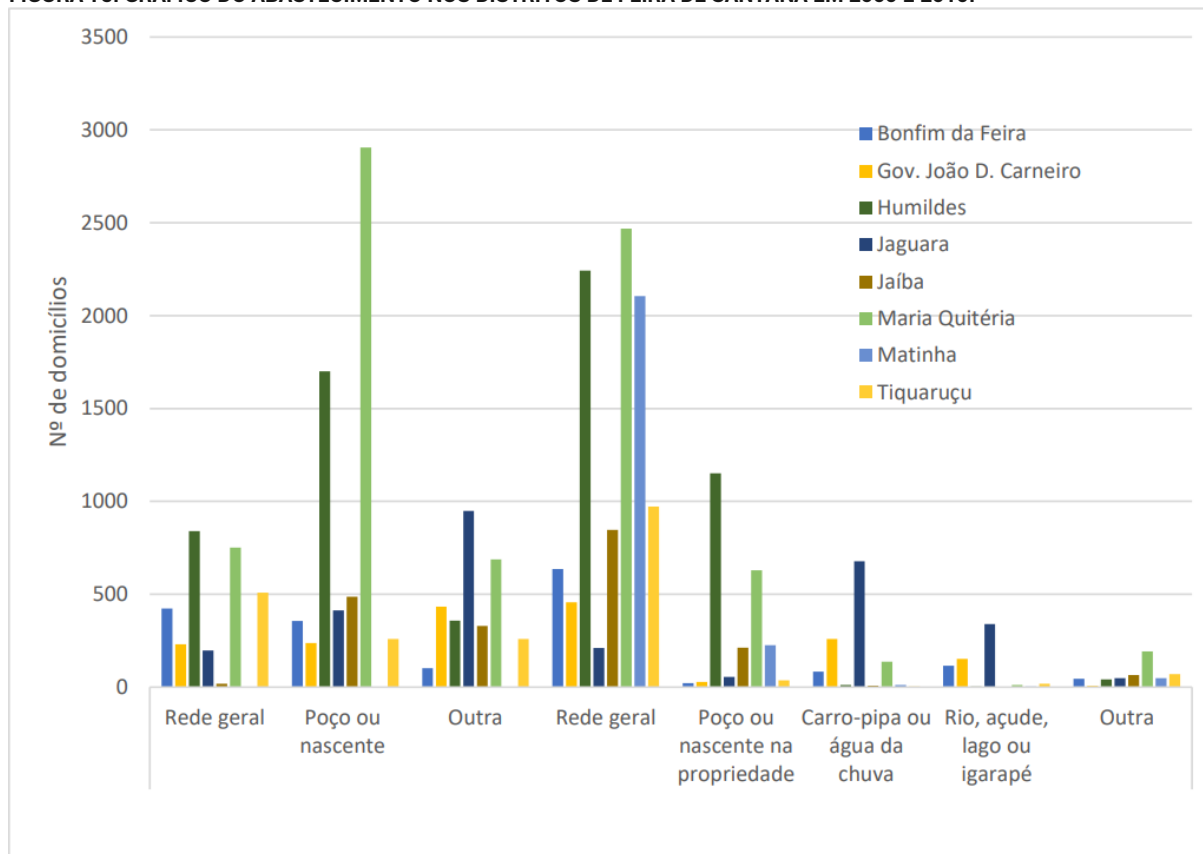
TABELA 45: SISTEMAS INTEGRADOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FEIRA DE SANTANA.

Sistema	Nº de reserv.	Capacidade dos reserv. do sistema (m³)	Perdas da distribuição (%)	Comprimento o total de adução (km)	Comprimento o de rede de distribuição (km)	Captação	Vazão por sistema (m³/d)
SIAA Feira de Santana	8	25950	46.9	47.072	2303.19	Captação Superficial no Lago Pedra do Cavalo	136512
SAA Ipuacu	4	400	64.4	1.408	41.46		876.96
SIAA Santo Estevão	5	11150	43.8	2.671	6		11143

Fonte: Embasa (2017)

Segundo IBGE (2010), 85% dos domicílios são atendidos pela rede geral, 13% por poços ou nascentes e os outros 2% se distribuem entre Água da Chuva, Carro-Pipa, Rio açude, lago, igarapé e outros (FIGURA 75).

FIGURA 75: GRÁFICO DO ABASTECIMENTO NOS DISTRITOS DE FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.



Fonte: IBGE (2000;2010)

Segundo Plano Municipal de Saneamento (2018) 95% (734.425 habitantes) da população era atendida pelo SIAA em 2018.

As ações apresentadas pelo PMSB (2018) de Feira de Santana para o abastecimento de água são apresentadas na QUADRO 11.

QUADRO 11: AÇÕES PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE FEIRA DE SANTANA.

	Problemas	Ações propostas	Prazos	Responsabilidade
Sede	Fornecimento irregular de água	Regularizar o fornecimento de água	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado Governo federal Sociedade
		Manutenção na tubulação	Emergencial	Prefeitura
	Reclamações sobre a qualidade de água fornecida cor e/ou gosto estranho	Melhoria da qualidade da água	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		Fiscalização da qualidade da água		
		Melhoria da qualidade da água com menor teor de cloro		
	Elevada concentração de cloro			
	Consumo de água sem tratamento	Tratamento de água para o consumo	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		Desenvolver formas mais pontuais de tratamento de água		
		Fiscalização da forma de tratamento armazenamento da água pela Embasa		
	Destruição de nascente e Lagoas	Desapropriação das áreas das nascentes e reflorestamento	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
Distritos	Poços desativados	ativar poços	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		construção de poço artesiano		
		Reativar/recuperar reservatório/cisternas/poços		
	Fornecimento irregular de água	regularizar o fornecimento de água	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado Sociedade
		com continuidade dos programas de água para todos		
		implantar uma ETA própria		
		implantar rede de distribuição de água		
		maior frequência do atendimento por carro pipa		
	Reclamações sobre a qualidade da água fornecida cor e/ou gosto estranho	melhoria da qualidade da água	Emergencial	Prefeitura
		fiscalização da qualidade da água		
		melhoria da qualidade da água com menor teor de cloro		
	Elevada concentração de cloro			
	Consumo de água sem tratamento	tratamento de água para o consumo	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		desenvolver formas mais pontuais de tratamento de água		
		fiscalização da forma de tratamento		

	Problemas	Ações propostas	Prazos	Responsabilidade
		armazenamento da água pela embasa		
	Localidades sem água	extensão da rede de abastecimento de água implantação de uma dutora	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado Sociedade
	Água Salobra nos poços	aquisição de dessalinizador	Não Definido	Prefeitura Governo do Estado Sociedade
	Dificuldades para carro pipa abastecer nas comunidades de Malhador e Venda Nova	abastecimento frequente do carro pipa	Emergencial	Prefeitura
	Inexistência de rede de distribuição	implantação da rede	Médio	Prefeitura Governo do Estado/Federal

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia da Bahia (2018)

Além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas, levou-se em consideração os seguintes indicadores para as metas 6.1 e 6.4, respectivamente:

- População atendida com serviço de água
- Perda de água

Para o indicativo de atendimento ao serviço de água era de 89.80% em 2020 portanto acima da meta de 85% (FIGURA 76).

Contudo, o município está com grandes desafios para o atingimento do objetivo relacionado à perda de água na distribuição, que tem como meta ser inferior a 12.1% e o valor para Feira de Santana em 2020 era de 48,36% (FIGURA 77).

FIGURA 76: GRÁFICO POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

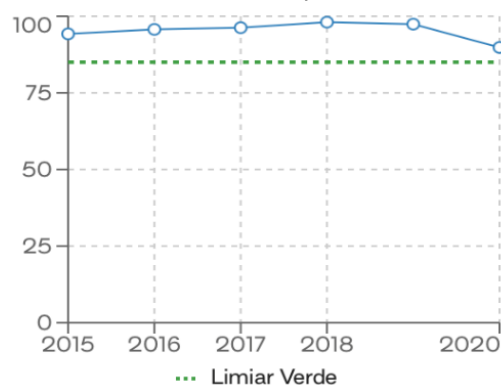
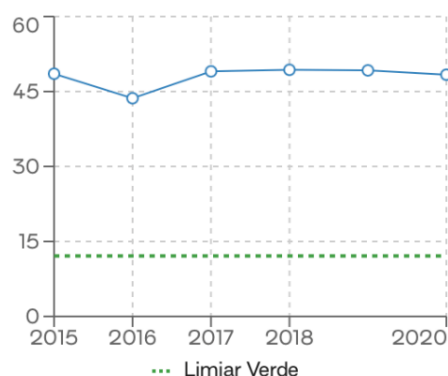


FIGURA 77: GRÁFICO ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

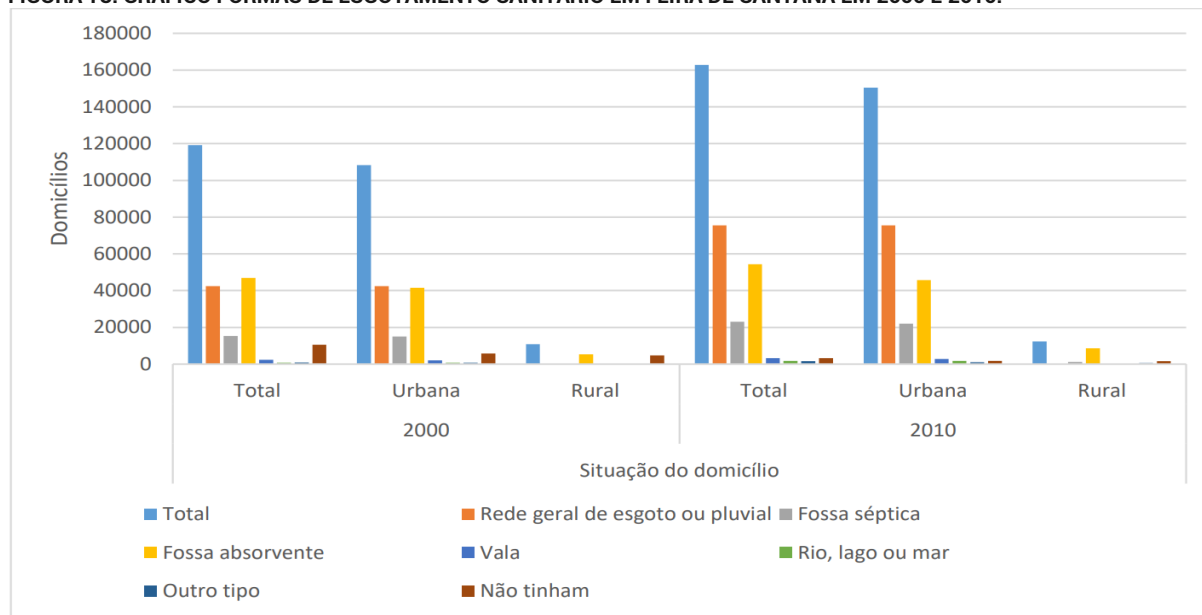


Fonte: SNIS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

Segundo dados do Censo do IBGE 2010, 95% dos domicílios possuíam banheiros, 3% possuíam sanitário e 2% eram desprovidos de estrutura sanitária.

Dos que apresentavam banheiros, 48% eram conectados à **rede de esgoto** ou rede pluvial (os dados do IBGE agrupam as duas classificações, o que mascara parte do panorama real), 34% lançavam em fossa absorvente, 14% lançavam em fossa séptica, 2% em vala, 1% diretamente em corpos hídricos e 1% outros (FIGURA 78).

FIGURA 78: GRÁFICO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.



Fonte: IBGE (2000;2010)

Conforme dados da Embasa (2017) o sistema atende 60% da população (376.833 hab) e as bacias e seus respectivos sistemas de esgotamento sanitário tem as características apresentadas na TABELA 46.

TABELA 46: SES DE FEIRA DE SANTANA.

Bacia	ETE	Vazão Tratada (m³/d)	Extensão da rede (km)	Nº de Ligações	Atendimento Habitantes
Jacuípe	Jacuípe I e II	11836.8 e 13186.32	200.22301	64.845	210.602
Subaé		40753.44	204.94752	29.812 2	92.917
Pojuca	27 SLE	1848	821.26386	23437	

Fonte: Adaptado de Embasa (2017)

Quanto ao lançamento dos esgotos das redes é efetuado nas três bacias hidrográficas do município, os efluentes são direcionados conforme a bacia hidrográfica até os rios homônimos às bacias.

O sobrecarregamento de vazão em horários específicos também diminui a eficiência do tratamento realizados nas duas ETAs, se mantendo em torno de 75% de eficiência.

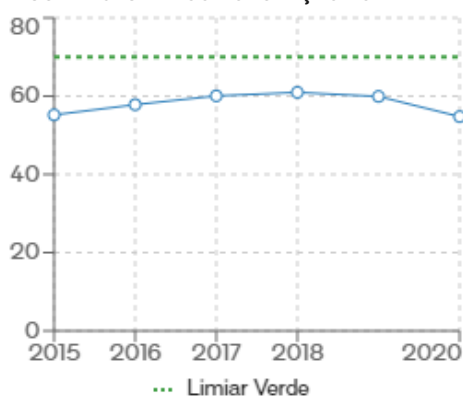
Os efluentes da Bacia do Rio Pojuca em parte são elevados e redirecionados para os sistemas da bacia do rio Jacuípe, uma vez que a bacia do Rio Pojuca não possui ETA, o sistema nessa bacia também não é contíguo e estruturado, o que não permite o tratamento de todo o efluente gerado. Dentro dessa bacia há condomínios com sistema particular de tratamento de efluentes, 27 no total, que são operacionalmente acompanhados pela Embasa.

Além dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e metas, levou-se em consideração os seguintes indicadores para a meta 6.2:

- População atendida com esgotamento sanitário
- Índice de tratamento de esgoto
- Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

O primeiro indicador está abaixo de meta de 70% da população atendida, pois, em 2020, apenas 54,76% (valor inferior ao da Embasa, 2017) (FIGURA 79).

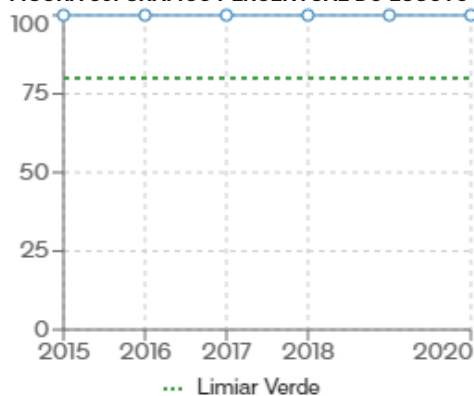
FIGURA 79: GRÁFICO POPULAÇÃO TOTAL ATENDIDA COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO, POR 100 HABITANTES.



Fonte: SNIS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

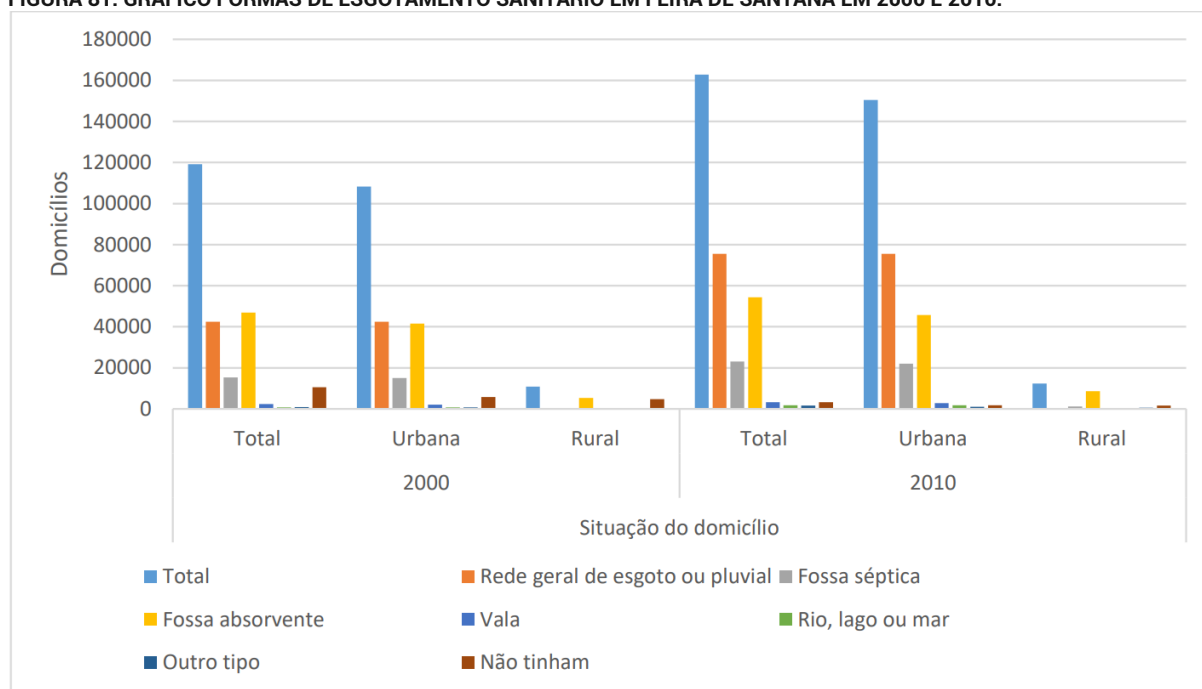
Já o segundo indicativo relativo ao percentual de esgoto tratado, o município possui 100% , portanto superior a meta de 70% (FIGURA 80)

FIGURA 80: GRÁFICO PERCENTUAL DO ESGOTO TRATADO SOBRE O VOLUME DE ESGOTO COLETADO.



Fonte: SNIS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

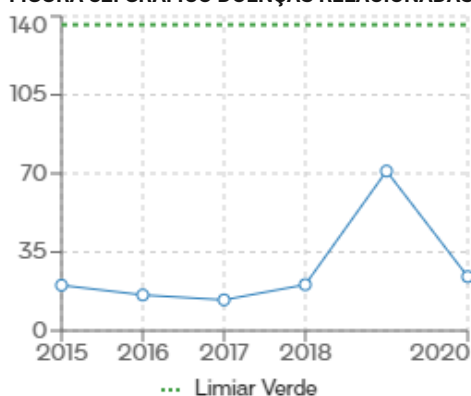
FIGURA 81: GRÁFICO FORMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM FEIRA DE SANTANA EM 2000 E 2010.



Fonte: IBGE (2000;2010)

Quanto ao terceiro indicador, ao decorrer dos anos o indicador teve uma queda significativa ficando longe do valor de atingimento do objetivo, em 2015 o valor era de 20,24% até 2018 não houve uma mudança significativa da porcentagem, porém em 2019 Feira de Santana conseguiu alcançar 71,07% o que deixava próximo do valor de atingimento do objetivo que é de 136,21%, porém em 2020 houve uma queda brusca no percentual ficando em 24,05%, como podemos ver na FIGURA 82.

FIGURA 82: GRÁFICO DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO AMBIENTAL INADEQUADO.



Fonte: DataSUS, 2020. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.

As principais ações apresentadas pelo PMSB de Feira de Santana para o esgotamento sanitário são apresentadas no QUADRO 12.

QUADRO 12: AÇÕES RELACIONADAS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO PARA A SEDE E DISTRITOS DE FEIRA DE SANTANA.

	Problemas	Ações Propostas	Prazos	Responsabilidade
Sede	Residências sem banheiro	Implantação e ampliação de projetos para a construção de banheiros na sede	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		Notificar a prefeitura sobre a responsabilidade do proprietário para a construção do banheiro		
	Inexistência de sistema de esgotamento sanitário	Implantação da rede de esgoto	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		Conclusão das obras da ETE		
	Lançamento de esgoto a céu aberto	Política de descontaminação das fontes fornecedoras/rios, lagos	Emergencial	Prefeitura Sociedade
	O uso das forças absorventes para a disposição dos Goto	Ampliação da rede de tratamento	Emergencial	Prefeitura Sociedade
	Canais e bueiros sem limpeza	Limpeza de bueiros e canais antes do período da chuva	Emergencial	Prefeitura
	Lançamento de esgoto na rede de drenagem	Cobrar da prefeitura o plano de drenagem	Emergencial	Prefeitura Governo do Estado
		Separação/ampliação da rede de esgoto da rede de drenagem		
	Taxa de esgoto	Estudos para a cobrança da taxa de esgoto	Curto	Prefeitura Sociedade
Distritos	Residências sem banheiro	Controle contínuo do tratamento da ETE	Emergencial	Governo do Estado
		Construção de banheiros nas residências	Emergencial	Prefeitura Governo do estado/federal
	Inexistência de sistema de esgotamento sanitário	Implantação e ampliação de projetos para a construção de banheiros na sede distrital e zona rural		
		Implantação da rede de esgoto	Emergencial	Prefeitura Governo do estado
		Tecnologia alternativa		
		Implantação de ETE própria		
	Lançamento de esgoto a céu aberto	Canteiro bioséptico	Médio	
		Círculo da bananeira	Emergencial	Prefeitura Sociedade
		Política de descontaminação das Fontes fornecedoras/rios, lagos		
		Implantação do sistema de tratamento de esgoto na zona rural		
	O uso das fossas absorventes para disposição do esgoto	Fossa séptica econômica	Emergencial	Prefeitura Sociedade
	Taxa de esgoto	Estudos para a cobrança da taxa de esgoto	Emergencial	Prefeitura Sociedade

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia da Bahia (2018)

A **coleta de resíduos sólidos** em Feira de Santana é realizada por empresa terceirizada. A taxa de cobertura do serviço de coleta de Resíduos Domiciliares (RDO) da população urbana é de 100%, que representa 91,73% da população total do município. Em relação à quantidade, 171.220,80 ton/ano de RDO e RPU foram coletadas em 2020, o que gera uma média de 0,30 toneladas de resíduos por habitante anualmente (SNIS, 2020).

Feira de Santana também possui um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) regulamentado pela Lei nº 3785, de 19 de dezembro de 2017.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS (2020), no município não há serviço municipal de coleta seletiva, apenas catadores de materiais recicláveis

O mercado de materiais recicláveis em Feira de Santana, seja em "galpões", "sucateiros" ou "recicladores" é expressivo, apesar da falta de dados. Ao menos 17 empresas foram identificadas na época através da internet (FEIRA DE SANTANA, 2016).

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Feira de Santana de 2016, estabeleceu algumas proposições tendo objetivos e metas em mente, deles derivam políticas para a gestão de resíduos, e uma lista de programas como forma de ações para se chegar a estes objetivos e metas.

Proposições para a melhoria dos serviços de manejo e resíduos sólidos de limpeza urbana, objetivos e metas:

- Plano nacional:
 - Eliminação de 100% dos lixões no Nordeste;
 - Reabilitação das áreas de lixões em 90% até 2031;
 - Redução dos resíduos recicláveis secos dispostos em aterros no Nordeste em 25% até 2031;
 - Redução do percentual de resíduos úmidos dispostos em aterros no Nordeste em 50% até 2031;
 - Inclusão e fortalecimento da organização de 135.360 catadores até 2031;
 - Implementar cobrança por serviços de resíduos sólidos urbanos sem vínculo com o IPTU em 55% do Nordeste.
- Política estadual de resíduos sólidos:
 - Não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar, tratar resíduos sólidos e disposição final de forma ambientalmente adequada para os rejeitos.
 - Proteção e melhoria da saúde pública e da qualidade do meio ambiente;
 - Adoção de padrões e práticas sustentáveis na produção e consumo de bens e serviços;
 - Prevenir reduzir a geração de resíduos sólidos em processos produtivos e na prestação de serviços;
 - Desenvolver produtos com menor impacto à saúde humana e com maior qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
 - Implantar infraestruturas físicas e adquirir equipamentos para cooperativas e outros tipos de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formada por pessoas físicas de baixa renda;
 - Estruturar o funcionamento de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
 - Implementar ações de educação ambiental e mobilização social;
 - Descontaminar áreas;
 - Desenvolver pesquisas voltadas para a tecnologias mais limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

- Desenvolver sistemas de gestão ambiental e empresarial voltadas a melhorar os processos produtivos que resultem na não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos;
- Capacitar tecnologicamente com o objetivo de criar desenvolver ou aplicar inovações para a redução, reutilização e reciclagem;
- Anseios da população de Feira de Santana
 - Tratamento de resíduos de saúde;
 - Procedimento para a logística reversa;
 - Incentivo às cooperativas;
 - Maior educação ambiental;
 - Auxiliar o catador individual;
 - Melhorar a divulgação de informações;
 - Criar ecopontos;
 - Incentivar a compostagem;
- Definição dos objetivos e metas PMGIRS (QUADRO 13).

QUADRO 13: AÇÕES PARA A SEDE DE FEIRA DE SANTANA.

Meta	Imediato 2019	Curto 2024	Média 2029	Longo 2036
Reduzir os resíduos recicláveis secos dispostos em aterro com base na caracterização do PMGIRS	22%	35%	46%	60%
Reduzir o percentual de resíduos húmidos dispostos em aterro	7%	15%	25%	50%
Incluir fortalecer a organização dos catadores	20%	100%	100%	100%
Cobrar por serviços de resíduos sólidos urbanos, desvinculando do IPTU	0%	100%	100%	100%
Realizar ações transversais e abrangentes de educação ambiental	80%	100%	100%	100%
Reduzir o entulho disposto irregularmente	10%	30%	50%	75%
Dispor os resíduos especiais de acordo com seus respectivos fluxos de logística reversa	10%	30%	50%	75%
Intensificar a limpeza urbana	0%	100%	100%	100%
Fiscalizar e gerenciar os resíduos sólidos	100%	100%	100%	100%
Reabilitar áreas contaminadas	0%	50%	100%	100%

Políticas para a gestão de resíduos:

- Reduzir os resíduos recicláveis secos dispostos em aterro:
 - Criação de espaço para acondicionamento de resíduos em edificação residencial - atualização e fortalecimento;
 - Câmbio verde – proposta;
 - Fomento às indústrias de transformação e reciclagem – proposta;
- Reduzir o percentual de resíduos húmidos dispostos em aterro:
 - Incentivo à compostagem doméstica – proposta;
- Incluir fortalecer as organizações de catadores:
 - Incentivo às cooperativas de catadores de material reciclável - atualização e fortalecimento;
 - Incentivo aos intermediários – proposta;
 - Regularização dos carroceiros-proposta;
 - Inclusão de catadores -proposta;

- Cobrar por serviço de resíduos sólidos urbanos (sem vinculação com o IPTU);
 - Cobrança da taxa de lixo -proposta
- Educação ambiental:
 - Obrigatoriedade da coleta seletiva nas instituições públicas municipais - atualização e fortalecimento;
 - Reciclagem e utilização de material reciclado no âmbito do poder público - atualização e fortalecimento;
 - Projeto nas escolas públicas de Feira de Santana - atualização e fortalecimento;
 - Prêmio escola verde – proposta;
- Reduzir o entulho disposto irregularmente:
 - Resíduos da construção civil - atualização e fortalecimento;
 - Doação de sobras de materiais de construção - readequação e fortalecimento;
 - IPTU progressivo ou aplicação de infrações -proposta.
- Dispor corretamente os resíduos com logística reversa;
 - Medicamentos vencidos - atualização e fortalecimento;
 - Resíduos com logística reversa obrigatória -atualização e fortalecimento;
- Intensificar a limpeza urbana:
 - Destinação de resíduos de limpeza urbana – proposta;
 - Frequência de varrição – proposta;
- Fiscalizar gerenciar os resíduos sólidos:
 - IPTU verde - atualização e fortalecimento;
 - Uso de sacolas retornáveis ou oxi-biodegradáveis - atualização e fortalecimento;
 - Fiscalização de grandes geradores – proposta;
 - Geração de banco de dados – proposta;
 - Transversalidade da gestão de resíduos na administração pública – proposta;
- Reabilitar áreas contaminadas;
 - Controle no cadastro fundiário – proposta;

Programas:

- Programa para a coleta domiciliar seletiva;
- Programa de aproveitamento econômico dos resíduos orgânicos;
- Programa para compostagem in situ;
- Programa para inclusão de catadores;
- Programas de comunicação do plano;
- Programa de gestão de resíduos no poder público – “exemplo se dá em casa”;
- Programa “juntos vendemos melhor”;
- Programa de educação ambiental;
- Programa de coleta e destinação de resíduos da construção civil, entulhos e volumosos;
- Programa de coleta e destinação de resíduos com logística reversa;
- Programa para resíduos de óleo e gorduras residuais (óleo de cozinha);
- Programa de ampliação de coleta domiciliar nos distritos;

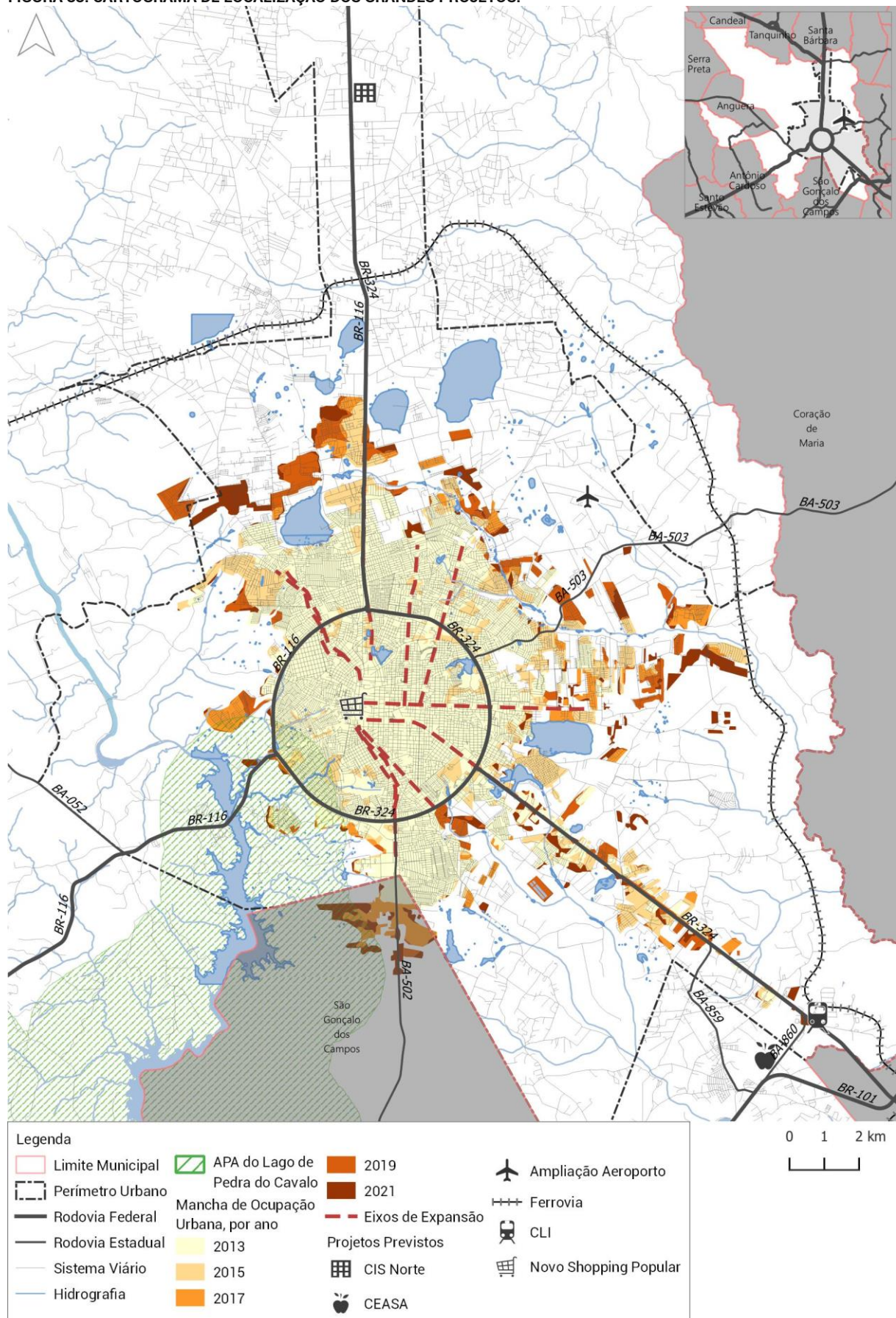
- Programa de limpeza urbana;
- Programa de adequação do condicionamento do resíduo pré coleta;
- Programa de melhoria do controle de fiscalização;
- Programa de fiscalização para o gerenciamento de resíduos pelos grandes geradores;
- Programa de recuperação da antiga área do lixão;
- Programa de fiscalização dos aterros sanitários;
- Programa de levantamento de potenciais áreas contaminadas;

Estes programas propostos pelo plano, possuem quadros relacionando as políticas necessárias objetivos e justificativa para cada, bem como o dimensionamento do tamanho do programa quais os níveis de responsabilidade, e quais atividades necessárias para que sejam implementados, apresenta um custo estimado ou a responsabilidade de se estimar o custo. os programas em geral apresentam questões de simples resolução, mas que necessita de uma boa organização por parte do poder público.

4.3.7. Grandes projetos previstos em Feira de Santana

Neste item são aprestadas as principais intervenções previstas em Feira de Santana, considerando aquelas previstas nos âmbitos Estadual e Federal assim como as propostas pelo poder público municipal relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, sendo estas: Novo Rodo Anel, Conexão das malhas ferroviárias Nordeste e Sudeste, Ampliação do Aeroporto, Novo Distrito Industrial Norte – CIN, Nova Central de Abastecimento, Nova Rodoviária e novo shopping popular (FIGURA 83).

FIGURA 83: CARTOGRAMA DE LOCALIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS.



Fonte: Prefeitura Feira de Santana.

Novo Rodo Anel

Diante do potencial de crescimento de segmentos industriais, aliado à problemática da limitação de capacidade da infraestrutura de transportes de Feira de Santana, desde 2018, têm sido materializados estudos e discussões sobre um projeto de longo prazo, um Novo Rodoanel para a cidade.

O município de Feira de Santana contratou a Caixa Econômica Federal, no sentido de arregimentar um estudo econômico acerca da viabilidade do projeto. Prevê-se que a implantação do Novo Rodoanel se dará por meio de concessão/parceria com a iniciativa privada, contando com a criação de cinturão verde, ações de preservação, conservação e recuperação de matas ciliares, além de criação de áreas de preservação ambiental em uma das margens da nova rodovia.

De acordo com o secretário municipal de planejamento Carlos Brito, com a conclusão dos estudos, contratou-se uma empresa para demais estudos complementares, em que se determinou sua quinta versão de traçado, que prevê um desenho de 106,11 km e investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão, ou seja, uma proporção de investimentos de cerca de R\$ 16 milhões por quilômetro, como apresenta o QUADRO 14. Recentemente, o projeto tem sido apresentado em reuniões com técnicos do governo federal e municipal, além de representantes de bancos, como a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

QUADRO 14: ESTIMATIVA GERAL DE CUSTOS DAS ALTERNATIVAS DE TRAÇADO

Alternativa	Extensão (km)	Custo Implantação total (R\$)	Total (R\$)	Total/km (R\$)
Alternativa 1	110,27	155.083.934,67	1.835.684.237,81	16.647.177,27
Alternativa 2	90,31	1.326.944.233,16	1.605.911.357,86	17.782.800,42
Alternativa 3	77,81	1.104.216.980,41	1.894.642.539,34	24.349.602,10
Alternativa 4	72,76	1.120.092.607,65	1.580.687.459,78	21.724.676,47
Alternativa 5	106,11	1.403.628.516,30	1.679.451.542,35	15.827.457,75

Fonte: Apresentação para Caixa Econômica Federal, Prefeitura de Feira de Santana
<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?s=a&link=secom/webtv.asp&idv=29720>

De acordo com o traçado previsto (FIGURA 84), o Novo Rodoanel ligará a BR-324 no trecho do posto São Gonçalo, no trecho Feira-Salvador, à BR-116 Norte, no trecho próximo ao conhecido entroncamento de Tanquinho, onde a BR-324 continua no sentido Norte. Este desenho se dará pelas proximidades das bacias dos rios Pojuca, Subaé e Jacuípe, evitando, portanto, desapropriações, visto que se passaria próximo a áreas de preservação ambiental.

FIGURA 84: CARTOGRAMA PROPOSTA DE TRAÇADO DO NOVO RODOANEL.



Fonte: Apresentação para Caixa Econômica Federal, Prefeitura de Feira de Santana

<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/servicos.asp?s=a&link=secom/webtv.asp&idv=29720>

A princípio, com a implantação deste Novo Rodoanel, além do alívio de gargalos existentes no atual anel rodoviário, há expectativas de dinamização da economia por meio da facilidade de conexão entre a infraestrutura rodoviária, que já é um destaque na região de Feira de Santana, a grandes empreendimentos industriais e o aeroporto. Em tempo, vale ressaltar que há prospecções de transferência do terminal rodoviário municipal para o entorno do aeroporto.

Espera-se ainda o surgimento de novas áreas para implantação de indústrias e comércio atacadista, considerando a criação do Centro Industrial Norte – CIN, área de 52.300 ha no entorno da BR-116 Norte, destinada à instalação de indústrias fixada por meio da Lei Complementar de Lei complementar nº 075 de 20 de junho de 2013. O CIN teve a implantação das suas primeiras indústrias no início da década de 2010, com construções de galpões com pouca infraestrutura. Atualmente, segundo Santos & Bastos (2022), o CIN possui cerca de oito fábricas em funcionamento mais efetivo, sendo as que possuem maiores destaques: B.N Mascarenhas, Incomprel, Avanço Distribuidora e Globalpark, além de construções aceleradas de galpões para instalação de novas fábricas, entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e o Distrito de Maria Quitéria, então área rural.

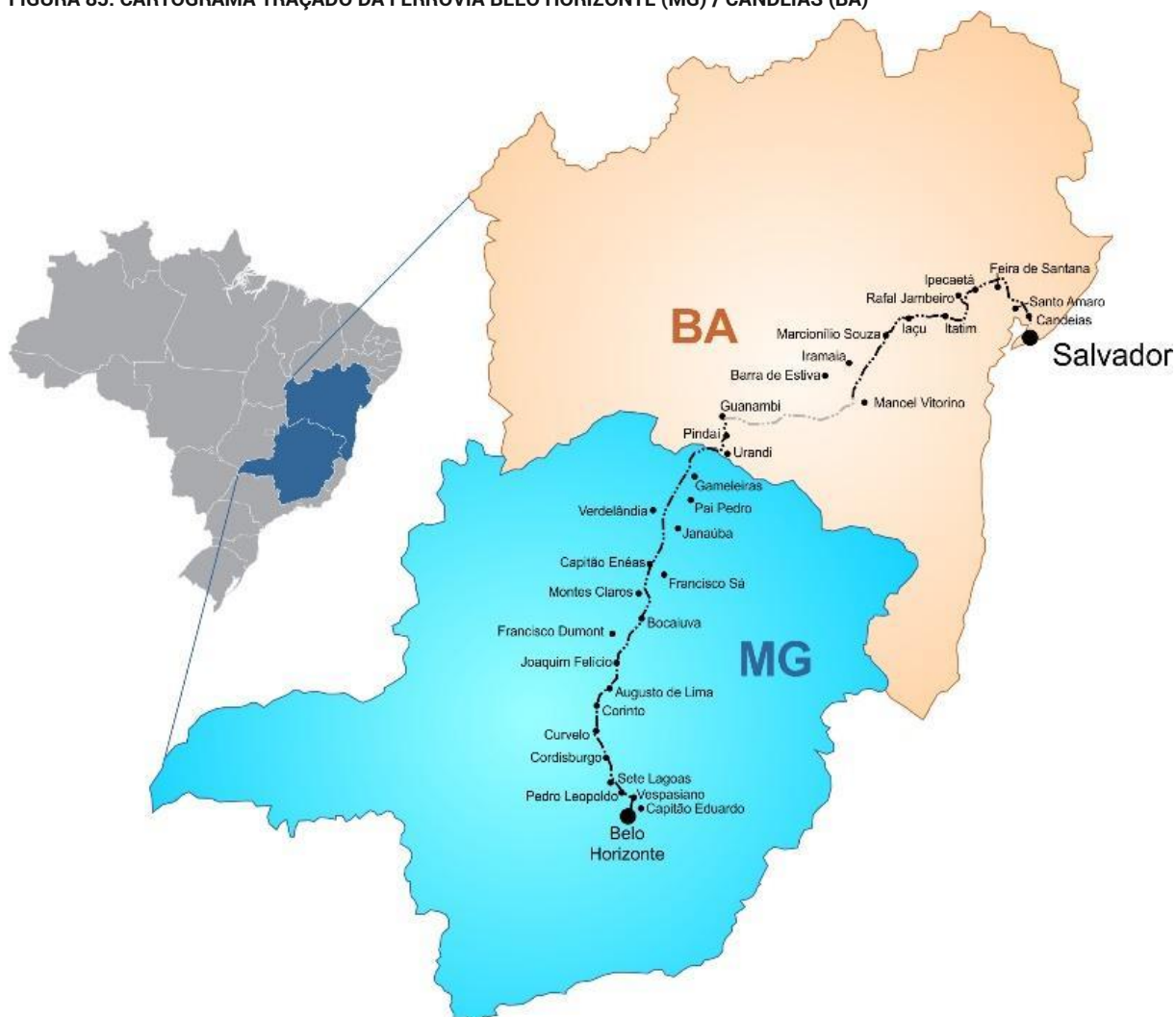
Conexão das malhas ferroviárias Nordeste e Sudeste

A cidade de Feira de Santana tem potencial de se consolidar como um importante entreposto ferroviário. Há alguns anos, têm sido realizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT reuniões com a finalidade de se coletar contribuições para estudos preliminares para a Ferrovia Belo Horizonte (MG) / Candeias (BA), que tem como principal objetivo fazer a conexão da malha ferroviária do Nordeste com a malha do Sudeste. De acordo com a ANTT, o projeto de engenharia estima investimentos entre R\$ 10,6 bilhões e R\$ 12,2 bilhões. O governo federal prevê concessão com os direitos de exploração da ferrovia a uma empresa da iniciativa privada.

O traçado da ferrovia possui cerca de 1.400 quilômetros de extensão (FIGURA 85), passando por 52 municípios: 27 em Minas Gerais e 25 na Bahia, sendo estes últimos Sebastião

Laranjeiras, Urandi, Pindai, Candiba, Guanambi, Manoel Vitorino, Barra da Estiva, Iramaia, Maracás, Marcionílio Souza, Iaqu, Boa Vista do Tupim, Itatim, Santa Teresinha, Castro Alves, Rafael Jambeiro, Ipecaetá, Antônio Cardoso, Feira de Santana (onde haverá pátio de interligação), Anguera, Conceição do Jacuípe, Santo Amaro, Amélia Rodrigues, São Sebastião do Passé e Candeias, próximo ao Porto de Aratu, no Recôncavo Baiano. Este projeto conta com pátios de manutenção a cada 300 quilômetros. No trecho localizado em território baiano, entre Guanambi e Manoel Vitorino, a ferrovia compartilhará cerca de 200 km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, em construção pela VALEC. Partes de seu traçado também se dão sobre trechos existentes da Ferrovia Centro Atlântica – FCA, gerenciada pela concessionária VLI Multimodal S.A. desde 1996. A FCA atualmente passa por Cachoeira e Conceição da Feira, próximas a Feira de Santana.

FIGURA 85: CARTOGRAMA TRAÇADO DA FERROVIA BELO HORIZONTE (MG) / CANDEIAS (BA)

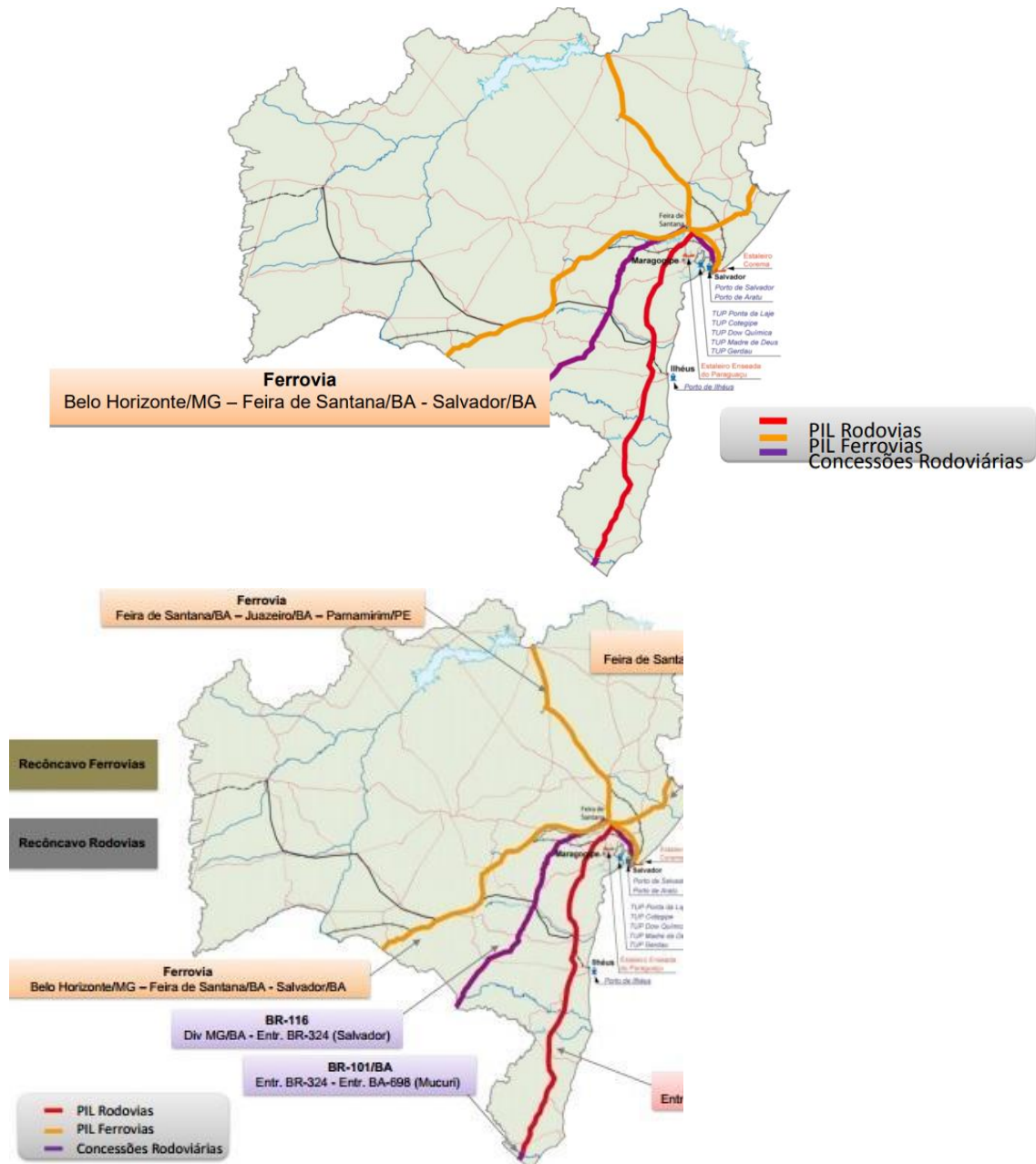


Fonte: <https://www.gov.br/antf/pt-br/assuntos/noticias/reuniao-para-colher-subsidios-de-trecho-ferroviario-bh-salvador>

Além da Ferrovia Belo Horizonte (MG) / Candeias (BA), prevê-se ainda o Trem Regional, que possuirá 238 km de extensão e passará pelos municípios de Conceição da Feira, Salvador, Alagoinhas e Feira de Santana; a Ferrovia Transnordestina, que irá de Feira de Santana a Petrolina; e, por fim, a Ferrovia Feira de Santana (BA) / Ipojuca (PE), que terá 893 km de extensão e atravessará 33 municípios, sendo 17 no estado da Bahia, 5 em Sergipe, 6

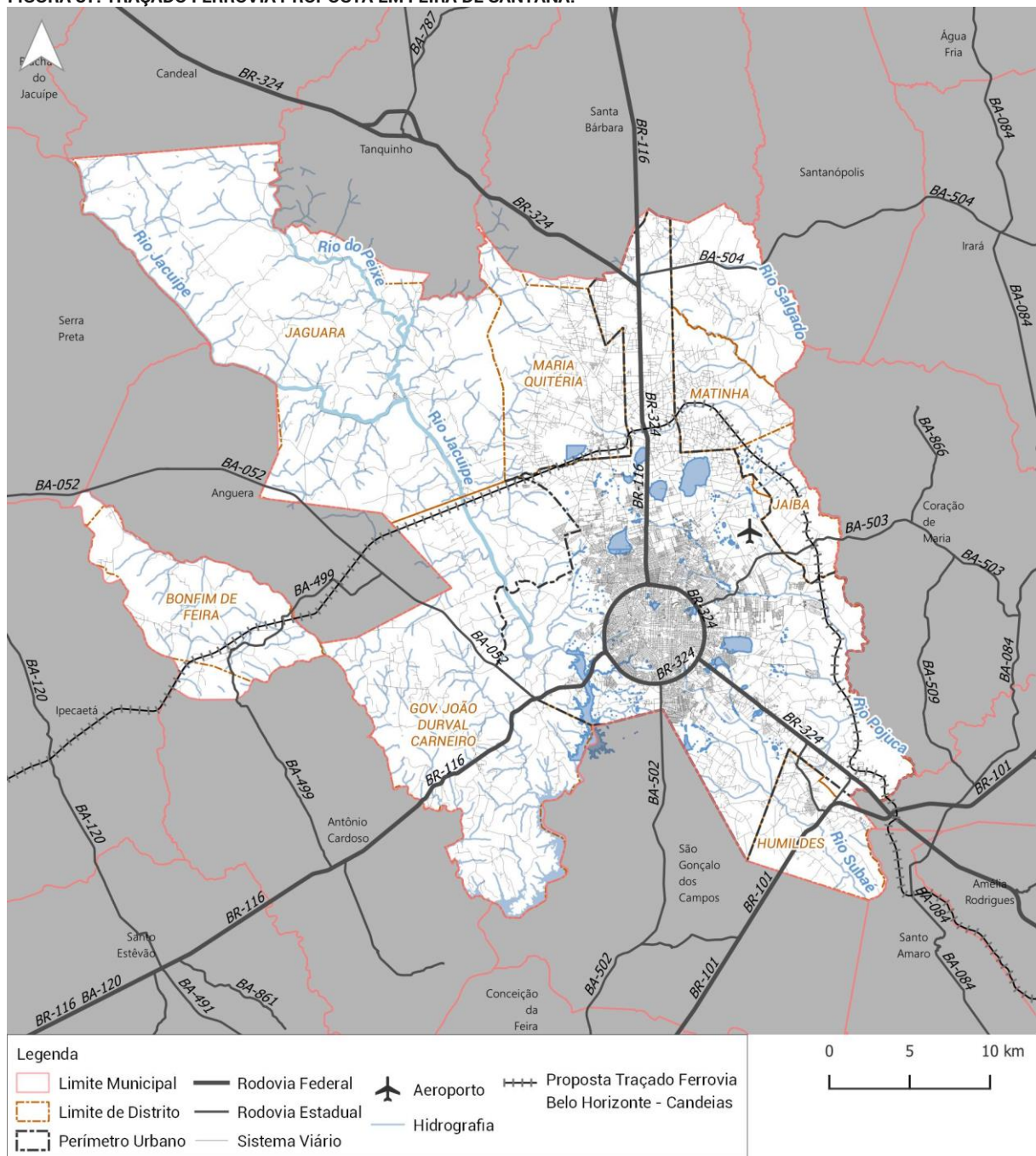
em Alagoas e 5 em Pernambuco, onde fará conexão com a Ferrovia Nova Transnordestina, na cidade de Ipojuca (FIGURA 86 e FIGURA 87).

FIGURA 86: CARTOGRAMA PROPOSTA DE MALHA FERROVIÁRIA.



Fonte: Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Social, Ambiental e Jurídico-Legal para a Implantação de Sistemas de Transporte Ferroviário de Passageiros de Interesse Regional – Trecho: Conceição da Feira (BA) – Salvador (BA) – Alagoinhas (BA).

FIGURA 87: TRAÇADO FERROVIA PROPOSTA EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Prefeitura Feira de Santana.

Em tempo, é importante citar a inexistência de uma rede ferroviária consolidada na Bahia, principalmente às proximidades de Feira de Santana. A situação da operação ferroviária da malha existente da Ferrovia Centro Atlântica – FCA também é um dificultador da competitividade da economia dos municípios da região, visto que não são atendidos os padrões de capacidade e qualidade requeridas pelo mercado. Há trechos com manutenção inadequada ou inexistente, com ações insuficientes para impedir a degradação pelo tempo e tráfego e poucos esforços de preservação do patrimônio público.

No último ano, a VLI tem buscado a renovação antecipada, por mais 30 anos, da outorga para operação da ferrovia, porém, há material técnico da ANTT que a classificava como um “prejuízo à coisa pública”, pois concentrou 90% da sua operação em somente 2.341

km dos 7.094 km totais da ferrovia e estaria reduzindo a cada ano a quantidade de seus clientes regulares. O relatório aponta ainda que a média de acidentes relativos à malha da FCA é superior ao de outras concessões. Também foi constatado, ao longo dos anos, aumento das manutenções corretivas e diminuição das manutenções preventivas.

Diante desta problemática, é importante enfatizar a importância da estruturação de uma rede ferroviária no entorno de Feira de Santana. A infraestrutura ferroviária viabilizaria o desvio do transporte de carga geral das rodovias para as ferrovias, fazendo conexão com portos relevantes e atuando, assim, como uma interessante alternativa logística que contribuiria para ampliação do escoamento de diversas commodities e da produção industrial da região. Desta forma, propiciaria grande redução dos tempos de deslocamento e, conseqüentemente, dos custos de transporte, além de contribuir para a geração de empregos na região, seja durante sua implantação, como em sua operação, e para o fortalecimento do potencial logístico para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana nos mercados nacionais e internacionais.

Ampliação do Aeroporto

Um estudo feito pelo Governo do Estado para a ampliação do Aeroporto de Feira de Santana, previa uma revitalização nas áreas comuns do Aeroporto que já estavam sendo realizadas em 2014 e previa também à construção da nova pista de pouso e decolagem, com largura de 45 m e comprimento final de 2.750 m, como apresentado na FIGURA 88. A reforma tinha como objetivo fazer com que o Aeroporto permanecesse apenas para cargas.

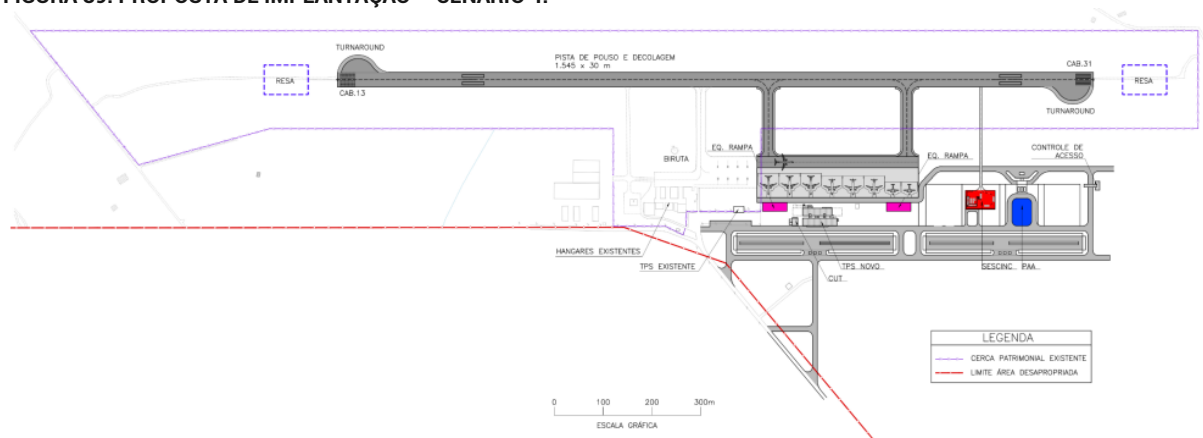
FIGURA 88: ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO DE AEROPORTO CARGUEIRO | GOVERNO DO ESTADO



Fonte: BANCO DO BRASIL S.A. Programa de Investimento em Logística: Aeroportos Estudo de Viabilidade Técnica.

Porém foram realizados mais quatro cenários para atender ao mesmo tempo a demanda de passageiros e a demanda de cargas. Em cada um desses cenários, foram considerados os impactos ambientais, o alcance de aeronaves e o custo total da obra. Ficou deferido que os Cenários 3 e 4 tiveram a melhor pontuação. E entre eles a proposta final seria o Cenário 4 que apresenta um menor impacto ambiental e um maior alcance, além de que a maior parte da pista de pouso poderia ser reaproveitando tendo apenas que aumentar 30 metros na pista de cabeceira número 31 como destacado na FIGURA 89.

FIGURA 89: PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO – CENÁRIO 4.



Fonte: BANCO DO BRASIL S.A. Programa de Investimento em Logística: Aeroportos Estudo de Viabilidade Técnica.

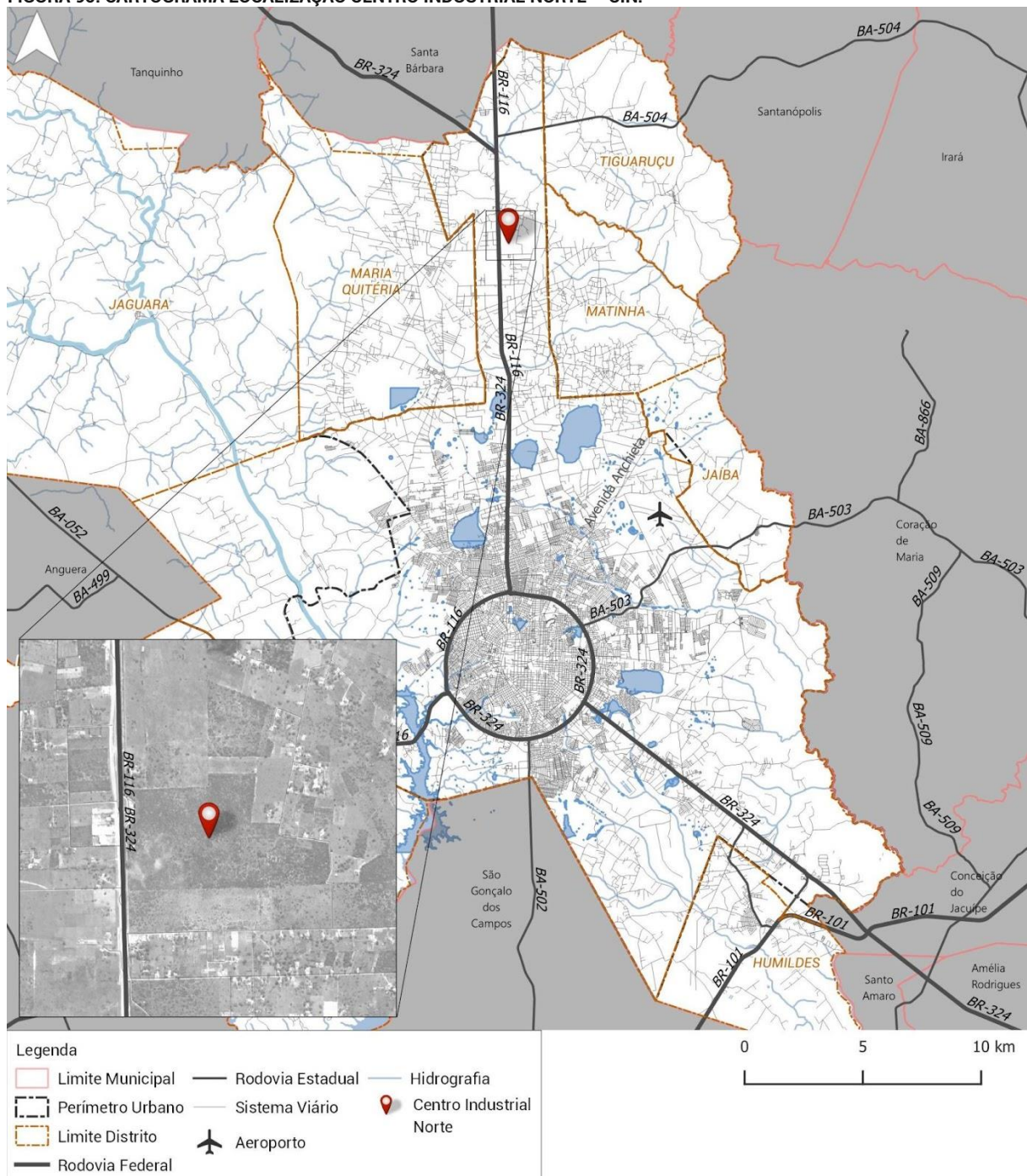
Novo Distrito Industrial Norte – CIN

O CIN teve suas primeiras indústrias implantadas no início de 2010, com construções de galpões com pouca infraestrutura. A escolha pela implantação do CIN na BR-116 norte se deu pelas características ambientais e estratégicas, pois é uma região de área plana, com grande extensão territorial e facilidade de escoamento das produções.

Conforme estudo enviado pela Prefeitura de Feira de Santana, o Centro Industrial Norte terá uma área aproximada de 200 mil metros quadrados e localiza-se ao longo da BR-116 Norte (FIGURA 90). Nela estão inseridos 141 lotes de 3 mil metros quadrados, 93 lotes com 900 metros quadrados e 10 lotes de 8 mil metros quadrados, no total são 244 lotes para usos industriais.

No local são previstos espaços de serviços públicos como áreas para creche, unidades de bombeiros civis, unidade de saúde e SAMU e guarda municipal além de praça, pousada e sede administrativa do núcleo.

FIGURA 90: CARTOGRAMA LOCALIZAÇÃO CENTRO INDUSTRIAL NORTE – CIN.



Fonte: Prefeitura Feira de Santana, 2022. Elaborado por Consórcio Concremat-Tese, 2022.

Nova Central de Abastecimento

O Centro de Abastecimento fica localizado na Avenida Olímpio Constant, em frente ao Terminal de Integração do SIT, encontra-se com seu espaço físico saturado e em localização inadequada, devido ao grande fluxo de caminhões ao acesso e saída do centro da Cidade.

De acordo com a Prefeitura do Município, o novo empreendimento será localizado nas margens da Rodovia BR-101 no distrito de Humildes (FIGURA 91), e contará com 680 mil metros quadrados de área projetada, com 1.380 unidades comerciais, além de diversas

estruturas de apoio, como hotel executivo com 120 apartamentos, posto de combustível, agroshopping, mercadão da vila e espaço de eventos. (FIGURA 92).

Conforme descrito no Jornal Grande Bahia, em reportagem no dia 10 de fevereiro, o empreendimento tem cunho nacional, por se encontrar em uma região de fácil acesso para outras áreas do país.

FIGURA 91: PROJETO NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO



Fonte: Apresentação CEASA, Feira de Santana

FIGURA 92: PROJETO NOVA CENTRAL DE ABASTECIMENTO.



Fonte: Apresentação CEASA, Feira de Santana

Ainda segundo o Plano de Mobilidade, com a liberação do espaço na área central do antigo CEASA, a área seria ocupada pelo comércio de rua (camelôs e ambulantes), liberando as áreas de calçadas e calçadões, atualmente invadidas pelo comércio informal.

Também será possível implantar na área do Centro de abastecimento o Terminal de transporte intermunicipal, agrupando todas as linhas de vans e ônibus provenientes de outros municípios, que atualmente encontram-se espalhados pela área central de Feira de Santana (PlanMob 2017). Para a implantação do novo equipamento é necessário um estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira.

Cento de Logística Intermodal

Por apresentar uma localização estratégica nos contextos regional e nacional, por sua fácil conexão com as três principais rodovias do país, a BR-324, à BR-116 e BR-10. Identificou-se o potencial da instalação de um centro logístico em Feira de Santana.

O Centro de Logística Integrado – CLI (FIGURA 93) seria destinado a empreendimentos nas áreas de transporte, logística, suporte operacional, processamento industrial, serviços complementares e promocionais. E previu-se um considerável crescimento

da produção e do transporte de cargas através da duplicação da BR-101, implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste e com as mudanças previstas para o Aeroporto.

Conforme descrito pela empresa SYSTRA foi fornecido para a Prefeitura de Feira de Santana subsídios para a decisão sobre a implantação do Centro Logístico Integrado – CLI, com estudos. Nesse estudo está descrito os seguintes tópicos:

- Levantamentos preliminares e caracterização regional, a partir do levantamento de indicadores socioeconômicos, da infraestrutura existente de transportes, das movimentações de carga no estado e na região e dos projetos estabelecidos por políticas e planos nacionais voltados ao desenvolvimento do estado;
- Alternativas de localização do CLI consideradas a configuração da rede de transportes, as conexões rodoviárias existentes, a disponibilidade de áreas, a proximidade aos polos industrial e comercial, os impactos ambientais decorrentes de sua instalação;
- Alternativas de traçado para a construção de um ramal ferroviário conectando o CLI à malha existente (Ferrovia Centro Atlântica), a partir de aspectos técnicos, operacionais e custos de investimento;
- Infraestrutura preliminar do CLI, com estimativas sobre a demanda anual de carga, o dimensionamento e arranjo físico de suas instalações, capacidades de atendimento do pátio, dos estacionamentos e demais instalações operacionais;
- Aspectos jurídicos-institucionais relativos às possíveis formas de relacionamento entre o Poder Público e os entes privados interessados na implantação do CLI;
- Aspectos econômico-financeiros preliminares, a partir do estabelecimento de premissas de análise e projeto.

FIGURA 93: CENTRO DE LOGÍSTICA INTEGRADO



Fonte: Imagem ilustrativa Centro de Logística Integrado, SYSTRA.

De acordo com a Prefeitura de Feira de Santana, esse empreendimento estaria localizado no eixo da BR-324, com fácil acesso tanto para o Município como para o

escoamento de cargas. Também localizado próximo ao o Polo Industrial da BR - 324, do Centro Industrial do Subaé (CIS), e praticamente se posiciona junto à BR - 101 em sua extremidade sudoeste.

A implantação do Centro Logístico Integrado busca atrair grandes investidores do setor de logística e atacadista, e está em discussão desde 2010.

Nova Rodoviária

Inaugurado em 1967 (FIGURA 94), o atual Terminal Rodoviário de Feira de Santana localiza-se na Avenida Presidente Dutra, ligando a BR-324 à BR-116 Sul. A Rodoviária recebe cerca de 3 milhões de passageiros anualmente. A falta de espaço dificulta a realização de embarque e desembarque dentro da estação. Diante dessa situação, de acordo com informações da Prefeitura Municipal (Feira de Santana, 2018), se faz necessário a realocação do equipamento para fora do perímetro urbano do município, em um local mais amplo e com melhor infraestrutura para atender aos passageiros. Durante o Programa Linha Direta, ancorado por Fernando Moreira, “Colbert Filho entende que a atual Rodoviária poderá ser destinada a pequenos comércios, no piso superior, enquanto o inferior seria utilizado como um terminal de transporte alternativo.” (Feira de Santana, 2018).

FIGURA 94: TERMINAL RODOVIÁRIO DE FEIRA DE SANTANA 1967



Fonte: Terminal Rodoviário de Feira de Santana, BA | Biblioteca IBGE

A proposta já foi solicitada ao governo do Estado, e corresponde à uma diretriz do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial de Feira de Santana para a ZCIS 1 – Zona do Centro Industrial do Subaé 1: “V - elaborar estudos visando definir, local e implantar a nova estação rodoviária intermunicipal e interestadual integrada à futura estação ferroviária”. (Art. 222, Lei Municipal nº 117/2018).

Novo Shopping popular

O Shopping Popular existente, denominado Cidade das compras (FIGURA 95), atualmente passa por uma avaliação, sendo que parte dos ambulantes contemplados pelo projeto existente comentam que devido a sua localização, que fica longe um pouco deslocada do maior fluxo de pessoas na área central, como por estar saturado pela quantidade de comerciantes que ocupam o local. Com isso, segundo informações da Prefeitura, um grupo de investidores demonstrou interesse em implantar um novo Shopping Popular, mais bem localizado e com ambientes mais amplos.

FIGURA 95: VISTA DO SHOPPING POPULAR, CIDADE DAS COMPRAS.



Fonte: Divulgação/Prefeitura de Feira de Santana, G1 2022.

O equipamento deverá ser implantado em área próxima à Praça Presidente Médici, onde funciona o Feiraguay (FIGURA 96). De acordo com os empresários que irão investir no novo local, “Serão 500 lojas, distribuídas em dois pavimentos, e área de estacionamento com capacidade para 300 veículos – totalizando cinco pavimentos. O empreendimento tem perspectiva de gerar dois mil empregos diretos.” (Feira de Santana, 2021).

FIGURA 96: VISTA DO FEIRAGUAY EM FEIRA DE SANTANA.



Fonte: Divulgação Bahia no Ar.

4.3.8. Análise Integrada

Este tópico tem como objetivo analisar conjuntamente alguns temas através do cruzamento e mapeamento das principais informações levantadas (FIGURA 97). Essa análise integrada permite uma melhor compreensão do espaço urbano de Feira de Santana, e utilizou as seguintes informações: densidade demográfica; aglomerados subnormais; eixos de expansão urbana; zoneamento urbano; Unidades de Conservação; e áreas de risco de Drenagem; distribuição dos estabelecimentos de ensino, saúde e indústrias; hierarquia obras viárias; SIT – Sistema Integrado de Transporte.

FIGURA 97: DENSIDADE DEMOGRÁFICA.

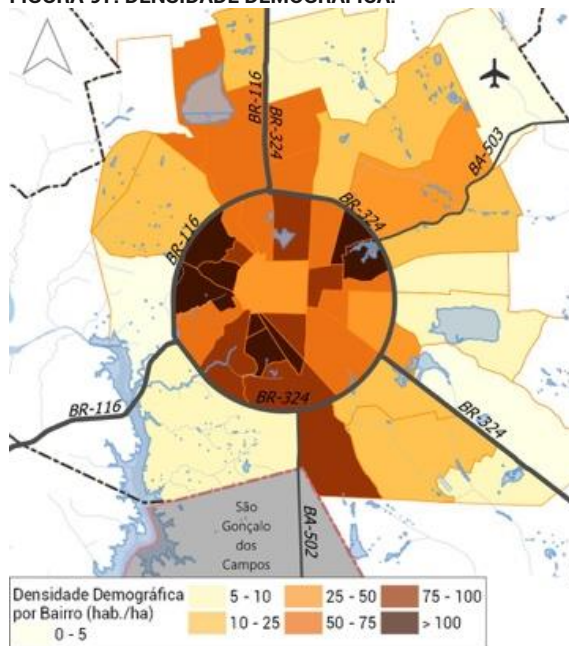


FIGURA 98: AGLOMERADOS SUBNORMAIS.

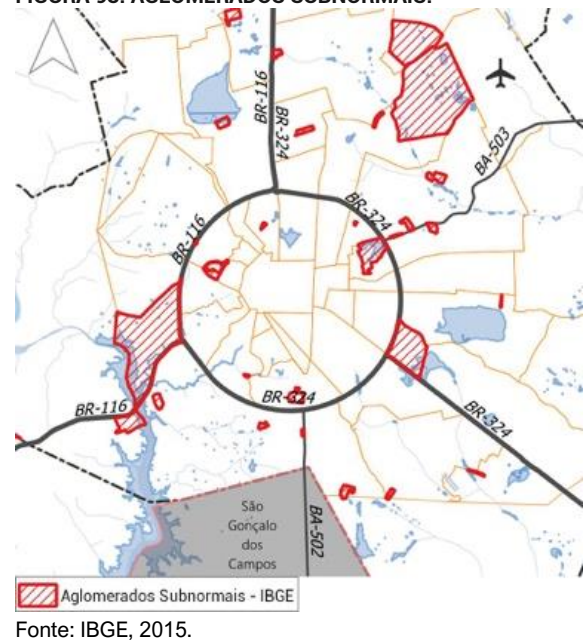


FIGURA 99: EIXOS DE EXPANSÃO URBANA.

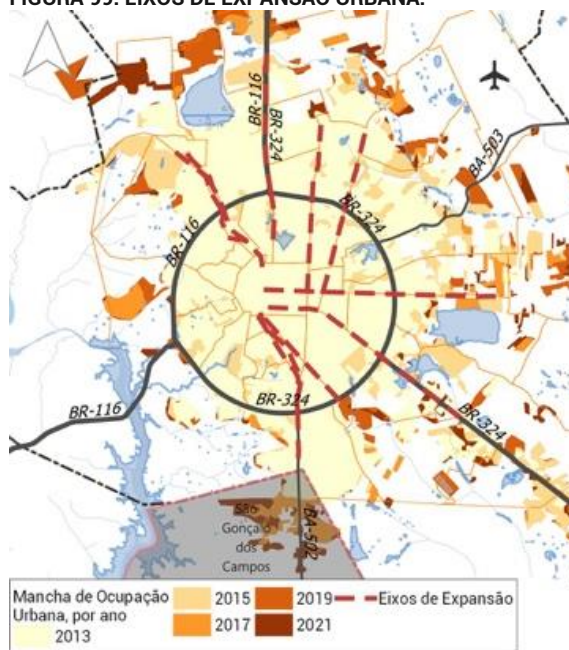


FIGURA 100: ZONEAMENTO URBANO.

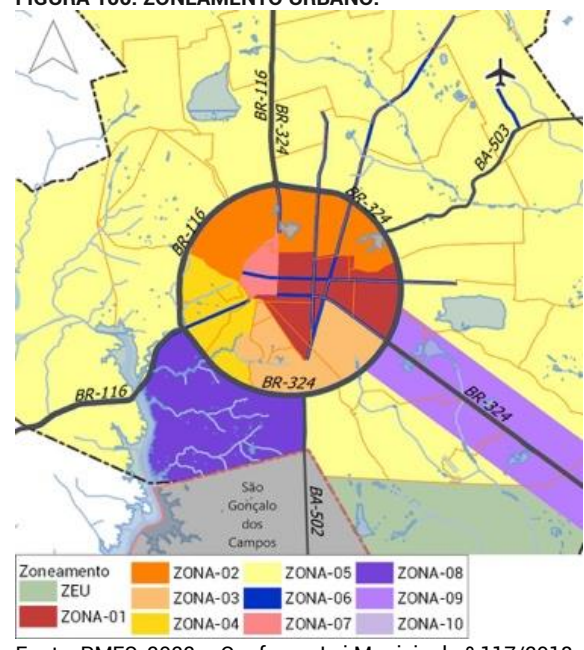
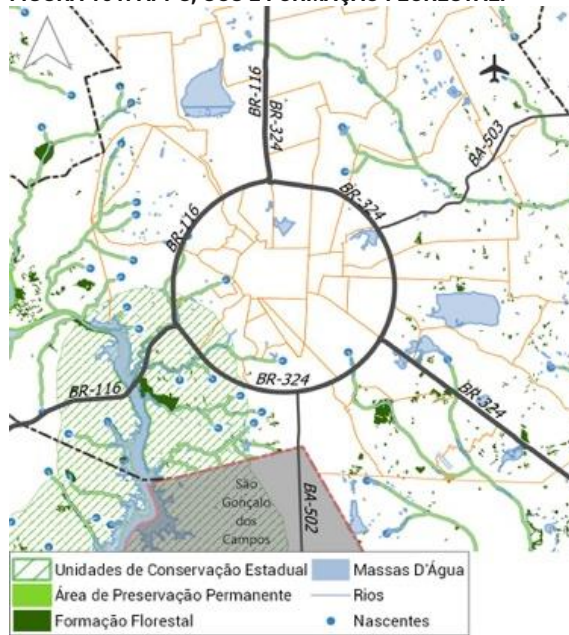


FIGURA 101: APPS, UCS E FORMAÇÃO FLORESTAL.



Fonte: SEMA, 2022 (UCs); FBDS, 2021 (APPs, Formação Florestal, Rios, e Nascentes); PMFS, 2022 (Massas D'Água)

FIGURA 102: ÁREAS DE RISCO.

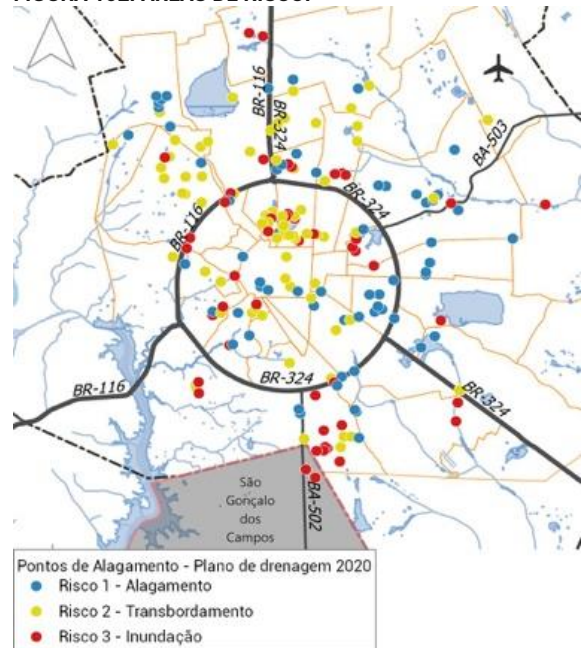
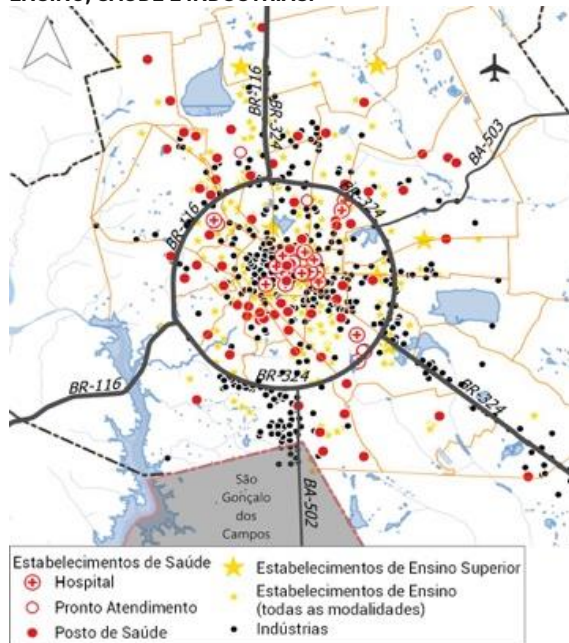
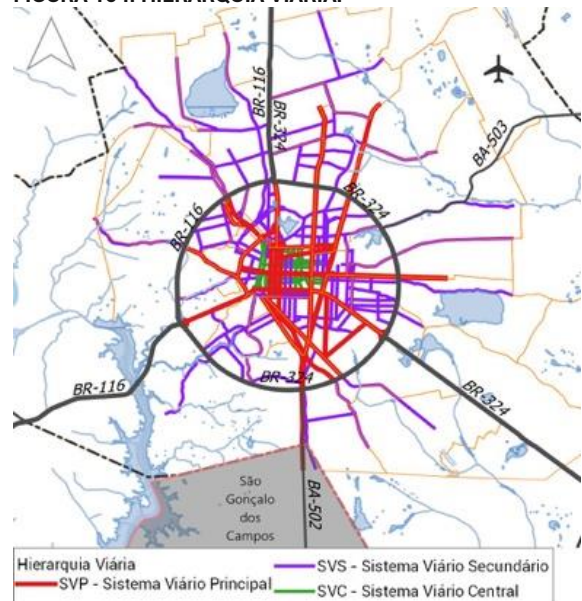


FIGURA 103: DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SAÚDE E INDÚSTRIAS.



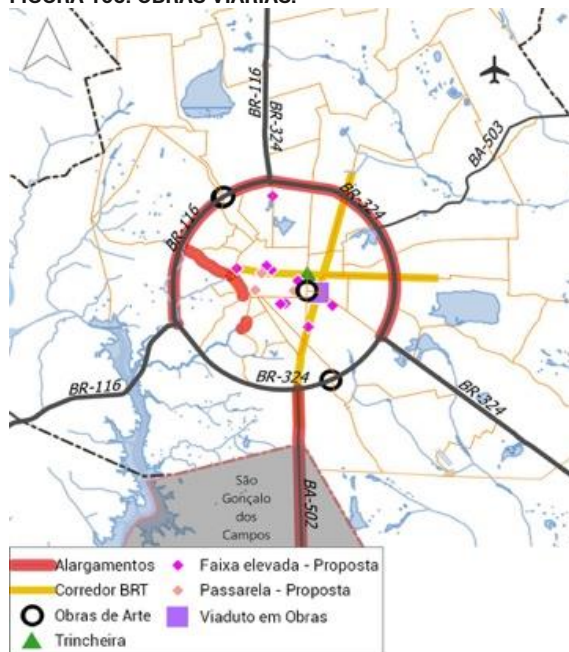
Fonte: IBGE, 2019 (Est. Saúde); MEC, 2022 (Est. Ens. Superior); AGKF, 2018 (Est. Ensino); BASTOS, 2020 (Indústrias).

FIGURA 104: HIERARQUIA VIÁRIA.



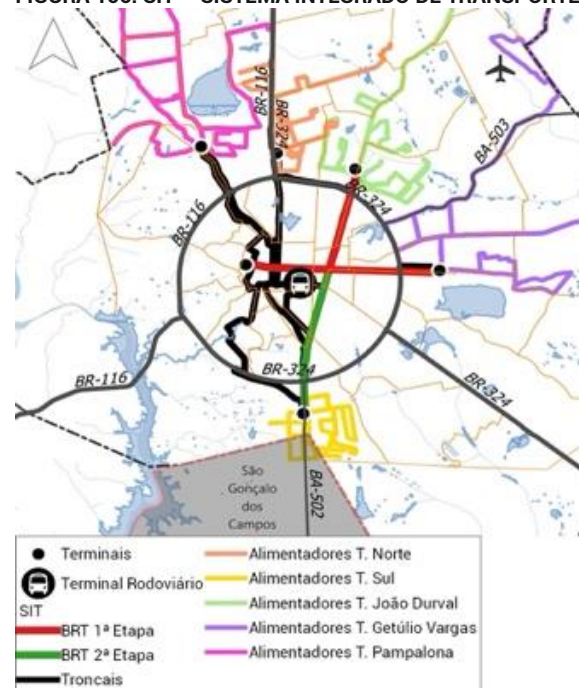
Fonte: AGKF, 2018.

FIGURA 105: OBRAS VIÁRIAS.



Fonte: AGKF, 2018.

FIGURA 106: SIT – SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE.



Fonte: AGKF, 2018.

Abrangência do sistema de transporte e distribuição dos usos

O mapa da FIGURA 107 corresponde ao agrupamento das informações à demografia, sistema de transporte, e localização de equipamentos de saúde e educação, e indústrias, e permite avaliar a abrangência do sistema de transporte e distribuição dos usos na área urbana de Feira de Santana.

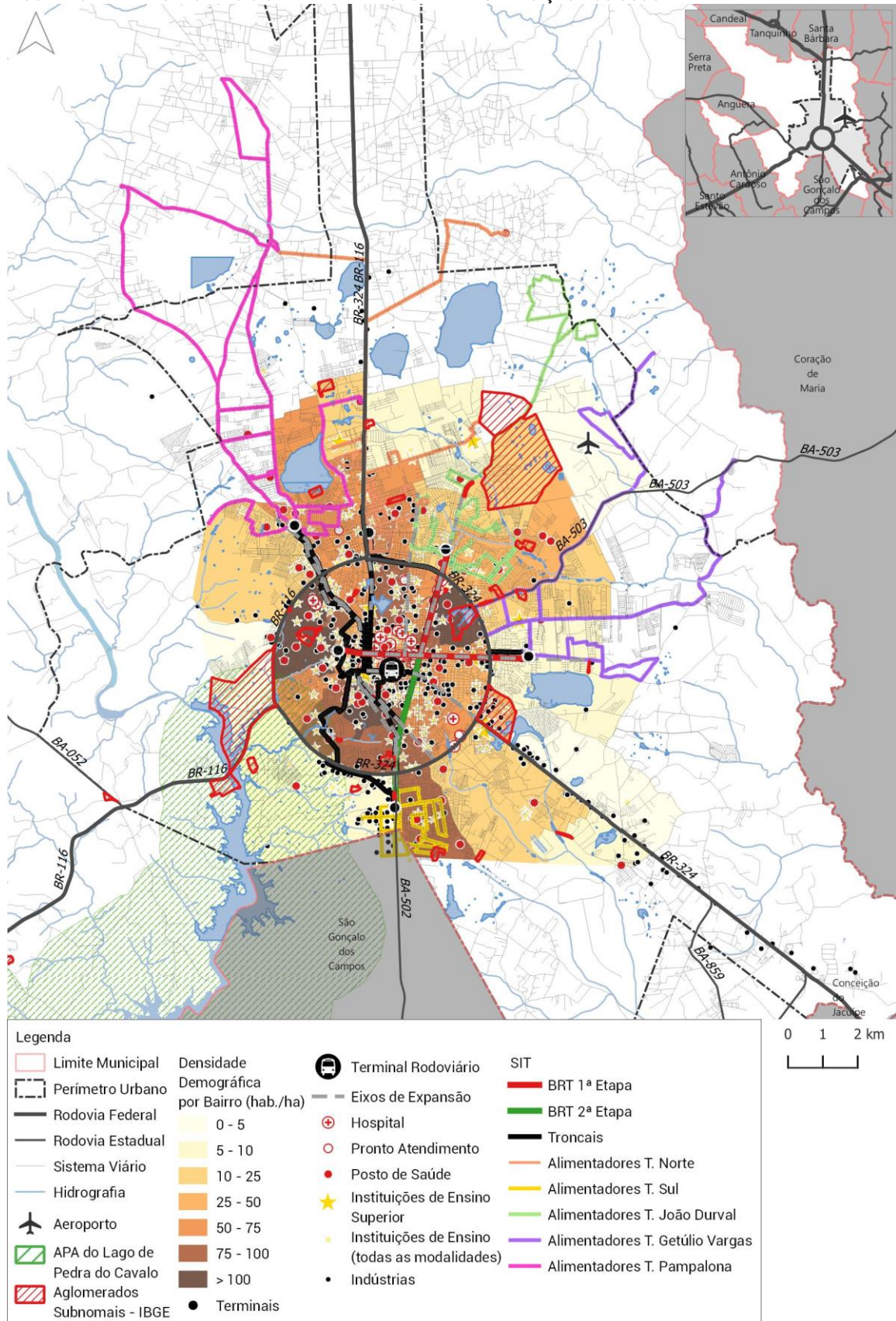
É evidente a concentração de serviços na área central da cidade. O centro, com média densidade demográfica (entre 25 e 50 hab./ha), é o bairro que concentra o maior número de hospitais e de onde parte todo o sistema de transporte intra e intermunicipal. As indústrias, apesar de também estarem presentes em grande quantidade na porção central, encontram-se dispersas por todo o território, inclusive em parte do município de São Gonçalo dos Campos, evidenciando o esgotamento de áreas disponíveis para a atividade no Centro Industrial e a estreita relação com o município vizinho.

Quanto às ocupações irregulares, essas estão dispersas no território, estando localizadas em áreas ambientalmente frágeis, a maior delas situada dentro da Área de Proteção Ambiental – APA do Lago de Pedra do Cavalo, na região oeste de Feira de Santana em áreas com menor infraestrutura, especialmente de transporte público. Na área mais central, essas ocupações aparecem em alguns dos bairros mais densos, como Jd. Cruzeiro, Rua Nova, Caseb e Lagoa Grande, com densidades superiores a 100 habitantes por hectare.

No que se refere ao sistema de transporte, é possível verificar a relação entre a implantação do BRT e os principais eixos de expansão da cidade. A implantação da 1ª etapa do BRT priorizou a ligação leste-oeste e norte-sul partindo do Ponto Central aos bairros Mangabeira e Conceição. Já a implantação da 2ª etapa do BRT, no sentido norte-sul, parte do Ponto Central em direção ao município de São Gonçalo dos Campos, com terminal situado entre o Centro Industrial e Tomba – bairros caracterizados pela presença de assentamentos e

conjuntos habitacionais, e por comportar a principal região industrial de Feira de Santana, o CIS – Centro Industrial de Subaé.

FIGURA 107: ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DOS USOS



Conformidade do uso e ocupação do solo

A conformidade do uso e ocupação do solo visa avaliar o uso e ocupação atual da área urbana, considerando a relação entre o zoneamento e a ocupação efetiva do território. A análise buscou verificar a relação entre os usos (saúde, educação e indústrias), em conformidade com os usos previstos na legislação vigente, juntamente com a hierarquia do sistema viário, localização dos assentamentos subnormais, e da APA do Lago de Pedra do Cavalo (FIGURA 108).

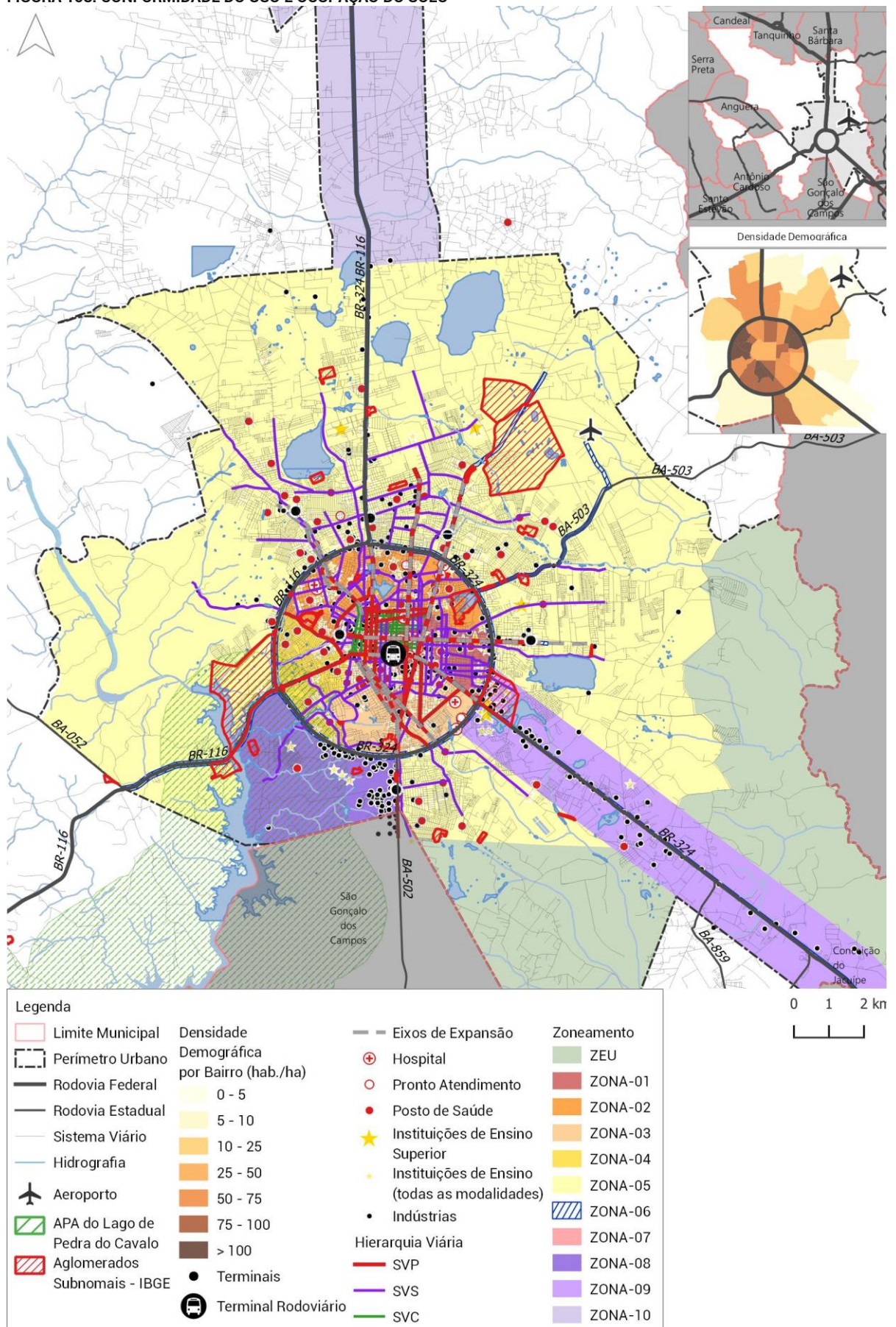
Nota-se, de início, uma correlação entre a Zona 06 – Concentração Linear de Usos Múltiplos, o SVP – Sistema Viário Principal e os Eixos de Expansão, que coincidem nas Avenidas José Falcão da Silva, Maria Quitéria, João Durval Carneiro, Getúlio Vargas/Noide Cerqueira, e Presidente Dutra.

Com relação às Zonas de Predominância Industrial – Zonas 08, 09 e 10, é possível visualizar a escassez de áreas para novos empreendimentos no CIS Tomba e CIS BR-324, e consequente tentativa de implantar novo polo industrial no CIS Norte, localizado nas margens da BR-116 em direção ao município de Santa Bárbara.

As Zonas de Predominância Residencial 02, 03 e 04, são também as que possuem as maiores densidades. Os bairros Jd. Cruzeiro, Rua Nova, Calumbí, Chácara São Cosmel, Jd Acácia, Olho D'Água, Caseb e Lagoa Grande são exemplos, com densidades superiores a 100 hab./ha.

Já a Zona de Predominância Comercial – Zona 01 é aquela que possui maior diversidade de usos e concentra o maior número de hospitais do município. Situado nessa mesma zona, o Sistema Viário Central – SVC, difere-se dos demais no sentido de visar a melhoria da circulação viária na região central, através da implantação de pavimentação viária, ampliação e padronização das calçadas, implantação de sinalização, melhoria da iluminação, arborização, etc. (AGKF, 2018).

FIGURA 108: CONFORMIDADE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



Relação entre obras viárias, transporte público e zoneamento urbano

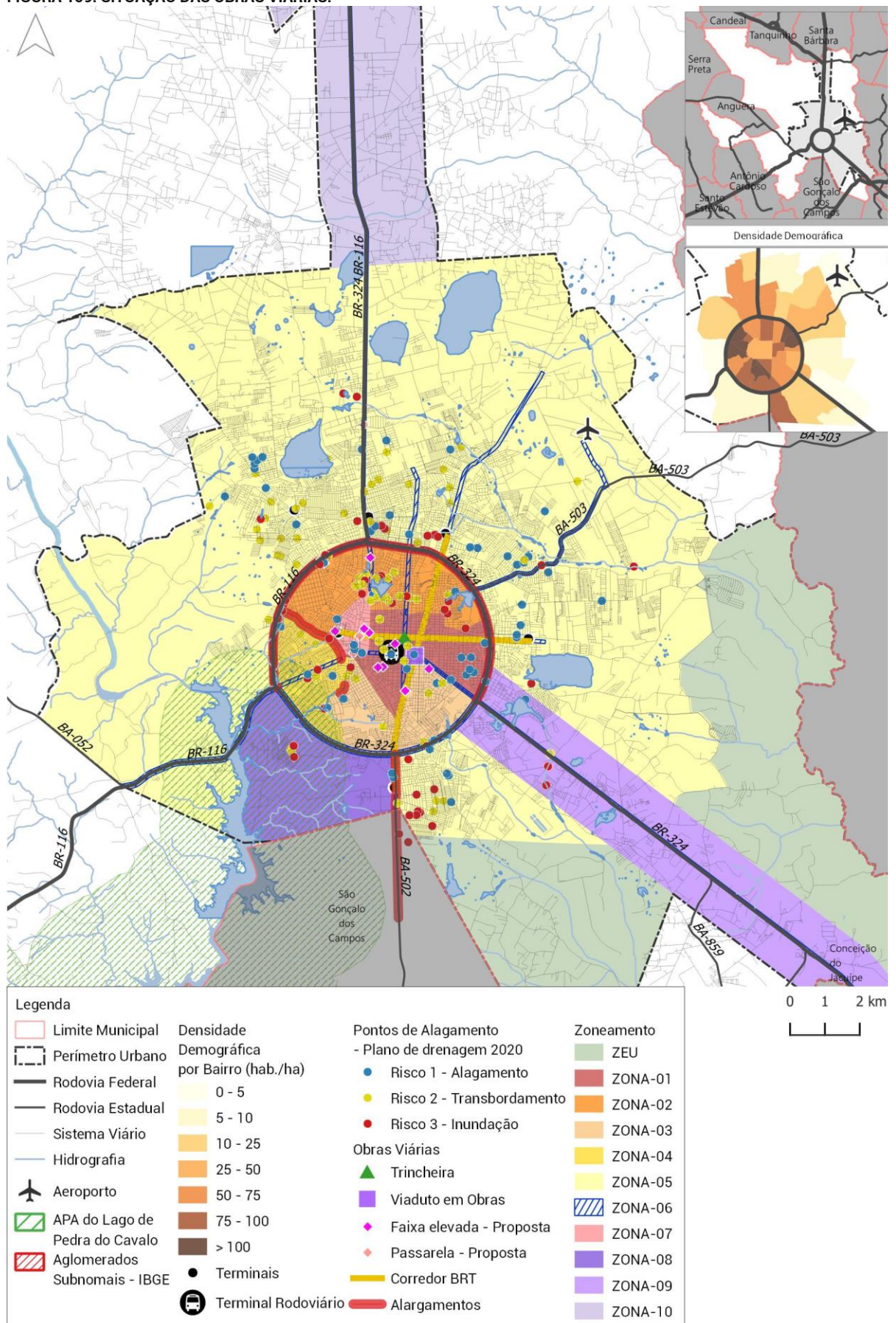
Por fim, visa analisar a relação entre o zoneamento, a localização das obras viárias, áreas de risco e densidade demográfica na área urbana do município (FIGURA 109).

Dentre as obras previstas pelo Plano de Mobilidade Urbana, estão o alargamento/duplicação de vias, pavimentação, construção de obras de arte, viadutos, trincheiras, passarelas, e faixas elevadas. A grande quantidade de obras na área urbana se justifica pela tendência de continuação de crescimento da frota e dos fluxos de veículos (AGKF, 2018). Ressalta-se a duplicação de todo o trecho norte do Anel de Contorno, entre a BR-324 e BR-116 Sul, atingido pela Zona 06 – Concentração Linear de Usos Múltiplos, e a duplicação da Avenida Tomé de Souza, situada entre três dos bairros com as maiores densidades demográficas – Jd. Cruzeiro, Rua Nova e Calumbí. Essa avenida apresenta importante ligação entre a BR-116 e o centro da cidade.

Ainda com relação às obras viárias, é possível notar que a implantação do BRT gerou a necessidade de construção de faixas elevadas, passarela, viaduto e trincheira.

No que diz respeito às áreas de risco a alagamento, transbordamento e inundação, há uma grande quantidade de pontos localizados nos entornos das lagoas, onde também estão previstas obras de pavimentação viária.

FIGURA 109: SITUAÇÃO DAS OBRAS VIÁRIAS.



4.4. Componente institucional

Este tópico tem por objetivo analisar os componentes institucionais do município de Feira de Santana, como a estrutura administrativa, análise da gestão fiscal e capacidade de endividamento. Essas análises foram feitas para o melhor entendimento de como as organizações públicas se dividem e funcionam dentro da Prefeitura de Feira de Santana.

4.4.1. Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal

Os poderes Municipais em Feira de Santana se dividem no poder Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e no Executivo, exercido pelo Prefeito, auxiliado pelo Vice-Prefeito e secretários municipais. A Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, que data de 26 de abril de 2006 (FEIRA DE SANTANA, 2006), determina que a administração municipal é constituída pela integração dos órgãos da estrutura administrativa direta e da estrutura indireta, tanto no poder Executivo e quanto no Legislativo. A administração pública direta é a que compete aos órgãos estatais de qualquer dos Poderes do Município e a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, classificadas em: autarquia; fundação; empresa pública; e sociedade de economia mista.

A organização administrativa do Município de Feira de Santana é dividida em órgãos de direção, de assistência direta, de assistência indireta, órgãos de apoio específico e entidades, sendo estabelecida pela Lei Municipal nº 1.802, de 8 de julho de 1995 (FEIRA DE SANTANA, 1995), na qual estabelece:

I - ÓRGÃOS DE DIREÇÃO:

- Prefeito do Município;
- Vice-Prefeito do Município.

II - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA:

- Gabinete do Prefeito;
- Gabinete do Vice-Prefeito;
- Procuradoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Governo (SEGOV);
- Secretaria Municipal de Administração (SEADM);
- Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ);
- Secretaria Municipal de Comunicação Social (SESOM);
- Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN);
- Secretaria Municipal de Educação (SEDUC);
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL);
- Secretaria Municipal de Saúde (SMS);
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO);
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR);
- Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC);
- Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP);

- Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI);
- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT);
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMMAM);
- Secretaria Municipal de Prevenção à Violência (SEPREV);
- Secretaria Extraordinária de Gestão e Convênios (SEGC);
- Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB);
- Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SMPM).

III - ASSISTÊNCIA INDIRETA:

- Superintendência Municipal de Trânsito (SMT);
- Superintendência de Operações e Manutenção (SOMA);
- Fundação Hospitalar de Feira De Santana (FHFS);
- Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa (FUNTITEC);
- Instituto de Previdência de Feira de Santana (IPFS);
- Agência Reguladora de Feira De Santana (ARFES);
- Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON).

IV - ENTIDADES E ÓRGÃOS DE APOIO ESPECÍFICO:

- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas (COMDENCNI);
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CONDEMA);
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD);
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI);
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA);
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDDM);
- Conselho Municipal de Juventude (CMJ);
- Conselho Municipal de Prevenção às Drogas;
- Programa de Enfrentamento à Violência Social Infanto Juvenil (PAIR).

As principais atribuições e relações funcionais vigentes no município são as apresentadas no organograma da FIGURA 110. Os gabinetes, as assessorias e as secretarias ainda possuem departamentos, divisões, subdivisões, coordenações e/ou chefias, os quais são subordinados a suas respectivas secretarias e/ou diretorias. O município também dos órgãos de assistência indireta da Administração do Município de Feira de Santana (Fundação Hospitalar de Feira De Santana, Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto Tavares Costa, Instituto de Previdência de Feira de Santana, Agência Reguladora de Feira De Santana e Proteção e Defesa do Consumidor).

Os órgãos de direção do município são o Prefeito e o Vice-Prefeito do município, tendo seus Gabinetes como órgãos de assistência direta da Administração do Município, sendo a

Chefia do Gabinete diretamente subordinada ao Prefeito Municipal e a chefia do Gabinete do Vice-Prefeito do Município ao Vice-Prefeito Municipal, além de a Assessoria do Prefeito e o Gabinete de Publicações estar diretamente subordinada à chefia do Gabinete do Prefeito. Cada gabinete deve atender as determinações do seu superior e considerar as solicitações da Chefia do Gabinete do Prefeito, das Assessorias e das Secretarias Municipais.

O Gabinete do Prefeito foi reorganizado pela Lei nº 1802/95, sendo a sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 110 e tem por finalidade prestar assistência ao Prefeito, administrativamente e politicamente, coordenando a atuação dos órgãos e entidades do Município. A ele compete assessorar diretamente às atividades do Executivo Municipal e preparar e encaminhar o expediente do Gabinete e os atos do Prefeito.

FIGURA 110: ORGANOGRAMA DO GABINETE DO PREFEITO.



Fonte: Adaptado de Feira de Santana, 2022. Disponível em: <<https://www.feiradesantana.ba.gov.br/index.asp>>. Acesso em out. 2022.

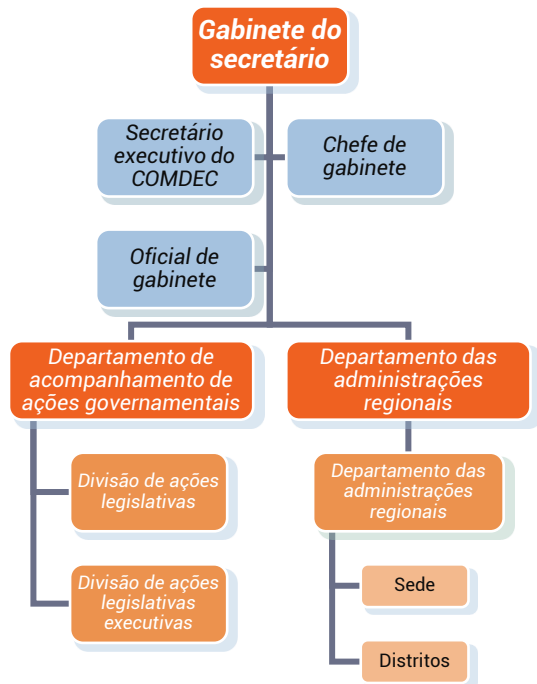
Todas as secretarias (Administração; Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural; Comunicação Social; Cultura, Esporte e Lazer; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano; Educação; Fazenda; Gestão e Convênios; Governo; Habitação; Meio Ambiente; Planejamento; Políticas para as Mulheres; Prevenção à Violência; Saúde; Serviços Públicos; Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico; e Transporte e Trânsito) são órgãos de assistência direta da Administração do Município de Feira de Santana, sendo diretamente subordinados ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Os departamentos são pertencentes a cada Secretaria especificada, sendo subordinadas ao seu respectivo secretário. Os gabinetes e as secretarias ainda possuem divisões, subdivisões e chefias, os quais são subordinados a suas respectivas secretarias e/ou departamentos. O município também dispõe dos órgãos de assistência indireta da Administração do Município de Feira de Santana (Superintendência de Trânsito; Superintendência de Operações e Manutenção; Fundação Hospitalar de Feira De Santana; Fundação Municipal de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Cultura Egberto

Tavares Costa; Instituto de Previdência de Feira de Santana; Agência Reguladora de Feira De Santana; e PROCON).

A **Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)** tem por finalidade prestar assistência ao Prefeito, administrativamente e politicamente em conjunto com o Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 111.

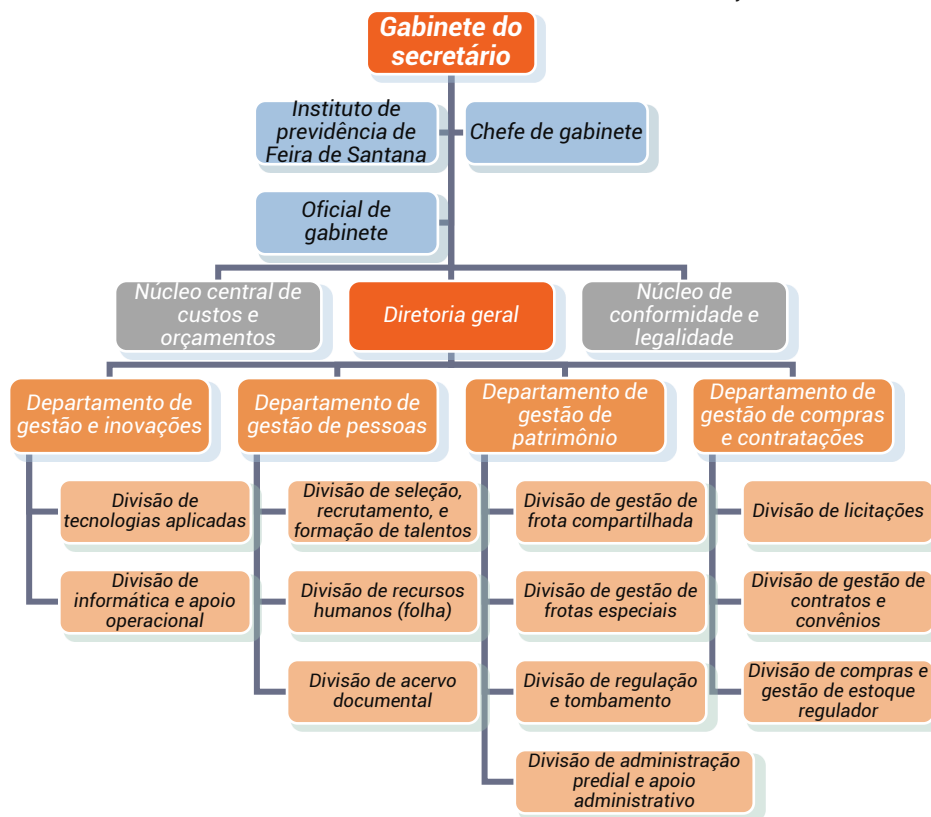
FIGURA 111: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE GOVERNO.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Administração (SEADM)** tem a finalidade de desenvolver e executar as políticas de administração geral, informatização, modernização administrativa, recursos humanos e materiais (FEIRA DE SANTANA, 2020), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresentado na FIGURA 112.

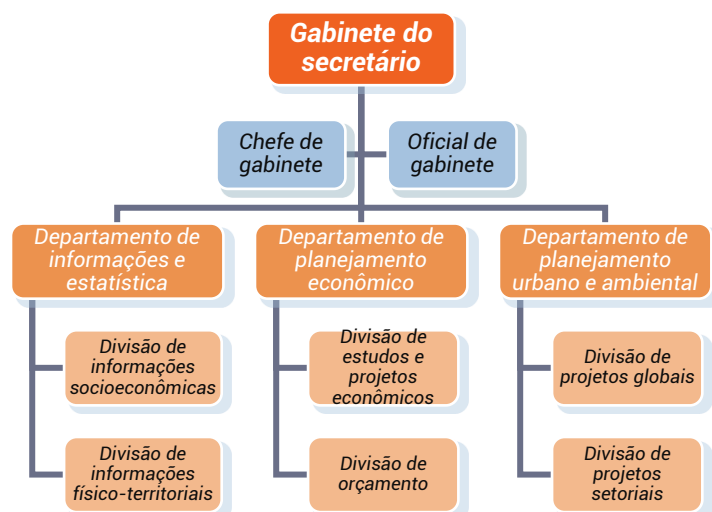
FIGURA 112: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)** tem por finalidade executar as funções de planejamento global e informações estatísticas, devendo definir, coordenar e executar as políticas, diretrizes e metas de planejamento municipal, bem como a articulação com os governos Federal e Estadual, visando o desenvolvimento econômico-social e físico territorial (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme disposto na FIGURA 113.

FIGURA 113: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

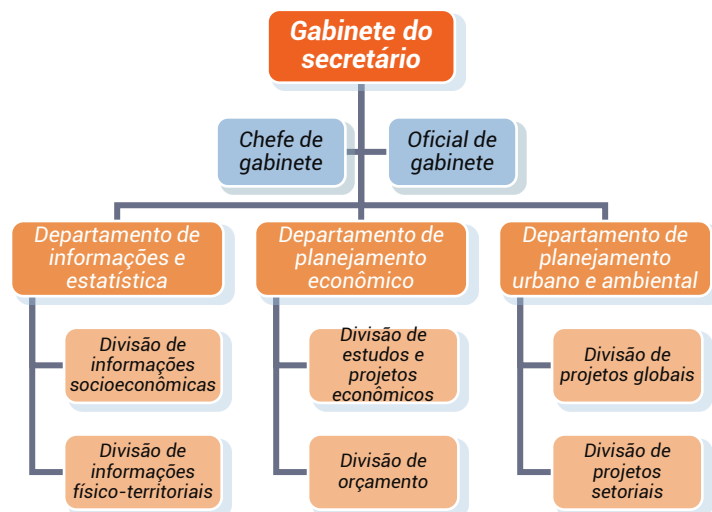


Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ)** tem a finalidade de desenvolver e executar as políticas tributárias do município, sendo responsável pelo cadastro geral de atividades, Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF) e Taxa de Licença de Localização (TLL), (FEIRA DE SANTANA, 1995).

A **Secretaria Municipal Extraordinária de Gestão e Convênios (SEGC)** tem como finalidade assessorar no planejamento e desenvolvimento de ações visando a captação de recursos perante entes federais e estaduais, da administração direta ou indireta, além de melhorar os instrumentos de gestão para otimizar a receita pública municipal de forma mais inovadora e promover a análise de custo e operação das ações de gestão que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal (FEIRA DE SANTANA, 2013), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 114.

FIGURA 114: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE GESTÃO E CONVÊNIOS



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Comunicação Social (SESOM)** tem a finalidade de planejar, coordenar, orientar e executar todas as atividades de comunicação social e publicidade informativa do governo municipal (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 115.

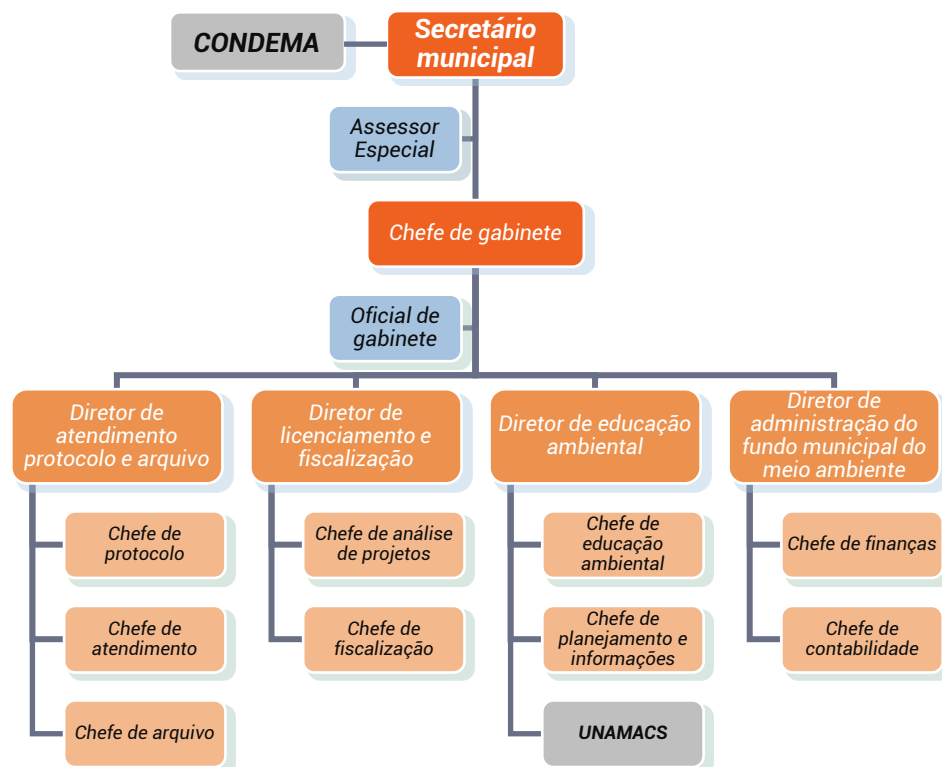
FIGURA 115: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMMAM)** tem como finalidade desenvolver, fiscalizar e implementar políticas ambientais que visem garantir a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos seres vivos, em consonância com o desenvolvimento socioambiental e econômico, buscando a preservação, recuperação e restauração dos diversos ecossistemas naturais (FEIRA DE SANTANA, 2008), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 116.

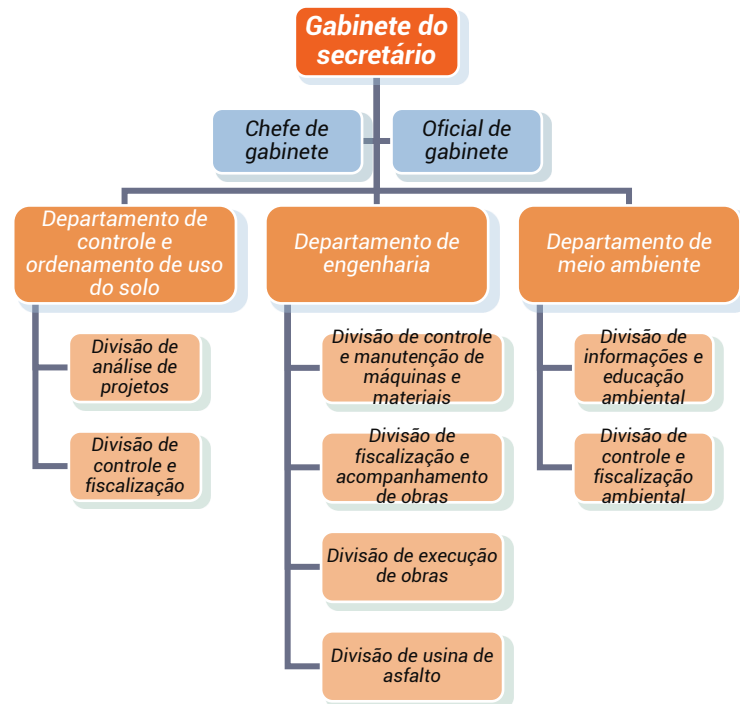
FIGURA 116: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)** tem por finalidade ordenar o uso e a ocupação do solo do Município, executando e fiscalizando o cumprimento da legislação específica e demais dispositivos legais pertinentes (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 117.

FIGURA 117: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB)** tem como finalidade coordenar, orientar, supervisionar, controlar e executar as ações municipais nas áreas de moradia popular e legitimação de ocupações habitacionais urbanas (FEIRA DE SANTANA, 2004), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 118.

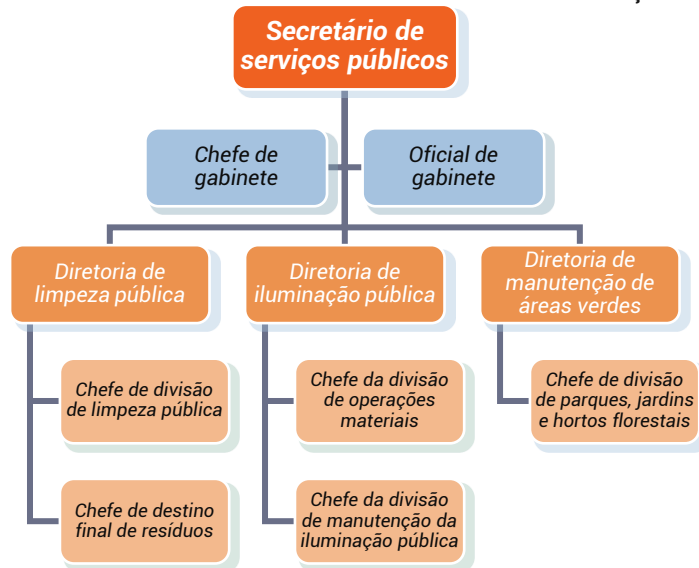
FIGURA 118: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP)** tem por finalidade planejar, coordenar, administrar, orientar, executar e fiscalizar as de serviços públicos, tais como limpeza urbana, iluminação pública, transportes urbanos e manutenção de áreas verdes (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 119.

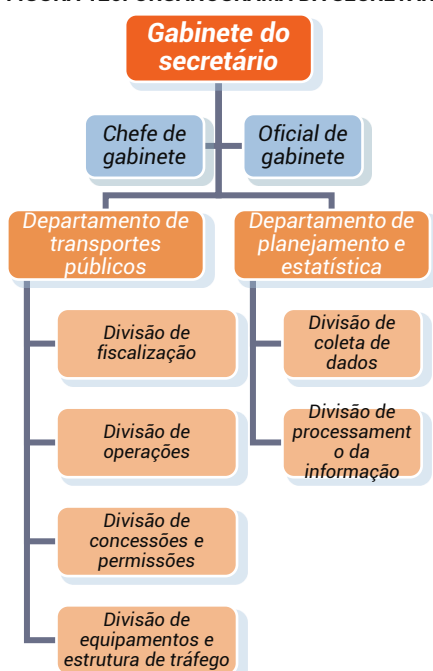
FIGURA 119: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT)** tem como finalidade formular e executar políticas voltadas a gestão do transporte e ao controle do tráfego no município (FEIRA DE SANTANA, 2004), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 120.

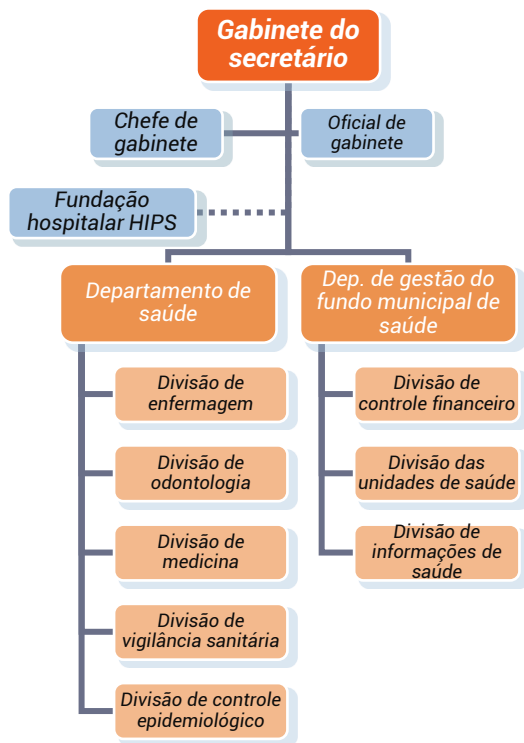
FIGURA 120: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** tem a finalidade de cuidar de forma integral da saúde do cidadão, assegurando a todos os direitos básicos à saúde (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 121.

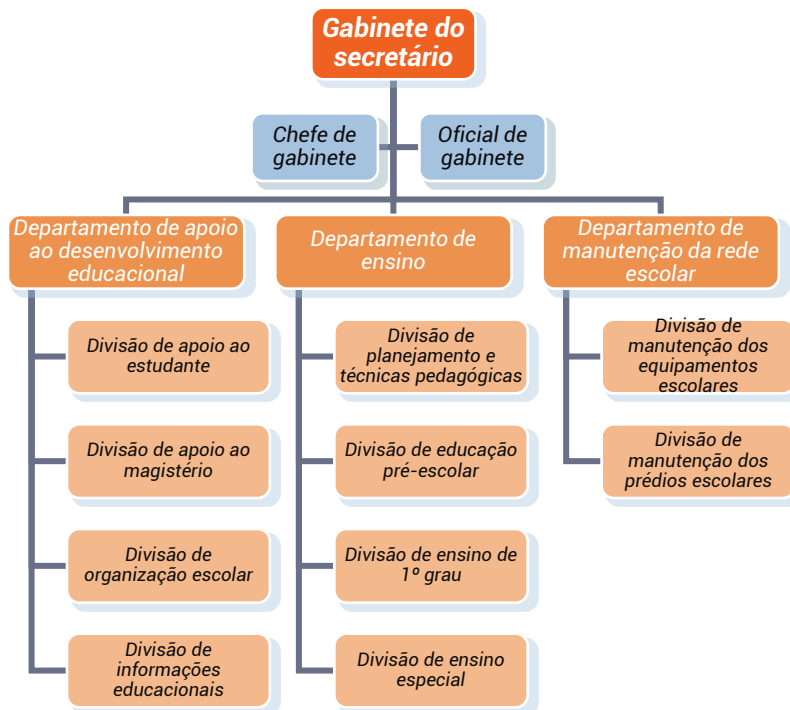
FIGURA 121: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)** tem a finalidade de exercer, orientar e coordenar as atividades pedagógicas, devendo traçar a política de ensino e elaborar o Plano Municipal de Educação, buscando permanentemente elevar do nível de qualidade do ensino em consonância com a diretrizes e bases traçadas pela União e com o sistema educacional de ensino nacional (FEIRA DE SANTANA 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 122.

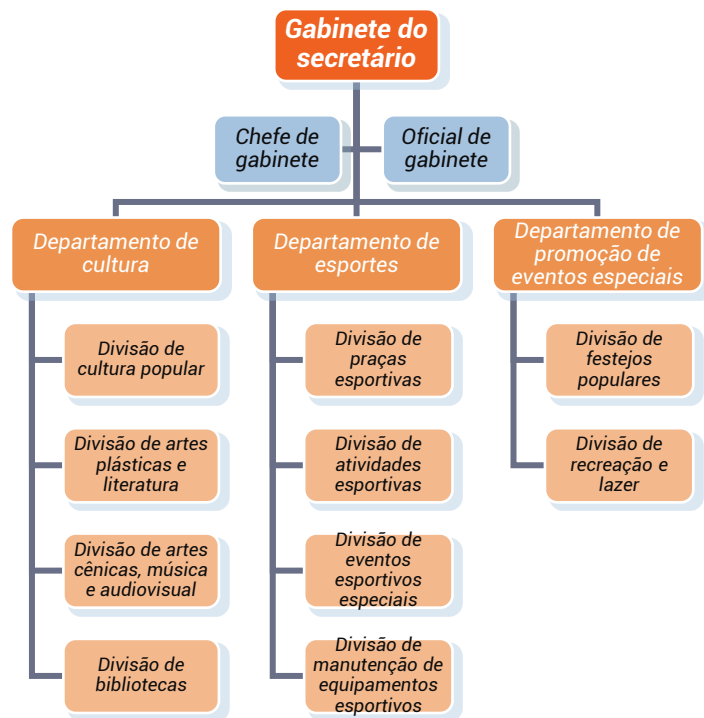
FIGURA 122: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL)** tem a finalidade de exercer, orientar e coordenar as atividades culturais, esportivas, de recreação e de lazer em todo o município (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 123.

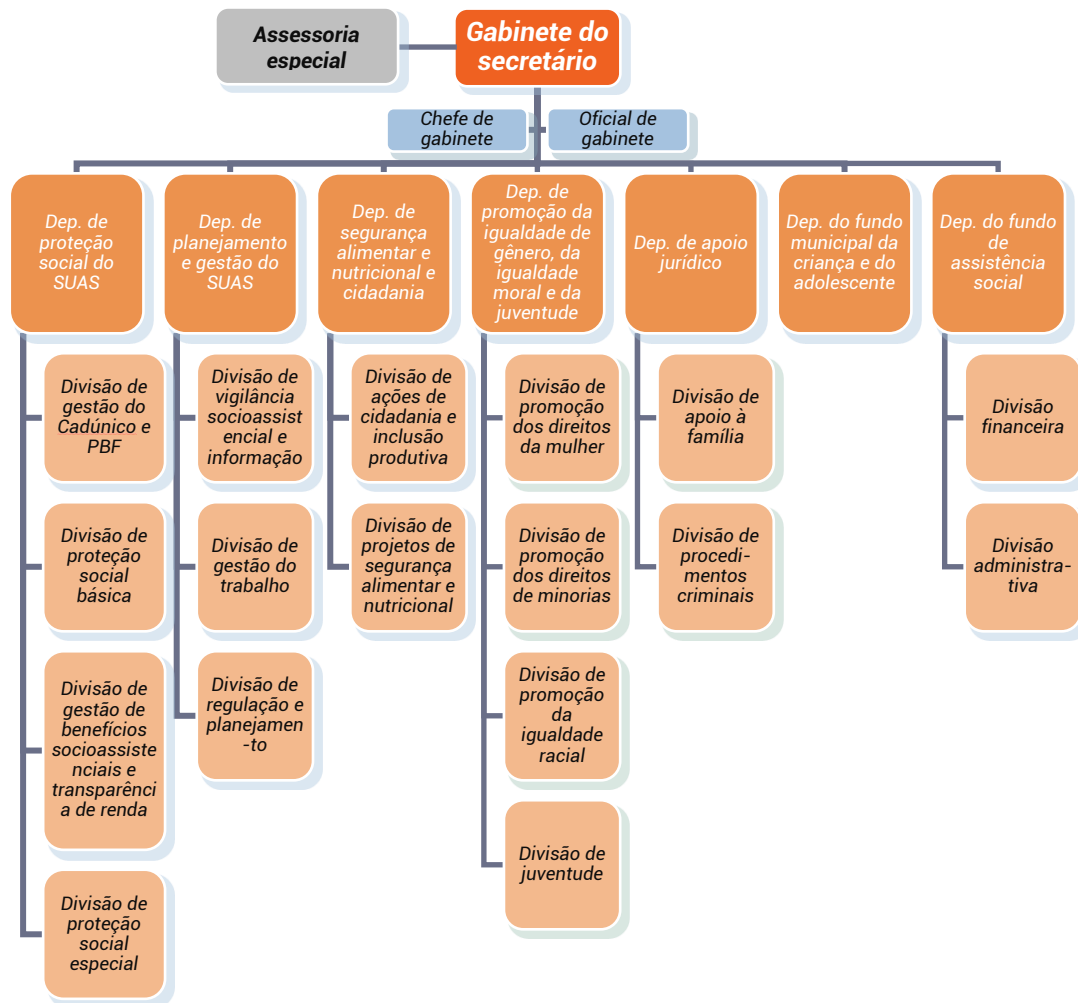
FIGURA 123: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO)** tem por finalidade formular e executar a política de promoção social no âmbito municipal, coordenando, promovendo e executando ações de integração e a assistência social para a população mais vulnerável, bem como apoio à Criança, o Adolescente, à Família, ao Idoso e à Pessoa portadora de Deficiência (FEIRA DE SANTANA, 1995), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme a FIGURA 124.

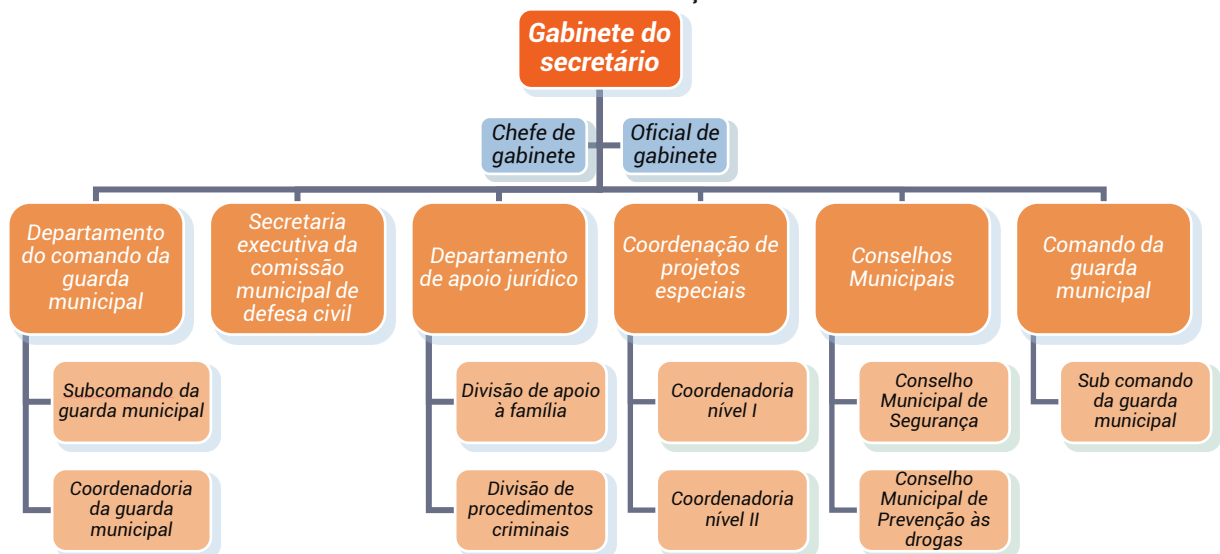
FIGURA 124: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022

A **Secretaria Municipal de Prevenção à Violência (SEPREV)** tem como finalidade coordenar, orientar, supervisionar, controlar, e executar as ações na área de segurança, articulando a atuação dos diversos órgãos públicos municipais, com políticas públicas que previnam a violência, minimizem os impactos às vítimas, e preservem a segurança e integridade do patrimônio e serviços públicos (FEIRA DE SANTANA, 2019), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 125.

FIGURA 125: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

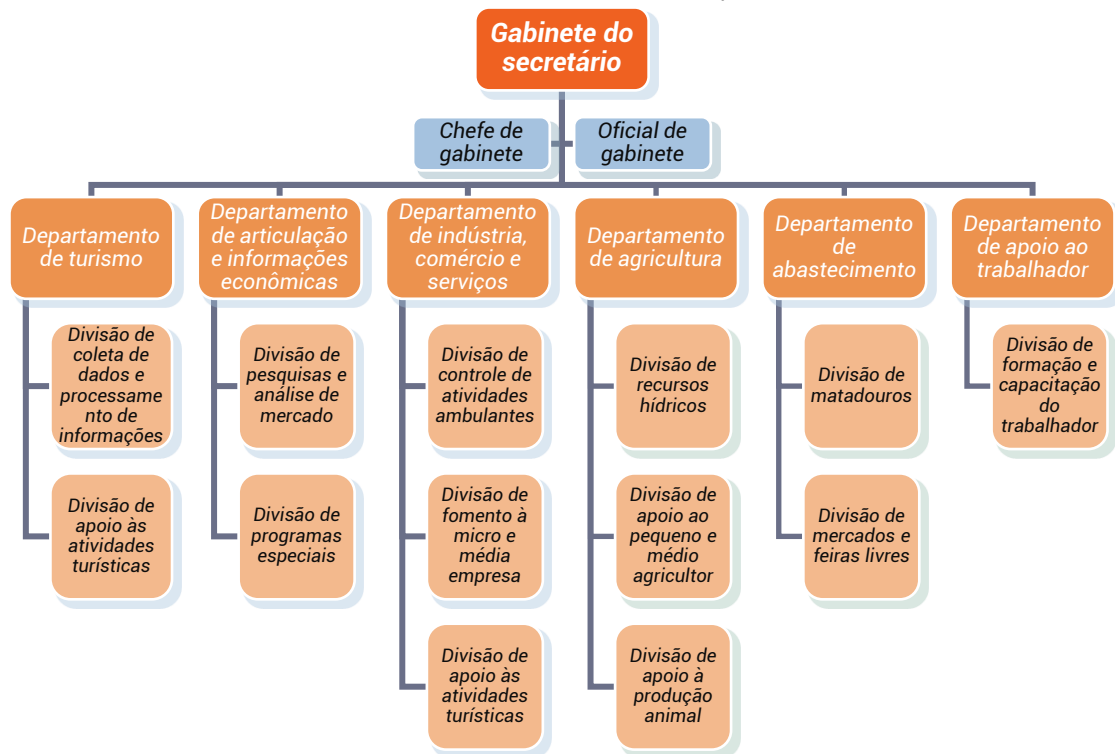


Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SMPM)** tem por finalidade promover política públicas municipais na perspectiva de gênero, visando eliminar o preconceito, a discriminação, as desigualdades e combater a violência contra as mulheres, propondo estratégias de inclusão para as mesmas e suas famílias através da articulação com instituições públicas e privadas (FEIRA DE SANTANA, 2021). Não foi possível encontrar a estrutura administrativa desta secretaria.

A **Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC)** tem por finalidade formular, coordenar e executar a Política de desenvolvimento e apoio ao comércio, a indústria, aos serviços, ao turismo, a agropecuária e ao Sistema de Abastecimento do Município, estabelecendo diretrizes e coordenando os programas e projetos de escala macro e micro e priorizando investimentos públicos que potencializem o desenvolvimento econômico (FEIRA DE SANTANA, 2012), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 126.

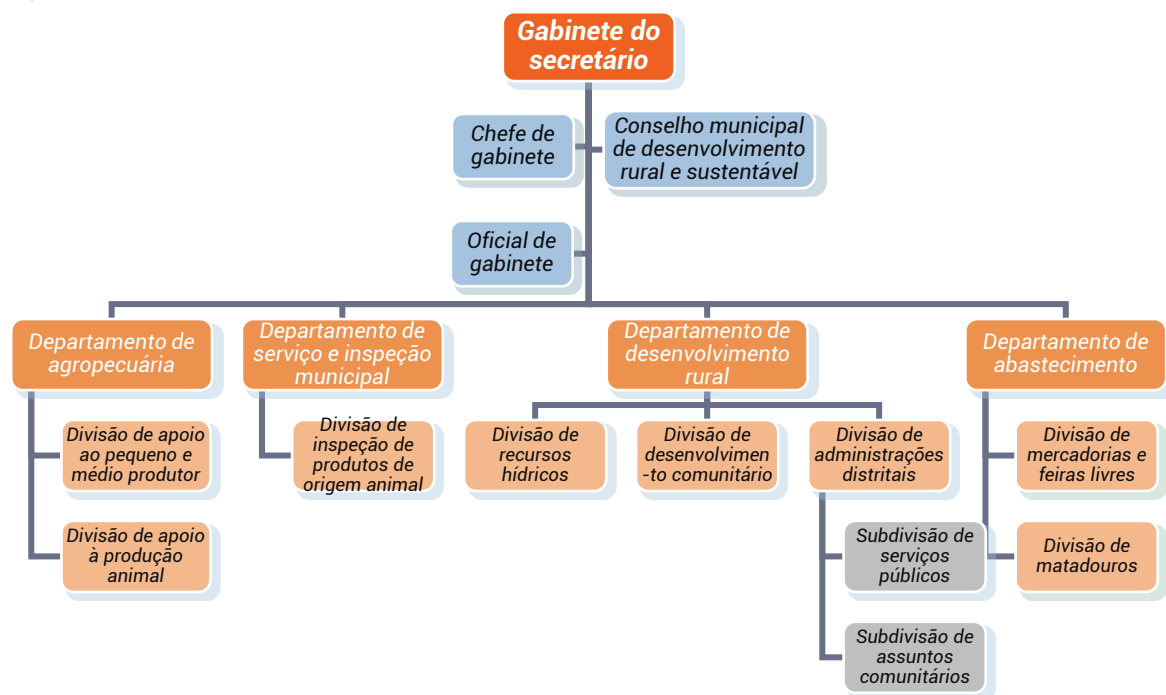
FIGURA 126: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

A **Secretaria Municipal de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI)** tem como finalidade formular e executar políticas voltadas ao fomento da atividade agropastoril e o aproveitamento de recursos hídricos para consumo nas áreas rurais municipais (FEIRA DE SANTANA, 2004), e tem sua estrutura administrativa organizada conforme apresenta a FIGURA 127.

FIGURA 127: ORGANOGRAMA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E DESENVOLVIMENTO RURAL



Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

Nota-se que Feira de Santana dispõe de 19 secretarias, que abrangem diversificadas áreas de atenção. No entanto percebe-se como uma significativa fragilidade a falta integração e estabelecimento de ações coordenadas entre estas secretarias,

Os responsáveis pela organização administrativa do município, são aqueles que coordenam os órgãos de direção, de assistência direta, de assistência indireta, sendo eles nomeado pelo prefeito em exercício, sendo em 2022 os apresentados no QUADRO 15.

QUADRO 15: ÓRGÃOS MUNICIPAIS E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS

Órgãos	Responsáveis
Gabinete do Prefeito	Prefeito Colbert Martins
Gabinete do Vice-Prefeito	Vice-Prefeito Fernando de Fabinho
Procuradoria Geral do Município	Caroline Suzart Cotias Freitas
Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)	Denilton Pereira de Brito
Secretaria Municipal de Administração (SEADM)	José Marcondes de Carvalho
Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ)	Expedito Campodonio Eloy
Secretaria Municipal de Comunicação Social (SESOM)	Renata Maia
Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN)	Carlos Brito
Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)	Anaci Bispo Paim
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SECEL)	Jairo Alfredo Carneiro Filho
Secretaria Municipal de Saúde (SMS)	Marcelo Moncorvo Britto
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDESO)	Antônio Carlos Borges Júnior
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)	Sérgio Barradas Carneiro
Secretaria Municipal de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC)	Sebastião Eduardo da Cunha
Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP)	Elizario Ribeiro da Silva
Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural (SEAGRI)	Pedro Américo Santana Silva Lopes
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT)	Saulo Pereira Figueiredo

Órgãos	Responsáveis
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMMAM)	Antônio Carlos Daltro Coelho
Secretaria Municipal de Prevenção à Violência (SEPREV)	Moacir Lima dos Santos
Secretaria Extraordinária de Gestão e Convênios (SEGC)	Wellington Andrade
Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB)	Cintia Daltro Machado
Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SMPM)	Gerusa Maria Bastos Silva Sampaio

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

4.4.2. Conselhos Municipais e Órgãos de Apoio Específico

Os conselhos municipais de Feira de Santana são formados por representantes da Prefeitura e da sociedade civil, os quais realizam reuniões e discussões periódicas. Cada conselho pode atuar de maneira diferente, conforme com a realidade específica e local, mas visando sempre contribuir para a definição do plano de ação do município, bem como a defesa dos direitos dos cidadãos. Atualmente existem 10 conselhos conforme exposto no QUADRO 16.

QUADRO 16: CONSELHOS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA

Conselhos e Entidades	Legislação Vigente
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	Lei Ordinária nº 1761/1994; Lei nº 3684/2017
Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento das Comunidades Negras e Indígenas (COMDENCNI)	Lei Municipal nº 2.848/2007
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável	Lei nº 3448/2014; Lei nº 3.997/2019
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica); Lei nº 1445/ 1991
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPCD)	Lei Ordinária nº 1748/1994
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica); Lei nº 1414/ 1991
Conselho Municipal de Saúde	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica); Lei nº 1415/1991; Lei nº 2830/2007
Conselho Municipal de Educação	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica); Lei nº 1477/ 1991
Conselho Municipal da Cultura	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica); Lei nº 1420/1991
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica)
Conselho Municipal de Transporte Coletivo	Lei Municipal nº 37/90 (Lei Orgânica)
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDI)	Lei Ordinária nº 1700/1993; Lei nº 3.647/2016
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)	Lei Municipal nº 2.411/2003; Lei Municipal nº 2.524/2004
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDDM)	Lei nº 1027/1986; Lei nº 2024/1998
Conselho Municipal de Juventude (CMJ)	Lei Ordinária nº 3467/2014
Conselho Municipal de Prevenção às Drogas	Lei Ordinária 2422/2003; Lei nº 3379/2013; Lei Ordinária 3783/2017

Fonte: Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 2022.

4.4.3. Administração Pública

Segundo a Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, do dia 05 de abril de 1990, a Administração pública do município pode ser direta ou indireta devendo sempre atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade, bem como as disposições gerais determinadas no Capítulo I do Título da Administração Municipal, além do Capítulo II em que são definidas as disposições específicas para o Servidor Público em exercício.

A Lei Orgânica, também determina o regime jurídico único e o plano de carreira para os servidores da Administração Pública Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas. Nela também consta sobre os procedimentos de elaboração dos instrumentos de planejamento governamental, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

O primeiro instrumento de planejamento das ações de governo é o Plano Plurianual (PPA), o qual Feira de Santana aprovou através da Lei Municipal nº 4.079, de 29 de dezembro de 2021 (FEIRA DE SANTANA, 2021a) para o período 2022-2025. O segundo instrumento são as Diretrizes para a Lei Orçamentária Anual (LDO), tendo como última legislação aprovada a Lei Municipal nº 4.065, de 25 de agosto de 2021 (FEIRA DE SANTANA, 2021b), a qual faz referência ao ano de 2022 e estabelece as diretrizes para a elaboração do terceiro Instrumento que é a Lei Orçamentária Anual (LOA).

4.4.3.1. Análise da Gestão Fiscal: Índice Firjan

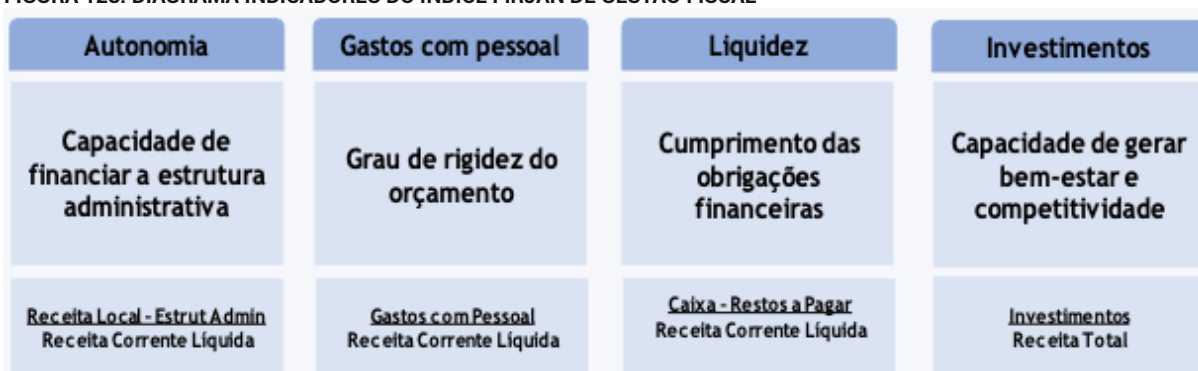
No que se refere à administração pública municipal, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF vem se revelando um instrumento útil e de boa qualidade para analisar a eficiência da gestão fiscal dos municípios brasileiros.⁹⁸

O IFGF utiliza-se exclusivamente de estatísticas oficiais declaradas pelos próprios municípios.⁹⁹ Esse Índice é composto por quatro indicadores: Autonomia, Gastos com Pessoal, Liquidez e Investimentos, conforme especificados na FIGURA 128.

98 As informações sobre o IFGF têm por a plataforma “Consulta ao Índice” e a “Metodologia IFGF 2021”. FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>. Metodologia IFGF 2021. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>.

99 “Conforme estabelecido pelo Artigo 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), os municípios devem encaminhar suas contas para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o dia 30 de Abril do ano seguinte ao exercício de referência, a partir de quando o órgão dispõe de 60 dias para disponibilizá-las ao público, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Esta ferramenta consolida informações contábeis, financeiras e estatísticas fiscais oriundas de um universo que compreende 5.568 Municípios, 26 Estados, o Distrito Federal e a União. O Siconfi é a principal fonte de dados sobre as administrações públicas municipais e estaduais. Por isso, foi utilizado como referência para o cálculo do IFGF, que analisa as contas dos municípios entre os anos 2013 e 2018.” FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Metodologia IFGF 2021, p. 2.

FIGURA 128: DIAGRAMA INDICADORES DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL



Fonte: Índice Firjan de Gestão Fiscal: Metodologia IFGF 2021.

Os descritivos desses índices são os seguintes:

- Autonomia = $(\text{Receitas da Atividade Econômica Local}^{100} - \text{Custos com a Estrutura Administrativa}^{101}) / \text{Receita Corrente Líquida}^{102}$. Esse indicador “evidencia um dos pontos mais críticos para a gestão fiscal eficiente das prefeituras: a baixa capacidade de se sustentarem. (...) quanto mais próximo de zero o IFGF Autonomia do município, menor a capacidade dele em gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa.”
- IFGF Gasto com Pessoal = $\text{Despesa Líquida com Pessoal nos últimos 12 meses} / \text{Receita Corrente Líquida}$. “O IFGF Gastos com Pessoal busca avaliar o comprometimento das receitas com as despesas de pessoal. A fórmula de cálculo é idêntica à utilizada para apuração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Com o objetivo de penalizar os municípios que descumprirem os limites impostos pela LRF, o IFGF considera como nota de corte o teto oficial para os gastos com funcionalismo estabelecido por aquela lei: 60% da RCL. Ou seja, o município que superar os 60% receberão zero no IFGF Gastos com Pessoal”;¹⁰³
- IFGF Liquidez = $(\text{Caixa e Equivalentes de Caixa} - \text{Restos a Pagar Inscritos no ano}) / \text{Receita Corrente Líquida}$. “A rubrica restos a pagar, na sua origem, destinava-se a compatibilizar o término do exercício financeiro com a continuidade da administração pública, uma vez que é natural que algumas despesas que pertencem a um exercício sejam postergadas para o próximo. Nascimento e Debus (2009) ressaltam, no entanto, que, com o passar do tempo,

100 Segundo a FIRJAN (2021, p 4), “são consideradas receitas oriundas da atividade econômica local: Impostos, Receita Patrimonial (exceto Valores Mobiliários e Exploração de Recursos Naturais), Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96, Cota-Parte do ICMS, Cota-Parte do IPVA e Cota-Parte do IPI - Municípios. Em todos os casos aplicáveis, são deduzidos os percentuais destinados à formação do Fundeb”.

101 Segundo a FIRJAN (2021, p. 4), “são considerados custos com a estrutura administrativa as despesas declaradas pelas prefeituras nas funções orçamentárias (01) - Legislativa, (02) - Judiciária, (03) - Essencial à Justiça e (04) - Administração.

102 Receita Corrente Líquida = Receita Corrente - (Contribuições para Regime Próprio do Servidor Público + Deduções para o FUNDEB + Compensação entre Regimes Previdenciários).

103 FIRJAN (2021). Metodologia IFGF 2021, p. 4.

os restos a pagar passaram a ser utilizados pelos municípios como uma forma de financiamento, através da simples postergação de despesas já contratadas para outros anos, gerando assim uma um problema de liquidez para as prefeituras. (...) Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura”;¹⁰⁴ e

- IFGF Investimentos = Investimentos + Inversões Financeiras/Receita Total. “O objetivo do IFGF Investimentos é medir a parcela dos investimentos nos orçamentos municipais. (...). Escolas e hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, saneamento, iluminação pública, entre outros, são investimentos tipicamente municipais que fomentam as atividades econômicas locais e geram bem-estar para a população”. (...) Estabeleceu-se uma nota de corte para este indicador: para os municípios que investiram mais de 12% da sua Receita Total foi atribuída nota 1,00. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras”.¹⁰⁵

Esses quatro indicadores “assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25%: Autonomia, que é a capacidade de financiar a estrutura administrativa; Gastos com Pessoal, que significa o grau de rigidez do orçamento; Liquidez, que trata do cumprimento das obrigações financeiras das prefeituras; e Investimentos, que é a capacidade de gerar bem-estar e competitividade.”¹⁰⁶

Segundo a FIRJAN, “O IFGF tem uma leitura dos resultados bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a gestão fiscal do município.”¹⁰⁷ Outra importante característica do IFGF é que sua metodologia permite tanto comparação relativa quanto absoluta, isto é, “o índice não se restringe a uma fotografia anual, podendo ser comparado ao longo dos anos”¹⁰⁸.

Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

- Gestão de Excelência: resultados entre 0,8 a 1,0 pontos;
- Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 pontos;
- Gestão em Dificuldades: resultados entre 0,4 e 0,6 pontos; e
- Gestão Crítica: resultados entre 0,4 e 0,0 pontos.

Os resultados disponíveis referentes ao IFGF são relativos ao período 2013-2020.¹⁰⁹ Os dados a serem analisados neste tópico são os de 2019, pois as finanças dos municípios brasileiros foram condicionadas pela pandemia do COVID 19. Além disso é relevante ter como referência o ano de 2013, pois que antecedeu ao aprofundamento da crise da economia

104 FIRJAN (2021). Metodologia IFGF 2021, p. 5 e 6.

105 FIRJAN (2021). Metodologia IFGF 2019, p. 6.

106 FIRJAN. Metodologia. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>.

107 FIRJAN. Consulta ao Índice. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/>.

108 FIRJAN. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/>.

109 Os dados IFGF para o período 2013-2019 se referem aos sistematizados conforme a Metodologia IFGF 2021.

brasileira, quando o PIB das economias brasileiras e do município de Feira de Santana cresceram 3,0% e 11,3%, respectivamente. Em 2019, esses percentuais alcançaram -2,7% e 1,2%, respectivamente.

Como pode ser observado na TABELA 47, nesse contexto, a situação das finanças públicas no município de Feira de Santana, avaliada pelo IFGF, é um pouco pior em 2019 do que em 2013. No entanto, nesses dois anos, o município alcançou a condição de Boa Gestão Fiscal.

Nesse contexto, tanto em 2013, quanto em 2019, os valores do IFGF-Autonomia atingiram o máximo (1,0000), indicando que o município de Feira de Santana possui uma excelente capacidade de gerar receitas locais para arcar com os custos de sua estrutura administrativa. Isso indica também que, no período 2013-2019, o esforço fiscal da Prefeitura Municipal deve ter sido expressivo.¹¹⁰

Em 2013, o IFGF-Gastos com Pessoal do município apresentou uma condição de Excelência em Gestão: 1,0000. Em 2019, passou à condição de Gestão Crítica (0,2758).

Já o IFGF-Investimentos indicou, em 2013 e 2019, também uma condição de Gestão Crítica, 0,3987 e 0,3493, respectivamente

O IFGF-Liquidez apresentou um expressivo aumento entre 2013 e 2019. De uma condição de Gestão em Dificuldades (0,5198) passou, em 2019, a indicar uma condição de Gestão de Excelência, ou seja, a gestão municipal, nesse ano, possuía recursos financeiros suficientes para fazer frente às despesas que foram postergadas para o ano seguinte.

TABELA 47: FEIRA DE SANTANA: ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL - 2013 / 2019

IFGF (Geral)	Autonomia	Gastos com Pessoal	Investimentos	Liquidez
2013				
0,7296	1,0000	1,0000	0,3987	0,5198
2019				
0,6563	1,0000	0,2758	0,3493	1,0000

Fonte: FIRJAN.

Com base no IFGF, é possível afirmar que, em uma conjuntura de crise econômica, a gestão fiscal da Prefeitura Municipal de Feira de Santana vem sendo marcada por uma pequena proporção dos investimentos (inversões financeiras) em relação à receita total e por pressões dos gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida.

4.4.3.2. Capacidade de endividamento

Segundo a Portaria nº 501, de 24/11/ 2017, a classificação da capacidade de pagamento (Capaz) dos municípios pleiteantes de garantia ou aval da União é determinada

¹¹⁰ Esforço Fiscal se refere à capacidade de aumentar a receita tributária própria do município (IPTU, ISS, etc.), segundo a capacidade de contribuição de seus habitantes e as condições políticas vigentes.

com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros: a) Endividamento; b) Poupança Corrente; e c) Liquidez.

Esses indicadores são calculados a partir das informações disponibilizadas pelo município no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Simoni), com base nas seguintes definições:

- I. Endividamento (DC) = Dívida Consolidada Bruta / Receita Corrente Líquida;
- II. Poupança Corrente (PC) = Despesa Corrente / Receita Corrente Ajustada; e
- III. Liquidez (IL) = Obrigações Financeiras / Disponibilidade de Caixa Bruta.

A cada indicador é atribuída uma qualificação (A, B ou C) que representa a classificação parcial do município no respectivo indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores apresentadas na TABELA 48.

TABELA 48: FAIXAS DE QUALIFICAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS REFERENTES À CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS PLEITEANTES DE GARANTIA OU AVAL DA UNIÃO

Indicador	Sigla	Faixa de valores	Classificação parcial
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C
Poupança corrente	PC	PC < 90%	A
		90% ≤ PC < 95%	B
		PC ≤ 95%	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

Fonte: Ministério da Fazenda (Portaria nº 501, de 24/11/ 2017).

A classificação final da capacidade de pagamento do município é determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme os critérios discriminados na TABELA 49.

TABELA 49: QUALIFICAÇÃO FINAL DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS REFERENTES À CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS PLEITEANTES DE GARANTIA OU AVAL DA UNIÃO

Classificação parcial do indicador			
Endividamento	Poupança corrente	Liquidez	Classificação final da capacidade de pagamento
A	A	A	B
B	A	A	C
C	A	A	A
A	B	A	B
B	B	A	C
C	B	A	A
Demais combinações de classificações parciais			C

Fonte: Ministério da Fazenda (Portaria nº 501, de 24/11/ 2017).

Nesse contexto, a classificação parcial dos indicadores relativos ao município de Piraquara, conforme divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, é a seguinte:¹¹¹

- Indicador I (Endividamento): Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida = A (23,1%);
- Indicador II (Poupança Corrente): Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada = B (94,7%)
- Indicador III (Liquidez): Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa = A (79,0%)

Dada a classificação parcial desses indicadores e os critérios estabelecidos na Tabela 2, **a classificação final de capacidade de pagamento de Feira de Santana alcançou um conceito B**, indicando que o município atende a um dos requisitos necessários à de garantia ou aval da União em suas operações de crédito.

No que se refere à situação fiscal do município de Feira de Santana frente ao conjunto desses requisitos, a Secretaria Tesouro Nacional fornece adicionalmente as seguintes informações:¹¹²

- O Município não se encontra em situação de regularidade relativa à adimplência financeira em empréstimos e financiamentos concedidos pela União; e
- O Município cumpre com a aplicação mínima de recursos em saúde, mas não em educação.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o município se encontra abaixo limite prudencial no que se refere à relação Despesa Total com Pessoal / Receita Corrente Líquida (45,1%).

111 Informações disponíveis em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>. Consulta em 02/10/2022.

112 Informações disponíveis em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>. Consulta em 02/10/2022.

5. Identificação das Fragilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana

Como apresentado no Produto A, o diagnóstico qualitativo e quantitativo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais embasou o entendimento da Equipe Técnica quanto às oportunidades e fragilidades do Município de Feira de Santana. Esta visão construída pela Equipe Técnica, tipicamente representativa de uma visão externa dos fenômenos que afetam a dinâmica de desenvolvimento do Município, foi comparada à uma análise análoga, voltada ao entendimento de oportunidades e fragilidades, construída pelo Núcleo Gestor e demais Atores Sociais. A visão do Núcleo Gestor e Atores sociais tipifica uma visão interna do processo, uma vez que os participantes são gestores das políticas públicas chave do Município. Cada um dos dois processos analíticos resultou em um painel sínteses, contendo as oportunidades e fragilidades que foram, adicionalmente, correlacionadas aos ODS e às metas de cada item encontrado, levando-se em consideram as 17 ODS e 169 metas apresentados na Agenda 2030.

A matriz a seguir destaca os resultados apontados pelo Núcleo Gestor e Atores Sociais para as principais fragilidades de Feira de Santana.

QUADRO 17: PAINEL DE FRAGILIDADE RESULTANTE DA OFICINA COM O NÚCLEO GESTOR E AGENTES LOCAIS

PAINEL 2: FRAGILIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FRAGILIDADE	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	X		Falta de investimentos	17	17.1	X	X	X					X	X								
X	X	X	Entraves políticos	16	16.6	X	X	X					X	X	X							
	X		Ausência do polo logístico	9	9.1	X	X						X	X		X						
	X		Crise econômica	8	8.1	X	X						X		X							
	X		Falta de recursos	17	17.1	X	X		X				X							X		
X			Falta de estrutura dos equipamentos de educação	4	4.a	X	X		X						X							
		X	Falta de conscientização ambiental na APA	15	15.1	X				X								X	X			
	X		Desvalorização dos imóveis	8	8.1								X									
		X	Falta de aplicação dos projetos no Centro Urbano	17	17.3																X	
X			Falta de Saneamento	6	6.2					X												
		X	Falta de política de Regularização fundiária	11	11.3	X									X	X						
X			Falta de saneamento básico na Bacia do Pojuca	6	6.2			X								X		X	X	X	X	X
		X	Ocupação desordenada do solo urbano e lagoas	11	11.1					X							X	X	X			X
	X		Falta de oportunidades da macro região de Feira de Santana - metrópole	8	8.3	X	X	X					X		X	X						
	X		Falta de integração entre academia e setor produtivo e social	17	17.17								X	X		X						

PAINEL 2: FRAGILIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FRAGILIDADE	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	X		Falta de exploração no potencial turístico de lazer	8	8.9			X				X	X			X						
	X		Sobrecarga do modal rodoviário	9								X		X							X	
	X		Localização do aeroporto (zoneamento)	9								X										
		X	Falta de proteção das lagoas e olhos d'água	6	6.6				X								X					
	X		Falta de compromisso da sociedade civil organizada, principalmente o setor econômico	17	17.17																X	
X	X	X	Gestão Governamental	16	16.6							X							X			
	X		Falta de espaço específico para Porto Seco	9	9.1							X		X								
	X	X	Falta de transporte intermunicipal de qualidade	10	10.7						X	X	X	X								
		X	Ocupação desordenada	11	11.3									X				X				
X			Falta de políticas atrativas para investimentos na saúde e educação	17	17.1		X	X					X								X	
	X		Falta de mão de obra qualificada	4	4.4			X				X		X								

* Princípio Estratégico: Na proposta Técnica apresentado pelo Consorcio foram considerados três princípios estratégicos para o desenvolvimento da Carteira de Projetos Estruturadores.

** As 169 Metas estão disponibilizadas no Anexo 1

A análise de fragilidades realizada pelo Núcleo Gestor tipifica uma visão interna dos desafios ao desenvolvimento sustentável de Feira de Santana. Particular atenção foi dada aos elementos institucionais, representada por problemas como “Gestão Governamental”, “Falta de investimentos”, “Entraves políticos”, “Falta de recursos”, “Falta de aplicação dos projetos no Centro Urbano”, “Falta de integração entre academia e setor produtivo e social”, “Falta de conscientização ambiental na APA”, “Falta de política de Regularização fundiária” e “Falta de compromisso da sociedade civil organizada, principalmente o setor econômico”. Tais problemas não são capturáveis por estatísticas sociais, territoriais ou econômicas que, se muito, refletiriam de forma indireta a existência de problemas de natureza institucional, mas não permitiria os diagnosticar de pronto. Este diagnóstico constitui um alicerce central na formulação de recomendações quanto à formação de uma carteira de projetos estruturadores. Tais projetos necessitam estar adequadamente inserido no ambiente político institucional de Feira de Santana, ou haverá baixa probabilidade de sucesso. De outro lado, projetos que conduzam de forma direta ou indireta a mudanças e, sobretudo, ao fortalecimento institucional do Município deverão ser priorizados em relação a projetos que somente tangenciem este tema. Ademais, projetos que se viabilizem no todo ou em parte por fontes de recursos alternativas à dotação orçamentária do Tesouro do Município deverão ser devidamente priorizados.

Em um segundo plano, a ausência de determinados conjuntos de ativos reflete a preocupação com a capacidade de investimentos do Núcleo Gestor de Feira de Santana. Afirmarções como “Ausência do polo logístico”, “Falta de estrutura dos equipamentos de educação” e “Falta de Saneamento”, entre outros, tipificam a preocupação com a realização de investimentos físicos. Estas observações reforçam a percepção de que uma carteira de Projetos Estruturadores deverá demandar o mínimo de recursos públicos.

Um ponto relevante é composto por elementos exógenos, vinculados a ameaças do que fraquezas, externados em afirmações como “Crise econômica”, “Desvalorização dos imóveis” e “Falta de oportunidades da macrorregião de Feira de Santana – metrópole” e “Falta de oportunidades da macrorregião de Feira de Santana – metrópole”. Tais elementos indicam a sensibilidade de problemas sociais a oscilações de ciclos econômicos. Conforme apresentado, enquanto o ciclo econômico de 2010 a 2015 gerou importantes externalidades e inclusão social, a recessão posterior fez com que uma parcela relevante da população regressasse a patamares abaixo da linha de pobreza. Projetos estruturadores que elevem a resiliência social a ciclos econômicos deverão ser priorizados em comparação àqueles que possuam características pró-cíclicas, isto é, que apresentem resultados fortemente positivos ao longo da ocorrência de expansões econômicas, mas que resultem no aprofundamento de crises em etapas de baixo crescimento econômico.

Por fim, no plano de fragilidades há destaque para os elementos de infraestrutura, particularmente logísticos e saneamento. Nestes quesitos, a ausência de um Centro Logístico Integrado e Falta de Porto Seco exemplificam temas logísticos, enquanto “Falta de saneamento básico na Bacia do Pojuca” e “Ocupação desordenada do solo urbano e lagoas” traduzem preocupações com o manejo de recursos hídricos.

A matriz de fragilidades composta pela equipe técnica representa o olhar inverso, uma perspectiva sobre Feira de Santana proveniente de agentes que estão afastados da dinâmica cotidiana da gestão pública. O quadro a seguir aponta as principais fragilidades e os ODS correlacionados.

QUADRO 18: PAINEL DE FRAGILIDADE RESULTANTE DA ANÁLISE TÉCNICA

PAINEL: FRAGILIDADE AMEAÇA X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FRAGILIDADE	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
x	x		Educacionais Desafio na Educação pelo: alto índice (10%) de alunos fora da escola; Índices do IDEB abaixo de 4,0 nos anos finais da Educação Básica e no Ensino Médio e a diminuição dos recursos para a alimentação escolar Baixos percentuais de alunos com aprendizado adequado em português e Matemática nas provas do SAEB Baixa escolaridade. Dificuldade de trazer indústrias com alta absorção de mão de obra especializada. (fuga de "cérebros")	4		x	x			x		x										
x			Sociais Feira de Santana tem 118.689 pessoas em condição de extrema pobreza, ou seja, 19% da população. Onde as crianças de 0 a 15 anos extremamente pobres constituem 29,27% da população registrada no CadÚnico Grande número de pessoas em situação de pobreza dependendo de programas sociais. Em julho de 2022, havia Feira de Santana 68.063 famílias e 176.522 pessoas registradas no CadÚnico e que recebiam auxílio do PAB, sendo a grande maioria que tinham renda de até 1 salário-mínimo.	10	10.3																	
x			Saúde Bem estar da população comprometida com o aumento: da mortalidade materna; casos de hepatite B, doenças cardiovasculares, das taxas de suicídio, da taxa de homicídio e violência	3		x							x									
x			Igualdade de Gênero Pequena participação das mulheres em cargos eletivos e na administração municipal. Apesar de um bom atendimento no enfrentamento da violência contra mulheres, ainda há um grande índice de ocorrências no município	5									x						x			
x		x	Institucionais Ausência de planejamento e fortalecimento da gestão, necessidade de integração de setores e planos de atuação. Desconhecimento ou não envolvimento em políticas internacionais de sequestro de carbono, como por exemplo, o mercado de carbono.	16						x										x		
		x	Uso da Água e Saneamento: Oferta de água realizada a partir de três sistemas, entretanto, existem captações isoladas complementares (poços, nascentes, carro pipa, açude, etc). Convivência com situações de racionamento de água devido ao alto índice de perdas na operação e na distribuição do sistema de abastecimento de água tratada, atualmente mensurada entre 64,4% a 43,8% , o que contribui para a baixa segurança hídrica do sistema. Bacia do Pojua sem saneamento básico, além da Insuficiência na infraestrutura instalada (sobrecarregamento da linha nos trechos mais antigos) com extravasamento de efluentes para canais e sistemas de drenagem. Com índice de 60% de cobertura do sistema de esgotamento sanitário. Controle e fiscalização de leitos e foz de rios como Riachão (o nome do rio é Jacuípe. Riachão do Jacuípe é um município banhado por ele e que fica próximo a Feira de Santana) Jacuípe, Riacho do Maia, Riacho Principal, Subaé e Paraguaçu que recebem efluentes, apresentam trechos com águas escuras, mal cheirosas, presença de índices elevados e fora das normas do CONAMA 367/06 para fósforo, OD, clorofila, pH e Nitrogênio Amoniacal. (Há ainda o problema decorrente da contaminação por insuficiência de esgotamento sanitário nas cidades que margeiam o Rio Jacuípe, o que creio acontecer também com o Rio Paraguaçu) Diversos pontos de alagamentos, transbordamento e inundações na área urbana (atingindo 3,3% da população) ocasionadas por: canais de drenagem subdimensionados para a vazão prevista; afunilamento da secção de canais; construções irregulares sobre o canais, lajes construídas sobre córregos; a presença de efluentes e acúmulo de resíduos sólidos no leito dos córregos; assoreamento do leito de córregos; a variabilidade dos tipos de superfície (rugosidade variável nas paredes e margens dos córregos/canais, fator que dentro de certas condições aumenta a ocorrência de transbordo e inundações ao redor de córregos); ausência de mata ciliar em córregos (um fator importante para as inundações urbanas é a ocupação desordenada em áreas de lagoa, a exemplo da Lagoa do Prato Raso e da Lagoa Salgada) Rio Subaé (ponto RCN-SUB-140) possuía a Companhia Brasileira de Chumbo, análise feita em 2013 identificou concentrações do metal pesado, necessita reanálise para verificar a situação atual. (esta contaminação ocorre no trecho do Rio Subaé no município de Santo Amaro, que sediava a Cobrac e é mais próximo da foz. O trecho de Feira de Santana é a nascente. Seria interessante verificar se esta menção é, de fato, relativa a Feira de Santana) Barragem do França e Pedra do Cavalo abastecem FS e possuem indícios de contaminação por sais, fósforo, assim como, clorofila, pH e OD em desequilíbrio. São motivados pelo	6	6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.a, 6.b																	

PAINEL: FRAGILIDADE AMEAÇA X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FRAGILIDADE	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
			setor agrícola, incremento de pesticidas, produção de papel e celulose.																			
		X	Resíduos Sólidos: Tratamento insuficiente de resíduos sólidos. baixo grau de coleta seletiva (apenas algumas iniciativas piloto ou cooperativa) e participação de catadores de forma dispersa. Poluição nos Distritos industriais pois não contam com estações centralizadoras de tratamento de efluentes fabris (ETEs) e Poluição provenientes da extração de pedra, areia e argila Tratamento ineficiente de rejeitos em áreas urbanas e periurbanas.	6																		
		x	Urbanização Aumento, ao longo dos anos, das ocupações irregulares e do percentual da população vivendo em assentamentos precários. Falha no planejamento e gestão de áreas com forte tendência de ampliação de áreas urbanas, industriais e de serviços (trecho BR-324, por exemplo). Falta de Fiscalização e Regulação fundiária para evitar a densificação de construções nas áreas de Caatinga e próximas as APAs da cidade e da sua RM, como acontece com as lagoas e olhos d'água (Lagoa Grande, responsável pelo abastecimento da cidade até 1959, reduzida a menos de um décimo da sua extensão original). Condição social e ambiental de moradias precária e vulnerável, com ocupações irregulares e insalubridade, potencializando riscos a saúde e meio ambiente. Falta de Arborização Urbana (Plano detalhado e implementação) Fragilidades na gestão e evidente permissividade na aprovação de Loteamentos construídos na zona rural e aumento da vulnerabilidade da drenagem pluvial local.	11		x	x	x		x			x									
		x	Mobilidade Urbana Redução da demanda do transporte público pela perda para os deslocamentos com transporte individual, principalmente carros, vans e motocicletas. Gerando congestionamentos e consequentemente mais emissões atmosféricas. (veja a redução da demanda também como uma consequência da baixa eficiência do Sistema Integrado de Transporte - SIT, pois a frota é proporcionalmente pequena para o tamanho da cidade e a oferta de horários é baixa em grande parte das linhas, o que resultou em um processo de uso sem controle de transporte clandestino pela população, conhecidos localmente como "ligeirinhos"). Corredores BRT incompletos e operando em vários segmentos em tráfego misto Grande volume de linhas intermunicipais (154 linhas) que passam pela região central da cidade e outras áreas de fluxo intenso, causando grande impacto na mobilidade de Feira de Santana Localização do Terminal Rodoviário Intermunicipal em região Central de grande fluxo (para exemplificar, aquele túnel cujo projeto foi disponibilizado pela PMFS ataca uma parte deste problema, pois os ônibus intermunicipais de/para municípios acessados pelas BR 116 Sul, BR 242 e BA052 chegam ou saem do Terminal Rodoviário por esta via, que se estreita na parte mais antiga da cidade, próxima à Igreja Matriz). Dificuldade na Mobilidade (transporte público, vias marginais, obras de arte, ciclovias, etc) e Acessibilidade intraurbana, apesar da existência de Planos Setoriais, contém o desenvolvimento da cidade como polo de comércio e serviço. Conflito viário devido ao grande fluxo rodoviário de passagem utilizando o anel viário de Feira de Santana (cerca de 10 milhões de usuários/ano - pedágio mais próximos de FS da BR 116 - dois sentidos), misturando em alguns trechos do anel com o fluxo urbano cotidiano.	11						x			x			x				x		
	x		Infraestrutura e Serviços de Transporte Inefetividade da concessão (assinada em maio de 2013) do aeroporto à iniciativa privada e a não concretização das indenizações para haver espaço disponível à adequada ampliação do aeroporto (prazo previsto para maio de 2014), colocando em risco a possibilidade de expansão das operações, devido a possível ocupação urbana (inadequada) do entorno. Baixa conectividade aérea, devido à falta de homologação do aeroporto para voo por instrumento e a estrutura deficiente Inexistência de rede ferroviária consolidada, o que compromete o potencial logístico para o desenvolvimento econômico de Feira de Santana. A situação da operação ferroviária atual dificulta a inserção competitiva da economia da região nos mercados nacionais e internacionais, visto que não são atendidos os padrões de capacidade, qualidade e competitividade requeridas pelo mercado.	9								x	x		x							

PAINEL: FRAGILIDADE AMEAÇA X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FRAGILIDADE	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	x		Geográficas Posicionamento estratégico de Feira de Santana longe dos "centros de massa" dos grandes fluxos produtivos. Município está muito ao sul do "centro de massa da região Nordeste", cujo centro de massa está mais próximo a Recife, e muito ao norte do "centro de massa nacional" que está mais próximo a São Paulo e Rio de Janeiro, puxado pelas regiões sul e sudeste. Características econômicas e sociais da Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana não atuam como motores de um desenvolvimento industrial de alto valor agregado.	8	8.1, 8.2, 8.3, 8.9									x		x						
	x		Organização Produtiva e Desenvolvimento Econômico. Expansão de sua malha urbana sobre o Anel de Contorno. A Região Imediata de Articulação Urbana de Feira de Santana apresenta uma economia muito pouco estruturada. A agricultura tem um peso mais familiar ou até de subsistência do que de produção em larga escala. Essa é uma das razões do PIB da Agropecuária ser pequeno. Não há exploração turística, apesar de, estrategicamente, ter proximidades com outros locais de turismo já consolidado. Pouca integração com a agricultura familiar para o fornecimento adequado ao PNAE.	8	8.1, 8.2, 8.3, 8.9									x		x						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			AMEAÇAS	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
	x		Recessão global. principal parceiro comercial internacional é a China. Diminuição do crescimento na China, recessão na Europa e piora das condições econômicas dos EUA poderão impactar a dinâmica de indústrias existentes ou diminuir o interesse de novas indústrias por Feira de Santana.	9	-	x	x						x							x		
	x		Reposicionamento dos nexos produtivos de Camaçari, com a saída da Ford e a reorganização da Braskem. Até o momento o impacto observável não foi significativo em Feira de Santana, porém permanece o ponto de atenção.	9	-								x			x						
	x		Surgimento de novas centralidades no Nordeste que ocupem os espaços possíveis almejados por Feira de Santana em temas agrícolas, industriais e serviços.	11	-								x	x								
		x	Mudanças climáticas e deterioração das condições de habitação em Feira de Santana.	13	-	x										x						

* Princípio Estratégico: Na proposta Técnica apresentado pelo Consorcio foram considerados três princípios estratégicos para o desenvolvimento da Carteira de Projetos Estruturadores.

** As 169 Metas estão disponibilizadas no Anexo 1

Inicialmente cabe observar que foram separadas fragilidades de ameaças, sendo as fragilidades construídas a partir dos elementos intrínsecos de Feira de Santana, enquanto as ameaças são compostas por elementos exógenos. As ameaças alinham-se em preocupação com os elementos exógenos apurados pelo Núcleo Gestor, de onde se reforça a percepção de que Feira de Santana deverá priorizar os projetos que aumentem sua resiliência a crises locais, como a mudança na matriz industrial da Bahia, e globais, como a queda da taxa de crescimento e possível recessão em economias parceiras.

No campo das fragilidades, o levantamento realizado pelo Grupo Técnico pauta-se pela observância de indicadores relativos, isso é, a posição comparativa de Feira de Santana e seu entorno em relação a seus nexos territoriais imediatos, onde se observou forte vinculação com toda a região oeste, noroeste e norte do Estado da Bahia, em um segundo plano em relação ao restante do Estado da Bahia e ao Nordeste e em um terceiro plano em relação ao Brasil e o Mundo. Por isso, não são percebidos pelo Grupo Técnico os desafios institucionais cotidianos. Em contrário, a percepção de um olhar externo segue em direção de uma municipalidade com administração pública claramente acima da média nacional e excepcional em um contexto local. Os temas tratados como fragilidades pelo Grupo Técnico são aqueles que, em sua visão particular, poderão comprometer o sucesso de um programa de Projetos Estruturadores devido a falhas na composição do tecido social, econômico e urbanístico – territorial de Feira de Santana.

No plano do tecido social, a atratividade de Feira de Santana em relação à sua região de conexão imediata, assim como o processo histórico de rápida transição de uma cidade agrícola para uma cidade centrada em serviços resultou em baixo nível de escolaridade relativa. O desafio de uma baixa escolaridade relativa que perdura por um período prolongado está no tecido econômico e social que se constrói sobre esta base. A atração de atividades industriais para Feira de Santana observará, em princípio, que o Município possui baixa escolaridade, demandando mão de obra com este perfil. A baixa escolaridade por um período prolongado usualmente está associada a uma renda per capita relativamente menor, atraindo oferta de bens e serviços de menor valor agregado. Uma atividade econômica que demande mão de obra de baixa escolaridade e uma oferta de bens e serviços voltados ao público de renda relativamente menor resulta em baixos incentivos para que a população busque uma escolaridade mais elevada. Tais incentivos reversos atualmente são observados, inclusive, em diversas partes do país, em que há uma migração para empregos de menor qualificação. Diversos casos de profissionais graduados exercendo atividades que sequer exigem nível médio ilustram a perda de incentivo a um maior nível de educação. Este ciclo vicioso resulta em problemas de natureza social, com indicadores de desemprego e população abaixo da linha de pobreza mais preocupantes do que a média nacional. Os problemas sociais claramente levam a problemas urbanísticos, tanto com a criação de bolsões de pobreza quanto à degradação das áreas de proteção ambiental e o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

As considerações realizadas sobre este olhar externo apontam para Projetos Estruturadores que tenham como orientação a progressividade em sua complexidade. A tentativa de atrair atividades econômicas que possuam, de saída, elevada complexidade e demandem um volume expressivo de mão de obra qualificada de saída possivelmente encontrarão dificuldades em ser bem-sucedidas. Por outro lado, a atração de atividades que somente gere emprego de mão de obra pouco qualificada a longo prazo resulta na

inviabilização de quaisquer esforços de elevação dos níveis educacionais, devido à perda de incentivos. A progressividade da qualificação da mão de obra em atividades a serem atraídas e a forma de condução de uma política pública que, por um lado, garanta a oferta desta mão de obra e de outro promova nexos duradouros é um desafio de elevada importância que deverá ser observado na constituição da carteira de Projetos Estruturadores.

No plano econômico, os desafios do Município decorrem diretamente da visão de integração espacial pretendida. A localização de Feira de Santana pode ser compreendida como uma variável muito positiva, estratégica, ou uma fraqueza, a depender do olhar que se dê à amplitude de suas atividades econômicas. Em seu território de conexão direta, que supera em muito as fronteiras geográficas estabelecidas pelos órgãos cartográficos nacionais e busca a integração com regiões distantes como o oeste, noroeste e norte do Estado da Bahia, Feira de Santana está estrategicamente localizada. Em um entroncamento rodoviário de grande importância, com projetos aeroportuários relevantes, potenciais melhoramentos ferroviários, uma infraestrutura urbana de boa qualidade e uma população muito expressiva para um município de interior, encontram-se condições favoráveis ao adensamento de atividades produtivas, industriais e comerciais. Porém, este adensamento possível tem como contrapartida uma região de renda relativamente baixa, bom dinamismo econômico recente, mas preponderantemente baseado em atividades agrícolas e consumo voltado a itens de baixo a médio valor agregado. Parte desta região consome, certamente, bens e serviços de alto valor agregado, conforme observações de diversos segmentos, mas para tanto se dirige majoritariamente à região sudeste do País. Serviços hospitalares de alta complexidade, educação universitária de alto nível, compra de produtos de luxo são preponderantemente realizadas na região sudeste, não em Feira de Santana.

Para que se possa buscar maior dinamismo às atividades econômicas de Feira de Santana, a colocando em pé de igualdade na concorrência com polos regionais no Nordeste e no Sudeste, é necessário ampliar a perspectiva de desenvolvimento econômico do Município para um plano de concorrência nacional e internacional. É nesta perspectiva que reside a chave para que se redesenhe o tecido econômico de Feira de Santana e, por decorrência, se criem condições fiscais e sociais que favoreçam a revisão da dinâmica urbanística e ambiental do Município.

Neste contexto, o posicionamento geográfico de Feira de Santana deixa de ser uma vantagem, tornando-se um desafio. Ao se localizar no sul da região nordeste e ao norte do centro de massa de consumo do país, Feira de Santana escapa do mapeamento do posicionamento locacional planejado por empresas de alto dinamismo. Esta característica, contudo, não é determinante para sua trajetória futura. Conforme entendimento do Núcleo Gestor, um plano de logística integrada poderá ser um divisor de águas neste sentido. Contudo, este plano não se refere somente a logística. Refere-se também à atração de indústrias chave que poderão ser usuárias relevantes para esta logística. Uma indústria agrícola de alto valor agregado, cujo consumo se dê na América do Norte, Europa, Oriente Próximo e Ásia pode possuir valor mais relevante do que diversas atividades fabris. A organização logística pode atrair encadeamentos produtivos completos, como se deu na Região Metropolitana de Campinas, no Estado de São Paulo, em função do entroncamento de diversos nexos rodoviários relevantes com um aeroporto, que em realidade é um polo logístico integrado, e uma conexão ferroviária. Tais atividades poderão cumprir o papel de,

progressivamente, demandarem uma mão de obra qualificada e preparada, com maior nível de escolaridade e maiores patamares remuneratórios.

Com base no entendimento dos desafios e dos potenciais de superação, cabe observar-se a matriz de oportunidades apresentada pelo Núcleo Gestor de Feira de Santana.

QUADRO 19: PAINEL DE OPORTUNIDADES RESULTANTE DA OFICINA COM O NÚCLEO GESTOR E AGENTES LOCAIS

PAINEL 1: OPORTUNIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																				
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			OPORTUNIDADE	ODS	META ODS	OS ODS RELACIONADOS														
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
	X		Implantação de novo anel rodoviário	9	9.1								X	X		X				X
	X		Criação da Companhia de Desenvolvimento Regional	17	17.17	X							X	X	X	X	X			X
	X		Implantação do Distrito Industrial Municipal	9	9.2	X						X		X	X	X				
		X	Requalificação do centro da cidade	11	11.7	X	X	X					X		X					
	X		Promover a inovação	9	9.5	X	X		X					X		X				
	X	X	Promover o turismo na APA do Lago de Pedra do Cavalo	8	8.9						X		X			X			X	
	X		Promover o turismo de negócios	8	8.3								X			X				
		X	Revitalização das lagoas (Prato Raso)	15	15.1			X			X					X		X	X	X
		X	Regularização das ocupações desordenadas	11	11.1	X		X							X	X				X
		X	Implementação do Plano de Saneamento Ambiental (água, esgoto, macrodrenagem e resíduos sólidos)	6	6.5													X	X	
	X		Implementar Projeto Cidade Inteligente (Smart City) (mobilidade, banda larga, integração de serviços)	9	9.c								X	X		X	X	X		X

PAINEL 1: OPORTUNIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS

PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			OPORTUNIDADE	ODS	META ODS	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
X			Requalificação do centro comercial (shopping popular)	10	10.1	X	X	X	X					X	X		X				X	
X	X		Promover programas de qualificação profissional	4	4.4	X	X	X	X				X	X	X	X					X	X
		X	Melhoria da Mobilidade urbana (padrão de infraestrutura da cidade)	11	11.2			X					X	X		X	X	X				
		X	Ampliar uso de Energias Renováveis	7	7.2						X		X		X		X					
	X		Potencial para agência de desenvolvimento econômico e sustentável	17	17.17	X							X	X			X					X
X			Criação de projetos para humanização da cidade	11	11.7										X	X						
	X		Potencial turístico de negócios e saúde	8	8.3			X					X		X	X						X
	X		Criação de Polo Industrial atrativo (indústria 4.0)	9	9.2				X				X	X	X							
		X	Dar continuidade às intervenções urbanísticas	16	16.7								X			X					X	X
X		X	Executar os projetos de drenagem, esgotamento sanitário e resíduos sólidos	6	6.a	X					X											
	X		Implantação de Polo industrial	9	9.2								X	X			X					

* Princípio Estratégico: Na proposta Técnica apresentado pelo Consorcio foram considerados três princípios estratégicos para o desenvolvimento da Carteira de Projetos Estruturadores.

** As 169 Metas estão disponibilizadas no Anexo 1

A leitura das oportunidades destacadas indica diversas faces, ou diferentes estágios, de um processo que se pretende encadeado. Diversas proposições possuem elevada relevância sob a ótica urbanística e, eventualmente, social. Porém, muitas vezes estas decorrerão de um processo precedente, sendo possivelmente consequência, não causa. Entende-se haver três indicações claras de oportunidades na matriz apontada:

- Desenvolvimento do polo logístico, por meio de ações como “Implantação de novo anel rodoviário”, e integração do planejamento deste com a atração de atividades econômicas que criem uma demanda sistêmica por estes serviços, indicadas em “Criação da Companhia de Desenvolvimento Regional”.
- Desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo de lazer e negócios;
- Revitalização do meio urbano, do seu meio ambiente interno e externo, ações de cunho ambiental e correlatos.

Esta leitura aproxima-se bastante da matriz de forças e oportunidades elaborada pelo Grupo Técnico, transcrita a seguir.

QUADRO 20: PAINEL DE FORÇAS OPORTUNIDADES RESULTANTE DA ANÁLISE TÉCNICA

PAINEL: FORÇA OPORTUNIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FORÇAS	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	x		Potência consumidora regional. O município de Feira de Santana faz parte da Região Ampliada de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Salvador. A população dessas regiões corresponde a 1,8 e 1,5 milhão de pessoas. O fato de o município estar integrado a essa região amplia as oportunidades de Feira de Santana. Atração de indústrias voltadas ao mercado consumidor potencial. Feira de Santana se destaca nos índices de atração como destino para moradores de outros municípios, para compra de itens de calçados e vestuário (1º), móveis e eletroeletrônicos(1º) e para serviços de saúde de baixa e média complexidades (2º) e de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo (2º). Força do dinamismo econômico. Mesmo no contexto da crise que permeia a economia brasileira desde 2014, o número de vínculos de emprego formal no município de Feira de Santana e de sua Região Imediata de Articulação Urbana aumentou entre 2010 e 2019.	8	8.2, 8.3, 8.6, 8.9, 8,10	x								x								
		x	Municípios compartilham sistemas que utilizam a mesma captação (Lago Pedra do Cavalo - Manancial dos Rios Jacuípe e Paraguaçu)	10	10.3		x						x		x			x				
		x	Existência de lagoas na área urbana, que poderiam ser reestruturadas e readequadas, podendo reduzir investimentos em grandes obras estruturais para controle de cheias e inundações.	6	6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.b						x				x							
	x		Força Logística Multimodal: - Convergência das rodovias estaduais e federais geram grande fluxo de pessoas, empregos e renda por comércio e serviços ao longo dessas vias. - Possibilidade de integração entre os três modais de transporte (ferroviário, rodoviário, aeroportuário) - Existência de um projeto para implantação de rede ferroviária ligando Belo Horizonte, em Minas Gerais, a Salvador, compreende 22 municípios, possibilita o escoamento da produção, dinamização da economia. - Contorno rodoviário poderá gerar melhores condições de tráfego, segregação do fluxo local e de passagem, principalmente de veículos pesados, redução dos gases de efeito estufa.	9	9.1, 9.2, 9.3								x									
		x	Desenvolvimento Integrado, previsto no Estatuto das Metrópoles, em especial na área de infraestrutura de mobilidade, saneamento, serviços públicos, assim como a instituição de convênios e consórcios.	17	17.1, 17.4, 17.14 e 17.17			x			x		x	x	x	x						
x			Localização estratégica do município, oferta de energia limpa, aproveitamento da topografia, recursos hídricos e população economicamente ativa posicionam o Município de forma positiva frente a Agências de Desenvolvimento Econômico.	17	17.14 e 17.17			x			x		x	x	x	x						
	x		Posicionamento como centralidade regional eleva a capacidade do Município se articular local e regionalmente com os governos (Estado e União) e setor privado no sentido de estabelecer estratégias de desenvolvimento das áreas de educação, saúde, comércio e serviços, gerando mais empregos e renda.	1	3.1	x						x			x							
x			Disponibilidade alta de estabelecimentos e profissionais de saúde para atender a região de articulação	3	3.1 e 3.2				x				x									
x			Boa estrutura de atendimento no combate a violência contra mulheres	5	5.2				x					x								
x		x	Especialização da agricultura local em produtos de alto valor agregado, voltados ao consumo em grandes centros e no mercado internacional (mel, verduras especiais, flores), de acordo com as condições de solo e clima.	2	2.5 e 2.a	x						x		x		x						
x		x	Integração da agricultura familiar ao programa de alimentação escolar	2	2.3	x	x						x									
	x		Implantação de uma estrutura multimodal integrada atua como gatilho para o desenvolvimento de plantas agrícolas e industriais locais, bem como para atrair serviços hoje realizados por outros polos regionais. Exemplo: exportação de frutas do Vale do São Francisco pode ser feita de forma mais eficiente por Feira de Santana do que por Recife.	9	9.2, 9.3, 9.4 e 9.b		x							x								
	x		Município integrado a Região Ampliada de Articulação Urbana do Arranjo Populacional de Salvador.																			
	x		Posicionamento estratégico para a instalação de fábricas de componentes para geração de energia renovável, devido a proximidade de plantas geradoras eólicas e solares.	9								x										
x			Taxas crescimento do PIB relativamente elevadas amplia as oportunidades para a definição de uma carteira de projetos estruturadores para o município.																			
x			Dinamismo na geração de empregos formais.																			

PAINEL: FORÇA OPORTUNIDADE X ODS X META ODS X INTERAÇÃO COM OUTROS ODS																						
PRINCÍPIO ESTRATÉGICO*			FORÇAS	ODS	META ODS**	OS ODS RELACIONADOS																
Humanização da Cidade	Competitividade	Desenv. Territorial e Ambiental				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
x			Município com expressiva diversificação de atividades econômica.																			
x			Afirmação como Polo Regional de Saúde, voltado ao atendimento de toda a população do Oeste, Noroeste e Norte Baiano, tendo em vista a relação de conexão entre as regiões. Ampliação dos serviços de baixa / média complexidade para serviços de alta complexidade.	3					x			x										
	x	x	Uso das sinergias industriais e potencial ganhos de escala para atração de novas indústrias para o Centro Industrial do Subaé – CIS.	9										x	x		x					
x		x	Aproveitamento, por Feira de Santana, do potencial turístico do Estado da Bahia. Organização pode beneficiar-se de Municípios históricos, Lago da Pedra do Cavalo (eventos esportivos aquáticos, entre outros), o fato de estar em rotas turísticas (Chapada Diamantina) e próxima a Salvador. Oportunidades de troca entre comunidades tradicionais (pescadores e quilombolas) com setor turístico, gestores públicos e ONGs. Aproveitamento dos fluxos e nós de tráfego para o setor turístico.	8		x			x			x	x	x			x					
x		x	Proposição de uma agenda ambiental agressiva e posicionamento do Município frente à comunidade internacional: - Uso dos bolsões verdes urbanos e rurais para a formação de corredores ecológicos; - Aproveitamento do potencial do Rio Jacuípe e do Lago de Pedra do Cavalo. - Geração de energia limpa e efficientização do consumo na administração pública Possibilidades de atração de investimentos e de recursos externos de programas internacionais de defesa do meio ambiente	13						x			x	x			x					
		x	Potencial de redução dos impactos e dos riscos associados ao excesso de águas na superfície (inundações, alagamentos, enchentes, etc.) ou falta dela (seca) por meio de ações de adaptação às mudanças climáticas globais.	6	6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.b					x			x									
	x		Reorganização do Aeroporto de Feira de Santana fortalecerá a centralidade do município como capital regional, maior conexão com outros polos, dinamização da economia local, geração de emprego e renda.	8	9.1, 9.2, 9.3							x							x			

* Princípio Estratégico: Na proposta Técnica apresentado pelo Consorcio foram considerados três princípios estratégicos para o desenvolvimento da Carteira de Projetos Estruturadores.
** As 169 Metas estão disponibilizadas no Anexo 1

Conforme se observa, nas oportunidades destacadas pelo Grupo Técnico prevalece a ambiguidade regional - nacional. Parte das oportunidades estão na consolidação de Feira de Santana como uma centralidade regional de alta importância, cuja influência irradia por centenas de quilômetros. Porém as oportunidades para tanto significam o reposicionamento de Feira de Santana no contexto nacional. A consolidação de um centro médico voltado a serviços de alta complexidade foi inferida a partir de recentes aquisições de centros hospitalares do Município por redes de serviços médicos de porte muito elevado. Usualmente tais aquisições se fazem na esteira de um plano de reposicionamento e expansão, que poderá promover a migração de serviços da região sudeste para o Município. Para que isso ocorra, Feira de Santana deverá ter a capacidade de ofertar mão de obra qualificada e preparada para tais atividades.

Observa-se que, no Grupo Técnico, os elementos de natureza institucional, particularmente a capacidade de articulação dos gestores do Município na esfera estadual, federal e internacional representam uma força que poderá ser utilizada para a reafirmação de Feira de Santana como força motriz da solução de problemas sociais e econômicos de uma área que extrapola, em muito, os limites do Município ou de sua microrregião imediata. Porém, novamente, ao se passar de uma pretensão de força local para força regional ou nacional em determinados setores há uma mudança na percepção do papel do Município, e os posicionamentos usualmente favoráveis poderão ser modificados.

A conjugação destes elementos servirá como alicerce para a construção da carteira de Projetos Estruturadores de Feira de Santana, conforme preconizado para os próximos passos da presente Consultoria. Para que estes elementos se transformem em um plano de ação de fato, será necessário testar as hipóteses de desenvolvimento acima compreendidas junto a gestores públicos, empresários locais e empresários não presentes em Feira de Santana, atores sociais e, na medida do possível, junto à sociedade de Feira de Santana da forma mais ampla possível.

Referências

ALMEIDA, J. A.P. - **Estudo morfodinâmico do sítio urbano de Feira de Santana**. 1992. Dissertação de Mestrado em Geociências – IGEO, Universidade Federal da Bahia. Salvador

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Tarifas de Pedágio**. Disponível em: <<https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/rodovias/concessionarias/lista-de-concessoes/ccr-rio-sp/tarifas-de-pedagio>>. Acesso em set. 2022b

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Volume de Tráfego nas Praças de Pedágio**. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/volume-trafego-praca-pedagio>>. Acesso em set. 2022c

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Tarifas de Pedágio**. Disponível em: <https://portal.antt.gov.br/resultado/-/asset_publisher/m2By5inRuGGs/content/id/1328379>. Acesso em set. 2022b

ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Volume de Tráfego nas Praças de Pedágio**. Disponível em: <<https://dados.gov.br/dataset/volume-trafego-praca-pedagio>>. Acesso em set. 2022c

BACELAR, Tânia. Palestra Magna: Política Pública, - **Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. (In) Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA, v. 8, outubro de 2008.

BECKER, Berta K. - **Logística e nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível?** (In). DINIZ, Clélio Campolina (Org.). Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Ministério da Integração Nacional, Brasília, 2007.

BRANDÃO, Carlos A. - Bases teóricas e referenciais analíticos para a ação em CT&I no Território. CGEE : Brasília, Nota Técnica, 2011.

BRASIL. - Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. - Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-19 Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, Brasília, DF, 07 jul. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 28 set 2022.

BRASIL. - Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

BRASIL. - Código Florestal Brasileiro. **Lei 4771/1965.** Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 28 set 2022.

BRASIL. - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas Decreto 5.758, de 13 de junho de 2006, 2006.

DIAS, L. F. - **Da expansão urbana às transfigurações socioambientais: risco e vulnerabilidade em Feira de Santana, Bahia.** Tese Geografia (em andamento). Núcleo de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Sergipe, 2022.

DUBREUIL, V., FANTE, K. ., PLANCHON, O., & SANT'ANNA NETO, J. - **Climate change evidence in brazil from Koppen's climate annual types frequency.** International Journal of Climatology. doi:10.1002/joc.5893, 2018. Acesso em 01 out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. Plano de Mobilidade Urbana – PlanMob. Relatório final agosto de 2017. 464 p.

ELIAS, L et All. - **Impactos Socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Agricultura Familiar de Santa Catarina** - Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>> Acesso em: set. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei complementar nº 112, de 05 de abril de 2018.** Institui o Plano de Mobilidade de Feira de Santana, estabelecendo os princípios e diretrizes para a integração entre os modos de transporte e para a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no Município e dá outras providências. Feira de Santana, 2018.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei complementar nº 118, de 20 de dezembro de 2018.** Institui a Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo - LOUOS, na Área Urbana e de Expansão Urbana do Município de Feira de Santana, Revogando-se as seguintes Leis: Lei Nº 1.615/1992, Lei Nº 2.328/2002, Lei Nº 3.485/2014, Lei Complementar Nº 086/2014, Lei Complementar Nº 098/2015, e dá Outras Providencias. Feira de Santana, 2018.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).** Consulta Pública. Agosto, 2016.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).** Consulta Pública. Agosto, 2016.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Lei Orgânica do Município de Feira de Santana, de 26 de abril de 2006.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-feira-de-santana-ba>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei Municipal nº 1.802, de 8 de julho de 1995. modifica a estrutura organizacional da prefeitura municipal de Feira de Santana, e dá outras

providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1995/180/1802/lei-ordinaria-n-1802-1995-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Lei nº 2554/04. Altera a estrutura organizacional do executivo de Feira de Santana e da outras providencias.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2004/255/2554/lei-ordinaria-n-2554-2004-altera-a-estrutura-organizacional-do-executivo-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei nº 2876, de 28 de março de 2008. Altera a estrutura organizacional do executivo municipal de Feira de Santana e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2008/287/2876/lei-ordinaria-n-2876-2008-altera-a-estrutura-organizacional-do-executivo-municipal-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei nº 3005/2009. Cria a secretaria municipal de prevenção à violação e promoção dos direitos humanos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2009/300/3005/lei-ordinaria-n-3005-2009-cria-a-secretaria-municipal-de-prevencao-a-violacao-e-promocao-dos-direitos-humanos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Decreto nº 8.828, de 01 de janeiro de 2013. Cria secretaria municipal extraordinária de convênios e gestão, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/decreto/2013/882/8828/decreto-n-8828-2013-cria-secretaria-municipal-extraordinaria-de-convenios-e-gestao-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. DECRETO Nº 12.000, DE 31 DE JANEIRO DE 2021. Altera e Transforma a Secretaria Municipal Extraordinária de Relações Institucionais na Secretaria Municipal Extraordinária de Políticas para as Mulheres, e dá outras providências. Disponível em: <<https://feiradesantana.ba.gov.br/arquivos/1W46GV31012021.pdf>> Acesso em out. 2022

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - 1.802, de 8 de julho de 1995. modifica a estrutura organizacional da prefeitura municipal de Feira de Santana, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/1995/180/1802/lei-ordinaria-n-1802-1995-modifica-a-estrutura-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-feira-de-santana-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Lei Complementar nº 128, de 9 de janeiro de 2020. Altera dispositivos das leis de nº s 1802/1995, 3024/2009 e 3.389/2013, que modificam a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração, do município de Feira de Santana, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2020/12/128/lei-complementar-n-128-2020-altera-dispositivos-das-leis-de-n-s-18021995-3024-2009-e-3-389>>

2013-que-modificam-a-estrutura-organizacional-da-secretaria-municipal-de-adminis>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei Complementar nº 70, de 30 de maio de 2012. Altera a denominação e a estrutura da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana, e dá outras providências.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei Municipal nº 4.079, de 29 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o plano plurianual do município de Feira de Santana para o período de 2022 a 2025, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2021/408/4079/lei-ordinaria-n-4079-2021-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-do-municipio-de-feira-de-santana-para-o-periodo-de-2022-a-2025-e-da-outras-providencias?q=plano+pluri>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei Municipal nº 4.065, de 25 de agosto de 2021. Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2022, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2021/407/4065/lei-ordinaria-n-4065-2021-dispoe-sobre-as-diretrizes-para-a-elaboracao-da-lei-orcamentaria-referente-ao-exercicio-de-2022-e-da-outras-providencias>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Portal da Transparência. 2021.** Disponível em: <<https://www.transparencia.feiradesantana.ba.leg.br/index.php?view=servidoresEfetivos#gsc.tab=0>>. Acesso em out. 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Plano de Mobilidade Urbana do Município de Feira de Santana, 2017.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Lei nº 1.612 de 11 de novembro de 1992.** Institui o código do meio ambiente e dispõe sobre o sistema municipal do meio ambiente para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso, adequado dos recursos naturais no município de Feira de Santana. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/1992/161/1612/lei-complementar-n-1612-1992-institui-o-codigo-do-meio-ambiente-e-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-do-meio-ambiente-para-a-administracao-da-qualidade-ambiental-protecao-controle-e-desenvolvimento-do-meio-ambiente-e-uso-adequado-dos-recursos-naturais-no-municipio-de-feira-de-santana>. Acesso em: 28 set 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - Lei nº 117, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU 2018 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Feira de Santana, ano IV, n. 893, p. 01-160, 20 dez. 2018. Acesso em: 28 set 2022.

FEIRA DE SANTANA, Prefeitura de. - **Lei nº 2987, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre o enquadramento e delimitação das áreas destinadas a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida como zonas especiais de interesse social - ZEIS e define os parâmetros

urbanos para o programa para a renda de 0 a 3 salários mínimos. Feira de Santana: Câmara Municipal, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/ba/f/feira-de-santana/lei-ordinaria/2009/298/2987/lei-ordinaria-n-2987-2009-dispoe-sobre-o-enquadramento-e-delimitacao-das-areas-destinadas-a-implementacao-do-programa-minha-casa-minha-vida-como-zonas-especiais-de-interesse-social-zeis-e-define-os-parametros-urbanos-para-o-programa-para-a-renda-de-0-a-3-salarios-minimos>. Acesso em: 28 set 2022.

FEP. Fundação Escola Politécnica da Bahia. Relatório Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Feira de Santana, 2018.

FINEDUCA. ÓAE. - Nota em defesa de reajustes nos valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar. São Paulo, ago. 2022

FIOCRUZ, Guia Rápido dos Padrões Epidemiológicos de Covid-19, Cidacs, Fiocruz, Ba.

FURTADO, Bernardo Alves. - Olhares sobre a cidade e a região - Por que importam? Enfoques e metodologias disciplinares e contraditórias de análise do território para políticas públicas. IPEA, Texto de Discussão n. 1498, Brasília, junho de 2010, p. 9.

GOMES SILVA, M.; Estrela, F.M.; PEIXOTO, T.M.; MOREIRA, R.M.O.; MORAIS, A.C.; COUTO, P.L.S.; Portela, P.L.S.; - **Violência contra a mulher em Feira de Santana-BA: Encaminhamentos e articulação em rede.** Disponível em <<https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i65p5956-5669>> Acesso em: set. 2022.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de desenvolvimento Sustentável Brasil, 2022.

IPEA, Atlas da Violência 2021. MS/SVS/CGIAE - **Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM** disponível em <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>> Acesso em: set. 2022.

JACOBS, J. **The economy of cities.** New York: Vintage Books, 1969.

LASTRES, Helena Maria M.; LEMOS, Cristina; KAPLAN, Eduardo; GARCEZ, Cristiane; MAGALHÃES, Walsey. - **O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais.** (In) ALÉM, A. Cláudia; GIAMBIAGI, Fábio. O BNDES em um Brasil em Transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

LEMONS, Mauro B.; SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco. - **Condicionantes territoriais das alomerações industriais sob ambientes periféricos.** (In) DINIZ, Clélio C.; LEMOS, Mauro B. (Orgs). Economia e Território. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2005.

MACEDO, Mariano; MEINERS, Wilhelm. - **Estratégias de desenvolvimento regional: Arranjos Produtivos Locais ou Sistemas Territoriais de Produção?** Artigo apresentado no

Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), realizado em Porto Alegre, em 2017.

MARSHALL, Alfred. - **Princípios de economia**. São Paulo : Editora Abril, 1996. Publicação original:

MARSHALL, Alfred. Principles of Economics. London : Macmillan and Co., 1890).

MENDONÇA, Francisco. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a contingência climática. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 9, n.1. p. 153-163, dez. 2010b.

MENDONÇA, F. e DANNI-OLIVEIRA, I.M. - **Climatologia – Noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MONTEIRO, C. A. F. - **A construção da climatologia geográfica no Brasil**. MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (org), Campinas, SP: Editora Alínea, 2015.

MONTEIRO, C.A.F. e MENDONÇA, F. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2004.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental E Adensamento Urbano**. Um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP), 2ª Ed., Curitiba, 2008.

NELSON, R. - **What makes an Economic Productive and Progressive? What A the Needed Institutions? Looking Back and Looking Fowards**. LEM Working Paper Series, Laboratory of Economics and Management, Sant'Anna School of Advanced Studies, Italy. 2006/24, September 2006.

OLIVEIRA, Liana Viveiros; TEIXEIRA, Aparecida Netto; CAVALCANTE, Marília Moreira. Projeto urbano e planejamento participativo: conexões e desconexões na reconstrução e recuperação ambiental de Lajedinho/BA. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, n. 1, v. 24, p.226-246, jan. 2020

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela. Feira de Santana: UEFS Editora, 2014.

PERROUX, François. - **Note sur la notion de pole de croissance**. **Economie Appliquée**, 1995. Tradução disponível em SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). Economia Regional: textos escolhidos. CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

PEREIRA, M. R. P.; SODRÉ, M. L. S. - **Políticas públicas e participação social: o cenário do PNAE – Bahia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

PMFS. PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. - **Lei Complementar nº 41, de 03 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente para a

administração da qualidade, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais no município de Feira de Santana. Feira de Santana: PMFS, 2009a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/f/feira-de-santana/lei-complementar/2009/5/41/lei-complementar-n-41-2009-dispoe-sobre-ampliacao-e-da-nova-redacao-ao-codigo-de-meio-ambiente-lei-n-1612-1992-conforme-especifica-2012-05-28-versao-consolidada>. Acesso em: 28 set 2022.

____. PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Lei Complementar nº 42, de 09 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a alteração de dispositivos da lei complementar nº 41, de 03 de setembro de 2009 (que "altera, modifica amplia e dá nova redação à lei nº 1612/92, que institui o código do meio ambiente e dispõe sobre o sistema municipal do meio ambiente para administração da qualidade, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais do município de Feira de Santana") e da lei complementar nº 3 de 22 de dezembro de 2000 (código tributário e de rendas do município de Feira de Santana) e dá outras providências. Feira de Santana: PMFS, 2009b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 28 set 2022.

POSSAS, Maria Sílvia. Introdução.. (in) SCHUMPETER, Joseph Alois. - **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Editora Abril : São Paulo. Coleção Os Economistas, 1997.

SANTO, Sandra Medeiros. **A expansão urbana, o estado e as águas em Feira de Santana – Bahia (1940 – 2010)**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, Janio; BASTOS, Jacqueline de Jesus. - Implantação do Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana, BA: características, mudanças e interações espaciais. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.16, p. 1-18, e2217594, 2022.

SANTOS, Janio; BASTOS, Jacqueline de Jesus. Implantação do Centro Industrial Norte (CIN) em Feira de Santana, BA: características, mudanças e interações espaciais. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.16, p. 1-18, e2217594, 2022.

SENATRAN. Secretaria Nacional de Trânsito. **Estatísticas - Frota de Veículos – SENATRAN**. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-senatran/estatisticas-frota-de-veiculos-senatran>.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: set. 2022.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Série Histórica**. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: set. 2022.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA. Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Feira de Santana, 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana, 2020.

SILVA, M. P. da C. da. Clima E Águas Urbanas: Problemática Socioambiental No Município De Feira De Santana – Ba. Relatório de Qualificação, **Tese de Doutorado**. Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade do Sergipe, 2020.

SOUZA, A. P. M. J.; MACHADO, R. A. S. Delimitação e Caracterização das Bacias Hidrográficas do Município de Feira de Santana-BA. In: **XV Seminário de Iniciação Científica**. Universidade Federal de Feira de Santana. 2011.

An aerial photograph of a suburban neighborhood. A winding road curves through the center of the image, surrounded by green lawns and trees. A large, light-colored house is visible on the left side of the road. The background shows a dense forest of trees.

Apêndices

Apêndice A – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

MATRIZ SÍNTESE DO PNDR							
CÓD.	PRINCÍPIOS	CÓD.	OBJETIVOS	CÓD.	ESTRATÉGIAS	CÓD.	EIXOS SETORIAIS
P. 1	Transparência e participação social;	O.1	Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos	E.1	Estruturação do Sistema de Governança do Desenvolvimento Regional, para assegurar a articulação setorial das ações, a cooperação federativa e a participação social	E.S. 1	Desenvolvimento produtivo;
P. 2	Solidariedade regional e cooperação federativa;			E.2	Apoio à integração produtiva de regiões no entorno de projetos estruturadores ou de zonas de processamento	E.S. 2	Ciência, tecnologia e inovação;
P. 3	Planejamento integrado e transversalidade da política pública;	O.2	Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região	E.3	Estruturação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, que assegure o monitoramento e a avaliação da PNDR e o acompanhamento da dinâmica regional brasileira	E.S. 3	Educação e qualificação profissional;
P. 4	Atuação multiescalar no território nacional;			E.4	Aprimoramento da inserção da dimensão regional nos instrumentos de planejamento e orçamento federal, bem como em políticas e programas governamentais diversos	E.S. 4	Infraestrutura econômica e urbana;
P. 5	Desenvolvimento sustentável;	O.3	Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração	E.5	Aderência dos instrumentos de financiamento aos objetivos de desenvolvimento regional	E.S. 5	Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais;
P. 6	Reconhecimento e valorização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica das regiões;			E.6	Estímulo ao empreendedorismo, ao cooperativismo e à inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, integrando-os a sistemas regionais, nacionais ou globais		
P. 7	Competitividade e equidade no desenvolvimento produtivo;	O.4	Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais	E.7	Apoio à integração produtiva de regiões no entorno de projetos estruturadores ou de zonas de processamento	E.S. 6	Fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos.
P. 8	Sustentabilidade dos processos produtivos.			E.8	Estruturação do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional, que assegure o monitoramento e a avaliação da PNDR e o acompanhamento da dinâmica regional brasileira		

Apêndice B – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE)

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
E1 - Inovação	Articulação em rede das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da Região Nordeste com o setor produtivo com foco na inovação	Inserir pesquisadores nas instituições públicas estratégicas como forma de identificar soluções em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I na melhoria dos serviços e na elevação da qualidade de vida da população cearense;	-	x																	
		Realizar a digitalização do Parque Industrial do Estado do Ceará com a inserção de tecnologias para revolução industrial 4.0 nas áreas de monitores robóticos de células industriais, manufatura aditiva para prototipagem (inovação) e produtos com internet das coisas - IOT ou com internet de tudo - IOE, nos seguintes setores: de alimentos, da indústria têxtil, de fármacos, eletrometalmecânico e da agroindústria;	-	x																	
		Reduzir o consumo específico de energia com vistas à promoção da eficiência energética do Parque Industrial no Estado do Ceará na aplicação de tecnologias de monitorização de alto rendimento de máquina de fluxo e sistemas térmicos (caldeiras/fornos) com queimadores hiper-eficientes nas áreas de: petróleo e gás, cimenteiras, metalúrgica/siderúrgica, química e geração de energia;	-	x																	
		Incentivar a formação de mestres e doutores, a atração e a fixação de pesquisadores, a pesquisa para políticas públicas, o Programa de Iniciação Científica e a disponibilização de laboratórios multiusuários e de acervos de interesse científico;	-	x																	
		Promover a difusão de pesquisas e tecnologias para arranjos produtivos locais prioritários.	-	x																	
	Desenvolvimento de unidades de interfaces de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I nas Instituições de Ciência e Tecnologia - ICTs regionais	Promover a implementação de polos tecnológicos.	-	x																	
		Fortalecer os ambientes de inovação existentes;	-	x																	
		Incentivar a formação e a pesquisa científica e tecnológica com o fortalecimento do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCTs;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Implementar polos de produção científica destinados à inovação, à tecnologia e ao desenvolvimento de start-ups;	-	x																	
		Fomentar e promover a articulação de centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I. Fortalecimento dos ambientes de inovação existentes.	-	x																	
	Estímulo à inovação nas empresas com utilização intensiva de conhecimento para o aumento da produtividade e agregação de valor	Incentivar a formação e a pesquisa com programa de apoio a parcerias entre empresas e ICTs para promover a inovação tecnológica e a formação qualificada;	-	x																	
		Priorizar o atendimento regional de PD&I com base na criação de empresas inovadoras;	-	x																	
		Atrair centros de PD&I e atividades de inovação associadas aos investimentos de grande porte na região;	-	x																	
		Complementar, no âmbito regional, os instrumentos federais de fomento e incentivo à inovação nas empresas. Incentivo à formação e pesquisa: programa de apoio a parcerias entre empresas e ICTs para a inovação tecnológica e a formação qualificada.	-	x																	
	Fortalecimento e reorientação dos instrumentos de financiamento do sistema de CT&I a partir da estratégia regional	Apoiar a concessão de aval para acesso à linha de financiamento de projetos de inovação;	-	x																	
		Estimular a inovação nas empresas da região com vistas a aumentar a produtividade e a agregação de valor;	-	x																	
		Incentivar a formação de recursos humanos e a pesquisa:	-	x																	
	Mapeamento de oportunidades e construção de carteiras de projetos orientada por demanda relevante à realidade e ao desenvolvimento regional	Implementar centros de desenvolvimento regional por meio das Instituições de Ensino Superior - IES e dos Institutos de Ciência e Tecnologia - ICTs;	-	x																	
		Organizar instituições de interação e de apoio à difusão e transferência de tecnologia.	-	x																	
	Orientação das instituições para soluções tecnológicas nas áreas prioritárias: água, energia, biodiversidade,	Fomentar à implementação de tecnologias sustentáveis (captação de energia solar, aproveitamento e/ou reúso de água);	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	bioeconomia, economia do mar, saúde, produção de alimentos	Implantar redes digitais locais de telecomunicação, denominadas Cidades Digitais, com fornecimento de fibra óptica, equipamentos e softwares necessários à sua implantação, com instalação, capacitação, suporte técnico, garantias e operação assistida.	-	x												
	Ampliação da cooperação dos IES e ICTs nas agendas relevantes ao desenvolvimento de sua área de influência	Implantar centro de desenvolvimento regional de leite e derivados no Município de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe;	-	x												
		Implantar centro de desenvolvimento regional de gás natural no Leste Sergipano;	-	x												
		Implantar centros de desenvolvimento regional nos Estados da área de atuação da Sudene;	-	x												
		Prestar suporte ao desenvolvimento de tecnologias sociais														
		Implantação do Centro de Desenvolvimento Regional (CDR) nos Estados da área de atuação da Sudene	-	x												
	Implementação de plataforma regional de desenvolvimento de competências inovativas e empreendedoras	Implantar na Sudene a plataforma de inteligência com foco em ações empreendedoras em CT&I, em articulação com o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o sistema nacional de CT&I;	-	x												
		Intensificar o fluxo de conhecimento e informação em apoio às ações em inovação inclusiva no interior.	-	x												
	Colaboração e conectividade entre IES e ICTs, agências de inovação e empresas, de forma a reduzir a duplicação de esforços e melhorar a extensão e a densidade dos benefícios da inovação	Ampliar a oferta de recursos humanos qualificados para a gestão dos sistemas de CT&I;	-	x												
		Consolidar a expansão da infraestrutura de gestão regional de CT&I, com destaque para a conectividade do sistema;	-	x												
		Promover avanços no padrão de governança e capacidade de articulação do sistema regional de CT&I.	-	x												
	Articulação de oportunidades e complementariedades para contribuição em agendas nacionais duradouras, de forma a melhorar a relevância regional e iniciativas decorrentes de apoio e investimento	Mobilizar a expansão orientada da infraestrutura de pesquisa para geração e difusão de conhecimentos vinculados aos contextos locais e nacionais;	-	x												
		Internacionalizar a ciência produzida na região e estímulo à mobilidade de pesquisadores; e	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Incentivar a construção de alianças de conhecimento para a inovação inclusiva nas áreas prioritárias.	-	x																	
	Comunicação da proposta de valor para o desenvolvimento regional sustentável	Organizar instituições de interface e de apoio à difusão e transferência de tecnologia;	-	x																	
		Instalar observatório de CT&I para disseminação de projetos inovadores e seus impactos na região.	-	x																	
	Identificação de políticas e estratégias que resultem no alcance do potencial e de valores latentes de seu capital humano, econômico, ambiental e social	Incentivar a aplicação de CT&I em apoio à educação básica e à formação de talentos;	-	x																	
		Estimular a difusão e a disseminação de novos conhecimentos e práticas inovadoras para o desenvolvimento sustentável do bioma Semiárido;	-	x																	
		Promover a cooperação nacional e internacional para o intercâmbio de conhecimentos e experiências em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação sobre terras secas; e	-	x																	
		Acompanhar a adaptação às mudanças climáticas nos biomas da região (Semiárido, Cerrado, Zona da Mata e Zona Costeira) e valorizar a bioeconomia. Incentivo à aplicação de CT&I em apoio à educação básica e à formação de talentos.	-	x																	
		Definição e aplicação de novas métricas em agendas de CT&I para monitoramento do avanço regional e desenvolvimento de base de evidências que comprovem o aumento da geração de riquezas, da qualidade de vida e da sustentabilidade	-	x																	
			Desenvolver plataforma inteligente para monitoramento do impacto de políticas públicas baseadas na aplicação de conhecimento.	-	x																
	E2 - Educação e Desenvolvimento de capacidades humanas	Ampliação da abrangência dos programas de educação de jovens e adultos, a fim de contemplar os grupos excluídos do processo de alfabetização. Contextualização dos processos didático-pedagógicos dos cursos de alfabetização, a fim de considerar as peculiaridades da Região Nordeste, com vistas a aumentar a eficácia dos referidos processos	Contextualizar os processos didático-pedagógicos dos cursos de alfabetização, a fim de considerar as peculiaridades da região, com vistas a aumentar a eficácia dos referidos processos; e	-	x																
Promover ações pedagógicas complementares com a finalidade de corrigir as distorções idade/ano e o fluxo escolar, além de assegurar a elevação dos indicadores educacionais.			-	x																	
Erradicação do analfabetismo com a promoção da alfabetização com		Disseminar o Programa Criança Alfabetizada do Estado de Pernambuco para toda a região;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	concentração nas áreas com índices persistentes de analfabetismo	Mapear áreas com persistência de índices de analfabetismo; e	-	x																	
		Diminuir a evasão escolar nos Estados da área de atuação da Sudene.	-	x																	
	Orientação dos cursos e da matriz curricular à realidade do mercado de trabalho e às necessidades da região e dos arranjos produtivos locais	Criar fórum regional permanente para análise das conexões entre a oferta de ensino profissional e o desenvolvimento econômico;	-	x																	
		Desenvolver estudos de oferta de cursos adequada à demanda de arranjos produtivos locais, rotas de integração e demandas gerais do mercado de trabalho; e	-	x																	
		Promover a capacitação em tecnologias habilitadoras e reposicionamento de profissionais em postos de trabalho.	-	x																	
	Ampliação e melhoria da qualidade do ensino profissional em parceria com o Sistema S, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs e as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e integração das redes estaduais e federais	Construir plataforma inteligente em rede para habilitar a estruturação e a operação do ensino profissional por abordagem centrada na procura;	-	x																	
		Certificar a educação profissional como meio de atrair mais jovens para o ensino profissionalizante; e	-	x																	
		Ampliar a oferta de educação de jovens e adultos em articulação com a educação profissional, de modo a priorizar a faixa etária de dezoito a vinte e nove anos.	-	x																	
	Melhoria da infraestrutura física e da infraestrutura tecnológica, com padrões mínimos adequados	Implantar sistemas de gestão integrados e inteligentes; e	-	x																	
		Construir espaços com infraestrutura tecnológica.	-	x																	
	Expansão, interiorização e qualificação das Escolas Técnicas Profissionais – ETP e dos Centros de Vocações Tecnológicas - CVT	Implantar o CVT da Aquicultura e Pesca no Baixo São Francisco; e	-	x																	
		Construir centros de ensino técnico e profissionalizante nos Estados da área de atuação da Sudene.	-	x																	
	Fomento à criação de startups nas escolas de educação profissional, com objetivo de disseminar a cultura empreendedora no ensino formal	Fomentar a cultura empreendedora nas escolas de educação profissional nos Estados da área de atuação da Sudene; e	-	x																	
		Apoiar a implementação de startups nas escolas de educação profissional nos Estados da área de atuação da Sudene.	-	x																	
	Divulgação e popularização da Ciência e da Tecnologia nos anos iniciais e finais do ensino fundamental	Disseminar projetos que aprimorem o ensino de ciências na educação; e	-	x																	
		Estimular atividades de popularização da ciência e da tecnologia.	-	x																	
	Formação e valorização dos profissionais de	Promover a formação continuada de professores do ensino fundamental; e	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																						
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
	educação no ensino fundamental	Criar programas para estimular a realização de cursos de formação para técnicos e gestores públicos.	-	x																		
	Melhoria da infraestrutura básica das escolas e implantação de bibliotecas, laboratórios de ensino e instalação de acesso à internet banda larga	Promover a instalação de infraestrutura tecnológica adequada às instituições de ensino fundamental;	-	x																		
		Ampliar as bibliotecas das instituições de ensino fundamental;	-	x																		
		Implantar e ampliar laboratórios nas instituições de ensino fundamental; e	-	x																		
		Instalar acesso à internet banda larga nas instituições de ensino fundamental.	-	x																		
	Promoção da articulação pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental com novo modelo do ensino médio	Implantar o Projeto Elevação da Escolaridade - Metodologia Telessala.	-	x																		
	Educação Integral	Ampliar a oferta de educação integral nos Estados da área de atuação da Sudene;	-	x																		
		Construir, ampliar e reformar escolas, com garantia de infraestrutura básica para o desenvolvimento do tempo integral, com equipamentos, mobiliário e insumos necessários;	-	x																		
		Fortalecer o ensino em tempo integral no ensino médio nos Estados da área de atuação da Sudene;	-	x																		
		Criar centros de idiomas, com estrutura física adequada, mobiliários e equipamentos; e	-	x																		
		Introduzir disciplinas de empreendedorismo e educação financeira nos anos finais do ensino fundamental.	-	x																		
	Introdução do empreendedorismo e da educação financeira nos anos finais do ensino fundamental	Promover a disseminação de boas práticas interdisciplinares na formação de temas associados ao empreendedorismo e à educação financeira e sua aplicação na solução de problemas do cotidiano.	-	x																		
	Ampliação da oferta de cursos médios integrados à educação profissional	Integrar os cursos de nível médio à educação profissional nos Estados da área de influência da Sudene.	-	x																		
	Ampliação do ensino em tempo integral como forma de viabilizar uma	Adequar as instituições de ensino à modalidade de tempo integral; e	-	x																		

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																						
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
	nova proposta de instituição de ensino	Fortalecer o ensino em tempo integral no ensino médio com foco nas necessidades para a vida e para o mercado de trabalho, com o desenvolvimento de competências altamente valorizadas, como resolução de problemas, responsabilidade, comunicação, abertura para o novo e criatividade, nos Estados da área de atuação da Sudene.	-	X																		
	Formação e valorização dos profissionais de educação que atuam no ensino médio (docentes, gestores públicos, técnicos das secretarias etc.), com a utilização de critérios técnicos para a seleção dos gestores escolares	Promover a formação continuada de professores do ensino médio e da educação integral.	-	X																		
	Melhoria da infraestrutura básica das instituições de ensino e implantação de bibliotecas, laboratórios de ensino e instalação de acesso à internet banda larga	Construir, ampliar e reformar escolas e garantir recursos para a implementação, a sustentabilidade e a manutenção da rede de ensino de tempo integral;	-	X																		
		Implantar, reformar e reequipar as instituições de ensino, com quadras esportivas ou áreas de recreação;	-	X																		
		Adequar as escolas do ensino médio e profissionalizantes para funcionamento em tempo integral, de modo a contemplar as suas estruturas físicas, equipamentos e acesso à banda larga; e	-	X																		
		Desenvolver sistema de informação para processos de pré-matrícula on-line para o ensino médio.	-	X																		
	Divulgação e popularização da ciência e da tecnologia, por meio da promoção da sua importância, com o objetivo de despertar o interesse dos jovens	Promover o Programa Ciência na Escola, com oferta de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - Pibic EM e requalificação dos laboratórios de ciências;	-	X																		
		Criar centros de idiomas;	-	X																		
		Reformar os centros de educação integral;	-	X																		
		Criar premiação por desempenho para ser concedida aos alunos do ensino médio;	-	X																		
Garantir a manutenção das ações do programa do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem; e		-	X																			

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Implementar o Programa CTEM+C (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática e Criatividade) para fortalecer as bases da educação nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia, matemática e criatividade.	-	X																	
	Expansão, interiorização e qualificação das ETP e CVT	Ampliar as vagas destinadas ao ensino médio integrado; e	-	X																	
		Construir centros de ensino técnico e profissionalizante.	-	X																	
	Melhoria da qualidade do ensino superior	Formar recursos humanos para atuar nas IES;	-	X																	
		Promover e atrair doutores e pesquisadores para atuar nas IES;	-	X																	
		Estimular a cooperação de IES em redes nacionais e internacionais;	-	X																	
		Implementar programa de apoio e incentivo ao duplo-diploma e a projetos colaborativos interdisciplinares e de longa duração;	-	X																	
		Incentivar o recrutamento de professores e estudantes estrangeiros.	-	X																	
	Promoção da cultura empreendedora e do desenvolvimento de negócios no ambiente universitário	Capacitar os professores em empreendedorismo e desenvolvimento de negócios;	-	X																	
		Promover a cultura empreendedora nas universidades;	-	X																	
		Estimular o desenvolvimento de negócios nas universidades; e	-	X																	
		Implementar iniciativas de apoio a start-ups nas universidades.	-	X																	
	Otimização e interiorização de cursos de nível superior associados às estruturas existentes	Fomentar universidades públicas e IFs para potencializar o desenvolvimento endógeno dos territórios de identidade e dos seus Municípios;	-	X																	
		Inserir pesquisadores nas instituições de ensino públicas estratégicas como forma de identificar soluções em CT&I;	-	X																	
		Ampliar a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância em graduação e pós-graduação; e	-	X																	
		Incentivar a ampliação da articulação entre IFs, IFES e universidades na interiorização da oferta de graduação e pós-graduação.	-	X																	
	Promoção do aumento da densidade de startups no âmbito universitário	Implantar polos de produção científica destinada à inovação, à tecnologia e ao desenvolvimento de start-ups;	-	X																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Fomentar a implantação de polos tecnológicos interestaduais;	-	x																	
		Implantar arenas de inovação aberta com o objetivo de incentivar novos negócios de impacto na região; e	-	x																	
		Ampliar a articulação entre agências e fundos de fomento para criar e apoiar programas estratégicos de apoio a start-ups com foco em temas competitivos na região.	-	x																	
	Construção de pacto regional sistêmico intersectorial para a primeira infância que promova a coerência entre as políticas públicas educacionais destinadas a crianças na primeira infância, de modo a articular diferentes instituições governamentais e sociedade	Articular diferentes instituições governamentais e sociedade na elaboração e na implementação de políticas públicas destinadas a crianças na primeira infância; e	-	x																	
		Convergir políticas públicas educacionais destinadas a crianças na primeira infância em articulação com os diferentes atores da sociedade, públicos e privados.	-	x																	
	Adaptação de métodos de atendimento à população de zero a cinco anos (creches ou visitas domiciliares)	Desenvolver ações para a promoção da aprendizagem na idade adequada; e	-	x																	
		Orientar métodos pedagógicos às especificidades da região.	-	x																	
	Formação e valorização dos profissionais da educação infantil, com especialização para atuar nesse nível de ensino (docentes, gestores públicos, técnicos das secretarias municipais, etc.)	Qualificar e valorizar os docentes que atuam na educação infantil;	-	x																	
		Capacitar os gestores públicos de instituições de ensino de educação infantil; e	-	x																	
		Promover a formação continuada de secretários e técnicos das secretarias municipais.	-	x																	
	Fomento a iniciativas dos Estados e Municípios nos cuidados com a primeira infância	Desenvolver ações para a promoção da aprendizagem na idade adequada;	-	x																	
		Construir e adquirir equipamentos de centros de educação infantil; e	-	x																	
		Qualificar a oferta nos Municípios para a educação infantil, por meio do investimento na formação dos professores e no monitoramento da qualidade do atendimento.	-	x																	
Dinamização e diversificação produtiva	Ampliação da malha de Gás Natural e uso do Gás Natural Líquido - GNL	Criar blue-corridors na região a partir do uso do GNL no transporte de cargas;	-	x																	
		Ampliar o Gasoduto Nordeste; e	-	x																	
		Implementar bases de compressão e descompressão de gás natural.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Propagação do uso de energia solar distribuída nas comunidades e nas pequenas e médias unidades produtivas	Implementar sistemas de energia solar em comunidades e nas pequenas e médias unidades produtivas; e	-	x																	
		Criar linhas de crédito específicas para a implementação de sistemas de geração de energia renovável distribuída.	-	x																	
	Apoio à estruturação de projetos de energias renováveis (geração centralizada)	Estudar a viabilidade para construção de parques solares ao longo de canais e reservatórios da área de atuação da Sudene; e	-	x																	
		Estabelecer, como contrapartida das concessões de empreendimentos de geração renovável na área de atuação da Sudene, parcerias com universidades e centros de pesquisa interessadas em realizar pesquisas científicas no tema.	-	x																	
	Implantação de placas coletoras de energia solar sobre os canais e energia eólica no entorno dos canais do Rio São Francisco	Estudar a viabilidade de implantação de placas coletoras de energia solar no entorno dos canais do Rio São Francisco; e	-	x																	
		Financiar e implantar placas coletoras de energia solar no entorno dos canais do Rio São Francisco.	-	x																	
	Leilões de transmissão de energia em trechos estratégicos para a região Nordeste	Apoiar a implantação das linhas de transmissão e subestações de energia para o escoamento da energia solar gerada na área de atuação da Sudene.	-	x																	
	Expansão da rede de fibra óptica no território nordestino com backbone passando em todas as cidades grandes e intermediárias (Cinturão Digital do Nordeste)	Expandir o Cinturão Digital do Nordeste a todos os Municípios centrais das regiões intermediárias, de modo a interligar os equipamentos públicos de CT&I;	-	x																	
		Ampliar a implementação de infraestrutura de conexão internacional (cabos submarinos), de forma a descentralizar esse tipo de serviço na região, reduzir a vulnerabilidade e proporcionar novas oportunidades de negócios;	-	x																	
		Programar a interligação da Ilha de Fernando de Noronha por meio de cabo submarino híbrido (energia e dados);	-	x																	
Programar a implementação de infraestrutura de redes ópticas de internet de alta velocidade para financiamento da última milha, de modo a priorizar os Municípios localizados no interior dos Estados;		-	x																		

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Expandir a rede gratuita de acesso à internet;	-	x																	
		Apoiar projetos relacionados às Cidades Inteligentes - Programa Pró-Cidades (iluminação pública, transporte público, mobilidade urbana, internet sem fio). Promover a modernização tecnológica das cidades da região, com o objetivo de otimizar a prestação de serviços públicos urbanos e promover a melhoria da qualidade de vida da população e o adensamento de sistemas produtivos;	-	x																	
		Implantar cabo submarino que interligue a República Federativa do Brasil à Europa (Ellalink);	-	x																	
		Interiorizar a infraestrutura de educação e pesquisa da região;	-	x																	
		Ampliar a capilaridade, de modo a melhorar o atendimento da rede de comunicação dos Municípios do interior;	-	x																	
		Ampliar o backhaul social com o atendimento a cento e oitenta e oito Municípios com população de até cinquenta mil habitantes; e	-	x																	
		Ampliar a rede de comunicação de alta velocidade e expansão da internet banda larga para o aumento substancial da sua cobertura.	-	x																	
	Ampliação da rede de telefonia móvel (3G e 4G), com prioridade para os locais de difícil acesso	Ampliar a cobertura de telefonia móvel e internet 3G nas áreas rurais dos Municípios do Espírito Santo abrangidos pela área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Instalar e disponibilizar o sistema de internet sem fio em localidades de alta relevância turística na área de atuação da Sudene; e	-	x																	
		Implementar o Programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC, com o objetivo de oferecer conexão em comunidades com dificuldade de acesso à internet.	-	x																	
	Ampliação da rede de transporte de alta capacidade com backhaul terrestre em todos os Municípios da Região Nordeste	Implantar rede de acesso à internet banda larga nos municípios da região.	-	x																	
	Desenvolvimento da agricultura familiar da Região Nordeste com apoio integrado e	Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	articulado de assistência técnica, crédito e comercialização para o aumento da produtividade e a melhoria da qualidade dos produtos	Apoiar e fortalecer o Programa Agente de Desenvolvimento Rural. Ampliar o acesso e a eficiência das políticas públicas de apoio ao agricultor familiar nos Municípios com até dez mil habitantes localizados na área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Apoiar e fortalecer a pequena agricultura irrigada; e	-	x																	
		Apoiar a produção de sementes crioulas.	-	x																	
	Estudos e implantação de projetos de irrigação	Implementar projetos de reconversão de sistemas de irrigação nos projetos públicos de irrigação;	-	x																	
		Implementar infraestrutura em projetos públicos de irrigação na área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Implementar a infraestrutura do projeto público de irrigação Baixio de Irecê (Etapa I –três mil setecentos e cinquenta e oito hectares; e Etapa II - doze mil oitocentos e cinquenta e três hectares), Estado da Bahia;	-	x																	
		Implementar a infraestrutura do projeto público de irrigação em Pontal, Estado de Pernambuco (Etapa Sul – três mil quinhentos e quinze hectares e quarenta e três centiares; e Etapa Norte - quatro mil cento e vinte e oito hectares e sessenta e oito centiares);	-	x																	
		Implementar o projeto público de irrigação Marrecas, Estado do Piauí;	-	x																	
		Implementar a infraestrutura do projeto público de irrigação Salitre (Etapa 2 – cinco mil setecentos e sessenta e três hectares e dez centiares);	-	x																	
		Implementar a infraestrutura dos projetos públicos de irrigação Pariconha, Delmiro Gouveia e elaborar estudos e projetos de implementação do projeto público de irrigação Tapera Carneiros Estado de Alagoas;	-	x																	
		Apoiar a elaboração de estudo e de relatório de impacto ambiental e de projeto básico para implementação do projeto público de irrigação Iuiú (doze mil quinhentos e treze hectares), Estado da Bahia;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Apoiar a elaboração de estudo e de relatório de impacto ambiental e de projeto básico do projeto público de irrigação Mocambo-Cuscuzeiro (doze mil hectares), Estado da Bahia; e	-	x																	
		Apoiar a elaboração de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do projeto público de irrigação Salinas, Estado do Piauí. Implantação de Projetos de reconversão de sistemas de irrigação nos Projetos Públicos de Irrigação.	-	x																	
	Fortalecimento e adensamento dos arranjos produtivos locais da agropecuária	Apoiar o programa de aquicultura e pesca na área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Ampliar os equipamentos de terminais pesqueiros na área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Ampliar o programa de mecanização agrícola, com aquisição e disponibilização de máquinas e equipamentos agrícolas para beneficiar os pequenos e médios produtores rurais;	-	x																	
		Consolidar o terminal pesqueiro no Estado da Paraíba;	-	x																	
		Apoiar a formalização da concessão do microcrédito, de modo a agrupar os arranjos produtivos locais, e ampliar o fomento a pequenas empresas;	-	x																	
		Fortalecer a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura do Estado do Ceará;	-	x																	
		Fortalecer os polos de irrigação e produção de frutas;	-	x																	
		Implantar estruturas de apoio com horta orgânica e área de comercialização, além de promover a qualificação profissional para que pescadores e familiares possam desenvolver atividades sustentáveis de geração de renda; e	-	x																	
		Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos locais nos setores de: laticínios, ovino-caprino, apicultura, piscicultura e aquicultura, cacauicultura, carcinicultura, floricultura, fruticultura, agricultura orgânica e horticultura, algodão, mandioca, babaçu, carnaúba, cachaça, rapadura, couro, avicultura, bovinocultura e suinocultura.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Desenvolvimento da agricultura familiar com apoio integrado e articulado da educação rural, com os órgãos do Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural, de crédito e de comercialização,	Desenvolver políticas públicas ou projetos sobre educação rural, assistência técnica e extensão rural, dinamização e diversificação produtivas;	-	X																	
	Fornecimento de condições objetivas para o aprimoramento dos diversos sistemas ou unidades produtivas, por meio da geração de conhecimento a partir do desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica, do fortalecimento da defesa agropecuária, do apoio à comercialização.	Integrar os órgãos de pesquisa, por meio da criação de mecanismos de rede, com os órgãos do sistema de assistência técnica e extensão rural;	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre defesa agropecuária	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre comercialização de produtos rurais	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre crédito agrícola	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre seguro agrícola	-	X																	
	Aprimorar a infraestrutura rural, de modo a garantir as necessidades básicas das populações rurais, além de viabilizar a produção e a comercialização de produtos rurais	Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre infraestrutura para produção, escoamento da produção e comercialização	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre infraestrutura de energia elétrica	-	X																	
		Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre infraestrutura de recursos hídricos	-	X																	
	Apoiar e fortalecer a ligação entre a agropecuária e a preservação ambiental, a fim de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais para toda a sociedade e a continuidade das atividades agrícolas e pecuárias	Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre proteção ambiental	-	X																	
	Dar continuidade às políticas de acesso à terra, de modo a garantir a sua função social	Promover ações para o desenvolvimento de políticas públicas ou projetos sobre reforma agrária	-	X																	
	Ampliação e recuperação de portos	Ampliar e recuperar os portos de Pecém, Fortaleza, Aratu, Salvador, Itaquí, Natal, Cabedelo, Recife, Suape, Maceió, Ilhéus e Aritaguá;	-	X																	
	Construção, ampliação e recuperação de rodovias integradoras	Duplicar a BR 235 no trecho entre Aracaju e Itabaiana, Estado de Sergipe;	-	X																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		Concluir as obras de duplicação da BR 101 no trecho não duplicado no Estado de Sergipe;	-	x												
		Pavimentar toda a extensão da BR 349, com a interligação dos Estados de Goiás, Bahia e Sergipe;	-	x												
		Construir ponte para interligar os Municípios de Cabedelo e Lucena, Estado da Paraíba;	-	x												
		Ampliar e recuperar as BR 101 e BR 408, Estado da Paraíba;	-	x												
		Duplicar a BR 222, da rotatória da BR 020 até o entroncamento com a CE 155, entrada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Estado do Ceará;	-	x												
		Duplicar a BR 222, do entroncamento com a CE 155 até a cidade de Sobral, no Estado do Ceará (extensão de 200 km);	-	x												
		Duplicar a BR 116, do quilômetro 53 ao Município de Penaforte, na fronteira com o Estado de Pernambuco (com extensão de quinhentos e um quilômetros);	-	x												
		Duplicar a BR-304, do entroncamento com a BR 116 (Boqueirão do Cesário) ao Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte (com extensão de cento e trinta e nove quilômetros e nove metros);	-	x												
		Implantar, restaurar e realizar a manutenção de rodovias integradoras - BR 101, BR 408, BR 423 e BR 104, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Duplicar a BR 035 no trecho Bom Jesus/Caracol, Estado do Piauí;	-	x												
		Duplicar a BR 135 no Estado do Piauí na divisa com o Estado de Tocantins;	-	x												
		Pavimentar cento e dezessete quilômetros da PI-397 (Transcerrados) no trecho do entroncamento da PI 247 (Sebastião Leal) com o entroncamento PI-395 (Transcerrados), Estado do Piauí;	-	x												
		Duplicar a BR 304 no Estado do Rio Grande do Norte;	-	x												
		Construir e ampliar a malha rodoviária federal do Estado do Maranhão (corredor de transporte e integração Sul-Norte do Estado do Maranhão - MA-006);	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		Realizar obras da BR 324 (Balsas/Ribeiro Gonçalves), Estado do Piauí, da BR 135 (Miranda do Norte/Alto Alegre do Maranhão), Estado do Maranhão, da BR 316 (Caxias/Teresina), Estado do Piauí, e da federalização da MA 006, Estado do Maranhão;	-	x												
		Pavimentar a MG 402 entre os Municípios de Pintópolis e Urucuia na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Pavimentar cento e sessenta e três quilômetros da BR 479 (MGC) no trecho que interliga o Município de Januária ao Município de Chapada Gaúcha na área de atuação da Sudene do Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Duplicar a BR 251 no trecho entre os Municípios de Montes Claros e Cachoeira de Pajeú na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Pavimentar a BR 135 nos trechos entre os Municípios de Manga e Itacarambi na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Realizar melhorias na BR 135 nos trechos entre os Municípios de Itacarambi e Montes Claros na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Realizar melhorias na BR 116 no trecho entre os Municípios de Divisa Alegre e Governador Valadares na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Realizar melhorias em na BR 116 (MG 105 e MG 409) no trecho entre os Municípios de Águas Formosas e Pavão na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Realizar melhorias no sistema rodoviário Montes Claros, Estado de Minas Gerais, e Ilhéus, Estado da Bahia;	-	x												
		Implantar grandes corredores logísticos regionais nas seguintes rodovias: BR 116 (Fortaleza - Sudeste), BR 110 (Areia Branca - Salvador), BR 020 (Fortaleza - Barreiras), BR 235 (Aracaju - Norte), BR 222 (Fortaleza - Açailândia), MA 006 (BR 222 - BR 235) e PI 397 (Transcerrados).	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Implantação e recuperação de ferrovias integradoras	Desenvolver projeto e implantar a ferrovia Teixeira de Freitas - Aracruz (Portocel), com trezentos e quinze quilômetros, na área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Concluir as obras da Transnordestina e recuperar a malha ferroviária do Estado de Alagoas;	-	x																	
		Requalificar o trecho da rede ferroviária que se inicia em São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte, passando por João Pessoa, Estado da Paraíba, Recife, Estado de Pernambuco, Maceió, Estado de Alagoas, Aracaju, Estado de Sergipe, até chegar a Salvador, Estado da Bahia, que se interligará à Rede Transnordestina por meio do Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Retomar as obras de implantação da Ferrovia Transnordestina, com prioridade para o trecho entre os Municípios de Eliseu Martins, Estado do Piauí, e Salgueiro, Estado de Pernambuco, para promover a interligação com o Porto do Pecém;	-	x																	
		Implantar a Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Fiol, com a conclusão das obras do trecho entre os Municípios de Ilhéus e Caetité, Estado da Bahia, e a implantação do trecho entre os Municípios de Caetité e Correntina, Estado da Bahia, e Campinorte, Estado de Goiás;	-	x																	
		Implantar a Ferrovia Centro- Atlântica - FCA nos seguintes trechos: Juazeiro/Porto de Aratu com o trecho Feira de Santana - Santo Amaro; e Brumado/Porto de Aratu/Salvador com o trecho Feira de Santana /Iaçu, Estado da Bahia;	x	-																	
		Implantar grandes corredores logísticos regionais com as seguintes ferrovias: Integração Fiol/Ferrovia Norte Sul, Ferrovia Centro-Atlântica, Ferrovia Nova Transnordestina, Integração Ferrovia Nova Transnordestina/Ferrovia Norte Sul, Integração Transnordestina/São Francisco e Ferrovia Litorânea;	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Construir, operar e manter a ferrovia de passageiros com aproximadamente oitenta e cinco quilômetros, que deverá interligar os Municípios de Teresina e Campo Maior, passando por Altos, Estado do Piauí; e	-	x																	
		Interligar o modal ferroviário entre a Ferrovia Centro-Atlântica e o terminal marítimo Inácio Barbosa, Estado de Sergipe.	-	x																	
	Apoio à estruturação de projetos de rodovias estaduais e aeroportos	Reformar e ampliar o Aeroporto de Linhares, Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Construir a ES 315 no trecho entre os Municípios de Patrimônio do Diló, São Mateus e Boa Esperança na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Construir a ES 381 no trecho no entroncamento entre a ES 137 e a ES 080 com a construção de oito pontes no Município de Nova Venécia, na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Concluir as obras da ES 010 no trecho entre Itaúnas no entroncamento com a ES 421, no Município de Conceição da Barra, na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Concluir as obras da ES 130 no trecho entre o Município de Pinheiros e o entroncamento com a ES 137 na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Concluir as obras da ES 446 no trecho entre Colatina (Bairro Luiz Iglesias) e Itaimbé, nos Municípios de Colatina e Itaguaçu, na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;Reforma e ampliação do Aeroporto de Linhares-ES.	-	x																	
		Concluir as obras da ES 436 no trecho entre Sapucaia, Graça Aranha e Novo Brasil, nos Municípios de Colatina e Governador Lindenberg, na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Concluir as obras da ES 320 no trecho entre Cotaxé e Ponto Belo, Município de Ecoporanga, na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		Concluir as obras da ES 356 no trecho entre o Rio Bananal e o Município de Panorama na região da área de atuação da Sudene, no Estado do Espírito Santo;	-	x												
		Concluir as obras da ES 297 no trecho entre o Município de Bom Jesus do Norte e o entroncamento com a BR 101 na região da área de atuação da Sudene, no Estado do Espírito Santo;	-	x												
		Implantar e concluir as obras da ES 164 no Município de Vargem Alta na região da área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo;	-	x												
		Construir o aeroporto de passageiros e cargas na região do Agreste alagoano na região metropolitana do Município de Arapiraca, Estado de Alagoas;	-	x												
		Construir aeroporto em Maragogi, Estado de Alagoas;	-	x												
		Restaurar a PE 075 no trecho entre Goiana e Ibiranga, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Pavimentar a PE 119 no trecho entre Camocim de São Félix, Sapucarana, e entroncamento com a BR 232 (Encruzilhada de São João), Estado de Pernambuco;	-	x												
		Restaurar a PE 062 no trecho entre Goiana e Aliança, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Reconstruir a Ponte de Bodocó, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Implantar a PE 240 no trecho entre o entroncamento com a PE 218 e Rainha Isabel, no Município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Duplicar a PE 160 no trecho entre Pão de Açúcar e Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Restaurar a PE 041 no trecho entre Araçoiaba e Carpina, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Recuperar e duplicar a Ponte de Itamaracá, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Ampliar e executar ações de infraestrutura aeroviária em Fernando de Noronha, Arcoverde e Serra Talhada, Estado de Pernambuco;	-	x												
		Implantar a pavimentação asfáltica no Município de Buriti dos Montes, Estado do Piauí, no trecho da divisa deste Município com o Estado do Ceará;	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Duplicar e fazer a pavimentação asfáltica da PI 112 no trecho entre a estaca 00 e a estaca 100, na Estrada da Cacimba Velha, Estado do Piauí;	-	x																	
		Melhorar a implantação e a pavimentação asfáltica da PI 117 no trecho entre o Município de Batalha e o Parque Nacional Cachoeira do Urubu, Estado do Piauí;	-	x																	
		Melhorar a implantação e a pavimentação asfáltica do trecho entre o Município de Avelino Lopes, Estado do Piauí, e divisa entre este Estado e o Município de Buritama, Estado da Bahia;	-	x																	
		Implantar a pavimentação asfáltica no trecho entre o Município de Brasileira e o entroncamento com o Parque Nacional de Sete Cidades na PI 111;	-	x																	
		Implantar a pavimentação asfáltica no Aeródromo de Uruçuí, Estado do Piauí;	-	x																	
		Construir o terminal de passageiros turístico do Porto de Tatus, Estado do Piauí;	-	x																	
		Reformar a linha férrea que interliga os Municípios de Altos e Parnaíba, Estado do Piauí;	-	x																	
		Apoiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento e Integração dos Eixos e Infraestrutura Logística dos Estados das Regiões Norte e Nordeste;	-	x																	
		Implantar a pavimentação asfáltica no trecho entre o Rio Pardo de Minas e o Município de Santo Antônio do Retiro, no entroncamento com a MG 635, na área de atuação da Sudene no Estado de Minas Gerais;	-	x																	
		Financiar a construção do Aeroporto Internacional na Costa do Descobrimento, em Porto Seguro, Estado da Bahia; e	-	x																	
	Construir o novo Aeroporto de Ilhéus, Estado da Bahia.	-	x																		
	Construção, ampliação e recuperação da Hidrovia do São Francisco	Implantar o corredor multimodal da Hidrovia do Rio São Francisco, com habilitação da navegação comercial na hidrovia, que se estende por mil trezentos e setenta e um quilômetros entre os Municípios de Pirapora, Estado de Minas Gerais, e Juazeiro, Estado da Bahia, e Petrolina, Estado de Pernambuco.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Integração dos roteiros turísticos da Região Nordeste com complementação da rede rodoviária e da malha aérea regional e promoção conjunta e complementar (turismo ecológico, arqueológico, cultural e de eventos, religioso, de aventura, de sol e mar, e agroturismo)	Construir ponte sobre o Rio São Francisco para interligar os Municípios de Penedo, Estado do Alagoas, e Neópolis, Estado de Sergipe;	-	x																	
		Promover a ampliação da malha aérea por meio da criação de novas rotas de voo; e	-	x																	
		Ampliar e requalificar a malha aérea por meio da adoção de novos modelos de negócio (combinação de transporte de cargas e passageiros) com foco nas cidades intermediárias.	x	-																	
	Adensamento da cadeia de turismo com dinamização das atividades correlacionadas, tais como atividades culturais, artesanato, alojamento e alimentação, e serviços de informação turística	Apoiar e fortalecer o projeto Artesanato é Negócio, além de fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social e produtiva e promover a sua integração à cadeia do turismo e da cultura; e	-	x																	
		Ampliar o Centro de Convenções do Estado de Pernambuco.	-	x																	
	Ampliação e melhoria da infraestrutura turística da região Nordeste	Urbanizar a Orla Sul de Aracaju, Estado de Sergipe;	-	x																	
		Construir o terminal turístico de passageiros no Porto de Maceió, Estado de Alagoas;	-	x																	
		Operacionalizar a exploração comercial da navegação turística na região do Baixo São Francisco;	-	x																	
		Implantar centros de convenções nos Municípios de Arapiraca, Barra de São Miguel, Maragogi e Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas;	-	x																	
		Construir o centro de convenções em de Campina Grande, Estado da Paraíba;	-	x																	
		Construir o terminal de passageiros no Porto de Cabedelo, Estado da Paraíba, com berço exclusivo para navios de cruzeiro e edifício para embarque e desembarque de passageiros ao lado da Fortaleza de Santa Catarina, Estado da Paraíba;	-	x																	
		Ampliar e requalificar o sistema de esgotamento sanitário do Polo Turístico Cabo Branco, Estado da Paraíba;	-	x																	
		Construir a Orla Internacional de Entretenimento no Estado de Ceará;	-	x																	
		Restaurar e revitalizar a Ponte dos Ingleses, Estado de Ceará; e	-	x																	
		Restaurar e revitalizar o Farol do Mucuripe, Estado de Ceará.Urbanização da Orla Sul de Aracaju-SE.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Conservação e reabilitação dos centros históricos e culturais e requalificação urbana das principais cidades turísticas	Reformar, conservar e equipar, no Estado de Pernambuco	-	x																	
	Estruturação e promoção dos destinos turísticos da Região Nordeste (turismo ecológico, arqueológico, cultural e de eventos, religioso, de aventura, de sol e mar, agroturismo)	Introduzir sete novos roteiros/produtos turísticos no mercado: turismo religioso, observação de baleias, observação de aves, aventura, náutico, sol e praia, agroturismo; e	-	x																	
		Estruturar e fomentar a comercialização de roteiros integrados.	-	x																	
	Fomento à ampliação da rede hoteleira regional	Atrair investimentos hoteleiros para a região;	x	-																	
		Fortalecer a rede hoteleira dos Estados localizados na área de atuação da SUDENE.	x	-																	
	Adensamento da cadeia produtiva de energias renováveis (solar e eólica) e atração de empresas produtoras e fornecedoras de equipamentos e serviços associados à produção de energia	Consolidar e qualificar estruturas e mecanismos para atrair de empresas para atuar na produção e no fornecimento de equipamentos e serviços associados à produção de energia nos governos estaduais.	-	x																	
	Ampliação dos serviços avançados relacionados a saúde, educação, engenharia consultiva, comunicação e publicidade	Apoiar a atração e a implantação de datacenter no Estado de Pernambuco; e	-	x																	
		Atrair novos investimentos e incentivar a competitividade das empresas (rota de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e Porto Digital) no Estado de Pernambuco.	-	x																	
	Consolidação e difusão da TIC associada a IOT, inteligência artificial e indústria 4.0,	Difundir a IOT e a inteligência artificial;	x	-																	
		Interagir a TIC com a indústria 4.0 e com o conjunto da economia e dos serviços da região.	x	-																	
	Dinamização da economia criativa com base na riqueza e na diversidade da cultura regional	Apoiar a formalização da concessão do microcrédito, de modo a agrupar os arranjos produtivos locais, e ampliar o fomento a pequenas empresas;	x	-																	
		Apoiar o desenvolvimento de modelos de negócios adequados e inovadores;	x	-																	
		Promover capacitações focadas na criação de empreendimentos inovadores; e	-	x																	
		Promover a profissionalização e o gerenciamento das empresas da economia criativa.	-	x																	
	Fortalecimento e ampliação da indústria de base tecnológica.	Fortalecer e ampliar a indústria farmoquímica;	-	x																	
		Fortalecer e consolidar a indústria de biofármacos, bioinseticidas e biomateriais;	-	x																	
		Desenvolver a indústria de cosméticos; e	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		Atrair os centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas nacionais ou estrangeiras para desenvolvimento conjunto de fitofármacos, biofármacos, bioinseticidas, cosméticos e biomateriais.	x	-												
	Adensamento das cadeias produtivas industriais (indústria siderúrgica e metalmeccânica, químico-petroquímica, óleo e gás, indústria automotiva, têxtil e calçados)	Apoiar o desenvolvimento econômico;	x	-												
	Promoção da inovação na indústria com estímulo à interação da indústria regional com as universidades e os institutos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos e a introdução de novos produtos	Digitalizar o parque industrial na área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo e introduzir tecnologias para fomentar a revolução industrial 4.0 nas áreas de monitores robóticos de células industriais, manufatura aditiva para prototipagem (inovação) e produtos com IOT e IOE nos seguintes setores: de alimentos, têxtil, fármacos, eletrometalmeccânico, da agroindústria; e	-	x												
		Implantar a eficiência energética do parque industrial na área de atuação da Sudene no Estado do Espírito Santo e reduzir o consumo específico de energia com aplicação de tecnologias de monitoramento de alto rendimento de máquina de fluxo e sistemas térmicos (caldeiras/ fornos) com queimadores hiper eficientes, nas áreas de: petróleo e gás, cimenteiras, metalúrgico/ siderúrgico, químico e geração de energia.	-	x												
	Estímulo à exportação da indústria nordestina com apoio técnico e incentivos à sua participação em feiras	Fomentar a área de livre comércio no Estado do Maranhão na Zona de Processamento de Exportação.	-	x												
	Fortalecimento dos arranjos produtivos locais da indústria (minério e rochas ornamentais, calçados, vitivinicultura, têxtil e confecções, madeira e móveis)	Prestar suporte tecnológico para aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos dos arranjos produtivos locais;	-	x												
		Estimular o adensamento dos arranjos produtivos locais com agregação de valor aos produtos;	x	-												
		Criar mecanismos de certificação dos produtos dos arranjos produtivos locais;	x	-												
		Apoiar a elaboração de estratégias e planos de desenvolvimento de arranjos produtivos locais;	x	-												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Promover iniciativas de acesso a mercados interno e externo;	x	-																	
		Apoiar iniciativas de inovação e incentivo à competitividade;	x	-																	
		Formular e implementar mecanismos de financiamento adequados;	x	-																	
		Apoiar o desenvolvimento do capital social. Apoio tecnológico para aumento da produtividade e melhoria da qualidade dos produtos dos APLs.	x	-																	
Desenvolvimento Social e Urbano	Universalização e melhoria da atenção primária à saúde (atenção básica)	Melhorar a qualidade do acesso, especialmente para usuários residentes dos Municípios de Minas Gerais que integram a região de atuação da Sudene, aos métodos diagnósticos essenciais à atenção à saúde, com a unificação do prontuário.	-	x																	
	Ampliação e inovação nas redes de atenção à saúde secundária e terciária	Estruturar e implantar o serviço de telemedicina (regulação formativa) no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Construir o novo Hospital Roberto Arnizaut Silveiras no Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Ampliar e adequar o Hospital e a Maternidade São Mateus, Estado do Espírito Santo;	-	x																	
		Realizar projeto de cofinanciamento para ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU,	-	x																	
		Credenciar as Unidades de Pronto Atendimento - UPAs com a União para financiamento tripartite;	-	x																	
		Implementar o Programa Melhor em Casa (atenção especializada ambulatorial, rede de atenção psicossocial); e	-	x																	
		Realizar projeto de financiamento e implantação de ambulatórios especializados para atendimento às populações vulneráveis no Estado do Espírito Santo.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Estímulo à integração de inovação à regulação de serviços de saúde	Implantar o Projeto e-Saúde nos Municípios do Estado do Espírito Santo, com implantação do sistema Notifica SUS, oferta do e-SUS, oferta de regulação ambulatorial, desenvolvimento e implantação do sistema de dispensação de medicamentos, desenvolvimento e implantação do sistema de notificação de potenciais doadores de órgãos; e	-	x																	
		Implementar o sistema informatizado e integrado de gestão da saúde no Estado de Alagoas para elevar a eficiência no acompanhamento das redes assistenciais de saúde.	-	x																	
	Fortalecimento da atenção à primeira infância	Monitorar e investigar cem por cento dos casos de óbito de crianças com menos de cinco anos de idade (casos de mortalidade infantil); e	-	x																	
		Fortalecer a atenção e a assistência à gestante, às puérperas e às crianças com até cinco anos de idade.	-	x																	
	Fortalecimento da prevenção e do controle de doenças infectocontagiosas, de doenças transmitidas por vetores, de doenças não transmissíveis e da morbidade e da letalidade por causas externas	Ampliar, reformar e equipar a rede de laboratórios públicos do Estado de Alagoas;	-	x																	
		Reformar, ampliar e adquirir equipamentos para as unidades hemoterápicas e hematológicas do Estado de Pernambuco; e	-	x																	
		Apoiar a estratégia de controle biológico de introdução da bactéria Wolbachia no ovo do mosquito da espécie Aedes aegypti.	-	x																	
	Garantia de saúde integral da população e do acesso à rede de atenção à saúde de qualidade	Constituir base de dados única do Estado do Ceará, com o registro de todos os usuários do SUS, que possibilite a visualização e o acesso controlado aos dados dos usuários em atendimento, e dar autonomia ao usuário do Sistema Único de Saúde a partir da visualização integrada de seus dados clínicos por meio de aplicativos de telefonia móvel;	-	x																	
		Apoiar a gestão da saúde por meio da consolidação de dados epidemiológicos tratados;	x	-																	
		Modernizar, equipar, gerenciar e operacionalizar a rede equipamentos de saúde, de forma a aumentar a resolutividade dos pontos de atendimento.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Promoção da educação para estimular um estilo de vida saudável, com orientação para uma boa alimentação e com atividades esportivas e de lazer	Promover a mudança de hábitos alimentares mais saudáveis; e	-	x																	
		Estimular as atividades esportivas e de lazer.	-	x																	
	Terceira idade saudável	Fortalecer ações que promovam educação, esporte, lazer e saúde para uma terceira idade saudável;	x	-																	
		Ampliar a saúde orientada para a terceira idade;	x	-																	
		Promover hábitos saudáveis da terceira idade; e	-	x																	
		Fomentar atividades de esporte, lazer e entretenimento para a terceira idade.	-	x																	
	Fortalecimento e ampliação das políticas públicas de transferência de renda	Garantir o pagamento de bolsas às famílias beneficiadas pelo Programa Chapéu de Palha.	-	x																	
	Inclusão socioprodutiva de população vulnerável	Ampliar e fortalecer o Programa Empreender Paraíba, política de microcrédito para microempreendedores do Estado da Paraíba;	-	x																	
		Promover o fortalecimento estratégico para o trabalho e a renda no bioma Semiárido de Pernambuco, com a política de valorização do trabalho e do empreendedorismo das mulheres; e	-	x																	
		Promover ações integradas e inclusivas dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis do Projeto Rescate, que inclui, em seu planejamento inicial, trinta e três Municípios da região metropolitana e da mata norte, para receber apoio financeiro do Governo federal por meio do Plano Mais IDH, que reúne iniciativas nos eixos renda, saúde e educação para os Municípios de pior Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados da área de atuação da Sudene.	x	-																	
		Promoção e garantia da Segurança alimentar e nutricional	Contribuir para a redução da insegurança alimentar e nutricional das pessoas atendidas em entidades da rede socioassistencial da região do Cariri e da Ibiapaba, Estado do Ceará, por meio do Projeto Mais Nutrição.	-	x																

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Ampliação do acesso à habitação de interesse social (urbana e rural)	Executar obras de infraestrutura e construção de unidades habitacionais nos Estados do Espírito Santo (nos Municípios de Aracruz, Vila Velha, Sooretama, Cariacica), de Alagoas (no Município de Maceió), da Paraíba, do Ceará (nas áreas urbanas e rurais) e de Pernambuco (nos Municípios de Recife, Serra Talhada, Moreno e Tejucupapo);	-	x																	
		Apoiar e implementar programas e projetos para melhorias nas habitações precárias localizadas nos Municípios da área de atuação da Sudene;	x	-																	
		Promover a regularização fundiária nos assentamentos de ocupação desordenada e ocupados por pessoas de baixa renda na área de atuação da Sudene;	x	-																	
		Promover a regularização fundiária nos assentamentos e nas comunidades indígenas e quilombolas no Estado de Pernambuco nas regiões dos sertões do Araripe, Pajeú e Agreste Meridional; e	-	x																	
		Apoiar a assistência técnica gratuita para melhorias e construção de habitações de interesse social.	x	-																	
	Fomento às cidades digitais e inteligentes com instalação de tecnologias para melhoria na prestação de serviços públicos	Apoiar a implantação de cidades inteligentes, com o intuito de instalar tecnologias de monitoramento por vídeo, a ser utilizado pelos diversos setores sociais para permitir conexão instantânea com os sistemas de segurança, por meio dos centros integrados de comando e controle;	x	-																	
		Desenvolver cidades inteligentes, de forma a permitir a interação das pessoas, por meio do uso de energia, materiais, serviços e financiamento para catalisar o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida; e	x	-																	
		Adquirir computadores para serem disponibilizados aos Centros de Recondicionamento de Computadores.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Implantação de infraestrutura de integração metropolitana	Implementar os arcos metropolitanos de Recife, Estado de Pernambuco, da grande João Pessoa, Estado da Paraíba, por meio da interligação entre a BR-230 e a BR-101, da Avenida Perimetral de Aracaju, Estado de Sergipe, do Arco Rodoviário de Fortaleza, Estado do Ceará, e do Rodoanel de Teresina, Estado do Piauí;	-	x																	
		Construir a Ponte Cabedelo-Lucena, que interliga os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte;	-	x																	
		Requalificar o sistema viário que atenderá a demanda do Estaleiro Pedra do Ingá no Município de Lucena, Estado da Paraíba;	-	x																	
		Construir pontes sobre o Rio São Francisco nos Municípios de Itacarambi e São Francisco, Estado de Minas Gerais;	-	x																	
		Concluir as obras do Anel Rodoviário de Montes Claros no Estado de Minas Gerais;	-	x																	
		Expandir a malha de metrô e implantar o Veículo Leve sobre Trilhos - VLT no Estado da Bahia;	-	x																	
		Converter o serviço a diesel para o sistema elétrico nos ônibus urbanos no Estado da Bahia;	-	x																	
		Implantar o serviço de transporte urbano individual (micromobilidade) (bicicletas, patinetes etc.) no Estado da Bahia;	-	x																	
	Implantação e melhoria da Infraestrutura de mobilidade urbana	Construir a Ponte Tancredo Neves - Coroa do Meio, no Município de Aracaju, no Estado de Sergipe;	-	x																	
		Construir o Eixo Viário do Vale do Reginaldo no Estado de Alagoas;	-	x																	
		Construir o VLT para interligar o aeroporto ao centro do Município de Maceió, Estado de Alagoas;	-	x																	
		Implantar o VLT no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba;	-	x																	
Implantar a primeira fase da linha leste do metrô de Fortaleza, com extensão de sete quilômetros e trezentos metros, Estado do Ceará;		-	x																		
Realizar obras de saneamento e urbanização no bairro Porto das Dunas, no Município de Aquiraz, Estado do Ceará, com vistas ao fortalecimento da atividade turística;		-	x																		

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Finalizar a duplicação da Reta Tabajara no Estado do Rio Grande do Norte; e	-	x																	
		Ampliar e implantar a rede de transporte metroviário de alta capacidade do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, o VLT dos Municípios de Maceió, Estado de Alagoas, e de Campina Grande, Estado da Paraíba.	-	x																	
	Fortalecimento da inteligência para prevenção da criminalidade	Implementar o Observatório da Segurança Pública, sistema de referência nacional e internacional que integra as estatísticas criminais e de prevenção de violência;	-	x																	
		Implantar centros de monitoramento da segurança pública nos Municípios de João Pessoa, Campina Grande e Patos, Estado da Paraíba;	-	x																	
		Implementar o Laboratório Integrado de Segurança Pública no Estado do Ceará, a fim de criar uma área de ciência de dados, com atuação nacional, destinada ao desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas e ao desenvolvimento de pesquisas na área de segurança pública;	-	x																	
		Implementar o Projeto Cidade da Segurança no Estado do Ceará;	-	x																	
		Modernizar a segurança pública do Estado do Ceará:	-	x																	
		Reaparelhar o sistema estadual de inteligência de segurança pública e da polícia científica do Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Construir sete centros integrados de comando e controle de alto risco nos Municípios de Bom Jesus, Corrente, São Raimundo Nonato, Parnaíba, Floriano, Picos e Teresina, Estado do Piauí;	-	x																	
		Construir e equipar nove centros integrados de controle e monitoramento de risco de divisa no Estado do Piauí (nos Municípios de Avelino Lopes, Cocal, Fronteiras, Luzilândia, Marcolândia, Pedro II, Paulistana, São Miguel do Tapuio e Uruçuí), além de estruturação física e equipagem do patrulhamento e do monitoramento aéreo de divisa;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Realizar o patrulhamento e o monitoramento fluvial de risco em divisa (com mil quatrocentos e cinquenta quilômetros de extensão fluvial a oeste do Estado do Piauí);	-	x																	
		Equipar a superintendência de gestão de risco e inteligência estratégica para a construção e a equipagem de cinco centros integrados de formação em segurança pública, defesa social e cidadania no Estado do Piauí (nos Municípios de Parnaíba, Floriano, Bom Jesus, Picos e São Raimundo Nonato); e	-	x																	
		Construir e equipar cinco centros de polícia técnico-científica no Estado do Piauí (nos Municípios de Parnaíba, Floriano, Bom Jesus, Picos e São Raimundo Nonato).	-	x																	
	Fortalecimento das políticas de combate ao crime organizado e tráfico de drogas e de armas	Expandir o departamento de repressão à corrupção e ao crime organizado no Estado de Pernambuco; e	-	x																	
		Ampliar a modernização tecnológica para políticas de controle ao crime organizado e ao tráfico de drogas e de armas no Estado de Pernambuco.	-	x																	
	Prevenção para juventude vulnerável	Requalificar o Centro de Atendimento Socioeducativo do Município de Jaboatão dos Guararapes e do Município de Arcoverde, Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Implantar, reformar e requalificar o centro de apoio socioeducativo e o centro de internação provisória do Município de Recife, Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Implantar, reformar e requalificar a Fundação de Atendimento Socioeducativo no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Criar núcleos de prevenção social;	x	-																	
		Apoiar o Programa Juventude Presente, que oferece cursos profissionalizantes, no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Fomentar a qualificação socioprofissional dos jovens para a prevenção da violência; e	x	-																	
		Fortalecer a infraestrutura e os serviços de promoção de cultura, lazer e esporte para jovens, com o objetivo de estruturar redes comunitárias e promover a formação de territórios pacificados.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Desenvolvimento e difusão de soluções inovadoras para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	x	-																	
	Implantação e melhoria da infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário para os Municípios limdeiros do Rio São Francisco	Implantar e aperfeiçoar a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário para os Municípios limdeiros ao Rio São Francisco.	-	x																	
		Implantar esgotamento sanitário em todas as sedes municipais do Estado de Sergipe;	-	x																	
		Beneficiar as cidades-balneário de interesse turístico com redes de esgotamento sanitário no Estado de Alagoas;	-	x																	
		Garantir a universalização do esgotamento sanitário das sedes dos Municípios alcançados pelos projetos estratégicos para a segurança hídrica (PISF, Malha d´Água, Eixão das Águas e Cinturão das Águas) no Estado do Ceará;	-	x																	
		Construir o sistema de esgotamento sanitário na região do Cumbuco, Estado do Ceará;	-	x																	
		Construir o sistema de esgotamento sanitário na região de Taíba, Estado do Ceará; e	-	x																	
Implantação e melhoria da infraestrutura de esgotamento sanitário (urbano e rural)	Implantar e ampliar o sistema de saneamento básico no Estado de Pernambuco nas seguintes localidades: Cabanga; Distrito de Caraibeiras (Tacaratu); Venturosa; Surubim (por meio do Projeto de Sustentabilidade Hídrica - PSH); Santa Cruz do Capibaribe (por meio do PSH); Gravatá (por meio do Programa de Saneamento Ambiental - PSA); Belo Jardim (por meio do PSA); Sanharó (por meio do PSA); Caruaru (por meio do PSA); Escada (por meio do PSA); Bezerros (por meio do PSA); Olinda (Bacia do Janga); Programa Estruturador do Recife - Proest 1, para os seguintes bairros: Imbiribeira, Boa Viagem e Porta Larga; Itapetim; Arcoverde; Paulista; Timbaúba; Complementação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Minerva; e Ipojuca (Compesa) (por meio do PSA);	-	x																		

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Implantar sistemas de saneamento básico rural em Municípios do Semiárido (Monte Alegre do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Piripiri, Sebastião Barros, Patos do Piauí, Angical do Piauí e Olho d'Água do Piauí);	-	x																	
		Concluir a execução da obra de esgotamento sanitário da região metropolitana de Natal, Estado do Rio Grande do Norte;	-	x																	
		Implantar saneamento básico no Município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte;	-	x																	
		Ampliar a rede de saneamento básico e o fornecimento de água no Estado do Maranhão; e	-	x																	
		Apoiar o uso de tecnologias de tratamento de esgoto e reuso de água nos meios agrícola e industrial.	x	-																	
	Fortalecimento dos direitos, com respeito e valorização das diversidades	Apoiar a implementação do Programa Nenhuma Pernambucana Sem Documento, campanha realizada em consonância com o Programa Mãe Coruja no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Apoiar as ações de políticas públicas para mulheres que participam do Programa Chapéu De Palha no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Apoiar a implementação do Programa Mãe Coruja no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Apoiar a implementação do Programa Convergir Mulher no Estado de Pernambuco; e	-	x																	
		Promover a proteção e o fortalecimento dos direitos humanos com respeito e valorização das diversidades por meio da ampliação da participação social.	x	-																	
Segurança Hídrica e Conservação Ambiental	Conclusão das obras do PISF, com complementação dos eixos e canais, integração do sistema, construção de adutoras e articulação das barragens	Implantar o sistema Adutora do Alto Sertão;	-	x																	
		Elaborar plano de desenvolvimento de projetos complementares ao PISF;	-	x																	
		Construir o Canal do Xingó;	-	x																	
		Construir ramal do Piancó, terceira entrada do PISF no Estado da Paraíba, que levará água do Rio São Francisco para a barragem de Condado, no Município de Conceição;	-	x																	
		Garantir o abastecimento de água às populações rurais que habitem nos locais onde estejam sendo executados os projetos de transposição do Rio São Francisco, o Eixão das Águas e o Cinturão das Águas, no Estado do Ceará;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Concluir as obras do Eixo Norte do PISF;	-	x																	
		Construir o Ramal do Salgado/Apodi do Eixo Norte do PISF no Estado do Ceará; e	-	x																	
		Implantar as seguintes barragens no Estado de Pernambuco: Panelas, Gatos, Barra de Guabiraba, Igarapeba, São Bento do Una e Engenho Maranhão.	-	x																	
		Criar o Observatório do PISF; e	-	x																	
		Designar agente regional de água e energia na região com o objetivo de viabilizar a gestão técnica, operacional e financeira do PISF.	-	x																	
	Criação da Governança do PISF	Fortalecimento dos projetos de revitalização e conservação da bacia hidrográfica do Rio São Francisco com integração ao Projeto de Corredores Ecológicos	-	x																	
		Implantação de placas coletoras de energia solar sobre os canais e energia eólica no entorno dos canais do Rio São Francisco PISF	-	x																	
		Estímulo à expansão e gestão das áreas protegidas do bioma Caatinga	-	x																	
	Fortalecimento da fiscalização, da conservação e do gerenciamento dos ambientes costeiros	Realizar obras de contenção de processos erosivos nas zonas costeiras do Estado da Paraíba; e	-	x																	
		Definir a capacidade de carga dos estuários e planícies fluvio-estuarinas no Estado do Rio Grande do Norte.	-	x																	
	Fortalecimento institucional e capacitação de servidores para aumento da eficiência de órgãos ambientais estaduais e municipais	Subsidiar os planos estaduais de recursos hídricos por meio de parcerias com o Governo federal.	-	x																	
		Operacionalizar o Centro de Triagem de Animais Silvestres no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Aumentar a capacidade e a eficiência dos processos de licenciamento das instituições ambientais para assegurar a sustentabilidade ambiental de ações econômicas, sociais e de infraestrutura; e	x	-																	
		Apoiar a melhoria da capacidade e da eficiência, por meio de capacitações e incorporação de ferramentas de governo digital, dos processos de licenciamento nos órgãos ambientais estaduais e municipais.	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																						
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
		Implementação de projeto de educação ambiental para redução do desmatamento da vegetação nativa e fortalecimento do CAR	x	-																		
	Ampliação de projetos de revitalização e conservação de bacias hidrográficas	Ampliar o Programa de Recuperação de Nascentes no Estado de Alagoas	-	x																		
	Implementação de projetos de revitalização e conservação de bacias hidrográficas	Recuperar áreas desertificadas no bioma Semiárido, por meio da inclusão socioambiental e da implantação de sistemas agroflorestais e agroecológicos.	-	x																		
		Elaboração de estudos para avaliar a viabilidade da implantação de alternativas bioenergéticas para a substituição da lenha proveniente da mata nativa	x	-																		
	Elaboração de Zoneamento Ecológico Econômico	Elaborar o zoneamento ecológico-econômico do Estado de Sergipe;	-	x																		
		Elaborar o zoneamento ecológico-econômico da região dos Estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia, denominada de Matopiba; e	-	x																		
		Elaborar o zoneamento ecológico-econômico no Estado do Rio Grande do Norte	-	x																		
	Implementação do Projeto de Corredores Ecológicos, com recomposição de vegetação nativa e com produção de mudas e sementes	Implementar o Projeto de Corredores Ecológicos para circulação da fauna, com recomposição de vegetação e sementeiras nativas nos seguintes Municípios do Estado do Piauí: Alto Parnaíba, Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves, Urucuí, Bertolínea, Manoel Emídio, Gilbués, Barreiras, Bom Jesus e Currais.	-	x																		
	Implementação de projeto de recuperação de áreas degradadas, com foco nas quarenta e uma cidades-polo consideradas prioritárias para o PRDNE	Realizar investimentos complementares de manutenção das unidades de conservação ambiental para garantir a recuperação das matas ciliares, das margens dos rios, das nascentes e das áreas degradadas.	x	-																		
	Estruturação de rede regional de monitoramento de secas e cheias	Integrar a gestão para enfrentar desastres ambientais ocorridos na área de atuação da Sudene;	-	x																		
		Implantar e consolidar procedimentos de outorga de águas superficiais e subterrâneas;	-	x																		
		Implementar sistema de controle, fiscalização e segurança de barragens;	-	x																		

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																						
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
		Integrar o Programa Reflorestar com áreas estratégicas para a proteção de reservatórios e o aumento de recarga hídrica;	-	x																		
		Integrar a gestão de recursos hídricos com a política de saneamento;	-	x																		
		Implantar o centro regional de gerenciamento de riscos e desastres;	-	x																		
		Estabelecer os níveis de alerta para reservatórios com alto e médio risco;	-	x																		
		Ampliar e modernizar a rede de monitoramento de águas subterrâneas e superficiais; e	-	x																		
		Estabelecer os níveis de alerta de rios da rede básica de monitoramento.	-	x																		
	Elaboração de estudos de vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico às mudanças climáticas	Fazer inventário de estoques de carbono de áreas institucionalmente protegidas para geração de créditos de carbono.	-	x																		
	Fortalecimento das políticas públicas destinadas à convivência com as secas, por meio do desenvolvimento da excelência técnica e científica em defesa civil e gestão do risco	Implementar plano de urgência para convivência com a seca	-	x																		
	Complementação da oferta de água (reuso, dessalinização e redução de desperdícios e perdas) e gestão e manutenção dos sistemas implementados	Ampliar os programas de dessalinização de água nos territórios de maior escassez hídrica localizados na área de atuação da Sudene;	-	x																		
		Expandir o acesso dos agricultores familiares a sistemas de irrigação em regiões com disponibilidade hídrica;	-	x																		
		Implantar, recuperar e/ou ampliar sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais;	-	x																		
		Implantar sistema de reuso de águas cinzas, de modo a começar pelos domicílios rurais;	-	-																		
		Apoiar a implantação de sistemas de abastecimento de água complementar, com uso de água de chuva para uso urbano;	-	x																		
		Ampliar a execução de ações de segurança hídrica por meio de tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva; e	x	-																		
		Universalizar o acesso à água em escolas públicas rurais localizadas no bioma Semiárido.	-	x																		
		Desenvolvimento de capacidades para a gestão e o monitoramento da segurança de barragens	Elaborar planos de segurança de barragens.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Elaboração de estudos e projetos de infraestrutura hídrica	Elaborar projeto básico e estudo e de relatório de impacto ambiental dos diques da baixada maranhense;	-	x																	
		Elaborar estudos (atualizar estudo hidrológico, elétrico e de exploração, projeto básico e executivo) das barragens do sistema Alto São Francisco;	-	x																	
		Elaborar estudos (estudo e de relatório de impacto ambiental, básico e executivo) e obra do sistema de integração da Bacia do Rio Verde/BA;	-	x																	
		Elaborar projeto executivo e executar obra do canal do sertão baiano; e	-	x																	
		Elaborar estudos e implementar obras do Canal do Xingó.	-	x																	
	Implantação de obras de Infraestrutura Hídrica	Implantar barragens nos seguintes Municípios do Espírito Santo, localizados na área de atuação da Sudene: Alto Rio Novo, São Domingos do Norte, Pancas, Vila Valério, São Gabriel da Palha, Jaguaré, Ponto Belo, Montanha, Conceição da Barra, Mucurici, Pinheiros, Água Doce do Norte, Águia Branca, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Ecoporanga e Linhares;	-	x																	
		Implantar unidades de referência em construção de pequenas barragens em propriedades rurais de agricultores familiares nos Municípios do Espírito Santo localizados na área de atuação da Sudene;	-	x																	
		Construir a Barragem Vaza-Barris no Estado de Sergipe;	-	x																	
		Implantar o Sistema Adutor Poxim-Açu no Estado de Sergipe;	-	x																	
		Dar continuidade às obras do Canal do Sertão, por meio da interligação dos sistemas coletivos de abastecimento de vinte e sete cidades da Bacia Leiteira e do Alto Sertão Alagoano;	-	x																	
		Apoiar a construção, a manutenção e a recuperação de barragens;	x	-																	
		Apoiar e fortalecer o programa de construção de adutoras e sistemas de abastecimento de água no Estado da Paraíba;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																					
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Implantar os seguintes sistemas adutores no Estado do Ceará: Banabuiú Sertão Central, Fogareiro-Alto Banabuiú, Fronteiras-Sertões de Crateús, Figueiredo-Serra do Pereiro, Trussu e Alto Jaguaribe;	-	x																	
		Ampliar o acesso à água para famílias do meio rural por meio da implantação de cisternas, com subsídios do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - ProRural, no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Implantar a infraestrutura de abastecimento de água para as comunidades rurais de Pernambuco que habitem em locais próximos aos canais do PISF;	-	x																	
		Reduzir a escassez de água com perfuração e instalação de poços artesianos em Municípios localizados no bioma Semiárido;	-	x																	
		Construir e reformar pequenas barragens no Estado de Pernambuco;	-	x																	
		Aproveitar as águas das chuvas e de lençóis freáticos no Estado do Piauí;	-	x																	
		Construir a Etapa 2 da Adutora do Litoral nos Municípios de Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande, com oitenta e dois quilômetros e quatrocentos e quarenta metros, no Estado do Piauí;	-	x																	
		Construir barramentos sucessivos dos Rios Piauí e Canindé com aproveitamento das águas para recomposição das matas ciliares e para irrigação no Estado do Piauí;	-	x																	
		Transpor as bacias hidrográficas no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de aumentar a disponibilidade hídrica na Bacia do Verde Grande;	-	x																	
		Aumentar a disponibilidade hídrica na Bacia do Rio Verde Grande por meio da adução de água promovida pela infraestrutura hidráulica do Projeto Jaíba, com a captação de águas do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais;	-	x																	
		Construir a Barragem de Jequitaí no Estado de Minas Gerais;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
		Implantar cisternas de polietileno de dezesseis mil litros que forneçam água própria para o consumo humano;	-	x												
		Implantar quatro barragens de regularização no Rio Pardo, Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Implantar cinquenta e quatro sistemas integrados para promover o abastecimento de água (barragens de regularização, estações elevatórias de água bruta e tratada, estações de tratamento de água, adutoras de água bruta e tratada, rede de distribuição e reservatórios) no Estado de Minas Gerais;	-	x												
		Implementar projeto de segurança hídrica do Estado do Maranhão, com a implantação das Adutoras Sudeste e São Raimundo Nonato;	-	x												
		Implantar a Barragem Tinguís e implantar o sistema de abastecimento do Município de Balsas, Estado do Maranhão, e concluir as obras da Barragem Atalaia no Município de Sebastião Barros, Estado do Piauí;	-	x												
		Implementar o Projeto Cisternas nos Municípios do Espírito Santo localizados na área de atuação da Sudene;	-	x												
		Construir a Barragem Fronteiras, no Estado do Ceará, com reservatório de acumulação para múltiplos usos;	-	x												
		Concluir as obras do primeiro trecho do Cinturão das Águas do Ceará (JatiCariús);	-	x												
		Duplicar o Eixão das Águas do Ceará, com duplicação dos sifões e dos sistemas de bombeamento, com o objetivo de elevar a capacidade de transferência hídrica de onze metros cúbicos por segundo para vinte e dois metros cúbicos por segundo;	-	x												
		Ampliar a oferta de água para produção agropecuária com implantação de dez mil cisternas de produção, o que beneficiará dez mil agricultores familiares no Estado do Ceará; e	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Ampliação e estruturação dos comitês de bacias hidrográficas instituídos com o objetivo de deliberar sobre a gestão dos recursos hídricos das principais bacias hidrográficas localizadas na área de atuação da Sudene	Construir as seguintes barragens no Estado do Ceará: Trairi, Poço Comprido, Lontras, Pedregulho, Melancia, Canto das Pedras e Jucá.	-	x												
		Ampliar e estruturar o comitê de bacia hidrográfica do Rio Parnaíba	-	x												
		Implementação de projeto de integração dos observatórios estaduais e federais de recursos hídricos da Região Nordeste	-	x												
		Implementação de projeto para aferir a qualidade das águas das bacias hidrográficas da Região Nordeste	-	x												
Desenvolvimento Institucional	Fortalecimento das práticas de gestão pública (planejamento, execução, avaliação e monitoramento) dos Estados e dos Municípios da Região Nordeste	Ampliar a concessão de serviços públicos com vistas à melhoria da infraestrutura, do acesso e do funcionamento de serviços públicos;	x	-												
		Implementar o Programa Governo Digital nos Municípios do Espírito Santo localizados na área de atuação da Sudene, com as seguintes ações:	-	x												
	Fortalecimento político-institucional do agente articulador da estratégia de desenvolvimento regional	Instituir e dinamizar o funcionamento de câmaras técnicas que promovam a articulação entre o Governo e a sociedade em torno dos eixos centrais do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE;	-	x												
		Elaborar e implementar programa de capacitação destinado a servidores públicos federais e estaduais para atuar em gestão colaborativa; e	-	x												
		Implementar sistemática de monitoramento do PRDNE apoiada em plataforma digital inteligente.	-	x												
	Modernização e fortalecimento da gestão pública estadual e municipal e dos órgãos metropolitanos	Implantar o Programa Governo Digital para desenvolver e aprimorar ferramentas e soluções tecnológicas para melhoria dos serviços públicos prestados à população;	x	-												
		Modernizar a gestão fiscal e tributária de Estados e Municípios da região;	x	-												
		Capacitar os gestores e os servidores públicos estaduais e municipais;	x	-												
		Implantar rede de escolas com polos destinados à oferta de cursos na modalidade de ensino a distância no Estado de Sergipe; e	-	x												

MATRIZ SÍNTESE PNDRNE EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																
EIXOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS											
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Criação de novos modelos de governança compartilhada entre Estados e Municípios da Região Nordeste	Desenvolver aplicações tecnológicas com objetivo de aprimorar os serviços públicos prestados à população que habita na área de atuação da Sudene.	x	-												
		Apoiar os Municípios nos processos de aprimoramento da gestão fiscal e tributária, com ênfase na simplificação do ambiente de negócios, na desburocratização dos procedimentos, na otimização dos gastos e no aumento da receita própria; e	x	-												
		Estimular a construção de mercado privado de financiamento de longo prazo, no Estado do Piauí, a exemplo do projeto Piauí Conectado.	-	x												
	Apoio à elaboração de modelagem para parcerias público-privadas e concessões por meio de consórcios entre Estados e/ou Municípios e entidades privadas	Apoiar a elaboração de modelagem para parcerias público-privadas destinadas à modernização e à ampliação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa no Estado de Sergipe;	x	-												
		Captar recursos externos para novos investimentos por meio de parcerias firmadas com organismos internacionais e/ou nacionais para aplicação no Programa Vida Nova nas Grotas, com foco na mobilidade urbana nas principais cidades do Estado de Alagoas.	x	-												
		Captar investimentos do agronegócio para a região do Canal do Sertão, Estado de Alagoas.	-	x												
	Fomento à criação e apoio às agências estaduais de desenvolvimento	Fomentar a criação e apoiar as agências estaduais de desenvolvimento.	x	-												

Fonte: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE 2019

Legenda:

* SINERGIA C – COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1	Erradicação da pobreza	7	Energia limpa e acessível	13	Ação contra a mudança global do clima
2	Fome zero e agricultura sustentável	8	Trabalho decente e crescimento econômico	14	Vida na água
3	Saúde e Bem-Estar	9	Indústria, inovação e infraestrutura	15	Vida terrestre
4	Educação de qualidade	10	Redução das desigualdades	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5	Igualdade de gênero	11	Cidades e comunidades sustentáveis	17	Parcerias e meios de implementação
6	Água potável e saneamento	12	Consumo e produção responsáveis		

Apêndice C – Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (PDES)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA - PDES -TEMAS E AÇÕES																					
TEMA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	SINERGIA *		FREQÜÊNCIA**	ODS RELACIONADOS																
		C	SR		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
1 - Capital Humano	Adesão ao projeto Renova (variedade adaptável ao município) - EMBRAPA	x	-	-																	
	Reformar, revitalizar e redimensionar o Aeroporto de FSA, funcionando como meio de integração logística com uso de voos regulares para carga e passageiros	x	-	8																	
	Agricultura familiar de forma assistida	x	-	-																	
	Alfabetização de jovens e idosos	x	-	-																	
	Ampliação da disponibilização de instituições financeiras	x	-	-																	
	Ampliação da política de atração de empreendimentos industriais/comerciais/serviços para o município	x	-	-																	
	Ampliação e aperfeiçoamento do Feira Digital	x	-	-																	
	Anel rodoviário	x	-	-																	
	Apoiar eventos para educação corporativa	x	-	-																	
	Apoio de desenvolvimento e capacitação dos gestores ambientais	x	-	-																	
	Aproveitamento das lagoas em Feira de Santana como pontos turísticos para os feirenses	x	-	-																	
	Aproximação das academias de ciência com a sociedade Civil e administrativas	x	-	-																	
	Articulação para atuação das empresas que invistam em Feira oportunizando absorção de MO	x	-	-																	
	Atração de empresas privadas para zona rural, trazendo emprego e renda para agricultores	x	-	-																	
	Aumento da disponibilidade da internet para as comunidades mais distantes	x	-	-																	
	Aumento da participação público-privada	x	-	-																	
	Buscar acessibilidade para o artesanato dos distritos	x	-	-																	
	Buscar recursos junto a instituições financeiras para investimentos culturais	x	-	-																	
	Centro de treinamento de esporte aquático	x	-	-																	
	Construção de cisternas (para ampliar a captação de água da chuva)	x	-	-																	
	Construção de uma fábrica de tijolos (Jaguara)	x	-	-																	
	Construção do centro de convenções Municipal e viabilizar a gestão por organizações da sociedade civil	x	-	-																	
	Construção do galpão da agricultura familiar ou no centro de abastecimento, ou 3 galpões nas BRs (116 norte, sul e 324)	x	-	-																	
	Convênios e parcerias com empresas de pesquisa;	x	-	-																	
	Trazer polos ou campus da UFBA e UNEB	x	-	-																	
2 - Internacionalização	Estruturar eventos para captação de recursos para startups	x	-	-																	
	Estruturar grupos de investidores - parceria com instituições financeiras, empresariais, de ensino e fomento ao empreendedorismo	x	-	-																	
	Facilitar o acesso à informação (divulgar ações, oportunidades e jornais para o homem do campo)	x	-	-																	
	Fazer levantamento global das demandas do município em termos de qualificação para aproveitamento das oportunidades	x	-	-																	
	Fomentar ação pública de conscientização para as empresas sobre as NRs	x	-	-																	
	Fomentar festas culturais	x	-	-																	
	Fundo de inovação parceria público privada e instituições (Sebrae/IEL)	x	-	-																	
3 - Mercado																					

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA - PDES -TEMAS E AÇÕES																					
TEMA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	SINERGIA *		FREQÜÊNCIA**	ODS RELACIONADOS																
		C	SR		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Gerar a aproximação das demandas das indústrias e agroindústrias dos centros universitários e de formação técnica através de programas, prêmios, estudos técnicos específicos. Implantação de um polo de pesquisa e inovação, envolvendo docentes.	x	-	-																	
	Implantação de ciclovias	x	-	-																	
	Implantação de semáforos inteligentes (que abre somente se tiver veículos estão chegando de outra direção no cruzamento)	x	-	-																	
	Implantação de uma praia fluvial às margens do rio Jacuípe com respeito ao meio ambiente para desenvolvimento do turismo sustentável	x	-	-																	
	Implantar unidades do Cimatec em convênio com o Governo Federal	x	-	-																	
	Implementar incubadora de empresas	x	-	-																	
	Implementar o centro comercial popular e fiscalizar para que não surjam novos "centros informais"	x	-	-																	
	Implementar órgão de informações, estudos, pesquisa e projetos	x	-	-																	
	Implementar turismo de negócios, eventos, seminários e congressos	x	-	-																	
	Incentivar a economia solidária no novo centro de abastecimento, junto da agricultura familiar	x	-	-																	
	Incentivo às agroindústrias familiares rurais (com reforma, doação de implementos e maquinários e comercialização);	x	-	-																	
	Incentivos para atração de empresas para o polo industrial/comercial - CIS/CIDIC; Instituir pólo industrial municipal; Melhorar infraestrutura dos centros industriais (CIS) centro industrial	x	-	-																	
	Industrialização	x	-	-																	
	4 - Mercado de Trabalho	Instalação de lâmpadas de LED para melhorar a iluminação pública	x	-	-																
Instalação de torres de telefonia para melhorar a comunicação		x	-	-																	
Instalação do trem intercity Salvador Feira		x	-	2																	
Instrumentalizar técnica e legalmente os ativos naturais (lagoas, pedra do cavalo...) para alcançarem o equilíbrio ambiental		x	-	-																	
Garantir a implantação de saneamento básico e pluvial. Promover a expansão urbana concomitante com o desenvolvimento do saneamento básico e pluvial, e com sustentabilidade ambiental dos empreendimentos; Programa de saneamento básico rural (com medidas simples)		x	-	5																	
Expansão do fornecimento de água potável		x	-	-																	
5 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Investimento em lazer	x	-	-																	
	Investimentos em infraestrutura, estabelecimento de parceria público-privada, publicizaçao.com O.S (organização Social)	x	-	-																	
	Programa de aproveitamento da água residual dos poços artesianos para a piscicultura, irrigação e fornecimento para os animais, nos locais não abastecidos pela Embasa	x	-	-																	
	Melhorar, modernizar e ampliar a conectividade da internet	x	-	-																	
	Melhorar o sistema de ensino em geral	x	-	-																	
	Melhoria do monitoramento dos transeuntes para segurança	x	-	-																	
	Mobilidade urbana	x	-	-																	
	Modernização da agricultura municipal	x	-	-																	
	Modernização de matriz energética (energia solar, carro elétrico); Introdução nos projetos públicos a utilização de energias renováveis; Fomentar utilização da energia fotovoltaica	x	-	6																	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA - PDES -TEMAS E AÇÕES																					
TEMA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	SINERGIA *		FREQÜÊNCIA**	ODS RELACIONADOS																
		C	SR		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
6 - Setor Financeiro	Parque náutico Pedra do Cavalo; Projeto para concessão de exploração um polo turístico aquático na Pedra do Cavalo	x	-	2																	
	Pavimentação das estradas principais dos distritos de Tiquaruçu e Jaguará para facilitar o escoamento da produção	x	-	-																	
7 - Sustentabilidade Econômica e Social	Plantio de árvores, fiscalização do desmatamento e contaminação dos rios e ações ambientais voltadas para a população sobre o assunto	x	-	-																	
	Posto de saúde com acompanhamento da população e médicos em quantidade suficiente	x	-	-																	
9 - Infraestrutura para Competitividade	Programa para a construção, ampliação e limpeza de aguadas	x	-	-																	
	Programa para desenvolvimento da área rural do município, promover infraestrutura física e social	x	-	-																	
	Programas para geração do primeiro emprego	x	-	-																	
	Promoção de parcerias com as instituições de ensino, não apenas como estágio, mas também como a promoção e desenvolvimento de projetos	x	-	-																	
	Promover integração entre a prefeitura e ecossistema da cidade para capacitação de capital humano	x	-	-																	
	Reativar o CMCTI - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação	x	-	-																	
	Redimensionar centro de abastecimento para atendimento aos turistas, tendo como exemplo Caruaru	x	-	-																	
	Reordenar e qualificar o centro da cidade	x	-	-																	
	Revitalização das lagoas com parques	x	-	-																	
	Transporte em quantidade suficiente	x	-	-																	
10 - Sustentabilidade Ambiental e Mudança Climática	Criação da reforma de casas para o pequeno agricultor	x	-	-																	
	Criação de cooperativas para ajuda no escoamento da produção	x	-	-																	
	Criação de estratégias para atrair o público aos parques municipais	x	-	-																	
	Criação do parque ecológico	x	-	-																	
	Criação do selo ou certificação municipal para produtos oriundos da agricultura familiar	x	-	-																	
	Criar ações de capacitação e atualização do empresariado e trabalhadores	x	-	-																	
	Criar agenda de eventos articulados para eliminar as fraquezas	x	-	-																	
	Criar porto seco em Feira e interligar às rodovias, a um aeroporto de cargas e ao porto naval de Aratu	x	-	2																	
11 - Sustentabilidade Urbana	Criar programas de incentivo às instituições da sociedade civil organizada	x	-	-																	
	Criar programas de inventivo ao desenvolvimento tecnológico e científico para a zona rural	x	-	-																	
	Criar programas que unam trabalhadores rurais e capacitem (como o Feira Produtiva)	x	-	-																	
	Criar um centro de empreendedorismo que integre universidades/faculdades e mercados	x	-	-																	
	Criar um programa de conscientização de pertencimento à cidade	x	-	-																	
	Criar um projeto de valorização cultural	x	-	-																	
	Depósito comunitário para armazenamento de sementes e beneficiamento	x	-	-																	
	Desenvolver efetivamente o planejamento urbano com vias estruturadors em relação a expansão do município	x	-	-																	
	Desenvolver uma campanha, para valorização da cultura local e a identidade do feirense, criar uma marca para a cidade	x	-	-																	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE FEIRA DE SANTANA - PDES -TEMAS E AÇÕES																		
TEMA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	SINERGIA *		FREQUÊNCIA**	ODS RELACIONADOS													
		C	SR		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
	Desenvolvimento de iniciativas sustentáveis (Feira Orgânica/Coleta seletiva/logística reversa)	x	-	-														
	Desenvolvimento participativo com a sociedade conselho formado com a sociedade	x	-	-														
	Elaborar plano de inovação e fundo de inovação municipal	x	-	-														
	Estimular práticas públicas que apoiam a agricultura familiar, através de pesquisas de culturas típicas com adequação ao clima e consumo local;	x	-	-														

Fonte: Ernst Young - Relatório das oficinas do Plano de Desenvolvimento Econômico de Feira de Santana - 2018

Legenda:

* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

** FREQUÊNCIA: Número de vezes que as ações foram sugeridas nas oficinas

LEGENDA DOS ODS

1	Erradicação da pobreza	7	Energia limpa e acessível	13	Ação contra a mudança global do clima
2	Fome zero e agricultura sustentável	8	Trabalho decente e crescimento econômico	14	Vida na água
3	Saúde e Bem-Estar	9	Indústria, inovação e infraestrutura	15	Vida terrestre
4	Educação de qualidade	10	Redução das desigualdades	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5	Igualdade de gênero	11	Cidades e comunidades sustentáveis	17	Parcerias e meios de implementação
6	Água potável e saneamento	12	Consumo e produção responsáveis		

Apêndice D – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana (PDDU)

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município	Realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território de forma a elevar a qualidade de vida da população feirense, compatibilizando as inter relações entre o urbano e o rural;	x	-																	
	Assegurar o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução da pobreza aos munícipes, sobretudo no acesso à saúde, educação, cultura, oportunidades de trabalho e de renda, moradia digna, saneamento ambiental, mobilidade sustentável, infraestrutura e serviços públicos, distribuídos nas diferentes regiões da Cidade, nos diversos distritos e povoados;	x	-																	
	Instituir, promover, garantir, integrar e estabelecer o desenvolvimento sustentável, nos aspectos social, econômico e ambiental; a justa distribuição das riquezas; o cumprimento da função social da propriedade e a equidade social no Município.	x	-																	
	Elevar a qualidade de vida e o conforto ambiental, urbano e rural no território feirense, garantindo a preservação e recuperação dos bens naturais; o combate à degradação socioambiental; o uso de energias e tecnologias limpas, e a proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, material e imaterial e paisagístico, notadamente buscando inserir a viabilização da integração de políticas públicas para a moradia nos centros históricos;	x	-																	
	Garantir, em todos os bairros, distritos e povoados, o acesso da população aos equipamentos sociais e comunitários, à infraestrutura e aos serviços públicos, adequando o adensamento à capacidade de suporte do meio físico, potencializando a utilização das áreas providas de infraestrutura adequada;	x	-																	
	Assegurar, no território feirense, a todos os munícipes e visitantes, a acessibilidade universal e a mobilidade para todos os cidadãos, tanto na cidade, quanto nos distritos e povoados, sem barreiras arquitetônicas e urbanísticas;	x	-																	
	Priorizar os pedestres e veículos não motorizados e expandir as redes de transporte coletivo de média capacidade, preferencialmente movidos a combustíveis mais limpos, além de desestimular o uso do automóvel individual nas centralidades urbanas;	x	-																	
	Reduzir os deslocamentos intraurbanos e territorial, estimulando novas centralidades e requalificando as existentes, promovendo o adensamento da ocupação do solo na malha urbana da sede;	x	-																	
	Estimular o desenvolvimento urbano nas áreas subutilizadas e no entorno da rede de transporte coletivo de média capacidade;	x	-																	
	Equacionar as demandas do crescimento urbano e do desenvolvimento rural, ampliando a vida útil das redes de serviços e equipamentos;	x	-																	
	Promover políticas de interesse da coletividade, a exemplo da regularização fundiária e a urbanização adequada de assentamentos precários no território, buscando conter a retenção especulativa de imóveis que resultem na sua subutilização ou não utilização, com aproveitamento racional através do planejamento, controle do uso e da ocupação do solo, zelando pelo bem-estar dos habitantes, pelas funções sociais da cidade, distribuindo os benefícios e os encargos do processo de desenvolvimento urbano.	x	-																	
	Promover a universalização progressiva e justa distribuição social, com a urbanização das áreas não assistidas, revertendo o processo de segregação socioespacial, assegurando a boa qualidade e a acessibilidade dos espaços e aos serviços públicos para uso de todos, notadamente ao saneamento ambiental e sua integração com a articulação à malha urbana;	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Consolidar Feira de Santana como metrópole e pólo regional de negócios de vanguarda na pesquisa científica, na logística de transportes e distribuição de cargas, na economia criativa, na tecnologia de informação e no turismo (de negócios, rural e de base comunitária – TBC);	x	-																	
	Ampliar a base econômica e a renda municipal, favorecendo o acesso da população às oportunidades de emprego e a criação de novos postos de trabalho, buscando aumentar a produtividade e a ecoeficiência das atividades industriais, do comércio e da logística de transporte e distribuição de cargas;	x	-																	
	Aumentar a eficiência econômica da Cidade (sede do município), Distritos e povoados, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores público e privado, inclusive, por meio do aperfeiçoamento administrativo do setor público, introduzindo os princípios e valores da administração política;	x	-																	
	Incentivar a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos de política urbana e territorial no município de Feira e sua região metropolitana, reforçando o estabelecido como a função social da cidade e seus instrumentos a serem utilizados;	x	-																	
	Fortalecer o protagonismo municipal nas decisões de interesse local e regional, estabelecendo mecanismos de participação da sociedade no processo de planejamento;	x	-																	
	Aumentar a eficácia da ação governamental, promovendo a integração e a cooperação com os governos federal, estadual e a articulação com os demais municípios da região metropolitana Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), no processo de planejamento e gestão das questões de interesse comum;	x	-																	
	Resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento e as relações sociais e comunitárias;	x	-																	
	Valorizar, proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico feirense em toda a sua diversidade e complexibilidade, asegurando a integração entre as diferentes linguagens e manifestações, ampliando o acesso à produção e ao consumo cultural, enquanto importante dimensão da economia do território, utilizando-os como meio visando o desenvolvimento sustentável, tanto no ambiente urbano, quanto no rural;	x	-																	
	Promover, mediante estudos, a relocação, quando for o caso, para locais seguros e adequados, da população que ocupa áreas impróprias ou contaminadas, como aquelas em situação de risco de inundação nas margens das lagoas, rios e demais corpos hídricos;	x	-																	
	Assegurar a proteção e o saneamento ambiental, combatendo a poluição e a contaminação, garantindo a qualidade para todas as manifestações de vida, preservando a fauna, a flora, e recuperando os ambientes, notadamente as lagoas urbanas, impedindo a ocupação nas áreas de preservação permanente, garantindo a segurança e a saúde da coletividade;	x	-																	
	Ampliar a oferta de equipamentos comunitários e de espaços verdes e de lazer, acessíveis a todos os munícipes e visitantes;	x	-																	
	Buscar a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no atendimento das ações estratégicas desta Lei.	x	-																	
	Integração do desenvolvimento territorial, incorporado ao direito à habitação, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais;	x	-																	
	Viabilização do acesso à moradia digna e adequada a segmentos da população, especialmente o de baixa renda, na área urbana e rural do município, contribuindo, assim, para a inclusão social.	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Garantia da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;	x	-																	
	Adequação do adensamento populacional à capacidade da infraestrutura existente e projetada, otimizando sua utilização e evitando a sobrecarga ou ociosidade das redes de atendimento público;	x	-																	
	Garantia das condições adequadas de mobilidade no Município, com vistas à integração econômica, social e territorial, contemplando os vários modais e valorizando as centralidades existentes;	x	-																	
	Recuperação da complementação urbanística e funcional dos espaços e logradouros públicos, considerados ambientes de convívio e socialização, meios de inserção social, de fortalecimento da identidade coletiva e de desenvolvimento econômico, bem como sua melhoria paisagística;	x	-																	
	Garantia do acesso às pessoas idosas, com conforto, autonomia e segurança aos espaços públicos, tendo em vista o crescimento da faixa etária, a partir de sessenta anos, da população de Feira de Santana até o ano de 2028;	x	-																	
	Remoção das barreiras arquitetônicas e urbanísticas nas edificações e nos espaços públicos, de forma a garantir acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;	x	-																	
	Preservação da memória e da identidade local, por meio da manutenção das características simbólicas e materiais dos espaços peculiares que definem a imagem de Feira de Santana, com suas lagoas e monumentos, bem como o Lago de Pedra do Cavalo, que privilegiam os elementos da paisagem natural e construída;	x	-																	
	Conservação dos recursos naturais, em especial os mananciais hídricos, superficiais e subterrâneos do território municipal, com a viabilização de sua coexistência como elementos de conforto ambiental, desenvolvimento econômico e qualificação urbanística;	x	-																	
	Requalificação dos espaços degradados ou em processo de degradação, mediante transformações urbanísticas estruturais alinhadas com a legislação ambiental e de proteção ao patrimônio histórico e cultural;	x	-																	
	Expansão das iniciativas de universalização do saneamento básico para atendimento de todas as áreas do Município, principalmente aquelas desprovidas de infraestruturas e elevados níveis de exclusão e segregação social;	x	-																	
	Articulação do esforço pessoal e das comunidades organizadas em programações compartilhadas com o Executivo e a iniciativa privada, visando às ações de recuperação e promoção urbanística das áreas menos estruturadas e com baixos padrões de urbanização;	x	-																	
	Articulação das diretrizes do ordenamento territorial de Feira de Santana com os municípios vizinhos, notadamente São Gonçalo dos Campos, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria e Santa Bárbara, integrando os interesses locais e metropolitanos relativos ao uso e ocupação do solo, nas áreas em processo de conurbação;	x	-																	
	Uso dos espaços urbanos, públicos e privados, para a atração de investimentos e expansão das atividades econômicas existentes, fortalecendo e modernizando a base econômica do Município;	x	-																	
	Promoção da articulação entre as diferentes esferas governamentais, concessionárias e agentes públicos e privados, em prol de garantir a melhoria constante dos serviços públicos prestados na saúde, educação, segurança pública, mobilidade, iluminação pública, manejo dos resíduos sólidos, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgotamento sanitário e atendimento ao cidadão;	x	-																	
	Integração dos bancos de dados geográficos e alfanuméricos e dos sistemas setoriais de informação, visando ao conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e a gestão urbana;	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Estabelecimento de políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para a manutenção, conservação e reparação dos imóveis públicos e particulares tombados, de valor histórico, artístico ou cultural.	x	-																	
	Induzir e orientar a expansão da malha urbana, estimulando a ocupação preferencial das áreas rarefeitas ou vazias, evitando-se o excessivo do adensamento da área central e bairros consolidados;	x	-																	
	Preservar e proteger o meio ambiente natural e áreas inaptas à ocupação urbana, conforme Anexo VII e definir parâmetros;	x	-																	
	Preservar, proteger e recuperar o que for estabelecido como patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, artístico ou paisagístico;	x	-																	
	Estimular uma ordenação do território que promova um desenvolvimento equilibrado;	x	-																	
	Garantir o inter-relacionamento do uso do solo com o sistema viário e os transportes públicos, assegurando, à população, acessibilidade à toda a malha urbana, priorizando a redução dos deslocamentos entre a habitação e o trabalho;	x	-																	
	Promoção de um sistema de circulação e transporte que assegure a acessibilidade a todas as regiões do município, priorizando o transporte coletivo não poluente sobre o individual;	x	-																	
	Conter as atividades urbanas incômodas, perigosas ou nocivas em áreas que lhes serão especialmente destinadas, proporcionando nos bairros, distritos e povoados uma adequada diversificação das atividades compatíveis entre si;	x	-																	
	Concentrar as atividades não habitacionais de médio e grande porte ao longo das vias especiais, assegurando a característica predominantemente residencial do interior dos bairros;	-	x																	
	Promover a regularização fundiária e a urbanização específica de áreas ocupadas por população de baixa renda;	x	-																	
	Estabelecer o controle público sobre a utilização do imóvel urbano, em conformidade com a função social da propriedade e da cidade;	-	x																	
	Promover uma política habitacional que assegure o direito social da moradia;	x	-																	
	Promover uma justa distribuição de custos e benefícios da urbanização, assim como das infraestruturas e serviços urbanos.	x	-																	
	Atrair novos setores produtivos para o município, em consonância com a política de desenvolvimento metropolitano e regional;	x	-																	
	Fortalecer as cadeias produtivas do município, da RMFS e da região;	x	-																	
	Ampliar o valor agregado resultante das atividades econômicas instaladas no município;	x	-																	
	Recuperar, revalorizar e apoiar a atividade industrial, com ênfase nas micros, pequenas e médias empresas;	x	-																	
	Fortalecer as atividades comerciais, de qualquer porte e segmento, e os serviços de apoio à produção em geral;	x	-																	
	Incentivar à articulação da economia local ao mercado globalizado;	x	-																	
	Estabelecer políticas de incentivo, inclusive de natureza fiscal, para a manutenção, conservação e reparação dos imóveis públicos e particulares, tombados, de valor histórico, artístico ou cultural.	x	-																	
	Fortalecimento do processo de aprovação do parcelamento do solo na busca de viabilidade urbanística, ambiental e legal dos empreendimentos compatíveis e adequados com a malha urbana;	x	-																	
	Controle da qualidade urbanística dos novos parcelamentos;	-	x																	
	Condicionamento dos novos parcelamentos ao zoneamento e parâmetros estabelecidos neste Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Condicionamento da produção de lotes à oferta e capacidade de infraestrutura;	x	-																	
	Promoção do comprometimento dos agentes privados com a qualificação dos espaços urbanos, sobretudo os de interesse público e coletivos.	-	x																	
	Estimular o desenvolvimento e o adensamento das atividades econômicas nas diversas centralidades existentes no território, bem como o uso residencial, integrando as áreas hoje ociosas;	x	-																	
	Qualificar os espaços públicos, os serviços municipais e a paisagem urbana na zona urbana de ocupação prioritária;	x	-																	
	Planejar o desenvolvimento e a ocupação das áreas vetores de expansão urbana, conforme apresentado no Anexo I.	x	-																	
	Incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas geradoras de emprego, trabalho e renda;	x	-																	
	Ordenamento das atividades econômicas em função da aptidão do solo e dos elementos estruturadores da área rural;	x	-																	
	Desenvolvimento de atividades produtivas organizadas que aproveitem os potenciais naturais nessas áreas;	x	-																	
	Desenvolvimento de ações que possibilitem a permanência da população e a diversificação de suas atividades produtivas;	x	-																	
	Incentivo do uso do solo direcionado às atividades agrofamiliares e cooperativas ligadas à produção primária através da ação pública integrada e planejada;	x	-																	
	Direcionamento de políticas e programas para a reestruturação de localidades rurais em desenvolvimento, com posição geográfica estratégica, bem como o fortalecimento das atividades locais para a população residente nas áreas de influência;	-	x																	
	Implantação de elementos estruturais, como escolas, postos de saúde, atividades comerciais, pontos de integração do transporte coletivo, atividades de turismo, espaços para o convívio social e comunitário, equipamentos públicos, dentre outros;	x	-																	
	Identificação e valorização das áreas com potencial turístico;	x	-																	
	Reconhecimento da diversidade natural, cultural e étnica nas áreas rurais;	-	x																	
	Participação e cooperação dos diversos agentes públicos e privados, da população e das associações representativas no planejamento, na execução e no controle da implantação da política territorial, através de canais institucionais de participação popular.	x	-																	
P2 - Política Municipal Habitacional (PMH)	Promover o acesso à moradia com condições adequadas, priorizando a população de baixa renda e as Comunidades Tradicionais;	x	-																	
	Reduzir o déficit habitacional, promovendo empreendimentos de interesse social e criar condições para a participação da iniciativa privada;	x	-																	
	Reverter o processo de segregação socioespacial, promovendo incentivo e indução à produção HIS nos vazios urbanos que possuam, em seu entorno, infraestrutura;	x	-																	
	Promover a recuperação e requalificação em assentamentos habitacionais precários, clandestinos e irregulares, dotando-os de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços urbanos, e erradicando riscos;	x	-																	
	Apoiar tecnicamente a melhoria das construções em assentamentos precários;	-	x																	
	Indução da distribuição de usos e da intensidade da ocupação do solo, visando à correção dos desequilíbrios intraurbanos;	-	x																	
	Efetivar as políticas de controle e manutenção dos núcleos urbanizados e regularizados;	-	x																	
	Incentivar e apoiar a formação de agentes promotores e financeiros não estatais, na execução de programas habitacionais;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Promover o acesso à terra, através da utilização adequada dos vazios urbanos para ocupação (ou áreas ociosas), como ZEIS;	x	-																	
	Adotar programas e ações estratégicas para apoiar a modalidade de residência inclusiva da pessoa , prestada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	-	x																	
	Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada;	-	x																	
	Promover os meios para garantir a diversidade dos programas e de agentes promotores da PHIS;	x	-																	
	Garantir o melhor aproveitamento e eficiência na utilização dos recursos da infraestrutura instalada;	x	-																	
	Oferecer condições para o funcionamento dos canais do controle social da política habitacional;	-	x																	
	Viabilizar a atuação integrada e articulada com os demais níveis de governo e a iniciativa privada, visando: a) fortalecer a ação municipal; b) estimular maior participação de outros agentes promotores no atendimento das necessidades habitacionais; c) aperfeiçoar o uso de recursos humanos e financeiros.	x	-																	
	Assegurar a atuação contínua e sistemática da Administração Municipal, de acordo com as prioridades definidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social;	-	x																	
	Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais inadequados nas áreas de preservação ambiental e de mananciais, nas remanescentes, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados e a destinação adequada a essas áreas;	x	-																	
	Produção de HIS em vazios urbanos bem localizados, em relação à infraestrutura e serviços, e adequados ao uso residencial e intervenção em áreas passíveis de urbanização;	x	-																	
	Desenvolver ações com agentes de âmbito regional, visando à oferta equilibrada de habitações de interesse social em toda a área de influência do Município de Feira de Santana.	-	x																	
	Reversão das tendências indesejáveis por meio da oferta de alternativas de atendimento habitacional, em qualidade e quantidade adequadas, evitando adensamentos excessivos que resultem no comprometimento da qualidade ambiental;	x	-																	
	Produção de HIS em vazios urbanos bem localizados, em relação à infraestrutura e serviços, e adequados ao uso residencial e intervenção em áreas passíveis de urbanização;	x	-																	
	Cadastro de imóveis para fins de produção de HIS seja via desapropriação por outros instrumentos urbanísticos, como Parcerias Público-Privadas (PPP) e consórcios imobiliários;	x	-																	
	Regularização fundiária de áreas urbanizáveis ocupadas e conjuntos habitacionais públicos	x	-																	
	Desenvolvimento de projetos urbanísticos e habitacionais livres de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, adequados às condições climáticas e morfológicas do sítio, e adaptados aos padrões culturais de população, considerando a renda da clientela e a capacidade de manutenção;	x	-																	
	Incentivo ao atendimento em escala, com menores custos e maior qualidade e agilidade, mediante medidas fiscais;	-	x																	
	Exigência de que pelo menos 5% (cinco por cento) de unidades construídas sejam adaptadas com vistas à promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, observados os princípios estabelecidos na Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência);	x	-																	
	Incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com a adoção de métodos construtivos mais eficientes,	-	x																	
	Criação de tecnologias alternativas, métodos construtivos eficientes e meios de barateamento da produção habitacional	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Incentivo à promoção da qualidade do setor da construção habitacional, com a adoção de métodos construtivos mais eficientes, melhores índices de produtividade e qualidade, e incorporação de avanços tecnológicos para redução dos custos médios, por metro quadrado, do índice de desperdício;	-	x																	
	Incentivo à implantação de projetos de uso misto, agregando categorias de uso não residencial, complementares ao residencial, e de renda mista, com vistas à viabilização da participação do mercado privado, sobretudo quando da regularização das ZEIS.	x	-																	
	A urbanização de assentamentos precários deve promover a acessibilidade e circulação de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;	x	-																	
	As obras de urbanização devem respeitar a configuração física geral do assentamento, buscando o menor número possível de remoções, devendo o reassentamento das famílias ocorrer dentro da área de intervenção;	x	-																	
	A intervenção deve preservar, sempre que tecnicamente, possíveis espaços públicos ligados às tradições culturais das comunidades;	x	-																	
	Deve-se considerar o número de desapropriações ou remoções versus os custos e benefícios a serem alcançados com a adoção das soluções propostas;	x	-																	
	O risco de alagamentos e inundação em período de cheias deverá ser eliminado.	x	-																	
	Implantação de adequada infraestrutura urbana, incluindo sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, proteção dos recursos hídricos;	x	-																	
	Instalação de equipamentos de saúde, educação, cultura, recreação e lazer;	x	-																	
	Infraestrutura para oferta de serviços públicos essenciais, como iluminação pública, limpeza urbana, transporte coletivo, atendimento emergencial e segurança pública;	x	-																	
	Condições de mobilidade e acessibilidade, abrangendo ciclovias, grandes calçadas e vias de pedestres, facilitando a integração com as vias coletoras e os sistemas de transporte de média capacidade;	x	-																	
	Fomento a usos não residenciais de caráter local, como comércio e serviços;	x	-																	
	Projetos de habitação de interesse social para reassentamento das famílias cujos domicílios sejam removidos.	x	-																	
	P3 - Política Municipal de Meio Ambiente	Promover o desenvolvimento sustentável dos espaços urbano e rural;	x	-																
Garantir a integridade das reservas florestais;		x	-																	
Promover a recuperação e ampliação das áreas verdes do Município;		x	-																	
Promover o controle qualitativo e quantitativo do lançamento de resíduos industriais e hospitalares;		-	x																	
Viabilizar a gestão do meio ambiente;		-	x																	
Conscientizar a população para a importância de uma coexistência harmônica com o meio ambiente;		x	-																	
Impedir e restringir a ocupação urbana em áreas de risco;		x	-																	
Promover a integração com a política municipal de saneamento ambiental;		x	-																	
Controle e fiscalização da ocupação e da impermeabilização do solo nas áreas urbanizadas, mediante a aplicação de critérios e restrições urbanísticas regulamentados na legislação de ordenamento do uso e ocupação do solo;		-	x																	
Conservação da vegetação relevante e recuperação daquela degradada, em especial, as Áreas de Preservação Permanente (APP), as Áreas Verdes Urbanas, as Áreas Sujeitas a Regime Específico – ASRE e as Unidades de Conservação – UC.	x	-																		

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Desobstrução dos cursos d'água e das áreas passíveis de alagamento e inundação, mantendo-as livres de barreiras físicas;	-	x																	
	Monitoração e controle das atividades com potencial de degradação do ambiente	-	x																	
	Monitoração sistemática da perenidade e qualidade dos corpos hídricos, superficiais e subterrâneos, disponibilizando os resultados no Sistema de Informação Municipal de Meio Ambiente – SISIMMA;	-	x																	
	Participação nos comitês de bacia dos rios Paraguaçu, Pojuca e Subaé	-	x																	
	Adoção de soluções imediatas para as ligações domiciliares de esgoto e para os pontos críticos do Sistema de Esgotamento Sanitário de Feira de Santana	-	x																	
	Preservação ou recomposição da cobertura vegetal nas matas ciliares ao longo de cursos d'água consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e de risco potencial para a ocupação humana;	x	-																	
	O reassentamento das famílias em áreas impróprias para a ocupação humana, eliminação de riscos, implantação da infraestrutura, criação de áreas públicas de lazer, conservação das áreas permeáveis e dotadas de cobertura vegetal.	-	x																	
	Maximização das perdas de calor dos materiais que constituem o ambiente construído, por meio da ventilação natural	-	x																	
	Forçar o bloqueio da radiação solar, com o uso de jardins verticais nas fachadas que estão expostas à grande incidência de radiações solares;	-	x																	
	Redução de temperaturas superficiais dos pisos, fachadas e coberturas, por meio de revestimentos,	-	x																	
	Estimular o formato claustro e jardins internos, bem arborizados, nas edificações públicas, propiciando melhor sombreamento nas áreas de circulação;	-	x																	
	Definir ações para a recuperação de áreas degradadas e alteradas, proteção de áreas ameaçadas de degradação, bem como as de proteção e melhoria da qualidade do ambiente;	-	x																	
	Dar subsídios para o estabelecimento de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação das áreas	-	x																	
	Estabelecer indicadores de desenvolvimento sustentável;	x	-																	
	Identificar as áreas a serem declaradas enquadradas como Áreas Sujeitas a Regime Específico – ASRE	-	x																	
	Identificar áreas com potencial para conservação, definindo os estudos a serem realizados para criação de Unidade de Conservação	-	x																	
	Compatibilização do exercício das atividades de exploração mineral com as atividades urbanas e a conservação ambiental da superfície territorial do Município de Feira de Santana	-	x																	
	Definição de usos adequados, após a recuperação das áreas degradadas pela atividade de exploração mineral, garantia da recuperação adequada do ambiente degradado	-	x																	
	Incentivo às empresas mineradoras para implantação de áreas revegetadas	-	x																	
	Obrigações de recuperação urbanística e ambiental por meio do Plano de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADA)	-	x																	
	Elaboração de um plano de ocupação, após o encerramento definitivo das atividades de extração mineral, definindo setores destinados às áreas residenciais, não residenciais e de preservação e recuperação.	-	x																	
	A ocupação e uso do solo em Feira de Santana orientar-se-á segundo as características das bacias hidrográficas que cortam seu território, respeitando, especialmente, as restrições ambientais para proteção dos corpos hídricos considerados de valor ambiental, conforme estabelece o Código de Meio Ambiente de Feira de Santana, que trata, em seu Capítulo IV, Título IV, do Zoneamento Ambiental.	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Implementação de parcerias com instituições dos setores público e privado, ongs e instituições afins;	x	-																	
	Implantação e implementação de viveiros para produção de mudas de espécies nativas e exóticas que serão adotadas para arborização na área urbana, sedes distritais, povoados e na área rural, observando a legislação vigente;	-	x																	
	Nos termos do Código Municipal de Meio Ambiente, as Unidades de Conservação (UC) são parcelas do território municipal, que conformam sítios naturais de beleza cênica e diversidade biológica, conservando espécies da fauna e da flora, incluindo as áreas com características ambientais de relevantes valores ecológicos e socioambientais, com funções de proteção dos mananciais e à qualidade dos recursos hídricos e equilíbrio climático, de domínio público ou privado legalmente constituídas ou reconhecidas pelo poder público, com objetivos e limites definidos, sob regime especial de administração, as quais se aplicam garantias adequadas de proteção, sendo de grande importância para a qualidade ambiental.	x	-																	
	Valorização e aproveitamento do potencial turístico e de lazer, com estímulo ao desenvolvimento de atividades náuticas da Área de Borda do Lago de Pedra do Cavalo;	-	x																	
	Valorização e requalificação dos espaços e equipamentos de uso público e tratamento específico para o uso e a ocupação nas áreas de entorno dos monumentos arquitetônicos e históricos contidos da Área de Borda do Lago de Pedra do Cavalo;	-	x																	
	Regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – dos assentamentos precários urbanizáveis e reassentamento das áreas não urbanizáveis na Área de Borda do Lago de Pedra do Cavalo	-	x																	
	Elaboração de planos específicos de Parques Urbanos objetivando a definição das atividades a serem desenvolvidas em cada parque, considerando os atributos ambientais existentes e sua fragilidade, de modo a compatibilizar a conservação ambiental com o uso para o lazer, a recreação, o turismo ecológico, atividades culturais e esportivas, além de centro de referência para a sensibilização ambiental e cidadania;	-	x																	
	Tratamento urbanístico e paisagístico adequado às funções de cada unidade (parque urbano), que assegurem a conservação ambiental, a preservação e valorização da paisagem e dos equipamentos públicos instalados, a manutenção de índices altos de permeabilidade do solo e da vegetação adaptada para o sombreamento e o conforto ambiental;	-	x																	
	Adoção de medidas de controle de invasões e danos ambientais nos parques urbanos, com participação das comunidades vizinhas;	-	x																	
	Implantação de programas para recuperação de áreas degradadas, contemplando a recomposição ambiental e paisagística dos parques urbanos.	-	x																	
	Constituição e fortalecimento de uma rede descentralizada de Parques de Bairro e dos Distritos abrangente a todo o território do Município e integrada aos Parques Urbanos e demais áreas do Sistema de Áreas Verdes de modo a atender em níveis e escalas adequados às necessidades de lazer e recreação da população dos diferentes bairros e Distritos de Feira de Santana;	x	-																	
	Elaboração de projetos urbanísticos contemplando a conservação e valorização dos atributos naturais e construídos de cada parque de Bairro e dos Distritos, estruturando os espaços e equipamentos para o lazer e a recreação das comunidades circunvizinhas, observando o perfil sociodemográfico e as características culturais predominantes;	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Estruturação dos espaços e equipamentos dos parques de bairro e dos Distritos para atender às necessidades de segurança e autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e, principalmente, da população idosa, tendo em vista a participação crescente das pessoas com mais de sessenta anos na composição da população de Feira;	-	X																	
	Identificação de espaços para a implantação de novos Parques de Bairro e dos Distritos e equipamentos de recreação, com prioridade para as áreas com alta densidade de ocupação do solo e aquelas ocupadas por população de baixa renda, considerando a distribuição populacional dos diversos bairros e distritos.	-	X																	
Política Cultural	A consideração da cultura como parte integrante da economia de Feira de Santana, que deverá ter na salvaguarda do patrimônio cultural e na economia criativa um vetor do seu desenvolvimento.	X	-																	
	Criar e manter espaços públicos municipais devidamente equipados e acessíveis à população para as diversas manifestações culturais e artísticas;	-	X																	
	Articular com a sociedade civil a participação na elaboração de projetos, garantindo sua viabilização e continuidade;	-	X																	
	Promover a integração das diversidades culturais e sociais, incentivando a pesquisa, produção, circulação e difusão artísticas;	-	X																	
	Estimular a participação das entidades públicas municipais na execução de planos, programas e projetos culturais, e viabilizar parcerias e recursos para sua implementação;	-	X																	
	Criar e viabilizar mecanismos que estimulem e possibilitem o acesso da população aos bens culturais;	-	X																	
	Coordenar, integrar e executar as políticas de pesquisa, sistematização e conservação do patrimônio cultural;	-	X																	
	Estimular parcerias que visem ao desenvolvimento de técnicas, métodos e pesquisas para a conservação do patrimônio cultural;	X	-																	
	Identificar, mapear e registrar os bens culturais tangíveis e intangíveis do Município;	-	X																	
	Restaurar e requalificar o patrimônio cultural;	-	X																	
	Consolidar Feira de Santana como cidade criativa, centro produtor, distribuidor e consumidor de cultura, inserida nos fluxos culturais e econômicos mundiais;	X	-																	
	Adoção de uma concepção de desenvolvimento cultural que abranja o enfoque socioeconômico para a geração de oportunidades de emprego e renda	-	X																	
	Apoio e incentivo à formação e ao fortalecimento das cadeias produtivas da economia da cultura, com participação prioritária de atores econômicos e culturais locais;	X	-																	
	Atração de investimentos nacionais e internacionais para instalação de equipamentos de impacto cultural e econômico;	X	-																	
	Fortalecimento do patrimônio arqueológico como elemento de identificação cultural;	-	X																	
	Implementação de ações de salvaguarda do patrimônio material, constituído por bens culturais imóveis, integrados e móveis, e do patrimônio imaterial;	X	-																	
	Articulação entre educação, trabalho e produção cultural;	-	X																	
	Reconhecimento das identidades culturais extraídas das diversas manifestações religiosas atuantes no Município, a exemplo do Reisado de Tiquaruçu e o São João de Jaíba;	-	X																	
	Revitalização das áreas urbanas centrais e antigas áreas comerciais da cidade, mediante a implantação de centros de criação de produtos artísticos, audiovisuais e manufaturados;	-	X																	
	Mapeamento e disponibilização de banco de dados com a produção artístico-cultural e seus respectivos agentes na cidade;	-	X																	
Fomento de políticas públicas transversais de cultura relacionadas a partir das dimensões: simbólica, cidadã e econômica;	-	X																		

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
	Garantia da memória das tradições locais com a inserção dos saberes e fazeres locais nos programas de formação do município.	x	-																		
	Valorizar e estimular o uso, a conservação e o restauro do patrimônio cultural;	-	x																		
	Garantir que o patrimônio arquitetônico tenha usos compatíveis com a edificação;	-	x																		
	Desenvolver o potencial turístico, de forma sustentável, com base em seu patrimônio cultural e natural;	x	-																		
	Estabelecer e consolidar a gestão participativa do patrimônio cultural.	-	x																		
	Diretrizes para preservação e proteção do patrimônio;	-	x																		
	Inventário de bens culturais materiais e imateriais;	-	x																		
	Estratégias para a inclusão do componente patrimônio cultural nas políticas públicas municipais e para a criação de programas municipais de educação para o patrimônio cultural.	-	x																		
	Planejamento e implementação de ações, enfatizando a identificação, documentação, promoção, proteção e restauração de bens culturais no Município;	-	x																		
	Conservação da integridade da memória das comunidades, representada pelo patrimônio arqueológico	-	x																		
	Atualização da legislação de proteção ao patrimônio cultural e ampliação da sua abrangência	-	x																		
	Estabelecimento de convênios para ação conjunta entre o Poder Público e as instituições religiosas, com a finalidade de restauração e valorização dos bens de valor cultural de sua propriedade;	-	x																		
	Articulação com os órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo	-	x																		
	Promoção da acessibilidade universal aos bens culturais imóveis, mediante a eliminação, redução ou superação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.	-	x																		
	A conservação das áreas de valor cultural no Município será assegurada por meio da instituição, estruturação, enquadramentos, delimitações, diretrizes específicas e regulamentação do Sistema de Áreas Verdes.	-	x																		
	P5 - Política Municipal de Infraestrutura, Equipamentos e Serviços Urbanos Básicos	Priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;	x	-																	
		Proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;	-	x																	
Adotar mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico, mediante a criação da Câmara Técnica de Saneamento básico no âmbito do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA;		-	x																		
Promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico		x	-																		
Adotar tecnologias apropriadas ao Município com metas progressivas de melhoria da qualidade;		x	-																		
Minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico;		x	-																		
Fortalecer o papel do município como executor da Política Municipal de Saneamento Básico, a partir da implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, como instrumento fundamental desta.		x	-																		
Coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural,;		-	x																		
Aplicação dos recursos financeiros de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;		x	-																		
Estabelecimento de adequada regulação dos serviços;		-	x																		

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Drenagem	Utilização de indicadores socioeconômicos no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;	x	-																	
	Proteção dos recursos ambientais e controle da poluição;	x	-																	
	Elaboração do projeto de recuperação e ampliação de todas as unidades do sistema nas áreas urbanas;	-	x																	
	Recuperação e readequação das condições de utilização do manancial do Lago de Pedra do Cavalo e da estrutura de captação e adução de água bruta, garantindo a qualidade da água ;	x	-																	
	Elaboração de projetos de implantação, recuperação e ampliação de sistemas de abastecimento de água tratada para as áreas rurais, priorizando, assentamentos, distritos, povoados e vilas habitacionais em projetos de irrigação;	-	x																	
	Implementação e melhoria do sistema de abastecimento, com obras de pequeno porte como poços, cisternas, estações de tratamento e dessalinizadores;	-	x																	
	Gestões junto ao Governo do Estado e Governo Federal, Organizações Sociais e outros organismos nacionais e internacionais para obtenção de recursos financeiros, readequando a estrutura de reservação e de distribuição de água tratada.	x	-																	
	Redução da vulnerabilidade de contaminação da água potável por infiltração de esgotos e demais poluentes nas redes de abastecimento;	-	x																	
	Elaboração de planos de saneamento básico para as áreas rurais e urbanas;	-	x																	
	Implantação e melhoria da infraestrutura de saneamento básico nas áreas rurais, com tratamento de esgoto sanitário e águas servidas, drenagem, construção de lagoas de estabilização e canalização dos esgotos para serem tratados antes de chegarem aos riachos ou nos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé;	-	x																	
	Elaboração e execução de projetos para construção de fossas;	-	x																	
	Garantia do esgotamento de fossas sépticas nas localidades e povoados da zona rural que não foram contempladas com sistema de esgoto;	-	x																	
	Construção de banheiros públicos, na zona urbana, distritos e povoados;	-	x																	
	Implantação de melhorias sanitárias nas residências rurais;	-	x																	
	Elaboração do planejamento ambiental previamente à implantação de urbanização ou povoação de áreas rurais;	-	x																	
	Desenvolvimento de estudos sobre o reaproveitamento de águas servidas domiciliares para fins de limpeza e irrigação de árvores e jardins;	-	x																	
	Gestões junto ao Governo do Estado e Governo Federal, ONGs e outros organismos nacionais e internacionais para obtenção de recursos financeiros;	x	-																	
	Elaboração de projeto de recuperação e ampliação de todas as unidades do sistema de esgotamento sanitário nas zonas urbanas	-	x																	
	Implantação de melhorias nas estações de tratamento de esgotos	-	x																	
	Garantia da qualidade das instalações e equipamentos de serviços de esgotamento sanitário de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela ABNT;	-	x																	
	Eliminação de problemas operacionais de forma a garantir o pleno serviço de esgotamento sanitário à população, evitando situações de risco de poluição dos efluentes;	-	x																	
	Elaboração de projeto de ampliação do sistema de esgotamento sanitário para os bairros e/ou bacias remanescentes, adjacentes à área atendida pelo sistema de coleta e tratamento existentes;	-	x																	
	Integrar o Plano Diretor de Sistemas de Drenagem Urbana as ações de planejamento para a Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Médio Pojuca;	-	x																	
	Implantar sistemas de retenção temporária das águas pluviais;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Resíduos Sólidos	Desassorear, limpar e manter os cursos d`água, canais e galerias do sistema de drenagem;	-	x																	
	Incentivar as parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada na implementação das ações;	x	-																	
	Promover campanhas de participação popular com as comunidades para o planejamento, a implantação e a operação das ações contra inundações.	-	x																	
	A gestão integrada e compartilhada dos resíduos sólidos por meio da articulação entre Poder Público, iniciativa privada e demais segmentos da sociedade civil;	-	x																	
	O desenvolvimento sustentável;	x	-																	
	O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;	-	x																	
	Promover a saúde pública;	x	-																	
	Proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente;	x	-																	
	Construção e melhoria das instalações, manutenção, funcionamento e ampliação da rede de postos de saúde em toda a área urbana e rural, de acordo com os parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde;	-	x																	
Saúde	Ampliação do número de ambulâncias e pronto atendimento do SAMU, para atender a todo o município, promovendo campanhas educativas para melhor uso do serviço e informando sua verdadeira finalidade;	-	x																	
	Ampliação da rede de farmácias populares e propiciar maior abrangência do elenco dos remédios;	-	x																	
	Implantação do pronto atendimento nas regionais das áreas urbana e rural, com ampliação de cotas para consultas e exames especializados;	-	x																	
	Consolidação da política de humanização e formação continuada em toda a rede de saúde do município;	-	x																	
	Ampliação das unidades do Programa Saúde da Família e prover cobertura dos agentes comunitários de saúde a toda a população;	x	-																	
	Cumprimento do Estatuto do Idoso, proporcionando-lhes o atendimento prioritário;	-	x																	
	Estabelecimento de parcerias com as instituições universitárias para a realização de programas do tipo Hospital Escola;	-	x																	
	Implantação, ampliação e melhoria de equipamentos complementares às escolas: biblioteca, quadra poliesportiva e laboratório de informática na área urbana e na área rural, garantindo o número de computadores de acordo com a demanda da escola;	-	x																	
	Implementação de melhorias, manutenção, reformas e ampliações sistemáticas de escolas e creches;	-	x																	
Educação	Aumento do número de escolas e creches na área rural;	-	x																	
	Construção e implantação de bibliotecas públicas nas regionais das áreas urbana e rural, equipadas com laboratório de informática;	-	x																	
	Implantação de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, nos territórios de vulnerabilidade social;	-	x																	
	Implantação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS;	-	x																	
	Consolidação e ampliação das ações dirigidas aos idosos (grupos e Centros de Convivência de Idosos);	-	x																	
	Elaboração e implementação do Plano Municipal de Assistência Social;	-	x																	
	Implementação de serviços, programas e projetos voltados para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, respeitando-se a dignidade e autonomia do cidadão;	-	x																	
	Realização do mapeamento e diagnóstico social do município, inclusive com atualização permanente;	x	-																	
	Garantia da consolidação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Lazer, Recreação e Esportes	Implantação e regularização de equipamentos na área rural, para lazer da população local, tais como balneários, praças, quadras poliesportivas cobertas, campos de futebol e centros socioculturais;	x	-																	
	Ampliação do estádio esportivo, Estádio Alberto Oliveira (Jóia da Princesa);	-	x																	
	Construção de praças da cidadania, quadras poliesportivas cobertas, campos de areia e espaços de lazer permanentes nos bairros, distritos e povoados;	x	-																	
	Estabelecimento de convênios e parcerias com: outras esferas governamentais e a iniciativa privada, para manutenção de áreas e equipamentos, promoção de eventos esportivos, de lazer e recreacionais;	-	x																	
	Estímulo e criação de condições para a prática de esportes náuticos, utilizando os atrativos naturais do Município;	-	x																	
Segurança Alimentar e Nutricional	Integração dos segmentos de produção, armazenagem, transporte, intermediação, distribuição, comercialização e consumo que compõem o sistema de abastecimento alimentar;	x	-																	
	Fomento à produção agroalimentar do Município, mediante apoio técnico, financeiro e organizacional aos pequenos agricultores;	-	x																	
	Modernização dos métodos e processos de comercialização atacadista e varejista de produtos agropecuários;	-	x																	
	Implantação de Núcleos de Abastecimento, Comércio e Serviços, nos bairros e distritos mais populosos e de menor poder aquisitivo, compatibilizando com estes núcleos a localização de feiras, mercados e comércio informal praticados em logradouro público;	x	-																	
	Integração das ações descentralização da execução dos programas em favor do Município, da região e das organizações não governamentais de produtores e consumidores;	-	x																	
Iluminação Pública	Desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, com vistas à soberania e segurança alimentar e nutricional da população;	-	x																	
	Elaboração do Plano Diretor de Iluminação Pública do Município de Feira de Santana, no prazo de um ano, a contar da publicação desta Lei;	-	x																	
	Garantia do pleno atendimento das áreas urbanas e nas sedes dos distritos, assegurando os serviços de iluminação pública em todos os logradouros e espaços exclusivamente públicos;	-	x																	
	Estabelecimento de normas legais e critérios complementares ao Plano Diretor de Iluminação Pública, visando à eficiência energética nos processos e equipamentos;	-	x																	
	Incentivo à adoção de cogeração de energia e utilização de energias renováveis em edificações, iluminação pública e transportes;	x	-																	
Cemitérios e Serviços Funerários	Incentivo à adoção e uso de tecnologias mais limpas (solar e eólica, dentre outras).	x	-																	
	Promoção da modernização e maior eficiência da rede de iluminação pública;	-	x																	
	Promoção de instalações da iluminação pública em galerias técnicas no subsolo urbano, especialmente no Centro da Cidade.	-	x																	
	Ampliação da capacidade instalada dos cemitérios municipais, públicos e privados, mediante a implantação de novos equipamentos, reforma e ampliação de cemitérios parques/jardins;	-	x																	
	Identificação de áreas adequadas, não propícias à contaminação de lençóis freáticos, para implantação de novos cemitérios públicos no Município, priorizando as regiões de população mais pobre e aquelas mais distantes dos equipamentos existentes; fiscalização e controle das empresas prestadoras de serviços funerários e sepultamentos;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																		
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS														
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Defesa Civil	Formulação de legislação específica sobre localização, instalações, funcionamento de atividades e serviços destinados a sepultamentos que tratam as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA);	-	x															
	Estabelecimento de critérios relacionados com estudos e avaliação dos riscos, com a finalidade de hierarquizar e direcionar o planejamento da redução de desastres para as áreas de maior vulnerabilidade do Município;	-	x															
	Promoção e coordenação das ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, articulando e integrando os órgãos participantes em todos os níveis;	-	x															
	Organização e implementação do funcionamento dos Núcleos de Proteção e Defesa Civil, sob a coordenação do órgão municipal responsável pela defesa civil, principalmente nas áreas vulneráveis a acidentes e nas de maior ocorrência de desastres;	-	x															
	Elaboração e implementação dos Planos Preventivos e de Contingência de Proteção e Defesa Civil	-	x															
	Criação de postos de atendimento com salva-vidas ao longo de toda a orla do Lago de Pedra do Cavalo, pertencente ao território Feirense.	-	x															
Segurança Pública	Implantação de núcleos de segurança comunitários, devidamente equipados, especialmente nas áreas de maior índice de violência;	x	-															
	Implementação de melhorias na estrutura dos postos policiais existentes;	-	x															
	Implantação de postos móveis, com rondas frequentes de policiais nos bairros da área urbana e nos povoados e sedes distritais da área rural;	-	x															
	Instalação das delegacias do idoso e da criança e adolescente, com seleção de equipes técnicas especializadas através de concurso público;	-	x															
Energia	Diversificação da matriz energética existente, estabelecendo medidas efetivas para a implementação do uso de fontes de energia renováveis e compatíveis com as condições ambientais;	x	-															
	Promoção do desenvolvimento e utilização de novas tecnologias no uso de fontes alternativas e não convencionais de energia, de forma complementar, inclusive energia solar, tendo como objetivo empreendimentos residenciais e grandes equipamentos;	x	-															
	Definição de programa de medidas que induzam o uso de energia solar, sobretudo para o aquecimento de água;	x	-															
	Monitoração da qualidade do serviço de energia elétrica, segundo os parâmetros definidos pela ANEEL.	-	x															
	Promoção de instalações da rede elétrica em galerias técnicas no subsolo urbano, especialmente no Centro da Cidade.	-	x															
	Expansão da rede de dutos em vias públicas, terrenos adjacentes e de rodovias estaduais e federais, de acordo com os interesses do tráfego das áreas a serem atendidas;	x	-															
Telecomunicações	Aterramento progressivo das redes de telecomunicações, tendo como prioridade o Centro da cidade de Feira, as vias de maior hierarquia, os novos parcelamentos e novas obras de urbanização;	x	-															
	Implementar serviços de telecomunicações nas áreas urbanas	-	x															
	Adequação da rede de telefones públicos, dotados das facilidades de serviço disponíveis para os terminais residenciais e comerciais, em localidades com população de baixa renda;	-	x															
	Viabilização da criação de amplas zonas de acesso à rede sem fio	x	-															
	Obtenção de recursos financeiros, junto ao Governo do Estado e Governo Federal, ongs e outros organismos nacionais e internacionais, para elaboração e implantação de projetos.	x	-															

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EMSINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																						
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
P6 - Política Urbana	Os objetivos da Política Urbana do Município, que norteiam o ordenamento territorial	Manter a qualificação das áreas urbanas já estruturadas e equipadas, evitando processos de deterioração prematura, de decadência econômica, degradação do patrimônio ambiental e cultural, e perda de valor imobiliário;	-	x																		
		Promover a conservação das unidades originais de paisagem e os remanescentes dos diferentes ecossistemas do território municipal, com a viabilização de sua coexistência no espaço da cidade como elementos de conforto ambiental, desenvolvimento econômico e qualificação urbanística;	x	-																		
		Controlar a abertura indiscriminada de frentes de urbanização no território do Município, a pulverização de pequenos assentamentos, bem como da atividade econômica, de forma a otimizar os investimentos já realizados em infraestrutura e reduzir as demandas de recursos adicionais em serviços e equipamentos públicos;	-	x																		
		Possibilitar condições adequadas de mobilidade urbana, integrando os espaços internos do Município, e este às redes urbanas estadual, nacional e internacional, por meio de sistemas de circulação e transportes compatíveis com as demandas existentes e as necessidades específicas dos usuários, em especial das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;	x	-																		
		Dar continuidade às iniciativas de integração físico-funcional, de criação de novos modos e melhorias nos sistemas, viário e de transportes, considerados de forma combinada quanto à sua gestão e operação, como elementos estratégicos de passagem da estrutura urbana para patamares avançados de organização e funcionalidade;	x	-																		
		Promover a recuperação, a complementação urbanística e funcional e a melhoria paisagística de espaços e logradouros públicos, considerados ambientes de convívio e socialização, meios de inserção social, de fortalecimento da identidade coletiva e de desenvolvimento econômico;	-	x																		
		Expandir as iniciativas de melhoria do Saneamento Básico para atendimento das áreas menos aparelhadas e com níveis elevados de exclusão e segregação social;	x	-																		
		Promover a melhoria das condições de habitabilidade nas áreas de moradia popular, compreendida esta como a habitação em sua relação com os espaços públicos, a infraestrutura, os equipamentos e serviços urbanos;	-	x																		
		Articular o esforço pessoal e das comunidades organizadas em programações compartilhadas com o Poder Público Municipal e a iniciativa privada, visando a ações de recuperação, aparelhamento e promoção urbanística das áreas menos estruturadas e com baixos padrões de urbanização;	x	-																		
		Compatibilizar as diretrizes do ordenamento territorial de Feira de Santana com os ordenamentos dos Municípios circunvizinhos, que compõem a Região Metropolitana de Feira de Santana, considerando os interesses locais e metropolitanos relativos ao uso e ocupação do solo das áreas conurbadas e em processo de conurbação;	-	x																		
	Possibilitar o uso dos espaços urbanos, públicos e privados, para a atração de investimentos e expansão das atividades econômicas existentes.	x	-																			
	Rede Viária Estrutural	A Rede Viária Estrutural rede propicia espaços estruturadores para grandes empreendimentos, em posições estratégicas para atividades econômicas, como centros de distribuição, logística de transportes e hospitais.	x	-																		
		No caso do 2º anel de contorno, que será preferencialmente rodoferroviário, os sistemas viários e funcionais serão integrados com o desenho urbano existente, dando suporte ao deslocamento para novas malhas territoriais e interurbanas e adensamento de usos no percurso e paradas do transporte público.	x	-																		

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES

POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Rede Estrutural de Transporte Coletivo																			
		x	-																	
		x	-																	
	Rede Estrutural de Eixos e Pólos de Centralidades																			
		x	-																	
		-	x																	
	Áreas Verdes																			
		x	-																	
	Macrozoneamento	-	x																	
		-	x																	
		x	-																	
		-	x																	
		-	x																	
		-	x																	
		x	-																	
	Macrozona de Ocupação Urbana	-	x																	
		-	x																	
		-	x																	
		-	x																	
	Macroárea de Integração Metropolitana	x	-																	
		x	-																	
		x	-																	
		x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Estimular à conformação de centralidades e processos de transformação econômica e de padrões de uso e ocupação do solo;	x	-																	
		Equilibrar a relação entre emprego e moradia, por meio da instalação de atividades e empreendimentos diversificados de abrangência local (interbairro), municipal (interdistrital) e metropolitana.	x	-																	
	Macroárea de Urbanização Consolidada	Assegurar a sua vitalidade por meio de políticas de valorização da sua diversidade social e cultural, dos espaços urbanizados, do patrimônio edificado, da paisagem e das manifestações culturais;	-	x																	
		Manter atrativa para a moradia e para as atividades econômicas, em especial o turismo;	-	x																	
		Otimizar os investimentos públicos e privados já realizados em habitação, infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos.	x	-																	
	Macroárea de Reestruturação da Borda	Caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda, concentração de pobreza, precariedade habitacional, altos índices de violência, baixa oportunidade de emprego, elevado grau de degradação ambiental das áreas de preservação e deficiência de infraestrutura, equipamentos sociais e serviços urbanos, existentes no bairro do CIS, seu limite leste	x	-																	
	Macroárea de Expansão Urbana	Articular os novos espaços da Cidade, induzindo transformações no território;	-	x																	
		Estimular a conformação de centralidades e de padrões de uso e ocupação do solo, por meio da instalação de atividades e empreendimentos diversificados;	-	x																	
		Buscar o equilíbrio na relação de oferta e demanda entre moradia e emprego.	-	x																	
	Macrozona de	A garantia da qualidade do patrimônio ambiental, cultural e histórico;	-	x																	
		A garantia da qualidade de vida da população;	-	x																	
		A garantia da mobilidade e da acessibilidade universal.	-	x																	
	Macrozona de Conservação Ambiental	Compatibilizar a legislação municipal com as diretrizes do zoneamento ambiental de cada Unidade de Conservação e área protegida, especialmente nos subespaços em que o zoneamento remete ao Município a definição de critérios e restrições de uso e ocupação do solo;	-	x																	
		Aplicar os instrumentos do SNUC capazes de viabilizar políticas ambientais a serem consideradas nas estratégias do desenvolvimento urbano, conciliando crescimento econômico, desenvolvimento social e conservação ambiental;	x	-																	
		Validar e aprimorar o Sistema de Áreas Verdes como um instrumento importante para a reversão do quadro progressivo de degradação ambiental, que pode comprometer as possibilidades de negócios e qualidade de vida das gerações futuras;	x	-																	
		Articular os objetivos e diretrizes da Política e do Plano Municipal de Meio Ambiente que identificam a importância da conservação das áreas, as quais, reconhecidamente, contribuem para a qualidade ambiental e para melhoria dos padrões urbanos de uso e ocupação do território;	-	x																	
		Apoiar a preservação das manifestações culturais locais de matriz africana, rural e indígena, e suas relações com o meio ambiente, enquanto instrumentos de preservação, consciência e educação ambiental;	-	x																	
	Macrozona de Conservação Ambiental	Definir indicadores ambientais que orientem a conservação, a preservação e possível ocupação dessas áreas, objetivando sua consolidação de forma sustentável através da valorização social com espaços de lazer, de cultura, de qualidade ambiental, de preservação de espécies nativas, conservação de ecossistemas, de mananciais e das áreas remanescentes dos biomas caatinga e mata atlântica;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Mobilidade	Zoneamento da Área Urbana	Incorporar as comunidades quilombolas da Lagoa Grande, no Distrito de Maria Quitéria e Matinha dos Pretos e Candeal, no Distrito da Matinha, ao desenvolvimento urbano e metropolitano de Feira de Santana, promovendo a melhoria da mobilidade da população moradora dessas localidades, em especial da locomoção das crianças às escolas, aos serviços de saúde, promoção de funções diversificadas de moradia, lazer e serviços, potencializando seu caráter ambiental e turístico;	-	X																	
		Incentivar o desenvolvimento de pólos ecoturísticos nas comunidades, associando a preservação ambiental ao desenvolvimento turístico sustentável, pelo aproveitamento de atividades de pesca e artesanato com matérias primas locais;	X	-																	
		Promover ações de preservação da cobertura vegetal ainda presente na Macrozona, a exemplo da Serra de São José, no Distrito de Maria Quitéria, como elementos	-	X																	
		Estabelecer instrumentos de controle do uso e ocupação do solo, de modo a controlar o adensamento populacional em áreas remanescentes dos biomas Caatinga e Mata Atlântica nas bacias hidrográficas, onde se refletem claramente as dinâmicas populacionais da cidade, mais expressivas nas proximidades da Represa de Pedra do Cavalo e das lagoas urbanas e rurais, com ameaças aos fragmentos ainda existentes;	-	X																	
		Viabilizar ações articuladas e efetivas entre a Prefeitura e o Governo do Estado, responsável pela APA, de modo a mitigar os problemas gerados por projetos geradores de impactos negativos sobre essas áreas de proteção;	X	-																	
		Garantir a conservação das Áreas de Proteção Cultural e Paisagística, integrantes do Sistema de Áreas Verdes;	X	-																	
		Consolidar o Sistema de Áreas Verdes como espaços públicos ou privados, dotados de atributos materiais e/ou simbólicos relevantes do ponto de vista ambiental e/ou cultural, significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental, para a conservação da memória local, das manifestações culturais e também para a sociabilidade no ambiente urbano;	X	-																	
		Incentivar o TBC, especialmente nas comunidades quilombolas, de agricultores familiares, pescadores artesanais e dos povos ciganos gerando emprego e renda e garantindo a preservação do patrimônio histórico, cultural e socioambiental;	-	X																	
		Controlar o processo de ocupação irregular, por meio de planos e projetos desenvolvidos com ampla participação das comunidades envolvidas, privilegiando a melhoria das condições de moradia, a preservação das relações de vizinhança e a adoção de política de ordenamento consequente com os padrões de uso e ocupação do solo, adequados a cada caso, inclusive com a produção de HIS e HMP, conforme o caso;	-	X																	
	Sistema de Infraestrutura	Implantação da rede de captação de águas pluviais e suas conexões com o sistema público;	X	-																	
		Implantação de rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública e suas conexões com a rede de energia elétrica existente;	X	-																	
		Pavimentação do leito carroçável das vias internas e lindeiras, inclusive seus acessos;	-	X																	
		Implantação da rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto e suas conexões com a rede pública já instalada com capacidade de atendimento as demandas do novo empreendimento;	X	-																	
		Arborização de calçadas;	X	-																	
		Pavimentação das calçadas e passeios públicos, nas vias internas e lindeiras, inclusive seus acessos, garantindo a plena acessibilidade.	X	-																	
		Priorizar a acessibilidade cidadã: pedestres, ciclistas e cidadãos com necessidades especiais (mobilidade reduzida), sobre o transporte motorizado;	-	X																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Estruturar o sistema viário, priorizando o uso de vias pelo transporte público de passageiros e o coletivo sobre o individual;	-	x																	
		Considerar as questões de logística no sistema de mobilidade urbana, tendo em vista o desenvolvimento econômico;	x	-																	
		Reduzir a necessidade de deslocamento;	-	x																	
		Promover melhoria da mobilidade urbana e da fluidez do trânsito, mantendo-se os níveis de segurança adequados, aperfeiçoando as atividades de fiscalização, operação, educação e engenharia de tráfego;	-	x																	
		Articular o sistema de mobilidade municipal com o estadual, existente e planejado, integrando o transporte público de passageiros;	-	x																	
		Ampliar o sistema viário de maneira a estimular áreas de ocupação prioritária, racionalizando investimentos em infraestrutura;	-	x																	
		Propor às vias principais atenção especial em termos de infraestrutura;	-	x																	
		Ordenar e planejar a expansão das vias principais tendo como norte o desenvolvimento urbano, intraurbano e interdistrital de Feira de Santana, além do interurbano na RMFS;	-	x																	
		Implementar avanço tecnológico-ambiental nos componentes do sistema;	x	-																	
		Atender às demandas da população em termos de equidade e segurança, promovendo a inclusão social;	-	x																	
		Promover a ocupação adequada e ordenada do território e possibilitar aos indivíduos o acesso ao processo produtivo, de serviços, bens e lazer.	-	x																	
		O estabelecimento de tarifas compatíveis com a qualidade e custo real do serviço prestado;	-	x																	
		A garantia da mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando a diversidade social e as necessidades de locomoção, em especial das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;	-	x																	
		A integração das políticas de transporte, trânsito, uso e controle do solo urbano;	-	x																	
		A adoção das calçadas como malha integrada do Sistema de Mobilidade Urbana, objetivando garantir a circulação e a segurança dos pedestres;	-	x																	
		A priorização da circulação dos pedestres e dos veículos não motorizados em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;	-	x																	
		A implantação gradativa de ciclovias para proporcionar a melhoria da qualidade ambiental e da mobilidade urbana;	x	-																	
		A introdução de novas tecnologias na implantação dos sistemas de transporte público, objetivando o desenvolvimento ecologicamente sustentável da cidade e o atendimento das necessidades e demandas de serviços da população;	x	-																	
		A redução do impacto do seccionamento da cidade causado pelas barreiras físicas constituídas pelos sistemas rodoviário e futuramente pelo ferroviário, mediante infraestruturas de transposição e integração urbana;	-	x																	
		A priorização das vias arteriais e corredores de transporte urbano principais da cidade, garantindo fluidez e segurança para os pedestres e veículos;	-	x																	
		A definição de ações de requalificação e preservação dos principais corredores de transporte urbano;	x	-																	
		A execução de obras viárias, com intervenções em pontos de conflitos, minimizando congestionamentos e contribuindo para a fluidez do Sistema de Mobilidade Urbana;	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EMSINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		A caracterização dos usos não-habitacionais geradores de interferência no tráfego, entendidos como aqueles que geram fluxo concentrado em determinados horários, aplicando-lhe exigências quanto ao uso e ocupação do solo, normas edilícias e esquemas especiais de circulação, acesso e saída de veículos;	-	X																	
		A readequação do sistema viário frente as demandas manifestas referentes à mobilidade;	X	-																	
		A promoção da vanguarda tecnológica dos componentes do sistema de trânsito, garantindo segurança, fluidez e qualidade ambiental;	X	-																	
		A minimização do impacto de tráfego de passagem, especialmente no Anel de Contorno;	-	X																	
		A definição de programas, ações, equipamentos e estratégias necessários à educação de trânsito para todos;	-	X																	
		O equacionamento da integração do sistema de mobilidade urbana municipal às redes regionais de transporte.	X	-																	
	Plano Metropolitano de Mobilidade	A gestão do setor de transportes como um todo, incluindo a implantação e ampliação da infraestrutura viária, a operação do tráfego, a institucionalização e regulamentação dos serviços de transporte de passageiros e de cargas, nos diferentes modais, deve estar articulada institucionalmente entre si e garantir a melhor coesão e fluidez entre suas partes, em articulação com as administrações dos demais municípios da RMFS e com a Administração Estadual para elaboração, de forma cooperativa, do Plano Metropolitano de Mobilidade, em consonância com o PlanMob de Feira de Santana.	-	X																	
	Política Municipal de Acessibilidade Urbana	Em cumprimento as Leis Federais no 10.048/00 e no 10.098/00, bem como o Decreto no 5.296/04, e as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;	-	X																	
		Inclusão de ciclovias e passarelas para pedestres nas principais vias urbanas e nas vias de acesso;	-	X																	
		Garantia da acessibilidade aos equipamentos, prédios de uso público e logradouros existentes e futuros, com eliminação de barreiras físicas e de comunicação que dificultem a locomoção das pessoas com deficiência, idosos, mulheres gestantes, pessoas com mobilidade reduzida permanente ou temporariamente, bem como às pessoas aos eventos educativos, sociais, culturais e esportivos, obedecendo às orientações da NBR 9050;	-	X																	
		Obrigatoriedade de adaptação dos transportes coletivos para pessoas com deficiências, conforme legislação específica;	X	-																	
		Adaptação das calçadas às normas de acessibilidade e mobilidade, vinculando a aprovação do projeto de construção ou reforma à apresentação de projeto da calçada pública, de acordo com as normas pertinentes obedecendo o grid da rua definido pela Prefeitura;	X	-																	
	Infraestrutura viária	A infraestrutura viária do Município orienta-se pela definição de uma rede hierarquizada de vias, abrangendo todo o território municipal, compatibilizada com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e adequada às características físicas e funcionais das vias existentes, ou planejadas, compreendendo categorias, conforme o PlanMob de Feira de Santana.	-	X																	
Deslocamento de pedestres e acessibilidade universal	Autonomia, segurança e conforto, com adoção de parâmetros ergonômicos nos logradouros públicos e espaços privados de uso público, contemplando a diversidade, a especificidade e as necessidades dos indivíduos de diferentes idades, constituição física, ou com limitações de deslocamento, contribuindo para a mobilidade inclusiva de todos;	-	X																		
	Planejamento de vias exclusivas para pedestres e adequação das existentes, obedecendo aos princípios da acessibilidade e do desenho universal, contando com dispositivos de segurança, separando a circulação dos pedestres do trânsito de veículos automotores;	-	X																		

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EMSINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																						
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
PlanMob e LOUOS	Transporte coletivo	Implantação de passeios e calçadas com largura adequada para contemplar a circulação de pessoas, com a desobstrução dos espaços públicos e implantação de mobiliário urbano, paisagismo e arborização;	-	X																		
		Planejamento e implementação da infraestrutura de uso con pedestres, integrados aos demais modos de deslocamento, rápidos e seguros e facilitando a conexão entre os distintos modais de transporte;	-	X																		
		Incentivo à implantação de estruturas para a redução de velocidade do trânsito veicular em áreas com grande conflito com a circulação de pedestre, adaptando-as às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assegurando autonomia, segurança e conforto em trechos de vias ou locais que não permitem a interrupção do tráfego de veículos automotores;	-	X																		
		Adoção de meios de sinalização adequados à orientação geral e específica para pessoas com deficiência visual e auditiva nos logradouros, e suas travessias, e nos equipamentos públicos e de uso público;	-	X																		
		Adaptação dos espaços de circulação de pedestres às necessidades dos usuários com necessidades especiais, adequados à microacessibilidade, possibilitando deslocamento contínuo e condições favoráveis de mobilidade, especialmente nos logradouros e edificações de uso público;	-	X																		
		Consolidação de um subsistema auxiliar local de apoio no acesso ao sistema de transporte coletivo, em regiões que não possam ser atendidas pelos subsistemas Convencional e Complementar de transporte coletivo do Município de considerando a hipótese de equipamentos urbanos, motorizados ou não, como calçadas, passeios, teleféricos e similares.	-	X																		
	Transporte cicloviário	Elaboração e implementação de Plano Cicloviário, com definição de normas de circulação segura e de conduta do ciclista para o transporte cicloviário cotidiano;	-	X																		
		Continuidade do planejamento, projeto e implantação de rede cicloviária contínua e articulada aos outros modos de transporte, principalmente aos vinculados à Rede Integrada Multimodal do Transporte Coletivo de Feira de Santana;	-	X																		
		Priorização da implantação, junto às estações do BRT, aos terminais e pontos de conexão intermodal de transportes, de bicicletários dotados de condições de conforto, segurança e boa acessibilidade;	-	X																		
		Estímulo à implantação de bicicletários nas zonas de centralidades municipais e nos empreendimentos classificados como Pólos Geradores de Tráfego;	-	X																		
		Desenvolvimento de soluções facilitadoras do uso de bicicletas para pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida, contribuindo para a mobilidade inclusiva;	-	X																		
		Tratamento preferencial para o trânsito de bicicletas, garantindo a segurança do ciclista em cruzamentos viários e pontos de conversão, com a sinalização de tráfego apropriada;	-	X																		
	PlanMob e LOUOS	Transporte coletivo	Promoção e regulamentação da implantação de sistemas de compartilhamento de bicicletas para uso da população em geral, em especial junto aos equipamentos de conexão intermodal;	-	X																	
		Transporte cicloviário	Priorização da implantação de ciclovias e bicicletários em todas as vias estruturadores, principais logradouros e áreas de atração turística.	X	-																	
		PlanMob e LOUOS	Estabelecimento de indicadores de proporcionalidade para empreendimentos imobiliários em relação à intensidade das atividades urbanas, especificando a quantidade mínima de vagas para estacionamento, de curta, média ou longa duração;	-	X																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Transporte coletivo de passageiros		Reserva de vagas exclusivas para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e para usuários com preferência de atendimento – idosos, gestantes, senhoras com criança de colo e outras definidas por legislação específica;	-	X																	
		Garantia de proporcionalidade de vagas destinadas a automóveis de pequeno, médio ou grande porte em todos os empreendimentos de uso público e nos condomínios multiresidenciais;	-	X																	
		Definição de áreas de parada rápida de veículos para embarque/desembarque de passageiros junto aos equipamentos de conexão intermodal e aos Pólos Geradores de Tráfego;	-	X																	
		Estabelecimento de normas de circulação interna e de sinalização de tráfego para os empreendimentos de uso público.	-	X																	
		Elaboração e implementação de Plano do Transporte Coletivo;	-	X																	
		Reestruturação do Subsistema de Transporte Coletivo por Ônibus, resultante de novo modelo físico-operacional e tarifário no Município, decorrente da implantação dos sistemas estruturais de média capacidade, intraurbana e interdistrital;	-	X																	
		Consolidação do Subsistema Auxiliar Local, garantindo a microacessibilidade dos bairros lindeiros aos sistemas de transporte coletivo em todo o Município;	-	X																	
		Complementação e regulamentação dos Serviços Especiais, de forma a minimizar seu impacto na operação do trânsito em geral e nas operações dos sistemas de transporte municipais, promovendo o uso desse modal em substituição ao transporte individual;	-	X																	
		Promoção da gestão da demanda por transportes, aproveitando as densidades do uso e ocupação do solo ao longo dos corredores estruturais de média capacidade, de forma a contribuir para o uso mais equilibrado da oferta dos transportes, principalmente nos períodos de pico, reduzindo os movimentos pendulares e aproveitando melhor a oferta no contra fluxo normalmente ocioso;	-	X																	
		Caracterização do sistema hierarquizado dos corredores de transporte coletivo, que levará em consideração o crescimento progressivo da demanda ao longo do tempo e os modais de transporte que possam atender a essas demandas crescentes, mediante eventual substituição de suas tecnologias;	-	X																	
		Implantação de vias segregadas do tráfego geral com exclusividade para a circulação do transporte coletivo nos corredores, compatíveis com os níveis de demanda existente ou futura;	X	-																	
		Tratamento preferencial para a circulação dos serviços de transporte coletivo nos projetos do sistema viário, incluindo otimização semafórica nos principais corredores que favoreçam o desempenho do transporte coletivo;	X	-																	
		Programação operacional adequada a oferta do serviço à evolução da demanda, mediante a utilização de instrumentos de aferição e gestão;	-	X																	
		Exigência do cumprimento dos requisitos de acessibilidade universal estabelecidos nas normas técnicas específicas pelos veículos de transporte coletivo;	-	X																	
		Promoção de medidas de melhoria no sistema de informação e comunicação com os usuários do transporte de passageiros;	-	X																	
		Estímulo à modernização tecnológica, utilizando sistemas inteligentes de controle da oferta e uso de veículos de transporte, bem como da sinalização semafórica;	X	-																	
		Articulação física, operacional e tarifária dos sistemas metropolitano e municipal de transportes coletivo, visando à racionalização da circulação das linhas nas vias, estações de transbordo e terminais de Feira de Santana, agilizando a forma de cobrança tarifária dos passageiros;	X	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																		
POLÍTICAS	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS														
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
		-	x															
		x	-															
	Transporte Rodoviário	-	x															
		x	-															
	Transporte Ferroviário	x	-															
		x	-															
		x	-															
	Transporte Aeroviário	x	-															
		x	-															
		-	x															
		-	x															
	Transporte de cargas	-	x															
		-	x															
		-	x															
		-	x															
		-	x															
		-	x															

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Promoção da articulação dos centros logísticos com os subsistemas de transporte coletivo, garantindo as condições de acesso dos trabalhadores a tais estabelecimentos;	-	x																	
		Concepção e implantação do CLI nas margens da BR-324, no extremo sudeste do Município e próximo à interseção com a BR-101;	x	-																	
		Avaliação de alternativas para a implantação de outros polos logísticos;	x	-																	
		Definição de política de distribuição de cargas fracionadas nas zonas de centralidades metropolitanas e municipais, de bairro e distritais, com a utilização dos veículos urbanos de carga, caminhonetes e ou caminhões para até 4 toneladas de carga útil;	-	x																	
		Definição da localização e estruturação dos equipamentos complementares de suporte logístico aos sistemas de transportes de cargas, visando à racionalidade das viagens no Município.	-	x																	
	Transporte dutoviário	Elaboração do plano de estruturação do transporte dutoviário uso do sistema e à consequente redução de custos operacionais, racionalização do tráfego de superfície e gestão dos riscos de desastres no transporte de produtos perigosos;	-	x																	
		Integração de terminais do sistema dutoviário aos demais elementos do sistema de transporte de cargas;	-	x																	
		Definição e implementação de normas de segurança para o transporte dutoviário no Município, e incorporá-las às normas de uso e ocupação do solo e de edificações;	-	x																	
		Integração dos sistemas técnicos de segurança das autovias aos sistemas de informação permanente da defesa civil municipal;	-	x																	
		Elaboração de cadastro técnico da rede de dutos do Município com a identificação do produto transportado, do tipo de material e qualidade dos dutos, das pressões operacionais e, dispositivos de segurança para alívio das pressões, das interferências no sistema viário, das vizinhanças e respectivas vulnerabilidades, e do respectivo plano de contingenciamento.	-	x																	
	Equipamentos de conexão	Adequação gradativa da micro acessibilidade dos equipamentos de conexão já existentes ou em projeto, inclusive do seu entorno imediato, segundo os critérios de acessibilidade universal e promoção da articulação destes, física, operacional e tarifária, com os diferentes modais de transporte, que a eles estejam associados;	-	x																	
		Adoção de equipamentos e mecanismos que melhorem as condições e que reduzam o tempo de integração nos ambientes de transbordo, garantindo eficácia e funcionalidade a integração e fornecendo conforto e segurança ao usuário;	-	x																	
		Implantação de terminais rodoviários de transbordo, vinculados às estações das linhas do transporte coletivo de média capacidade;	x	-																	
		Aproveitamento do potencial construtivo proporcionado pelos empreendimentos vinculados aos sistemas de transportes, valendo-se de instrumentos urbanísticos para reverter os recursos decorrentes da mais valia para sua aplicação nos próprios subsistemas de transportes vinculados, destinados ao custeio ou novos investimentos.	x	-																	
	Transporte motorizado	Incentivo à utilização do transporte solidário, com o uso do veículo de transporte individual particular de maneira compartilhada com mais de um passageiro em viagens com itinerários comuns;	-	x																	
		Incentivo à consolidação de sistemas comerciais de locação para compartilhamento de automóveis junto aos equipamentos de conexão e nas zonas de centralidades;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PDDU EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
POLÍTICAS		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Consolidação de rede de estacionamentos públicos e privados, compatível com a gestão da demanda por automóveis, promovendo a integração com os subsistemas de transporte coletivo e minimizando os impactos no trânsito para o acesso às zonas de centralidades de empregos e de serviços;	-	X																	
		Desenvolvimento de campanha permanente de priorização e valorização do pedestre junto aos condutores de veículos automotores e bicicletas;	-	X																	
		Estabelecimento de parâmetros para a implantação do controle permanente da emissão de poluentes veiculares.	-	X																	

Fonte: Lei complementar nº117, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Territorial do Município de Feira de Santana – PDDU 2018

Legenda:

* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1 Erradicação da pobreza	7 Energia limpa e acessível	13 Ação contra a mudança global do clima
2 Fome zero e agricultura sustentável	8 Trabalho decente e crescimento econômico	14 Vida na água
3 Saúde e Bem-Estar	9 Indústria, inovação e infraestrutura	15 Vida terrestre
4 Educação de qualidade	10 Redução das desigualdades	16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5 Igualdade de gênero	11 Cidades e comunidades sustentáveis	17 Parcerias e meios de implementação
6 Água potável e saneamento	12 Consumo e produção responsáveis	

Apêndice E – Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PLANMOB)

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANMOB 2018																					
DIRETRIZES		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
PLANO DE MOBILIDADE	Objetivos específicos do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Feira de Santana	Promover o desenvolvimento sustentável;	-	-																	
		Requalificar o espaço urbano, de forma adequada ao perfeito desenvolvimento da vida urbana;	-	-																	
		Contribuir na redução das desigualdades sociais;	-	-																	
		Promover a melhoria da qualidade de vida, através das condições de conforto, da segurança e da rapidez dos deslocamentos;	-	-																	
		Melhorar a mobilidade urbana, proporcionando deslocamentos intra e interurbanos, que atendam às necessidades da população, vinculados às diretrizes de planejamento contidas no Plano Diretor;	-	-																	
		Promover acesso aos serviços básicos de mobilidade;	-	-																	
		Incentivar a utilização de modos não motorizados, implementando o ambiente urbano adequado;	-	-																	
		Promover a acessibilidade universal em todos os componentes da mobilidade urbana;	-	-																	
		Racionalizar o uso do sistema viário, com a valorização dos deslocamentos de pedestres e ciclistas;	-	-																	
		Planejar a infraestrutura do transporte não motorizado;	-	-																	
		Ampliar o uso do transporte motorizado público coletivo na matriz de transporte da cidade, com aumento da velocidade, regularidade e confiabilidade do sistema;	-	-																	
		Aperfeiçoar a logística do transporte de bens, mercadorias, mercadorias e serviços, o abastecimento e o escoamento da produção local e metropolitana;	-	-																	
		Aperfeiçoar o padrão de comportamento dos usuários dos vários modais nos sistemas de circulação para a redução de acidentes, vítimas e mortes no trânsito;	-	-																	
		Reduzir a emissão de poluentes;	-	-																	
		Consolidar a gestão democrática no aprimoramento da mobilidade urbana;	-	-																	
		Preservar o patrimônio ambiental, arquitetônico, cultural, histórico, paisagístico e urbanístico da cidade.	-	-																	
	As ações estratégicas adotadas para a implantação do Sistema de Mobilidade	Transporte não motorizado, para atuar nos deslocamentos de pedestres, ciclistas, veículos de propulsão humana, veículos de tração animal e acessibilidade universal;	-	-																	
		Transporte motorizado, com propostas para o transporte público coletivo, o transporte público por táxi, o transporte público escolar, o transporte público por fretamento e o transporte individual;	-	-																	
		Transporte de bens, mercadorias e serviços: compreendendo a logística para as cargas e serviços, na área urbana e rural;	-	-																	
		Infraestrutura, abrangendo o sistema viário; equipamentos de controle, com a sinalização viária, os padrões de operação do trânsito considerando a circulação viária, o estacionamento; o mobiliário urbano e os polos geradores de tráfego;	-	-																	
		Gestão, propondo a reestruturação da gestão da mobilidade, o sistema de comunicação, os mecanismos de monitoramento e avaliação e os instrumentos institucionais;	-	-																	
	Os instrumentos adotados	Participação da sociedade, contemplando a participação da sociedade e da estrutura administrativa do município. I - Transporte não motorizado, para atuar nos deslocamentos de pedestres, ciclistas, veículos de propulsão humana, veículos de tração animal e acessibilidade universal;	-	-																	
		Restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados;	-	-																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANMOB 2018

DIRETRIZES	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Incidência de tributos sobre os modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao transporte não motorizado;	-	-																	
	Dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os modos de transporte não motorizados e os serviços de transporte público coletivo;	-	-																	
	Estabelecimento da política de estacionamentos;	-	-																	
	Controle do uso e operação da infraestrutura viária destinada à circulação e operação do transporte de carga, concedendo prioridades ou restrições;	-	-																	
	Priorização das obras associadas à implantação da rede estruturador do transporte público coletivo;	-	-																	
	Fiscalização com vistas a garantir a conservação e a implantação de passeios em logradouros públicos;	-	-																	
	Priorização das intervenções públicas ou privadas voltadas para a melhoria da circulação de pedestres, incluindo-se a identificação de vias exclusivas de pedestres;	-	-																	
	Definição de políticas de preços dos serviços de mobilidade, incluindo políticas tarifárias para o transporte público, utilização de descontos, subsídios e desoneração tarifária e políticas de preços de circulação e estacionamento em vias públicas, como instrumentos de direcionamento da demanda para o transporte público, modos coletivos e não motorizados e tecnologias ambientalmente limpas;	-	-																	
SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA DE FEIRA DE SANTANA	Estabelecimento de consórcios, convênios e acordos com o Estado da Bahia e outros entes governamentais, com vistas à gestão coordenada dos sistemas de mobilidade, visando a desoneração dos insumos pertinentes à área da mobilidade.	-	-																	
	A circulação de pedestres deve ser estruturada e compatibilizada com o Plano Diretor, com a classificação e hierarquização do sistema viário, estabelecendo os padrões e as características físicas, funcionais e operacionais, que incluem as calçadas destinadas à circulação de pedestres, com a sua equipamentação considerando a acessibilidade universal, sendo preferencial em relação a todos os modos de transporte.	-	-																	
	A circulação dos ciclistas, com a utilização de bicicletas, deve ser incentivada pelo Poder Público Municipal através da implantação do Sistema Cicloviário Municipal, com a previsão de rotas estruturadoras desta modalidade, compostas por ciclovias e ciclofaixas, com a sua equipamentação com bicicletário e paraciclos, com a instituição de política para o estímulo do uso de bicicletas, integrado aos demais modos de transporte, especialmente tornando-os obrigatórios nos polos geradores de tráfego.	-	-																	
	Fica estabelecida a adoção de medidas para o tratamento especial para o veículo de carga por propulsão humana no transporte não motorizado, com a promoção de ações disciplinadoras, adequando o modal com os preceitos da visão democrática do espaço de circulação e da mobilidade urbana com conforto e segurança para todos, com ações e campanhas de conscientização do uso do espaço público, com a divulgação da circulação pela direita da pista, no sentido de fluxo da via, com prioridade sobre os veículos motorizados, e proibida a circulação nas vias arteriais.	-	-																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANMOB 2018

DIRETRIZES	DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
O Sistema de Transporte Motorizado	Fica estabelecida a adoção de medidas para o tratamento especial do veículo de carga por tração animal, disciplinando transporte de carga não motorizado, com o objetivo de promover ações segundo a visão democrática do espaço de circulação e da mobilidade urbana, com conforto e segurança para todos, com ações e campanhas de conscientização do uso do espaço público, com a divulgação da circulação pela direita da pista, no sentido de fluxo da via, com prioridade sobre os veículos motorizados, e proibida a circulação nas vias arteriais e vias da Área Central Expandida	-	-																	
	Fica estabelecida a acessibilidade universal como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, para acesso a um lugar ou conjunto de lugares, como um tema transversal a todas as propostas para a mobilidade.	-	-																	
	O Transporte Público Coletivo no Município de Feira de Santana, efetuado por ônibus, deve corresponder às demandas progressivas, bem como à capacidade de atendimento da malha viária existente e planejada.	-	-																	
	O Transporte Público Alternativo Complementar é a modalidade não concorrente ao transporte público coletivo, destinado às áreas não atendidas pelo transporte público coletivo, exclusivamente em distrito e zona rural, com tarifas e veículos diferenciados.	-	-																	
	O serviço de táxi é considerado como um meio de transporte público individual, remunerado prestado a passageiro, com destinação única e não sujeito à delimitação de itinerário.	-	-																	
	Transporte escolar é o serviço público ou privado, fretado a passageiro ou grupo, em número limitado à capacidade do veículo transportador, voltado à locomoção de estudantes entre suas residências e os estabelecimentos de ensino, sendo sujeito às exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos através de normatização municipal específica.	-	-																	
	Transporte de fretamento é o serviço fretado a passageiro ou grupo em número limitado à capacidade do veículo transportador, com destinação única ou de caráter turístico, e não sujeito à delimitação de itinerário.	-	-																	
	Para o transporte individual, que não é prioritário em relação ao transporte não motorizado e ao transporte motorizado público coletivo, devem ser implementadas ações que possibilitem deslocamentos adequados, com a adequação da infraestrutura viária, segundo as prioridades estabelecidas; a implantação ou reestruturação de equipamentos de controle, como os sistemas de comunicação, de controle operacional e de segurança; e a divulgação de comportamentos adequados no trânsito.	-	-																	
	O transporte de cargas, definido como de bens, mercadorias e serviços, incluindo os veículos de serviços, de coleta de lixo, de construção, entre outros, dentro do Município de Feira de Santana, vincula-se às limitações interpostas pela malha viária municipal e pelo regime de adensamento urbano, sem que haja prejuízo ao atendimento das demandas comerciais e da qualidade do espaço urbano, devendo ser reestruturado, equipado, regulamentado e gerenciado pelo Poder Executivo Municipal.	-	-																	
	Hierarquização do sistema viário considerando os deslocamentos urbanos, rurais e intermunicipais;	-	-																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANMOB 2018																					
DIRETRIZES		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Tratamento das vias urbanas segundo a hierarquia viária estabelecida, com adequação da configuração física, dotando-as de equipamentos de controle, com a sinalização viária;	-	-																	
		Estabelecimento das prioridades de circulação, segundo as diretrizes do Plano Diretor, privilegiando o pedestre e o ciclista sobre os demais modos e a prioridade de circulação do transporte público coletivo;	-	-																	
		Promoção de correções de traçado e compatibilização de ligações viárias;	-	-																	
		Tratamento de pontos críticos, melhorando a segurança e reduzindo os acidentes.	-	-																	
		Implantação de infraestrutura compatível com os volumes de tráfego, privilegiando os pedestres e ciclistas, ofertando conforto e segurança aos usuários;	-	-																	
		Pavimentação das vias urbanas, distritais e rurais, compatíveis com os volumes de tráfego, com sinalização adequada, de acordo com a tipologia estabelecida segundo a hierarquia viária;	-	-																	
		Dimensionamento e pavimentação das calçadas, segundo a tipologia estabelecida, considerando a acessibilidade universal, dotando-as de mobiliário urbano compatível com o estabelecido para o tipo de via;	-	-																	
		Implantação de ciclovias e ciclofaixas, de acordo com as normas definidas, com sinalização adequada.	-	-																	
		Polos geradores de tráfego	Os polos geradores de tráfego serão caracterizados como equipamentos urbanos que promovem a concentração de viagens para seu acesso e causam impactos na circulação viária, restringindo a fluidez e segurança no trânsito com alteração das condições de circulação de pessoas e veículos no sistema viário das áreas lindeiras e adjacentes aos equipamentos, considerando a legislação em vigor com relação ao uso e ocupação do solo e na adequação do sistema viário existente, com exigência de formulação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), quando da aprovação de implantação de um polo gerador de tráfego.	-	-																

Fonte: Plano de Mobilidade de Feira de Santana - 2018
Legenda:
* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1	Erradicação da pobreza	7	Energia limpa e acessível	13	Ação contra a mudança global do clima
2	Fome zero e agricultura sustentável	8	Trabalho decente e crescimento econômico	14	Vida na água
3	Saúde e Bem-Estar	9	Indústria, inovação e infraestrutura	15	Vida terrestre
4	Educação de qualidade	10	Redução das desigualdades	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5	Igualdade de gênero	11	Cidades e comunidades sustentáveis	17	Parcerias e meios de implementação
6	Água potável e saneamento	12	Consumo e produção responsáveis		

Apêndice F – Plano Diretor de Circulação, Sistema Viário e Tráfego

MATRIZ SÍNTESE DO PLANO DIRETOR DE CIRCULAÇÃO, SISTEMA VIÁRIO E TRÁFEGO EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																				
PROPOSTAS/ DIRETRIZES	OBJETIVOS/AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OBJETIVOS																				
Proposta de Lei de Carga e Descarga	Definição de rotas de caminhões e ônibus rodoviários é de suma importância para disciplinar a circulação destes veículos pela malha urbana;	-	x																	
	Definição de percursos proibidos: determina uma melhor hierarquia no sistema viário;	-	x																	
	Estabelecimento de horário de carga e descarga em áreas específicas: para disciplinar a circulação de veículos é fundamental o estabelecimento de um horário de carga e descarga, além da definição de locais onde é permitida;	-	x																	
	Implantação de sinalização viária: é importante a implantação de sinalização viária adequada, em especial de uma sinalização direcional.	-	x																	
	Modernizar a legislação e regulamentação de carga e descarga no centro expandido com limitações de horários de carga e descarga para veículos pesados das 20:00 às 6:00, conforme Lei de carga e descarga proposta;	-	x																	
	Permissão para carga e descarga de veículos leves de carga VUC (veículos urbanos de carga leves) abaixo de 8 toneladas ou comprimento máximo de 6,3 metros, dentro da área do centro expandido e nas vagas sinalizadas na Zona Azul (com cobrança de valores e limitação máxima de 2 horas de estacionamento);	-	x																	
AÇÕES																				
Propostas Semáforos	Implantação de 33 novos cruzamentos semaforizados;	-	x																	
	Implantação da CTA – Central de Controle de Semáforos na área central;	-	x																	
	Padronizar os semáforos para equipamentos digitais;	-	x																	
	Implantar programa de sincronismo de semáforos;	-	x																	
	Implantar, na área central, os semáforos com tempo de travessia de pedestres e completar os semáforos com repetidores para pedestres;	-	x																	
	No futuro, implantar uma CCO – Central de Controle de Operações, integrando controle de semáforos, policiamento de tráfego, câmeras de TV, central de operações e comunicação;	x	-																	
OBJETIVOS																				
Diretrizes gerais das redes estruturais de transporte e viária.	Equacionar ou minimizar os problemas e carências de fluidez e segurança viária;	-	x																	
	Priorizar o transporte coletivo sobre o individual;	-	x																	
	Estabelecer nova hierarquia para o sistema viário.	-	x																	
	Definição de rotas de transporte de ônibus de passageiros, implantação de estacionamento rotativo pago, ampliação de calçadas e vias exclusivas para pedestres.	-	x																	
	Implantação de medidas físicas e operacionais que priorizem a circulação, principalmente na área Central;	-	x																	
	Duplicação ou alargamento da seção transversal atual e implantação de medidas físicas e operacionais que priorizem a circulação dos eixos viários principais.	-	x																	
	Asfaltamento de vias;	-	x																	
	Alterações de circulação viária e proibição de estacionamento de veículos e restrição de circulação da veículos de carga;	-	x																	
	Implantação de sinalização viária horizontal, vertical de regulamentação, advertência, educativa e semafórica;	-	x																	
	Implantação de sinalização viária de orientação;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DO PLANO DIRETOR DE CIRCULAÇÃO, SISTEMA VIÁRIO E TRÁFEGO EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																				
PROPOSTAS/ DIRETRIZES	OBJETIVOS/AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Ampliação da sinalização semafórica nos locais onde for necessário.	-	x																	
AÇÕES																				
Sistema Viário Secundário : obras de continuidade das vias e pavimentação asfáltica	Melhorias nas ruas do acesso norte e da região do Fórum, com asfaltamento e sentido único, além de melhoria na circulação das ruas Artur Assis, Wenceslau Brás, Santos Dumont, Álvaro Simões e Rua São José;	-	x																	
	Implantação de mudanças de circulação, melhoria da sinalização na região do bairro CASEB e Iguatemi: implantação do binário José Pinto / Elpídio Nova, asfaltamento da Rua da Concórdia e Frei Caneca, além de implantação de sentido único na Paulo VI e Juarez Távora;	-	x																	
	Implantação de binário e asfaltamento nas ruas São Domingos e Frei Aureliano Grottamari, no bairro Santa Mônica, além da implantação dos binários São Domingos – Tucano;	-	x																	
	Implantação do binário Petronilho Silva – General Costa e Silva, no bairro Sobradinho, binário Santos Reis – Juvêncio Erudilho e conexões com Gonçalo Alves e Góes Calmon;	-	x																	
	Intervenções de grande porte na região do Feiraguay, com abertura de via, alargamento de vias, desapropriação e asfaltamento de vias, obras de alto custo, porém necessárias para a melhoria das ligações oeste-sul e oeste-leste;	-	x																	
	Obras de conexão do corredor Senador Quintino com Rua Barão do Rio Branco, Comandante Almiro e Vasco Filho, todas com desapropriação;	-	x																	
	Estruturação das vias José Tavares Carneiro e Riachuelo com sentido único;	-	x																	
	Implantação do binário Filinto Marques de Cerqueira – Santo Antônio;	-	x																	
	Implantação do binário Rio Araguaia – Rio de Contas e asfaltamento da Rua Aderbal Miranda;	-	x																	
	Asfaltamento na Rua da Concórdia e continuidade das ruas Intendente Abdon e Tupinambás;	-	x																	
Sistema Viário Central	Implantação de binários de circulação de veículos;	-	x																	
	Implantação de sentido único de tráfego;	-	x																	
	Definição de uma política de regulamentação para a carga e descarga;	-	x																	
	Definição de uma política de estacionamento nas vias públicas (Zona Azul).	-	x																	
	Mudança de sentido de via e continuidade das vias: Comandante Almiro, Castro Alves e Barão do Rio Branco;	-	x																	
	Implantação de sentido único de tráfego: Juracy Magalhães, Brigadeiro Eduardo Gomes, Georgina Erismann, Aristides Novis e Arnold Silva;	-	x																	
	Implantação de binário de tráfego: Boticário Moncorvo – Domingos Barbosa de Araújo, Conselheiro Franco – Desembargador Filinto Bastos e Vasco Filho – Juracy Magalhães Jr.;	-	x																	
Áreas Especiais - Centro de Abastecimento	Expansão da área de pedestres: Praça Bernardino Bahia e Intendente Rui.	-	x																	
	Estruturação da Avenida do Canal e Rua Doutor João Evangelista, transformando em uma avenida de pista dupla, a ser denominado ANEL OESTE, que terá a função de distribuir o tráfego pesado no acesso e saída do centro de abastecimento, para as direções norte e oeste. Esta obra configura-se como uma das mais importantes do sistema viário;	-	x																	
	Implantação do binário de tráfego Santos Reis – Juvêncio Erudilho, para dar uma nova opção ao tráfego da região noroeste da cidade.	-	x																	
Áreas Especiais - Terminal Rodoviário	Implantação do binário de tráfego Vasco Filho – Juracy Magalhães Jr.;	-	x																	

MATRIZ SÍNTESE DO PLANO DIRETOR DE CIRCULAÇÃO, SISTEMA VIÁRIO E TRÁFEGO EM SINERGIA COM OS PROJETOS ESTRUTURADORES																				
PROPOSTAS/ DIRETRIZES	OBJETIVOS/AÇÕES	SINERGIA*		ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Implantação de sentido único na Rua Georgina Erismann;	-	x																	
	Diretrizes de obrigatoriedade de circulação do transporte interestadual e intermunicipal através de vias de acesso do SVP para utilizar o Terminal Rodoviário.	-	x																	
Áreas Especiais - Centro Antigo	Implantação do binário de tráfego Conselheiro Franco – Desembargador Filinto Bastos, para a melhoria do tráfego junto ao centro tradicional e ruas de pedestre;	-	x																	
	Expansão das áreas de pedestres: Praça Bernardino Bahia, com acesso controlado de veículos;	-	x																	
	Implantação de área de pedestres na Rua Intendente Rui, entre Av. Senhor dos Passos e Visconde do Rio Branco;	-	x																	
	Estruturação da Rua Barão de Cotegipe, com asfaltamento e sentido único de tráfego;	-	x																	
Áreas Especiais – Feiraguay	Estruturação da Av. Monsenhor Mário Pessoa, com alargamento da via através de desapropriações de vulto, transformando-a em uma avenida de pista dupla, que terá a função de distribuir o tráfego pesado no acesso e saída do centro tradicional e na ligação com as rodovias BR-116 e BR-324;	-	x																	
	Em uma etapa futura, alargamento das ruas Dom João VI, Antônio Borja, Nossa Senhora de Lurdes e abertura da Av. Rio de Janeiro, conectando à Rua Doutor João Evangelista a praça da Piedade com o binário Honorato Bonfim – Cristóvão Barreto, criando uma ligação leste-oeste alternativa a Av. Mário Pessoa;	-	x																	
	Alargamento da Rua Doutor Marcário Cerqueira, até a Praça da Piedade.	-	x																	
Transporte Coletivo	Expansão do SIT – Sistema Integrado de Transporte, implantação da 2a etapa do SIT, Corredor Pampalona e Corredor Getúlio Vargas;	-	x																	
	Complementação de faixas exclusivas na área central;	-	x																	
	Abrigos em pontos de ônibus;	-	x																	
	Combate ao transporte clandestino.	-	x																	
	Melhoria de acesso ao Terminal do SIT Norte.	-	x																	
	A proposição principal é a implantação dos novos corredores Pampalona (Sobradinho) e Getúlio Vargas operando com linhas troncais e alimentadoras, utilizando veículos micro ônibus em linhas alimentadoras, nos terminais Pampalona e Getúlio Vargas.	-	x																	
Segurança de Pedestres	Expansão das áreas de pedestres: Praça Bernardino Bahia (com acesso restrito aos órgãos públicos) e Rua Intendente Rui;	-	x																	
	Arborização: proposto um programa de arborização e sombreamento, a partir de um estudo técnico especializado de paisagismo urbano;	-	x																	
	Passarela de pedestres: implantação de novas passarelas para pedestres, com o padrão utilizado na passarela da BR-116 – Cidade Nova.	-	x																	
	Anel de contorno com Rua Primavera / Rua Amaralina	-	x																	
Ciclovias	De imediato são previstas a complementaridade da ciclovia existente na Av. Presidente Dutra e uma nova ciclovia na Av. Governador João Durval Carneiro;	-	x																	
	Contemplar os principais corredores de transporte e tráfego da cidade; Av. Getúlio Vargas, Av. Rio de Janeiro, Av. Deputado Colbert Martins da Silva, Rua José Tavares de Carneiro, Rua Araújo Pinho e Rua Doutor Pedro Américo;	-	x																	

Fonte: Plano Diretor De Circulação, Sistema Viário e Tráfego

Legenda:

* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1	Erradicação da pobreza	7	Energia limpa e acessível	13	Ação contra a mudança global do clima
2	Fome zero e agricultura sustentável	8	Trabalho decente e crescimento econômico	14	Vida na água
3	Saúde e Bem-Estar	9	Indústria, inovação e infraestrutura	15	Vida terrestre
4	Educação de qualidade	10	Redução das desigualdades	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5	Igualdade de gênero	11	Cidades e comunidades sustentáveis	17	Parcerias e meios de implementação
6	Água potável e saneamento	12	Consumo e produção responsáveis		

Apêndice G – Projeto do BRT

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PROJETO DO BRT -EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																				
DIRETRIZES	DESCRIÇÃO	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
METAS	Maior velocidade: com faixas exclusivas;	-	-																	
	Maior capacidade: com linhas troncais e veículos de maior capacidade;	-	-																	
	Maior disponibilidade: maior amplitude do novo sistema de transporte, inclusive para os conjuntos habitacionais novos;	-	-																	
	Integração: através de terminais de integração e estações;	-	-																	
	Menor custo: permite qualquer deslocamento com o pagamento de uma tarifa única;	-	-																	
	Maior conforto: com a redução do tempo de espera e do tempo de embarque em função dos terminais e estações com pré-pago de tarifa.	-	-																	
OBJETIVOS	Disciplinar o processo de expansão urbana, mediante estabelecimento de eixos preferenciais de ocupação com a atuação simultânea sobre o uso do solo, o sistema viário e o transporte coletivo de passageiros;	-	-																	
	Descongestionar a área central, preservar e revitalizar o centro da cidade;	-	-																	
	Organizar a população dentro dos limites geográficos da área de estudos, visando à descentralização de equipamentos urbanos, através de estímulos ao crescimento de subcentros.	-	-																	
	Estabelecer incentivos à implantação de atividades econômicas compatíveis com o modelo de descentralização propostos;	-	-																	
	Organizar o espaço urbano respeitando a escala, a história e a cultura da cidade;	-	-																	
	Estimular o assentamento organizado das atividades geradoras de trânsito ao longo dos eixos de transportes, melhor equipados e servidos pelo transporte público, em geral, localizados próximos aos terminais de transporte.	-	-																	

Fonte: BRT - De Transporte De Passageiros Da Cidade De Feira De Santana - 2014 |Caderno 02 - Operacional e Funcional

Legenda:

* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1

Erradicação da pobreza

2

Fome zero e agricultura sustentável

3

Saúde e Bem-Estar

4

Educação de qualidade

5

Igualdade de gênero

6

Água potável e saneamento

7

Energia limpa e acessível

8

Trabalho decente e crescimento econômico

9

Indústria, inovação e infraestrutura

10

Redução das desigualdades

11

Cidades e comunidades sustentáveis

12

Consumo e produção responsáveis

13

Ação contra a mudança global do clima

14

Vida na água

15

Vida terrestre

16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

17

Parcerias e meios de implementação

Apêndice H – Plano Municipal de Saneamento de Feira de Santana (PMSB)

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																				
CENÁRIO DE REFERÊNCIA	OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
OBJETIVOS																				
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Universalizar o acesso aos serviços de abastecimento de água, de modo a atender todos os domicílios com regularidade, integralidade e equidade (abrangendo a área urbana e rural);	-	X																	
	Garantir condições de acesso efetivo de toda a população de Feira de Santana à água em quantidade e qualidade que assegure a proteção à saúde, observadas as normas relativas para o consumo humano e em conformidade com a legislação ambiental e a de recursos hídricos;	-	X																	
	Garantir meios eficientes para o atendimento da população rural dispersa, mediante a utilização de soluções pertinentes às características econômicas e sociais das comunidades;	-	X																	
	Ampliar e monitorar os sistemas existentes, promovendo a implantação de novas adutoras, redes, ETAs, reservatórios, poços;	-	X																	
	Elaboração do projeto de recuperação e ampliação de todas as unidades do sistema nas áreas urbanas;	-	X																	
	Estímulo ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e adoção de métodos e equipamentos que priorizem a economia de água;	-	X																	
	Incentivo à adoção de equipamentos hidrossanitários que contribuam para a redução do consumo de água;	-	X																	
	Promover a conservação dos recursos hídricos, por meio da redução das perdas nos sistemas de distribuição, da captação de água de chuva e da reutilização das águas servidas para usos menos nobres;	-	X																	
	Proteger o município contra situações Hidrológicas Extremas e Acidentes de Poluição; Garantir a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos principalmente os destinados ao abastecimento humano, buscando a sua recuperação, readequação e preservação, com destaque para a importância da proteção das matas ciliares e da preservação das áreas imediatamente próximas ao reservatório da barragem de Pedra do Cavalo, ao rio Paraguaçu e seus afluentes (principalmente o rio Jacuípe);	-	X																	
	Priorizar ações nas áreas com os maiores déficits no abastecimento de água;	-	X																	
	Definir procedimentos para a avaliação sistemática da efetividade, eficiência e eficácia dos serviços prestados, que incluam indicadores para aferir o cumprimento das metas;	-	X																	
	Controle de perdas de água e medidas de racionalização e eficiência energética no sistema de abastecimento de água, com estabelecimento de metas;	-	X																	
	Fortalecer os mecanismos de fiscalização da qualidade da água consumida, sobretudo para a população rural que é abastecida por sistemas simplificados e por soluções individualizadas;	-	X																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																				
CENÁRIO DE REFERÊNCIA	OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Estabelecer medidas de apoio à reabilitação dos sistemas existentes e à implantação de novos sistemas para atendimento à população rural, priorizando, assentamentos, distritos, povoados e vilas habitacionais em projetos de irrigação;	-	X																	
	Implementação e melhoria do sistema de abastecimento, com obras de pequeno porte como poços (principalmente na zona oriental do município), cisternas, estações de tratamento e dessalinizadores, além de ampliar os sistemas simplificados de abastecimento de água na zona oriental do município;	-	X																	
	Desenvolvimento de modelos e regras operativas das estruturas hidráulicas, considerando o uso múltiplo das águas no Município;	-	X																	
	Melhorar a regulação e fiscalização dos serviços, ampliando para os sistemas simplificados;	-	X																	
	Divulgação periódica, pela empresa concessionária, dos dados e indicadores referentes ao sistema de abastecimento de água no Município, democratizando o acesso à informação e possibilitando o controle social sobre a qualidade do serviço prestado;	-	X																	
	Reforçar a comunicação com a sociedade e promover a educação ambiental, voltada sobretudo à racionalização do uso de água e às técnicas de reuso doméstico;	-	X																	
	Fazer gestões junto ao Governo do Estado e Governo Federal, ONGs e outros organismos nacionais e internacionais para obtenção de recursos financeiros, readequando a estrutura de reservação e de distribuição de água tratada;	-	X																	
	Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;	-	X																	
	Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;	-	X																	
	Melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;	-	X																	
	Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;	-	X																	
	Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;	-	X																	
	Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;	-	X																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																				
CENÁRIO DE REFERÊNCIA	OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;	-	x																	
	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.	-	x																	
METAS																				
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Consumo per capita:	Promover ações de impacto no sistema cultural e educacional (as quais englobam indivíduos e instituições, tais como escolas e universidades, mídia, marketing e indústria cultural), visando à mudança de comportamentos frente ao consumo consciente;	-	x																
		Incentivar à utilização de aparelhos economizadores, aproveitamento de água pluvial e reuso de águas cinzas (pia de banheiro, chuveiro, máquina de lavar), com incentivos fiscais a exemplo de desconto do IPTU verde.	-	x																
		Estimular ao aproveitamento da água de chuva em domicílios, prédios públicos e privados.	-	x																
	Índice de Atendimento:	Realizar com periodicidade análises dos sistemas existentes, verificando possível necessidade de melhorias dos mesmos;	-	x																
		Realizar pesquisas semestrais com a população visando verificar a qualidade da prestação do abastecimento, a fim de identificar os locais não atendidos;	-	x																
		Reduzir a frequência da intermitência e a realização de manobras do sistema de abastecimento;	-	x																
		Implantar soluções de abastecimento para a população que se encontra em área mais distante da sede do município (que possuem maior déficit de abastecimento);	-	x																
		Realizar, quando necessário, ampliações nos sistemas, implantando infraestruturas como ETAs, adutoras, reservatórios e redes de distribuição;	-	x																
		Eliminar cobrança dos empreendedores de implantação de rede/ linha tronco em locais que estejam dentro de perímetro urbano, pois trata-se de uma atribuição da prestadora de serviço.	-	x																
	Índice de Perdas	Manutenção dos hidrômetros: busca o acompanhamento dos hidrômetros instalados, com a priorização e substituição daqueles sujeitos a maiores submedições devido ao envelhecimento ou à inadequação da sua capacidade nominal ao perfil de consumo do cliente (trocas preventivas) e a substituição dos hidrômetros quebrados (trocas corretivas);	-	x																
		Combate às Fraudes e Irregularidades: representa o monitoramento das variações de consumos dos clientes, com a identificação de potenciais de irregularidades (ligações clandestinas ou reativações de ligações consideradas inativas), inspeção em campo, acatamento de denúncias e posterior regularização dos problemas constatados;	-	x																

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																						
CENÁRIO DE REFERÊNCIA		OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																	
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
		Modernização do Sistema Comercial: representa a implantação e modernização permanente dos sistemas informatizados que processam e consolidam os dados das atividades ligadas à apuração de consumos, compatibilização dos ciclos de leitura com os setores de abastecimento, faturamento, consistências etc.;	-	X																		
		Atualização do Cadastro Comercial: é o esforço para a manutenção do cadastro atualizado, eliminação de ligações sem hidrômetros e agilidade no cadastramento das novas ligações.	-	X																		
	Considera-se como pertinente incluir as seguintes metas:	Capacitação e treinamento profissional para os funcionários próprios e para os funcionários terceirizados da prestadora a fim de atuarem de maneira preventiva e corretiva de forma mais eficiente;	-	X																		
		Ações de educação ambiental, como, por exemplo, palestras em escolas, Centros de Referência e Assistência Social - Cras, Unidades de Saúde, Associação de moradores;	-	X																		
		Fiscalizar do uso e ocupação do solo a fim de evitar futuras ocupações irregulares e tomar providências previstas em legislação em relação as áreas de ocupação irregular já consolidadas onde existem ligações clandestinas.	-	X																		
		Promoção de capacitações para a comunidade da zona rural visando formar operadores das soluções individuais, e difundir técnicas de tratamento caseiro da água consumida;	-	X																		
		Promover a manutenção dos sistemas simplificados de abastecimento de água, assim como perfurar novos poços em regiões que apresentarem vazão suficiente que viabilize abastecimento no mínimo a médio prazo, tais como a região oriental do município.	-	X																		
		Promover o monitoramento da qualidade da água consumida na zona rural, proveniente de soluções individuais, assim como mapear todas as soluções existentes.	-	X																		
OBJETIVOS																						
ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Universalizar o acesso aos Serviços de Esgotamento Sanitário, adotando-se tecnologia apropriada à realidade local, atendendo a todos os domicílios de forma a evitar a exposição da população a organismos patogênicos e a contaminação do meio ambiente, promovendo o tratamento dos efluentes em conformidade com a legislação ambiental e a de recursos hídricos.	-	X																			
	Estabelecimento de prioridade para implantação de rede coletora e ligações domiciliares, segundo bacias coletoras, de acordo com os níveis de demanda reprimida e necessidades mais acentuadas, principalmente a área da bacia do rio Pojuca.	-	X																			

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																				
CENÁRIO DE REFERÊNCIA	OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Estabelecimento, como fator de prioridade: (a) implantação e operação de sistemas de esgotamento sanitário ou outras soluções tecnicamente apropriadas, que contribuam para a melhoria da salubridade ambiental; b) implantação e operação de sistemas de esgotamento sanitário ou outras soluções tecnicamente apropriadas nas áreas de proteção de mananciais, em particular aquelas situadas no entorno do reservatório de Pedra do Cavalo, utilizado para o abastecimento público; c) controle e monitoramento das margens de corpos d'água, para coibir o lançamento de esgotos.	-	x																	
	Monitorar os corpos receptores de esgoto (tratado ou não) levantando os parâmetros, físicos, químicos e biológicos destes, e enquadrá-los de acordo com a Resolução no 430 de 2011 do Conama.	-	x																	
	Implantação de programas de despoluição dos corpos d'água do Município e eliminação gradual das captações em tempo seco.	-	x																	
	Melhorar continuamente a operação do sistema de Esgotamento Sanitário como a implantação de medidores de vazão e de cadastro georreferenciado dos equipamentos e de não conformidades do sistema, evitando situações de risco de poluição dos efluentes	-	x																	
	Adoção de medidas de racionalização e eficiência energética de esgotamento sanitário, com estabelecimento de metas.	-	x																	
	Ampliação das unidades do sistema de esgotamento sanitário existentes, para: a) ampliação das redes coletoras de esgotos nas bacias que já são atendidas com rede principal de coleta e tratamento, de forma a atender 100% da população instalada; b) eliminação dos lançamentos de esgoto bruto realizados por redes coletoras do sistema em canais de drenagem pluvial urbana; c) eliminação dos lançamentos de esgoto bruto de edificações residenciais e/ou comerciais em canais de drenagem pluvial urbana; d) substituição do sistema de coleta condominial de fundo de lote para o passeio; e) ampliação e redimensionamento das redes coletoras, de acordo com a demanda; f) conservação permanentemente das redes coletoras de esgotos.	-	x																	
	Implantação de melhorias nas estações de tratamento de esgotos, através de: a) avaliação dos níveis de eficiência das estações de tratamento existentes de forma a garantir a qualidade do tratamento dos esgotos, obedecendo aos padrões estabelecidos pelos órgãos competentes em relação aos níveis de DBO e de micro-organismos dos efluentes lançados nos corpos receptores;	-	x																	
	Melhorar a regulação e fiscalização dos serviços;	-	x																	
	Reforçar a comunicação com a sociedade e promover a educação ambiental.	-	x																	

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																				
CENÁRIO DE REFERÊNCIA	OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
		C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
	Desenvolvimento de programa de educação ambiental em parceria com a empresa concessionária, voltado: a) para a população em geral, visando minimizar a geração de efluentes líquidos e promover o reuso da água, otimizando o uso da água tratada para consumo humano; b) evitar conflitos ambientais, riscos à segurança e saúde humana, resultantes da utilização inadequada dos corpos d'água, e a consequente rejeição do sistema pela população beneficiária.	-	x																	
	Desenvolvimento de estudos sobre o reaproveitamento de águas servidas domiciliares para fins de limpeza e irrigação de árvores, jardins e pomares urbanos.	-	x																	
	Valorizar Social e Economicamente os Recursos Ambientais;	x	-																	
	Promover a Salubridade Ambiental e Saúde Coletiva;	x	-																	
	Garantia de atendimento a todos os estratos sociais, com metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário e serviço de qualidade, ou com outras soluções apropriadas à realidade socioambiental	-	x																	
	Ampliação gradual do índice de cobertura do acesso aos Serviços de Esgotamento Sanitário;	-	x																	
	Emprego de tecnologias apropriadas à realidade local e à capacidade de pagamento dos usuários em toda área rural, a partir da implantação e melhoria da infraestrutura de saneamento ambiental nas áreas rurais, com tratamento de esgoto sanitário e águas servidas, associada à implantação de redes de drenagem pluvial, para reduzir o impacto nos mananciais, principalmente nos rios Jacuípe, Pojuca e Subaé;	-	x																	
	Elaboração e execução de programas para construção de fossas sépticas econômicas, bacias de evapotranspiração, círculo de bananeiras, banheiros e banheiros secos.	-	x																	
	Desenvolvimento de estudos sobre o reaproveitamento de águas servidas domiciliares para fins de limpeza e irrigação de árvores e jardins.	-	x																	
	Aplicação de tarifas apropriadas à realidade local e à capacidade de pagamento dos usuários em toda área rural;	-	x																	
	Prestação dos serviços ou da solução adotada obedecendo as condições mínimas de operação e manutenção com qualidade;	-	x																	
	Monitoramento e manutenção contínuos das soluções individuais adotadas;	-	x																	
	Fortalecimento da relação da comunidade com o meio ambiente;	-	x																	
	Capacitação da comunidade para uso das tecnologias adequadas.	-	x																	
METAS																				
ESGOTAMENT O SANITÁRIO	Índice de atendimento por rede coletora	Realizar o levantamento das áreas urbanas carentes de solução de esgotamento sanitário de acordo com a tecnologia de esgotamento a ser implantada: rede coletora ou soluções individualizadas.	-	x																

MATRIZ DE VERIFICAÇÃO DE SINERGIA E COMPATIBILIDADE DOS OBJETIVOS DO PLANSAB 2018																					
CENÁRIO DE REFERÊNCIA		OBJETIVOS/METAS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		Realizar o levantamento dos domicílios rurais para definir o tipo de solução individualizada mais adequada.	-	x																	
		Implantar rede coletoras nas áreas indicadas e auxílio técnico para implantação de soluções individualizadas.	-	x																	
		Priorizar as áreas com maior demanda pelo serviço de Esgotamento Sanitário.	-	x																	
	Índice de tratamento do esgoto coletado	Implantar o SES da bacia do Pojuca;	-	x																	
		Implantar novos sistemas locais de tratamento de esgoto;	-	x																	
		Adequação das Estações de Tratamento de Esgoto para que se enquadrem de acordo com os padrões de lançamento da Resolução no 430 de 2011 do Conama;	-	x																	
		Ampliar a rede de fiscalização e monitoramento da qualidade dos efluentes tratados e qualidade dos mananciais.	-	x																	
		Despoluição dos rios, com medição efetuada pela qualidade das suas águas dos mesmos e não por quantidade de estação de tratamento e/ou sua eficiência.	x	-																	
	Geração per capita de esgoto	Promover educação ambiental para o consumo consciente; realizar pesquisas, estudos de caso, elaborar guias e manuais, campanhas e outros, para sensibilizar e mobilizar o indivíduo/consumidor, visando a mudanças de comportamento. Devem ser igualmente consideradas ações que tenham impacto no sistema cultural e educacional englobando escolas e universidades, a mídia, o marketing e a indústria cultural.	-	x																	
		Fornecer incentivos a utilização de aparelhos otimizadores do uso de água, aproveitamento de água pluvial e reuso de águas cinzas (pia de banheiro, chuveiro, máquina de lavar), a exemplo de desconto no IPTU.	-	x																	
	Extravasamento de esgoto por extensão de rede de esgoto	O Extravasamento de esgoto por extensão de rede de esgoto no cenário de referência é reduzido a valores inferiores a 0,3 extravasamentos por quilômetro de rede. Essa meta é importante, pois extravasamento de esgoto são causadores de contaminação do solo, redes de distribuição de água e redes de drenagem.	-	x																	

Fonte: Execução de Serviços de Auxílio e Apoio na Viabilização e Instituição do Plano Municipal de Saneamento Básico - 2018

Legenda:

* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

1	Erradicação da pobreza	7	Energia limpa e acessível	13	Ação contra a mudança global do clima
2	Fome zero e agricultura sustentável	8	Trabalho decente e crescimento econômico	14	Vida na água
3	Saúde e Bem-Estar	9	Indústria, inovação e infraestrutura	15	Vida terrestre
4	Educação de qualidade	10	Redução das desigualdades	16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
5	Igualdade de gênero	11	Cidades e comunidades sustentáveis	17	Parcerias e meios de implementação
6	Água potável e saneamento	12	Consumo e produção responsáveis		

Apêndice I – Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana (PDMAP)

[illegible]

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PLANO DE DRENAGEM-EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
DIRETRIZES		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;																			
		Reorganizar a ocupação territorial de modo a recuperar espaços para o controle do escoamento pluvial e implantação de obras que promovam a redução da poluição hídrica;	-	x																	
		Promover o aperfeiçoamento institucional e tecnológico do município, visando assegurar a adoção de mecanismos adequados ao planejamento, implantação, monitoramento, operação, recuperação, manutenção preventiva, melhoria e atualização do sistema de drenagem;	x	-																	
		Estabelecer um sistema de comunicação e participação da população da bacia visando o consenso entre a administração municipal e a comunidade em relação às propostas para a drenagem e manejo das águas pluviais;	-	x																	
		Assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público se dê segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, da maximização da relação custo-benefício e de maior retorno social interno;	-	x																	
		Incluir nos planos plurianuais os investimentos públicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a redução dos danos e perdas decorrentes das inundações urbanas.	x	-																	
		O Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas de Feira de Santana deve ser compartimentado em três bacias urbanas, quais sejam: Bacia do Jacuípe, Bacia do Pojuca e Bacia do Subaé.	x	-																	
		Cada bacia urbana deve ser tratada como um sistema integrado, evitando, dessa forma, a transferência do risco de inundações para os terrenos à jusante.	x	-																	
		O controle das inundações em determinada bacia urbana deve contemplar medidas estruturais e não-estruturais, cujos efeitos combinados resultam no aumento da resiliência urbana aos eventos hidrológicos impactantes.	x	-																	
		Os meios para a implementação da política de controle de inundações urbanas abrangem o PDMAPFS, as Legislações Municipal/Estadual e o Manual de Drenagem. O primeiro estabelece as linhas principais, as legislações controlam e o manual orienta.	-	x																	
		O PDMAPFS deve contemplar o planejamento das áreas a serem desenvolvidas e o adensamento das áreas atualmente loteadas, considerando como horizonte de expansão o ano de 2040.	-	x																	
		As cheias naturais não devem ser ampliadas por aqueles que ocupam a bacia, seja um simples loteamento, seja uma obra de drenagem existente no ambiente urbano. Portanto, as intervenções propostas deverão respeitar as capacidades hidráulicas dos corpos d' água receptores.	-	x																	
		A gestão dos riscos de inundações exige o controle permanente sobre a ocupação do solo urbano, tanto nas áreas sujeitas a submersões como nos interflúvios onde são produzidos os volumes de escoamento superficial.	-	x																	
		A educação de profissionais (engenheiros, arquitetos, agrônomos e geólogos, entre outros), da população e de administradores públicos é essencial para que as decisões públicas sejam tomadas conscientemente por todos.	-	x																	
		A regulação da drenagem e manejo das águas pluviais deve estar presente nos processos administrativos relacionados à aprovação de projetos de loteamentos e obras públicas.	-	x																	
		A eficiência hidráulica dos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais existentes e propostos deve ser medida por indicadores que demonstrem o nível do perigo de perdas humanas e danos materiais ao qual	x	-																	

MATRIZ SÍNTESE DOS OBJETIVOS DO PLANO DE DRENAGEM-EM SINERGIA COM PROJETOS ESTRUTURADORES																					
DIRETRIZES		DESCRIÇÃO OBJETIVOS	SINERGIA*		OS ODS RELACIONADOS																
			C	SR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		está submetida a população de determinada bacia urbana.																			
		Os sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais devem ser modelados segundo uma abordagem dual, ou seja, as calhas viárias devem ser tratadas como componentes ativos do sistema de drenagem pluvial, em complemento aos canais e galerias convencionais.	-	x																	
Elaboração dos Programas de Controle de Cheias – Bacia do Pojuca, Jacuípe e Subaé	Elaboração dos Programas de Controle de Cheias – Bacia do Pojuca, Jacuípe e Subaé.	Etapa de implantação imediata, ano 2020 – engloba ações de menor complexidade como remoção de interferências, desobstrução de galerias, recuperação ou adequação de estruturas hidráulicas deficientes ou condenadas estruturalmente, com capacidade de promover benefícios imediatos em áreas críticas ocupadas por população de baixa renda ou assentamentos urbanos sujeitos a perdas humanas durante eventos hidrológicos impactantes;	-	x																	
		Etapa de curto prazo, ano 2025 – compreende propostas para aprimoramento institucional e sustentabilidade dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, além das medidas estruturais destinadas à expansão da capacidade de controle de cheias em áreas críticas ocupadas por população de baixa renda ou assentamentos urbanos sujeitos a perdas humanas durante eventos hidrológicos impactantes;	x	-																	
		Etapa de médio prazo, ano 2030 – envolve as medidas para a ampliação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e atendimento das demandas previstas para o ano de 2030;	x	-																	
		Etapa de longo prazo, horizonte de planejamento, ano 2040 – abrange as medidas para a ampliação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e atendimento das demandas previstas para o ano de 2040.	x	-																	

FONTE: Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas do Município de Feira de Santana - 2020
Legenda:
* SINERGIA C - COMPATÍVEL / SR - SEM RELAÇÃO

LEGENDA DOS ODS

- 1

Erradicação da pobreza
- 2

Fome zero e agricultura sustentável
- 3

Saúde e Bem-Estar
- 4

Educação de qualidade
- 5

Igualdade de gênero
- 6

Água potável e saneamento
- 7

Energia limpa e acessível
- 8

Trabalho decente e crescimento econômico
- 9

Indústria, inovação e infraestrutura
- 10

Redução das desigualdades
- 11

Cidades e comunidades sustentáveis
- 12

Consumo e produção responsáveis
- 13

Ação contra a mudança global do clima
- 14

Vida na água
- 15

Vida terrestre
- 16

Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- 17

Parcerias e meios de implementação

Apêndice J – Conteúdo Apresentado na Capacitação Inicial de Nivelamento: Agenda 2030

Elaboração de uma
Carteira de Projetos
Estruturadores para o
Município Polo de Feira
de Santana
2022-2035

Capacitação
30 de agosto 2022



COVID-19 RECOMENDAÇÕES



- Lista de presença encontra-se na entrada, com caneta e álcool, mas é recomendável que cada um utilize sua própria caneta
- Evitar contato físico
- Evitar tocar os olhos, nariz e boca
- Carregue e use seu álcool em gel sempre que necessário e
- Se estiver com sintomas, é recomendável não permanecer no local.

PROGRAMAÇÃO

HORÁRIO	ATIVIDADES
8h00min às 8h30min (30 min)	Lista de presença / Abertura dos trabalhos
8h30min às 8h50min (20 min)	Urbanização e Gestão Urbana Contemporânea: Breve histórico
8h50min às 9h10min (20 min)	Atividade Interativa
9h10min às 9h40min (30 min)	Contexto da Agenda 2030 e ODS
9h40min às 10h00min (20 min)	Os desafios na implementação
10h00min às 10h30min (30 min)	Exemplos de implementação
10h30min às 10h45min (15 min)	Intervalo
10h45min às 11h05min (20min)	Ferramentas para implementação
11h05min às 12h45min (100min)	Atividade Interativa e participativa
12h45min às 13h00min (15min)	Fechamento

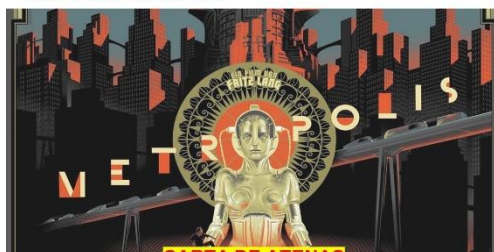


1

O que é a Agenda 2030 e o seu contexto histórico



Contexto Histórico



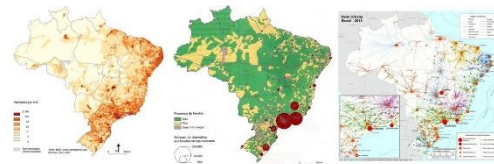
Filme: Metropolis, 1927. Fritz Lang
Ilustração Autor Desconhecido

Contexto Histórico: Urbanização Brasileira

Um contexto de desafios à ciência e à gestão pública

CARTA DOS ANDES

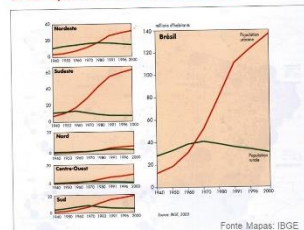
Fonte Mapas: IBGE



Ocupação do território: ausência ou insuficiência de políticas e programas;
BRASIL: + 220 milhões Habts. 85% URBANA

Contexto Histórico

04-03. Population urbaine et population rurale



Agravamento dos problemas urbanos:

- Habitação
- Transporte
- Saneamento
- Lazer

Qualidade de vida e condições de vida



Contexto Histórico



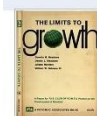
A CIDADE E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Alguns marcos:

- PNDC / Anos 1960... **REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL**
- Reunião do Clube de Roma – 1968
- Conferência de Estocolmo – 1972 / Ecodesenvolvimento.
- 1987 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 - Conferência do Rio/ECO-92.
- AGENDA 21
 - ESTATUTO DA CIDADE / BRASIL
 - Conferência de Johannesburg-2002.
- RIO +20
- ODS – OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- AGENDA 2030



Contexto Histórico



- OS LIMITES DO CRESCIMENTO : POLÍTICAS E DECISÕES GLOBAIS
- DO ECODESENVOLVIMENTO AO **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



CIRCLES OF SUSTAINABILITY



Contexto Histórico



POLÍTICAS E DECISÕES GLOBAIS, REGIONAIS E LOCAIS.

As ações prioritárias da **Agenda 21** brasileira são os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável.

BRASIL - ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade é uma norma diretiva, que traz princípios gerais e regras que norteiam o desenvolvimento urbano no país. A lei foi criada pautada em dois princípios básicos, que são a função social da propriedade e a participação democrática na condução do desenvolvimento das cidades. O Estatuto da Cidade é uma tentativa de democratizar a gestão das cidades brasileiras através de instrumentos de gestão, dentre os quais podemos destacar o Plano Diretor, obrigatório para toda a cidade com mais de vinte mil habitantes ou aglomerados urbanos.



Contexto Histórico



PLATAFORMA INTERATIVA

Acesse
www.menti.com

Insira o código
8351 2386



Use o QR Code

ATIVIDADE INTERATIVA 01

ENTREGA MATERIAL

Objetivos | Metas |



Princípios da Agenda 2030



Integração Universal:

- "Ninguém deve ser deixado para trás"
- "(...) uma Agenda de abrangência e importância sem precedentes (...)"
- "Considera as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento de cada nação"
- "... acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares, até 2030"
- "... combater as desigualdades dentro dos países e entre eles"
- "... construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas"
- "... proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas"
- "... assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais"

Chefes de Estado e de Governo e Alto Representantes, reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, momento em que a Organização comemorou seu septuagésimo aniversário, deliberaram sobre os novos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** globais.

Objetivos são integrados e indivisíveis, e misturam, de forma equilibrada, as **três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.**

Princípios da Agenda 2030



ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



O documento contém:

- 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- 169 metas
- 231 indicadores

ODS, o que são?

- Buscam refletir os problemas e demandas centrais do mundo e países, planejados e orientados para escalas locais, nacionais e globais.
- "(...) objetivos e metas abrangem todo o mundo (...)" Eles são integrados e indivisíveis e levam em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável"

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

- Medidas e sistemas de proteção social apropriados
- Construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade
- Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes





2 Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

- garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
- acabar com todas as formas de desnutrição;
- dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente de mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra.



4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade;
- garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade;
- garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade
- construir e melhorar instalações físicas para a educação



6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

- alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos
- melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos
- proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos



8 Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

- sustentar o crescimento econômico per capita
- proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos
- promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, a geração de emprego decente, o empreendedorismo, a criatividade e inovação
- alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente a todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor



10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

- alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional
- empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente de idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra
- adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente maior igualdade
- assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas



3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis
- reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool
- assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação
- apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis



5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
- eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis



7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

- aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas
- ampliar a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento



9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

- desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça
- promover a industrialização inclusiva e sustentável
- aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros
- modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis
- fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais



11 Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- garantir o acesso de todos a habitação adequada, segura e a preço acessível, e aos serviços básicos, bem como assegurar o melhoramento das favelas
- aumentar a urbanização inclusiva e sustentável
- fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
- reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes



12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

- reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso
- alcançar gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais
- reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, em nível de varejo e do consumidor
- alcançar o manejo ambientalmente adequado dos produtos químicos e de todos os resíduos
- garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização sobre o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza



14 Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

- gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos
- prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos
- minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos
- até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas
- aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha



16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes

- reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares
- acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças
- fortalecer as instituições nacionais relevantes
- reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado
- ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global



9h-40min às 10h-00min (20 min)

3 Os desafios na implementação da Agenda 2030 no Brasil e Nordeste



13 Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)18

- reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países
- integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais
- melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto
- Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

- assegurar a conservação, a recuperação e o uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços
- combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado
- deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas
- tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, estancar a perda de biodiversidade
- tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas



17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

- ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo
- fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
- Ajudar os países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento
- mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes



Visão Geral Brasil

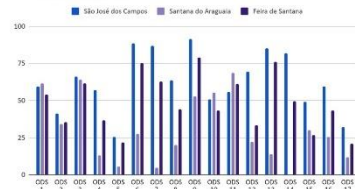


Visão Geral Brasil



Visão Geral Brasil

ODS Média entre cidades



Visão Geral Nordeste

Dados mais recentes 2021, pesquisa feita com 152 municípios;

Três ODS que estão mais distantes de serem atingidas, pelos municípios do Nordeste:

- Saúde e bem-estar (ODS 3)
- Educação e qualidade (ODS 4)
- Redução das desigualdades (ODS 10)

ODS Nordeste e Feira de Santana



Fonte: Instituto Clósten S. Jordaniense e FEA

Gráfico dados de 2022

Visão Geral Nordeste

Média de implementação das ODS entre o Nordeste e Feira de Santa



Fonte: Instituto Clósten S. Jordaniense e FEA

1 RECONCILIANDO O RIO COM A CIDADE - PLANO URBANÍSTICO CENTRO HISTÓRICO JOÃO PESSOA-PB

IMPLANTANDO - MASTER PLAN

Plano urbanístico no bairro do Varadouro, Centro Antigo de João Pessoa-PB com 435 anos de história, que considera a permanência da população tradicional ribeirinha (cerca de 400 famílias) e o respeito às preexistências socioespaciais, como precondições favoráveis ao processo de revitalização da área. O conceito-chave que embasou o partido urbanístico foi o da Conservação Integrada, a multifuncionalidade de usos e a valorização da paisagem histórico-cultural através do desenho qualificado da paisagem, visando reconciliar o rio com a cidade.

- 1. Centro histórico e paisagem
- 2. Infraestrutura urbana
- 3. Infraestrutura verde
- 4. Infraestrutura social
- 5. Infraestrutura econômica
- 6. Infraestrutura cultural
- 7. Infraestrutura ambiental
- 8. Infraestrutura de transporte
- 9. Infraestrutura de energia
- 10. Infraestrutura de segurança
- 11. Infraestrutura de saúde
- 12. Infraestrutura de educação
- 13. Infraestrutura de lazer
- 14. Infraestrutura de trabalho
- 15. Infraestrutura de habitação
- 16. Infraestrutura de mobilidade
- 17. Infraestrutura de comunicação
- 18. Infraestrutura de gestão
- 19. Infraestrutura de inovação
- 20. Infraestrutura de sustentabilidade

3 PLANO URBANO EMERGENCIAL PARA INSTALAÇÃO DE PIAS DO BEM PARA O ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

As Pias do Bem são módulos portáteis com lavatórios para que as pessoas em situação de rua e trabalhadores possam lavar as mãos, assim contribuindo na redução do contágio da Covid-19, desenvolvidos pela idealizadora do projeto Banho da Alegria, Ana Paula Rios. Por meio de doações, parcerias e mobilização social, foram instalados com módulos na cidade do Rio de Janeiro. O plano urbano emergencial para instalação de pias do bem para o enfrentamento ao coronavírus contribui para a identificação dos pontos no eixo centro-zona sul, a partir de aspectos socio comunitários e técnicos, envolvendo múltiplos atores sociais.

5 PRAÇA LIVRE PARA CRIANÇAS EM SÃO PAULO

O CoCriança é um coletivo de mulheres que busca promover a igualdade de gêneros a partir da infância. Assim, por meio da cocriação de espaços de brincar na cidade junto com as crianças, buscam inverter a lógica de planejamento que prioriza homens, adultos, motoristas, valorizando e colocando luz nos desejos das crianças e empoderando-as, desde pequenas, para participação plena e efetiva enquanto lideranças de transformação. O coletivo acredita ser possível mudar o lugar que ocupam as mulheres na sociedade, começando por mudar o espaço em que ocupam desde a infância, validando que a rua também é espaço delas por meio do fortalecimento de seu uso e ocupação. Por fim, pensar a partir da perspectiva da infância é também pensar pela perspectiva de gênero, já que, historicamente, e ainda hoje, são as mulheres que assumiram em maior medida as tarefas de cuidados com a infância.

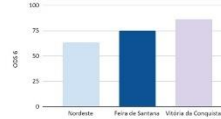
Visão Geral Nordeste

Dados mais recentes 2021, pesquisa feita com 152 municípios;

Apenas 5 municípios do Nordeste atingiram um grau satisfatório na ODS 6 - Água Potável. Uma ficou na Bahia, sendo ela:

- Vitória da Conquista;

ODS 6 - Água limpa e saneamento



Fonte: Instituto Clósten S. Jordaniense e FEA

Gráfico dados de 2022

4 Exemplos de implementação de projetos da Agenda 2030

2 PLANO ESTRATÉGICO DE AGRICULTURA URBANA A(H)ORTA: PRODUÇÃO ALIMENTAR NA ESCALA URBANA

O plano estratégico de agricultura urbana "A(h)orta: produção alimentar na escala urbana" propõe a recuperação de terrenos livres, articulando a conexão entre eles no intuito de transformar espaços ociosos em hortas comunitárias para cultivo no interior da cidade. O plano opta por um método sustentável, resguardando a integração do contato da agricultura com os tecidos residenciais da cidade. Promovendo o estímulo a iniciativas que repliquem práticas de cultivo produtivo em pequena escala, e que proporcionem benefícios para a comunidade.

Justeirão do Norte - CE - Brasil

4 CULTIVANDO SABERES: CENTRO DE EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Este projeto foi realizado para o Colégio Estadual Leônicio Correia, em Curitiba-PR, no âmbito de uma chamada pública de fomento e incentivo à implementação de projetos de escolas sustentáveis no ensino básico. O espaço foi pensado para dar suporte ao currículo escolar, de modo que fosse tanto um laboratório e sala de aula quanto um local aberto à comunidade para atividades de lazer e festividade, incorporando aprendizados através do convívio e do encontro. O projeto incorpora construção de sala verde de bambu, composteira, hortas, sistema, sistema agroflorestal, painéis de captação de energia solar, arquibancada de hiperdóble, pomar e jardim de mel.

6 UNIDADE SANITÁRIA - ATHIS

A proposta visa solucionar o déficit sanitário das residências urbanas de baixa renda, atendendo as necessidades básicas de saneamento e habitabilidade, através de um projeto enxuto: fácil transporte e fácil execução. A Unidade é composta pelos seguintes equipamentos: tanque de lavar roupa, cisterna, chuveiro, bacia sanitária, ducha higiênica e lavatório. O projeto visa a otimização do espaço e da construção. Os equipamentos são desenhados com o objetivo de ter a menor área construída possível mantendo a conexão com as construções existentes. A estrutura de fundação é de alvenaria estrutural e tem função dupla, funciona como sistema de tratamento do esgoto gerado pela unidade sanitária além da função primária de distribuição da carga da estrutura no solo.

Rio Grande do Sul

7 ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA PARA A IRRIGAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR EM GUINÉ BISSAU



Campada Maria (Guiné Bissau) possui uma associação de mulheres que trabalha na produção de legumes e hortaliças para consumo interno e venda. Em função do clima local, a rega acontece duas vezes ao dia por força manual, gerando grande desgaste físico. Objetivou-se melhorar a condição de vida dessas mulheres levando energia elétrica para o bombeamento de água dos poços e armazenamento em reservatório destinado à irrigação da horta comunitária.



Status: Executado



UICB

9 PARQUE BUENOS AIRES - ENERGIA HUMANA



O parque Buenos Aires, localiza-se no bairro de Higienópolis, região central da capital paulista. É delimitado pelo quadrilátero formado pela avenida Angélica, rua Alagoas, rua Bahia e rua Piauí, culminando em área de 22.200m². Atualmente o uso que se destaca é o de **footing** ao seu redor, o que demonstra uma apropriação do espaço pelas pessoas da região, contudo as calçadas são estreitas e extremamente malconservadas, e cheias de interferências, como placas de sinalização, alargos de paradas de ônibus, mobiliário urbano etc.



Status: Projeto



UICB

12 OÁSIS URBANO: UM LABORATÓRIO VERDE PARA A CIDADE

A proposta do projeto parte de uma investigação, baseada no diálogo com a conservação do meio ambiente, a redução de resíduos e, também, pensando o global e agindo local. A implantação ocorre em um centro urbano, em um espaço degradado e abandonado, o Sítio CESA, um patrimônio industrial e histórico de Passo Fundo há 57 anos. Desta maneira, o Oásis Urbano é um laboratório verde para a cidade, um espaço de experimentação que subverte o industrial em natural. Sua presença é a constante lembrança da capacidade de mudança que esses espaços podem proporcionar nas cidades e na paisagem urbana, da qual há tanto tempo fazem parte.



UICB

14 PLANO ORLA DE SÃO GONÇALO EM "A CONDIÇÃO LITORÂNEA DE SÃO GONÇALO"

O Plano Orla de São Gonçalo resultou do trabalho final de graduação em arquitetura e urbanismo intitulado "A condição litorânea de São Gonçalo". Neste, pesquisaram-se os processos de conformação da orla marítima do segundo mais populoso município fluminense. No plano, propõem-se ações que buscam coesão e reparação do tecido da orla. Com ele, procurou-se incorporar os valores paisagísticos intrínsecos ao mar ao planejamento urbano da cidade e, assim, ampliar à população local o exercício cotidiano, hoje restrito, faça a socialmente, das relações socioespaciais à beira — ou próximas — d'água.



UICB

15 MATA URBANA



A mata urbana se propõe a reconciliar o natural e o construído na cultura popular. A ação local coletiva, inspirada pela educação digital que efetuamos via Instagram, proporciona um resgate cultural da natureza nativa. A conscientização em torno das espécies nativas e exóticas na cidade, bem como da importância de áreas verdes e uma arborização sensata e bem executada, gera uma resposta coletiva por meio de arrecadação de verba p/ mudas, mudas de plantio em áreas degradadas dentro do perímetro urbano e também de controle manual de espécies invasoras.



UICB

8 CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CAIÇARAS DE PESCADORES NA PRAIA DO AMOR

Visando restabelecer a comunidade pesqueira na Praia do Amor após o cumprimento da ordem judicial, a SEPLAN firmou uma parceria com os pescadores e com a Universidade Católica do Chile para planejar e executar nove caiçaras em forma de mutirão. O esforço conjunto dos parceiros resultou em uma arquitetura modular, de tecnologia replicável e simples, baixo custo e principalmente baixo impacto ambiental.



Status: Executado



Conde - PB

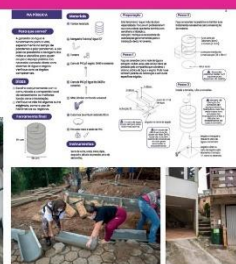
UICB

10 FERRAMENTAS DE ESQUINA - ENFRENTAMENTO DO COVID-19 EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Esse projeto foi realizado a partir do Edital Ideatón Volver a la Calle promovido pelo BID e Ciudades Comunes. A proposta vencedora consistia em um Manual que visa fomentar o engajamento comunitário através de orientações para a construção participativa de um conjunto de soluções pontuais (ferramentas) para o enfrentamento da COVID-19 em espaços públicos. Durante a incubação do projeto, houve a prototipagem das ferramentas na comunidade da Seritinha, na qual foram executadas algumas ferramentas urbanas, selecionadas de acordo com as necessidades locais, através de mutirão.



Status: Executado

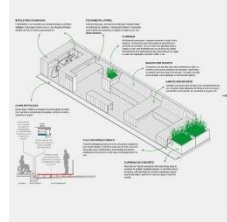


Florianópolis - SC

UICB

13 PARKLETS EM SÃO PAULO

Parklets são pequenas áreas de lazer e convívio em espaços originalmente destinados ao estacionamento de carros.



Em 2014 os parklets foram regulamentados na cidade de São Paulo. A partir desse momento foi possível que a iniciativa se disseminasse a partir de iniciativas públicas, privadas e da sociedade civil. A Zoom Arquitetura colaborou na elaboração do Manual que orienta os interessados a instalar um parklet, e foi responsável pelo projeto e implantação de diversos parklets na cidade.



UICB

11 URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO CANTINHO DO CÉU



O projeto de urbanização, elaborado para os assentamentos precários que compõem o Núcleo Cantinho do Céu, foi desenvolvido a partir dos estudos e diretrizes formuladas pela Secretaria de Habitação do Município de São Paulo e visam promover a integração urbanística, a complementação e universalização da infraestrutura urbana e ambiental, supressão das áreas de risco, conferindo novos padrões de urbanidade. As intervenções buscam ressaltar a importância do espaço coletivo e público, numa perspectiva de transformação efetiva das condições socioespaciais que reforçam o direito à cidade e a inclusão social.



UICB

16 PROGRAMA VIDA NOVA NAS GROTAS

Desde 2016, o Governo de Alagoas implementa o Programa "Vida Nova nas Grotas", com o objetivo de promover a integração territorial, reduzir as desigualdades socioespaciais e melhorar as condições de vida dos moradores das 71 "grotas" (assentamentos informais em fundos de vale) de Maceió. O Programa conta com parceria institucional do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) para a produção de estratégias, dados e informações qualificadas sobre as grotas e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU/AL) para a prestação de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) em 132 projetos de reforma de acesso a serviços básicos, mitigar as precariedades de acessibilidade e mobilidade, e ampliar as condições de habitabilidade.



UICB

AÇÃO URBANA COMUNITÁRIA RUA DAS PALMEIRAS

Visa a comunidade sustentável "hightech" que será parcialmente atendida pelo Projeto de Gestão de Riscos Climáticos, Bairro Novo Casimira. Setorização (SIG) local, envolvimento de líderes, identifica o DNA da comunidade (Survey), suas necessidades básicas (água, alimento e proteção-COVID), implantação de pequenos negócios (marcenaria, fabricações), com foco nos aspectos culturais e capacitação, através do Centro de Artes e Ofícios, transitando por todos eles. Atende cerca de 8 mil pessoas, sendo 700 crianças e maioria mulheres desempregadas, chefe de família, ambos com alto nível de vulnerabilidade.

INTERVALO



A Coletânea Territorialização dos ODS: Seu Município Ajudando a Transformar o Mundo



Tem como objetivo auxiliar os municípios em todo o Brasil a implementarem a Agenda 2030, transformando suas cidades em locais menos desiguais e com maior qualidade de vida. Tem como foco os gestores públicos, privados e do terceiro setor, sendo um passo a passo simples e direto para o alcance das metas dos ODS em nível local!



Guia de Territorialização e Integração dos ODS

Para garantir a efetivação dos 17 ODS e suas 169 Metas, é preciso garantir que os municípios trabalhem para o **desenvolvimento local** inclusivo, ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, aumento de produtividade e que não deixe ninguém para trás, **respeitando as peculiaridades e as necessidades de cada território**.

É no âmbito local que os problemas são vivenciados e, também, é onde as soluções podem ser construídas!

Existem diferenças na realidade de cada lugar, por isso a territorialização e a integração dos ODS deve estar contemplada nos planejamentos locais e com desenvolvimento localizado, integrado, adaptado e traduzido para o contexto local!



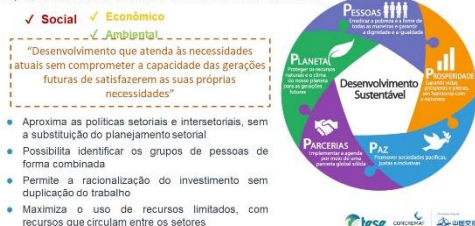
A importância de Territorializar os ODS

- Desagrega indicadores;
- Fortalece as capacidades dos gestores governamentais, atores da sociedade civil e do setor privado, para **identificar necessidades e orientar o planejamento** de políticas e projetos que contribuam de forma concreta e eficaz para alcançar as metas da Agenda;
- Fomenta **parcerias** entre diversos setores também é essencial para que as ações aconteçam de forma integrada e eficaz;
- Possui **abordagem territorial**, ou seja, possibilita um olhar mais amplo do que a perspectiva da municipalização.

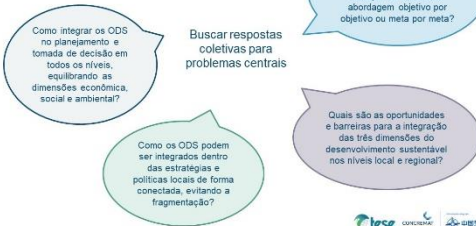


Abordagem Integrada

Equilíbrio entre as três dimensões de desenvolvimento sustentável:



Abordagem Integrada



Quais os Benefícios da Incorporação dos ODS no Âmbito Local? O que os Municípios têm a ganhar?



- ✓ **Fortalecimento** das capacidades dos atores locais para **implementar ações** alinhadas aos objetivos globais e aceleração do desenvolvimento de forma sustentável, **focalizando na solução** dos principais problemas locais;
- ✓ **Integração** das políticas e projetos locais com **resultados efetivos** voltados à erradicação da pobreza, ao crescimento econômico inclusivo e à proteção ambiental, com foco nas metas previstas para serem alcançadas até 2030;
- ✓ Realização de **ações de impacto** para "não deixar ninguém para trás" e **evolução dos indicadores** sociais, econômicos e ambientais do município ou território;
- ✓ Concretização de uma **governança local eficaz** que garanta a **inclusão** de diferentes setores e atores sociais locais nessa jornada, criando **engajamento, compromisso e participação social**.



IMPORTANTE!!

- Territorializar os ODS é promover a Agenda 2030 por meio da implementação de ações locais voltadas para as diferentes realidades econômicas, sociais e ambientais, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada cidade ou território.
- A territorialização mostra a necessidade do trabalho direcionado para o desenvolvimento de forma localizada, integrada, adaptada e traduzida para o contexto local.
- É imprescindível que haja um processo de fortalecimento das capacidades locais, capacitação e articulação dos diferentes atores de diversos setores para que as ações implementadas sejam eficientes e contribuam para o alcance dos 17 ODS.
- Para garantir o desenvolvimento integral do território, é preciso transformar diferenças culturais em potencialidades.
- A abordagem territorial permite também olhar um conjunto de municípios com realidades comuns, acessar as raízes dos problemas e buscar soluções conjuntas, racionalizando gastos e ampliando o alcance das ações.



Integrar os ODS nos Instrumentos de Planejamento Municipal

- PASSO 1 - REALIZAR O DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL**
- Sistematização informações e dados que ajudam a identificar lacunas e problemas da localidade
- PASSO 2 - ALINHE OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AOS ODS**
- Criação de Grupo de Trabalho para identificação de metas locais e ações prioritárias
 - Cruzamento dos planos de governo
 - Elaboração do Plano Plurianual integrado aos ODS
 - Programas, indicadores e metas por ODS
- PASSO 3 - SENSIBILIZE E DEFENDA A IDEIA JUNTO À POPULAÇÃO**
- PASSO 4 - CONSTRUA MECANISMOS DE GOVERNANÇA**
- Plataformas de governança multinível
 - Cooperação intermunicipal
 - Aprendizagem entre pares e trabalhos em equipe
 - Mecanismos multilaterais
- PASSO 5 - MONITORE E AVALIE**
- Abordagem Quantitativa - indicadores
 - Abordagem Qualitativa - cartografias sociais e diagnósticos participativos



Integrar os ODS nos Instrumentos de Planejamento Municipal



Construir um PPA alinhado à Agenda 2030 e aos ODS ampliará a sua relevância não apenas em âmbito local, como também para outros esferas (estadual, nacional e global), já que os ODS fornecem uma linguagem comum para alcançar um desenvolvimento mais integrado.



Ferramentas de Implementação dos ODS

- Sensibilizar** a população sobre a importância dos ODS para o desenvolvimento sustentável local, empoderando cidadãos e cidadãs para que **participem ativamente** da concretização dos ODS no dia-a-dia.
- Compreender** a situação do município quanto à implementação dos ODS, **identificar prioridades** e, construir um **planejamento local integrado** com indicadores e metas exequíveis para acelerar o desenvolvimento.
- Apresentar para todas e todos a **relação dos ODS com o Plano Plurianual (PPA)** do município.
- Definir no planejamento local estratégias baseadas em uma **abordagem integrada** e multidimensional para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.
- Construir um modelo de **gestão integrada** para o desenvolvimento de ações de forma multidisciplinar.
- Estabelecer **mecanismos de governança cooperativa** que definam prioridades comuns e contemplem os diferentes setores e atores sociais.
- Utilizar indicadores ou outros métodos para **monitorar a Agenda 2030 localmente** e identificar as diversas dimensões propostas pelos 17 ODS.



Conceito de Aceleradores dos ODS



"Política de desenvolvimento e/ou área programática chave que pode desencadear o desenvolvimento de **forma mais rápida e efetiva**, contribuindo para o alcance de metas de diversos ODS ao mesmo tempo."



Conceito de Aceleradores dos ODS



Traçar as ações e criar estratégias (aceleradores) para que os ODS trabalhados sejam alcançados de forma mais rápida, como atividades integradas e multisetoriais, que impactam vários ODS ao mesmo tempo, e provocam a aceleração do desenvolvimento.

Dentre os fatores que contribuem para a aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão:

- Melhor alocação de recursos
- Processos inclusivos
- Resiliência
- Governança
- Meios de implementação
- Parcerias



Ferramenta de Avaliação de Aceleradores e Gargalos dos ODS



Accelerator and Bottleneck Assessment - ABA

Forma de apoiar os países na identificação de políticas catalíticas e/ou áreas programáticas ("aceleradores") que podem acionar efeitos multiplicadores positivos nos ODS e nas metas, bem como soluções para gargalos que impedem o desempenho ideal das intervenções.



Conceito de Aceleradores dos ODS



Realizar o Diagnóstico Situacional de Indicadores Municipais ODS e o cumprimento do passo a passo a seguir:



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2017.



6

Exercícios e discussão em Grupo sobre as metas aplicáveis à realidade do município de Feira de Santana

11h05min às 12h45min (100min)

Visão Geral de Feira de Santana (BA)



Fonte: Instituto ODS para o Desenvolvimento e PEA



Visão Geral de Feira de Santana (BA)



Fonte: Instituto ODS para o Desenvolvimento e PEA



Implementação dos ODS em Feira de Santana

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



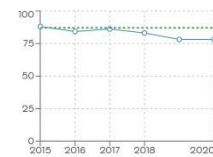
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS

PONTUAÇÃO: 54,02

Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais

● Há desafios
VALOR 78,06
ANO 2020



Percentual de famílias residentes cadastradas no Cadastro Único com renda familiar per capita de até meio salário mínimo sobre o total de famílias cadastradas.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



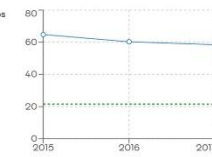
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS

PONTUAÇÃO: 54,02

Percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família

● Há grandes desafios
VALOR 58,43
ANO 2017



Percentual da população abaixo da linha de pobreza após o Bolsa Família



Implementação dos ODS em Feira de Santana

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



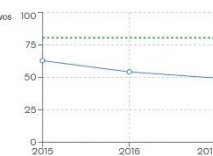
Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS

PONTUAÇÃO: 54,02

Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família

● Há desafios significativos
VALOR 49,55
ANO 2017



Participação das pessoas que recebem o bolsa família sobre o total de pessoas cadastradas no Cadastro Único.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



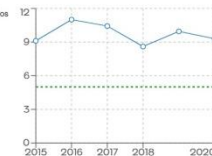
Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 35,32

Obesidade infantil

● Há desafios significativos
VALOR 9,30
ANO 2020



Percentual de crianças entre 0 e 5 anos com peso elevado para a idade (relação peso x altura) sobre o total de crianças nesta faixa etária.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 35,32

Baixo peso ao nascer

● Há desafios significativos
VALOR 9,43
ANO 2019



Percentual de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg sobre o total de nascidos vivos no município.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL



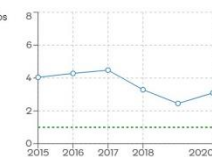
Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 35,32

Desnutrição infantil

● Há grandes desafios
VALOR 3,09
ANO 2020



Percentual de crianças menores de 5 anos desnutridas sobre o total de crianças nesta faixa etária.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



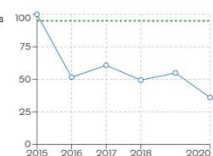
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 61,74

Cobertura de vacinas

● Há grandes desafios
VALOR 36,00
ANO 2020



Percentual da população imunizada.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



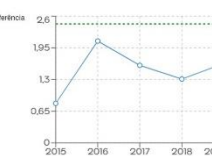
Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 61,74

Mortalidade por suicídio

● Indicador melhor que a referência
VALOR 1,63
ANO 2019



Taxa de mortalidade por suicídio.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 61,74

Mortalidade infantil (crianças menores de 1 ano)

● Há desafios
VALOR 13,86
ANO 2019



Proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS

PONTUAÇÃO: 61,74

Mortalidade por Aids

● Indicador melhor que a referência
VALOR 4,23
ANO 2019



Número de óbitos pela síndrome da imunodeficiência adquirida (Aids), por 100 mil habitantes.



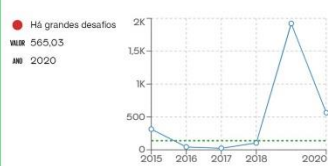
Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,74

Incidência de dengue



Número de casos de dengue sobre a população total, por 100 mil habitantes.



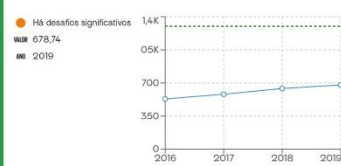
Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,74

Orçamento municipal para a saúde



Gasto total do orçamento municipal em saúde, em reais, per capita



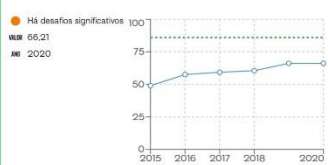
Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,74

População atendida por equipes de saúde da família



Percentual de cobertura populacional por equipes de saúde da família.



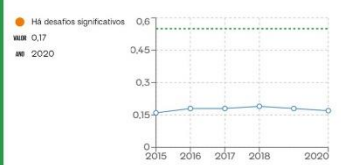
Implementação dos ODS em Feira de Santana

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,74

Unidades Básicas de Saúde



Número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde, por mil habitantes.



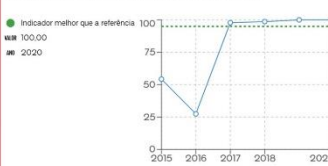
Implementação dos ODS em Feira de Santana

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 36,84

Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental



Número de escolas do ensino fundamental com acesso à internet sobre o total de escolas públicas (%).



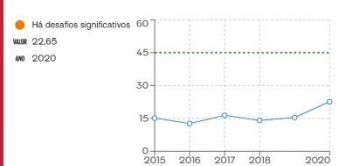
Implementação dos ODS em Feira de Santana

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 36,84

Escolas com recursos para Atendimento Educacional Especializado



Número de escolas com salas de recursos multifuncionais para AEE (Atendimento Educacional Especializado) sobre o total de escolas no município.



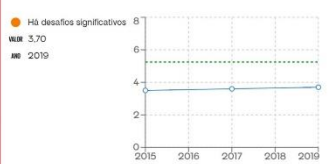
Implementação dos ODS em Feira de Santana

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 36,84

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - anos finais



Nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na rede municipal nos anos finais do ensino fundamental.



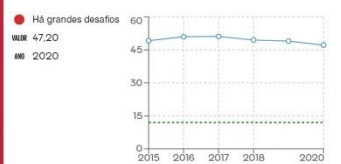
Implementação dos ODS em Feira de Santana

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 36,84

Adequação idade/ano no Ensino Fundamental



Indica a proporção de alunos, em cada série, que têm idade de 2 ou mais anos acima da esperada para o ano em que estão matriculados.



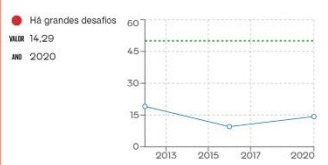
Implementação dos ODS em Feira de Santana

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 21,72

Presença de vereadoras na Câmara Municipal



Percentual de vereadoras na Câmara Municipal sobre o total de vereadores.



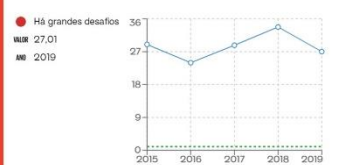
Implementação dos ODS em Feira de Santana

5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

SITUAÇÃO: HÁ GRANDES DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 21,72

Taxa de feminicídio



Taxa de feminicídio, por 100 mil mulheres.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

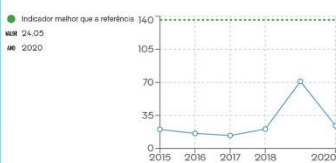
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 75,16

Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado



Número de internações hospitalares ocorridas em consequência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI), por 100 mil habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

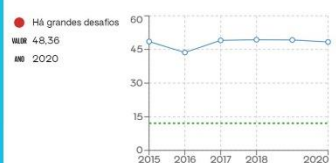
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 75,16

Perda de água



Índice de perdas na distribuição.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

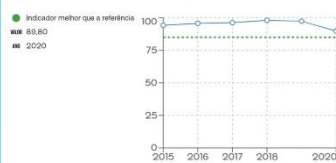
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 75,16

População atendida com serviço de água



População total atendida com abastecimento de água, por 100 habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

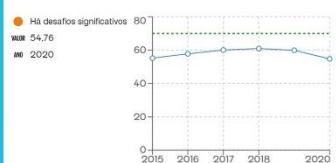
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 75,16

População atendida com esgotamento sanitário



População total atendida com esgotamento sanitário, por 100 habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

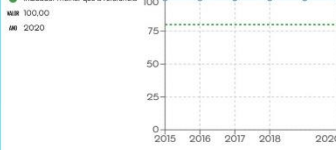
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO



Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 75,16

População atendida com coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos



População urbana atendida com coleta domiciliar de resíduos sólidos urbanos (RSU) no município, por 100 habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

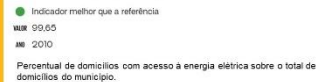
7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 83

Domicílios com acesso à energia elétrica



Percentual de domicílios com acesso à energia elétrica sobre o total de domicílios do município.

Vulnerabilidade Energética

Há desafios significativos

WUR 0,62

AN 2017

Grau de suscetibilidade de um sistema socioecológico aos efeitos das mudanças climáticas.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

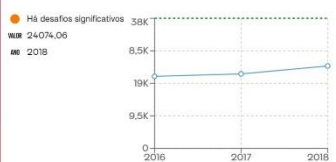
8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 44,91

PIB per capita



PIB municipal sobre a população total.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 44,91

Desemprego

Há grandes desafios

WUR 10,50

AN 2010

Taxa média de desemprego no município.

Jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham

Há desafios

WUR 20,07

AN 2010

Percentual de jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham sobre o total de jovens de 15 a 24 anos de idade.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

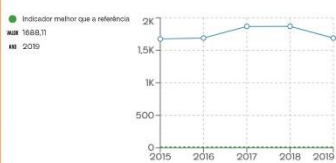
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

SITUAÇÃO: ATINGIDO
PONTUAÇÃO: 78,11

Investimento público em infraestrutura como proporção do PIB



Investimento público em infraestrutura como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).



Implementação dos ODS em Feira de Santana

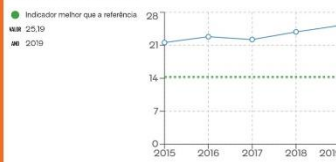
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

SITUAÇÃO: ATINGIDO
PONTUAÇÃO: 78,11

Participação dos empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia



Percentual de empregos em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia (EUROSTAT, 2007; Abda, Torres-Freire; Call, 2016).



Implementação dos ODS em Feira de Santana

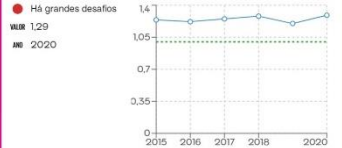
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,47

Taxa de distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental



Razão da adequação idade-série no Ensino Fundamental (Taxa) Negros / Não negros.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

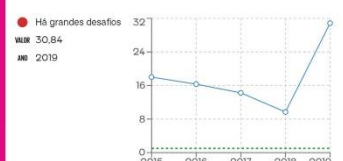
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,47

Risco relativo de homicídios



Razão entre taxa de homicídios por 100 mil habitantes de negros e taxa de homicídios por 100 mil habitantes de não negros.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,47

Violência contra a população LGBTQI+



Violência contra LGBTQI+



Implementação dos ODS em Feira de Santana

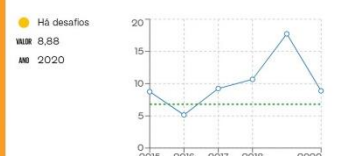
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,06

Mortes no trânsito



Número de mortes em acidentes de trânsito, por 100 mil habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

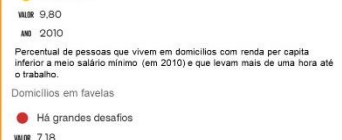
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,06

Percentual da população de baixa renda com tempo de deslocamento ao trabalho superior a uma hora



Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (em 2010) e que levam mais de uma hora até o trabalho.

Domicílios em favelas

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 61,06



Implementação dos ODS em Feira de Santana

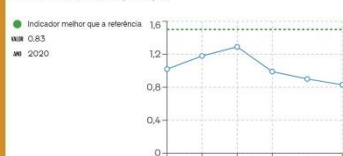
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 33,33

Resíduos domiciliares per capita



Resíduos sólidos coletados sobre a população total.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

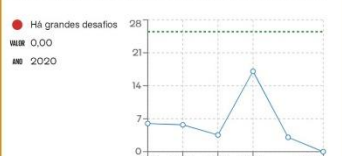
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS



Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 33,33

Recuperação de resíduos sólidos urbanos coletados seletivamente



Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação a quantidade total coletada.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

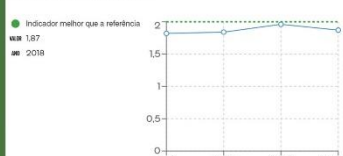
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 76,26

Emissões de CO₂e per capita



Nível de emissão bruta de CO₂e (t) GWP-AR5 per capita.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

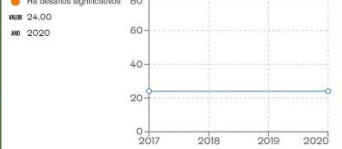
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 76,26

Proporção de estratégias para gestão de riscos e prevenção a desastres naturais



Participação das estratégias adotadas sobre o total de estratégias recomendadas.



Implementação dos ODS em Feira de Santana

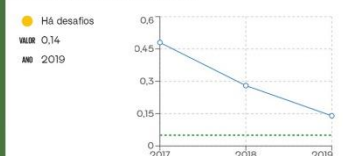
13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 76,26

Percentual do município desflorestado



Percentual de áreas convertidas (hectares de cobertura florestal + hectares de áreas naturais não florestais destinados para a agropecuária ou que se transformaram em áreas não vegetadas) sobre a área total do município (em hectares).



Implementação dos ODS em Feira de Santana



Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 49,62

Esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos

● Há desafios significativos
VALOR 49,62
ANO 2013

Percentual do esgoto tratado antes de chegar ao mar, rios e córregos sobre o total de esgoto que chega ao mar.



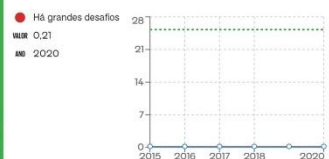
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 26,68

Taxa de áreas florestadas e naturais



Taxa de formações florestais naturais por habitante.



Implementação dos ODS em Feira de Santana



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 26,68

Grau de maturidade dos instrumentos de financiamento da proteção ambiental

● Indicador melhor que a referência
VALOR 80,00
ANO 2020

Proporção de instrumentos de gestão e financiamento da proteção ambiental.



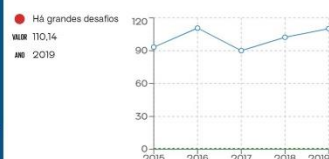
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,16

Homicídio juvenil



Número de mortes por homicídio, na faixa etária de 15 a 29 anos (inclusive) ocorridos no município, por 100 mil habitantes.



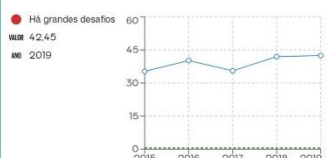
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,16

Mortes por agressão



Número de óbitos por agressão, por 100 mil habitantes.



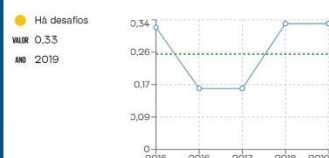
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,16

Mortes por armas de fogo



Número de óbitos por armas de fogo, por 100 mil habitantes.



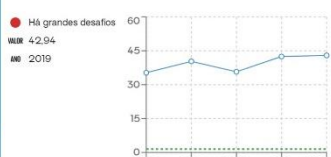
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

SITUAÇÃO: HÁ GRANDE DESAFIOS
PONTUAÇÃO: 43,16

Taxa de homicídio



Número de mortes por homicídio ocorridos no município, por 100 mil habitantes.



Implementação dos ODS em Feira de Santana



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 20,74

Investimento público



Investimento público por município.



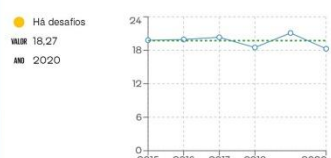
Implementação dos ODS em Feira de Santana



Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

SITUAÇÃO: HÁ DESAFIOS SIGNIFICATIVOS
PONTUAÇÃO: 20,74

Total de receitas arrecadadas



Valor de receitas arrecadadas sobre o total de receitas no município



ATIVIDADE 02



DIVISÃO DE GRUPOS



GRUPO 1



GRUPO 2



GRUPO 3

Cada grupo escolhe um relator e um secretário 50 minutos para elaborar



1. Quais são os **principais projetos ou ações** executados (ou em execução) em sua entidade ou secretaria, que **contribuem** para atender as metas dos ODS?
2. Indique o **ODS** em que se **enquadra** mais (etiqueta).



1. Quais são os **principais projetos ou ações** que **poderiam ser executados** em sua entidade ou secretaria, que contribuiriam para atender as metas dos ODS?
2. Indique o **ODS** em que mais se enquadra (etiqueta).



FECHAMENTO



FECHAMENTO



GRUPO 1



GRUPO 2



GRUPO 3

- O relator de cada grupo apresenta para **TODOS** a matriz elaborada
- **5 minutos** por grupo para apresentar seu tema
- Todos poderão sugerir complementações nos diferentes painéis.



Apêndice K – Conteúdo Apresentado na Oficina de Identificação das Fragilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana

Elaboração de uma
Carteira de Projetos Estruturadores para o Município Polo de Feira de Santana
2022-2035

Oficina
01 de setembro de 2022



Programação

HORÁRIO	ATIVIDADES
8h00 às 8h30min (20 min)	Lista de presença / Abertura dos trabalhos
8h30 às 8h40min (10 min)	Atividade Interativa (<i>nuvem de palavras</i>)
8h40 às 9h00min (20 min)	Feira de Santana
9h00 às 11h10min (130 min)	Worldcafe - Oportunidades e Fragilidade Atividade Interativa
11h10min às 11h20min (10min)	Diretrizes Municipais Vigente
11h20min às 11h40min (20 min)	Atividade Interativa (<i>google forms</i>)
11h40min às 12h50min (70 min)	Estratégias e seu reatamento territorial Atividade Interativa (<i>mapeamento</i>)
12h50min às 13h00min (10min)	Avaliação e Fechamento



COVID-19 RECOMENDAÇÕES



- Lista de presença encontra-se na entrada, com caneta e álcool, mas é recomendável que cada um utilize sua própria caneta
- Evitar contato físico
- Evitar tocar os olhos, nariz e boca
- Carregue e use seu álcool em gel sempre que necessário e
- Se estiver com sintomas, é recomendável não permanecer no local.

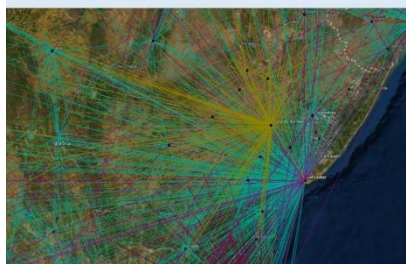
8h00 às 8h30min (20 min)

Elaboração de uma
Carteira de Projetos Estruturadores para o Município Polo de Feira de Santana
2022-2035

Oficina
01 de setembro de 2022



Contextualizando



Feira de Santana é cidade polo de sua região, exercendo uma centralidade para sua região que agrega 83 municípios em seis regiões geográficas imediatas, concentrando uma variedade de serviços, como hospitais, instituições de ensino superior, agências bancárias, entre outros.

Contextualizando

No âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) a **Sudene** se propôs a apoiar o planejamento territorial de Feira de Santana por meio da elaboração de uma **Carteira de Projetos Estruturadores**. Esta Carteira é um instrumento de planejamento que possibilitará a seleção, a priorização e o detalhamento dos projetos que têm o potencial de acelerar o desenvolvimento da região. Complementarmente, o documento apresenta uma resposta pragmática que auxiliará o município na captação de recursos para a implementação das ações.



Objetivo do Trabalho

Elaboração de uma **Carteira de Projetos Estruturadores** que contribua para o desenvolvimento sustentável e a construção de um ambiente de recuperação econômica de Feira de Santana até 2035, incluindo a elaboração de ficha de projetos para **Projetos Estruturadores**; elaboração de documentos técnicos detalhados para 5 **Projetos Estruturadores Prioritários** da Carteira e **capacitações** para servidores e gestores do município para a implementação desses projetos.



Dimensões de análise do território de Feira de Santana e de sua Região Geográfica Intermediária

Elas setoriais de intervenção da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR	Elas setoriais de intervenção do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste - PRDNE	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030) / Áreas de Desenvolvimento	Ferramentas de análise, avaliação de planejamento / desenvolvimento
Desenvolvimento econômico	Dinamização e Diversificação produtiva	8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos e todos 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Promover a agricultura sustentável (ODS 2)	Marshallianas
Ciência, tecnologia e inovação	Inovação	4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todos	Schumpeterianas / Beverligianas
Educação e qualificação profissional	Desenvolvimento de capacidades humanas	7. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos e todos	Schumpeterianas / Beverligianas
Infraestrutura econômica e urbana	Conservação ambiental e Segurança Hídrica	11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Pearsonianas / Jacobsonianas
Desenvolvimento social	Desenvolvimento social	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Beverligianas
Fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos	Desenvolvimento institucional	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Institucionais

Etapas de elaboração



Eventos participativos





ATIVIDADE INTERATIVA

nuvem de palavras



Nuvem de palavras

- Com uma única palavra, qual a cidade de FEIRA DE SANTANA você sonha para daqui 20 anos?
- Com uma única palavra, o que impede hoje FEIRA DE SANTANA ser sua cidade dos sonhos?



www.menti.com
código 7146.0929



Cronograma Geral

FASES	set	out	nov	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
P1 - Alinhamento das oportunidades para o desenvolvimento econômico sustentável de Feira de Santana com a Agenda 2030										
P2 - Identificação das Soluções e Prospeção de Projetos										
P3 - Detalhamento da Carteira de Projetos Estruturadores										
P4 - Detalhamento dos Projetos Estruturadores Prioritários										
P5 - Construção de Capacidades para a implementação dos Projetos Estruturadores Prioritários										



Nuvem de palavras

Acesse
www.menti.com
Insira o código
7146 0929



Use o QR Code

8h30 às 8h40min (10 min)

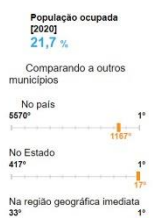
FEIRA DE SANTANA



Socioeconomia



Socioeconomia



Socioeconomia



NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ATIVANTES	14.939
ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	318
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS	9.191
Agrotóxicos	
UTILIZOU	593
NÃO UTILIZOU	6.598



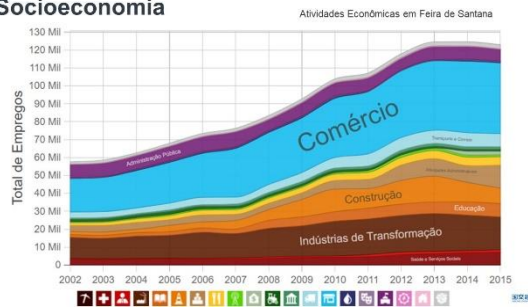
Socioeconomia

IMPOSTOS (2017)

Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU	59 milhões
Imposto Sobre Serviços - ISS	116 milhões
Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI	21 milhões



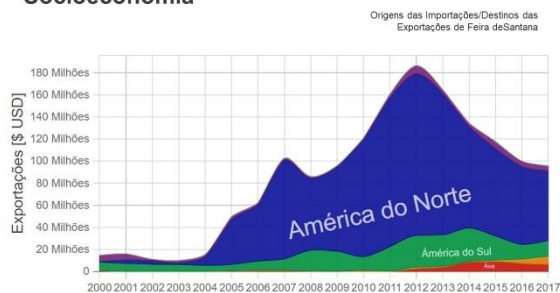
Socioeconomia



Socioeconomia



Socioeconomia

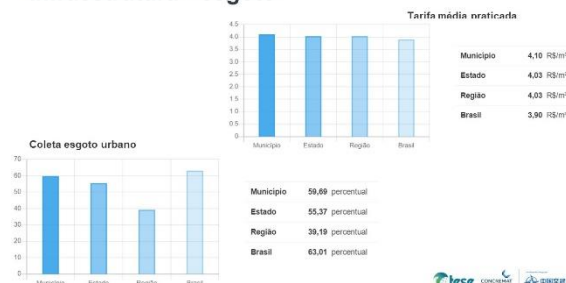


Socioeconomia

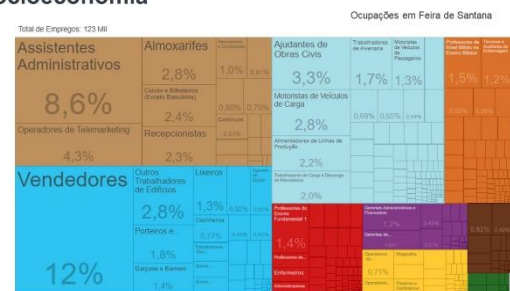
Frota de veículos em 2021		315.185
Micro-ônibus		1.644
Motocicleta		85.022
Motoneta		24.755
Ônibus		1.459

Frota de veículos em 2006		97.918
Micro-ônibus		576
Motocicleta		20.421
Motoneta		4.934
Ônibus		804

Infraestrutura - esgoto



Socioeconomia



Socioeconomia



Socioeconomia



Infraestrutura - água



Infraestrutura - resíduos



Infraestrutura - drenagem



09h00 às 11h10min
(130 min)

ATIVIDADE INTERATIVA Worldcafe - Oportunidades e Fragilidade

8h45 às 11h00min

Divisão de grupos



- 30 min. de discussão em cada mesa - principais fragilidades e oportunidades
- Troca de mesas

Divisão de grupos



1. Leitura do texto da mesa
2. Reflexão a partir das perguntas da mesa
3. Anotar as principais Oportunidades nas tarjetas
4. Anotar as principais Fragilidades nas tarjetas
5. Colar no painel da mesa, indicando a ODS relacionado (adesivos)

- 30 min. de discussão em cada mesa

Mapeamento Fragilidades e Oportunidades

4) Relacionar os pontos indicados com os ODS



Apresentação



- O relator de cada grupo apresenta para TODOS o resultado da discussão
- 10 min. por grupo

11h20min às 11h40min
(20 min)

ATIVIDADE INTERATIVA questionário - google forms

Questionário

Link de acesso:
<https://bit.ly/questionariofeiradesantana>

20 perguntas, tempo aproximado de 20 minutos.



Desenvolvido em: **Carteira de Projetos Estruturadores para o Município Polo de Feira de Santana** (02/2025)

Questionário

Este questionário tem como objetivo a **identificação das fragilidades e oportunidades** para o Desenvolvimento Econômico Sustentável da Feira de Santana, e refere-se ao ZOP 2786/2022 - Contrato de Consórcio e elaboração de uma Carteira de Projetos Estruturadores para o Município polo de Feira de Santana-BA, com horizonte de implementação em 2035.

O tempo médio de resposta é de 10 minutos.

carla.n.rech@gmail.com Alterar conta

*Obrigatório:

E-mail *

carla.n.rech@gmail.com

11h40min às 12h50min
(70 min)

ATIVIDADE INTERATIVA Estratégias e seu reatamento territorial (mapeamento)

Mapeamento Fragilidades e Oportunidades

- 1) Identificar com adesivo **VERMELHO** onde se localizam, na sua opinião, as fragilidades da cidade.
- 1) Identificar com adesivo **VERDE** onde se localizam, na sua opinião, as oportunidades (pontos positivos) da cidade.
- 1) Identificar com adesivo **AMARELO** onde se localizam, na sua opinião, as ações/obras que já estão sendo executadas na cidade.



Mapeamento - Projetos em execução

B) Colar a bolinha amarela no local aproximado da obra em execução



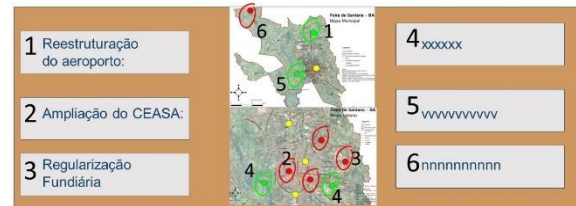
Mapeamento - Oportunidade e Fragilidade

A) Colar a bolinha no local aproximado da Oportunidade ou Fragilidade



Mapeamento - Ação Estratégica

A) Colar a bolinha no local aproximado da Oportunidade ou Fragilidade



Apresentação



GRUPO 1



GRUPO 2



GRUPO 3

- O relator de cada grupo apresenta para **TODOS** o resultado da discussão
- **10 min.** por grupo



AValiação



<https://forms.gle/RiHFCWHK87ByRW5PA>



FECHAMENTO



An aerial photograph of a residential development. A prominent winding road curves through the center of the image, leading to a large, circular driveway or cul-de-sac. The surrounding area is filled with numerous houses, many of which have swimming pools. The landscape is a mix of greenery and paved areas.

Anexos

Anexo 01 – Metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

1 - Erradicação da pobreza

1 - Erradicação da pobreza	
1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.
1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.
1.b	Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

2 - Fome zero e agricultura sustentável

2 - Fome zero e agricultura sustentável	
2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
2.a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.
2.c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

3 - Saúde e Bem-Estar

3 - Saúde e Bem-Estar	
3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.
3.2	Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos.
3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.
3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar.
3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool.
3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas.
3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.
3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.
3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.
3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado.
3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos.
3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

4 - Educação de qualidade

4 - Educação de qualidade	
4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
4.b	Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4 - Educação de qualidade

4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
-----	---

5 - Igualdade de gênero

5 - Igualdade de gênero

5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

6 - Água potável e saneamento

6 - Água potável e saneamento

6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.
6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente.
6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.
6.5	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.
6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.
6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso.
6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

7 - Energia limpa e acessível

7 - Energia limpa e acessível

7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia.
7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

7 - Energia limpa e acessível

7.b	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.
-----	--

8 - Trabalho decente e crescimento econômico

8 - Trabalho decente e crescimento econômico

8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.
8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança.
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.
8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.
8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.
8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos.
8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT].

9 - Indústria, inovação e infraestrutura

9 - Indústria, inovação e infraestrutura

9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.
9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos.
9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.
9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.
9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities.
9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020.

10 - Redução das desigualdades

10 - Redução das desigualdades	
10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.
10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.
10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações.
10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas.
10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.
10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC.
10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais.
10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.

11 - Cidades e comunidades sustentáveis

11 - Cidades e comunidades sustentáveis	
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.
11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

12 - Consumo e produção responsáveis

12 - Consumo e produção responsáveis	
12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento.
12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.
12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita.
12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.
12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios.
12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.
12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.
12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo.
12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.
12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas.

13 - Ação contra a mudança global do clima

13 - Ação contra a mudança global do clima	
13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.
13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais.
13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima.
13.a	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível.
13.b	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas.

14 - Vida na água

14 - Vida na água	
14.1	Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.
14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.
14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis.
14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas.

14 - Vida na água	
14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível.
14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio.
14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.
14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.
14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.
14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos".

15 - Vida terrestre

15 - Vida terrestre	
15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.
15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente.
15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.
15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável.
15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.
15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.
15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem.
15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias.
15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas.
15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.
15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares.
16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos.

16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado.
16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.
16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.
16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.
16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.
16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.
16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.
16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

17 - Parcerias e meios de implementação

17 - Parcerias e meios de implementação	
17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas.
17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos.
17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes.
17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento.
17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos.
17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.
17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado.
17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação.
17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular.
17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha.
17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020.
17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado.
17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas.
17.14	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável.
17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável.
17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

17 - Parcerias e meios de implementação	
17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.
17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais.
17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento.

Anexo 02 – Relatório Consolidado Das Oficinas

Relatório Consolidado das Oficinas - Resultados das Oficinas¹¹³ **(Slide 81)**

Grupo A: Forças:

- PPP da iluminação
- Grande polo de educação crescente
- PDES e plano diretor
- Cidade plana
- Boa localização da cidade
- Abundância de água disponível
- Mercado e condições econômicas da cidade atraem empresas internacionais
- Feira Empreende, programa multiinstitucional de ambiente de negócios
- Proximidade com a capital
- Segunda maior cidade do estado
- Maior entroncamento rodoviário
- Polo educacional - Superior tecnológico, ensino médio
- Iniciação de uma cultura empreendedora
- Comércio
- Agricultura
- Turismo
- Campo de instituições de educação
- Polo de serviços de saúde regional
- Segurança

Grupo A: Fraquezas:

- Baixa qualificação profissional da população, baixo índice de aprendizagem
- Falta de um banco de dados sobre a cidade
- Falta de ações compartilhadas entre o setor público e entre empresas - Mais competição do que cooperação
- Falta de uma política de retenção dos talentos jovens - Jovens saem da cidade em busca de melhores oportunidades
- Poucos cursos superiores na área de saúde
- Saúde básica não atrai profissionais de saúde
- Marco regulatório da saúde (DAS?)
- Rede de esgoto é feita depois do asfalto
- Falta de turismo no rio Jacuípe
- IDH - PIB x per capita
- Centro de convenções não concluído

¹¹³ Extraído do Relatório Consolidado do Projeto de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Feira de Santana. EY dezembro de 2018.

- Baixa cultura e experiência internacional
- Ausência de conhecimento de língua estrangeira
- Cultura individualista
- Poucos espaços verdes e de lazer
- Aeroporto incipiente
- Indicadores educacionais baixos
- Falta de comunicação entre as secretarias e ações do município
- Distritos com problemas de acesso à água e saneamento
- Calçadas sem acessibilidade
- Comércio em local indevido
- Construções em local indevido
- Carência de hospital
- Acesso limitado à banda larga de internet
- Falta de informações e dados econômicos e sociais atualizados e disponíveis e integrados

Grupo A: Oportunidades:

- Marco regulatório da inovação
- Conectar feira à ferrovia que passa em Conceição de Feira
- Marco regulatório PPP e organizações sociais
- Projeto trem Feira-Salvador
- Energia eólica
- Plano Bahia Digital (banda larga)
- SUDENE
- Tecnologias e soluções para cidades inteligentes

Grupo A: Ameaças:

- Dependência do transporte rodoviário
- Falta de manutenção de estradas estaduais e federais
- Degradação do patrimônio da UEFS
- Ponto Salvador-Itaparica
- Continuação da crise econômica nacional

Grupo A: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Projeto para concessão de exploração um polo turístico aquático na Pedra do Cavalo
2. Implementar turismo de negócios, eventos, seminários e congressos
3. Elaborar e implementar roteiro pedagógico para escolas levarem os estudantes para conhecer a cidade
4. Iniciar e finalizar o centro de convenções
5. Fazer estudo específico sobre capacidade e qualidade da rede hoteleira
6. Redimensionar centro de abastecimento para atendimento aos turistas, tendo como exemplo Caruaru
7. Articulação de forças da sociedade civil para reivindicar/demandar a conclusão do centro de convenções
8. Gestão do centro de convenções por organizações da sociedade civil
9. Implementar programa para ensino da língua inglesa e outra língua estrangeira no ensino fundamental

10. Implementar ensino de inglês na formação profissional (cursos profissionalizantes)
11. Programa de fortalecimento e capacitação das OS (organizações sociais)
12. Plano de publicização de serviços municipais autorizados por lei
13. Plano de mobilidade urbana para o transporte público
14. Implantar escritório de projetos na prefeitura para obter recursos complementares (ex. SUDENE) e capacitar servidores
15. Elaborar plano de inovação e fundo de inovação municipal

Grupo B: Forças:

- Presença de instituições de ensino superior com alto investimento em pesquisas
- Cidade com grande potencial comercial
- Presença de equipamentos e tecnologias disponíveis (Feira Digital - urbano e rural)
- Presença da UNAMACS (terceira do Brasil)
- Meio rural plural (em produção agropecuária e desenvolvimento)
- Presença de instituições de ensino com cursos tecnológicos

Grupo B: Fraquezas:

- Falta de preparo de parte dos profissionais para lidar com inovações tecnológicas
- O poder público não aproveita as experiências exitosas desenvolvidas em pesquisas pelas instituições de ensino superior
- Falta de utilização de projetos pelo setor público com tecnologias que utilizem energia renovável
- Grande acúmulo de resíduos sólidos com mínimo reaproveitamento (compostagem, coleta seletiva etc.)
- Pouca presença de cooperativas que trabalhem com reaproveitamento de resíduos
- Baixo salário dos profissionais efetivos do município, de determinadas áreas estratégicas para desenvolvimento de projetos. Muitos acabamos migrando para outras instituições provocando déficit
- Falta de uma política voltada efetivamente para o repovoamento da flora na zona (meio) rural

Grupo B: Oportunidades:

- Participação de programas federais e estaduais
- Aproximação com o setor industrial com incentivo econômico

Grupo B: Ameaças:

- Interferência política partidária nos órgãos públicos, o que gera falta de interlocução

Grupo B: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Programa onde as empresas privadas possam estar consumindo produtos do meio rural do município (incentivo), buscando o desenvolvimento socioeconômico

2. Expansão das inovações tecnológicas para as comunidades rurais, hoje nas sedes dos distritos rurais
3. Programa de repovoamento de fruteiras no meio rural (equilibrando o meio)
4. Incentivo para criação de cooperativa voltada à coleta seletiva de matéria orgânica para compostagem (O poder público municipal seria um dos consumidores finais, utilizando no meio urbano e rural)
5. Plano de carreira dos técnicos, funcionários efetivos, onde as gratificações seriam voltadas para a produção e desenvolvimento de projetos para o município, evitando terceirização de serviços
6. Incentivo da criação de cooperativa voltada à coleta seletiva de vidro
7. Programas e projetos que contemplem a utilização de energias renováveis
8. Promoção de parcerias com as instituições de ensino, não apenas como estágio, mas também como a promoção e desenvolvimento de projetos
9. Promoção de política de logística reversa (resíduos sólidos)
10. Política pública que envolva o desenvolvimento socioeconômico dos catadores, para as coletas seletivas, já existentes em outros municípios
11. Incentivo e ampliação do IPTU verde
12. Programas para geração do primeiro emprego
13. Criação de IPTU progressivo na área de especulação imobiliária
14. Criação de núcleo municipal de desenvolvimento interinstitucional
15. Implantação de um polo de pesquisa e inovação, envolvendo docentes, discentes e técnicos de instituições públicas e privadas
16. Mobilização de forma permanente de ações públicas que incentivem práticas sustentáveis
17. Reorganizar e/ou replanejar estratégias em ações educativas voltadas para a sustentabilidade através de articulações com empresas e instituições
18. Criar uma estrutura com um sistema de banco de dados com práticas exitosas em desenvolvimentos sustentável
19. Formalizar convênios de cooperação técnica entre a prefeitura, universidades, faculdades e escolas técnicas
20. Criar fundo de amparo para pesquisas sobre desenvolvimento econômico e sustentável
21. Criar programas que unam trabalhadores rurais e capacitem (como o Feira Produtiva)
22. Criar programas de incentivo às instituições da sociedade civil organizada
23. Criar programa de formação complementar anual para professores(as) do ensino básico, fundamental e médio
24. Criar programas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e científico para a zona rural
27. Criar tecnologias para reciclar vidro
28. Implementação do aeroporto como meio de integração logística com uso de voos regulares para carga e passageiros
29. Implantação de uma praia fluvial às margens do rio Jacuípe com respeito ao meio ambiente para desenvolvimento do turismo sustentável
30. Desenvolver efetivamente o planejamento urbano com vias estruturadores em relação a expansão do município

31. Implantar um programa de controle da mobilidade visando garantia aos direitos da população, gerando cultura de "cidade cidadã"
32. Promover a expansão urbana concomitante com o desenvolvimento do saneamento básico e pluvial, e com sustentabilidade ambiental dos empreendimentos
33. Ampliar a abrangência da utilização do programa de vídeo monitoramento para a zona rural
34. Ampliação da política de atração de empreendimentos industriais/comerciais/serviços para o município
35. Desenvolver projetos de ampliação da coleta seletiva e do tratamento de resíduos visando maior sustentabilidade ambiental
36. Incentivar os programas de economia solidária do município
37. Criar um conselho municipal com os setores que já desenvolvem atividades com resíduos sólidos urbanos
38. Investimentos em projetos de coleta de resíduos orgânicos

Grupo C: Forças:

- Universidades, faculdades e instituições ensino em geral
- Comércio
- Opções de parques para visitação
- Entrepasto comercial
- Lagoas

Grupo C: Fraquezas:

- Custo de capacitação
- Falta de oportunidade no mercado
- Falta de atrativos dos parques
- Trânsito lento e confuso
- Fraco turismo ecológico
- Falta de ciclovias
- Falta de coleta seletiva de lixo
- Aeroporto não acompanha o crescimento da cidade
- Grupo C: Oportunidades:
- Potencial de crescimento do turismo na cidade
- Fortalecimento da economia solidária
- Criação de polo tecnológico
- Mercado de trabalho/pesquisa

Grupo C: Ameaças:

- Competitividade das cidades vizinhas em relação ao pessoal mais capacitado
- Falta de mercado de trabalho
- Falta de universidades públicas (UNEB, UFBA)
- Profissionais capacitados vindo de outras cidades reduz oportunidades locais

Grupo C: Resultados – Ações Sugeridas:

1. Implantação de ciclovias

2. Disponibilização de bicicletas públicas nos parques
3. Criação do parque ecológico
4. Instalação de lâmpadas de LED na iluminação pública
5. Criação de estratégias para atrair o público aos parques municipais
6. Implantação de semáforos inteligentes (que abre somente se tiver veículos estão chegando de outra direção no cruzamento)
7. Trazer polos ou campus da UFBA e UNEB
8. Reformar e ampliar o aeroporto
9. Criar um sistema de coleta seletiva de lixo
10. Incentivar a criação de cooperativas de processamento do lixo
11. Implantação de mais módulos policiais nos bairros mais violentos
12. Reativar módulos policiais fechados
13. Criação do estacionamento pago na frente do MAP, para facilitar a visita de turistas com automóveis particulares
14. Incentivar a economia solidária no novo centro de abastecimento, junto da agricultura familiar

Grupo D: Forças:

- Várias faculdades (UEFS, FTC, FAN, UNIFACS, SESC, UNIASELV, PITAGORAS, UNIT, SEABRE)
- Empresas multinacionais (NESTLÉ, AMBEV, PIRELLE, BELGO, BRASFRUT, PEPSICO)
- Segunda maior cidade do Estado da Bahia
- Bom ambiente de negócios
- Cidade plana
- Polo distribuidor
- Fortes entidades financeiras
- Posição geográfica da cidade
- Polo crescente em TI – Inovação
- Parceria público-privada para diagnóstico da mobilidade
- Investimento em equipamentos urbanos, central de monitoramento
- Implantação de projetos na área de transportes
- Bacia hídrica - inúmeras lagoas ao redor
- Represa Pedra do Cavalo
- Localização entre três biomas (mata Atlântica, Serrado, Caatinga)

Grupo D: Fraquezas:

- Qualificação ineficaz
- Pesquisa inexpressiva na UEFS e instituições particulares
- Mobilidade urbana - Anel de contorno deficiente e ausência de porto seco
- Falta de saneamento
- Instabilidade de fixação de empresas nos períodos de crise econômica
- Comércio Informal
- Política partidária
- Mobilidade e acesso à cidade
- Ocupação desordenada
- Dificuldade na montagem de novas empresas devido a burocracia

- Poucas entidades financeiras
- Ausência de centro de convenção
- Ausência de infraestrutura para competitividade
- Decadência das entidades administrativas
- Atividade do aeroporto
- Falta de investimento

Grupo D: Oportunidades:

- Localização geográfica
- Grande número de instituições de nível superior
- Grande número de mão-de-obra
- Parque industrial
- Setor comercial
- Proximidade da Capital do Estado
- Proximidade do porto
- Grande número de estradas
- Avanço de segurança jurídica
- Três possibilidades de uso de atividades empresariais

Grupo D: Ameaças:

...

Grupo D: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Anel rodoviário
2. Aeroporto
3. Trem Salvador-Feira
4. Saneamento
5. Industrialização
6. Porto Seco
7. Ordenamento urbano
8. Mobilidade urbana
9. Modernização de matriz energética (energia solar, carro elétrico)
10. Ampliação da disponibilização de instituições financeiras
11. Desburocratização para a abertura de empresas
12. Revitalização das lagoas com parques
13. Leis rigorosas na defesa e manutenção do meio ambiente (penalidades e compensações pesadas)
14. modernização e ampliação da comunicação e internet
15. Aproximação das academias de ciência com a sociedade Civil e administrativas
16. Aumento da participação público-privada
17. Desenvolvimento participativo com a sociedade - conselho formado com a sociedade
18. Parque náutico Pedra do Cavalo
19. Centro de treinamento de esporte aquático
20. Modernização da agricultura municipal
21. Pecuária de confinamento irracional
22. Agricultura familiar de forma assistida

23. Apoio de desenvolvimento e capacitação dos gestores ambientais
24. Centro de apoio e revitalização a família de vítimas de dependência química

Grupo E: Forças:

- Capital humano - 32 Faculdades e 3 universidades
- Internacionalização
- Congresso internacional de desastres em massa
- Mulheres solteiras chefes de família
- Cidades irmãs - China
- Encontro mundial de cidades
- Projeto cidades georreferenciadas
- Encontro de cooperação Brasil/França
- Encontro de Cooperação Brasil/Itália
- Encontro Cidades Digitais em Washington
- Bancos, Financeiras, Coop. de crédito, casa lotérica
- Mobilidade, logística, acesso do entorno rodoviário de fácil acesso
- Centro das indústrias - Subaé, CIS
- complexo hoteleiro
- Quatro hospitais particulares e três hospitais públicos
- Polo universitário
- Clubes esportivos
- Clubes de serviços
- Licenciamento ambiental, fiscalização e controle, investimento em parques, recuperação de áreas degradadas, pagamento em dia (serviço público), confiabilidade econômica
- Planos diretores (mobilidade, PDDU)
- Avaliação da qualidade do ar, ampliação de parques, educação ambiental, ampliação de condicionantes para reflorestamento de ruas e avenidas
- UEFS, CETEB, SENAI, SEBRAE, UNIVER, UFRB, Pq. Do saber, UNAMACS, CONDEMA, SENAC
- Comércio, indústria, turismo de negócios, logística, serviços, educacional
- Empreendedorismo próprio, bairro economicamente ativo com forte presença do comércio
- Construção de ciclovias, planejamento de transporte, calendário festivo, calendário esportivo, eventos culturais

Grupo E: Fraquezas:

- Meritocracia nas instituições
- Falta de transparência nas decisões
- Violência
- Falta de integração nas instituições - transparência
- Inexistência de investimento para sociedade
- Elevadas taxas
- Prazos de análises longos
- Burocracia para liberar crédito
- Carência de linhas de financiamento para vetores estratégicos

- Funcionalidade precária do aeroporto
- Ausência do centro de convenções
- Comércio desorganizado
- Falta de intercâmbio, falta de integração entre órgãos exteriores
- Ausência de tecnologia
- Suporte tecnológico
- Falta de ordem no trânsito e ausência da zona azul
- Rede (de internet) insuficiente - rede lógica
- Falta de capacidade do usuário
- Ausência de integração de todas as secretarias municipais
- Ausência de alinhamento de incentivo nas ações de sustentabilidade
- Falta de projeto para energias renováveis
- Paisagismo da cidade
- Tratamento sustentável dos parques, lagoas, praças
- Não existe integração entre os empresários
- Falta da participação de empresários nos eventos do setor
- Ausência de capacitação de obra qualificada
- Programa de geração de emprego e renda
- Capacitação de novas empresas
- Desemprego e informalidade
- Ausência de investimento na CEASA
- Incentivo nas feiras livres de bairros
- Uso desordenado do solo urbano

Grupo E: Oportunidades:

- Entroncamento rodoviário
- Empreendedorismo
- Polo em desenvolvimento
- Metrópole
- Turismo de negócio
- Implantação do processo de energia solar
- Melhoria do IDH
- Ativar operação aeroporto
- Recuperação de floresta
- Proteção de mata ciliar
- Rede de hoteleira
- Gastronomia
- Serviços médicos
- Polo de educação
- Polo de TI

Grupo E: Ameaças:

- Falta de projetos e planos integrados
- Desemprego
- Transporte clandestino
- Desordenamento dos pontos de vans dos municípios circunvizinhos
- Perda de recursos naturais
- Falta de segurança pública

- Mobilidade no centro da cidade
- Fiscalização das ações
- Rodoviária mal localizada
- Incêndios e perdas materiais
- Cadeia alimentar comprometida
- Supressão vegetal
- Ações antrópicas

Grupo E: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Conclusão das obras do aeroporto
2. Instalação do trem intercity Salvador - Feira
3. Construção do centro de convenções Municipal
4. Incentivos para atração de empresas para o polo industrial/comercial - CIS/CIDIC
5. Ampliar o efetivo da GMFS e a parceria com o ministério de segurança pública adotando programas nacionais
6. Ordenamento do trânsito com a implementação da zona azul
7. Tornar em autarquia o centro de abastecimento
8. Parceria público privada no segmento público municipal - SEPREV/GMFS (instituir com as empresas)

Grupo F: Forças:

- Força do polo educacional - Técnico e superior presencial
- Localização da cidade (entroncamento rodoviário)
- Atuação de grandes empresas
- Casa do trabalhador
- Estágio (agentes)
- Vocação empreendedora da cidade
- Feiras livres
- PIB
- Forte acolhimento dos imigrantes
- Polo de confecções

Grupo F: Fraquezas:

- Baixa qualificação da educação técnica (o perfil dos alunos ingressantes)
- As empresas que se instalam na cidade não absorvem a mão-de-obra de nível superior (indústrias)
- Perfil do gestor no segmento comercial não remunera e nem absorve a mão-de-obra qualificada
- Nível de violência
- Aeroporto
- Mão-de-obra com pouca qualificação
- Salários baixos
- Número de leitos (poucos)
- Pessoas nascidas em Feira vão embora e pessoas de fora ficam
- Empreendimento imobiliário
- Pouca articulação das empresas locais (individualização)
- Educação básica EJA

- Distanciamento entre academia e mercado

Grupo F: Oportunidades:

- Mercado de trabalho de engenharia elétrica - energia solar (instalação de placas)
- Estimular empreendedorismo para estimular a contratação de mão-de-obra nos empreendimentos
- Qualificar os profissionais para assumir cargos de liderança no segmento industrial
- Aproveitamento do potencial logístico
- Qualificar mão-de-obra com cursos específicos da área
- Fortalecer as ações para promover os empreendedores
- Polo de confecções

Grupo F: Ameaças:

- Contratar empresas que não se preocupam com o meio ambiente
- Baixo nível de ensino fundamental e médio
- Falta de acesso ao crédito
- Falta de articulação dos governos, Federal, Estadual e Municipal, com a iniciativa privada
- Política interferindo na dinâmica do mercado
- Avanço da tecnologia

Grupo F: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Realizar programa de integração entre as esferas de governo e internamente na prefeitura assim como a academia e as empresas
2. Plano de arborização para o município
3. Instrumentalizar técnica e legalmente os ativos naturais (lagoas, pedra do cavalo...) para alcançarem o equilíbrio ambiental
4. Aproveitamento das lagoas em Feira de Santana como pontos turísticos para os feirenses
5. Treinamento direcionado para servidores públicos e municipais
6. Criar agenda de eventos articulados para eliminar as fraquezas
7. Criar fórum permanente para ações estratégicas (educação, tecnologia, empreendedorismo) para reduzir/eliminar as fraquezas e aproveitar as oportunidades
8. Criar um centro de empreendedorismo que integre universidades/faculdades e mercados
9. Fazer levantamento global das demandas do município em termos de qualificação para aproveitamento das oportunidades
10. Melhorar o fluxo da cidade (Feira limpa)
11. Articulação para atuação das empresas que invistam em Feira oportunizando absorção de MO
12. Rever e redimensionar o Aeroporto de FSA
13. Convênios P/P - Mercado e academia

Relatório Consolidado das Oficinas Resultados das Oficinas (Slide 178)

Grupo A: Forças:

- Diversidade produtiva
- Presença da agroindústria familiar no município
- Projeto Feira Produtiva: Centro de abastecimento, mercado de arte, feiras de artes, feiras livres
- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAE - Programa nacional de alimentação Escolar
- Instituições de classe
- Instituições de formação de mão de obra
- Polo industrial
- Multimodais
- Geografia plana
- Áreas em expansão
- localização
- Oferta de mão de obra
- Licenciamento ambiental

Grupo A: Fraquezas:

- Falta de interlocução entre os grandes e pequenos produtores
- Falta de parcerias de repartições públicas e privadas dos pequenos e médios produtores rurais
- Infraestrutura, incentivos fiscais, áreas disponíveis insuficientes (polo industrial)
- Aeroporto
- Paisagismo
- Lixo - coleta e reciclagem
- Custo da energia convencional
- Polo industrial não municipal
- Falta de assistência técnica municipal na zona rural
- Falta de água na zona rural para irrigação da produção familiar
- Falta de projeto da prefeitura municipal para pequeno e médio produtor
- Falta de oportunidade de emprego para o jovem do campo
- Plantas inacessíveis aos pequenos empreendimentos
- Burocracia
- Falta Cimatec
- Não apropriação das tecnologias e fontes renováveis

Grupo A: Oportunidades:

- KPI's - Indicadores disponíveis para o público demonstrando informações sobre: educação, obras, empregos, segurança etc.
- Aeroporto
- Gás natural - Expansão São Gonçalo
- Prêmio municipal de excelência em gestão - Categorias: indústrias, comércio, serviços, saúde, gestão pública
- Mercado externo consumidor muito grande
- Organização das cadeias produtivas
- Lixo - coleta e reciclagem

- Energia solar
- Comitê fomento negócios internacionais
- Municipalizar polo industrial
- Novo anel de contorno
- Inteligência artificial
- Incentivo aos negócios

Grupo A: Ameaças:

- Informalidades
- Falta de investimentos
- Capacitação X Obsolescência da mão de obra
- Centros de produção próximos a Feira que estão mais avançados tecnologicamente
- Falta de legislação específica para o pequeno e médio produtor
- Concorrência global
- Altos custos de produção
- Subutilização das tecnologias

Grupo A: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Implantar serviço de inspeção municipal (produção de origem orgânica e animal)
2. Implantar unidades do Cimatec em convênio com o Governo Federal
3. Fomentar utilização da energia fotovoltaica
4. Implantar projeto piloto de coletas seletivas e reciclagem
5. Formar comitê de negócios internacionais
6. Instituir pólo industrial municipal
7. Estudo urbanístico para novo anel de contorno
8. instituir prêmio de excelência em gestão - formar projeto
9. Plano municipal de desenvolvimento de tecnologias para aumentar a eficiência no campo
10. Divulgação de indicadores municipais (KPIs) - emprego, orçamentos, projetos, educação, transporte etc.
11. Criar observatório competitividade e concorrência (regional e benchmarking)

Grupo B: Forças:

- Localização geográfica
- Estrutura Logística (vocalção) - em relação às feiras e comércio da cidade
- Articulação institucional já existente (Feira empreendimento) - FIEB, ACEFS, CIFS, CDL, CIS, SINCOMFS
- Vocalção econômica diversificada - comércio, indústria, serviço, agronegócio
- UEFS - pesquisa e desenvolvimento
- Elevado número de instituições de ensino
- PIB crescente muito forte nos últimos 15 anos
- Bom potencial hidrográfico para consumo, esporte e turismo
- Iniciativas de educação empreendedora e para inovação
- Emissão de licenciamento ambiental pelo município

Grupo B: Fraquezas:

- Dependência do modal rodoviário
- Ausência de políticas de formação / profissionalização para pessoas acima dos 35 anos
- Burocracia e excesso de normas
- Pouco interesse empresarial para negócios internacionais
- Desorganização urbana do comércio informal
- Baixa escolaridade / baixa qualificação da mão de obra
- Deficiência de infraestrutura, energia, transporte, educação, saúde, segurança
- Mão de obra pouco comprometida para o trabalho
- Ausência de políticas para agricultura familiar
- Falta de conexão das universidades para com o mercado / comunidade
- Falta de estrutura de apoio para novos negócios inovadores (investimento, riscos, incubadoras, aceleradoras)
- Baixa cultura associativa

Grupo B: Oportunidades:

- Provável criação da região metropolitana de FS
- Parceria com a SUDENE
- Fácil acesso e bom relacionamento com autoridades públicas no âmbito regional
- Melhoria na infraestrutura de transporte (duplicação rodovias, ferrovias)
- Incentivos fiscais para inovação
-
- Grupo B: Ameaças:
- Perda de talentos e profissionais qualificados para outras cidades
- Atuação sindical com pouca flexibilidade para negociações
- construção da ponte SSA-Itaparica
- Limitado relacionamento entre os governos municipais e federais

Grupo B: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Criação de escritório de projetos e articulação institucional com o Governo Federal (com a participação da sociedade civil)
2. Implementar o centro comercial popular e fiscalizar para que não surjam novos "centros informais"
3. Estimular práticas públicas que apoiam a agricultura familiar, através de pesquisas de culturas típicas com adequação ao clima e consumo local
4. Estimular políticas de qualificação/educação de pessoas com faixa etária acima de 35 anos
5. Melhorar o sistema de ensino em geral
6. Desenvolver atividades conjuntas: ensino, eventos, fomentar apresentação de demandas, resolução de problemas...
7. Definir o marco regulatório de inovação para o Estado da Bahia
8. Estruturar e informatizar os sistemas dos órgãos públicos / integrar os sistemas políticos entre os entes públicos

9. Investimentos em infraestrutura, estabelecimento de parceria público-privada, publicização.com O.S (organização Social)
10. Estruturar grupos de investidores - parceria com instituições financeiras, empresariais, de ensino e fomento ao empreendedorismo
11. Capacitar as empresas para aumento da competitividade
12. Criação de escritório de projetos e articulação institucional com o Governo Federal (com a participação da sociedade civil)

Grupo C: Forças:

- Capital humano - Polo educacional, universidades, escolas técnicas
- Infraestrutura - Localização no entroncamento rodoviário, favorecendo a logística
- Infraestrutura – Topografia
- Capital humano - População jovem
- Movimento positivos dos centros acadêmicos em fortalecer D&I
- Diversos agentes financeiros presentes no município com diversas linhas de crédito
- Infraestrutura – Localização
- Capacidade empreendedora
- Capital humano - Polo educacional multidisciplinar

Grupo C: Fraquezas:

- Ensino básico e fundamental
- Formação e cursos para o agronegócio
- Despreparo dos empresários (informação, gestão) para captar recursos
- Infraestrutura - rede 4G, serviço fornecimento, energia elétrica, serviço abastecimento e água
- Infraestrutura - precariedade estrutural
- Ausência de ferramenta de inclusão social: polo digital, acolhimento aos dependentes químicos, ausência de estatísticas para ações sociais
- Baixo aproveitamento das estruturas de apoio por parte dos empresários - SESI, SENAI, SEBRAE...
- Pesquisa, desenvolvimento e inovação
- Adequação de leis estaduais à lei federal de inovação (demora)
- Falta de visão do setor produtivo sobre P-D-I
- Investimentos insuficientes na solução de problemas das indústrias
- Capital humano - Oferta de cursos desconexa da necessidade dos setores
- Falta de integração entre as 3 esferas do governo (internamente na prefeitura, entre os municípios, entre o poder público, a academia e a sociedade), entre os programas e planos oficiais
- Estrutura organizacional do poder público municipal defasada. Idem no seu plano de carreiras - falta de programas de capacitação

Grupo C: Oportunidades:

- Capital humano - Grande número de instituições de ensino
- Acesso ao projeto Bahia produtiva: cadeias, agroindústrias e alianças produtivas
- IES e cursos técnicos

- Entroncamento rodoviário
- Turismo de negócio
- Associações corporativas fortes
- Grandes indústrias na região
- Pesquisa, desenvolvimento e inovação - existência de grupos capacitados para P-D-I

Grupo C: Ameaças:

- Capital humano - introdução acelerada de tecnologias avançadas conhecidas
- CIS não atuante
- Falta de instrumentos de gestão para os bens ambientais
- Incertezas com relação ao novo governo federal (simples, sistemas)
- Falta de oportunidades e infraestrutura nos distritos da zona rural, promove o caos urbano
- Falta de programa de atividades produtivas para zona rural

Grupo C: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Programa para desenvolvimento da área rural do município, promover infraestrutura física e social
2. Criar fórum permanente de discussão para o desenvolvimento político e empresarial
3. Gerar a aproximação das demandas das indústrias e agroindústrias dos centros universitários e de formação técnica através de programas, prêmios, estudos técnicos específicos
4. Projeto de modernização da governança pública municipal (burocracia, morosidade, políticas públicas...) para adequar-se à realidade atual
5. Programa de controle permanente da ocupação do espaço urbano à fim de coibir a desordem gerada por ambulantes em diversas áreas públicas
6. Programa de formação para servidor público à fim de aumentar a eficiência do serviço público

Grupo D: Forças:

- Comércio da região representativo que influencia no escoamento do produto das indústrias
- Potencial para geração de energia solar
- Povo empreendedor
- Clima favorável
- Topografia da cidade plana
- O mais importante entroncamento rodoviário do Nordeste
- Localização
- Alta rotatividade de trânsito flutuante
- Rodovias Federais, Estaduais e Municipais que cruzam a cidade
- Feira não sabe o que é crise. A praça tem superado todas elas. Não se tem conhecimento de falências
- A força e a Presença do comércio local (feito de ambulantes), diante de sua variedade, geradora de oportunidades, com uma população

flutuante, estimula continuamente a implantação de novos negócios, tornando-se grande mola propulsora do desenvolvimento do município

Grupo D: Fraquezas:

- Dificuldade de disseminar informações primordiais para a existência legal das empresas quanto as obrigações das normas regulamentadoras - Foco e-social
- Cultura empresarial que precisa ser inovada em relação a desenvolver o corporativismo para aquisições de Insumos, negociações, requereres ações
- Indústrias desconhecem as linhas de financiamento para inovação
- Falta de identidade regional
- Falta de integração entre o setor público e o privado
- Aeroporto ineficiente. Não temos o apelo para que seja valorizado um trânsito viário que se seja amparado ao número de industrias que temos na cidade
- Nascentes da cidade estão todas direcionadas para rede de esgoto
- Precisamos de recursos para nossa comunidade, para que possamos comercializar produtos para as empresas
- Precisamos de oportunidade de emprego nas empresas - Feira produtiva solidária

Grupo D: Oportunidades:

- Desenvolver, por setor de atuação, tecnologias para otimizar produtos, buscando competitividade mundial
- Utilizar instituições do sistema S como solução para os problemas correspondentes das empresas
- Redução de imposto para empresas que capacitem a mão de obra contratada
- Desenvolver um modelo de incentivo fiscal, como redução ou isenção de impostos (ISS, IPTU) para empresas locais quando desenvolverem negócios inovadores por um período de maturação do negócio
- Aumento de eventos com foco em inovação para indústria
- Gerar cultura para investimento e utilização de recursos para inovação
- criação do fundo municipal de inovação e competitividade para financiamento de desenvolvimento tecnológico e otimização de processos
- Maiores investimento em pesquisa com o intuito de gerar mais desenvolvimento e inovação
- Repensar o modelo administrativo praticado pela prefeitura, visando uma maior integração entre as secretarias, desburocratizar os serviços prestados, com o objetivo de prestar um melhor atendimento ao cidadão contribuinte
- Uma maior integração entre os governos, Federal, Estadual e Municipal, voltado para a ampliação sustentável do CIS.
- Mais investimento na infraestrutura na área do CIS, com objetivos de atração de novas indústrias

- Aproveitamento dos resíduos gerados pela cidade que hoje não são aproveitados
- Gerar plano de ação para capacitar os funcionários públicos para gerar interação entre as secretarias e para atendimento ao público
- Diante dos inúmeros planos de desenvolvimento contratados pela prefeitura, entendemos ser necessário uma maior integração na atuação dos mesmos.

Grupo D: Ameaças:

- Baixa capacitação da mão de obra para indústria - poucas pessoas capacitadas para operar máquinas
- Falta de investimento nos modais de transporte
- Falta de investimento ao crédito sem aval para quem tem garantias
- Infraestrutura totalmente insuficiente para os locais onde a maioria das indústrias estão instaladas - segurança, iluminação, pavimentação
- Falta de incentivo fiscal para novas indústrias
- Falta de um centro para resíduos
- Ocupação desenfreada das áreas de preservação ambiental e a invasão dos espaços públicos às vistas de todos

Grupo D: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Criar porto seco em Feira e interligar às rodovias, a um aeroporto de cargas e ao porto naval de Aratu
2. Implantar central de recursos com aproveitamento de resíduos
3. Melhorar infraestrutura dos centros industriais. (CIS) centro industrial
4. Programa de integração universidades x empresas
5. Criar ações de capacitação e atualização do empresariado e trabalhadores
6. Desenvolver mecanismos que incentivem a implantação e manutenção de indústrias no município
7. Estimular uso das linhas de crédito
8. Fomentar ação pública de conscientização para as empresas sobre as NRs
9. Fomentar o cooperativismo entre as empresas
10. Reabilitar o Aeroporto da cidade
11. Buscar acessibilidade para o artesanato dos distritos
12. Desenvolver uma campanha, para valorização da cultura local e a identidade do feirense

Relatório Consolidado das Oficinas

Resultados das Oficinas

Slide (253)

Grupo A: Forças:

- Apoio do SEBRAE e FIEB para proporcionar cursos, eventos, missões técnicas, semana de inovação
- Ecossistema de startup Santana Valley
- Empresas que já exportam soluções tecnológicas
- Boas instituições de ensino formadora em tecnologia
- Maior entroncamento norte/nordeste

Grupo A: Fraquezas:

- Falta de recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação (P.D.I)
- Falta de escritório de projetos
- Falta de incubadora de empresas
- Ausência de informações de mercado
- Informalidade do Santana Valley
- Baixa densidade organizacional das startups
- Ausência de um centro de logístico integrado
- Pouca articulação escola-empresa
- Baixa captação de recursos através de editais de inovação

Grupo A: Oportunidades:

- Integração entre prefeitura e ecossistema de Feira de Santana para capacitação de capital humano com recursos financeiros
- Integração com automação de processos administrativo público
- CMCTI - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Estimular eventos para captação de recursos anjos para startups
- Incubadora de startups locais apoiadas pela PMFSA (Prefeitura Municipal de Feira de Santana)
- Eventos de educação corporativa de grande impacto
- Criação do projeto Menor Tecnológico como política pública para geração de emprego, renda e cultura tecnológica
- Consultorias para orientação de captação de recursos financeiros
- Criação de um hub com recursos públicos e privados
- Criação de coworking para startups
- Criação de selo de qualidade para empresas locais de tecnologia

Grupo A: Ameaças:

- Perda/evasão de profissionais de tecnologia para outras praças
- Cultura muito tradicional dos empréstimos de Feira de Santana
- Concorrentes externos

Grupo A: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Implementar escritório de projetos
2. Implementar incubadora de empresas
3. Implementar órgão de informações, estudos, pesquisa e projetos
4. Reativar o CMCTI - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Criar editais de recursos para a inovação
6. Criar centro de logística integrada dentro de um plano de logística
7. Promover articulação escola-empresa
8. Promover integração entre a prefeitura e ecossistema da cidade para capacitação de capital humano
9. Integrar serviços públicos com automação de processos
10. Estruturar eventos para captação de recursos para startups
11. Apoiar eventos para educação corporativa
12. Criar política pública do aprendiz tecnológico
13. Apoiar criação de selo de qualidade para empresas locais de TI

14. Apoiar criação de coworkings

Relatório Consolidado das Oficinas

Resultados das Oficinas

(Slide 308)

Grupo A: Forças:

- Polo educacional (universidades, faculdades, escolas técnicas)
- Presença do sistema “S” (Sesi, Senac, Senai)
- Empresas e organizações
- Presença de instituições bancárias
- Sindicatos organizados

Grupo A: Fraquezas:

- Comércio Ambulante (desorganização)
- Falta de qualificação da mão de obra (empresários e funcionários)
- Falta de cultura de valorização da qualificação profissional
- Mobilidade urbana no centro comercial
- Falta de conectividade, ou seja, boas empresas do ramo de internet
- Ausência do centro de convenções
- Ausência de publicidade dos eventos da cidade
- Falta de coleta e tratamento seletivo

Grupo A: Oportunidades:

- Explorar o setor de serviços residenciais e de hotelaria
- Explorar o setor de comércio de tecnologia avançada e dar suporte e manutenção
- Potencial de exploração turístico e cultural
- Potencial de exploração gastronômica
- Exploração do setor de divulgação e marketing
- Exploração dos pontos culturais e religiosos como ambiente de negócios

Grupo A: Ameaças:

- Chegada de novos empreendedores sem valorização de mão de obra local
- Burocratização para abertura/fechamento de empresa

Grupo A: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Implantar a zona azul
2. Reordenar e qualificar o centro da cidade
3. Criar espaço para ônibus de turismo
4. Criar um programa de conscientização de pertencimento à cidade
5. Políticas públicas de incentivo a qualificação profissional
6. Investimento em lazer
7. Criar um projeto de valorização cultural
8. Melhorar a conectividade da internet
9. Ampliação e aperfeiçoamento do Feira Digital
10. Revitalização do aeroporto

11. Desenvolvimento de iniciativas sustentáveis (Feira Orgânica/Coleta seletiva/logística reversa)
12. Mobilização para o não fechamento do CIS
13. Melhoria do monitoramento dos transientes para segurança
14. Cadastrar e investir na organização e qualificação dos grupos culturais
15. Construção do centro de convenções
16. Buscar recursos junto a instituições financeiras para investimentos culturais
17. Melhorar a iluminação pública
18. Integração entre as secretarias

Grupo B: Forças:

- Presença de universidades (IES - Instituições ensino superior)
- Presença do sistema S
- Sistema público de intermediação de mão de obras
- Localização geográfica
- Feira Empreende
- Presença de agências financiadoras (Banco do Nordeste, CEAP, CrediBahia)
- Centro de abastecimento como maior entreposto comercial norte-nordeste
- Tradições e diversidade culturais
- Feiragui
- Empreendedorismo
- Plano diretor da cidade
- Presença de instituições de representação corporativa (CIS, CDL, ACEFS)
- Proximidade com Salvador
- Presença de agentes de integração (CIEE, IEL)

Grupo B: Fraquezas:

- Falta de segurança pública
- Ausência de modal ferroviário e aeroviário
- Grande número de informalidade (comércio)
- Ausência de mobilidade urbana e acessibilidade
- Ausência de acessibilidade
- Ausência do centro de convenções
- Compromisso com a cidade, sensação de pertencimento pela cidade (pouca)
- Ausência de rede hospitalar pública e privada
- Ausência de articulação escola-empresa
- Ausência de capacidade de visão de gestão do grande empresariado
- Ausência de espírito associativo
- Ausência de um órgão municipal de informação, estudo e pesquisa

Grupo B: Oportunidades:

- Localização geográfica
- Black Friday e Liquidafeira

- Shopping Popular
- Porto seco
- Centro de logística
- Vitalização da RMFS - Região metropolitana de Feira de Santana
- Valorização de festas tradicionais: Feira da Praça, São João, Micareta
- Política de desenvolvimento para os polos dinâmicos de educação e saúde
- Grupo B: Ameaças:
- Ausência de fiscalização, orientação e informação ao microempreendedor
- Burocracia na formalização de empresas
- Ausência de divulgação de eventos
- Qualidade da educação pública no ensino fundamental e médio, impactando na qualificação da mão de obra
- Carga tributária pesada e complexa

Grupo B: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Escritório de projetos e captura de recursos
2. Fortalecimento da sala de empreendedor
3. Fundo de inovação parceria público-privada e instituições (Sebrae/IEL)
4. Criar uma marca para a cidade

Relatório Consolidado das Oficinas

Resultados das Oficinas

(Slide 366)

Grupo A: Forças:

- Presença de associações cooperativas rurais organizadas (em torno de 24 associações e 3 cooperativas)
- Presença organizada dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE), o município já é consome acima de 30% oriundos da agricultura familiar
- Presença de uma exposição agropecuária (e pública), nela um espaço voltado exclusivo para agricultura familiar e economia solidária
- Produção diversificada agropecuária (bovinos, peixes, aves, caprinos, suínos, feijão, milho, guandu, mangalô, abóbora, hortas, flores, entre outros)
- Presença forte de esportes equestres (cavalgadas, vaquejadas, team penning, argolinhas, entre outros)
- Manutenção periódica por parte da prefeitura para os serviços de limpeza, coleta de lixo, estradas vicinais, troca de lâmpadas etc.
- Presença de institutos de ensino superior e técnico voltados ao setor rural
- Presença do Programa Feira Produtiva (incentivo à algumas agroindústrias e economia solidária, porém ainda pouco)
- Presença do SIM

Grupo A: Fraquezas:

- Falta do incentivo para políticas públicas na utilização de energias renováveis
- Ausência no município de assistência técnica rural pública (extinção da EBDA, prefeitura com quadro muito pequeno)
- Dificuldade no atendimento em alguns postos de saúde no meio rural (postos em comunidades)
- Falta de orientação para incentivo ao crédito rural (PRONAF)
- Faltas de políticas públicas continuada para a convivência com a seca (técnicas novas, capacitação, dentre outros)
- Ausência de um centro de comercialização voltada exclusivamente para a agricultura familiar
- Falta de programa de mecanização agrícola
- Ausência de incentivo de coleta seletiva (incentivo a reciclagem, compostagem)
- Ausência de um programa contínuo de regularização fundiária (para ter acesso a muitos programas é necessário o documento)
- Falta de políticas públicas culturais voltadas ao meio rural (reisados, samba de roda)
- Ausência de investimento com novas tecnologias para produção agropecuária
- Falta de um programa para ações de limpeza das aguadas, perfuração de poços e construção de barragens

Grupo A: Oportunidades:

- Existência de recursos financeiros disponíveis através de editais (federal, estadual, privado através de fundações)
- Nova CAF (cadastro nacional do agricultor familiar)
- Programa Garantia Safra
- Existência de empresas nacionais de pesquisas em cidades próximas (ex. Embrapa - Cruz das Almas)
- Mudança de governo (melhoria da interlocução do município)
- Fácil interlocução com a Embrapa - disponibilidade de cursos e parcerias

Grupo A: Ameaças:

- Escassez (secas cíclicas históricas)
 - Êxodo rural (muitos moradores rurais que trabalham na cidade)
 - Interferências políticas partidárias para se conseguir as interlocuções entre órgãos
 - Central de regulação (sistema do governo do estado com alta complexidade)
 - Utilização discriminada de agrotóxicos
 - Burocracia para conseguir o selo de agricultura familiar
 - Falta de pública de saneamento básico específico para o meio rural
 - Pequena equipe técnica para a assistência rural (profissionais efetivos com baixo salário acabam saindo para outros órgãos)
 - Escassez de mão de obra para o serviço no campo (hoje apenas os mais velhos fazem certos tipos de trabalho)

- Falta de apoio financeiro por parte do governo estadual para manutenção dos serviços essenciais (limpeza, estradas etc.)
- Falta de diversificação em espécies de fruteiras para que seja incentivada a produção nas agroindústrias
- Burocracia e exigências para a emissão da DAP (1 tarefa e 1/2 no mínimo)
- Ausência de pavimentação nas estradas principais dos distritos de Tiquaruçu e Jaguará
- Desmatamento desordenado
- Falta de políticas públicas que incentivem o reflorestamento

Grupo A: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Aumento do quadro técnico para assistência e extensão rural
2. Programa para a construção, ampliação e limpeza de aguadas
3. Perfuração de poços em locais que não sejam abastecidos pela Embasa
4. Programa de saneamento básico rural (com medidas simples)
5. Programa de regularização fundiária
6. Programa de hortas para pequenas propriedades
7. Programa de recuperação da cultura rural (reforma de casarios antigos, as festas serem específicas tradicionais, dentro outros)
8. Construção do galpão da agricultura familiar ou no centro de abastecimento, ou 3 galpões nas BRs (116 norte, sul e 324)
9. Programa de mecanização agrícola (também incentivando a aquisição por das associações)
10. Programa de apoio às associações rurais (desde a criação até a busca dos documentos perante as instituições)
11. Programa de repovoamento de fruteiras (nova variedades adaptáveis a região)
12. Adesão ao projeto Renova (variedade adaptável ao município) - EMBRAPA
13. Incentivo às agroindústrias familiares rurais (com reforma, doação de implementos e maquinários e comercialização)
14. Convênios e parcerias com empresas de pesquisa
15. Programa de coleta seletiva, com formação de cooperativas rurais para reciclagem e compostagem
16. Introdução nos projetos públicos a utilização de energias renováveis
17. Criação do selo ou certificação municipal para produtos oriundos da agricultura familiar
18. Pavimentação das estradas principais dos distritos de Tiquaruçu e Jaguará para facilitar o escoamento da produção
19. Programa municipal de habitação rural (PMHR), destinado aos moradores em estado vulnerável ou busca por parcerias
20. Dias de campo, cursos e capacitação de atividades voltadas ao campo (enxertias, produção de mudas, casqueamento e ferragimento, dentre outros)
21. Melhoría genética através da inseminação artificial para bovinos dos pequenos criadores (distrito de Ipuacú)
22. Programa de incentivo de melhoramento genético em Capri ovinocultura (modelo antigo cabra forte)

23. Construção de duas casas de mel na lagoa D'água (Jaguara) e Malhada Grande (Tiquaruçu)
24. Programa de incentivo e organização das criações de galinha, como também ovos (caipira)
25. Programa de incentivo as pequenas criações consorciadas às hortas
26. Programa de organização para atendimento aos pequenos produtores pegarem créditos financeiros
27. Profissionalização através de parcerias com instituições de ensino com público-alvo adolescentes e jovens
28. Aumento da disponibilidade da internet para as comunidades mais distantes
29. Programa de aproveitamento da água residual dos poços artesianos para a piscicultura

Grupo B: Forças:

- Extensão de terra ampla
- Mão de obra familiar
- PRONAF (Agroamigos)
- Beneficiamento de frutas (matinha)
- SIM (Serviço de Inspeção Municipal)
- Expofeira

Grupo B: Fraquezas:

- Falta de mecanização
- Falta de assistência técnica
- Falta de fomento dos órgãos públicos para fixar jovens no campo
- Saúde (falta de acompanhamento, atendimento precário)
- Falta de comunicação (sinal de celular)
- Transporte
- Estradas ruins
- Analfabetismo
- Falta de acesso a água potável

Grupo B: Oportunidades:

- Fábrica de tijolos
- Pomar de pinha
- Pomar de maracujá
- Criação de peixes
- Muda de palma
- Caprinocultura e ovinocultura
- Cursos profissionalizantes

Grupo B: Ameaças:

- Concorrência desleal
- Falta de chuva
- Combate ao desmatamento
- Poluição do rio Jacuípe (prejudicando a criação de tilápias)
- Mudança de governo
- Liberação do uso de agrotóxico no campo

- Criminalização

Grupo B: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Lençol freático (perfuração de poços) para irrigação e fornecimento para os animais
2. Assistência técnica aos produtores
3. Mecanização para o manejo das pastagens
4. Parceria com órgãos de ensino (cursos profissionalizantes)
5. Fornecimento de frutas frutíferas
6. Instalação de torres de telefonia para melhorar a comunicação
7. Projetos como cabra forte, galinha caipira, codorna
8. Criação da reforma de casas para o pequeno agricultor
9. Estradas principais e calçadas para escoamento dos produtos
10. Expansão do fornecimento de água potável
11. Alfabetização de jovens e idosos
12. Posto de saúde com acompanhamento da população e médicos em quantidade suficiente
13. Transporte em quantidade suficiente
14. Rede de energia 220 para fábricas
15. Parceria da prefeitura com as instituições de ensino para fazer análise do solo e da água
16. Construção de uma fábrica de tijolos (Jaguara)
17. Atração de empresas privadas para zona rural, trazendo emprego e renda para agricultores
18. Extração de pedras pelos agricultores (Jaguara), trazendo renda para a comunidade
19. Projetos de criação de peixes (Jaguara)
20. Cozinhas comunitárias
21. Depósito comunitário para armazenamento de sementes e beneficiamento
22. Fornecimento de maniva resistente
23. Instalação de cartórios nos distritos que não tem
24. Títulos de terra (produtores que não documentação)
25. Fomentar festas culturais
26. Criação de um cemitério (Matinha)
27. Construção de cisternas (para ampliar a captação de água da chuva)
28. Criação de sanitários nas casas que não tem

Grupo C: Forças:

- Lençol freático propício e rico que pode ser mais explorado
- Presença de associações comunitárias rurais
- Zona rural cercada dos rios que estimulam a atividade de pescaria gerando renda
- Vasta produção rural (feijão, milho, mandioca, laranja etc.)
- Solo propício a plantações diversas

Grupo C: Fraquezas:

- Saída dos jovens da zona rural
- Falta de pessoal para trabalho braçal nas plantações

- Falta de logística para escoamento da produção rural
- Falta de saneamento básico na zona rural
- Falta de água para irrigação
- Falta de incentivo ao produtor rural
- Falta de projetos que tragam benefícios ao produtor rural
- Aumento do desmatamento da zona rural e contaminação dos rios
- Falta de assistência técnica ao produtor rural
- Falta de manutenção das estradas rurais e nas sedes dos distritos
- Grande número de fazendeiros monopolizando as áreas de plantio utilizando para pastos

Grupo C: Oportunidades:

- Novas tecnologias e ao acesso à informação
- Promover cursos técnicos na zona rural
- Tendências saudáveis e bem-estar que estimulam a população a ingerir produtos orgânicos
- Investimento e implantação de indústrias e empresas na zona rural, gerando emprego e renda

Grupo C: Ameaças:

- Secas prolongadas
- Pragas
- Aumento do uso de agrotóxicos, gerando desemprego dos produtos rurais
- Aumento do envolvimento do jovem com as drogas

Grupo C: Resultado – Ações Sugeridas:

1. Levar novas tecnologias para zona rural
2. Facilitar o acesso à informação (divulgar ações, oportunidades e jornais para o homem do campo)
3. Investimento em plantações orgânicas/agroecológicas
4. Solicitar ajuda da Embrapa para combate a pragas
5. Perfuração de poços para utilização do uso comum e irrigação
6. Captação de jovens com ofertas de cursos técnicos
7. Investimento e instalação de fábricas e empresas da zona rural
8. Criação de cooperativas para ajuda no escoamento da produção
9. Investimento de saneamento básico, com práticas ecológicas
10. Incentivo de empresas privadas e órgãos públicos que tragam benefícios aos produtores rurais
11. Implantação de projetos que incentivam a plantação, irrigação e criação de animais
12. Plantio de árvores, fiscalização do desmatamento e contaminação dos rios e ações ambientais voltadas para a população sobre o assunto
13. Assistência técnica municipal periodicamente ao produtor rural
14. Realização periódica nas estradas rurais, em especial nos períodos de chuvas
15. Desapropriação de áreas férteis monopolizadas, principalmente às margens dos rios